

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**COMUNIDADE SINSEI  
(U)TOPIA E TERRITORIALIDADE**

**Valéria de Marcos**

Dissertação de Mestrado apresentada no curso de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de **MESTRE**.

**Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira**

**SÃO PAULO  
1996**

*“ Por que se chamavam homens  
também se chamavam sonhos  
e sonhos não envelhecem ...*

*E lá se vai, mais um dia ... “*

**Milton Nascimento, Lô Borges e Márcio Borges**

Às três pessoas que acreditaram em mim e neste trabalho,  
antes mesmo que eu o fizesse:

À minha mãe e “anja da guarda”,  
pela presença constante, apesar da distância;

Ao Ari,  
por ter me aberto as portas de um futuro da/na Geografia;

Ao Sr. Walter Yukio Honma,  
por ter me aberto as portas da Comunidade e de seu coração.

À Comunidade Sinsei,  
por me ter feito acreditar que o futuro está mais perto do que podemos imaginar;

À meu pai, à Val e à madrinha Leila,

Aos meus avós e à tia Odila,  
(*in memória*)

## Agradecimentos

Deixamos aqui registrado o nosso “muito obrigada” a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

A meus pais, pelo apoio e paciência que sempre tiveram comigo nos momentos mais difíceis e, principalmente, pela liberdade que sempre me deram, para que eu escolhesse o meu próprio caminho. Em especial à minha mãezinha querida, que sempre esteve a meu lado, nas horas alegres e tristes.

Ao Ariovaldo, referência, Mestre e amigo, por ter apontado os caminhos, garantindo-nos o direito de trilhá-los ou não e, mais do que isto, deixar-nos caminhar livremente por eles, na certeza de que *“o erro é um direito, não um defeito”*.

Aos integrantes da Comunidade Sinsei, que tão carinhosamente nos acolheram e “adotaram” durante o período em que realizamos nosso trabalho de campo, abrindo-nos as portas de um mundo possível e ensinando-nos a ver a beleza nas coisas mais simples da vida. Em especial ...

- . à Yoshiko san, minha “oka tian” querida, pelo carinho com que me “adotou”;
- . ao Shinobu tian, pelas inúmeras vezes em que interrompeu seus serviços para consertar um carro que não parava de quebrar;
- . à Nobuko san, pela paciência com que me ensinou algumas letras/palavras em nihongo;
- . à equipe da cozinha - Hiroko san, Yoshiko san, Tieko san, Mieko san, Rei tian, Emiko san e Leiko tian - pelos deliciosos “obentos” que preparavam quando retornávamos para São Paulo;
- . à Kichi tian, pela atenção e carinho com que nos tratava;
- . ao Patim, pelas caronas fornecidas a São Paulo, para matar a saudade “da mama”;
- . ao Massao, Fumio, Sayuri, Kaori, Leika, pelas conversas animadas, à beira do fogão à lenha;
- . ao Sr. Walter Yukio Honma, meu “oto tian” querido, pelo carinho com que me “adotou” e pela paciência com que respondeu às minhas incansáveis perguntas, até os últimos minutos deste trabalho.

A todos vocês, o meu “duomo arigatô gozaimassu”

Aos integrantes da Comunidade Yuba, que nos permitiram partilhar de seu dia-a-dia, em especial a “Podim”, Katsue, Yuko e Satiko san.

A Nobuko ADACHI, que permaneceu na Comunidade Yuba por cerca de um ano e meio, com quem tivemos a oportunidade de discutir enquanto realizamos nosso trabalho de campo na referida comunidade.

À Karen Tei YAMASHITA, que generosamente cedeu-nos suas anotações da pesquisa realizada na década de 70, antes da morte de Issamu Yuba.

À Val e ao Samuel, pelo carinho com que me hospedaram e pela paciência que tiveram comigo nestes dez últimos dias, em especial pelo empréstimo do computador/impressora “bam bam bam” recém-adquiridos, sem os quais não teríamos concluído este trabalho em tempo. A vocês toda a minha gratidão e uma dívida para perder de vista ...

À minha madrinha Leila, pelo apoio que sempre me deu, incentivando-me a caminhar sempre à frente, com um carinho especial da “*sua negrinha*”.

Ao Marcos e Orlandinho, do Depto. de Geografia-FFLCH USP, pelo “socorro” prestado “salvando” os últimos capítulos deste trabalho.

A Sérgio Alonso e Paula Darriba, pelo carinho com que me acolheram quando me transferi para João Pessoa, e pela paciência que tiveram comigo, sobretudo na última fase de redação deste trabalho.

Aos colegas e alunos do DGEOC CCEN UFPB, em especial àqueles que se prontificaram a auxiliar-nos, assumindo algumas responsabilidades para que pudessemos concluir este trabalho em tempo hábil.

A Sônia Castelar, por ter se disposto a acessar-nos nos serviços de encadernação deste trabalho.

A Manoel F. SEABRA e Regina SADER, pelas contribuições trazidas a este trabalho por ocasião de nosso exame de qualificação.

Ao CNPq, pela bolsa de Mestrado concedida, sem a qual não teríamos realizado nosso trabalho de campo da forma como o fizemos;

Àqueles que, ao contrário, tudo fizeram para nos desencorajar a realizá-lo, com a certeza de que ...

“ ... apesar de você, amanhã há de ser outro dia ”

## RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é analisar as diferentes formas comunitárias de produção realizadas pelo campesinato, em diferentes locais e momentos da história, tanto no Brasil quanto no exterior. Partimos de um estudo de caso sobre a Comunidade Sinsei, comunidade formada por imigrantes japoneses, localizada no município de Guaraçaí-SP, que há 40 anos (completados em fevereiro de 1996) realiza esta forma de produção no campo brasileiro, com o objetivo de desvendar sua organização interna e a utopia que os orienta.

Para melhor compreendê-la buscamos ampliar nossos horizontes, de modo a garantir uma compreensão, o mais exata possível, do lugar ocupado por este tipo de prática no seio da discussão teórica, realizada pela Geografia, sobre a produção camponesa e suas formas de organização e, mais do que isto, da posição que ela ocupa no conjunto destas diferentes formas de produção. Sendo assim, começamos este trabalho com um estudo acerca da discussão teórica sobre a produção comunitária e o contexto histórico que desencadeou diferentes tipos de práticas no mundo e, em especial, no Brasil. Em seguida, passamos a analisar a Comunidade Sinsei propriamente dita e, por fim, buscamos, ao destacarmos diferentes tipos de experiências desta prática, realizadas com objetivos e graus de socialização do trabalho e dos frutos deste trabalho bastante diferenciados, situar a Comunidade Sinsei no conjunto destas experiências, apontando o que, a nosso juízo, constitui-se em um caminho que poderá ser trilhado pelo campesinato brasileiro, tendo na produção comunitária uma importante alternativa para a organização futura da produção.

COMUNIDADE SINSEI  
QUADRO DE INTEGRANTES\*

Nome	Atividade
<b>HONMA</b>	
Waka Honma	Falecida
Yukio	Pecuária Leiteira
Yoshiko Shimizu	Cozinha
Joel Satoru	Desmembrado
Patrocínio Eiji	Desmembrado
Adalberto Takume	Pecuária Leiteira
Koji	Hataque Cereais. Atualmente afastado
Rei Shiino	Cozinha
Júlio Massao	Hataque Horticultura/Cereais
Augusto Shiguelo	Hataque Fruticultura. Desmembrado
Eduardo	Frutas e Cafezal na sede
Tieko Nohara	Cozinha
Aurora Momoyo	Avicultura Poedeira. Desmembrada
Clara Akane	Avicultura Poedeira. Desmembrada
Ivete Leika	Avicultura Poedeira. Desmembrada
Raito	Hataque Fruticultura
Leiko Tsuda	Hataque Fruticultura e Cozinha
Ricardo Jundi	Hataque Fruticultura. Desmembrado
Rokuro	Serviços diversos na sede
Emiko Ohashi	Cozinha
Claudio Hideo	Hataque Fruticultura. Desmembrado
Nelson Fumio	Hataque Fruticultura. Desmembrado
Sonia Sayuri	Avicultura Poedeira
Sandra Kaori	Avicultura Poedeira
<b>KARASUDANI</b>	
Fumiya	Comercialização
Mieko Oyama	Cozinha. Avicultura Poedeira
Paulo Kazuhito	Hataque Cereais. Desmembrado
<b>KOMIYAMA</b>	
Takeo	Suinocultura
Hiroko Tamagawa	Cozinha
Cássio Koiti	Hataque Diversos

\* Constam nesta lista os integrantes presentes na Comunidade Sinsei quando iniciamos nosso trabalho de campo. Um quadro geral, ilustrando a movimentação dos mesmos, encontra-se na parte dos Anexos deste trabalho.



KOZUKI	
Koshizo	Separação das roupas e apoio comercialização
Minoru	Apoio cozinha
MIYAZAKI	
Tameharu	Afastado por doença
Hanae	Apoio Cozinha/Comercialização
MORI	
Fukashi	Antigo Reverendo. Falecido
Shinobu	Reverendo e Serviços Gerais
Nobuko Sakashita	Prof. nihongo, apoio cozinha
OHASHI	
Shizuo	Falecida
Fernando Takeji	Sericicultura. Desmembrado
OYAMA	
Kioko	Horticultura Sede
SHIMIZU	
Ichiro	Ex-Tesoureiro. Falecido
Miyo	Separação roupas/Apoio Cozinha. Falecida
Shigeshi	Tesoureiro e Feirante
Oscar Kiyoshi	Hataque Horticultura
TAKAGI	
Kunyo	Avicultura Poedeira
Reiko Anzo	Apoio Cozinha
Oswaldo Tsuyoshi	Avicultura Poedeira. Desmembrado
Líria Yaeko	Avicultura Poedeira. Desmembrada
TSUDA	
Shizue	Suinocultura. Falecida
WAKASHIMA	
Kishizo	Suinocultura (apoio)
Kichiko	Avicultura Poedeira/Apoio Cozinha
Genkishi SAEKI	Hataque Horticultura

## SUMÁRIO

Introdução .....	012
------------------	-----

### PARTE I - A PRODUÇÃO COMUNITÁRIA: O DEBATE TEÓRICO E A HISTÓRIA

1. A produção comunitária: referências teórico-metodológicas .....	018
1.1. Uma prática anarco-comunista: a Colônia Cecília .....	028
2. A Geografia e a produção comunitária no campo .....	037
3. As transformações na estrutura agrária brasileira e a imigração .....	048
3.1. O contexto em que o processo imigratório foi gestado .....	049
3.2. A integração do imigrantes europeu como trabalhador livre no Brasil .....	052
3.3. A mudança nas relações de trabalho nas fazendas de café: o sistema de colonato .....	056
3.4. A imigração japonesa .....	060
3.5. O surgimento dos núcleos coloniais .....	064
4. Guaraçai: a história, o lugar e os personagens .....	069
5. A Comunidade Yuba .....	075
5.1. Da divisão da comunidade à morte de Issamu Yuba .....	090
6. A Comunidade Yuba: a atualidade .....	094
6.1. As atividades produtivas .....	096
6.2. As atividades de serviços .....	104
6.3. As atividades culturais e educacionais .....	104
6.4. As atividades esportivas e de recreação .....	111
6.5. A administração da comunidade e o surgimento de outros poderes .....	112

### PARTE II - A COMUNIDADE SINSEI

7. A formação e as formas de organização .....	118
7.1. O surgimento da comunidade .....	123
7.2. A saída da fazenda .....	127
7.3. O reinício em terra própria .....	133
7.4. A comunidade frente a ordem jurídica .....	139
7.5. A concepção do caixa único .....	142
7.6. Outros registros na comunidade .....	145
8. A organização interna .....	148
8.1. A assembléia .....	149
8.2. A religião .....	162
8.3. O caixa comum .....	168

9. A estrutura territorial .....	176
9.1. As atividades de produção .....	181
9.2. As atividades de serviço .....	228
9.3. As atividades de comercialização .....	249
9.4. As atividades de cultura e lazer .....	
9.5. Outras atividades realizadas por integrantes da comunidade .....	
9.6. O espaço de moradia .....	
10. A Comunidade Sinsei e a Geografia .....	255
11. A Comunidade Sinsei hoje .....	261
11.1. O quadro .....	261
11.2. A saída .....	263
11.3. O retorno .....	271
11.4. O futuro .....	277

### PARTE III- A PRODUÇÃO COMUNITÁRIA NO CAMPO: TEORIA E PRÁTICA

12. As experiências históricas .....	280
12.1. A Rússia: o <i>mir</i> russo e as formas de produção no campo pós revolução bolchevista .....	283
12.2. Os países do leste europeu pós segunda guerra mundial .....	290
12.3. China: da ajuda mútua às comunas populares rurais .....	310
12.4. A coletivização rural no México e os <i>ejidos</i> .....	313
12.5. Os <i>Kibutzim</i> e outras práticas em Israel .....	318
12.6. Da comunidade primitiva cristã aos movimentos de reforma e suas comunidades religiosas .....	321
12.7. As terras comunais em Santa Catarina .....	355
12.8. Os faxinais .....	359
12.9. As roças comunitárias .....	362
12.10. Algumas experiências do MST em São Paulo .....	366
13. A atualidade da produção comunitária no Brasil e no mundo .....	375
Bibliografia .....	399

Anexos

# **INTRODUÇÃO**

O objetivo principal deste trabalho é analisar as diferentes formas comunitárias de produção realizadas pelo campesinato, em diferentes locais e momentos da história, tanto no Brasil quanto no exterior. Entendemos por forma comunitária de produção aquela realizada por camponeses organizados em comunidade, que vivem, trabalham a terra, comercializam a produção e satisfazem suas necessidades - individuais e coletivas - comunitariamente, seguindo a fórmula **de cada um de acordo com suas possibilidades e a cada um de acordo com as suas necessidades**.

Partimos de um estudo de caso sobre a Comunidade Sinsei, que há 40 anos (completados em fevereiro de 1996) realiza esta forma de produção no campo brasileiro. Trata-se de uma comunidade formada por imigrantes japoneses - a maioria chegada ao Brasil durante o processo migratório ocorrido no início do presente século - localizada no município de Guaraçai, a noroeste do estado de São Paulo. Seu surgimento, bem como a forma de organização adotada desde então, decorreram da cisão de uma outra comunidade - a Comunidade Yuba - também formada por imigrantes japoneses e atualmente localizada no município de Mirandópolis-SP, próximo a Guaraçai-SP.

Realizamos nossos estudos na referida comunidade com o intuito de desvendar sua organização interna: que motivos levaram estes camponeses a organizarem-se desta forma, em outras palavras, que utopia os orienta; como decidiram/decidem as atividades às quais irão se dedicar/dedicam-se; como as realizam (tanto do ponto de vista da prática agrícola,

quanto do ponto de vista da organização do trabalho entre si); como administram a comunidade e, por fim, como é feita a distribuição dos frutos do trabalho entre seus integrantes, com vistas à satisfação de suas necessidades.

Quanto mais avançávamos em nossa pesquisa, mais consciência íamos adquirindo acerca da importância que esta prática possui na atualidade, sobretudo para o campesinato brasileiro, que tem vivido momentos cruciais na luta pela reforma agrária e pela conquista de seus direitos, e por que não dizer, de sua identidade e de sua cidadania. Foi esta consciência que nos motivou a avançar, a procurar ultrapassar os limites de um estudo de caso, e a partir em direção à compreensão do lugar ocupado por este tipo de prática no seio da discussão teórica, realizada pela Geografia, sobre a produção camponesa e suas formas de organização e, mais do que isto, da posição que ela ocupa no conjunto destas diferentes formas de produção. Este novo desafio nos conduziu à realização do trabalho da forma como o apresentamos agora, o qual encontra-se dividido em três partes.

Na primeira delas, **A PRODUÇÃO COMUNITÁRIA: O DEBATE TEÓRICO E A HISTÓRIA**, iniciamos com a análise das referências teórico-metodológicas sobre a produção comunitária, onde situamos o momento histórico em que esta discussão é realizada e o debate travado entre as diferentes escolas anarquistas, com destaque para o que ocorre no seio da escola socialista, que irá nos interessar mais de perto. A seguir, traçamos um panorama acerca da evolução do pensamento geográfico, com o intuito de entender em que momento e quem realiza a discussão relativa às formas comunitárias de produção no campo, e por que ela permaneceu à margem das discussões travadas pela Geografia durante tanto tempo. Isto posto, elaboramos um quadro de referência sobre a imigração para o Brasil, procurando entender em que momento ela ocorre, quem eram estes imigrantes e o que esperavam encontrar na nova pátria que os acolhia, enfatizando o caso da imigração japonesa e a formação do Bairro das Alianças, que surge em um momento específico da imigração japonesa ao Brasil, através da qual chega Issamu Yuba, líder e fundador da Comunidade Yuba. Após, realizamos uma rápida caracterização do município de Guaraçai-SP, sede da primeira Comunidade Yuba e da Comunidade Sinsei, destacando o cenário em que estas experiências irão ocorrer/ocorrem e os principais personagens envolvidos. Isto posto, traçamos o histórico sobre a Comunidade Yuba, desde seu processo de formação até a crise que levou à cisão em duas comunidades, ocorrida em 1956, destacando a utopia que a orienta e o importante papel desempenhado por Issamu Yuba, para sua realização. Finalizamos esta parte com o quadro atual da Comunidade Yuba, destacando os caminhos por ela trilhados desde a morte de Issamu Yuba, as atividades que realiza, o papel das artes,

e em especial do Ballet, enquanto formador da identidade entre seus integrantes e o surgimento de outros poderes com a nova liderança.

A segunda parte do trabalho, **A COMUNIDADE SINSEI**, inicia-se com um histórico acerca da formação da comunidade e a nova forma de organização por ela adotada, onde destacamos o tripé sobre o qual ela irá se assentar. A seguir, tratamos de sua organização interna, analisando detalhadamente cada uma das hastes deste tripé, quais sejam, a assembléia, o caixa comum e a religião. Traçado este quadro, passamos a tratar de sua estrutura territorial, descrevendo detalhadamente cada uma das atividades que ela realiza, sejam elas de produção, serviço, comercialização ou cultura e lazer, bem como outras atividades externas, realizadas por integrantes da comunidade, que tiveram/têm como consequência a ampliação de seu raio de ação, mesmo que indiretamente, para além de seus limites geográficos e os espaços de morada e hospedagem da comunidade. Isto posto, passamos a tratar da evolução do seu quadro de integrantes e a forma como ela vem garantindo, às custas de uma ampliação da auto-exploração da força de trabalho, a satisfação de suas necessidades básicas, traçamos o quadro atual da comunidade e apontamos o que, a nosso juízo, constituem-se em perspectivas para um futuro cada vez mais próximo. Encerramos esta parte do trabalho destacando a contribuição trazida por este estudo da Comunidade Sinsei para a Geografia, do ponto de vista da possibilidade que ela abre para a compreensão de sua geografia, a qual foi sendo construída/organizada através de uma articulação contraditória entre seus *espaços individuais* e *comunitários* - estes últimos de produção, serviço, comercialização, religioso e de cultura e lazer - articulação que, por sua vez, irá se materializar nos *territórios da sede* e *da hataque* (forma como os camponeses da Comunidade Sinsei denominam uma área de 30 alqueires, distante 2 km da sede, onde dedicam-se à fruticultura, horticultura e produção de cereais).

A terceira e última parte deste trabalho, **A PRODUÇÃO COMUNITÁRIA NO CAMPO: TEORIA E PRÁTICA**, inicia-se com uma exposição de algumas das experiências de produção realizadas ao longo da história, tanto no Brasil quanto no exterior, em diferentes momentos e com diferentes objetivos e graus de socialização do trabalho e dos frutos deste trabalho, algumas desfeitas e outras em andamento. Por fim, encerramos esta parte - e o trabalho - analisando-as e diferenciando-as de acordo com o grau de socialização das mesmas - as formas comunitárias, coletivas, de cooperação/ajuda mútua e o uso comum da terra - situando a Comunidade Sinsei no conjunto das experiências realizadas e apontando o que, a nosso juízo, constitui-se em um caminho que poderá ser

trilhado pelo campesinato brasileiro, tendo na produção comunitária uma importante alternativa para a organização futura da produção.

Cabe-nos salientar, finalmente, que o trabalho que ora apresentamos é o resultado de reflexões, que só foram permitidas, graças à possibilidade de convívio que nos foi aberta pelos integrantes da Comunidade Sinsei, aos quais somos eternamente grata, durante a realização da pesquisa de campo - permanecemos um ano em trabalho de campo efetivo, realizado de forma participativa - bem como à discussão realizada durante as disciplinas cursadas e em colóquios com nosso orientador, e as leituras que realizamos ao longo dos cinco anos em que cursamos o Mestrado em Geografia Humana na Universidade de São Paulo.



**“... o exercício teórico tem sentido e é necessário quando se submete o conhecimento a uma crítica fecunda. E só a História tem condições de fecundá-lo. Só o compromisso com a transformação da sociedade pode revolucionar o conhecimento.”**

**José de Souza Martins**

## **PARTE I**

# **A PRODUÇÃO COMUNITÁRIA: O DEBATE TEÓRICO E A HISTÓRIA**

## **1. A PRODUÇÃO COMUNITÁRIA: REFERÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS**

A discussão acerca das formas comunitárias de produção foi realizada no interior de uma discussão mais ampla, relativa à organização de uma nova sociedade, travada entre intelectuais e militantes de partidos políticos com diferentes concepções sobre o tema. Para que possamos entendê-la, faz-se mister situarmos rapidamente o contexto/momento histórico em que esta discussão foi realizada, para que possamos entender o significado das propostas apresentadas.

A transição da etapa concorrencial para a etapa monopolista do capitalismo, iniciada na segunda metade do século XIX, introduziu mudanças estruturais no modo de produzir realizado até então. O modo de produção ultrapassado de algumas indústrias, com destaque para as têxteis, levou-as a uma crise que acabou abrindo a possibilidade para a introdução de avanços tecnológicos responsáveis por sua modernização. Ao mesmo tempo, o crescimento da produção de ferro, aço e carvão desencadeou o surgimento de novos setores industriais, entre os quais a mineração, a siderurgia, a metalurgia pesada e, indiretamente, a indústria química. Este crescimento industrial, por sua vez, propiciou não só a formação de uma classe operária, como também a consolidação de uma sociedade urbano-industrial nos países que o realizavam.

Por outro lado, os avanços tecnológicos introduzidos nas indústrias geraram a necessidade de alterações na forma de produzir, o que só seria possível mediante a intensificação da divisão do trabalho e à padronização das operações. O atendimento desta

necessidade foi concretizado mais tarde, através da implantação, nas indústrias, da "organização científica do trabalho", mundialmente conhecida como **taylorismo**, cujo objetivo era aumentar a produtividade do trabalho, eliminando toda e qualquer perda de tempo no processo de produção, garantida através da redução da complexidade dos gestos e movimentos do trabalhador. Várias mudanças ocorreram no interior da indústria com a **taylorização** da produção, das quais a mais significativa, a nosso juízo, foi a solidificação da separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. Os trabalhadores, por sua vez, não aceitaram estas modificações passivamente, desencadeando uma série de greves que acabaram estimulando a organização dos trabalhadores através dos sindicatos.

Aos poucos o sindicalismo - que fez da greve geral e das cooperativas de produção suas principais bandeiras de luta - foi se constituindo em um dos polos mais importantes das lutas travadas pelos trabalhadores nos países industrializados. Sua formação foi alicerçada no pensamento socialista, inicialmente no socialismo utópico e, posteriormente, no socialismo científico de MARX e ENGELS. O **Manifesto Comunista**, escrito pelos dois intelectuais para a Liga dos Comunistas, publicado em 1848, e que representou um importante passo no fortalecimento do processo de organização dos trabalhadores, propondo a internacionalização do movimento operário,. Em função do avanço das organizações dos trabalhadores foi fundada, em 1863, na Alemanha, a **Associação Geral dos Trabalhadores Alemães**, defendendo o voto universal e o apoio do Estado às cooperativas de produção. No ano seguinte, em Londres, fundou-se a **AIT - Associação Internacional dos Trabalhadores**, mundialmente conhecida como a **I Internacional**. Esta associação congregava sindicalistas, líderes operários e intelectuais dos grandes centros industriais da Europa, entre eles MARX, que advertiu os trabalhadores para as diversidades e desigualdades existentes entre a classe trabalhadora, fruto das diferentes experiências históricas vivida por eles nas várias partes do mundo. Aproveitou ainda para alertá-los sobre os perigos que corriam, delegando a outras classes e/ou categorias sociais, a solução de seus problemas particulares.

A **I Internacional** foi marcada, também, pelos debates travados, de um lado, entre os seguidores das teses de MARX e os anarquistas liderados por BAKUNIN e, de outro, entre os seguidores das teses de MARX e os reformistas e pequeno-burgueses. É justamente o debate entre os marxistas e os anarquistas que irá nos interessar nesta parte do trabalho. O grande ponto de discórdia entre eles era a compreensão da forma como se chegaria ao socialismo. Para os marxistas, o socialismo só seria alcançado através da revolução proletária. A partir do momento em que os trabalhadores tomassem consciência

do quadro de exploração em que estavam inseridos, eles seriam capazes de realizar a revolução, assumindo então o poder, fato que marcaria a instituição da **ditadura do proletariado**. Para os anarquistas, por sua vez, a revolução seria realizada por toda a sociedade - e não apenas pelo proletariado - e culminaria com a derrubada do Estado, bem como de toda e qualquer forma de poder, e não com a substituição de uma classe no poder por outra. Neste sentido, para os anarquistas, a vitória do socialismo seria a vitória da sociedade **ácrata**<sup>1</sup>. Porém, se entre os marxistas havia uma certa unidade na forma de se entender a sociedade futura, o mesmo não pode ser afirmado em relação aos anarquistas.

Dentro do movimento anarquista, nunca um assunto gerou tanta polêmica quanto o referente ao que viria a ser a organização sócio-econômica da sociedade futura. Os diferentes posicionamentos dos manifestantes variavam de acordo com as premissas das escolas às quais pertenciam. Entre elas, podemos citar a **individualista**, a **mutualista** e a **socialista**, esta última subdividida em duas correntes, a **coletivista** e a **comunista**, representadas, respectivamente por Max STIRNER, PROUDHON, BAKUNIN e KROPOTKIN<sup>2</sup>. Para que possamos compreender as contribuições trazidas por estas diferentes escolas no que diz respeito à produção comunitária, iremos tecer, em linhas gerais, as características principais de cada uma delas.

Para a primeira escola, a **individualista**, a organização da futura sociedade deveria obedecer ao princípio da irrestrita liberdade individual. Para os anarquistas individualistas, o interesse individual é a medida de todas as coisas e, sendo assim, o indivíduo não se preocuparia com o bem-estar da sociedade, mas sim, utilizaria-se dela para alcançar sua felicidade pessoal. "A vida social, de acordo com tal ponto de vista, flui sob constante e irreversível tensão, já que o indivíduo necessita estar sempre a defender a sua liberdade, a preservar sua singularidade" (LUIZETTO, 1987:17). Mesmo assim, a possibilidade de existir na sociedade futura alguma estrutura associativa, não é totalmente descartada pelos individualistas. Porém, ela deve ter um caráter provisório, existindo apenas enquanto necessária. É o caso, por exemplo, da "União dos Egoístas", a qual seria organizada espontaneamente com o intuito de defender os interesses particulares de seus membros, desfazendo-se tão logo cumprisse sua finalidade.

Para os anarquistas individualistas mais extremados, como STIRNER, a rejeição a qualquer projeto social proposto pelas demais escolas tinha uma razão a mais: "em qualquer das modalidades de socialismo sugeridas seria preciso admitir a existência de alguma instância

---

<sup>1</sup> Para maiores detalhes sobre o debate travado entre os marxistas e os anarquistas na **I Internacional** ver HOBBSAWM, Eric et alli. História do Marxismo - I. O marxismo no tempo de Marx. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

<sup>2</sup> Estes dois últimos, respectivamente, para as correntes **coletivista** e **comunista** da escola **socialista**.

supra-individual de poder, capaz de definir procedimentos coletivos, de impôr regulamentos gerais e de arbitrar toda a sorte de divergências e conflitos. Com isso, o indivíduo ver-se-ia subordinado a um emaranhado conjunto de interesses estranhos, já que os seus objetivos particulares não coincidem com os da coletividade" (LUIZETTO, 1987:18).

As idéias acima foram amplamente defendidas por Max STIRNER, mas quem de fato as colocou em prática foi Josiah WARREN que, em 1825, aderiu aos planos de Robert OWEN e, juntamente com cerca de 800 pessoas, ajudou a fundar, em Indiana-EUA, a Colônia **New Harmony**. O objetivo de OWEN ao criar esta comunidade era o de, tendo por princípio norteador o comunismo, reconstruir a sociedade segundo o ideal da propriedade comum, acreditando que, ao fazer isto, estaria lançando as bases para a felicidade pessoal e para a construção de um padrão de relacionamento mais harmonioso entre os homens.

Conforme LUIZETTO, dois anos após seu ingresso no grupo, WARREN abandonou-o, decepcionado com os resultados da experiência, afirmando que a uniformidade exigida das pessoas havia tornado o ambiente insuportável. Para ele, o principal problema não estava no nivelamento econômico imposto, mas sim, no fato do tempo ter tornado "cada vez mais difícil a existência de divergências de opinião, cada vez mais criticada a pretensão de alcançar certos objetivos pessoais e cada vez mais obstaculizada a busca da realização de certos gostos particulares. Todas essas manifestações eram vistas com desconfiança, julgadas perigosas para o êxito da colônia" (LUIZETTO, 1987:20).

WARREN entendia que a colônia não havia conseguido resolver, a contento, o conflito entre os interesses individuais e os coletivos. As questões mais relevantes eram sempre resolvidas diretamente por OWEN ou por decisão da maioria, em assembléia. Para a minoria, porém, esta assembléia tinha ares tirânicos. Segundo ele, através da manifestação do interesse geral, todos tiveram algum projeto/capricho individual contestado.

No mesmo ano em que abandonou **New Harmony**, WARREN passou a dedicar-se à elaboração de seu próprio plano para a construção da nova ordem social, o qual primava pelo respeito à liberdade **completa** do indivíduo. Seu plano, que derivava das idéias de OWEN, previa o livre acesso das pessoas aos recursos naturais, a liberdade do indivíduo de dispôr de sua pessoa, de seu tempo, de sua propriedade e o acesso à aquisição de bens através do **próprio trabalho**. Para tal, o sistema deveria ser regido pelo **princípio da justiça**, que previa o "estabelecimento de relações econômicas limitadas ao intercâmbio eqüitativo de produtos do próprio trabalho, sendo o valor de cada produto determinado pelo custo,

nada mais acrescentando ao preço da mercadoria senão o tempo necessário a sua fabricação" (LUIZETTO, 1987:22). Após fixar seu plano, WARREN colocou-o em prática, criando um estabelecimento chamado **Equity Store**. Mais tarde, fundou em Ohio uma comunidade baseada em empresas individualistas. Muitas foram as tentativas, nos EUA, de se colocar em prática experiências deste tipo. A Guerra Civil, porém, arrefeceu os ânimos daqueles que dedicavam-se à execução de tais projetos.

A segunda escola, a **mutualista**, representada por PROUDHON, ocupava uma posição intermediária entre a individualista e a socialista. "Proudhon também tinha em elevada consideração a questão da liberdade individual, assim como reconhecia a condição de singularidade do homem. (...) Todavia (...), não endossava a idéia de se criar um sistema sócio-econômico baseado num grau elevado de isolamento dos produtores independentes" (LUIZETTO, 1987:23). Ao contrário, defendia que, em certas medidas, o princípio associativo era desejável para a preservação da liberdade individual e da singularidade pessoal. Para ele, não se pode ignorar que as relações sociais constituem-se em um delicado equilíbrio entre interesses particulares e coletivos, responsável pelo desenvolvimento humano. Está aqui, pois, uma grande diferença entre esta posição e a individualista.

O problema central para a escola mutualista era o da propriedade. PROUDHON irá distinguir duas modalidades: a propriedade "**domínio**" e a propriedade "**posse**". "A primeira garante o direito absoluto sobre as coisas, é a propriedade acumulada e utilizada para explorar o trabalho alheio, sem qualquer esforço do proprietário. Em outras palavras, é a propriedade capitalista. A segunda representa o direito que o homem tem de "controlar efetivamente o lugar onde habita, a terra e os instrumentos de que necessita para viver e trabalhar". Esta modalidade de propriedade é por ele defendida; aquela é condenada" (LUIZETTO, 1987:25/26). No entanto, nem a propriedade, nem a **produção** comum aparecem como questões colocadas para esta escola. Ao contrário, o objetivo da escola mutualista era o de "criar uma sociedade formada por produtores independentes, que poderiam constituir e administrar associações voluntárias, isto é, federações autogeridas de produtores autônomos" (LUIZETTO, 1987:26).

Em intenso contraste com as escolas individualista e a mutualista estava a escola **socialista**, cuja proposta, aparentemente, parece estar em contradição com o princípio da sociedade libertária, sobretudo com a liberdade individual. No entanto, tal contradição era apenas aparente, pois para os adeptos da escola **socialista**, as duas questões principais do anarquismo - a das relações dos indivíduos entre si e a das relações entre os indivíduos e a sociedade - eram analisadas a partir de premissas distintas.

Para a escola **socialista**, a vida societária não estava condenada a desenvolver-se em luta permanente entre os indivíduos, cada qual preocupado em defender/garantir sua individualidade em relação ao próximo. Para esta escola, era necessário saber distinguir a singularidade do indivíduo e os conflitos individuais. Os socialistas nunca negaram a existência dos conflitos individuais na sociedade, apenas não os atribuíam à defesa da singularidade do indivíduo, mas sim, a um processo histórico que difunde princípios anti-sociais, como a competição, protegidos, sobretudo, pelo Estado. Para eles, a sociedade era o ambiente onde se desenvolvia a individualidade e, portanto, não era hostil a ela. Ao contrário, era neste ambiente que se desenvolviam, também, os **sentimentos sociais** inerentes aos homens, tais como a solidariedade, a cooperação, etc. Acreditavam, pois, que o "egoísmo" defendido pelos individualistas era antes um comportamento adquirido que, como tal, deveria ser modificado. Caso contrário, para que serviria a revolução social? Era a partir destas premissas que os socialistas defendiam a possibilidade de se conciliar a liberdade e a singularidade individuais às necessidades e interesses coletivos. Será na concretização de tal plano, porém, que haverá diferença entre as correntes **coletivista** e **comunista**.

A corrente anarquista **coletivista** teve em BAKUNIN seu principal representante. De acordo com LUIZETTO, para a elaboração de sua proposta, BAKUNIN assimilou algumas idéias de PROUDHON, entre as quais a teoria da organização federativa e a noção de que a parte da riqueza socialmente produzida que corresponde a cada indivíduo, deve ser proporcional à sua participação na produção, de onde deriva a expressão **a cada um de acordo com o seu trabalho**. Porém, seu distanciamento da escola mutualista é marcante, sobretudo no que diz respeito à proposta de organização da sociedade com base na **coletivização dos meios de produção**, o que representava sua condenação à propriedade privada, inclusive à propriedade **posse** defendida por PROUDHON.

Sob a influência de BAKUNIN, os anarquistas adeptos desta corrente passaram a considerar a vida associativa como um dado inerente à vida social, sendo que qualquer projeto de organização social deveria levá-lo em consideração. O coletivismo proposto por BAKUNIN supunha a fusão entre a teoria federalista de PROUDHON (a organização livre dos produtores independentes) e a teoria socialista (propriedade coletiva dos meios de produção). Eram estes, de acordo com BAKUNIN, os dois pilares sobre os quais se assentaria a sociedade libertária futura.

"O funcionamento do sistema econômico a partir da coletivização da propriedade privada dos meios de produção seguiria, em linhas gerais, o modelo federalista proudhoniano: na base,



existiriam as uniões locais de trabalhadores livremente formadas, que poderiam propôr associações mais amplas, de acordo com seus interesses e necessidades, criando-se uma organização de produtores-consumidores encarregados de administrar a economia, desde a produção até a distribuição. Bakunin imaginava que se estruturaria, com isso, a união mundial de associações livres, de natureza industrial e agrícola.

Num outro ponto, ainda, o coletivismo bakunista seguia o modelo mutualista proudhoniano, ou seja, no problema da apropriação individual da riqueza socialmente produzida. Nesse particular, Bakunin também defendia o sistema da retribuição individual rigorosamente proporcional ao trabalho efetivamente despendido" (LUIZETTO, 1987:32/33).

Para BAKUNIN, a única igualdade que deveria existir seria a do **acesso aos meios de produção**, para que todos os indivíduos, potencialmente desiguais, pudessem desenvolver-se de acordo com sua capacidade. Daí defender tão somente a **coletivização dos meios de produção**. É por isto, pois, que prega o fim da propriedade hereditária, afirmando ser esta a fonte das desigualdades **artificiais** entre os homens. Em suas palavras, "enquanto a *herança* existir, haverá desigualdade econômica *hereditária*, não a desigualdade natural dos indivíduos, mas a artificial das classes, e (...) esta se traduzirá necessariamente sempre pela desigualdade hereditária do desenvolvimento e da cultura das inteligências e continuará a ser a fonte e a consagração de todas as desigualdades políticas e sociais" (BAKUNIN, 1988:37).

Já no tocante à apropriação do fruto do trabalho, defende que cada um se aproprie da riqueza produzida de acordo com sua própria participação, nem mais, nem menos. É por esta razão que ele se propunha a "*organizar a sociedade de tal forma que todo indivíduo, homem ou mulher, que nasça, encontre meios aproximadamente iguais para o desenvolvimento de suas diferentes faculdades e para sua utilização em seu trabalho*"; organizar uma sociedade que, tornando a todo indivíduo, qualquer que seja, a exploração do trabalho alheio impossível, deixe cada um participar do gozo das riquezas sociais, que só são produzidas, na realidade, pelo trabalho, desde que tenha diretamente contribuído a produzi-la pelo seu" (BAKUNIN, 1988:36).

Finalmente, a corrente anarquista **comunista**, ou **anarco-comunista**, representada principalmente por KROPOTKIN, e que pode ser caracterizada como um prolongamento da corrente coletivista. A grande diferença entre ambas, porém, está na introdução do **comunismo**. Para BAKUNIN, ele representava a negação da liberdade individual, enquanto para KROPOTKIN eles não eram excludentes, mas sim, completavam-se mutuamente, sendo não apenas aceitáveis, como também possíveis.

As idéias de KROPOTKIN têm grande aceitação entre os anarquistas, principalmente com a colaboração de MALATESTA, "que anunciava numa fórmula de grande efeito os ideais da nova corrente: 'na medida em que se realize o comunismo será possível realizar o

individualismo, isto é, o máximo de solidariedade para usufruir o máximo da liberdade" (LUIZETTO, 1987:34). As idéias principais defendidas pela corrente comunista para a fusão entre os princípios do anarquismo e do comunismo foram desenvolvidas por KROPOTKIN em sua obra "O apoio mútuo".

Nesta obra, ao "investigar as condições de sobrevivência no reino animal, (...) Kropotkin impressionou-se com 'a extraordinária dureza da luta pela existência que a maioria das espécies deve sustentar contra a natureza inclemente'. Todavia, ele confessa não ter encontrado 'nenhum sinal de luta cruel pelos meios de subsistência *entre os animais pertencentes a uma mesma espécie*, fenômeno que a maioria dos darwinistas considerava o traço dominante e característico da luta pela vida e a principal força ativa do desenvolvimento gradual no mundo dos animais'. No lugar dessa terrível e suposta luta pela sobrevivência *dentro dos limites de uma mesma espécie*, Kropotkin afirma ter observado a predominância do '*apoio e da ajuda mútua*'" (LUIZETTO, 1987:35).

KROPOTKIN não compartilhava a idéia da aplicação das teorias darwinistas no campo da sociologia. Ao contrário, afirmava que o estudo das sociedades humanas, em diferentes épocas da história, havia comprovado que as fases de maior desenvolvimento haviam sido aquelas em que as lutas entre os indivíduos foram restringidas ao máximo, dando lugar à ajuda mútua. Sendo assim, conclui estar na ampla difusão desses princípios a garantia da evolução da humanidade. Nota-se, pois, um grande distanciamento entre sua proposta - a de cooperação, solidariedade - e a da escola individualista - a do egoísmo.

No entanto, a existência da propriedade pessoal da terra, instrumentos de trabalho, etc constituía-se em um empecilho para a realização de seu plano de organização da nova sociedade libertária, pelo que previa sua abolição. Até aqui, ambas as correntes socialistas - coletivista e comunista - coincidem. A grande diferença, porém, está na forma de apropriação individual da riqueza socialmente produzida.

BAKUNIN, como já vimos, rejeitava o modelo **comunista** porque via nele a negação da liberdade individual. Por sua vez, os anarquistas comunistas viam justamente no modelo coletivista tal negação. De acordo com estes últimos, para que fosse possível determinar, com a precisão defendida por BAKUNIN, a parte que caberia a cada um, de acordo com o seu trabalho, haveria a necessidade de se admitir uma forma de poder supraindividual, como um corpo de fiscais responsáveis por fiscalizar/controlar tal apropriação e, desta forma, o homem passaria a ser novamente governado pelo homem, o que poria fim ao grande pilar do anarquismo - a **liberdade**.

"Nessas condições, um plano de organização social coerentemente anarquista deveria ser completamente comunista: a participação individual na riqueza socialmente produzida deveria ser

determinada exclusivamente pelas **necessidades** individuais, aplicando-se em todos os casos, sem evasivas, a fórmula: 'de cada um conforme suas possibilidades e a cada um de acordo com suas necessidades'" (LUIZETTO, 1987:38).

Em termos gerais, esta foi a discussão acerca da produção comunitária feita no interior do movimento anarquista. Entre todas as escolas mencionadas, as correntes da escola **socialista** são as que nos chamam mais atenção, sobretudo a corrente **comunista** defendida por KROPOTKIN. É com base nestas referências que procuraremos analisar as formas comunitárias de produção no campo. Será a partir deste caminho que analisaremos os casos da Colônia Cecília e da Comunidade Sinsei, comunidades que, embora possuam origens distintas, seguem caminhos muito parecidos, como também o caso da Comunidade Yuba, a qual possui uma outra forma de trabalho comunitário no campo. No final do trabalho buscaremos outros caminhos, outras formas de se compreender tais experiências, a fim de evitarmos uma visão reducionista do tema, o qual já apresenta, por si só, controvérsias teóricas e políticas, como já ressaltou MARTINS no prefácio do trabalho organizado por Neide ESTERCI, "Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da Igreja popular no Brasil".

Entre as controvérsias teóricas, MARTINS chama a atenção para a divergência de opinião quanto à origem do trabalho coletivo no campo. Para alguns autores, "as origens do trabalho coletivo no campo (...) devem ser buscadas nas velhas tradições culturais (...) responsáveis pela formação da sociedade brasileira (...). Para outros, ao contrário, a renovação e o ressurgimento da coletivização devem ser buscados no futuro, e não no passado, no próprio movimento histórico do capital que criaria no campo a alternativa do trabalho comunitário.

No plano político, como não poderia deixar de ser, a controvérsia tem paralelos com a controvérsia teórica. (...) De um lado, a 'lógica camponesa', fechada, não teria condições de se renovar e não teria, portanto, nenhum germe de futuro, de transformação histórica, de sua própria superação e de superação da 'lógica mercantil-capitalista', a que se opõe e que se lhe opõe. De outro lado, as formas de trabalho comunitário seriam apenas postizas relações, inspiradas, na verdade, na 'lógica mercantil-capitalista', e meios de desagregação do mundo camponês em favor do capitalismo e não em favor de uma realidade social nova, igualitária e coletivista" (MARTINS in ESTERCI, 1987:07/08).

Acreditamos ainda em um terceiro caminho, o das formas comunitárias de produção - desde que utopia construída por **todos** os camponeses que a ela dediquem-se, e não apenas anseio de suas lideranças, como o que ocorreu com a Colônia Cecília<sup>3</sup> e como o que tem ocorrido em algumas experiências realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores

---

<sup>3</sup> Embora não seja adequado, neste caso, falarmos em lideranças.

Rurais Sem Terra, em São Paulo - como um caminho que pode ser trilhado pelos camponeses para enfrentarem o avanço das relações capitalistas de produção no campo na atualidade e, quiçá, como um caminho para vencê-las no futuro. É por isto que nossas preocupações não estão voltadas, de imediato, para as posições/concepções políticas que estão por detrás destas práticas - entendidas aqui pela vinculação destas experiências a este ou aquele partido político - mas sim pelas formas de organização da produção e da distribuição/apropriação dos frutos do trabalho, das riquezas socialmente produzidas, como diziam os anarquistas. É através desta prática que buscamos compreender as questões políticas colocadas direta ou indiretamente, por e para estes camponeses. É, outrossim, a partir desta óptica que passamos agora a analisar a Colônia Cecília, cuja história não pode ser compreendida fora da discussão realizada pelo movimento anarquista, a qual acabamos de abordar.

### **1.1. Uma prática anarco-comunista: a Colônia Cecília**

Para entendermos as origens da Colônia Cecília e seu desenvolvimento, comunidade que se forma no seio da discussão travada entre os militantes anarquistas, devemos entender as origens e as conseqüências desta discussão.

Em termos gerais, a questão central estava na pertinência, ou não, de se realizar uma experiência anarquista para provar a viabilidade/possibilidade não só de sua realização, mas também de sua disseminação pelo mundo. Dada a impossibilidade de se definir o que viria a ser a sociedade anarquista, havia a necessidade, defendiam alguns militantes, de se partir para o experimentalismo, consolidado nas colônias experimentais. "Neste sentido, a sociedade anarquista somente seria construída através da experiência (...). Para aqueles que defendem as colônias, porém, estas têm um significado próprio: o de experimentar e comprovar, independente do mundo real que o cerca, a possibilidade de uma vida anarquista e mais, de multiplicar esta vivência para que ela, conquistando adeptos, viesse a transformar o mundo em um mundo anarquista" (MÜELLER, 1989:165/166).

É neste contexto que devemos entender a formação da Colônia Cecília em 1889, nas proximidades de Palmeira e Santa Bárbara, na então Província do Paraná, no Brasil (o **mapa 01** indica a localização da Colônia). Giovanni Rossi, seu fundador e adepto do experimentalismo, não mediu esforços para concretizar suas idéias, fato que o colocou em constante polêmica com os militantes do movimento anarquista.

O objetivo principal de Rossi sempre foi provar a viabilidade da vida anarquista. Desde o início, sua intenção era a de realizar esta experiência na própria Itália, local onde o movimento anarquista conquistava cada vez mais adeptos. O primeiro passo dado neste sentido foi a publicação de um artigo no número 3 do jornal Il Lavoro defendendo o coletivismo como a forma de propriedade do futuro ("*dirito alla vita, dovere al lavoro*"<sup>4</sup>) pelo que se pode "afirmar que até 1878 ele está vinculado aos anti-legalitários. Por outro lado, este é o ano da publicação de seu livro '*Un Comune Socialista*' (...), feita pelo grupo 'Circolo de Milano' (La Plebe), nitidamente socialista e legalitarista, ou seja, defensor da formação de uma organização partidária participante das eleições parlamentares e com candidato próprio (...). [Para Rossi], seu projeto central e, diríamos mesmo vital, é o socialismo experimental. Buscando em todos os lados apoio para sua colônia socialista - leia-se anarquista - consegue para com ele mesmo, manter uma certa coerência. Em relação ao movimento anarquista, no entanto, (...) rompe com a necessária coerência entre meio e fim. Para os anarquistas os fins jamais justificariam os meios. Para Rossi o fim permanece sempre o mesmo, qual seja, provar que a sociedade anarquista é possível. Os meios serão definidos no decorrer do caminho" (MÜELLER, 1989:205/206).

Esta atitude, porém, fará com que os anarquistas sejam cada vez mais críticos e severos com relação a Rossi. Sua posição de filiação a um partido - o Partido Socialista Republicano da Itália-PSRI -, é cada vez mais alvo de críticas, às quais Rossi responde reafirmando a importância de se aceitar a diversidade e, assim, permitir a coexistência de idéias diferentes dentro de um mesmo movimento.

Uma vez no partido, Rossi reedita seu livro, diluindo o caráter de ruptura, o caráter utópico de sua colônia. "Sua colônia experimental socialista aparece como cooperativa agrícola a ser, talvez, transformada em colônia socialista. Pela mesma razão se afasta do anarquismo, não mais buscando ruptura, mas sim ... evolução" (MÜELLER, 1989:229). No entanto, mesmo tendo enfrentado esta polêmica, não consegue atingir seu objetivo. O PSRI não financia sua colônia, mesmo porque este não era seu objetivo. O que Rossi não conseguiu compreender a tempo era que o partido estava muito mais preocupado com as eleições do que em provar a viabilidade da vida anarquista.

Rossi, porém, não desiste de seu intento. Em seu livro, segue convidando o leitor para conhecer a vida socialista em Poggio al Mare<sup>5</sup>, onde relata uma vivência harmônica, com a transformação do trabalho em uma atividade prazerosa, através de sua racionalização, "não de acordo com uma disciplina ditada desde fora, mas sim de acordo com as vontades e inclinações de cada um (...). Todos trabalham, inclusive as crianças. Não há atividade

---

<sup>4</sup> Grifo nosso.

<sup>5</sup> Trata-se de uma construção utópica, muito comum na época.

"menor", como não há nenhuma evidência de atividade considerada "maior". A produção é consumida por todos nas refeições em comum, na distribuição dos tecidos para as roupas que, no entanto, para sua modelagem seguem o gosto individual" (MÜELLER, 1989:234).

É por querer ir além do discurso utópico, e poder transformá-lo em realidade que Rossi irá, mais uma vez, abrir mão do conteúdo socialista de sua colônia ao aceitar o convite feito por Giuseppe Mori, um filantropo seguidor de Mazzini<sup>6</sup>, proprietário de terras em Cremona, que buscava acabar com o sistema de assalariamento em suas terras.

Rossi propôs a criação de uma Associação dos Trabalhadores Agrícolas, onde cada família participava como acionista da cooperativa em que se transformou **Cittadella**. Sua proposta inicial foi baseada na Colônia de Ralahine, localizada na Irlanda, a qual foi rejeitada pelos colonos, que não se interessavam pelo comunismo nem pela igualdade, norteadores da experiência irlandesa. Tais colonos exigem a manutenção do estatuto da propriedade, aceitando, quando muito, que ela fosse coletiva. Rossi tentou ainda mais uma vez pressionar os colonos no sentido da mudança. "Introduz em Cittadella o que chama de 'núcleo socialista' com a vinda de duas famílias e dois 'jovens que professavam idéias socialistas', para viver um cotidiano socialista, dentro da noção das lideranças-guia de Bakunin (...). O objetivo seria transformar, gradativamente, a partir do exemplo, a colônia como um todo. A reação a este núcleo (...) não se faz esperar: os 'intrusos' acabam por ser expulsos (...). A prática vai ensinar a Rossi a pertinência de uma das questões centrais do anarquismo, segundo a qual uma mudança não pode ser feita de cima para baixo, desde fora, mas construída por seus personagens. Apesar do sucesso econômico, a ATA de Cittadella desfaz-se em 1889, por demanda dos próprios colonos" (MÜELLER, 1989:239).

Mesmo assim, Rossi não fez de Cittadella a única tentativa de uma experiência cooperativista. Em 1889 lançou um manifesto para a formação de uma **"Colônia Agrícola Sociali"** na Itália. Tal tentativa, porém, não saiu do papel. Quanto mais a Itália - e a Europa como um todo - se mostravam refratárias às suas idéias, mais a América se apresentava como o espaço possível.

O primeiro lugar para o qual Rossi pensou em ir foi o Uruguai<sup>7</sup>. Não havia, porém, qualquer proximidade entre ele e a América. Qualquer que fosse o local para onde

---

<sup>6</sup> MAZZINI foi o anarquista que propôs a "construção de um "novo período histórico", no qual existiria entre a população um profundo sentimento de dever, de justiça e de verdade, visando não somente o bem-estar individual mas também o coletivo. O objetivo último seria a formação da "Umanità Collettiva" de tendência associativa" (MÜELLER, 1989:84/85). Na verdade, ao pedir aos capitalistas *benevolência* e aos trabalhadores *sacrifício* para que a propriedade se tornasse comum a todos, MAZZINI está propondo uma mudança na forma do relacionamento entre o capital e o trabalho sem, contudo, alterar sua essência.

<sup>7</sup> Local onde as lutas entre "brancos" e "colorados" arrastavam-se há tempos, dificultando os contatos para a instalação de sua colônia.

se dirigissem, este seria apenas um *laboratório* onde se realizaria a experiência. A Itália permanecia como o ponto de referência, de partida e de chegada.

No que diz respeito à escolha pelo Brasil, encontramos algumas divergências entre a literatura consultada. De acordo com MÜELLER, esta escolha se deu devido "à propaganda das facilidades oferecidas pelo governo brasileiro aos imigrantes a partir da segunda metade do século XIX. (...) No dia 20 de fevereiro de 1890, Giovanni Rossi e mais cinco companheiros - Cattina e Achile Dondelli, Evangelista Benedetti, Lorenzo Arrighini e Giacomo Zanetti partem de Gênova, a bordo do 'Cittá Roma', antigo cargueiro transformado em navio de passageiros, para o Brasil" (MÜELLER, 1989:244/255).

Já em Curitiba, os pioneiros dirigiram-se à Inspeção de Terras e Colonização. Neste ponto da história, porém, há uma divergência entre as fontes consultadas. De acordo com MÜELLER, os imigrantes pediram a concessão de lotes de terras ao Estado quando aqui chegaram. A autora segue, informando que eles foram, então, encaminhados ao núcleo colonial de Santa Bárbara, no município de Palmeira, para onde Rossi e Benedetti se dirigiram, a fim de preparar o caminho aos demais.

SCHMIDT, por sua vez, faz menção a entendimentos realizados, nos últimos anos da Monarquia, entre Giovanni Rossi e o Imperador D. Pedro II para a instalação da comunidade.

"Essa concessão de terras poderá parecer estranha aos que hoje dela se inteirem, desconhecedores da situação e das preocupações daqueles dias. A verdade é que pelo Brasil ainda ecoavam as festas de 13 de Maio. O problema do braço para a lavoura era absorvente, os escravocratas, a fim de prolongar os benefícios do trabalho servil, tinham feito a campanha ameaçando-nos de ruína econômica pelo abandono das fazendas. Esse temor levava o governo, com antecipação, a tomar extraordinárias medidas. Multiplicavam-se as colônias. Ali perto, em Santa Bárbara, já se havia estabelecido o 'mir' dos alemães do Volga. O 'mir' é uma forma de socialismo agrário. Que mal haveria, pois, em ceder terras na mesma zona, a anarquistas italianos, num tempo em que a estabilidade social ainda não oferecia perigos imediatos? O governo, fazendo tal concessão, pensou inteligentemente que a terra acabaria por absorver as preocupações ideológicas. E o governo agiu com acerto. Os fatos lhe deram razão. (...).

Assim estudado, o ato do governo monárquico perde muito de sua estranheza. Com esse espírito, foi concedida licença para o estabelecimento da Colônia Cecília, modesta experiência de uma sociedade ácrata, sem lei, sem religião, sem propriedade individual e principalmente onde a

família fosse constituída de forma mais humana, no entender de seus pioneiros" (SCHMIDT, 1980:11/12)<sup>8</sup>.

Ainda de acordo com SCHMIDT, Rossi, após receber a carta do Monarca concedendo-lhe as terras para a realização de sua experiência, tratou logo de estabelecer contato com aqueles que haviam se predisposto a realizar com ele a experiência da vida anarquista, através de uma colônia experimental<sup>9</sup>.

Rossi e aqueles que o acompanharam chegaram ao Brasil após a proclamação da República e, em face disto, tiveram que enfrentar a resistência das autoridades em reconhecer a doação das terras feita pela Monarquia. Alguns deles chegaram inclusive a ser presos, mas após negociação tiveram reconhecida a concessão das terras cedidas nas proximidades de Palmeira e Santa Bárbara, na então Província do Paraná<sup>10</sup>.

Por fim, um outro ponto divergente diz respeito à partida em direção às terras da colônia. SCHMIDT relata que todos partiram juntos em direção às terras, diferente de MÜELLER, que cita apenas dois. De uma forma ou de outra, uma coisa é certa: a utopia dava seus primeiros passos no caminho de sua concretização: nascia, naquele momento, a *Colônia Cecília*.

O primeiro passo após a chegada nas terras foi a construção de um barracão onde pudessem se recolher para fugir às intempéries. O material, de acordo com CENNI, foi adquirido com os últimos recursos obtidos na subscrição aberta entre os leitores de periódicos da Itália, aos quais Rossi enviava seus artigos. Este barracão - denominado por eles de Casa do Amor - funcionava, ao mesmo tempo, como residência comum para os recém-chegados, como o espaço de reuniões, das refeições coletivas e da moradia dos solteiros. Em seguida, passaram a construir as casas para as famílias e a prepararem coletivamente a terra para o cultivo.

Uma vez instalados, de acordo com MÜLLER, Rossi foi o escolhido para voltar à Itália a fim de contar como estava indo a experiência na Cecília<sup>11</sup>. Nesta oportunidade, aproveitou também para chamar novos colonos e pedir doações em dinheiro e, principalmente, em instrumentos agrícolas, sementes e livros. No período em que permaneceu na Itália, Rossi aproveitou para preparar a quinta edição de seu livro, na qual incluiu um capítulo sobre a Colônia Cecília, em um texto nitidamente propagandístico.

---

<sup>8</sup> A versão romanceada do pedido das terras e da decisão de D. Pedro II pela concessão é narrada ao longo da obra e foi mostrada pela Rede Bandeirantes de Televisão, em uma mini série com o mesmo nome.

<sup>9</sup> No final do opúsculo "*Il commune in riva al mare*", Rossi convidava aqueles que se interessassem por colocar em prática sua utopia a procurá-lo. Faz-se valer destas pessoas para iniciar sua experiência no Brasil.

<sup>10</sup> O episódio dos problemas e da prisão foi abordado na mini-série.

<sup>11</sup> SCHMIDT não faz menção a este respeito, mas a mini-série transmitida pela Rede Bandeirantes de Televisão o faz.



Também neste período travou constante polêmica com os anarquistas, sobre a pertinência ou não de se considerar o socialismo experimental como integrante do anarquismo. A discussão mais séria foi travada com Malatesta e, de certa forma, estava ligada à questão legalitária e à cisão que a mesma causou no movimento anarquista.

MALATESTA era defensor do anti-legalitarismo e tinha como preocupação central acordar o revolucionarismo adormecido nos socialistas para, assim, provocar a insurreição que, do ponto de vista dos anarquistas, sempre esteve latente. Para tal, pensava em organizar um "partido" como forma de organização, sem hierarquia, sem rigidez formal e, sobretudo, sem participar das eleições. A fim de ampliar as discussões, Malatesta convocou o Congresso Socialista Revolucionário Italiano, realizado em janeiro de 1891 em Capolago. Rossi também participou deste Congresso, oportunidade em que aproveitou para fazer propaganda da Colônia, convidando as pessoas a se juntarem à experiência. Este fato desagradou profundamente Malatesta, que teceu severas críticas à atitude de Rossi, em carta publicada em março de 1891 no jornal "La Revindicazione" de Forlì. "A carta é contundente na crítica ao que chama de 'Colônia Rossi'. Aliás, é contundente não só em relação às colônias, mas contra a emigração como um todo. Para ele a emigração representa para o emigrante uma tábua de segurança que o distancia da revolução, pois retira o dominado do local da dominação e da latente insurreição, mais ainda, não solucionando a razão do emigrar" (MÜELLER, 1989:265/266). A principal preocupação de Malatesta era a de que os colonos viessem a apaixonar-se pela experiência, transformando-a em um fim em si, deixando de lado seu caráter de "*laboratório de experiências*".

Conforme MÜELLER, Rossi somente respondeu à carta de Malatesta em 1893, em seu livro "*Cecilia, Comunita anarchica sperimentale. Un'episodio d'amore nella Colonia 'Cecilia'*", onde mais uma vez reafirmou a liberdade de escolha dos meios para se chegar ao fim, este sim, único: a revolução social.

A autora ainda chama atenção para o fato de Rossi ter mantido viva a função utópica da colônia experimental: "ele jamais obedeceu a um plano mais elaborado, ou sem dúvida mais ambicioso, que o da procura constante da liberdade. (...) O cotidiano exige planos para que a sobrevivência seja garantida: a roça, a construção de pequenas casas e a preparação da vinda de novos companheiros vai ser a preocupação imediata dos pioneiros. Quem serão estes novos companheiros, não sabem. Não se cogita o estabelecimento de regras ou critérios para sua aceitação" (MÜELLER, 1989:272/273).

Este é, sem dúvida, um ponto que precisa ser destacado. Desde que Rossi esteve na Itália, muitas foram as pessoas que se candidataram para emigrar para a colônia,

chegando a mesma a contar, em 1891, com cerca de 200 integrantes<sup>12</sup>. Este crescimento rápido foi, ao mesmo tempo, desastroso para a mesma. Como a procura da liberdade era o único plano estabelecido pela Colônia, não havia como impedir que as pessoas ali ingressassem. E muitos dos que para lá se destinaram nada tinham em comum com o projeto de Rossi. Para estes, a colônia se colocava apenas como uma possibilidade de tornarem-se proprietários de terras, ou apenas de saírem da Itália. Outros ainda chegaram à Colônia por acaso, sem terem emigrado para ela. Em todos esses casos, a vida em comum, o trabalho comunitário, a divisão do fruto do trabalho entre todos lhes parecia inaceitável.

Em contrapartida, para aqueles que emigraram para realizarem uma experiência de vida anarquista, a colônia era o espaço da *liberdade*, da inexistência da autoridade ou de alguém que exercesse função de mando ou de organização. Tudo era discutido e votado, e as assembléias eram os locais para esta troca de opiniões. Cada um fazia aquilo que queria, dentro do que havia sido decidido pela assembléia.

Essa situação, porém, durou pouco. Aqueles que não se adaptavam a este tipo de vivência e que queriam construir no Brasil uma vida semelhante àquela que possuíam na Itália, ou ainda as famílias de camponeses sem terra brasileiras que foram infiltradas na colônia pelos coronéis e pela Igreja local, com o intuito de desarticulá-la, logo começaram a querer "organizar" a colônia e a exercer "funções de mando". O choque entre os dois grupos foi inevitável, provocando um aumento do número de assembléias, sem que conseguissem chegar a um consenso. A pressão vitoriosa foi no sentido da liberdade, mas os demais colonos - sete famílias - saíram da colônia levando "*seu*" gado e "*seus instrumentos de produção*" (MÜELLER).

Para os que ficaram, apesar do desfalque, ressurgia o espírito anarquista. "Para começar, é necessário produzir para satisfazer as necessidades básicas. Muito trabalho e muitas dificuldades: este é o cotidiano dos colonos. Como alternativa à complementação do trabalho na colônia (...) alguns colonos se revezam no trabalho nas estradas que o Estado constrói. Segundo Rossi, a organização de Cecília se propõe a ser comunista mas também e principalmente anarquista. Entre os colonos existe um extremo cuidado para que ninguém se destaque dentre os outros, para que não se institua nenhuma forma de representação ou delegação de direitos: todos e cada um representam a colônia, tanto para o "exterior" (...), quanto entre si. A hierarquia é recusada, mesmo que em sua representação verbal" (MÜELLER, 1989:275/276).

Nesse ambiente de pobreza, o espaço da liberdade ficava comprometido. Frente a fome e a miséria, o egoísmo se expressava em cada família que procurava o refeitório

---

<sup>12</sup> SCHMIDT, sem precisar a data, informa que a Colônia, em seu período áureo, chegou a contar com 300 integrantes.

durante a noite para armazenar alimentos para si. Da apropriação do produto coletivo à defesa da propriedade individual a distância era muito pequena. Aos poucos a colônia foi sendo minada. Os únicos que ainda formavam a "verdadeira comunidade" eram os solteiros, alimentando-se coletivamente e morando no barracão.

Além disso, um outro problema se põe e se torna cada vez mais agudo: as divergências entre os antigos membros de origem camponesa e aqueles de origem não-camponesa, que acabou culminando na imposição dos primeiros em relação aos últimos. Mais uma vez houve o aumento da realização das assembléias, sem que houvesse possibilidade de consenso. "A tensão entre os dois grupos leva à crise final: em abril de 1894, o ativo da colônia é comprado por uma das famílias do 'partido camponês'<sup>13</sup>. Os demais colonos se dispersam" (MÜELLER, 1989:279)<sup>14</sup>.

Mesmo com o fim da colônia, Rossi não admite seu fracasso. Para ele, o importante foi o que ela conseguiu provar enquanto durou. É nisto que reside o sucesso da experiência. "O fracasso da colônia não representa, necessariamente, o fracasso do projeto de Rossi. Uma utopia, à medida que é a expressão articulada de um desejo, não é compatível com a noção de fracasso: sua realização não está na continuidade, na longevidade do projeto quando e se vivido. O que realmente importa é que a pulsão do desejo de construir uma sociedade outra se mantenha viva" (MÜELLER, 1989:292).

MÜELLER, ao analisar os motivos que levaram a colônia ao fim, além de considerar os já mencionados por Rossi, chama a atenção para outros dois. De um lado, a falta de meios materiais à qual somava-se o isolamento da colônia<sup>15</sup>, o que tornava difícil a convivência, mesmo para aqueles que possuíam um ideal para levar adiante, até porque, tal ideal pressupunha uma vida prazerosa. De outro, a grande diferença entre as pessoas que se dirigiram à colônia, muitas das quais sem qualquer ligação com o movimento anarquista e/ou com o projeto de Rossi. Além disso, chama a atenção para o fato de Rossi acreditar na possibilidade de constante mudança do ser humano. "Para ele, mudadas as condições externas e dadas as condições para que cada um pudesse se desenvolver, o ser humano gradual e

---

<sup>13</sup> Termo empregado por Rossi para designar os antigos membros de origem camponesa.

<sup>14</sup> SCHMIDT faz menção a um roubo, feito por um de seus integrantes. Rossi havia sido chamado pelo Delegado de Palmeira que informou-lhe que a Colônia estava em débito com a República, que não a isentara dos impostos. Reunidos em assembléia, os integrantes decidiram dedicar-se a uma grande plantação de milho, para que pudessem conseguir os recursos para saldar as dívidas. Na ocasião da venda da produção, o integrante que responsabilizou-se por realizar a transação na cidade, após vendê-la, fugiu com o dinheiro. Uma vez descoberto o desfalque, muitos abandonaram a Colônia e procuraram estabelecer-se em Curitiba ou nas vizinhanças.

<sup>15</sup> Devido à forma de conduta da comunidade, a mesma foi sendo cada vez mais discriminada e marginalizada pelos coronéis e pela Igreja local, que faziam grandes discursos alertando para a "periculosidade" dos integrantes da Cecília.

naturalmente mudaria (...). O que ele não contava era com a resistência das pessoas à mudança" (MÜELLER, 1989:303)<sup>16</sup>.

Gostaríamos, por fim, de chamar a atenção para o fato de que Rossi, em nenhum momento, defendeu a igualdade em sua utopia. Para ele, esta não existia, porque os seres humanos são, naturalmente, desiguais: o que houve, sempre, foram **oportunidades iguais**, para que todos pudessem se desenvolver dentro de suas possibilidades. Este é o motivo pelo qual se primava pela liberdade. Somente gozando de total liberdade o homem seria capaz de desenvolver-se dentro das oportunidades que lhes eram oferecidas e, desta forma, construir a experiência de vida anarquista.

A liberdade também se fazia presente no que dizia respeito à distribuição dos frutos do trabalho no interior da Cecília: apesar das dificuldades que lhe foram impostas, todos tinham a mesma liberdade de acesso aos recursos por ela angariados, de modo que tivessem satisfeitas todas as suas necessidades<sup>17</sup>. SCHMIDT relata vários episódios em que alguns dos integrantes da Colônia dedicavam-se ao trabalho assalariado na abertura de estradas para conseguir recursos para a alimentação dos demais, como o caso em que dezenove jovens decidiram dedicar-se a este tipo de trabalho enquanto os demais cuidavam do plantio do milho para angariar recursos e saldar a dívida que possuíam com a República, relativa aos impostos cobrados sobre a propriedade<sup>18</sup>.

É bom que se ressalte, ainda, que esta forma de condução da Colônia o aproxima ainda mais das idéias defendidas por KROPOTKIN. Ao garantir aos integrantes da Colônia, ao mesmo tempo, a liberdade necessária para que pudessem desenvolver-se de acordo com suas possibilidades e, dentro dos limites que lhes foram impostos, os recursos mínimos exigidos para sua reprodução, Rossi colocava em prática o lema do anarco-comunismo **de cada um de acordo com as suas possibilidades e a cada um, de acordo com as suas necessidades**.

A colônia, ao dissolver-se, mostrou-lhe mais uma vez, tal qual em Cittadella, que a utopia - e as mudanças que ela acarreta na vida daqueles que se dispõem a realizá-la - deveria ser construída por todos. Caso contrário, ela não sobreviveria.

---

<sup>16</sup> DONATO, no Prefácio à 3a. edição do romance de SCHMIDT, diverge de MÜLLER a esse respeito, afirmando que "Rossi - 1893 - diagnosticou o mal que, entre os males, mais virulentamente levava a perder-se o seu Éden: quisera criar um mundo espiritualmente novo a partir de homens inoculados por todas as deformações do viver antigo" (DONATO in SCHMIDT, 1980:07).

<sup>17</sup> É bom lembrar que, dadas as dificuldades em que viviam, as necessidades acabavam reduzindo-se àquelas básicas, sobretudo relativas à alimentação.

<sup>18</sup> Para maiores detalhes, ver Nota de Rodapé No.14.

## **2. A GEOGRAFIA E A PRODUÇÃO COMUNITÁRIA NO CAMPO**

Como já afirmamos, a discussão acerca das formas comunitárias de produção no campo teve pouca expressão no debate realizado no seio da Geografia neste século, o que, tudo indica, foi fruto da própria história da produção do conhecimento no interior da Geografia.

Os dois autores que dedicaram-se a este tema na Geografia foram Elisé RECLUS e Piotr KROPOTKIN, os quais realizaram seus estudos participando, simultaneamente, do debate travado pelo movimento anarquista. Com isto, abriu-se uma perspectiva nova aos estudos geográficos, a qual não ganhou o devido destaque por estar em franca oposição às duas posições hegemônicas na Geografia de então, o positivismo e o historicismo nascentes.

Os adeptos destas duas posições (positivismo e historicismo) conseguiram, assim, frear o florescimento da dialética na Geografia, a qual surgiu com os dois geógrafos e anarquistas já mencionados, mas que não chegou a atingir um raio de ação muito amplo. Entre as principais obras destes autores destacaram-se a "Nova Geografia Universal"<sup>19</sup>, obra encomendada pelo editor da Hachette a RECLUS, e que deveria dar uma visão horizontal do mundo, atualizando o conhecimento da superfície terrestre, e "O homem e a Terra"<sup>20</sup> (6 volumes), obra em que RECLUS procurou dar uma visão vertical da ação do

---

<sup>19</sup> Nouvelle Géographie Universelle.

<sup>20</sup> L'homme et la Terre.

homem na superfície terrestre, cobrindo duas categorias: o espaço e o tempo. Entre as obras de KROPOTKIN destacam-se "O apoio mútuo"<sup>21</sup>, obra em que critica Darwin e Huxley, mostrando como a ajuda mútua é tão ou mais importante para a evolução das espécies do que a luta pela sobrevivência; "Campos, fábricas e trabalhadores"<sup>22</sup>, obra em que critica a divisão do trabalho e a hierarquização das tarefas, propondo uma reorientação societária e espacial, baseada em comunas auto-geridas e sem os poderes políticos instituídos nos Estados Nacionais, e "A conquista do pão"<sup>23</sup>, obra onde apresenta as tendências favoráveis à livre cooperação como o melhor meio de abolir o capitalismo, o controle de classe, o sistema salarial e, sobretudo, o Estado, e como força diretriz de uma maior liberdade constituindo-se na experiência que comprovaria a viabilidade do comunismo anarquista. No entanto, mesmo com obras de tamanha importância, e escritas sob uma perspectiva diferente da vigente - talvez mesmo por causa disso - esses dois autores não conseguiram exercer muita influência sobre a Geografia que se produzia e, mesmo hoje, não raro são omitidos nas obras de alguns autores que se propõem a historiar a produção do saber geográfico. Quando isto não ocorre, os trabalhos de KROPOTKIN e RECLUS são considerados muito semelhantes, passando a falar-se apenas deste último. Tal atitude, ressalta VESENTINI (1986), é incorreta, pois enquanto nas obras de RECLUS conseguimos distinguir claramente seus relatos anarquistas e suas obras geográficas, em KROPOTKIN isto não ocorre.

Para que possamos compreender os motivos que fizeram com que estas posições na Geografia não adquirissem o devido destaque, iremos recuperar a história recente das transformações pelas quais esta ciência tem passado, procurando ressaltar as posições teórico-metodológicas que se mantêm hegemônicas ao longo do tempo.

As primeiras raízes da Geografia, como ciência moderna, encontram-se nos trabalhos feitos por HUMBOLDT e RITTER, ambos influenciados pela filosofia idealista e pelo romantismo, típicos da cultura alemã da primeira metade do século XIX, mas com enfoques diferentes. HUMBOLDT realizou uma expedição às Américas, com o objetivo de criar uma nova ciência, a "*Física do Globo*, que permitisse a integração de disciplinas distintas que estudavam o meio natural e explicassem a harmonia da Natureza e o encadeamento das diferentes forças que nela atuam. Em suas investigações, que partiram geralmente de observações meticulosas sobre o terreno, aplicou um *método comparativo*, cotejando as paisagens de diferentes áreas geográficas para observar as regularidades existentes em sua distribuição" (CAPEL &

---

<sup>21</sup> Ayuda mutua.

<sup>22</sup> Champs, usines et ateliers.

<sup>23</sup> La conquete du pain.

URTEAGA, 1984:15). RITTER, por sua vez, tinha por objetivo analisar as relações existentes entre o meio físico e a vida do homem. Considerando a Terra como o "teatro" da atividade humana, centrou sua atenção na vida social e nos processos históricos, e não nos fenômenos físicos, como fez HUMBOLDT.

O imperialismo e a Revolução Industrial foram dois fatores que forneceram um forte impulso ao desenvolvimento da Geografia no século XIX: tratava-se de buscar novos territórios, fornecedores de matérias-primas e de consumidores para as nações que se industrializavam, por um lado, ou como um mecanismo de ampliação/manutenção de sua hegemonia, por outro. É neste quadro que foram realizadas inúmeras expedições/estudos apoiadas por instituições públicas e/ou privadas, das mais diferentes origens. Afinal, como já dizia o lema de uma revista geográfica, "**a Terra pertencerá a quem a conheça melhor**". "A participação das Sociedades de Geografia na tarefa exploradora do século XIX foi muito importante (...). Seus objetivos eram muito amplos: além da organização de expedições, perseguiram o fomento do comércio, a realização de observações astronômicas, etnográficas e das ciências naturais, a criação de observatórios meteorológicos, os levantamentos cartográficos, a exploração arqueológica" (CAPEL & URTEAGA, 1984:18).

De acordo com CAPEL & URTEAGA, este quadro acarretou o aparecimento de uma nova Geografia, que se definia como a ciência que estudava as distribuições no espaço e as interações entre fenômenos físicos e humanos na superfície terrestre. A herança de HUMBOLDT se fazia plenamente reconhecida. O positivismo e o evolucionismo influenciaram amplamente entre os geógrafos no momento em que se produzia a institucionalização desta disciplina, entre 1860 e 1890, cuja maior preocupação passava a ser a de realizar uma ciência que estabelecesse rigorosamente o encadeamento causal dos fatos e que se elevasse ao descobrimento das leis.

O positivismo, veio condutor desta Geografia emergente, tinha como premissas:

- "1. A sociedade é regida por leis naturais, isto é, leis invariáveis, independentes da vontade e da ação humana; na vida social, reina uma harmonia natural.
2. A sociedade pode, portanto, ser epistemologicamente assimilada pela natureza (...) e ser estudada pelos mesmos métodos, *démarches* e processos empregados pelas ciências da natureza.
3. As ciências da sociedade, assim como as da natureza, devem limitar-se à observação e à explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias, descartando previamente todas as prenoções e preconceitos" (LÖWY, 1987:17).

As conseqüências da aplicação deste método de investigação na Geografia são muitas: a aplicação dos métodos das ciências naturais nas ciências da sociedade; a pretensa



neutralidade da ciência e do pesquisador, que passa a ser mero observador, sem estabelecer qualquer tipo de compromisso entre ele e a realidade estudada e à qual, quer queira, quer não, está inserido.

A aplicação fiel deste método acabou ocasionando o **determinismo geográfico**, cuja idéia principal é a análise da influência que o meio exerce sobre o homem, condicionando o seu desenvolvimento e comportamento. O melhor exemplo desta influência positivista na Geografia é encontrado na obra de RATZEL, geógrafo alemão que teve por tarefa desenvolver uma Geografia que justificasse/legitimasse o expansionismo/imperialismo do Estado alemão. Para tal, RATZEL elaborou o conceito de **espaço vital**, entendido como o espaço necessário para a obtenção do equilíbrio entre a população de uma dada área e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades. Com isto, ao mesmo tempo em que justifica/legitima o expansionismo, reconhece a dependência do homem em relação ao meio ambiente.

Simultaneamente ao desenvolvimento do determinismo geográfico surgiu o **possibilismo**, segundo o qual o meio físico não determina as atividades humanas, mas sim, lhes oferece possibilidades, as quais os homens utilizam, ou não. Por colocar ênfase na liberdade de opção que o homem possui, torna-se difícil alcançar leis gerais, semelhantes às que são encontradas na natureza. "A mudança de ênfase que se produz na Geografia está relacionada com a crise dos ensinamentos positivistas e sua substituição por uma concepção historicista da ciência. Frente ao reducionismo naturalista típico do positivismo - para o qual a ciência é única e o modelo de cientificidade está constituído pelas ciências da Natureza - postula-se agora o caráter específico das ciências humanas, e se afirma a divisão entre Natureza e espírito (ou cultura). (...) Por isso, ao contrário do que afirmam os positivistas preocupados com a *explicação*, o historicismo considera difícil alcançar leis gerais que permitam a previsão, e se contenta em obter uma *compreensão* da realidade sócio-cultural. (...) Ao coincidir esta evolução com o desenvolvimento de uma Geografia humana sistemática, paralela à Geografia física, surgiu também o perigo da divisão da ciência geográfica, a qual se evitou pondo a ênfase no estudo regional como objeto específico da disciplina. A região, como área na qual se realizam as combinações particulares de fenômenos físicos e humanos, caracterizada por uma *paisagem* particular, converte-se então no objetivo fundamental do trabalho geográfico" (CAPEL & URTEAGA, 1984:20).

O historicismo, no qual está assentada a Geografia Regional que emerge com o possibilismo, tinha como premissas:

"1. Todo fenômeno cultural social ou político é histórico e *não pode ser compreendido senão através da e na sua historicidade*.

2. Existem diferenças fundamentais entre os fatos naturais e os fatos históricos e, conseqüentemente, entre as ciências que os estudam.
3. Não somente o *objeto* da pesquisa está imerso no fluxo da história, mas também o *sujeito*, o próprio pesquisador, sua perspectiva, seu método, seu *ponto de vista*" (LÖWY, 1987:63/64).

A partir de então, rompe-se com a pretensa neutralidade da ciência, ao assumir que o próprio pesquisador está condicionado social e historicamente. O maior problema, porém, está no peso excessivo que passa a ser atribuído à história para a compreensão da realidade.

O principal representante do **possibilismo** foi o geógrafo francês Vidal de LA BLACHE. Contemporâneo e opositor de RATZEL, LA BLACHE teve como tarefa construir uma Geografia que fizesse oposição àquela desenvolvida na Alemanha e que, ao mesmo tempo, justificasse/legitimasse o colonialismo francês. Para tal criou o conceito de **gênero de vida**, que expressava as formas de relacionamento dos homens com o ambiente em que viviam. Para ele, sociedades mais evoluídas possuiriam gêneros de vida mais desenvolvidos, enquanto as sociedades menos evoluídas possuiriam gêneros de vida menos desenvolvidos. Sendo assim, defendia que o desenvolvimento da humanidade seria ocasionado pelo contato entre gêneros de vida com graus de desenvolvimento distintos, o que justificava/legitimava o expansionismo colonial francês.

Estas duas posições na Geografia ganhavam cada vez mais espaço. Tanto é que influenciavam as geografias que começavam a ser produzidas em outros continentes, como é o caso da Geografia brasileira, quer nos primeiros trabalhos que surgiram, desvinculados de um movimento organizado, quer no momento de sua institucionalização, com a criação das cadeiras de Geografia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na Universidade de São Paulo, em 1934, e na Universidade do Brasil no Distrito Federal, em 1935 (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), bem como com a criação da Associação dos Geógrafos Brasileiros-AGB, em 1934, por Pierre DEFFONTAINES, em São Paulo, a qual manteve-se por cerca de 10 anos como instituição paulista e, só então, passou a atuar a nível nacional.

Esta influência do determinismo e do possibilismo na Geografia se fez até os anos de 1940, quando então ocorreram grandes mudanças metodológicas, marcadas pelo retorno de um novo positivismo (o neopositivismo): mais uma vez volta-se a falar na unidade da ciência, na busca de uma linguagem comum - a das ciências naturais, que voltam a servir de modelo de cientificidade -, na busca de leis gerais que possibilitem **explicar** e não **compreender** e, mais do que isso, que permitam realizar a **previsão**, a mais autêntica das metas científicas.

Já nos anos 60 a Geografia sofreu uma nova transformação, passando a utilizar em larga escala os métodos matemáticos e estatísticos para explicar os fenômenos sociais e naturais. A Geografia **quantitativa**, **teórica** ou **pragmática**, como ficou conhecida, caracterizava-se por atribuir grande ênfase aos aspectos teóricos e à quantificação dos fenômenos e processos estudados. Sua característica principal estava em atribuir aos geógrafos a tarefa de buscar a ordem dos processos e fenômenos espaciais, a qual deveria ser feita mediante a elaboração de **modelos teóricos** que representassem simplificadamente a realidade, e que permitissem abstrair e analisar algumas de suas características espaciais, bem como realizar previsões/planificações espaciais. Esta foi, inclusive, a finalidade principal desta Geografia, qual seja, sua aplicação nos órgãos de planejamento oficiais e/ou particulares.

No Brasil, esta Geografia teve grande repercussão no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, órgão fundado pelo Estado em 1937 e composto por três Conselhos - Geografia, Cartografia e Estatística - com a finalidade de "desenvolver, aperfeiçoar e ordenar o processo de coleta de informações estatísticas, sem as quais não se poderiam medir as potencialidades do espaço brasileiro e racionalizar a máquina administrativa" (ANDRADE, 1977:9/10). Coube ainda ao Conselho Nacional de Geografia a realização da divisão regional do Brasil, a qual foi feita por Fábio Guimarães na década de 50, levando-se em conta os modelos europeus das regiões naturais, e refeita em 1956, quando o IBGE promoveu a subdivisão destas regiões, levando em conta a atuação do homem (zonas fisiográficas), marcando a influência dos trabalhos de Cholley na Geografia brasileira (ANDRADE, 1977).

Esta postura foi profundamente criticada pelos geógrafos que compõem uma Geografia que se constrói em oposição à Geografia quantitativa, e que está comprometida com a transformação da realidade. Trata-se da Geografia **Crítica**, cujos autores vão "fazer uma avaliação profunda das razões da crise; são os que acham fundamental evidenciá-la. Vão além de um questionamento puramente acadêmico do pensamento tradicional, buscando suas raízes sociais. Ao nível acadêmico, criticam o empirismo exacerbado da Geografia Tradicional, que manteve suas análises presas ao mundo das aparências, e todas as outras decorrências da fundamentação positivista (a busca de um objeto autonomizado, a idéia absoluta de lei, a não diferenciação das qualidades distintas dos fenômenos humanos, etc" (MORAES, 1984:112/113). Dentro desta perspectiva, os geógrafos da Geografia Crítica vão evidenciar o caráter de classe da Geografia Pragmática, bem como seu comprometimento com a manutenção da ordem e os interesses imperialistas do Estado, o que acabou ocasionando a produção de um

conhecimento que procurava camuflar a realidade e as contradições sociais. Os geógrafos críticos, ao contrário dos quantitativos, vão evidenciar em suas obras as contradições sociais, propondo-se a construir uma Geografia que se colocasse a serviço dos trabalhadores. A primeira manifestação desta renovação na Geografia foi a **Geografia Ativa**, proposta por Pierre GEORGE e seus discípulos Yves LACOSTE, Raimund GUGLIELMO e Bernard KAYSER.

O método utilizado é o materialismo, porém em duas variantes distintas. De um lado, temos o **materialismo histórico**, caracterizado pela "importância central atribuída à historicidade (dialeticamente concebida) dos fatos sociais e pela disposição em *aplicar o momento histórico a si mesma* (...). Reconhecendo explicitamente o laço epistemológico entre o marxismo e o ponto de vista de uma classe social determinada, esta corrente pode (...) dar ao materialismo histórico sua coerência de concepção global que não admite exceções e que não hesita em dar conta de suas próprias determinações histórico-sociais" (LÖWY, 1987:122). Entre os principais autores que seguem este caminho, podemos citar LUCKÁCS, GRAMSCI, KORSCH e GOLDMANN. O principal problema da aplicação deste método está na tentação reducionista entre o condicionamento social do pensamento e a autonomia da prática científica.

De outro, temos o **materialismo dialético**, centrado na dialética, a qual pode ser entendida como um método de conhecimento da realidade que considera o mundo em constante movimento e desenvolvimento, este último ocorrendo através de um processo infinito de movimento, renovação, perecimento do velho e surgimento do novo. O **materialismo dialético** estuda as **leis gerais** que regem todas as esferas da realidade. Tem também como objeto as leis do processo do conhecimento: indica não apenas o caminho do conhecimento, mas também o da transformação revolucionária do mundo (AFANASSIEV, 1963). Entre os principais autores que seguem este caminho, podemos citar LÊNIN, TROTSKY, MAO-TSE TUNG, entre outros.

No entanto, nem só de geógrafos comprometidos com a transformação da realidade vive a Geografia. É por este motivo que, paralela a esta forma de se analisar a realidade, desenvolve-se uma outra, influenciada pelo descobrimento do amplo campo da percepção subjetiva da realidade. Trata-se da **Geografia da Percepção** ou da **Fenomenologia**, para a qual "a idéia básica é que o homem decide seu comportamento espacial não em função do meio geográfico real, mas sim da percepção que possui do mesmo. Esta se realiza através da recepção de uma informação que é filtrada pelo sistema de valores de cada indivíduo e dá lugar a uma decisão de comportamento" (CAPEL & URTEAGA, 1984:42/43). Nesta linha

de pesquisa, os conceitos de percepção, atitude, valor e visão de mundo são fundamentais. O autor que mais se destaca nesta linha de pesquisa é Yi Fu TUAN, o qual, com suas obras "Topofilia" e "Espaço & Lugar" tem influenciado uma série de geógrafos descompromissados com a transformação da realidade pelo mundo inteiro, inclusive no Brasil. Entre os temas de pesquisa de maior interesse por parte destes geógrafos destacam-se o estudo dos mapas mentais que cada indivíduo possui do mundo e de sua realidade mais próxima.

Por fim, resta falarmos da prática de alguns geógrafos em retomar o historicismo, agora como **neo-historicismo**. Trata-se de um peso novamente excessivo dado ao caráter histórico dos fatos estudados, bem como da realização de pesquisas de caráter muito mais histórico do que propriamente geográfico. Este caminho tem conquistado cada vez mais adeptos também na Geografia brasileira.

Como vimos, desde seu surgimento e até os dias atuais a Geografia produzida por grande parte dos geógrafos a nível mundial esteve preocupada como a manutenção da realidade tal qual ela estava. Nesta perspectiva, de acordo com OLIVEIRA (1991), os estudos realizados em Geografia Agrária em sua fase inicial tinham por objetivo explicar a dimensão espacial dos fenômenos estudados e, mais especificamente, as relações técnicas de produção. As questões sociais, políticas e econômicas ficavam à margem desta discussão. Sob a ótica da divisão do trabalho acadêmico, elas não diziam respeito à Geografia, menos ainda à Geografia Agrária.

"O importante era explicar como, tecnicamente, fazia-se para produzir. E a geografia que se dizia humana, esquecia-se, propositadamente das classes sociais assentadas na base desse modo de produzir. O importante eram os sistemas agrícolas, se extensivos, intensivos, primitivos, modernos, com rotação entre terras ou com cereais. Toda a estrutura social edificada sobre o colonato, as relações sociais de produção que permitiam a exploração dessa massa trabalhadora, era relegada a um segundo plano, quando não, esquecida intencionalmente" (OLIVEIRA, 1991:08/09).

Todos os trabalhos que evidenciaram as contradições desta realidade e que procuraram apontar caminhos para transformá-la, foram severamente criticados, rotulados como "não-científicos" e marginalizados. Foi isto o que aconteceu com os trabalhos de RECLUS e KROPOTKIN, e o que ainda hoje vem acontecendo na Geografia brasileira com os trabalhos de autores que, na Geografia Agrária, insistem em "nadar contra a corrente", defendendo/provando a existência/resistência/especificidade do campesinato

brasileiro, quando a última "moda" está em rotulá-lo como uma "espécie em extinção" e/ou, como um "pequeno produtor de mercadorias a serviço do capital".

Por outro lado, como ressalta OLIVEIRA (1991), as transformações pelas quais o mundo passou no pós-guerra abriram perspectivas para o surgimento de estudos que englobassem também a dimensão política. Estes estudos passaram a ser produzidos durante a década de 60 e, no Brasil, merecem destaque os trabalhos de Orlando VALVERDE, Manuel Correia de ANDRADE, Pasquale PETRONE, entre outros que, por sua vez, serviram como referência a muitos outros realizados a partir de então. Porém, é bom deixar claro, que estes estudos, bem como os realizados pelos geógrafos que os seguem - como Manoel F. G. SEABRA, Regina C. T. SADER e Ariovaldo Umbelino de OLIVEIRA, apenas para citar alguns exemplos - apesar de possíveis, continuam constituindo-se, ainda hoje, em exceção. A maior parte dos geógrafos continua realizando seus estudos com o intuito de **explicar** e **justificar** a realidade e não com o intuito de **compreendê-la** para poder **transformá-la**.

No entanto, o próprio curso da história se encarrega de colocar as coisas em seus devidos lugares. E, sendo assim, como não poderia deixar de ser, a discussão acerca das formas comunitárias de produção no campo, desenvolvida por alguns camponeses, volta a cena, em suas diferentes concepções, seja em comunidades desenvolvidas espontaneamente, seja em práticas introduzidas em alguns assentamentos do MST.

Ao fazermos uma recuperação histórica relativa à discussão realizada pela Geografia sobre o tema, nos deparamos com uma enorme lacuna: os primeiros passos dados pelos dois autores em questão foram bruscamente interrompidos, pelo que, agora, para buscarmos as origens desta discussão na Geografia, faz-se mister recuperá-los.

Foi visando compreender os motivos desta interrupção que julgamos necessário realizarmos estas considerações acerca da história do pensamento geográfico em geral, onde procuramos mostrar uma longa sucessão de correntes de pensamento comprometidas, cada uma a seu modo, com a manutenção da realidade tal qual ela estava. Somente agora, com o desenvolvimento de uma Geografia comprometida com a transformação desta realidade, e com a retomada da prática comunitária por alguns camponeses espalhados no campo brasileiro, é que estes autores voltam a garantir espaço nesta discussão, possibilitando, assim, seu avanço. Esta será, doravante, nossa preocupação: recuperar esta discussão na Geografia e, quem sabe, lançar as sementes para que ela volte a florescer novamente.

Estes dois autores, e em especial os estudos relativos à propriedade e exploração da Terra realizados por Elisée RECLUS na obra "O homem e a Terra" e os trabalhos "O apoio mútuo", "Campos, fábricas e trabalhadores" e "A conquista do pão", de Piotr KROPOTKIN estarão na raiz do pensamento geográfico que pretendemos desenvolver para compreender a produção comunitária no campo e suas múltiplas relações com a história, com a prática política e com a compreensão do campo brasileiro e, em particular, da Comunidade Sinsei.

### **3. AS TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA AGRÁRIA BRASILEIRA E A IMIGRAÇÃO**



Nos capítulos anteriores procuramos esclarecer o contexto em que as discussões teóricas acerca da produção comunitária realizadas no seio da Geografia emergiram/foram submersas. Passaremos, agora, a compôr o quadro histórico que propiciou o desenvolvimento do processo imigratório para o Brasil e que possibilitou o surgimento de diferentes experiências no Brasil, entre elas a Comunidade Sinsei, tema central deste trabalho. Nosso intuito, neste capítulo, é compreender em que momento da história nacional e internacional ela aconteceu, quem foram os imigrantes que para cá se dirigiram, quais eram suas expectativas, que realidade encontraram, a quais tipos de relações de trabalho foram submetidos, quais os anseios daqueles que os receberam e quais os resultados desta política imigratória para o país. Ao procurarmos respostas para as questões levantadas, entre outras, buscamos caracterizar o quadro que deu origem às diferentes experiências de produção comunitária no campo.

### **3.1. O contexto em que o processo imigratório foi gestado**

Durante vários séculos o Brasil utilizou-se da mão-de-obra escrava para cultivar suas terras com produtos destinados à exportação em grandes extensões, em um sistema que ficou conhecido durante o período colonial como **plantation** e que baseava-se no tripé latifúndio/monocultura de exportação/trabalho escravo.

Nessa época, como ressalta OLIVEIRA, o comércio possuía hegemonia sobre as relações de produção. "Essa economia definiu-se por essa determinação da circulação sobre a produção e sobretudo pelo fato de que as mercadorias tropicais produzidas não eram as únicas mercadorias dessa economia, mas também o trabalhador escravo o era. (...) Portanto, o comércio de escravos permitia a obtenção de lucros antes que se produzisse a mercadoria" (OLIVEIRA, 1987:36).

De acordo com MARTINS, ao adquirir o escravo, o fazendeiro adiantava ao mercador de escravos uma certa quantia em dinheiro, equivalente à parcela de trabalho excedente que o escravo seria capaz de produzir. Transformado em **mercadoria**, em **renda capitalizada**, o escravo assumia uma dupla função. De um lado, ele era **fonte de trabalho** e, desta forma, despojado de todo e qualquer tipo de propriedade, inclusive da de sua própria força de trabalho, tinha sua exploração regulada não só pelo lucro médio, mas também pelo rendimento que o montante pago por ele forneceria, caso tivesse sido aplicado no mercado do dinheiro. Tal prática subordinava o trabalho, através do escravo, ao capital comercial, marcando, pois, a sujeição da produção à circulação. De outro, ele era **fonte de penhor** para os empréstimos que o fazendeiro solicitava às Casas Comissárias e/ou aos Bancos, já que, nessa época, a terra não possuía uma equivalência em capital.

Movida por interesses comerciais, a Inglaterra não só incentivou a disseminação da produção escravista de mercadorias por todo o novo mundo - principalmente no continente americano - com base no negro africano, como também lucrou muito com o tráfico de escravos. Porém, as transformações pelas quais passavam os países mais desenvolvidos, em franco processo de industrialização, não tardaram a repercutir-se pelos países de economia colonial. A proibição do tráfico negreiro e, posteriormente, sua cessação definitiva em função de pressões externas, sobretudo inglesas, ocorrida em 1850, decorreu da necessidade de ampliação do mercado consumidor, por parte dos países que viviam um processo de desenvolvimento industrial acelerado, ampliação que só seria possível com a difusão do trabalho livre em todos os ramos da produção.

Nas economias coloniais, esta proibição resultou na elevação do preço do escravo comercializado internamente, a quase o dobro de seu valor no período anterior. Como a renda do fazendeiro estava capitalizada no escravo, esta elevação desencadeou também o aumento do montante de capital à sua disposição, renegociado pelas Casas Comissárias junto aos bancos. Este aumento estimulou-os a ampliarem suas fazendas, o que, por sua vez, gerava a necessidade de mais escravos para as novas áreas cafeeiras, forçando-os a imobilizar mais capital na figura do escravo (em geral importados do Nordeste e do Sul a

preços elevados). Quem beneficiou-se de fato com esta situação foram os traficantes de escravos, uma vez que uma parcela significativa deste novo capital acabava sendo reinvestida em mais escravos.

A elevação do preço dos escravos crescia desproporcionalmente à sua produtividade, forçando o fazendeiro a promover a intensificação de sua jornada de trabalho, responsabilizando-o por um número cada vez maior de pés de café. Assim, a hegemonia da circulação sobre a produção, que durante vários séculos moveu o sistema escravista, acabou tornando-se a responsável por sua própria crise. A abolição transformou-se, então, na única saída capaz de resolver as contradições da dupla função da escravatura. Antes, porém, era preciso não só garantir a continuidade da sujeição ao trabalho como também descobrir uma outra fonte para o crédito hipotecário.

O primeiro passo para a resolução desta questão foi dado imediatamente após a proibição do tráfico negreiro em 1850. Diante da alegada impossibilidade de se contar apenas com a mão-de-obra de ex-escravos e trabalhadores nacionais para o trabalho nas fazendas de café, o governo criou uma lei de incentivo à imigração de colonos estrangeiros (sobretudo europeus), visando estimular o aumento da oferta de trabalhadores livres para as fazendas de café. No mesmo ano, criou a Lei de Terras, determinando que, daquele momento em diante, a aquisição de terras só poderia ser feita mediante a compra. Assim, ao impedir o acesso à terra mediante a posse, ele garantia a sujeição ao trabalho por parte de ex-escravos, trabalhadores livres nacionais e dos imigrantes europeus que começavam a chegar. É bom lembrar que os grandes proprietários continuaram apropriando-se de grandes extensões de terras sem pagar por elas, em um processo garantido pelo "surgimento de uma verdadeira indústria de falsificação de títulos de propriedades, sempre datados de época anterior ao registro paroquial, registrados em cartórios oficiais, geralmente mediante suborno aos escrivães e notários" (MARTINS, 1986:29).

O segundo passo foi dado em 1873, quando o governo estendeu o crédito hipotecário para todos os municípios das províncias de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, tendo como suporte a fazenda (plantações e instalações), e não mais o escravo. Porém esta medida só surtiu os efeitos desejados com a alteração das leis da carteira hipotecária, garantindo a penhora do fruto pendente e do fruto colhido, e não do imóvel. Configurava-se, assim, a **territorialização** da renda, processo que acabou desencadeando a expansão do café para o oeste paulista.

Gestada, pois, na crise do cativo, a alternativa encontrada para substituição do trabalho escravo para as lavouras de café foi o trabalho livre. Era preciso definir quem seria

esse trabalhador. A utilização do escravo, após a abolição da escravatura, mostrava-se pouco provável pois, para ele, a liberdade passava a assumir um sentido de negação do trabalho, a possibilidade de recusar a força de trabalho que passava a ser sua, a quem quer que fosse. Por outro lado, o número reduzido de trabalhadores livres (os agregados) tornava-os incapazes de, sozinhos, substituírem os escravos nas fazendas de café.

A melhor alternativa encontrada foi o imigrante europeu, o qual, por entrar no processo produtivo como vendedor de mercadoria (sua força de trabalho), e não como a própria mercadoria (como era o caso do escravo), aceitava a coerção ideológica que se impunha, ou seja, não só aceitava a exploração de sua força de trabalho pelo fazendeiro, como também considerava-a legítima. Isto só foi possível porque, tendo sido despojado de todos os meios de produção em seu país de origem, este imigrante entendia que a venda de sua força de trabalho era, ao mesmo tempo, garantia/condição de sua liberdade, e não sua negação. Para incentivar a imigração, após uma polêmica travada entre o governo e os grandes fazendeiros, decidiu-se vincular a possibilidade de acesso à terra (tornando-se, pois, proprietário) ao trabalho inicial nas fazendas de café.

### **3.2. A integração do imigrante europeu como trabalhador livre no Brasil**

A crise do sistema escravista colocou, pois, a questão sobre a imigração européia e a colonização - até então deixadas à margem - e, mais do que isto, a decisão relativa à forma como o imigrante seria introduzido no país - se como simples fornecedor de força de trabalho ou como povoador - novamente em primeiro plano nas discussões. "Reativa-se a política de povoamento e, a par das colônias oficiais, ou mesmo particulares, mas organizadas segundo o sistema tradicional que consistia em distribuir aos colonos pequenos lotes de terras agrupados em núcleos autônomos, aparece um novo tipo de colonização: fixação dos colonos nas próprias fazendas e grandes lavouras, trabalhando como subordinados e num regime de **parceria**" (PRADO Jr,1956:190)<sup>24</sup>.

A introdução do trabalho livre nas fazendas de café, através do sistema de **parceria**, se deu logo após a cessação do tráfico negreiro, no começo da década de 1850, fruto da lei de incentivo à imigração criada pelo governo naquele ano. Os primeiros imigrantes que vieram para o Brasil eram, em sua maioria, "pobres do campo ou da cidade, levados a abandonar seu país natal devido à crise econômica na Europa Central, em muitos casos

---

<sup>24</sup> Grifo nosso.

por uma questão de mera sobrevivência" (STOLCKE, 1986:30). Empregado em várias fazendas, este tipo de trabalho livre coexistia com o trabalho escravo.

O contrato de trabalho assinado entre o fazendeiro e o parceiro estipulava que os "trabalhadores cuidariam de um número não-especificado de pés de café, e o fazendeiro lhes cedia um pedaço de terra onde cultivariam suas próprias culturas alimentares. Além disso, os imigrantes recebiam gratuitamente uma casa. Seu pagamento consistia em metade do rendimento líquido do café e das culturas alimentares. Os trabalhadores ficavam obrigados a reembolsar as despesas feitas pelo fazendeiro em seu benefício com, pelo menos, metade de seus ganhos anuais com o café. O contrato inicial não especificava sua duração, mas (...) os imigrantes não poderiam deixar a fazenda até terem reembolsado suas dívidas" (STOLCKE, 1986:20). Entre os itens que serviam para fazer crescer a dívida estavam os gastos com transporte, despesas de viagem e manutenção na fazenda (dele e de sua família) até os primeiros resultados de seu trabalho, além de juros elevados sobre os adiantamentos realizados e os altos preços dos produtos cobrados pelo armazém. Tal prática acabava colocando o parceiro, como salienta MARTINS, em uma situação de servidão virtual.

Embora ela não tenha sido responsável por criar uma força de trabalho necessária para as fazendas de café, a **parceria** foi utilizada durante muito tempo nas fazendas paulistas, quer por sua maior eficiência na dispersão dos riscos, quer por ser um método mais eficiente que o trabalho assalariado pois, ao vincular o pagamento a uma parte da produção, o fazendeiro fazia com que o próprio trabalhador intensificasse sua auto-exploração com o intuito de aumentar seus ganhos. Porém, tão logo o parceiro se conscientizava de que não conseguiria quitar sua dívida no prazo estabelecido, aproveitando-se do fato dos contratos não estipularem o número de pés de café de responsabilidade de cada família, nem tampouco o tamanho destinado ao cultivo de alimentos, e passava a dedicar-se mais à sua lavoura, que lhe proporcionava ganhos diretos e imediatos. Os inúmeros problemas pelos quais passou este sistema de trabalho foram de um lado, frutos das graves irregularidades praticadas pelos fazendeiros no cumprimento dos contratos e, de outro, da desilusão por parte dos imigrantes com relação às suas condições de vida e de trabalho. O resultado foi o surgimento de inúmeras revoltas nas fazendas que, por sua vez, acabaram ocasionando o fracasso da **parceria**.

De acordo com STOLCKE, os fazendeiros ainda experimentaram sistemas alternativos de trabalho livre, entre os quais o **contrato de locação de serviços**, através do qual os trabalhadores recebiam um preço pré-estabelecido por medida de café colhido. Outra mudança foi a vinculação do tamanho da roça de subsistência ao do número de pés

de café tratados, numa tentativa de desencorajar os imigrantes de desviarem trabalho para as culturas alimentares. Por fim, o beneficiamento do café voltou a ser realizado pelos escravos até a década de 1880 e, depois, por trabalhadores assalariados.

Apesar destas alterações, o contrato de locação de serviços não resolvia o problema da dívida como desincentivo, apesar da existência de uma lei, promulgada em 1857, que previa a prisão e condenação a trabalhos forçados a todo trabalhador que não saldasse suas dívidas. Ainda assim, persistia o problema da produtividade do trabalho e da qualidade do café.

"A situação voltará a tornar-se aguda em 1870, em virtude sobretudo do considerável incremento da lavoura cafeeira no decênio anterior. Além disto, (...) é então que a escravidão recebe seus primeiros grandes golpes que fazem prenunciar sua próxima extinção; isto constituirá um forte estímulo para medidas de fomento à imigração. Elas viriam ao encontro de uma situação internacional favorável: de um lado, iniciava-se nos EUA uma política de restrições da imigração; (...) Doutro lado, entrava em cena um novo país de grande emigração, a Itália, como resultado das perturbações políticas e sociais por que atravessava" (PRADO Jr, 1956:192).

A essa época, paralela à crise econômica e política, a Itália vivia um processo de unificação. Além disso, o avanço do capitalismo desencadeou uma série de transformações na economia do país, gerando grande desemprego no campo e agravando ainda mais sua crise. Formava-se, pois, um quadro propício para o estabelecimento de uma política migratória entre o Brasil e a Itália: enquanto o Brasil necessitava de um grande número de trabalhadores para o trabalho nas lavouras de café em franca expansão, a Itália via na "exportação de sua população excedente" uma forma de amenizar os efeitos da crise política pela qual passava.

Os primeiros passos dados com o intuito de se incentivar a imigração em larga escala foram dados pelo Governo da Província de São Paulo, através de uma série de leis que destinavam recursos para construção de alojamentos, cobriam parte das despesas com as passagens e/ou com o transporte até as fazendas. Além disso, alguns particulares propunham-se a recrutar imigrantes, principalmente italianos. É nesse contexto que surge, em 1886 a SPI - Sociedade Promotora de Imigração, encabeçada por três fazendeiros paulistas, com o objetivo de "introduzir imigrantes chamados por parentes e amigos residentes em São Paulo e espontâneos" (HUTTER, 1971:15).

Porém, mesmo assim, as condições efetivas para a substituição do trabalho escravo pelo livre sofreram poucas alterações. Aliado a isto, a própria mentalidade do fazendeiro, condicionada por fatores históricos e sociais, igualmente pouco alterara-se, o

que acabou fazendo com que a passagem de um tipo de trabalho para outro ocorresse de forma bastante tensa. É bom não esquecer que, sobretudo no primeiro momento de introdução do imigrante como colono nas fazendas de café, o fazendeiro continuava dispendendo uma certa quantia em dinheiro com o seu transporte, alimentação e moradia, o que transformava-o, nesta fase inicial, em **renda capitalizada**, tal qual o escravo.

O quadro de crise vivido pela cafeicultura paulista fez com que o Governo da Província de São Paulo adotasse uma nova medida, aprovando, em 1884, a concessão de passagens gratuitas aos imigrantes destinados à agricultura. De acordo com STOLCKE, inicialmente uma pequena parte dos colonos foram colocados em **colônias oficiais** baseadas no sistema da pequena propriedade, situadas em terras impróprias ao cultivo do café e da cana-de-açúcar, destinando-se apenas ao cultivo de alimentos. Estes, por sua vez, não possuíam mercado pois eram produzidos nas fazendas em quantidade suficiente para o auto-consumo. O objetivo do governo ao criar estas colônias era formar um "viveiro de mão-de-obra" para as fazendas de café: garantia ao imigrante a produção de alimentos para sua reprodução, mas forçava-o a assalariar-se nas fazendas de café para aquisição de roupas, medicamentos, etc. Porém, esta prática teve uma curta duração. Em pouco tempo os imigrantes, subvencionados pelo Estado, passaram a ser encaminhados diretamente às fazendas, formando as chamadas **colônias particulares**.

O resultado desta medida foi a rápida expansão das fazendas de café pelo oeste paulista, pois a única forma de incorporar o capital fornecido pelo Estado era recrutando mais colonos, já que tais benefícios não eram aplicáveis aos colonos já existentes nas fazendas. Esta corrida para a abertura de novas fazendas, por sua vez, acabou incentivando a indústria da grilagem e os vários expedientes por ela adotados, para fornecer ao fazendeiro uma terra "livre e desembaraçada de qualquer contestação judicial" que, por sua vez, elevava o seu preço. Desta forma, o tributo antes pago aos traficantes de escravos passava a ser pago ao grileiro.

Esta prática de intervenção do Estado na formação de mão-de-obra para a fazenda marcava a subvenção pública à formação do capital na grande fazenda e, embora, de certa forma, ela assumisse um certo respaldo entre os partidários da colonização, como a melhor forma de se promover o povoamento do país, ela acabou ocasionando forte reação política diante do desvio de recursos públicos a um único setor e, mais do que isto, à concentração regional destes investimentos.

### 3.3. A mudança nas relações de trabalho nas fazendas de café: o sistema de colonato

Mesmo diante da garantia de fornecimento de mão-de-obra para as lavouras em quantidade suficiente, graças à intervenção do Estado mediante a subvenção da imigração, era preciso promover algumas alterações nas relações de trabalho até então praticadas. Diante das inúmeras dificuldades pelas quais os fazendeiros passavam com relação à qualidade do trato de seus cafezais, alguns deles "começaram a introduzir uma nova forma de remuneração, um sistema misto de remuneração por tarefa e por medida colhida, o **colonato**, fórmula que prevaleceria nas fazendas cafeeiras desde os anos 1880 até os anos 60 deste século. Nesse sistema, a carpa do café era paga a um preço anual fixo por mil pés tratados, e a colheita a um preço por alqueire de café colhido" (STOLCKE, 1986:36)<sup>25</sup>.

Colocado em prática através das **colônias particulares**, ou seja, aquelas criadas dentro das fazendas por iniciativa dos próprios fazendeiros, este novo sistema de trabalho, o **colonato**, caracterizou-se "pela combinação de três elementos: um pagamento fixo pelo trato do cafezal, um pagamento proporcional pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador. Além do que o colono não era um trabalhador individual, mas sim um trabalhador familiar" (MARTINS, 1986:19).

Cada família preservava sua individualidade no trabalho. Cada uma delas recebia uma determinada quantidade de pés de café que ficavam sob sua responsabilidade direta e que variava de acordo com o tamanho da família, em uma proporção de 2000 pés/homem adulto e 1000 pés/mulher e criança acima de 12 anos. Além disso, o colono combinava a produção do café à produção dos meios de subsistência/reprodução. Nos cafezais novos plantavam milho e feijão intercalados aos pés de café. Nos velhos esta prática não era permitida, mas o fazendeiro cedia uma outra área para o cultivo de tais gêneros. Neste caso havia a necessidade de ampliação da jornada de trabalho, evidenciando-se assim a exploração do trabalho excedente, a qual se dava de uma forma oculta, quando as culturas podiam ser intercaladas. Além disso, de acordo com MARTINS, no sistema de **colonato**, o fazendeiro promovia uma inversão na forma de apropriação do trabalho do sistema capitalista: definindo a prioridade de trabalho do colono como sendo o trato do cafezal e a colheita do café, o fazendeiro extraía, primeiro, o tempo de trabalho excedente do colono. Só então é que lhe possibilitava dedicar-se ao trabalho destinado à sua própria reprodução

---

<sup>25</sup> Grifo nosso. De acordo com MARTINS, os colonos deveriam fazer, na parte do cafezal sob sua responsabilidade, de cinco a seis carpas por ano.



como trabalhador e, mesmo assim, sob a aparência de que o fazia para si próprio, o colono continuava trabalhando para o fazendeiro.

De acordo com STOLCKE, além de garantir o fornecimento de trabalhadores baratos e disciplinados, o colonato proporcionava aos cafeicultores uma flexibilidade maior com relação às flutuações do preço do café no mercado. Por estar combinado às culturas alimentares, este "sistema permitia aos fazendeiros comprimir os salários em dinheiro nas épocas de baixa dos preços do café, sem pôr em risco a oferta de mão-de-obra, possibilitando-lhes, assim, sobreviver relativamente incólumes às sucessivas crises de superprodução. Pela mesma razão, longe de ameaçar a produção de gêneros alimentícios, a expansão do café acarretava também um aumento nas culturas alimentares" (STOLCKE, 1986:54).

As fontes de rendimentos possíveis ao colono eram bem variadas, mas em geral centralizavam-se na colheita do café e no trato do cafezal. Também podia trabalhar como diarista (ao que estava obrigado pelo contrato que assinava com o fazendeiro) ou ainda comercializar a produção excedente dos gêneros cultivados para sua reprodução, o que normalmente era feito com o próprio fazendeiro, ou com o armazém<sup>26</sup>, em geral a preços muito baixos, uma vez que não lhe era possível calcular o custo de produção de tais gêneros. Por fim, era obrigado também a trabalhar gratuitamente para o fazendeiro em atividades como o conserto de estradas que ligavam a fazenda à ferrovia, reparos no pasto e na cerca, etc, sob pena de pagamento de multa no caso da não realização do mesmo.

Todas as transações realizadas entre ambos eram registradas em uma caderneta. Cada um deles possuía a sua própria caderneta e as anotações contidas em ambas deveriam ser as mesmas, posto que eram confrontadas no momento do acerto de contas. A relação que se estabeleceu entre ambos era semelhante à existente entre o fazendeiro e o comissário, ou seja, um sistema de conta-corrente onde eram anotados os créditos e os débitos. A aparente igualdade entre o fazendeiro e o colono se efetivava apenas no momento do acerto de contas, onde o colono aparecia como fornecedor de mercadorias ao fazendeiro e eventualmente como trabalhador diarista e como comprador de mercadorias do fazendeiro e devedor de adiantamentos.

Em geral o imigrante era utilizado apenas para a colheita do café e o trato do cafezal. De acordo com STOLCKE, os fazendeiros também contratavam trabalhadores solteiros - denominados avulsos - que trabalhavam como diaristas e auxiliavam na colheita do café e/ou em outras atividades, bem como outros trabalhadores qualificados, como carpinteiros, pedreiros, fiscais, etc.

---

<sup>26</sup> Não raro também de propriedade do fazendeiro.

A formação da fazenda - que com a **territorialização** da renda do fazendeiro passou a ser um grande negócio, meio rápido de duplicar seu capital - continuava sendo feita por homens livres, agregados dos fazendeiros ou antigos posseiros. Esta formação constava na derrubada da mata, limpeza e preparação do terreno, plantio do café e formação dos arbustos, o que consumia de quatro a seis anos, no caso do café ter sido plantado em muda ou semente, respectivamente. O serviço era feito por empreitada, sendo permitido ao trabalhador plantar e comercializar alimentos e, em alguns casos, comercializar também os primeiros frutos do café, antes de entregar o cafezal ao fazendeiro.

Através desta prática, além dos fazendeiros incorporarem a renda camponesa da terra (em trabalho) no processo de formação dos cafezais, auferiam também a renda capitalista da terra (diferencial I e II), a primeira face a alta fertilidade dos solos de terra roxa do oeste paulista e a segunda face o avanço da ferrovia para estas áreas. Com isto, podiam acumular grande quantidade de capital, o que não teria se concretizado caso o regime de trabalho empregado na formação das fazendas tivesse sido o assalariado.

Aos poucos a "fazenda de café transformou-se num empreendimento de conversão de trabalho em mercadorias, a partir de relações não capitalistas de produção. (...) O colono viveu uma ilusão específica, que não era produzida pela relação capitalista do salário em dinheiro. O colono viveu a ilusão de que o que entregava ao fazendeiro sob a forma de café era o tributo que pagava para trabalhar para si próprio. O colono não se considerava proprietário dos meios de produção nem mesmo proprietário da terra. Ele se considerava proprietário do seu próprio trabalho, do trabalho materializado nos produtos da agricultura de subsistência, mesmo que com isso, na verdade, estivesse entregando o seu trabalho a outrem, ao fazendeiro" (MARTINS, 1986:92/93). Sendo assim, a propriedade passava a ser, para o colono, condição de igualdade e liberdade: a única forma de livrar-se da sujeição da propriedade era tornar-se proprietário. O difícil, porém, era conquistá-la.

Mesmo diante de tantas alterações nas relações de trabalho introduzidas pelo **colonato**, os fazendeiros continuavam fraudando o cumprimento dos contratos e, muito embora buscassem reprimir toda e qualquer forma de manifestação de descontentamento por parte dos colonos, as greves continuaram ocorrendo e cada vez com maior frequência. Ao contrário do que pretendiam os fazendeiros, como salienta STOLCKE, o aumento da disciplina no trabalho - levado a cabo, não raro, mediante métodos violentos - fez nascer entre os trabalhadores as condições para uma ação coletiva - e portanto muito mais eficaz - entre os trabalhadores.

"Em 1913, o jornal em língua italiana *Fanfulla* havia registrado várias dúzias de greves. Entre 1913 e 1930, o Patronato Agrícola (uma agência estatal fundada em 1911 para mediar nos conflitos entre fazendeiros e trabalhadores), bem como a imprensa dos trabalhadores, cita mais de cem greves nas fazendas de café. Embora a maioria dessas greves se limitasse a uma única fazenda, houve um caso em 1911, quando cerca de mil trabalhadores de meia dúzia de fazendas da área de Bragança entraram em greve por vinte dias, e como resultado conseguiram um ligeiro aumento no pagamento. No ano seguinte, trabalhadores de mais de uma dúzia de fazendas na área de Ribeirão Preto entraram em greve e também conseguiram um pequeno aumento salarial" (STOLCKE, 1986:72).

Apesar do movimento grevista conseguir alguns resultados, eles ainda eram poucos frente às perdas acumuladas ao longo dos anos. As reclamações passaram a ser cada vez mais freqüentes e, em pouco tempo, milhares de imigrantes solicitaram ao Consulado italiano sua repatriação. Entre aqueles que insistiam em permanecer nas fazendas, uma outra prática tornou-se cada vez mais comum: as fugas noturnas antes do término das vigências dos contratos.

"Um grande fluxo de retorno de imigrantes e a publicidade dada na Europa às condições miseráveis nas fazendas paulistas, associados ao crescente descontentamento dos trabalhadores e o temor, por parte dos fazendeiros, de que a sua oferta de mão-de-obra poderia estar em risco, deram início às primeiras leis de proteção aos colonos. Em 1906, foi decretada uma lei que dava preferência às dívidas que os fazendeiros tivessem com eles, em caso de falência, e em 1911 foi fundado o Patronato Agrícola, para arbitrar um tanto unilateralmente as disputas entre fazendeiros e colonos. Em 1913, (...) foi aprovada uma lei que dispunha sobre a expulsão de estrangeiros do país e, embora provavelmente fosse mais dirigida para reprimir os conflitos trabalhistas nas indústrias, (...) também serviu para reduzir o poder de barganha dos trabalhadores agrícolas frente aos fazendeiros" (STOLCKE, 1986:74).

Na prática estas leis transformavam-se em armas eficazes utilizadas pelos fazendeiros para reprimir qualquer ameaça por parte dos trabalhadores. Este grande movimento de retorno à Europa, aliado às investigações colocadas em prática pelo governo italiano sobre as condições de vida e de trabalho de seus emigrantes no Brasil, terminaram por reduzir drasticamente o fluxo imigratório que para cá se dirigia. Contribuíam para isto, além da própria realidade dos imigrantes italianos no Brasil, as severas restrições impostas pelo governo italiano à emigração de seus cidadãos para cá, bem como "a abertura do mercado de trabalho dos Estados Unidos, que passou a exercer uma atração mais forte sobre os que resolviam deixar a Itália" (OLIVA, sdp:09).

### 3.4. A imigração japonesa

As medidas adotadas pelo governo, pois, não conseguiram frear o movimento de retorno à Europa, tampouco alterar o quadro de conflitos e tensões no campo. Uma nova crise no fornecimento de braços para as lavouras de café instaurou-se e, com ela, mais uma vez, a discussão acerca da formação da força de trabalho para as fazendas, merecendo destaque a opinião daqueles que defendiam a organização de colônias de pequenos proprietários como fornecedora de força de trabalho para as fazendas. Porém, esta discussão assumia destaque apenas nos períodos de crise e, apesar do ônus que a partida dos imigrantes representava ao Estado, os fazendeiros relutavam em acreditar que os imigrantes instalados em pequenas propriedades se dispusessem, de fato, a trabalhar nas fazendas quando fosse preciso.

A solução encontrada, após muita resistência por parte dos cafeicultores, foi o incentivo à imigração asiática<sup>27</sup> que, muito embora tenha sido apresentada como uma proposta em 1892, só foi concretizada em 1908, quando foi firmado um acordo entre o Brasil e o Japão, com o intuito de manter um relacionamento cordial sobre imigração, por tratar-se de interesse comum a ambos. Para o Japão, que possuía o sério problema de superpopulação a resolver, a importância do Brasil como país receptor crescia, à medida em que outras nações tradicionalmente imigrantistas fechavam suas portas aos japoneses. Para o Brasil, que possuía uma grande extensão de terras a ser povoada/explorada, e que contava com a "falta" de trabalhadores para tal - sobretudo no estado de São Paulo, onde a cultura cafeeira crescia cada vez mais, carecendo de mais força de trabalho - a importância do Japão crescia enquanto fornecedor potencial desses trabalhadores, que aqui tornavam-se cada vez mais escassos.

Através das empresas de emigração - entre as quais destaca-se a Companhia Paulista Prado & Jordão que, de acordo com YOSHIOKA, foi criada para promover a imigração japonesa - o Governo da Província de São Paulo subsidiou parte da passagem marítima, ficando a outra parcela a cargo dos fazendeiros empregadores. Na verdade, quem pagava a parcela que cabia ao fazendeiro eram os próprios imigrantes, através dos descontos efetuados pelos fazendeiros na parte que eles deveriam receber com o

---

<sup>27</sup> De acordo com YOSHIOKA havia um grande preconceito em relação aos asiáticos, os quais eram considerados pessoas que não se fixavam ao trabalho. Temia-se que a introdução do imigrante asiático provocasse, de um lado, o retorno à escravidão e, de outro, que essa introdução acabasse ocasionando o retorno dos imigrantes europeus a seus países de origem.

trato/colheita do café<sup>28</sup>. No entanto, por volta de 1914, o governo paulista rescindiu o contrato sobre o transporte de imigrantes, além de suspender o pagamento de subsídios. Tal decisão teve como base a difícil fixação dos orientais como colonos de café, quando comparados com os europeus. As causas do fracasso desta iniciativa foram muitas. YOSHIOKA destaca a propaganda enganosa, feita por aqueles que recrutavam os imigrantes no Japão que, sem conhecer a realidade brasileira, exageravam suas vantagens, principalmente no que dizia respeito à facilidade para ganhar dinheiro. Além desta, outras podem ser citadas, tais como a falta de esclarecimento sobre todas as cláusulas dos contratos que os colonos assinavam ao partirem para o Brasil; a falta de aptidão ao trabalho agrícola; a chegada fora do período propício para o início do trabalho; as más condições de moradia e alimentação; a dificuldade de entendimentos e adaptação à nova realidade, etc.

Estes fatores desencadearam, também entre os imigrantes japoneses, um grande número de revoltas, conflitos e fugas noturnas. Por outro lado, a rescisão sobre o contrato de transporte do imigrante por parte do governo brasileiro fez com que o governo japonês passasse a assumir esta responsabilidade, porém, com o intuito de implantar no Brasil núcleos de colonização, firmando com o governo brasileiro, em 1914, um contrato com esta finalidade.

Os núcleos de colonização japonesa, que começaram a surgir após 1915, aumentaram rapidamente. As características destes núcleos, bem como os processos de reorganização social e territorial por eles enfrentados, variam de acordo com o tipo de povoamento a que se submeteram. SAITO reconhece três tipos distintos:

- a) **colonização planejada**, quando as empresas colonizadoras (de capital privado) encaminham os imigrantes para as glebas já divididas em lotes. Os núcleos assim formados (ijû-chi) já dispõem de melhoramentos tais como educação, saúde pública, cooperativas, etc.
- b) **povoamento voluntário**, formado a partir da fundação voluntária de núcleos em diferentes áreas do país, por colonos que já haviam passado um estágio nas fazendas de café. Os motivos que ocasionam a formação desses núcleos, também chamados de Shokumin-chi (colônia) são, entre outros, a origem comum, a religião, experiências comuns (pessoas que viajaram no mesmo navio e/ou trabalharam na mesma fazenda), parentesco, amizade, etc.

---

<sup>28</sup> O governo fornecia, a título de ajuda de viagem, uma quantia por imigrante que variava de acordo com sua faixa etária (3-7, 7-12, acima de 12), parte da qual deveria ser reembolsada pelo fazendeiro. Para maiores detalhes, ver YOSHIOKA (1995).

c) **colonização oficial**, quando os imigrantes são conduzidos para núcleos coloniais mantidos pelo poder público. Seu funcionamento assemelha-se ao da colonização planejada, porém, ao invés de permanecerem, de certa forma, isolados, eles irão encontrar colonos brasileiros e/ou de outras nacionalidades no mesmo local.

Ao analisar estes núcleos, KIYOTANI & YAMASHIRO estabelecem uma distinção entre a mentalidade dos colonos que formavam as **colônias planejadas** (ijû-chi) e aquelas de **povoamento voluntário** (shokumin-chi). No primeiro caso, apesar de ser uma iniciativa do capital privado, havia o apoio do governo de Tokyo, o que dava mais credibilidade ao empreendimento. Por outro lado, os próprios colonos que imigraram nestas condições tinham o interesse de fixarem-se definitivamente no Brasil. É este o caso dos colonos que dirigiram-se à Primeira, Segunda e Terceira Alianças, sobre as quais nos deteremos a seguir. No segundo caso, os colonos haviam passado por trabalhos nas fazendas de café e só fixaram-se no Brasil após verem o sonho do retorno à terra natal em uma situação melhor - que os havia motivado a partir - diluir-se no dia-a-dia de trabalho.

KIYOTANI & YAMASHIRO distinguem ainda dois outros tipos de núcleos coloniais. Um deles, formado por um agrupamento homogêneo de imigrantes nas áreas de cotonicultura, quando esta atividade atingiu destaque, os quais desfizeram-se tão logo a atividade entrou em decadência. O outro, formado com a interiorização do estado de São Paulo e norte do Paraná, quando alguns pioneiros adquiriam glebas nestas áreas, subdividiam-na e vendiam-nas em lotes menores.

Se num primeiro momento (1908-1926) a política emigratória japonesa pode ser caracterizada como "**passiva**", o mesmo não ocorrerá no período seguinte (1926-1941), o qual caracteriza-se "pelo encaminhamento de imigrantes proprietários e por investimentos de capital tanto de caráter oficial como privado, de maneira concomitante à ativação de imigrantes trabalhadores" (SAITO, 1961:37). É neste contexto, pois, que são criadas as associações ultramarinas nas províncias, tendo como seu órgão centralizador a Federação das Associações Ultramarinas e, como seu órgão representativo no estado de São Paulo, a **Sociedade Colonizadora do Brasil - BRATAC**<sup>29</sup>.

Porém, de acordo com SAITO, apenas uma pequena parcela de imigrantes (em torno de 4%) foi envolvida no tipo de colonização planejada. A maioria absoluta dos imigrantes seguiu seu itinerário em direção às colônias de povoamento voluntário, onde já podemos observar alguns elementos relativos à busca da identidade na formação de tais agrupamentos.

---

<sup>29</sup> Burajiru Takushoku Kumiai.

As colônias que foram surgindo, quaisquer que fossem, segundo SAITO, possuíam dois tipos de funções distintas: "a da "faixa-de-segurança" para proteger os imigrantes novatos na sua *travessia* de uma cultura para outra, bem como a de "cabeça-de-ponte", para ajudar os veteranos a fincar pé no solo adotivo" (SAITO, 1961:212).

Nota-se, nesta caracterização de SAITO, uma grande influência do funcionalismo, posto que a mudança, neste caso, aparece como um processo mecânico de substituição de um elemento por outro, ou seja, de acordo com o referido autor, as comunidades que se formavam tinham como função "amenizar o choque" da substituição de uma cultura por outra. Acreditamos, porém, tratar-se esta de uma visão simplificada do processo. Ao contrário de SAITO, entendemos a situação de contato "não como a destruição de modos tradicionais de vida, mas como um processo que leva a construção de um novo estilo de vida, com novas estratégias e alternativas, onde a cultura tem uma dimensão essencialmente dinâmica e adaptativa" (CAIUBY NOVAES, 1990:26).

Em 1932, 90% dos estabelecimentos com imigrantes japoneses possuíam uma área com menos de 100 hectares, dos quais 40% eram propriedades cuja área variava entre 10 e 20 hectares. Já em 1952, 95% destes estabelecimentos possuíam uma área menor que 100 ha, mas deste percentual, 43% eram propriedades que possuíam uma área variando entre 20 e 50 ha, enquanto que apenas 20% eram propriedades cuja área variava entre 10 e 20 ha. Nota-se pois, neste período, um aumento da área média dos estabelecimentos dos imigrantes, fato que pode ser atribuído a uma concentração maior de pessoas/propriedades nas comunidades que então surgiam (SAITO, 1961).

A ordem social interna dessas comunidades foi sustentada por "padrões culturais japoneses, como por exemplo, a precedência dos 'velhos' sobre os 'jovens'; outras normas de comportamento são baseadas em classes de idade e relações de subordinação (...). As relações entre os sexos são baseadas na família patriarcal (...). À medida que a estrutura comunitária sofre mudanças, exige-se a reformulação de cliques e substituição de liderança porque a competência e a adequação dos líderes estão em função da situação em que se encontra a comunidade" (SAITO, 1961:218).

Outrossim, a preocupação com a educação é outra característica presente entre os japoneses constituídos em comunidades. A partir do momento em que esses colonos abandonavam o espírito e a preocupação de rápidos ganhos para um breve retorno ao Japão, passaram a dedicar-se ao futuro de seus filhos, até então sem acesso à educação. Prova disso é que, "antes mesmo de sedes de associações para seus encontros comunitários e sociais, os japoneses procuravam construir escolas. Nos primeiros anos, reuniam-se nas escolas

para tratar dos problemas da comunidade. Ou para comer e beber." (HANDA, 1987:282). É por este motivo que costumavam dizer entre si que "quando três japoneses se reúnem, fundam uma associação (...). Quando os europeus ou brasileiros formam uma comunidade, é certo que constroem uma igreja no ponto central da mesma. Os japoneses constroem uma escola" (HANDA, 1987:282).

Com o passar do tempo, porém, verifica-se uma mudança nas formas associativas criadas por eles, sobretudo nos centros urbanos, as quais tendem a perder os traços característicos e assemelhar-se às instituições da sociedade dominante. Já as comunidades do interior são mais conservadoras e, dessa forma, resistem mais a este processo sem, contudo, estarem imunes a ele. É o caso, por exemplo, das associações japonesas que transformam-se em associações culturais; das associações de moços e moças que transformam-se em clubes culturais e esportivos; das de donas de casa que transformam-se em sociedades beneficentes de caráter religioso; ou ainda da Associação Japonesa de Moinho Velho, que mais tarde veio a transformar-se na **Cooperativa Agrícola de Cotia - CAC**.

### **3.5. O surgimento dos núcleos coloniais**

#### **3.5.1. O Bairro das Alianças**

O surgimento do Bairro das Alianças (localizado no município de Mirandópolis, a noroeste do estado de São Paulo), por ser resultado de um empreendimento de colonização planejada bem sucedido, iniciado pela Nippon Rikko Kai<sup>30</sup> (Associação Rikko do Japão).

De acordo com YOSHIOKA, sua origem está relacionada ao pastor protestante Hyodaiyu Shimanuki, fundador da Associação dos Trabalhadores (Rodo Kai) que em 1897 transformou-se na Nippon Rikko Kai. Por iniciativa de seu fundador, esta Associação passou a realizar a seleção e o preparo de jovens que decidiam emigrar (sobretudo após a criação da Nippon Rikko Kaigai Gako - Escola Rikko Japonesa para o Exterior). A Rikko Kai valorizava muito o esforço individual para a obtenção do sucesso na vida e pregava a idéia de que cada um deveria dedicar-se de corpo e alma para servir a sociedade. Seus "internos recebiam formação para *kaitaku seishin*, isto é, espírito para desbravar. Proibia-se a

---

<sup>30</sup> "*Rikko* - palavra retirada do chinês cujo significado, de fundo bíblico, tem o sentido de "seguir por seu próprio esforço"/*Kai* - Associação" (YOSHIOKA, 1995:41).



bebida e o cigarro e aprendia-se que as pessoas não devem viver pedindo favores aos outros, tampouco negar aos que necessitam, enfim, seguir à risca os preceitos cristãos.

Desse tipo de preocupação é que se infere: 'formar homens é tão importante quanto a formação de cafezais' (YOSHIOKA, 1995:46). Em 1914 assume a direção da Rikko Kai o Sr. Shigueshi Nagata, quem vai assumir a direção da associação por 50 anos, responsabilizando-se, pois, por boa parte de suas realizações. Foi através de seu incentivo que o governador da Província da Nagano, Toshio Homma, organizou, em 1922, a Associação Ultramarina de Shinano<sup>31</sup> através da qual fundou, no ano seguinte, "uma colônia modelo na América do Sul para fixação de emigrantes, oferecendo-lhes o apoio e a segurança que não haviam sido proporcionados aos trabalhadores das fazendas de café" (YOSHIOKA, 1995:49). A tarefa de localizar as terras foi designada ao Cônsul do Japão em Bauru na ocasião, Sr. Tarama, que contou para isto com o apoio do Sr. Shungoro Wako. Em 1924 o Sr. Nagata formalizou a aquisição de 2.200 alqueires de terras, passando a área a chamar-se Primeira Aliança.

"Os lotes de terras que compunham a Colônia Aliança eram de três tipos: com 10, 15 e 20 alqueires e só poderiam ser vendidos às pessoas filiadas a *Shinano Kaigai Kyokai* - Associação de Shinano para o Exterior - *Yugen Sekinin Shinano Totchi Kobai Riyo Kumiai* - Cooperativa de Aquisição e Aproveitamento de Terra Sociedade Limitada - ou *Nambei Totchi Kumiai* - Cooperativa de Terras da América do Sul - e respectiva família. (...)

Em 1926, haviam sido vendidos todos os lotes perfazendo o total de 2.200 alqueires. O sucesso da província de Shinano motiva a de Tottori, governada pelo senhor Yukichi Shiragomi, que constitui a Associação Ultramarina e adquire 1.200 alqueires da área vizinha de Shinano.

A associação Shinano, por sua vez, adquire juntamente com a de Tottori, mais 800 alqueires, totalizando 2.000, denominando a nova área de Segunda Aliança.

O senhor Shiragomi, tendo sido transferido para a vizinha província de Toyama, organiza a Associação Ultramarina de Toyama, adquirindo 1.300 alqueires. A associação Shinano, mais uma vez, adquire 1.700 alqueires, totalizando 3.000 alqueires, formando a Terceira Aliança" (YOSHIOKA, 1995:50/51).

A província de Kumamoto também fundou sua Associação Ultramarina e adquiriu terras também na Colônia Aliança, denominando-a de Nova Aliança.

Todos os lotes ou tinham como delimitação ou eram cortados por riachos ou córregos e as casas dos colonos foram construídas próximas das vias de comunicação. Os loteamentos foram todos dotados de infra-estrutura e contavam, cada um, com um Centro Comunitário (Kaikan), utilizado para o ensino da língua japonesa, atividades ligadas ao

---

<sup>31</sup> Trata-se, de acordo com YOSHIOKA, do nome arcaico da província de Nagano.

movimento associativista/cooperativista, bastante incentivado pelas associações fundadoras e outras, de cultura e lazer.

Muitos dos imigrantes que se dirigiram para as Alianças haviam passado pela Rikko Kai, o que lhes imprimia laços de solidariedade, amizade e auto-confiança, incentivados pelos ideais dos 4H, "iniciais em inglês de *Head*, cabeça, significando a inteligência, o pensamento; *Heart*, o coração, o amor, o sentimento; *Hand*, mão, o trabalho; e *Health*, saúde, o vigor físico" (YOSHIOKA, 1995:44). Outro movimento que influenciou estes imigrantes foi o GAT - Gozar a Terra, que tinha por princípios:

- ". apego à terra, isto é, amar a terra e fixar nela a sua residência e extrair dela o maior proveito possível;
- . viver uma vida tranqüila, como um verdadeiro lavrador brasileiro;
- . aprender os meios práticos de proceder às culturas racionais, mediante adubação de conformidade com o que preceitua a ciência agrológica;
- . racionalizar a distribuição de braços, contando inclusive com os braços domésticos, elaborando o prospecto anual;
- . obter, na medida do possível, auto-suficiência de tudo que for preciso, prestando obediência à boa regra da economia doméstica, regulando as despesas e aprendendo a beneficiar os produtos agrícolas;
- . cuidar da saúde, pois ela é a base de todas as atividades" (YOSHIOKA, 1995:44/45).

Tais ideais, além de serem praticados por eles, tiveram grande difusão entre outros imigrantes.

### **3.5.2. Outras experiências**

Além desta forma de organização dos núcleos coloniais, duas outras alternativas se colocavam para os imigrantes de diferentes nacionalidades, a saber, uma certa fragmentação de algumas fazendas fruto da crise de superprodução pós-1904/1905 e as atividades de grandes companhias privadas de colonização.

A fragmentação das fazendas ocorreu sobretudo na região antiga do estado, onde as terras tornavam-se cada vez mais impróprias ao cultivo do café, forçando os fazendeiros a fragmentá-las e a vendê-las para que pudessem buscar novas terras na fronteira (nas regiões da Alta Sorocabana e Noroeste), processo que se deu sobretudo no final da década de 1910. Também a ação das companhias privadas de colonização fazia-se presente nestas

novas áreas, ação que foi beneficiada pela alta repentina do café nos anos 20. Ao ofertar terras a uma clientela de recursos modestos, estas companhias garantiam o acesso à terra quer para os imigrantes que novamente chegavam ao Brasil após o término da primeira guerra mundial, quer para os antigos imigrantes que conseguiam sua liberdade através da propriedade.

Além dos italianos e japoneses, imigrantes de outras nacionalidades também dirigiram-se para o Brasil, boa parte dos quais como proprietários. De acordo com SALGADO, a maioria dos imigrantes que aqui chegaram durante as décadas de 1920/1930 fixaram-se na região da Alta Sorocabana (em função da estrada de ferro) no estado de São Paulo e em geral organizaram-se em Colônias, recurso utilizado para facilitar a adaptação à nova pátria. Como exemplo, SALGADO cita as Colônias de **Aimoré**, formada por imigrantes alemães e **Arpad**, formada por imigrantes húngaros, localizadas em Presidente Wenceslau; a Colônia **Riograndense**, formada por imigrantes alemães e seus descendentes, vindos do Rio Grande do Sul, localizada em Macaraí; a Colônia **Varpa** (e posteriormente a **Comunidade Palma**) formada por imigrantes letos, localizadas em Tupã; a Colônia **Bastos**, formada por imigrantes japoneses, localizada em Bastos. Posteriormente, na década de 50, merece destaque a Colônia **Pedrinhas**, formada por imigrantes italianos e localizada às margens do Rio Paranapanema, próxima a Assis<sup>32</sup>.

Podemos citar ainda a Colônia **Esperança**, formada por imigrantes japoneses vindos de fazendas de café localizadas na região noroeste de São Paulo e norte do Paraná. De acordo com YAMASHITA, esta colônia está localizada no atual município de Arapongas-PR, fruto de um loteamento realizado pela Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná e da iniciativa de um missionário que recrutou japoneses católicos da região para a formação de uma comunidade (a nosso juízo colônia)<sup>33</sup>.

Foi através do processo de formação dos Bairros das Alianças, através da iniciativa da **Rikko Kai** que teve início o processo de formação das comunidades que nos interessam neste estudo. É através deste processo, de características ímpares, que Issamu Yuba e sua família imigraram para o Brasil, em 1926, além de outros imigrantes que, mais tarde, vieram a ele se juntar. O "espírito desbravador", a filosofia dos 4H e a do GAT imprimiram características peculiares nesses imigrantes, que lhes possibilitaram dar um outro rumo a seus destinos, diferente do que ocorreu com as outras colônias de imigrantes -

---

<sup>32</sup> Um estudo sobre Bastos e Pedrinhas foi feito por SALGADO (1971). Varpa e Palma, entre outras, serão por nós tratadas no capítulo 11 deste trabalho. As demais foram citadas por SALGADO tendo o trabalho de Pierre MONBEIG Pioneiros e fazendeiros, como referência.

<sup>33</sup> Para maiores detalhes ver o trabalho de YAMASHITA (1976).

contemporâneos ou não - que se estabeleceram no país. Foi este o quadro que propiciou o surgimento do líder Issamu Yuba e da Comunidade Yuba. É aí que começa a história que nos interessa para a compreensão da Comunidade Sinsei.

## **4. GUARAÇAI: A HISTÓRIA, O LUGAR E OS PERSONAGENS**

Antes de tratarmos da história da Comunidade Yuba e posteriormente da Comunidade Sinsei, faremos uma breve caracterização do cenário onde a história destas duas comunidades se desenrola, abordando a origem da cidade, seu processo histórico de desenvolvimento e construção de seu espaço, destacando algumas de suas principais personalidades, sobretudo aquelas que terão relação direta com a história das duas comunidades.

O município de Guaraçaí, onde está localizada hoje a Comunidade Sinsei, situa-se na região Noroeste do estado de São Paulo (**mapa 02**). Até a chegada das Estradas de Ferro Sorocabana, Cia. Paulista e, principalmente, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, inauguradas respectivamente em 1904, 1905 e 1906, esta região ainda estava inexplorada e habitada apenas por índios, fruto da distância da cidade de São Paulo.

A abertura do tráfego da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil permitiu o avanço das atividades econômicas para esta área do estado, marcado pela expansão das fazendas de café nos solos férteis da região. Naquela época - décadas de 10 e 20 deste século - a violência, sobretudo entre brancos e índios, era uma constante. Os "sertanistas desbravadores", como eram denominados na época, adentravam-se pela mata e, após muito confronto com indígenas, apropriavam-se de terras "devolutas", legitimando sua "posse" também através da violência. Poucos foram aqueles que, após apropriarem-se das terras, dedicaram-se a cultivá-las e fixar moradia. Esta prática - de grilagem das terras - deu

origem a muitas cidades não só no interior de São Paulo, como também em outros estados do país. Foi desta prática que surgiu a cidade de Guaraçaí, em área litigiosa - denominada **Demanda do Moinho** - com nove títulos de posse referentes à mesma área.

Seu fundador, João Machado de Souza, foi um homem de muitas atividades. Foi administrador de uma grande fazenda de café - de propriedade de Iria Alves Junqueira -, comerciante de secos e molhados e, sucessivamente, foi buscando outros campos de atividades. Na zona da araraquarense, instalou máquinas de benefício de arroz e café na cidade de Ibarra (atual Catiguá) e mais tarde, montou outras máquinas em Neves Paulista. Foi também nomeado Oficial da Guarda Nacional pelo então Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca.

O "Capitão" João Machado - como era conhecido - chegou às terras que, mais tarde, comporiam o município de Guaraçaí, acompanhado de sua comitiva, em 1925. Seu primeiro acampamento foi instalado na fazenda Guanabara, de propriedade de Antonio Joaquim de Moura Andrade. Dali começou sua investida, abrindo 47 Km de estrada até o Córrego do Ipê, à margem da qual está a sede da fazenda Furquim. Sua missão era tomar posse das terras que haviam sido adquiridas por Raul Furquim, parte da imensa gleba da fazenda "Barra do Tietê". Mais tarde, parte destas terras foram doadas a João Machado em pagamento aos serviços prestados.

Posteriormente João Machado instalou-se em terras que mais tarde formaram a fazenda Burity, onde construiu sua primeira casa em barro e, com o tempo, uma sede própria onde instalavam-se os visitantes que chegavam a essas terras. Mais tarde, decidiram lotear uma gleba de terras doada por ele, da área que havia recebido de Raul Furquim. A área foi demarcada e medida por um oficial japonês chamado Kanetaki. O local recebeu primeiramente o nome de "VILA SÃO JOÃO", mais tarde "PATRIMÔNIO JOÃO MACHADO" e, finalmente, GUARAÇAÍ.

Em 1935 os lotes situados em frente a estação já estavam todos vendidos. Em segunda mão, eram revendidos a 2:000\$000 e 3:000\$000 por alqueire. Raul Furquim também dividiu uma gleba de 3000 alqueires em pequenos lotes e colocou-os à venda. Por esta época houve uma verdadeira febre de venda e aquisição de lotes na região.

João Machado que era Oficial da Guarda Nacional por ato do então Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca, cuidava do povoamento do patrimônio, exercendo o cargo de Inspetor de Polícia. Além disso, também desempenhava os cargos de sub-prefeito e sub-delegado de polícia, cargos vinculados ao Prefeito de Andradina, Distrito ao qual Guaraçaí estava ligada. Teve também grande influência na vinda da colônia

japonesa para Guaraçaí, chegando inclusive a exercer o mandato de procurador do Prof. Shigueshi Nagata, presidente da Rikko Kai e introdutor de colonos nipônicos nas fazendas das Alianças, durante a Segunda Guerra Mundial, como apontamos no capítulo anterior.

Além de desempenhar estas atividades, João Machado continuou com as atividades que o levaram até Guaraçaí, tomando posse das terras e abrindo fazendas não apenas para Raul Furquim, mas também para Valentim Silva, Odilon Nogueira Ortiz, Augusto Esteves de Lima, Dr. Bahia, Dr. Ademar de Godoy, Iria Alves Junqueira, entre outros. Em todos estes casos dotava o local de toda a infra-estrutura necessária para a continuidade do negócio: deixava os cafezais formados, abria estradas ou picadas, etc. Como pagamento, era comum receber terras, aumentando suas propriedades até formar um patrimônio particular de grande valia.

Administrando terras para tantas pessoas, ele acabava favorecendo mais aqueles com quem tinha mais afinidade e/ou lhe conferiam mais vantagens, deixando os demais em segundo plano. Neste contexto, passou a dar mais atenção à família Junqueira do que à família Furquim, os dois maiores proprietários de terras da região na época<sup>34</sup>. Em consequência, os Furquim passaram a ver suas terras ameaçadas pela expansão empreendida pelos Junqueira e levada a cabo por João Machado.

Temendo perder mais terras do que as que já tinham se dado conta, os Furquim contrataram José Marques da Silva para assumir a frente da administração de suas terras, evitando assim que João Machado continuasse avançando sobre as mesmas. José Marques partiu de Bebedouro - onde morava e de onde os Furquim o conheciam - para Guaraçaí, juntamente com sua família, alguns amigos e uma comitiva. Instalou-se inicialmente na fazenda Barreirinha e, após deixar sua família alojada, partiu com sua comitiva, à procura de João Machado. Seu intuito era tentar um acordo, evitando assim um confronto violento, que poderia ter um desfecho não desejável.

Após muitas negociações, José Marques conseguiu resolver a pendência sem que houvesse necessidade de um confronto armado. Diante do desfecho<sup>35</sup>, ambos foram gratificados: João Machado recebeu uma área de terras da família Junqueira e José Marques pode adquirir a fazenda 320, propriedade até então da família Furquim, em condições especiais de preço e pagamento.

---

<sup>34</sup> É bom lembrar que João Machado trabalhou como administrador de uma das fazendas dos Junqueira, ocasião em que conheceu sua esposa, tendo com esta família laços de compromisso mais estreitos do que com os Furquim ou qualquer um dos demais.

<sup>35</sup> Os jornais dos quais retiramos as informações contidas neste texto (FOLHA DE GUARAÇAÍ), não deixam claro qual foi o acordo final. De acordo com entrevistas realizadas sobre o assunto com os Srs. Walter Yukio Honma e Manoel Rodrigues Marques, concluímos que João Machado parou de avançar sobre as terras dos Furquim, mas não recuou sobre o já avançado.



José Marques permaneceu administrando a fazenda dos Furquim, onde cultivava arroz em larga escala, chegando inclusive a exportar. Contando com um bom número de empregados na fazenda, achou por bem abrir, em sociedade, um armazém de secos e molhados e uma loja no Patrimônio. Entre seus sócios estava o Sr. Juventino N. Ramos, um dos pioneiros da região e dono da primeira farmácia local. Como não podia permanecer muito tempo afastado da fazenda, José Marques deixou sua parte na sociedade sob responsabilidade de Manoel Rodrigues Marques, funcionário de confiança que também o auxiliava na fazenda dos Furquim.

Após o falecimento de Raul Furquim, a propriedade foi dividida entre os herdeiros e José Marques encerrou suas funções junto à família. Passou, então, a trabalhar em benefício próprio, administrando as propriedades que acabou adquirindo ao longo do tempo e exercendo os mandatos de Prefeito junto à cidade de Guaraçaí, para os quais foi eleito. Enquanto exercia seu primeiro mandato, nomeou o Sr. Manoel Rodrigues Marques como seu procurador e administrador da fazenda 320.

José Marques tornou-se um fazendeiro que não conseguia acompanhar as inovações de seu tempo:

*"O José Marques ele não conseguia acompanhar aquela evolução da ocasião. Então olha. Normalmente a gente compra uma fazenda, aí vai instalando uma coisa ou outra, melhorando benfeitorias de acordo com o desenvolvimento regional. Mas isto ele não conseguia. Então ele acabava o que ? Ele achava melhor, ao invés de investir para melhoria daquela fazenda, acabava ele vendendo isso e trocando com uma outra para não ficar sem nada, ele vendia e acabava comprando outra, mas sempre cada vez mais distante. Então na verdade ele estava se descapitalizando."*<sup>36</sup>

Além da fazenda 320 - propriedade que manteve e que ainda mantém-se com a família - José Marques tornou-se proprietário de mais 130 alqueires em Guaraçaí; 2000 alqueires em Paulicéia, na Barra do Rio Feio, onde cedeu uma área para que a antiga Comunidade Yuba cultivasse arroz, no período de crise que antecedeu a falência. Mais tarde, vendeu essa propriedade e adquiriu outra em Inocência-MS, com cerca de 2000 alqueires. Teve ainda propriedades em Amambaí (próximo a Dourados-MS), Cáceres-MT, Serra das Moedas-MT, próximo ao Paraguai, sempre vendendo uma para adquirir outra, às vezes maior, outras do mesmo tamanho.

Neste interim a cidade foi crescendo e tornando-se centro de uma importante região cafeicultora. Em 30 de novembro de 1938 foi criado o Distrito de Paz de Guaraçaí,

---

<sup>36</sup> Depoimento do Sr. Walter Yukio Honma, em entrevista gravada em janeiro de 1995.

pelo Decreto no. 8775, com terras desmembradas do Distrito de Andradina. Logo em seguida, em 06 de junho de 1939 instalou-se o Cartório de Paz, cujo titular, Francisco de Toledo Pizza, foi um dos primeiros povoadores da região. João Machado, que faleceu em dezembro de 1945, não viu a elevação de Guaraçaí à município, ocorrida por força da Lei No. 233, de 24 de dezembro de 1948. Foi instalada em 01 de janeiro de 1949, com área de 529 Km<sup>2</sup>, dos quais 699.612 m<sup>2</sup> pertencem à sua sede. Seu primeiro Prefeito foi o Sr. José Marques da Silva, no período de 1949/1952, voltando posteriormente a assumir o cargo no período de 1957/1961. Também exerceram o cargo o Sr. Juventino N. Ramos, de 1953/1957, Manoel Rodrigues Marques, nos períodos de 1961/1965 e 1969/1973 e Ivo Galera, de 1965/1969.

Este é o quadro em que as histórias das Comunidades Yuba e Sinsei irão se desenvolver. Entre as personalidades que construíram a história de Guaraçaí, José Marques merece um destaque especial, e com ele seu procurador Manoel Rodrigues Marques, pelo envolvimento que tiveram com estas duas comunidades, como será visto a seguir.

José Marques - e Manoel R. Marques em seu nome - emprestaram grandes somas de dinheiro a Issamu Yuba, para que o mesmo concretizasse seu ideal, passando por sérias dificuldades quando da falência da primeira Comunidade Yuba. Foi José Marques ainda quem acolheu, na fazenda 320, a comunidade na eminência do despejo promovido pelo Banco América do Sul, como se verá a seguir. Porém, se por um lado deve ser destacado seu caráter e sua bondade, como todos os entrevistados fazem questão de destacar, de outro, não podemos esquecer que todos os seus atos foram feitos enquanto Prefeito do Município de Guaraçaí-SP e, mais do que isto, um homem político, que certamente estava pensando em todos os seus atos, visando construir um nome e uma carreira política. Ao ajudar Issamu Yuba e, posteriormente, os integrantes da Comunidade Sinsei, garantia, ao mesmo tempo, votos dos integrantes brasileiros e/ou naturalizados das próprias comunidades<sup>37</sup>, bem como outros que, por campanha feita por estes integrantes, ficavam entusiasmados com seu caráter e bondade e acabavam dando-lhe seu voto (a ele e/ou a um candidato por ele indicado, como foi o caso de Manoel Rodrigues Marques). É preciso ponderar, a nosso juízo, estes dois componentes da história, para que possamos nos aproximar, o máximo possível, da realidade dos fatos que passaremos a analisar a seguir.

---

<sup>37</sup> Após a desintegração ele cai em descrédito junto aos integrantes da Comunidade Yuba, mas mantém uma popularidade cada vez maior entre os integrantes da Comunidade Sinsei.

## **5. A COMUNIDADE YUBA**

Conforme mencionamos no capítulo referente ao processo de imigração japonesa ao Brasil, com a interrupção do incentivo fornecido pelo governo brasileiro à imigração japonesa (através do subsídio à passagem marítima), o governo japonês passou a assumir as responsabilidades sobre o processo, incentivando a formação de núcleos coloniais japoneses no Brasil, organizados por empresas japonesas. É neste contexto que surge, no município de Mirandópolis, a noroeste do estado de São Paulo, o Bairro das Alianças - Primeira, Segunda e Terceira - empreendimentos realizados, respectivamente, pelas Associações Ultramarinas de Shinano, Tottori e Toyama. Muitas famílias vieram do Japão como proprietárias de um lote de terra - entre 10 e 20 alqueires - entre elas a de Issamu Yuba - avós, pais e seus sete irmãos - em 1926, onde permaneceram por cerca de 10 anos.

Nas Alianças<sup>38</sup>, como em outras colônias que surgiram nesse período, esses japoneses distinguiram-se como "colonizadores", adotando o Brasil como sua nova pátria, ao contrário daqueles que vieram durante o primeiro período de imigração japonesa ao Brasil (1908-1926) apenas para cumprir contratos nas lavouras de café, sem abandonarem as esperanças de regressarem ao Japão.

---

<sup>38</sup> Ainda hoje a maioria das pessoas que moram nas Alianças são japoneses ou seus descendentes nascidos no Brasil. As exceções correspondem, em geral, aos trabalhadores diaristas das várias propriedades ali presentes. De acordo com ADACHI, nas Alianças, a orientação familiar ainda é forte, o que faz com que a cultura japonesa, incluindo a língua, mescle-se à cultura/língua portuguesa/brasileira muito mais lentamente do que em outras Colônias com centros urbanos maiores por perto (como é o caso de Mirandópolis, por exemplo). Prova disto é o uso da língua japonesa tanto em casa quanto em público, como nos diversos tipos de festividades, cerimônias de casamentos, funerais, etc, onde a maior parte dos participantes são, igualmente, japoneses ou seus descendentes.

Em 1935, a família de Issamu Yuba e mais alguns companheiros, influenciados pela leitura de obras de "LEON TOLSTOI e também por um escritor japonês chamado MUSHANOKOJI, com seus ideais de vida coletiva campesina, compraram uma gleba de terras para formar uma comunidade. A filosofia desses escritores foi lida e estudada com interesse pelos jovens intelectuais" (RAVAGNANI, 1987:30) da nova comunidade. De acordo com ADACHI, Saneatsu MUSHANOKOJI foi um grande colaborador do "Atarashiki Mura", que existiu em Saitama-Ken, próximo a Tóquio, no Japão. Nesta comunidade as pessoas viviam e trabalhavam juntas sem qualquer tipo de pagamento em dinheiro. Tinham apenas garantidos os alimentos necessários para a alimentação, roupas e moradias. A razão principal para viverem juntas era trabalhar não pelo dinheiro, mas pelo prazer de trabalhar. Nesta comunidade não havia diferenciação entre as diversas atividades realizadas. Todas elas possuíam o mesmo grau de importância. A gleba adquirida para a realização da comunidade possuía cerca de 100 hectares, em área hoje ocupada pelo Bairro de Formosa (também de colonização japonesa) no município de Guaraçaí-SP. Também contribuiu para a sua constituição a existência de duas outras comunidades, formadas por imigrantes vindos da Letônia, localizada no município de Tupã-SP, às margens do Rio do Peixe, de nome Varpa e Palma - esta última a comunidade propriamente dita que se formou a partir de Varpa - e que Yuba teve a oportunidade de visitar a fim de verificar o que seria a vida em comunidade e como ela seria organizada. Estas duas comunidades foram formadas por imigrantes Batistas letos, que vieram da Letônia para o Brasil trabalhar a terra e aguardar, levando uma vida o mais próxima das Escrituras possível, a vinda de Cristo para a Salvação. A religião era, pois, o eixo condutor quer para Varpa, quer para a comunidade Palma, daí sua importância<sup>39</sup>.

Issamu Yuba permaneceu alguns meses vivendo nestas comunidades, ocasião em que pode aprender sobre suas formas de condução, realizadas através das assembléias; a distribuição dos integrantes entre as diversas atividades praticadas (levando em conta as aptidões individuais) bem como a forma como as mesmas eram praticadas; a prestação de contas; a distribuição da renda; a importância da religião; a própria disposição das residências, etc. Posteriormente outros integrantes da comunidade permaneceram também alguns meses na comunidade, com a mesma finalidade. No entanto, a filosofia que Yuba acabou seguindo para conduzir sua comunidade foi constituída a partir das referências que obteve sobre o "Atarashiki Mura" de MUSHANOKOJI. De acordo com ADACHI, Issamu

---

<sup>39</sup> Maiores detalhes sobre estas comunidades serão apresentados no capítulo relativo às **Experiências Históricas**, na parte final deste trabalho.

Yuba idealizou sua comunidade como o local onde as pessoas viveriam juntas não apenas para trabalhar pela eficiência econômica mas, também, para praticarem artes como o piano e a pintura.

Desde o início, a Comunidade Yuba foi dirigida por seu idealizador, Issamu Yuba. Ao mesmo tempo em que iniciou a exploração da mata virgem, reuniu os jovens das Alianças (Primeira, Segunda e Terceira) e formou com eles um time de baseball, o que serviu não apenas para divulgar este esporte no Brasil como também para mantê-los mais integrados e, por que não dizer, sob seu comando. Visando reuni-los ainda mais e encorajá-los a permanecer no campo - e quiçá fazer com que um dia viessem a ingressar em sua comunidade - Issamu Yuba procurou uma Associação de Jovens recém-criada e, até então, com objetivos estritamente esportivos e culturais, a **San Sei Ren** (*Sangyo Seinen Renmei* - Organização dos Moços da Cooperativa<sup>40</sup>). Através de eloqüente e convincente discurso, mostrou aos jovens ali presentes a necessidade de torná-la mais útil, apresentando a proposta de torná-la responsável pelos problemas relativos ao transporte e fornecimento de insumos às atividades agrícolas desenvolvidas nas Alianças, projeto que obteve grande aceitação.

Concomitantemente às atividades da **San Sei Ren**, Issamu Yuba colocou em prática um outro projeto, voltado para a fixação do homem no campo. Buscando acabar com a forma de agricultura predatória praticada no Brasil<sup>41</sup> - que forçava os camponeses a migrarem constantemente à procura de solos mais férteis - propôs-se a iniciar/incentivar a avicultura poedeira no interior do estado, tornando-se um pioneiro no setor, já que, até então, este tipo de atividade era praticada apenas próxima aos centros consumidores. Através da avicultura poedeira ele garantiria, ao mesmo tempo, o fornecimento dos ovos, das galinhas e também do adubo orgânico (esterco), o qual deveria ser aplicado à terra já gasta com a produção de café e algodão, devolvendo-lhe assim a fertilidade, condição necessária para a fixação do camponês no campo. Não precisando mais migrar em busca de novas áreas, o camponês estaria também produzindo uma nova cultura.

Ligada à Cooperativa e administrada por Issamu Yuba, a **San Sei Ren** teve grande sucesso, expandindo seu raio de ação para outras cidades no interior de São Paulo e Paraná, onde as colônias japonesas multiplicavam-se rapidamente. Isto tudo aconteceu em um momento em que o movimento cooperativista e associativista adquiriam cada vez mais

---

<sup>40</sup> Tradução de Walter Yukio Honma, ex-integrante da Comunidade Yuba e atual integrante da Comunidade Sinsei.

<sup>41</sup> Havia até então um hábito de poucos cuidados com o solo. Explorava-se o solo de uma determinada área até sua exaustão, sendo freqüentes as práticas de queimadas entre um plantio e outro. Frente ao esgotamento do solo, a área era abandonada, partindo-se para outro local. Desta forma, os camponeses acabavam por não fixar-se na terra.

força não só no Japão como também no Brasil. No entanto, a forma de conduzir os negócios de Issamu Yuba acabou culminando no fracasso da **San Sei Ren**. Frequentemente ele adquiria bens - tais como caminhões, tratores, e outros tipos de maquinários, os quais, não raro, eram utilizados por sua comunidade ou para pôr em prática seu projeto de fixação do homem no campo - não somente sem realizar qualquer tipo de cálculo como também sem consultar previamente a Cooperativa, à qual a **San Sei Ren** era ligada. Esta prática forçava a Cooperativa constantemente a arcar com os débitos, já que Issamu Yuba raramente arrumava outras fontes de renda para este tipo de transação. A situação chegou a tal ponto que a Assembléia da Cooperativa decidiu encerrar todo e qualquer tipo de crédito à **San Sei Ren** e confiscar seus bens, como tentativa de ressarcir-se de parte das perdas.

O tempo de existência desta associação e as atividades que ela realizou junto aos camponeses da região, delegando responsabilidade aos jovens e iniciando a prática de uma agricultura mais racional e eficiente (e portanto mais rentável), através da avicultura poedeira, garantiu a Issamu Yuba a construção das bases para a concretização de seu ideal. A possibilidade de se elevar o nível de vida daqueles que se fixassem no campo e de se evitar a figura do intermediário e a situação de exploração por ele imposta, transformou muitos jovens e suas famílias em seus novos adeptos. Tal fato permitiu que suas atividades fossem sendo ampliadas cada vez mais.

O número de famílias que passaram a auxiliá-lo neste empreendimento cresceu rapidamente. Tal crescimento contou, inclusive, com a adesão de famílias que não haviam integrado a extinta **San Sei Ren**. Durante o período em que este sistema funcionou, cada família trabalhava autonomamente, subordinando-se apenas a Issamu Yuba.

No início seus novos seguidores permaneciam morando em suas próprias casas, recebendo o material para a construção dos galpões (feitos de bambu) e os pintainhos. Cada família deveria construir os galpões e dedicar-se à criação das aves. Cada membro da família era responsável por 100 aves, o que fazia com que a quantidade de aves sob responsabilidade de cada família dependesse de seu próprio tamanho. Após construídos os galpões e já de posse das aves, Issamu Yuba passava a fornecer, semanalmente, a ração para o trato das aves durante o período. Fornecia-lhes também, quando necessário, medicação para evitar a contração de doenças e/ou a contaminação do lote.

Cada vez que a produção começava a diminuir, Issamu Yuba fornecia um novo lote de pintainhos para dar continuidade às atividades. Toda a produção de ovos, bem como as aves fora da fase de postura - excluída a parte destinada ao consumo da família e/ou da

Comunidade Yuba - era entregue a Issamu Yuba para comercialização em São Paulo<sup>42</sup>. Após a comercialização, era fornecida uma pequena quantia em dinheiro a cada família para que pudessem garantir seu sustento/reprodução.

De acordo com OLIVEIRA (1981), esta forma de produção era, na verdade, o embrião da lógica da **subordinação** na agricultura, já praticada nesta época por empresas no setor do algodão como a Sanbra, a Anderson Clayton, a Matarazzo, etc. Trata-se, porém, de uma **subordinação especial**, pois não visava a acumulação privada, como a praticada pelas empresas citadas.

Ocorre que, por não realizar nenhum tipo de controle entre o total de dinheiro gasto e recebido com a comercialização, Issamu Yuba começou a adquirir empréstimos junto ao Banco América do Sul e/ou com agiotas, e a comprometer previamente toda a comercialização para saldá-los, atitude que marcava sua subordinação em relação ao banco. Sendo assim, ao mesmo tempo em que buscava subordinar outros camponeses, ele próprio subordinava-se ao capital financeiro, subordinação à qual não tinha controle. Com isto, as famílias passaram a deixar de receber não só o dinheiro para a compra dos mantimentos necessários e outros tipos de gastos, como também a própria ração para o consumo semanal das aves. Esta situação acabou gerando uma alteração na forma como a atividade vinha sendo desenvolvida. Descontentes com o não cumprimento do trato, boa parte das famílias abandonou a atividade e voltou a trabalhar autonomamente. Outras, porém, resolveram deslocar-se para a sede da Comunidade Yuba, a fim de ter garantido, no mínimo, a sua própria reprodução. Não foram raros os casos de famílias que entregaram suas antigas propriedades a Issamu Yuba para que ele pudesse saldar as dívidas contraídas. Desta forma, Issamu Yuba viu emergir, a partir da crise que se estabeleceu com o endividamento descontrolado por ele realizado, a comunidade que ele tanto idealizara<sup>43</sup>.

Aos poucos a comunidade Yuba foi se transformando em uma pequena aldeia, com casas para as famílias e dormitórios para os solteiros, uma cozinha ampla, um salão de jantar, onde também realizavam suas festas e reuniões, uma lavanderia e banheiros coletivos. Os membros se dividiam em vários serviços além daqueles relativos à própria avicultura, tais como cozinhar, plantar verduras e legumes, ensinar as crianças, cuidar da saúde da comunidade, etc. Além desses serviços, também se dedicavam a esportes<sup>44</sup>,

---

<sup>42</sup> As aves fora da fase de postura eram consumidas pela família e pela Comunidade Yuba. O excedente era comercializado como ave de corte, no início na própria região e, posteriormente, em São Paulo.

<sup>43</sup> A Comunidade Yuba já existia desde 1935, porém era formada por poucos integrantes.

<sup>44</sup> Além de dar continuidade à prática do baseball, Issamu Yuba obrigava os integrantes da comunidade a realizarem exercícios matinais. Reunia todos às 4h00 para os exercícios antes de iniciarem o dia de trabalho. Aquele que não



encenações de peças teatrais, música, dança, palestras sobre assuntos diversos, bem como discussões sobre filosofia e política. Logo as "atividades da comunidade constituíram-se em verdadeiros centros de estudo sobre a agricultura e agronomia, além de atraírem o interesse pela filosofia da vida coletiva. A comunidade sempre recebeu visitas de políticos, artistas, e era muito conhecida como experiência produtiva e de futuro" (RAVAGNANI, 1987:32). Entre os artistas que visitavam a comunidade destacam-se os pintores HANDA e FUJIOKA, os quais, nos finais de ano, pintavam os cenários das festas de Natal.

Durante a segunda guerra mundial e logo após o seu término, a comunidade passou a receber mais e mais pessoas, tendo no seu auge, contado com cerca de 300 integrantes. Isso tudo fez com que levassem adiante o então projeto da avicultura. A produção foi aumentando e, no início da década de 50 a comunidade destacava-se como a maior granja da América do Sul, com 222.000 aves (entre galinhas poedeiras, frangas, pintainhos e galos selecionados) e uma produção diária de 30.000 ovos<sup>45</sup>. Ganharam, assim, o mercado de São Paulo, sendo os ovos transportados inicialmente por via ferroviária e, mais tarde, também por via rodoviária. Além dos ovos, passaram a vender pintainhos, gaiolas, esterco, madeira retirada da comunidade e, mais tarde, as aves fora da fase de postura, comercializadas como aves de corte.

Para garantir o bom andamento das atividades dentro da comunidade, Issamu Yuba designou cada uma delas a um camponês, tornando-o responsável pelo seu desempenho. Dividiu também a avicultura em vários "setores", tais como reprodução, chocadeira, seleção dos pintainhos para comercialização (machos e fêmeas), trato das aves até a fase de postura, trato das aves em fase de postura, coleta, classificação e embalagem dos ovos para comercialização e, mais tarde, trato, abate e armazenagem, em câmara fria, das aves fora da fase de postura comercializadas como aves de corte. Com isto, Issamu Yuba não só garantia uma maior eficiência das atividades, melhorando sua organização, como também podia exercer maior controle sobre as mesmas.

Além de levar adiante sua própria comunidade, Issamu Yuba tinha planos - o "Plano Yuba" - de estender seu ideal de fixação do homem no campo, mediante a recuperação da fertilidade do solo. Através de seu "plano" ele reuniria em uma só atividade os pequenos camponeses da região (mais de mil famílias, distribuídas em cerca de 12 mil alqueires de terra na região), fornecendo-lhes inicialmente 500 galinhas para cada um a título de empréstimo. "A obrigação que o beneficiado contrairia consiste no emprego obrigatório

---

comparecesse era buscado por ele no dormitório e levado ao pátio, onde era surrado na frente de todos e obrigado a fazer os exercícios.

<sup>45</sup> Conforme relata a revista "O Cruzeiro", em reportagem publicada no dia 17 de março de 1951.

do adubo na terra e a entrega de 30% da produção de ovos para atender aos reclamos da "Idéia"<sup>46</sup> (...). Esses trinta por cento constituirão um "fundo de reserva", para satisfazer as necessidades coletivas, como a compra de remédios, de máquinas, etc. A alimentação das aves correrá por conta do empregador. Os tratores trabalhariam gratuitamente nas terras de todos. Dar-se-ia assistência técnica agrícola e avícola geral. (...) Com o "Fundo de Reserva" montaríamos aqui uma escola que teria funções universitárias. Todos os pendores encontrariam nela acolhimento e ambiente propício para desenvolvimento. Teríamos cursos agrícolas, avícolas, mecânicos, de pintura, de música, etc. Os que se destacassem iriam se aperfeiçoar em São Paulo, no Rio, na Europa ou nos Estados Unidos, por conta da coletividade<sup>47</sup>. (...) E multiplicaríamos várias vezes a produção agrícola paulista" (FERREIRA, 1951:60). Seu plano, nada mais era do que uma retomada da prática anterior à ampliação da primeira comunidade, de forma ampliada e melhorada. Tratava-se, igualmente, de um tipo especial de subordinação na agricultura, que não visava acumulação privada, mas sim, a viabilização de sua comunidade.

Porém, apesar do avanço do seu plano e da garantia de melhorias efetivas que ele oferecia àqueles que decidissem colocá-lo em prática, suas manobras financeiras mal sucedidas, a situação de constante instabilidade em que a comunidade encontrava-se na primeira metade da década de 50 acabou fazendo com que os camponeses vizinhos à Comunidade Yuba - que formavam o exército potencial do "Plano Yuba" - não se sentissem muito à vontade para participar de seu projeto, razão pela qual seu plano acabou não se concretizando.

Embora possuísse uma grande visão de futuro e uma excelente capacidade de elaborar grandes projetos e de convencer as pessoas sobre sua viabilidade, Issamu Yuba não possuía nenhum senso de finança, conforme ressalta ADACHI, baseada em relatos de integrantes e ex-integrantes da comunidade Yuba. "Por exemplo, ele várias vezes usava aviões para ir até a cidade mais próxima, Araçatuba, cerca de 100 Km da Primeira Aliança onde está a comunidade (...) ou usava táxi para ir e voltar da comunidade até São Paulo (cerca de 600 Km de distância)" (ADACHI, 1993:05). Muitos o criticavam por gastar tanto com este tipo de locomoção, sobretudo pelo uso do avião, mas ele sempre achava uma maneira de justificar seu comportamento. Em entrevista realizada com o Sr. Manoel Rodrigues Marques - ex-prefeito da cidade de Guaraçai-SP e ex-administrador da Fazenda 320, de propriedade de José Marques - ao indagarmos sobre como Issamu Yuba justificava os gastos que tantos

---

<sup>46</sup> O ideal de Issamu Yuba.

<sup>47</sup> Tal ideal parece se opor à prática por ele próprio adotada durante a existência de sua comunidade como uma só, mantida ainda hoje por seu primogênito na atual comunidade, de não incentivo à continuidade dos estudos pelos jovens.

apontavam como desnecessários, ele reproduziu-nos uma fala de Issamu Yuba que julgamos oportuno transcrever, por revelar a idéia que ele fazia sobre si próprio:

*"Você imagina assim, olha, se Cristo estivesse hoje na Terra, pregando, ele tinha que usar avião. Embora fosse modesto, ele tinha porque ele estava aqui, estava ali. O avião era o meio de locomoção necessário para que ele pudesse estar em todos os lugares falando".*<sup>48</sup>

Isto sem contar sua postura fora da comunidade e as grandes quantias que gastava com amigos, em jogos ou com mulheres (como muitos afirmam), o que fazia com que os gastos fossem sempre maiores do que os ganhos na comunidade. Conforme nos relatam vários dos ex-integrantes da Comunidade Yuba, Issamu Yuba saía da comunidade vestido com roupas de saco de ração, igual às que os demais integrantes usavam. Porém, antes de partir em viagem, ia até a cidade de Guaraçaí-SP, (onde havia um terno pronto o aguardando em casa de algum amigo) e mudava seus trajes. Só então partia, geralmente em um mono-motor. Não retornava à comunidade sem antes passar pela cidade e novamente recompôr seus trajes.

Tal prática, aliada à uma forma de liderança exclusiva e muitas vezes autoritária, levou a comunidade várias vezes à falência. Issamu Yuba jamais aceitou a opinião dos integrantes da comunidade sobre as atitudes que deveria tomar para sua condução. Não foram raras, inclusive, as vezes em que surrou violentamente aqueles que insistiam em manifestá-la e/ou em fugir às suas determinações. Nos momentos difíceis, quando o empréstimo conseguido por ele junto a um novo credor era insuficiente para saldar suas dívidas, os membros da comunidade trabalhavam de sol a sol como empregados assalariados em fazendas vizinhas e, mesmo, doavam tudo aquilo que possuíam antes de ingressarem na comunidade à Yuba, a fim de que as dívidas fossem sendo saldadas e as terras reavidas. As doações eram as mais diversas, desde objetos de uso pessoal trazidos do Japão, até as terras que haviam adquirido e onde trabalhavam antes de ingressarem na comunidade<sup>49</sup>. Esta constante situação de instabilidade, porém, acabou gerando um crescente descontentamento entre vários de seus membros.

Quanto mais a comunidade arcava com as dívidas que ele contraía, mais ele sentia-se à vontade para contrair outras. Foram freqüentes os casos de contrair nova dívida

---

<sup>48</sup> Conforme depoimento do Sr. Manoel Rodrigues Marques, em entrevista gravada em janeiro de 1995.

<sup>49</sup> Esta atitude é muito semelhante ao descrito no livro bíblico dos Atos dos Apóstolos 2:42-47, para a formação da comunidade primitiva cristã, onde aqueles que acreditavam nas palavras do Senhor desfaziam-se de seus pertences e os colocavam aos pés dos apóstolos, vivendo e partindo o pão em comunidade. A nosso juízo, é com base na formação desta comunidade que Issamu Yuba inspira-se para construir-se enquanto **mito**. Trataremos deste assunto no próximo capítulo.

para pagar a antiga, numa roda viva que parecia não ter fim. Enquanto os integrantes da comunidade trabalhavam duro para aumentar a produção e recuperar as perdas ocorridas, Issamu Yuba viajava para São Paulo, para contrair novos empréstimos e realizar novos gastos.

A contínua repetição desta situação foi gerando também entre os credores uma crescente preocupação com relação ao futuro da comunidade. Entre os principais credores de Issamu Yuba na época estava o Banco América do Sul, com o qual Issamu Yuba possuía uma dívida capaz de "quebrá-lo". Todos os seus credores acreditavam na pertinência de seu ideal, porém não aceitavam mais sua conduta econômica.

Visando solucionar o problema e recuperar a vitalidade da comunidade, o Banco América do Sul, em acordo com os demais credores de Issamu Yuba, fundou, em 1948, a **Sociedade Agrícola de Guaraçaí**. A comunidade continuava trabalhando e produzindo normalmente, mas não podia mais realizar a comercialização de sua produção, tampouco controlá-la. A partir da criação desta Sociedade, Issamu Yuba não aparecia mais como proprietário ou sócio da comunidade. Todas as transações comerciais - seja de venda da produção, seja de aquisição de alimentos para reprodução dos camponeses ou de insumos para a avicultura - passavam a ser feitas pela nova Sociedade, controlada pelo Banco América do Sul. Para garantir o respeito às novas normas, a Sociedade contava também com dois interventores do Banco. Um deles foi enviado à estação ferroviária de Guaraçaí, por onde os ovos eram despachados para comercialização em São Paulo, de forma a exercer o controle sobre a produção que estava sendo enviada e emitir as notas. O outro foi para a comunidade, onde passou a morar para poder controlar a produção mais de perto.

Esta situação não durou muito tempo. Issamu Yuba logo conseguiu um jeito de "driblar" a fiscalização e a própria Sociedade. Não podendo mais despachar os ovos em seu nome por via ferroviária - já que o interventor realizava rigorosa fiscalização na estação - ele passou a despachar uma parte dos ovos por via rodoviária, sistema até então inédito, aproveitando um dos caminhões da comunidade. Porém, a parte comercializada por ele clandestinamente não lhe fornecia o dinheiro de que necessitava. Para tentar suprir esta deficiência passou a comercializar, também, as galinhas de baixa produtividade que eram descartadas para renovação do lote, como galinha de corte em São Paulo.

*"No começo foi galinha realmente de refugio. Mas ele gostou dessa jogada e então começou a levar galinha mesmo em plena postura, quando precisava, de acordo com a necessidade de dinheiro dele. Então o rebanho ia diminuindo. Mas ele falava "Ah! Não tem problema. Vai renovar !" A gente tinha a chocadeira, tinha tudo. Vendia até*

*pintainhos, mas a venda de pintainhos também era ele que fazia. Quer dizer, em vez da Sociedade vender, ele dava as furadas, vendia em Bastos, ali e aqui, e desfrutava"*<sup>50</sup>.

Não levou muito tempo para que o Banco América do Sul passasse a ter conhecimento sobre o assunto e começasse a pressionar, cada vez mais, o interventor que permanecia na comunidade. Este, por sua vez, embora também soubesse da situação, não tinha forças para enfrentar, sozinho, a comunidade.

*"A gente sabia que o Banco América do Sul apertava esse coitado desse interventor. E ele ali no meio, bem já tinha diminuído bem, mas ainda tinha muito mais de 200 pessoas na comunidade. Comendo e bebendo assim, lá na comunidade, e ele vai enfrentar sozinho ali ? Ele estava vendo, mas ele não podia barrar né ? E o Yuba nem liga também. Chega lá, enchia, lotava o caminhão de ovo e galinha a mandava o caminhão."*<sup>51</sup>

Quanto menos a Sociedade se impunha, mais Issamu Yuba intensificava as vendas, as quais no final de 1955 passaram a ser feitas semanalmente. Com a diminuição drástica do volume da produção comercializada em nome da **Sociedade**, fruto das vendas realizadas clandestinamente por Issamu Yuba - que a esta época comercializava ovo e galinha em plena fase de postura como galinha de corte - diminuía o dinheiro arrecadado pela **Sociedade** e, conseqüentemente, a parte que era repassada à comunidade para garantir a reprodução de seus integrantes. Para acabar com este tipo de irregularidade, a **Sociedade** decidiu vender os caminhões que a esta altura estavam em seu nome, deixando Issamu Yuba sem ação. Foi então que ele resolveu procurar o Prefeito do Município de Guaraçai-SP, José Marques, expondo-lhe a situação e solicitando-lhe ajuda. Foi neste momento que o Prefeito resolveu interceder<sup>52</sup>.

*"Ele cedeu 8 alqueires de terra, para a gente plantar o arroz, que é o alimento básico, e permissão de construir um barracão para criar galinha, de forma que, como tinha os cafezais, então ficamos de fornecer o esterco para a adubação do café. E ele interessou nisso, o começo da atividade, mas ele fez isso para solucionar o problema lá da comunidade e adubar a plantação do café."*<sup>53</sup>

Verificando, porém, que o controle da situação estava fora de seu alcance, o Banco América do Sul, em nova reunião com todos os credores de Issamu Yuba, e diante do aceite

---

<sup>50</sup> Depoimento do Sr. Walter Yukio Honma, em entrevista gravada em junho de 1992.

<sup>51</sup> Depoimento do Sr. Walter Yukio Honma, em entrevista gravada em junho de 1992.

<sup>52</sup> De acordo com o Sr. Walter Yukio Honma, Issamu Yuba tinha estabelecido fortes laços de amizade com o Capitão João Machado, quem várias vezes emprestou-lhe algumas quantias em dinheiro para que ele pudesse se safar de suas crises. Após a morte de João Machado, Issamu Yuba ficou sem ter a quem recorrer. Foi quando, enfrentando nova crise, alguém indicou-lhe que procurasse pelo então Prefeito do Município de Guaraçai-SP, José Marques, local onde estava situada a comunidade. Foi desta forma que começou o relacionamento entre José Marques e Issamu Yuba.

<sup>53</sup> Depoimento do Sr. Walter Yukio Honma, em entrevista gravada em janeiro de 1996.

dos mesmos, decretou a falência da **Sociedade Agrícola de Guaraçaí** em 1956. Acertou-se também que, para a liquidação, o montante que cada credor receberia seria proporcional ao crédito fornecido a Issamu Yuba. De acordo com a resolução da referida reunião, os integrantes da comunidade deveriam sair das terras, deixando ali todas as benfeitorias e pertences, inclusive os de uso pessoal. Um novo problema, porém, estava posto a estes credores naquele momento: o que fazer com os camponeses que integravam a Comunidade Yuba ?

À época da decretação da falência, Issamu Yuba estava em São Paulo à procura de um novo credor que o salvasse daquela situação - o "**Kami Kazê**" (vento de Deus). Alguns dos integrantes desconfiavam do que estava ocorrendo, ou mesmo tinham conhecimento, por vias extra-oficiais, da exata dimensão da situação. Outros, que ainda permaneciam na comunidade e que conheciam os atos de Issamu Yuba, manifestavam seu descontentamento e procuravam esclarecer as pessoas sobre a situação, manifestando inclusive a intenção de separar-se de Issamu Yuba. Mereceu destaque, neste processo, Ichiro Shimizu (tesoureiro da Comunidade Sinsei durante muitos anos e falecido em 01.07.93), o qual tomou conhecimento, por amigos que possuía em São Paulo<sup>54</sup>, chegando inclusive a procurar José Marques para confirmar a história, o que acabou influenciando-o ainda mais em sua decisão de separação e de esclarecimento aos demais. Boa parte deles, porém, desconhecia a realidade ou recusava-se a aceitá-la, por acreditar cegamente em Issamu Yuba e na sua capacidade de solucionar o impasse.

Diante desta situação, e sabendo que a intervenção do Banco América do Sul para fins de despejo não tardaria a acontecer, o então Prefeito do Município de Guaraçaí-SP, e também um de seus credores, José Marques, dirigiu-se à comunidade para explicar aos integrantes o que estava acontecendo. Ao término da explicação convidou-os para transferirem-se para sua fazenda em Guaraçaí-SP - a Fazenda 320 - administrada pelo Sr. Manoel Rodrigues Marques.

*"Na ausência do Yuba, então, o Prefeito atual que era o José Marques, que era um dos credores, ele veio na comunidade e pediu que a gente reunisse, que ele ia dar um esclarecimento da situação. Publicamente esclarecer a realidade que a maioria desconhecia, porque acreditava no Yuba, achava que o Yuba iria solucionar o problema, estava todo mundo aguardando. Mesmo desconfiados, muitos membros desconfiados, a*

---

<sup>54</sup> . Ele também era dentista e fotógrafo, e algumas vezes ao ano viajava até São Paulo para atender seus clientes. Em uma destas viagens acabou tomando ciência dos atos de Issamu Yuba em São Paulo.

maiora desconfiados, mas afinal de contas o líder era o Yuba, e se era o Yuba tinha que aguardar a solução do Yuba, que ele iria trazer.

Aí o Prefeito achou por bem explicar, esclarecer realmente a realidade, o que estava acontecendo e o que estava prestes a acontecer. E ele fez uma explicação e nós nos propusemos a traduzir e, uma vez esclarecido a real situação que ocorria, o Prefeito nos propôs que não adianta. Que ele achava que a idéia do Yuba seria de permanecer nesse ofício, que não é possível que a Justiça viesse pegar essas crianças e mulheres aí, pinchar de fora, que não é possível e nem a lei não permite isso. Diante disso nós vamos permanecer aqui, até que lá possa surgir o **Kami Kazê. Kami Kazê** você sabe, no Japão sempre nas horas piores sempre aconteceu, (...) sempre foi salvo pela tempestade de Deus. **Kami Kazê, Kazê** é vento, vento de Deus. E como sempre apareceu, para nós aqui também vai aparecer aqui o **Kami Kazê**. O **Kami Kazê** quem iria trazer era o Yuba. Ele tinha ido atrás disso.

*- "Não adianta esperar isso" disse o Prefeito<sup>55</sup>.*

Sem muita opção, e até mesmo de tanto terem ouvido Issamu Yuba falar que José Marques era um grande amigo da comunidade<sup>56</sup>, eles rapidamente aceitaram o convite e transferiram-se para a fazenda. Levaram consigo alguns pertences, cuja concessão foi solicitada pelo referido Prefeito ao Banco América do Sul, sob a condição de que os mesmos seriam abatidos do total do montante que ele teria a receber no momento do acerto final. Para acomodar a todos houve uma reordenação na fazenda, e muitas das famílias dos antigos colonos tiveram que ceder suas casas aos novos trabalhadores, passando a morar duas ou mais famílias em uma mesma casa. Uma condição, porém, foi imposta aos membros da comunidade: **Issamu Yuba não seria mais o seu líder**.

Ao retornar à comunidade e tomar conhecimento sobre o ocorrido, Issamu Yuba desaprovou a atitude tomada por seus companheiros durante sua ausência e procurou assumir novamente o controle da situação. Durante vários dias permaneceu fechado na casa que lhe fora destinada na fazenda, procurando encontrar uma saída. Decorridos alguns dias sem se pronunciar, Issamu Yuba convocou uma reunião extraordinária onde expôs o seu ponto de vista - quando então defendeu a idéia de que eles deveriam sair da fazenda e voltar para as terras da comunidade, para que não viessem a se tornar "*escravos de baiano*,"

---

<sup>55</sup> Depoimento do Sr. Walter Yukio Honma, em entrevista gravada em junho de 1992.

<sup>56</sup> E também um de seus "**Kami Kazê**".

*o que fugia totalmente ao seu ideal*"<sup>57</sup> - Issamu Yuba pediu que aqueles que com ele concordassem levantassem suas mãos.

O que ele não contava, porém, era que a metade dos membros da comunidade (que possuía cerca de 200 pessoas na época), permanecessem com as mãos abaixadas. E, mais ainda, que entre eles estes, estivessem Tetsuhiko Yuba e Minoru Yuba, respectivamente, seu filho primogênito e atual líder da Comunidade Yuba e um de seus irmãos<sup>58</sup>. Ao episódio seguiu-se uma situação de extrema tensão. Conforme relatam ex-integrantes da comunidade, Issamu Yuba além de ameaçar seu filho de morte, insultou e ridicularizou seu irmão, acusando-o de ser controlado por sua mulher, Hanna, não possuindo opinião própria. Após o impasse aqueles que optavam naquele momento por permanecer na fazenda convenceram Tetsuhiko e Minoru Yuba de que o melhor a fazer era partir com os demais. De acordo com ADACHI, ambos foram convencidos a partir sob a alegação de que os pais de Issamu Yuba sofreriam muito ao ver seus filhos e netos separados em duas comunidades distintas.

Aqueles que levantaram suas mãos, concordando com Issamu Yuba, partiram com o líder, levando consigo boa parte do material que já não era mais da comunidade, e sim, de propriedade de José Marques<sup>59</sup>, prova de que, pelo menos por parte de alguns, havia total consentimento/apoio aos atos de Issamu Yuba em nome da comunidade. A mudança foi realizada pelo Sr. Walter Yukio Honma, um dos que optaram pela separação, utilizando-se do caminhão da fazenda.

Vale a pena aqui chamar atenção para o fato de que, o momento da separação, na verdade, mostrou um choque entre a opinião daqueles que seguiam Issamu Yuba e seus familiares, mostrando que os laços familiares acabaram prevalecendo - mesmo que à força - sobre a opinião que seus integrantes poderiam formar a respeito das atitudes de Issamu Yuba no que se referia à condução da comunidade. Entre os demais que o seguiram, muitos o fizeram por sentirem-se mais seguros, apesar da instabilidade em que viviam, ao lado de Issamu Yuba do que iniciando uma nova organização que não sabiam ainda no que daria. Poucos foram os que o seguiram por acreditarem realmente em seu ideal e "assinar embaixo" de todos os seus atos. É o que demonstra o depoimento a seguir:

---

<sup>57</sup> Depoimento do Sr. Walter Yukio Honma, em entrevista gravada em junho de 1992.

<sup>58</sup> Segundo depoimento de ex-integrantes da Comunidade Yuba, ambos tinham total conhecimento dos atos de Issamu Yuba e não os aprovavam, razão pela qual optaram inicialmente por permanecer nas terras de José Marques com aqueles que, naquele momento, tomavam esta decisão.

<sup>59</sup> De acordo com o Sr. Walter Yukio Honma, da última vez que Issamu Yuba solicitou um empréstimo a José Marques antes da falência, para que pudesse ir a São Paulo, ele fez uma relação de todos os bens existentes na comunidade, oferecendo-os como garantia para o empréstimo. Como ele não havia saldado sua dívida, os bens, por direito, pertenciam a José Marques.



*"Mas nesse ponto eu acho que tem um detalhe que você deve levar em consideração, que a insegurança que eles sentiam pelos elementos que ficaram na parte da Sinsei foi grande. Na verdade, aqueles mais poderosos mesmo, passou, levantou, foi para a parte do Yuba. Aquilo já era uma segurança para aqueles mais frágeis. Porque olha, o que iria acontecer ? Nós não conhecíamos o José Marques na verdade. Conhecíamos o José Marques através do Yuba, versão do Yuba. Mas diretamente não tivemos oportunidade.*

*Porque já se conheciam, já viviam há muitos anos juntos. Então já sabiam mais ou menos a característica de membro um por um, de todos eles. (...) Sentia muito mais seguro estar com o Yuba, com a turma, todos os elementos lá. Então optaram por lá. Não precisava mais fixar. Isso eu acho que era a maioria. Ideal mesmo era o mínimo, que optaram por ideal.*

*Porque olha, de um jeito ou de outro o Yuba sempre conseguiu, sempre conseguiu vítima, mas e daí ? Não importa. De como, de quem, quando, de que maneira o Yuba conseguiu, mas sempre conseguiu contornar os problemas. E isso já era uma segurança. Quando ficar com o Shimizu, acreditar no Shimizu, até que ponto ? O José Marques também desconhecido. Baiano, passar a ser escravo, já era uma ameaça. Aquele discurso foi convincente para a maioria, independente de parentesco, de coisa nenhuma"<sup>60</sup>.*

Aqueles que seguiram Issamu Yuba, pois, acomodaram-se, inicialmente, em um barracão de criação de bicho da seda que estava desativado, no bairro das Alianças<sup>61</sup> e passaram, então, a dedicar-se às atividades de reconstrução da comunidade, trabalhando em terras arrendadas na própria região. O fato de Issamu Yuba, mesmo tendo retirado da fazenda no ato da separação os utensílios que não lhes pertenciam mais - os melhores deles - continuar falando para as pessoas que José Marques queria transformá-los em escravos acabou desagradando este último, que decidiu puni-lo. Chamando Tetsuhiko Yuba, informou-lhe que iria processar judicialmente seu pai, para que ele aprendesse que não era assim que as coisas deveriam ser arrançadas:

*"Depois que o Yuba teve aquela atitude drástica, e quando ele viu que considerou o Zé Marques um traidor, chocou um pouquinho o Zé Marques. Ai teve um momento que o Zé Marques ainda chamou o filho do Yuba, e falou para o Tetsuo:*

***- 'Eu não gosto de fazer isso. Mas para mim eu acho uma atitude muito drástica, eu nunca esperava por essas coisas. Me chocou um pouquinho. E o Yuba vai ter que***

---

<sup>60</sup> Depoimento do Sr. Walter Yukio Honma, em entrevista gravada em janeiro de 1996.

<sup>61</sup> Depoimento de Katsue Yuba, filha de Issamu Yuba, em entrevista realizada em março de 1993.

*aprender um pouquinho. Não é assim que se vive no mundo, o teu pai. Eu não sei o que você vai achar, mas eu vou dar um castigo para ele dessa vez'.*

*- 'Como esse castigo?', perguntou Tetsuo.*

*- 'Eu vou processar o Yuba, juridicamente. Eu nunca fiz isso, não sou disso. Mas é a única maneira de fazer com que ele sinta a realidade, para aprender que não é assim'.*

*E ele então arrumou o advogado, e através daquela lista e daquelas coisas todas, moveu processo. Ai, quando o Yuba soube disso ai ele assustou. Sabe o que ele fez? Ele veio procurar o Zé Marques e pegou o Zé Marques foi na rua mesmo, aqui de Guaraçai. Chegou lá, pediu, chorou, ajoelhou, fez aquela cena ... E o Zé Marques é coração mole né?*

*- 'Se você arrependeu realmente né Yuba, então não tem mais o que fazer. Era isso, se você está arrependido, então esquece, esquece tudo. Eu vou liberar lá os documentos e a gente segue daqui para frente'*

*Perdoou tudo, pagou o advogado, tudo assim."*<sup>62</sup>

E foi o que ocorreu. De acordo com ADACHI, oito meses após a separação Issamu Yuba recebeu de um amigo da Primeira Aliança uma gleba de terras de 10 alqueires para que a comunidade pudesse fixar-se e reiniciar novamente suas atividades.

## **5.1. Da divisão da comunidade à morte de Issamu Yuba**

"Issamu Yuba acreditava que a mente e o espírito eram essenciais para a criação de uma nova civilização. Para os brasileiros descendentes de japoneses, tais mente e espírito deveriam ser transplantadas do Japão. Issamu também insistia que, uma vez que o cultivo da terra era a principal condição para o imigrante japonês no Brasil, a cultura destes imigrantes deveria ser baseada na vida nas fazendas. (...) Não somente Issamu mas também a maioria dos imigrantes japoneses achavam que cultivar a terra era uma ocupação virtuosa. De acordo com Mayema (1982), a idéia do valor para os agricultores está associada com aquela da cultura japonesa. Durante o período Tokugawa (1603-1867), o governo continuamente reforçava a idéia de que o trabalho no campo era uma virtude, com o objetivo de manter os camponeses nos campos. Os imigrantes transplantaram este valor cultural imposto pelo poder político-econômico anterior para o Brasil" (ADACHI, 1993:08)<sup>63</sup>.

<sup>62</sup> Depoimento do Sr. Walter Yukio Honma, em entrevista gravada em junho de 1992.

<sup>63</sup> Visando reforçar esta idéia da importância do trabalho na terra, presente em Issamu Yuba, ADACHI ressalta também a crítica que ele tecia aos imigrantes japoneses que acabavam tornando-se donos de lavanderias nas cidades. O trecho

Issamu Yuba continuou perseguindo seu ideal de fixar o homem no campo e desenvolver uma cultura. A avicultura continuou sendo a principal atividade econômica da comunidade Yuba - prova disto foi a importação do Japão, em 1971, de um lote de aves da raça Iwaya para melhorar o desenvolvimento da atividade na comunidade - e o ritmo de trabalho continuou seguindo os mesmos padrões anteriores. Todos acordavam às 4h30 ao som do berrante e dirigiam-se a uma grande área em frente ao refeitório para fazerem ginástica, sob orientação/supervisão de Issamu Yuba, a fim de garantir um corpo mais saudável para o dia de trabalho. Após, dirigiam-se ao refeitório para o café da manhã e em seguida partiam para seus afazeres cotidianos. A jornada de trabalho encerrava-se em torno das 17h00/18h00, quando então dedicavam-se aos treinos de baseball. Durante a jornada de trabalho haviam ainda pausas para duas refeições - o almoço e o café da tarde. Após o jantar, os camponeses passavam a ter lições de piano e/ou a ensaiar os cânticos para o coral. Normalmente estas atividades encerravam-se em torno das 21h00/22h00.

Após definitivamente instalados e acomodados no novo local, e com a comunidade novamente em pleno andamento, Issamu Yuba começou a convidar artistas japoneses para virem do Japão visitá-la. Em decorrência destas visitas, em dezembro de 1961 chegou do Japão, para viver definitivamente na comunidade, sob a apresentação do escritor Katsuei Yuassa, o casal de artistas Hissao e Akiko Ohara, ele escultor e ela bailarina. Com a chegada do casal, o ballet passa a fazer parte das atividades artísticas praticadas pela comunidade Yuba de forma mais profissional.

Akiko Ohara passou a organizar os temas de suas apresentações com base nas idéias de Issamu Yuba. Como exemplo, ADACHI cita a adaptação da peça Kagayakashiki Kaitakusha (A Luz Brilhante do Imigrante)<sup>64</sup> até então apresentada sob a forma de um coral. Esta peça conta a história do dia-a-dia de um imigrante japonês pioneiro no seio da floresta tropical.

A atividade do ballet foi ganhando cada vez mais corpo. No início as apresentações eram feitas durante as festividades de Natal e em ocasiões especiais na própria sede da comunidade. Tais apresentações, sob responsabilidade de Akiko Ohara, contavam com a participação de todos os integrantes da comunidade, os quais ensaiavam os quadros após a jornada de trabalho.

Em 1965 o então Secretário do Trabalho do Estado de São Paulo visitou a comunidade e assistiu a uma destas apresentações. Por sua solicitação, o ballet excursionou

---

transcrito do diário de Issamu Yuba pela autora (sem data) ilustra sua repulsa a esta situação: "*Nós não viemos ao Brasil para lavar roupas para os brasileiros, nós viemos para cultivar o solo virgem para uma nova civilização*".  
<sup>64</sup> Tradução nossa para "The bright light of immigrant".

pelas principais cidades do interior do estado, totalizando dez apresentações. Nesta ocasião formou-se o Corpo de Ballet Yuba, que passou a apresentar-se também por todo o território nacional, nos intervalos dos trabalhos da comunidade. Em algumas ocasiões especiais o Ballet apresentou-se também no exterior<sup>65</sup>. Tais apresentações garantiam a Issamu Yuba a divulgação e popularidade que tanto privilegiava. Para mantê-la, ele freqüentemente contraía grandes empréstimos junto a seus amigos para a produção de um cenário ou para a compra de figurinos, enquanto faltava comida suficiente para os integrantes da comunidade. Tal fato acabou gerando uma certa insatisfação em alguns de seus membros que, mais tarde, acabaram influenciando seus filhos a abandoná-lo<sup>66</sup>.

Em 1976 a comunidade comemorou seus 50 anos de fundação<sup>67</sup> e, nesta ocasião, Issamu Yuba visitou o Japão por convite da cidade de Nishi-no-Miya, na província de Hyogo, para uma homenagem<sup>68</sup>. Neste mesmo ano, no dia 10 de dezembro, Issamu Yuba sofreu um grave acidente automobilístico, onde veio a falecer. A partir de então a comunidade passou a ser liderada, como bem salienta ADACHI, econômica e oficialmente por seu filho primogênito, Tetsuhiko Yuba, e culturalmente por Akiko Ohara<sup>69</sup>.

"Tetsuhiko Yuba, o filho de Issamu, sucedeu-o na posição de líder da comunidade. Entretanto, todos confessam que ele não está qualificado para ser o líder da comunidade Yuba da mesma forma que Issamu. Seu objetivo é manter a comunidade em paz. A maior diferença é que Tetsuhiko mantém a política de Issamu mas não comanda as pessoas, apenas requisita-as. Até suas saídas à cidade, quando comparadas às de Issamu, não são nada" (ADACHI, 1993:14).

O poder de Akiko Ohara, de certa forma incentivado por Issamu Yuba, foi se gestando/consolidando à medida que o ballet foi adquirindo maior importância, quer no seio da própria comunidade, quer na sociedade envolvente. Desde o período de Issamu Yuba, Akiko Ohara anuncia algumas informações e lê todas as cartas destinadas à comunidade, em voz alta, durante as refeições. É ela também quem decide quem irá participar de qual coreografia e em que posição. Isto faz com que muitos fechem os olhos

---

<sup>65</sup> O Corpo de Ballet Yuba apresentou-se no Japão em 1978 (em comemoração aos 70 anos de imigração japonesa) e em 1991 (a convite de amigos) e no Paraguai em 1986, por ocasião da comemoração dos 50 anos de imigração japonesa no país.

<sup>66</sup> Sobre este assunto trataremos mais adiante no trabalho.

<sup>67</sup> Observe que para tais cálculos leva-se em consideração a chegada de Issamu Yuba ao Brasil (1926) e não a formação da primeira comunidade em 1935, tampouco a data de sua ampliação - ocorrida em finais da década de 30, antes de iniciar a segunda guerra mundial, ocorrida quando as famílias que criavam galinhas para Issamu Yuba em suas propriedades transferiram-se para a sede da comunidade, de modo a garantir minimamente sua reprodução, dando corpo ao ideal de Issamu Yuba.

<sup>68</sup> Trata-se de uma prática muito comum no Japão. Por ocasião de alguma data especial o governo da Província convida o imigrante para retornar à terra natal, onde lhe são prestadas homenagens, com todas as despesas pagas. Em geral estas visitas duram de 15 dias a um mês. De acordo com o Sr. Walter Yukio Honma, o caso da família Yuba merece um destaque especial por ter desempenhado um importante papel na história da província de Hyogo, razão pela qual, ainda hoje, comemora-se anualmente a "Festa do Yuba" (Yuba Matsu).

<sup>69</sup> Isto sem contar outros poderes que se formaram na comunidade. Sobre isso falaremos a seguir.

para o fato dela nunca ter se dedicado a outra atividade que não o ballet na comunidade, de modo a garantir um papel de destaque nas coreografias. Entre aqueles que não dão muita importância ao ballet, por sua vez, ela tem despertado muita "insatisfação", as quais aumentaram quando, em 1987, sua filha mais velha casou-se com um dos descendentes da família Yuba<sup>70</sup> e, em fevereiro de 1993, quando outra de suas filhas retornou do Japão, onde esteve durante cinco anos estudando ballet para assumir o papel de Akiko futuramente (ADACHI, 1993).

As mudanças ocorridas na Comunidade Yuba com o novo estilo de conduta do atual líder da comunidade é o que veremos a seguir.

---

<sup>70</sup> Apontado por alguns como um forte candidato ao papel de líder da comunidade futuramente.

## **6. A COMUNIDADE YUBA: A ATUALIDADE**

A Comunidade Yuba conta atualmente com aproximadamente 90 integrantes, em sua maioria jovens e crianças, distribuídos em 25 famílias e quatro solteiros, das quais a família Yuba constitui o maior número<sup>70</sup>. Na maior parte dos casos, os integrantes da comunidade casam entre si<sup>71</sup>, mas há também casos de famílias formadas por japoneses que imigraram para o Brasil após conhecerem a comunidade e interessarem-se pelo seu sistema de vida, bem como casos de famílias formadas através do matrimônio entre um membro da comunidade e uma pessoa de fora.<sup>72</sup>

Desde que Tetsuhiko Yuba assumiu a liderança econômica e oficial da comunidade, algumas transformações foram se processando. Além da condução da comunidade de forma menos autoritária<sup>73</sup>, fato que acabou dando margem à manifestação/surgimento de "outros poderes", houve também uma transformação importante na própria vida econômica da comunidade, com a substituição da avicultura

---

<sup>70</sup> São, ao todo, dez famílias, que gozam certas regalias no interior da comunidade, como por exemplo, o atendimento imediato de suas reivindicações.

<sup>71</sup> O que acaba fazendo com que algumas crianças nasçam com deficiências físicas e mentais.

<sup>72</sup> A Comunidade Yuba aparece nos guias turísticos que circulam em outros países, como um dos locais onde pode-se permanecer por um longo tempo, dispondo de alojamento e comida, sem que haja a necessidade de pagar (em dinheiro) por isto. Basta apenas ajudar, trabalhando nos campos de goiaba, cultura à qual ela vem se dedicando nestes últimos tempos. Sendo assim, é muito comum encontrarmos jovens estrangeiros em viagem pelo Brasil - principalmente japoneses e/ou descendentes - passando alguns dias na comunidade. Aqueles que se adaptam ao serviço pesado, permanecem mais tempo. Outros, ficam no local por um ou dois dias apenas. Dentre os primeiros, há casos onde formam forte identidade com a comunidade, optando por ali fixar-se definitivamente, casando-se com integrantes da mesma, ou não. Há ainda casos de visitantes que afeiçoam-se a seu tipo de vida, passando a visitá-la periodicamente sem, contudo, fixar residência.

<sup>73</sup> Como revelam os depoimentos colhidos por ADACHI.

poedeira pela fruticultura da goiaba em larga escala. Praticamente todos os locais que antes eram ocupados pelos galpões da granja hoje são ocupados pelos pomares de goiaba, além de dois outros campos arrendados próximos à comunidade.

A produção é comercializada tanto *in natura*, junto ao CEAGESP e sacolões em São Paulo, quanto *industrializada*, como goiabada, goiabada cascão, geléia ou compota, estas produzidas pela indústria da Cooperativa Agrícola Mista da Zona de Mirandópolis-SP, à qual são cooperados<sup>74</sup>. No CEAGESP e sacolões comercializam também abacaxi e alguns legumes, tais como pimentão e giló, boa parte dos quais adquiridos de pequenos camponeses da região, o que de certo modo coloca a comunidade como uma "empresa de comercialização". No caso da produção industrializada, a maior parte é entregue apenas parcialmente processada às indústrias ARISCO, ETTI, CICA, etc. Neste caso, a cooperativa se responsabiliza por selecionar as frutas (processo feito manualmente), descascá-las (através de um processo químico), retirar as sementes e cortá-las em metades. As frutas são entregues às indústrias em recipientes com conservantes, para que sejam devidamente processadas e embaladas. Há casos, porém, em que o produto já sai da cooperativa embalado com a marca da indústria adquirente. É o caso, por exemplo, da compota da marca PAP'S, comercializada pela rede Pão de Açúcar de Supermercados. Como ainda não possuem um mercado consumidor significativo, muito pouco é comercializado com a própria marca da cooperativa - **Coopfrut**<sup>75</sup>.

Para uma melhor explanação deste item, subdividí-lo-emos da seguinte forma: as atividades produtivas e de serviços, as atividades culturais e educacionais, as atividades esportivas e de recreação, a administração e a questão do poder na comunidade.

## 6.1. As atividades produtivas

As atividades produtivas desenvolvidas pela comunidade podem ser divididas em dois grupos. O primeiro deles é formado pelas atividades às quais dedica-se com o intuito de comercializar a produção e consumir o excedente (já deliberadamente produzido), como é o caso da goiaba - cultivada em larga escala - do abacaxi<sup>76</sup>, dos pomares de carambola e

---

<sup>74</sup> Em 1993, quando visitamos a área, a comunidade discutia, em conjunto com a cooperativa, a possibilidade de passarem a comercializar também a polpa da fruta, ampliando assim ainda mais o mercado consumidor e diminuindo as perdas. Porém, como a indústria foi adaptada às antigas instalações da cooperativa, havia o problema da localização - muito próximo à área urbana - o que poderia dificultar a instalação de mais um tipo de maquinário.

<sup>75</sup> Dados relativos a março de 1993.

<sup>76</sup> Na ocasião em que realizamos nosso trabalho de campo (março de 1993), ele era feito em terras arrendadas. Porém, havia a possibilidade de, pelo menos uma parte, ser cultivada em parte das terras contíguas à



de caju, do shitake<sup>77</sup> e da avicultura poedeira (estes últimos em menor escala). O segundo é formado pelas atividades às quais dedica-se com o objetivo de consumir a produção e comercializar o excedente (quando ele existir), como é o caso de uma pequena horta, algumas árvores frutíferas espalhadas pela área, e um pequeno rebanho de suínos, "galinha caipira" e de bovinos (para o consumo do leite e da carne).

### **6.1.1. A cultura da goiaba**

A cultura da goiaba é a atividade que concentra o maior número de trabalhadores, sendo cultivada na maior parte da área da sede e em dois campos arrendados, localizados nas suas proximidades. Na sede trabalham pela manhã cinco pessoas fixas (quatro mulheres e um homem) e mais os visitantes, liderados por uma camponesa. À tarde também auxiliam na atividade todas as crianças maiores de 11 anos e jovens em idade escolar. Não há utilização de trabalhadores bóia-frias na sede da comunidade. Sob a alegação da "não necessidade" está, a nosso juízo, a intenção de impedir que pessoas "de fora" compartilhem do dia-a-dia da comunidade. Os únicos "gaijins" permitidos são os motoristas dos caminhões que são carregados com goiaba de segunda-feira à sábado. E, mesmo neste caso, os mesmos permanecem apenas no barracão onde a goiaba é classificada e embalada. Nos dois campos arrendados, localizados próximos da sede, trabalham com bóia-frias, havendo em cada campo um integrante da comunidade responsável pelo trabalho.

Na sede, o trabalho nesta atividade começa às 7h00 com a colheita das frutas, quando cinco trabalhadores dividem-se em dois grupos, um deles formado por três mulheres - entre as quais a líder - e mais os visitantes, e o outro, formado por um casal. Os dois grupos iniciam a colheita das frutas em ponto de comercialização (desde as já maduras até aquelas em início de maturação), caminhando, um no sentido horário e o outro no sentido anti-horário. Ao encontrarem-se significa que o trabalho de colheita chegou ao fim. Os campos da sede são subdivididos em dois blocos, onde a colheita é feita em dias alternados, de modo a permitir que as frutas amadureçam. O(a)s trabalhadores(as) que dedicam-se a esta atividade trabalham protegidos do sol quente do verão com lenços, chapéus, blusas de manga comprida, luvas, calças compridas e botas plásticas.

---

comunidade que haviam sido adquiridas por um amigo de integrantes e registrada em nome de um deles, para ser paga assim que a comunidade possuir condições financeiras.

<sup>77</sup> Cogumelo consumido por japoneses para o preparo de comidas típicas. Pode ser consumido fresco ou seco (como normalmente é encontrado nas lojas). Oriundo da Ásia, o shitake tem propriedades anti-cancerígenas.

As goiabas colhidas são depositadas inicialmente em um balde que cada trabalhador carrega consigo e, depois, transferidas para as caixas localizadas na carreta de um trator que fica sempre próximo do local da colheita. Quando todas as caixas estão preenchidas, um dos trabalhadores leva-as até o galpão onde, mais tarde, é feita a classificação, e novamente retorna aos campos para dar seqüência à atividade, com mais caixas vazias. Esta rotina é repetida até que os dois grupos se encontrem. O trabalho é interrompido das 10h30 às 11h15 para o almoço e das 14h30 às 15h15 para o café da tarde. Por volta das 13h30 os jovens que retornaram da escola dirigem-se aos campos para auxiliar na colheita, dividindo-se entre os dois grupos. Após as 15h15 inicia-se o trabalho de classificação das frutas. No caso da colheita não ter sido finalizada, parte retorna aos campos para concluir a atividade e parte dá início à classificação. As frutas colhidas nos campos arrendados pelos trabalhadores bóia-frias são levadas até a sede para serem classificadas conjuntamente, por volta das 15h00.

Na classificação trabalham cerca de vinte pessoas, a maioria jovens. As goiabas são classificadas em quatro tipos:

- **granel**: em geral pequenas e verdes. São enviadas aos sacolões em São Paulo e embaladas soltas em caixas forradas com jornal.
- **embalagem especial**: em geral as melhores frutas (maiores e não tão maduras). São enviadas ao CEAGESP, embaladas uma a uma em papel de seda e acondicionadas em caixas de papelão forradas com palha/serragem, cada qual com seis a oito frutas.
- **polpa**: em geral as frutas maduras e "machucadas", muito pequenas e/ou muito grandes. São enviadas à indústria da Cooperativa Agrícola Mista da Zona de Mirandópolis-SP para serem transformadas em geléia e/ou goiabada, e embaladas soltas em caixas forradas com jornal.
- **compota**: em geral as frutas maduras mas não "machucadas". São embaladas soltas em caixas forradas com jornal e enviadas à indústria da Cooperativa para serem transformadas em compotas<sup>78</sup>.

A classificação é feita manual e mecanicamente<sup>79</sup>. A fruta classificada é armazenada em câmara fria para não amadurecer, pois só é enviada a São Paulo e/ou à

---

<sup>78</sup> A maior parte desta produção é apenas pré-processada, conforme já mencionamos.

<sup>79</sup> Refiro-me, nestes casos, a um ato feito condicionadamente. Tanto que eles possuem uma grande dificuldade para explicar os critérios utilizados para diferenciar um tipo do outro. Tal fato foi observado durante a realização de nosso trabalho de campo, ocasião em que acompanhamos todas as atividades realizadas pela comunidade, participando ativamente de todas as suas etapas. Quando perguntávamos eles não explicavam, apenas mostravam a fruta. E quando apresentávamos nova dúvida, ridicularizavam-nos em japonês, evitando assim maiores explicações. O mesmo ocorria quando classificávamos uma fruta indevidamente. ADACHI relatou-nos ter passado por situação semelhante logo que chegou à comunidade, quando também foi auxiliar na atividade. No seu caso, porém, acabou discutindo com os jovens,

indústria da Cooperativa no dia seguinte. Todos fazem todos os tipos de serviços: transportam as caixas para serem classificadas até as mesas para classificação, classificam as frutas, empilham as caixas e depois acondicionam-nas na câmara fria. Após o término da classificação a equipe divide-se para a realização das atividades finais, a saber, emissão das notas, separação dos jornais para forrar as caixas vazias, forração e empilhamento das caixas, locomoção das caixas vazias para um local apropriado, gravação com giz nas caixas das iniciais TY (Tetsuhiko Yuba) e organização do galpão onde a classificação é realizada.

Esta atividade é repetida de segunda-feira à sábado, podendo encerrar-se entre 17h30/18h00 ou continuar pela noite, dependendo da quantidade de fruta colhida e do número de trabalhadores na atividade. Normalmente, quando a atividade avança pela noite, trabalhadores de outras atividades passam a auxiliar para finalizar o serviço mais rapidamente. Os dias de maior atividade são as segundas e terças-feiras, isto porque o intervalo entre as colheitas é de dois dias - onde colhem na segunda-feira foi colhido na sexta-feira e onde colhem na terça-feira foi colhido no sábado - o que faz acumular as frutas nos pomares. Às quartas, quintas, sextas e sábados a colheita é de um dia de intervalo e, portanto, a quantidade de fruta colhida é menor. Nestes dias (nos períodos de safra) também colhem carambola e caju - nos pomares localizados na sede - para enviar aos sacolões em São Paulo.

Vale ressaltar que, para o trabalho, não há diferenciação entre integrantes da comunidade e visitantes. A camponesa responsável pelo trabalho nos campos de goiaba não permite muita folga, chegando inclusive a forçar mais pelo trabalho dos visitantes - que ficam sob seu comando - aproveitando esta força-de-trabalho não remunerada o máximo possível, extraindo-lhe um sobretrabalho. É possível que essa superexploração tenha também a intenção de evitar que os visitantes prestem atenção ao estilo de vida levado pela comunidade - sobretudo às inúmeras contradições que comporta - e que comecem a questioná-las. Após um longo dia de trabalho, sobretudo nos dias quentes de verão, aqueles menos acostumados não pensam em outra coisa que não uma boa noite de descanso, mesmo porque a única certeza que possuem é que tudo se repetirá no dia seguinte. Com isto, tudo indica, no final da estadia na comunidade, estes visitantes podem sair com a

---

razão pela qual deixou a atividade. Informou-nos posteriormente que havia comentado o assunto com um dos trabalhadores da atividade - um imigrante - que disse-lhe ter presenciado várias situações desta - inclusive a por nós vivenciada - e que, por repetidas vezes, havia solicitado aos jovens que não adotassem este tipo de postura, sem, contudo, obter êxito.

impressão de uma vida monótona, mas não desigual, contraditória e incoerente com os princípios que proclama e defende<sup>80</sup>.

Entre os visitantes, porém, há aqueles que não ajudam "como deveriam", permanecendo boa parte do tempo em seus aposentos, dirigindo-se para a cidade, vagando pela comunidade, etc. Nestes casos, nenhum integrante irá falar-lhes diretamente que este tipo de conduta não agrada à comunidade. Ao contrário, apenas comentam o fato entre si e passam a "marginalizá-los", atitude que pode culminar na redução de sua estadia na comunidade.

### **6.1.2. A avicultura poedeira**

Esta atividade é realizada por apenas três camponesas, uma das quais dedica-se apenas à classificação e embalagem para comercialização. A comunidade possui 2.600 aves distribuídas em cerca de 15 galpões - cinco com aves confinadas e os demais soltas<sup>81</sup>. As aves são alimentadas com ração duas vezes ao dia (às 7h00 e às 15h30). A coleta é realizada três vezes ao dia: às 8h30, às 12h30 e às 16h00. Os ovos são coletados em cestas e a produção é controlada por galpão<sup>82</sup> (a trabalhadora conta-os à medida em que vai coletando e, a cada galpão concluído, anota o resultado em um pedaço de papel) e depois pelo total do dia. Estes dados são registrados em um caderno, para o cálculo da produtividade das aves.

Após coletados, os ovos são levados em carrinhos manuais até o barracão onde se dá a classificação. Entre a distribuição de ração matutina e a primeira coleta, bem como após a última coleta, uma das trabalhadoras da granja dedica-se à limpeza dos caminhos entre um galpão e outro.

A classificação é feita manualmente em classificadores de metais. Os ovos são classificados de acordo com o tamanho em "E" (Especial), "A", "B", "C" e "D"/trincado. Esta atividade é realizada por apenas uma trabalhadora e uma única vez ao dia, após as 13h00. Após a classificação, excluídos os ovos destinados ao consumo da comunidade, os demais são embalados em caixas plásticas contendo trinta dúzias cada e enviados a Araçatuba-SP, onde são comercializados.

---

<sup>80</sup> Sobre estas questões, trataremos mais a frente no trabalho.

<sup>81</sup> Os dados são relativos a março de 1993.

<sup>82</sup> Para efeito de cálculo de produtividade, as trabalhadoras da granja classificam os lotes das aves em "A", "B", "C" e "D", levando em conta a data de entrada dos pintainhos na granja. Este controle é feito através de um mapa da granja, por onde controlam onde está cada lote, prática idêntica à realizada pela Comunidade Sinsei. Esta classificação, por sua vez, nada tem a ver com a classificação feita para comercialização.

O tempo médio de produção das aves é de dois anos. Decorrido este tempo elas são abatidas para o consumo da comunidade e/ou para a comercialização, quando a produção for maior do que o consumo.

### 6.1.3. O shitake

Esta atividade é realizada por apenas um trabalhador<sup>83</sup>, o qual é responsável por todas as etapas da produção, desde o preparo da semente até a comercialização da produção.

A semente é produzida a partir da serragem da madeira de eucalipto e/ou abacate. A serragem é misturada à água e colocada, bem comprimida, em vidros fechados com tampas furadas e vedadas com fita crepe. Em seguida esses vidros são acomodados em uma panela de pressão e levados ao fogo por 50 minutos, para que as bactérias ruins morram. Decorrido este tempo, os vidros são deixados à temperatura ambiente para que esfriem. Depois de frios, a fita crepe é retirada, os vidros são datados e acondicionados em uma encubadeira (desligada) onde permanecerão por dois meses. Somente a partir deste período é que as sementes poderão ser utilizadas.

A madeira utilizada para o plantio do shitake preferencialmente é a de manga, sobretudo a de manga Haden, Tommy Atkins e Keiti (por serem mais moles). A madeira<sup>84</sup> é cortada em tamanho apropriado e, em seguida, é toda perfurada com o auxílio de uma furadeira especial, de 8000 rpm, mantendo-se uma certa distância entre um furo e outro<sup>85</sup>.

Depois de perfurados os galhos, inicia-se o plantio propriamente dito: a semente é colocada em uma panela desinfetada com álcool e, com o auxílio de uma espátula também desinfetada, é transferida para a plantadeira (especial para este tipo de semente) e injetada na madeira sob pressão, num sistema parecido com os "revólveres de vacina". Concluída esta etapa, passa-se à vedação dos furos com parafina derretida: é preciso vedá-los completamente (um a um) para evitar a contaminação. Esta operação é repetida duas a três vezes, pois é a parte mais importante do plantio: qualquer contaminação pode comprometer

---

<sup>83</sup> O responsável por esta atividade saiu do Japão com 24 anos de idade "em busca de um lugar melhor para se morar". Passou por vários países até chegar ao Brasil e, mais especificamente à comunidade Yuba, onde casou-se e optou por fixar residência. No início trabalhou nos campos de goiaba e há cerca de sete anos dedica-se ao cultivo do *shitake*.

<sup>84</sup> Basicamente os galhos das árvores.

<sup>85</sup> O trabalhador responsável informou-nos que normalmente fura mais vezes do que o aconselhado, para que os fungos proliferem pelo galho mais rapidamente.

toda a produção. Após ter preenchido todos os furos, o trabalhador repete a operação em um outro galho, até que toda a semente seja utilizada<sup>86</sup>.

Após o plantio os galhos são colocados no chão do galpão e cobertos com um plástico escuro, onde permanecem por três meses. Decorrido este tempo eles são descobertos, mas continuam mantidos ainda no galpão, por mais três ou quatro meses. Só então são postos para fora do galpão, ao ar livre, até o momento de germinar. O intervalo entre o plantio e a primeira colheita é de seis a sete meses. Ao iniciar a produção, os galhos são colocados novamente no galpão, desta vez em pé para facilitar a colheita.

O tempo de produção é de três dias. Nos dois primeiros dias o trabalhador escolhe os melhores e, no terceiro, retira os demais e leva os galhos para o lado de fora do galpão novamente. De tempos em tempos passa colhendo os "temporões", consumidos pela comunidade. Os galhos permanecem descansando durante cerca de 45 dias, quando então inicia-se uma nova produção (não é necessário plantar novamente). Cada galho produz cinco vezes, sendo depois utilizados como adubo nos campos de goiaba.

Durante o verão costuma-se perder cerca de 30% das sementes por contaminação com outros fungos e/ou bactérias. Por outro lado, é o período em que se produz mais shitake devido as temperaturas elevadas, propícias à proliferação dos fungos. Já no inverno, o índice de perda de semente cai para 10%, mas a produção de shitake também diminui sensivelmente. É preciso aquecer o ambiente, cobrindo os troncos com plástico. Quando o tempo está seco demais também é necessário irrigar (por aspersão) para deixar os galhos bem úmidos e, com isto, garantir o ambiente para a proliferação dos fungos.

Boa parte da produção é comercializada com um restaurante japonês em São Paulo sendo a produção enviada toda sexta-feira através do caminhão que transporta a goiaba até os sacolões. Parte significativa também é encaminhada a um restaurante em Marília - enviada toda quinta-feira "via sedex". Uma pequena parte é ainda comercializada na própria comunidade, através da venda direta a moradores locais (com destaque para os moradores das Alianças) e, por fim, o refugo é consumido diretamente pela comunidade. O shitake comercializado é vendido a US\$ 8,00/Kg (o fresco) e US\$ 40,00/Kg (o seco)<sup>87</sup>.

---

<sup>86</sup> Depois de aberto o vidro, a semente deve ser totalmente consumida, sob pena de contaminação e conseqüente perda da mesma.

<sup>87</sup> Os dados são relativos a março de 1993. Quando seco, o shitake reduz seu peso a 1/7 do fresco, além de concentrar mais vitaminas e de ser de paladar mais saboroso, pelo que é cobrado mais caro. Mesmo assim, proporcionalmente, ele é mais barato do que o seco.

#### 6.1.4. A horta

Esta atividade é realizada por três camponeses (um homem e duas mulheres) com produção de verduras e legumes de diversos tipos, para o consumo exclusivo da comunidade, as quais são colhidas pelos camponeses que dedicam-se a esta atividade e/ou diretamente pelas cozinheiras, para o preparo das refeições. A partir dos 7 anos as crianças também passam a trabalhar na horta, ajudando a colher verduras, legumes e a carpir, atividades realizadas sempre no fim da tarde. É através desta atividade que elas são integradas ao mundo camponês e, mais do que isto, que elas começam a aprender a obedecer às ordens recebidas, da melhor maneira possível. Ao chegarem aos 11 anos, as crianças, trabalhadoras obedientes moldadas na horta, estão aptas para iniciarem na goiaba, principal atividade da comunidade.

#### 6.1.5. Outras atividades produtivas

A comunidade possui também uma pequena criação de galinha caipira e de suínos, atividades estas realizadas pela camponesa que dedica-se à cerâmica. No caso da galinha caipira, toda a produção destina-se ao consumo da comunidade. Com relação aos suínos, parte é utilizada pela comunidade, parte é oferecida como presente a visitantes e parte é ainda comercializada com restaurantes em São Paulo, mediante pedidos feitos previamente<sup>88</sup>. Por fim, possuem ainda algumas cabeças de gado, parte criadas em pasto arrendado, juntamente com o gado da Associação dos Moços - a **San Sei Ren**, associação com fins esportivos e culturais que dedica-se a algumas atividades econômicas com o objetivo de arrecadar fundos para realizar outras atividades, à qual alguns jovens estão integrados - e parte criadas em uma área contígua à da sede, que a comunidade recebeu como "presente" de um amigo<sup>89</sup>.

---

<sup>88</sup> A ocorrência deste último caso é esporádica.

<sup>89</sup> Trata-se do mesmo local onde a comunidade pensava em reservar uma área para o cultivo do abacaxi, como mencionamos anteriormente. Outra possibilidade de uso para o mesmo local foi levantada pelo líder e referia-se à formação de um pomar de goiaba para substituir um dos campos arrendados.

## 6.2. As atividades de serviços

Como atividade de serviço destaca-se a cozinha, no preparo das refeições para todos os integrantes da comunidade. São quatro pessoas que dividem-se em duas duplas, cada uma responsável pelo preparo das refeições por uma semana. Cada dupla divide ainda o trabalho entre si: uma fica responsável pelo **fogão** (preparo das comidas, café, chá, ferver leite, etc) e a outra pela **mesa** (preparo de pão, saladas, suco, preparo dos legumes a serem utilizados pela cozinheira, "udom", prato do lanche de domingo, etc, bem como acomodação das "sobras" das comidas em panelas/vasilhas menores). Estas atividades são alternadas apenas na próxima semana de trabalho.

O trabalho começa às 5h00, com o preparo do café da manhã - café, leite, chá e ovos cozidos - servido a partir das 6h00, quando tocam o berrante anunciando o início do dia de trabalho. Para o preparo do almoço, que é servido às 10h00, a dupla retorna à cozinha por volta de 8h30/9h00. Para o café da tarde, que é servido às 14h00, retornam às 12h30/13h00 e, para o jantar, servido às 18h00/18h30, elas retornam por volta das 16h30/17h00. Não há um cardápio previamente estabelecido. As cozinheiras preparam as refeições de acordo com o que há para ser utilizado. O aviso de que as refeições já estão servidas é dado através do toque do berrante. Enquanto não estão no serviço da cozinha elas aproveitam o tempo livre para lavar a roupa da família, limpar suas casas, ler revistas/jornais ou simplesmente descansar.

Dando apoio ao trabalho na cozinha há ainda o trabalho de quatro senhoras, entre elas a esposa do líder da comunidade, responsáveis pela lavagem, secagem e armazenagem das louças e pela lavagem e pré-preparo de verduras e legumes para serem utilizados pelas cozinheiras. Por fim, a limpeza das mesas e do refeitório, após cada uma das refeições, feita pela outra dupla que se reveza na cozinha.

A lavagem das roupas de uso diário dos integrantes da comunidade são realizadas pela própria família. No caso dos solteiros, há sempre alguém que se encarrega disto, normalmente por laços de amizade.

## 6.3. As atividades culturais e educacionais

Além das atividades produtivas e de serviços, a comunidade dedica-se a intensas atividades culturais, educacionais, esportivas e de recreação, as quais são - a nosso juízo - a



base para a construção/consolidação de sua identidade. Entre os objetivos destas atividades destacam-se a garantia da coesão do grupo em torno do ideal de Issamu Yuba e a reprodução desse ideal; a manutenção/transmissão da cultura japonesa, seja através da língua adotada - falada e escrita - seja através dos hábitos e costumes, reforçados por uma série de vídeos que adquirem/recebem do Japão, de jornais e revistas em língua japonesa e que os mantêm atualizados sobre os acontecimentos em seu país de origem; a possibilidade de um desenvolvimento mais harmonioso entre o corpo e a mente, garantido através do incentivo à prática esportiva, com destaque para o baseball e o soft (modalidade feminina do baseball), bem como às atividades de recreação e, a nosso juízo, o mais importante, a garantia - através do Corpo de Ballet Yuba, do teatro e do coral - de uma igualdade entre todos os integrantes que, na prática, não se concretiza<sup>90</sup>.

### **6.3.1. O Ballet Yuba**

O corpo misto de ballet - o Ballet Yuba - composto por jovens e adultos, constitui-se, como já apontamos, na atividade cultural mais importante e, por que não dizer, em alguns momentos, *na atividade* mais importante desenvolvida pela comunidade.

Mantido sob a liderança de Akiko Ohara e, atualmente, também de sua filha mais nova, o ballet, que inicialmente preocupava-se em resgatar as tradições japonesas de valorização da terra, aos poucos foi transformando-se e adaptando-se à nova realidade da dança moderna. A influência do novo se faz sentir nas novas coreografias, com passos menos ritmados e mais rápidos e fortes, e com danças que nada têm em comum com a cultura japonesa e/ou com a comunidade, como a dança flamenca apresentada no Natal de 1992, num momento em que este estilo gozava de grande repercussão.

A maioria dos dançarinos do Ballet Yuba são mulheres e crianças. O único homem que participa do ballet é o jovem casado com uma das filhas da professora e, ele próprio, só voltou aos palcos após o casamento. Os demais trabalham nos bastidores, auxiliando na infra-estrutura, nos serviços de luz, som, cenário, etc, ou integram quadros que possuem mais um caráter de teatro do que de dança<sup>91</sup>. Como já mencionamos anteriormente, o poder crescente de Akiko Ohara e do Ballet Yuba, em detrimento das atividades produtivas e de

---

<sup>90</sup> Durante o tempo em que Issamu Yuba era vivo, o time de baseball da comunidade também garantia esta igualdade. Atualmente os jovens da comunidade integram o time das Alianças, de modo que esta atividade não possui mais o mesmo destaque de outrora.

<sup>91</sup> Nas apresentações do Ballet Yuba há uma mescla entre quadros de dança e de música, estes últimos com cenário, figurino e encenação próprios.

serviços realizadas pela comunidade, acabou gerando uma série de descontentamentos entre muitos integrantes da comunidade, que acabaram influenciando seus filhos a abandonarem a atividade. A justificativa para tal saída foi a utilização do tempo consumido pelo ballet na prática de esportes, o que, na verdade, não se concretizou. De acordo com ADACHI, há algum fato não revelado que influenciou a saída dos rapazes.

A importância que o ballet assumiu na vida da maioria dos integrantes da comunidade é um fato que continua presente nos dias atuais. Para os homens, a participação nas coreografias, no coral, no teatro ou ainda no apoio era/é uma oportunidade de viverem uma outra vida, diferente da habitual. Para as mulheres, tal participação configurava-se, e continua configurando-se, como uma oportunidade de, durante as apresentações fora da comunidade - no Brasil ou no exterior - conhecerem novos lugares, fazerem novos amigos e quebrarem um pouco a rotina do dia-a-dia de trabalho na comunidade. As apresentações fora da comunidade eram defendidas por Issamu Yuba e encaradas por seus integrantes como um momento de mostrar a existência e a importância da comunidade para outras pessoas. Dessa forma, sua permanência/continuidade foi e continua sendo defendida por boa parte de seus integrantes, constituindo-se, ao mesmo tempo, em um pilar de grande importância para a constituição da **identidade da comunidade** e em uma forma de garantir a permanência da presença de seu antigo líder e idealizador na memória das pessoas, sejam eles integrantes, amigos ou admiradores do Ballet Yuba e, conseqüentemente, da comunidade.

Os ensaios são realizados três vezes por semana, toda segunda, quarta e sexta-feira e comandados pela filha de Akiko Ohara, desde sua chegada do Japão, em fevereiro de 1993. Seu início ocorre por volta das 20h30 - após o término dos trabalhos na cozinha/classificação da goiaba - com uma série de exercícios de alongamento que duram cerca de uma hora. Depois, passam a ensaiar os passos de coreografias novas ou a recordarem, entre as antigas, aquelas que compõem as apresentações do ballet no Brasil ou no exterior. As coreografias novas são estreadas sempre nas **Festas de Natal** realizadas pela comunidade e, em seguida, incorporadas ao elenco das apresentações, em geral substituindo as mais antigas.

Também as crianças participam do ballet. Os ensaios são realizados duas vezes por semana, às quartas e sextas-feiras, das 15h00 às 16h30. Nas aulas das quartas-feiras participam as crianças maiores de cinco anos. Nas sextas-feiras, apenas aquelas maiores de

sete anos. As aulas são ministradas por uma das integrantes do Ballet Yuba<sup>92</sup> e pela nova professora de ballet. Começam sempre com exercícios de aquecimento e alongamento, coordenados pela integrante do ballet. Em seguida a nova professora ensina alguns passos básicos. Ela mostra ao grupo e começa a trabalhar com as meninas, enquanto os meninos ficam sob responsabilidade da outra instrutora. Para finalizar, fazem alguns exercícios de ginástica aeróbica, sempre ao som de música estrangeira (em geral Rock, dancing, etc).

Por possuírem um caráter de "show business", fruto do profissionalismo das professoras de ballet e do objetivo imediato das apresentações, as **Festas de Natal** pouco têm a ver com o tema em si. Há sempre uma dança com crianças vestidas de Papai Noel para fazer referência ao dia, e o restante é espetáculo - seja de dança, seja de teatro - e, é bom que se diga, de muito bom nível. Os trajes para as coreografias e para as peças, bem como o palco, são sempre muito bem escolhidos e montados, e nada mais se assemelham à simplicidade das roupas feitas com saco de algodão tingido e dos cenários pintados na parte interna dos sacos de ração, do início da comunidade. O que começou como distração, hoje transformou-se em obrigação; o que antes era amadorismo, hoje é profissionalismo. Daí podermos afirmar ser esta atividade de grande importância para a comunidade.

### 6.3.2. O coral e o teatro

Da mesma forma que o Ballet, o coral e o teatro possuem uma importância ímpar enquanto constituidores da identidade da comunidade e garantidores de uma igualdade que, como já salientamos, nem sempre se efetiva na prática. O coral é a parte integrante dos quadros do Ballet Yuba em suas apresentações fora da comunidade. É formado por homens e mulheres com idades acima de 15 anos, muitos dos quais, inclusive, estão entre os integrantes mais antigos da comunidade. O teatro, por sua vez, é realizado apenas na comunidade, englobando inclusive integrantes que não participam mais das outras atividades culturais. Ele é encenado nas **Festas de Natal** e reapresentado no dia 30 de dezembro<sup>93</sup> e em outras ocasiões especiais. Para muitos deles, sobretudo para os mais velhos, o teatro se configura como uma oportunidade de fugirem da rotina do dia-a-dia de trabalho e esquecerem suas desigualdades e contradições, vivendo, nem que seja por algumas horas - ou minutos, dependendo do personagem que representam - uma outra vida.

---

<sup>92</sup> Uma das camponesas que trabalha na horta.

<sup>93</sup> No dia 31 de dezembro a comunidade realiza o Korraku, uma espécie de competição musical de Karaokê, realizada entre homens e mulheres. Eles cantam e recebem a pontuação de um júri julgador. No final, somam os pontos para ver qual foi a equipe vencedora. Esta prática é muito comum na colônia japonesa, e o Korraku da Comunidade Yuba é tão tradicional quanto suas **Festas de Natal**.

Os ensaios do coral - parte integrante das apresentações do Ballet Yuba - ocorrem às terças e quintas-feiras durante o ano. Seu início ocorre por volta das 20h30, após a conclusão dos serviços de arrumação da cozinha e/ou o término das atividades de classificação da goiaba (nos casos em que esta última não foi concluída antes do jantar), e não têm hora certa para acabar. As músicas ensaiadas normalmente são as mesmas, e sempre são acompanhadas do piano, tocado por Fuziko Yuba, uma das filhas de Issamu Yuba.

Já o teatro é ensaiado apenas a partir de outubro, para ser estreado no dia da **Festa de Natal**. Ele comporta boa parte dos integrantes da comunidade - homens, mulheres e crianças - e é realizado com muito empenho e profissionalismo, dando-se grande importância ao cenário e aos figurinos. Como decidem a peça a ser encenada muito próximo do final do ano, os ensaios do teatro acabam tomando o lugar dos ensaios do coral. Entre as peças encenadas pela comunidade (todas em japonês), citamos "Pinóquio" em 1992 e "Peter Pan" em 1994.

### **6.3.3. A educação**

A educação na Comunidade Yuba é um assunto que merece atenção. Como ela possui uma série de crianças (até março de 1993 contava com quinze crianças menores de 10 anos, seis das quais menores de 7), deve destinar-lhes um tempo especial, de modo a, desde cedo, ir integrando-as e moldando-as de acordo com os ideais de Issamu Yuba. Para tal, desenvolve atividades lúdicas, religiosas, de alfabetização e artísticas, todas elas ministradas em japonês, por integrantes das famílias Ohara - que também controla o ballet - e Yazaki.

As aulas de religião e as atividades lúdicas, destinadas a crianças de dois a seis anos, são ministradas pela nova professora de ballet (Aya Ohara) e por uma senhora de idade já avançada (Haruko Yazaki). Estas aulas acontecem de segunda-feira à sábado, das 9h00 às 10h00, na biblioteca da comunidade, e sempre começam com uma oração. Em seguida a senhora lê uma história sobre uma passagem bíblica, mostrando uma série de figuras às crianças, de modo a ilustrá-la. Após, a moça desenvolve atividades como teatro, desenhos, brincadeiras, etc sobre o tema da história ou não. O final da aula é feito através de uma oração e de uma música.

A partir dos cinco anos as crianças começam também a aprender a ler e escrever em japonês. Estas aulas são ministradas de segunda a sexta-feira, das 11h00 às 12h00, pela mesma moça que ensina as crianças ou pelo filho da senhora que a auxilia (Masakatsu

Yazaki), integrante que dedica-se apenas às artes (principalmente música) na comunidade. As crianças aprendem a escrever as letras mais simples - os hiraganas - repetindo-as primeiro em um papel de rascunho e, depois, em um caderno próprio.

Além destas aulas - e das aulas de ballet já mencionadas - há ainda aulas de pintura e de piano, ministradas pela filha mais velha da professora de ballet (Yarani Assako Yuba), duas vezes por semana, das 15h00 às 16h00. Anteriormente estas aulas eram ministradas por uma integrante de uma das famílias Yuba, que divorciou-se e desmembrou-se da comunidade, em fins de 1992.

Aos sete anos de idade as crianças são encaminhadas à escola da rede pública oficial, na Primeira Aliança, onde irão estudar todo o primeiro e segundo graus. Só então elas irão aprender a falar, ler e escrever em português. Até então, todas as pessoas (jovens, adultos e mesmo as crianças em fase escolar) são proibidas de falarem em português com elas, e mesmo entre si. Tal fato, vale ressaltar, é motivo de orgulho para a comunidade, que critica o fato da Comunidade Sinsei ter permitido o uso do português em seu interior<sup>94</sup>. Esta prática tem, a nosso juízo, uma dupla função. De um lado, a proibição do uso do português é uma estratégia utilizada para dificultar o relacionamento com a sociedade envolvente. Desde cedo a criança acaba voltando-se mais para o seu próprio grupo, já que, por não falar português, passa a ser discriminada pelas demais crianças na escola. Com o tempo isto acaba servindo para fortalecer ainda mais os laços de amizade, cumplicidade e **identidade** que estabelecem entre si. Esta experiência de marginalização/desambientação sofrida na infância será sempre uma referência, mesmo que inconsciente, aos jovens que optam permanecer na comunidade. De outro, tal proibição tem por objetivo dificultar a compreensão das contradições que ela comporta em seu interior, seja por parte do visitante, seja por parte do pesquisador<sup>95</sup>.

---

<sup>94</sup> Durante o tempo em que realizamos nosso trabalho de campo nas comunidades em questão, pudemos notar bem esta diferença. Na Comunidade Sinsei não encontramos barreiras para nos aproximarmos e conversarmos com as pessoas. Conversávamos com todos, sem exceção, mesmo que com os integrantes mais antigos as conversas fossem simples cumprimentos, ora em português, ora em japonês. Quando precisávamos conversar por mais tempo, para esclarecermos dúvidas sobre suas atividades ou outros assuntos, sempre havia alguém disposto a ajudar, servindo de interprete, ora jovens, ora pessoas mais velhas que falavam o português. Na Comunidade Yuba, por sua vez, as pessoas mantinham-se distantes, salvo raríssimas exceções, e muitos faziam questão de falar apenas em japonês. Como exemplo, mencionamos o caso da classificação da goiaba, onde todos os jovens falavam português, mas sempre respondiam às dúvidas que apresentávamos em japonês.

<sup>95</sup> Além da proibição do uso do português no interior da comunidade, há também a proibição de uma outra versão de sua história, que não a oficial. Como já fizemos menção, sentimos muitas dificuldades durante a realização de nosso trabalho de campo e julgávamos que elas decorriam do fato de não falarmos japonês. Porém, ouvimos as mesmas queixas por parte de ADACHI e YAMASHITA, ambas antropólogas que compreendiam e falavam japonês sem problemas. Esta última, autora do livro "Brazil-Marú" (sobre a história de Issamu Yuba e sua comunidade), realizou seu trabalho de campo na década de 70, antes da morte de Issamu Yuba. Segundo seu relato, por várias vezes ela foi surpreendida por Issamu Yuba enquanto realizava uma entrevista com algum integrante, mesmo em japonês. Nestes casos, relata, ele interrompia a entrevista brigando com o integrante e assumia a continuidade da mesma.

Após concluírem o segundo grau, os jovens devem trabalhar em período integral nos campos de goiaba, sendo-lhes negada a continuidade dos estudos. Qualquer tentativa de prosseguí-los correrá por conta daquele que desejar fazê-lo, devendo o mesmo desmembrar-se da comunidade. Porém, a necessidade de dar continuidade aos ideais de Issamu Yuba é tão enfatizada, as possíveis dificuldades que enfrentariam sozinhos para a continuidade dos estudos são tão reforçadas e a pressão/marginalização sobre aqueles que o fizeram é tão grande<sup>96</sup>, que estes jovens acabam intimidados, acreditando que o melhor a fazer é permanecer na comunidade, trabalhando pela consolidação do ideal de alguém que a maioria não chegou sequer a conhecer ou a assumir como seu.

É bom deixar claro que, em nenhum momento é colocado, por nenhum dos integrantes da comunidade, a necessidade de seguir/consolidar o ideal de Tetsuhiko Yuba. Para a maioria dos integrantes da comunidade, sobretudo para os mais velhos, é como se Issamu Yuba ainda estivesse vivo. Tanto é verdade que um dos filhos da integrante da comunidade que divorciou-se<sup>97</sup>, certa vez perguntou-lhe se "*Yuba era Deus*".

#### **6.3.4. A cerâmica**

Esta atividade é realizada por uma trabalhadora que também dedica-se a outros afazeres, e é feita muito mais pelo prazer artístico do que para comercialização. A argila utilizada para a confecção das peças é retirada na própria comunidade, mas deve ser misturada a mais quatro outros produtos - não revelados - para atingir o ponto ideal. Há um forno onde as peças - tais como jogos para chá japonês, "tiaoans", copos, vasos, potes, etc - são cozidas, o qual fica distante de seu ateliê. Praticamente toda a produção destina-se ao uso da comunidade e/ou a presentes ofertados a amigos ou visitantes. Algumas vezes atende encomendas de restaurantes de São Paulo e Campo Grande (local de onde a comunidade está mais próxima), os quais vão retirar as peças no próprio local. Nestes casos os preços são cobrados em dólar, e o dinheiro obtido é utilizado para aquisição de mais material para dar continuidade à atividade.

---

<sup>96</sup> Quando estes jovens retornam para visitar a comunidade, acabam sendo colocados de lado pela maior parte de seus integrantes (que os consideram "traidores"), ficando em geral mais próximos de seus familiares.

<sup>97</sup> Sobre este assunto falaremos mais à frente.

#### 6.4. As atividades esportivas e de recreação

Os domingos são dias especiais para os integrantes da comunidade, uma vez que são os únicos dias de descanso efetivo. Muitos aproveitam para dormir até mais tarde, outros para praticarem esportes, para colocarem a conversa, a leitura e/ou os filmes em dia. Aqueles que optam pelas atividades esportivas começam seu dia bem cedo, partindo em um caminhão para a Primeira Aliança, onde treinam.

Os jovens praticam uma série de esportes, tais como o baseball, soft (baseball para mulheres), judô, ping-pong, atletismo, futebol, etc. No entanto, este tipo de atividade, que no tempo de Issamu Yuba ocupava uma posição de destaque, hoje ocupa um segundo plano. Atualmente a prática de esportes tem se dado apenas aos domingos, exceção feita aos jogos de ping-pong e a uma camponesa que treina atletismo na própria comunidade (corrida pela manhã e arremesso de dardo no fim da tarde) diariamente e sozinha. Não há mais o time de baseball da Comunidade Yuba como antes. Os jovens da comunidade disputam competições a nível local, regional, estadual ou nacional como integrantes do time da Primeira Aliança.

Para as atividades recreativas a comunidade possui uma videoteca, composta por uma série de fitas, a maioria doações de amigos do Japão e/ou enviadas por aqueles integrantes da comunidade que encontram-se no Japão **à passeio**<sup>98</sup>.

Todo domingo há uma "sessão corrida" de vídeo. Após o almoço (servido às 10h00), as crianças escolhem o filme/desenho que desejam assistir. Elas decidem com grande euforia e "amontoam-se" nos sofás e/ou pelo chão em frente à televisão. Após o término do filme das crianças é a vez dos jovens/adultos escolherem. As fitas são trocadas constantemente. As pausas se dão apenas para as refeições, e o público costuma ser parte fixo - aqueles que sentam em frente à televisão e de lá não saem - e parte variável - alguns que saem quando cansam e/ou não se interessam mais pelo filme, outros que passam pelo refeitório, param para ver o que está passando e acabam ficando por lá.

Há também saídas noturnas nos finais de semana, realizadas pelos jovens e/ou por casais. Nestes casos vão para o Kaikan<sup>99</sup> de alguma das Alianças (quando há alguma festa), para algum bar/lanchonete em Mirandópolis-SP ou Andradina-SP (cidades

---

<sup>98</sup> Sobre isto falaremos a seguir.

<sup>99</sup> Um Centro Comunitário onde realizam cerimônias e festividades.

vizinhas). Também participam dos Bon-Odoris<sup>100</sup> locais, de Feiras Agropecuárias realizadas pela região, etc.

### 6.5. A administração da comunidade e o surgimento de outros poderes

Dando continuidade à filosofia de Issamu Yuba, a comunidade é administrada e conduzida oficialmente por um único líder, Tetsuhiko Yuba, responsável por todas as decisões tomadas - sem espaço, pois, para reuniões com o intuito de formá-las em comum acordo - bem como pelas normas decretadas. Ele é também responsável pelo caixa oficial da comunidade, sendo quem dá a palavra final sobre a possibilidade, ou não, da realização dos gastos solicitados. Para tal, é auxiliado por uma de suas cunhadas, advogada responsável pelos assuntos jurídicos e contábeis, a qual passou a fazer parte da comunidade após contrair matrimônio com um de seus irmãos.

Entre as normas de condução da comunidade podemos citar a obrigatoriedade do trabalho dos jovens nos campos de goiaba, principal atividade econômica da comunidade; o acesso à educação permitido apenas até o segundo grau, proibindo-se a continuidade dos mesmos<sup>101</sup> e a proibição da saída de integrantes da comunidade para trabalharem como dekasseguis no Japão<sup>102</sup>.

Como já foi ressaltado, o estilo de conduta menos autoritário do filho de Yuba e atual líder da comunidade, acabou abrindo precedentes para o surgimento de outros poderes - e de caixas - bem como de diferentes "pesos e medidas" para se avaliar o comportamento e as solicitações dos integrantes da comunidade.

---

<sup>100</sup> Festas/danças de homenagem aos mortos, presentes nos aniversários das cidades que surgiram com a colonização japonesa.

<sup>101</sup> Apesar desta proibição, alguns jovens acabam saindo da comunidade para prosseguir seus estudos, assumindo, por conta própria, os custos relativos à sua manutenção durante o período em que permanecem fora da comunidade. Quando retornam para visitar seus pais, irmãos e amigos acabam sendo discriminados pelos integrantes que permaneceram na comunidade, razão pela qual dificilmente voltam a integrar o quadro da comunidade novamente. Ao questionarmos alguns integrantes da comunidade sobre a possibilidade desses jovens retornarem definitivamente, muitos afirmaram que a comunidade estaria pronta para recebê-los. Porém, a julgar pelo que podemos observar durante o período em que lá permanecemos, tal aceitação deverá ser precedida de uma declaração de arrependimento, numa espécie de *mea culpa*, devendo o mesmo voltar a trabalhar nos campos de goiaba.

<sup>102</sup> Praticamente todos falavam que isto não acontecia na comunidade e, ao serem indagados sobre a ausência de alguns membros - que sabíamos estarem no Japão - diziam que eles estavam no Japão **à passeio**. Ao serem indagados sobre quem arcava com tais despesas, diziam que elas corriam por conta do próprio integrante, que trabalhava no Japão apenas para custear seu "tour", como se no final das contas isto não fosse um trabalho como dekassegui. A exceção era aberta apenas para um dos integrantes que havia se separado da esposa, e que estava trabalhando no Japão para poder assegurar os recursos necessários para a manutenção de sua esposa e seus filhos. Tal atitude, porém, era apenas "pró-forma". Uma das integrantes revelou-nos na época que ia ao Japão trabalhar para garantir a continuidade dos estudos de sua filha mas que, para todos os efeitos, estava indo como os outros, **a passeio**: "*Todo mundo faz isso. Fala que vai passear e vai juntar dinheiro*".



Entre esses novos poderes podemos citar o caso do irmão mais novo de Issamu Yuba, que tem seu próprio pomar de goiaba, onde trabalha utilizando os maquinários, pesticidas e adubos da comunidade. A fruta colhida é comercializada individualmente, e o dinheiro proveniente desta transação vai para "seu próprio caixa". Normalmente destina-o à aquisição de gêneros considerados supérfluos - para os padrões da comunidade - para seu consumo e o de sua família<sup>103</sup>, nada sendo entregue à comunidade. Todos os integrantes da comunidade têm total conhecimento sobre esta situação, mas ninguém arrisca-se a fazer qualquer tipo de comentário, passando pela situação como se ela não existisse.

Outro poder notório é o da professora de ballet, como já salientou ADACHI. O fato do Ballet Yuba ter grande projeção nacional e internacional a torna uma referência importante na comunidade, sobretudo por ser a responsável pela montagem das coreografias<sup>104</sup> e, conseqüentemente, pela escolha dos componentes das mesmas. Como é tal participação que garantirá às mulheres a oportunidade de sair da comunidade, mesmo que a trabalho, muitas fecham os olhos para suas atitudes, principalmente para o fato dela nunca ter desempenhado nenhuma outra atividade que não a coordenação do Ballet. É comum que o grupo receba doações em suas apresentações, entregues a ela para distribuição, a qual, de acordo com alguns integrantes, nem sempre se concretiza, o que pode apontar para a existência de mais um "caixa" na comunidade.

Uma das filhas de Issamu Yuba, também pode ser apontada como um outro poder no seio da comunidade. De personalidade forte, ela é uma das que se destacam, sendo a responsável por "monitorar" os pesquisadores e visitantes da comunidade, mostrando-lhes apenas aquilo que ela deseja que eles vejam. Está sempre no centro das apresentações do Ballet Yuba: quando não destaca-se nas coreografias, possui um quadro em que canta ou conta alguma história, quando muito acompanhada de um(a) pianista (quase sempre sua irmã). Além disso, o fato de ser descendente direta de Issamu Yuba lhe garante o atendimento imediato de todas as suas solicitações, sem o menor problema.

A líder que comanda os campos de goiaba também merece ser destacada enquanto um outro poder no seio da comunidade. No seu caso ele decorre do fato de controlar o desenvolvimento e a qualidade da principal atividade econômica da comunidade o que, por sua vez, lhe permite exercer grande influência sobre os jovens, controlados através do trabalho. Estes dois fatores conferem-lhe uma importância significativa junto à comunidade

---

<sup>103</sup> Ele possui uma série de produtos eletrônicos em sua casa, sempre presenteia seus netos com doces e brinquedos, mas não reparte nada com as demais crianças da comunidade, fato que desagrada alguns membros, sobretudo aqueles que não pertencem à família Yuba.

<sup>104</sup> Atualmente ela vem dividindo esta tarefa com uma de suas filhas que esteve no Japão durante cinco anos, a fim de preparar-se para assumir seu papel futuramente.

e, em especial, a seu líder, garantindo-lhe igualmente o atendimento de todas as suas solicitações, mesmo sem ser uma Yuba. O prestígio que goza junto ao líder é tão notório que os jovens, sempre que precisam de algo, solicitam-lhe que interceda junto a ele. Ao mediar estas solicitações, na verdade, ela está usando um poder conquistado para aumentá-lo ainda mais, fazendo com que os jovens lhes sejam "gratos pelo favor prestado", realizando as atividades que ela lhes incumbe com mais prontidão.

Outros poderes ainda surgem daqueles que, de alguma forma, comercializam algo produzido pela comunidade. Controlando a comercialização com o CEAGESP e os sacolões em São Paulo, um outro filho de Issamu Yuba parece usufruir de algumas vantagens não disponíveis à maioria. Sua família está sempre melhor vestida que as demais - o que é justificado mediante a necessidade de maior contato com a sociedade envolvente, mas que parece estar em descompasso com a defesa do "não apego aos bens materiais" pregados pela comunidade. O mesmo se pode falar do responsável pelo shitake, que sempre tem bebida alcoólica (como whisky e cerveja) em casa e filhas com brincos de ouro nas orelhas.

O surgimento desses diferentes poderes e dos caixas paralelos pode ser atribuído à forma de liderança menos centralizada de Tetsuhiko Yuba que, para alguns integrantes, significa uma falta de comprometimento com a comunidade. Em uma das entrevistas que realizamos com integrantes da comunidade, um deles foi direto ao centro da questão:

*"Te tian - como ele é chamado na comunidade - cumpre o papel econômico e político, mas ele não tem o idealismo do pai, não se preocupa com o futuro da comunidade, não tem um projeto para o futuro da comunidade".*

O depoimento do integrante da comunidade deixa claro que há uma diferença significativa entre a forma de conduzir a comunidade do novo líder e a de seu pai. Porém, não concordamos com ele no que diz respeito à ausência de idealismo. A nosso juízo, o idealismo de Issamu Yuba está presente não apenas em Tetsuhiko Yuba como também nos demais integrantes da comunidade. É ele, aliás, que a mantém coesa. As pessoas conduzem a comunidade dentro daquilo que "Yuba gostaria que fosse feito", como se ele ainda estivesse vivo. A importância que atribuem ao Ballet é apenas um exemplo desse fato.

A diferença na forma de condução da comunidade tem, acreditamos, uma outra raiz. Poderíamos a princípio entendê-la como uma opção conscientemente adotada, pela pulverização do poder. Tetsuhiko Yuba, no ato da separação, quis permanecer na fazenda com os demais. Ele só seguiu seu pai mediante pressão e, de acordo com depoimentos de ex-integrantes da comunidade, a posição assumida por ele foi fruto do conhecimento dos

atos (e da vida) de seu pai em São Paulo. Sendo assim, pareceria razoável a hipótese de que, ao assumir o poder, ele procurasse conduzir a comunidade de uma forma menos centralizada, possibilitando o surgimento de outros poderes. Porém, se o objetivo fosse, de fato, a pulverização do poder, a melhor maneira de concretizá-lo, a nosso juízo, seria permitindo a participação efetiva **de todos os integrantes em todas as decisões** relativas à condução da comunidade. E, nesta perspectiva, o melhor caminho a seguir seria iniciar a prática das assembleias, a exemplo da Comunidade Sinsei. Desta forma sim, acreditamos, o poder estaria pulverizado de fato, e não dividido entre cinco ou seis integrantes, como acontece hoje.

A nosso juízo, a diferença na condução da comunidade deve-se a dois fatores que se inter-relacionam. De um lado, a morte inesperada de Issamu Yuba<sup>105</sup>, que o privou da possibilidade de uma passagem lenta e gradual do cargo - se é que ela ocorreria - forçando-o a assumir a condução da comunidade ainda sob o impacto da perda. De outro, da consciência que Tetsuhiko Yuba possui de que jamais irá desempenhar o mesmo papel, tampouco possuir o mesmo carisma de seu pai. Os integrantes criaram a expectativa - a julgar por depoimentos de integrantes - de que Tetsuhiko Yuba continuaria conduzindo a comunidade tal qual seu pai o fazia. À medida, porém, que ele se mostrava incapaz de fazê-lo, sua legitimidade foi sendo destruída. Foi este o fato que, sob nosso ponto de vista, possibilitou o surgimento desses outros poderes/caixas no interior da comunidade, dos quais, acreditamos, ele tem total consciência da existência e nenhuma possibilidade de impedir. Isto porque, se de um lado ele não possui o mesmo respeito que Issamu Yuba possuía, de outro incentiva esta prática, possuindo igualmente seu “caixa” paralelo, fruto da troca de dólares solicitados pelos turistas que visitam a comunidade. O dinheiro para a troca sai do caixa oficial da comunidade, mas os dólares entram em seu “caixa” particular. Segundo ADACHI tal dinheiro - cujo montante é desconhecido - é mantido guardado com a líder da produção de goiaba, sendo utilizado nas viagens que Tetsuhiko Yuba faz ao Japão e/ou a outros lugares no Brasil e, em alguns casos, cedidos aos jovens para aquisição de algo realmente necessário, mediante intermédio da líder da produção da goiaba.

O fato é que, embora possuindo um número de integrantes maior do que o da Comunidade Sinsei, a Comunidade Yuba comporta em seu interior problemas mais sérios do que os que aponta naquela comunidade.

Na Comunidade Yuba os jovens não saem porque são proibidos de fazê-lo. Por trás do discurso das dificuldades externas, há a rivalidade com a Comunidade Sinsei e a

---

<sup>105</sup> Ocorrida através de um acidente automobilístico em 1976.

necessidade de provar que eles é que estavam certos. Ainda hoje, como já apontamos, Issamu Yuba é evocado para aglutiná-los: é por seu ideal que muitos trabalham para dar continuidade à comunidade. Enquanto isso, a liderança insatisfatória de Tetsuhiko Yuba e as desigualdades ainda mais latentes que ela comporta vão se concretizando sem questionamentos. Segundo um dos integrantes entrevistados por ADACHI, desde o tempo de Issamu Yuba havia muita desigualdade, muita injustiça, mas também havia o sonho, um ideal a perseguir, um futuro a construir. Todos acreditavam nisso e trabalhavam muito, acreditando no futuro que viria. Hoje, porém, para o integrante, só há trabalho e injustiças. Parece que o sonho acabou, o idealismo acabou, o futuro acabou.<sup>106</sup>

Quanto ao futuro da comunidade, restam ainda muitas dúvidas. Com sua continuidade garantida pelo menos durante um futuro relativamente próximo, resta saber quem seria o próximo líder - já que Tetsuhiko Yuba não possui filhos - e que caminhos ele escolherá trilhar. Quando questionados sobre o assunto, poucos se arriscam a opinar. Um dos integrantes arriscou-se a dizer que provavelmente Tetsuhiko Yuba indicaria alguém. Levantamos então a possibilidade dele vir a falecer antes de fazê-lo, questionando se, neste caso, a escolha seria feita através de eleição. Rapidamente nosso interlocutor respondeu à questão:

*"Não ! Aqui no Yuba nunca teve e nunca terá eleição. Alguém se levantará e indicará uma pessoa. Se todos estivermos de acordo, está escolhido o próximo líder".*

*Quem o faria ? "Provavelmente Katsue Yuba ou Akiko Ohara"<sup>107</sup>*

---

<sup>106</sup> Segundo ADACHI este integrante chegou a pensar em sair da comunidade, não o fazendo por não saber para onde ir e o que fazer.

<sup>107</sup> Depoimento de Tsunoe Yuba, integrante da comunidade Yuba, em entrevista realizada em março de 1993.

“- ...e quero falar com o dono.  
- Mas aqui não há dono.  
- O chefe ...  
- Também não há chefe.”

Afonso Schmidt

## **PARTE II**

### **A COMUNIDADE SINSEI**

## **7. A FORMAÇÃO E AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO**

Se, em um primeiro momento, foi uma crise a responsável pela reunião de um grupo de famílias na Comunidade Yuba, dispostas a concretizar o ideal de Issamu Yuba, fazendo-a crescer, será uma outra crise - melhor dito, a sucessão de outras crises que acabaram culminando na intervenção do Banco América do Sul e na decretação de sua falência - a responsável por sua cisão.

Cansados de estarem expostos às manobras financeiras do líder, percebendo que de nada adiantava mais tentar reerguê-la e, descontentes com a descoberta da forma como Issamu Yuba gastava o dinheiro que eles tanto trabalhavam para conseguir, um grupo de integrantes - mais de 90 pessoas que permaneceram de mãos baixas frente ao apelo do até então líder Issamu Yuba - da antiga Comunidade Yuba decidiu dar um basta a esta situação. Optaram por permanecer na fazenda em que haviam sido acolhidos e começar, longe do autoritarismo de seu antigo líder, uma **Vida Nova** ...

Uma vez decididos, os integrantes da nova comunidade logo reuniram-se para traçar os novos caminhos a serem trilhados e a melhor maneira de fazê-lo. No início da reunião, o líder espiritual da comunidade, o reverendo Fukashi Mori<sup>108</sup>, eleito pelos integrantes da comunidade para presidí-la, fez uso da palavra e chamou atenção para o fato de que, a partir daquele momento - e sob o seu ponto de vista - a comunidade deveria buscar conduzir-se da forma mais democrática possível, a fim de evitar uma nova falência,

---

<sup>108</sup> Falecido em novembro de 1995.

a qual, no seu entender, havia sido fruto do poder concentrado nas mãos de uma única pessoa. Em seguida, levantou a necessidade da escolha de um nome para a nova comunidade, sugerindo que o mesmo fosse escolhido por todos, através de votação. Foram levantados alguns nomes e então os integrantes da nova comunidade, escolheram o nome **Sinsei**.

**Sinsei** significa "**Vida Nova**". E a comunidade que surgia não seria mais uma organização estática, sem lugar para a liberdade. Ao contrário, seria um lugar onde o crescimento e o desenvolvimento contínuo, processos essenciais da vida humana, deveriam estar sempre presentes. Sendo assim, a manipulação e a liderança, impostas de forma absoluta, seriam abolidas no novo código.

Na mesma reunião o reverendo Ono<sup>109</sup>, um dos credores de Issamu Yuba, também fez uso da palavra, mostrando-se preocupado com a nova forma de condução da comunidade. Sugeriu a elaboração de um regimento interno que estipulasse as normas e diretrizes a seguir, a fim de facilitar a conduta de seus integrantes, em função da opção não prever um líder para coordená-la/administrá-la. Os integrantes aceitaram a sugestão mas decidiram discutí-la em uma outra reunião, na qual cada membro poderia apresentar propostas que seriam discutidas para a elaboração de um regimento o mais completo possível.

O reverendo Mori aproveitando a oportunidade, falou sobre a importância da reunião enquanto locus das decisões, com direito a participação/manifestação de todos os integrantes da comunidade, independente de idade, sexo, família ou atividade realizada. Enfatizou também a necessidade de uma constância na realização das mesmas, a fim de que pudessem estar sempre (re)definindo os caminhos a serem trilhados, em comum acordo. Por fim, chamou a atenção para a necessidade da escolha de uma pessoa para coordenar a reunião de modo a torná-la mais funcional.

*"Vamos fazer com que a gente continuaria a reunião que dá direito de participar todo mundo, não somente chefe de família, indiferente de sexo, idade, com todo o direito de manifestar, tudo igual por igual, indiferente de classe. E também fixar assim, que mesmo com assunto ou sem assunto, no momento assim de início nós temos muitos assuntos a resolver. Mas mesmo que acabe o assunto, sem assunto pelo menos uma vez por mês a gente deveria se reunir, ordinariamente. E caso necessário até extraordinariamente. E*

---

<sup>109</sup> O reverendo Kenzo Ono exerceu suas funções junto à Igreja Episcopal em Guaimbé-SP, onde organizou uma comunidade em terras de sua propriedade. Porém, os choques com a Igreja não tardaram a ocorrer, e ele foi transferido para a Igreja Episcopal em Pereira Barreto-SP. No momento da separação o reverendo Ono estava hospedado na Comunidade Yuba, aguardando a conclusão das reformas na casa que seria sua enquanto desempenhasse suas funções em Pereira Barreto-SP.



*como uma reunião sem coordenador vai ser difícil, então nesse caso não porque ele vai mandar mais, mas simplesmente assim um Presidente da reunião devia ser escolhido. E para a gente não perder (...) tempo em cada reunião, perder tempo de estar elegendo o Presidente assim, então aquele que foi eleito o Presidente da reunião, pelo menos por uma questão de direito, vai ter o mandato de um ano"<sup>110</sup>.*

Como a reunião passaria a ser o local onde as decisões deveriam ser tomadas, estipulou-se também a escolha de um Secretário (e de um Vice que o substituísse em sua ausência) responsável pela redação das Atas das Assembléias, de forma a registrar todos os assuntos tratados em cada uma delas, bem como as decisões adotadas. Durante a reunião resolveram também que o sistema de caixa comum da antiga Comunidade Yuba seria mantido, porém, sem que houvesse alguém com poderes para estipular o quanto cada um poderia retirar, de forma autoritária. Concluíram, pois, que seria necessário a escolha de um Tesoureiro para o controle do caixa, com poderes apenas para administrá-lo. Procedeu-se então à votação para os referidos cargos - de Presidente, Secretário, Tesoureiro e seus respectivos substitutos - sem que ninguém tivesse se candidatado previamente. Os eleitos para a "Diretoria" durante o primeiro ano de existência da comunidade foram:

**Presidente:** Fukashi Mori; **Vice-Presidente:** Kichizo Wakashima; **Secretário:** Hissao Oyama; **Vice-Secretário:** Yukio Honma; **Tesoureiro:** Shin-it Tsuda.

Decidiram também que a eleição para os cargos da "Diretoria" seria feita na primeira reunião de cada ano. As reuniões ordinárias mensais seriam realizadas sempre nas noites do primeiro domingo de cada mês. Em casos excepcionais convocaria-se uma reunião extraordinária em dia e horário estabelecido pelo Presidente. No final da reunião o reverendo Mori voltou a insistir na necessidade de mudança da mentalidade das pessoas. Ressaltou que na nova comunidade nada seria obrigado, que ninguém deveria fazer aquilo que não estivesse predisposto a, e que a **liberdade** deveria ser uma prática constante daquele momento em diante. Chamou ainda atenção para o fato de que todos deveriam utilizar a reunião para expôr seus problemas e tentar resolvê-los assim que fossem surgindo, da melhor forma possível, a fim de se evitar conseqüências mais graves.

Foram várias as reuniões em que discutiram as idéias e propostas apresentadas pelos integrantes para a elaboração do regimento interno, mas acabaram chegando à conclusão que não seria possível conseguir um regimento perfeito. Por mais que

---

<sup>110</sup> Depoimento do Sr. Walter Yukio Honma, em entrevista gravada em junho de 1992, sobre a fala proferida pelo reverendo Fukashi Mori durante a primeira reunião, realizada em 08 de fevereiro de 1956.

pensassem, estudassem, sugerissem, sempre haveria a possibilidade de "driblá-lo". Dessa forma, concluíram que a melhor maneira para solucionar o problema seria enfrentá-lo:

*"O problema vai surgir, e quando surgir o problema, então já demos o primeiro início: **solucionar o problema na reunião**. A reunião é para isso aí, até extraordinariamente é para isso, é possível se reunir. Então, cada momento que surge o problema, traz o problema na reunião e a solução pode não ser até a melhor, mas a gente decide com o que achar melhor no momento. E se não for, então a gente repete, torna a voltar na reunião. Pode ser demorado, mas essa paciência é necessária."*<sup>111</sup>

Outro ponto importante fixado pela comunidade foi a constante busca da unanimidade para a tomada das decisões: *"porque oportunidade a gente perde, mas pode surgir outra. Agora, se a gente perdia aquela parte sentimental, espiritual, a recuperação seria muito mais difícil. Então, sempre procuramos a unanimidade numa decisão. Agora, tem caso assim que não vai poder esperar tanto tempo de uma decisão unânime. Então nesse caso a gente pode também até apelar para uma decisão por votação por maioria, mas sempre certo de que o ideal seria sempre uma concordância unânime, fixado assim um estilo, um ideal. Agora nem por isso a gente não deixa de decidir, tem vários casos que foram decididos por maioria. E foi fixado mais ou menos um estilo"*<sup>112</sup>.

Estava dimensionada, pois, a formulação da comunidade então nascente, com base democrática, de liberdade e respeito mútuo, e com amplas discussões na escolha dos novos caminhos a serem trilhados, garantidas pela realização de assembléias ordinárias mensais ou ainda de assembléias extraordinárias, sempre que necessário.

Nestas assembléias, todos estão aptos a opinar, dimensionar, discutir, decidir sua função por livre arbítrio, traçar as diretrizes de ação da comunidade, definir os investimentos nos diversos setores que a compõe, planejar a realização de festas comemorativas, discutir/problematizar as dificuldades enfrentadas por cada elemento ou pela comunidade como um todo, sempre à procura da melhor solução.

Assim, a comunidade, como também toda sociedade utópica, tem procurado, desde seu início, garantir a ordem e a continuidade, ultrapassando-se e transformando-se em atos incessantes de crescimento.

Como na nova comunidade não havia um líder que controlasse o trabalho realizado por cada um, exigindo-lhes cada vez mais empenho, o próprio ato do trabalho sofreu modificações. Daquele momento em diante, nada mais os obrigaria a trabalhar além

---

<sup>111</sup> Depoimento do Sr. Walter Yukio Honma, em entrevista gravada em junho de 1992. Grifo nosso.

<sup>112</sup> Depoimento do Sr. Walter Yukio Honma, em entrevista gravada em junho de 1992.

de seu limite físico, o que não significava a não realização do trabalho. Ao contrário, como tudo o que realizassem/produzissem seria usufruído por toda a comunidade, de forma homogênea - e não apenas por seu líder, como na antiga Comunidade Yuba - eles dedicavam-se com muito mais prazer e empenho ao trabalho, o que garantia a prosperidade da comunidade, Isto tudo, porém, era feito respeitando-se os limites de cada um.

O princípio de trabalho que a comunidade optou por trilhar tem relação, a nosso juízo, com o anarco-comunismo defendido por KROPOTKIN e seus seguidores, embora isso não seja assumido por eles claramente. Este exemplo está no relato de um de seus membros:

*"Cada homem tem a sua capacidade. Uns podem dar dez, outros cinco, outros três ou mesmo nada ... Todos, porém, devem receber com igualdade"* <sup>113</sup>.

Este princípio pode também ser observado em uma outra entrevista que fizemos:

*"Cada pessoa tem seu sistema de trabalho, que deve ser respeitado. Se existem pessoas que trabalham mais, são mais esforçadas, estas não são elogiadas ou protegidas, pois a conduta nossa está baseada no princípio de que se o indivíduo está fazendo é porque pode fazer; então que faça, já que sua capacidade é maior"* <sup>114</sup>.

### **7.1. O reinício da comunidade**

A nova comunidade permaneceu na fazenda de José Marques aceitando sua proposta de trabalharem no cultivo do café, como parceiros-meeiros. Foi dada à comunidade a possibilidade de escolher a área do cafezal que gostaria de "tocar", bem como o número de pés de café pelo qual ela se responsabilizaria. Além disto, deveria dar continuidade à avicultura poedeira, iniciada pela antiga Comunidade Yuba e ampliada após a acomodação definitiva dos integrantes da nova comunidade, utilizando-se das gaiolas retiradas da sede da antiga Comunidade Yuba, com a solicitação de José Marques e a autorização do Banco América do Sul. A fazenda permitia ainda, a todos os seus colonos indistintamente, o cultivo de alguns gêneros como o arroz e o feijão, entre as ruas de café. Os integrantes da Comunidade Sinsei, como já mencionamos, foram alojados em parte das casas da colônia da fazenda (**foto 01**).

No início a comunidade pensou em assumir o trato de 30.000 pés de café. Porém, como tinha o intuito de dedicar-se a outra atividade, a fim de evitar a dependência a um

---

<sup>113</sup> Depoimento do Sr. Shinobu Mori, em entrevista publicada na Revista Manchete, na década de 70.

<sup>114</sup> Depoimento do Sr. Walter Yukio Honma, em entrevista gravada em fevereiro de 1992.

único tipo de cultura, seus integrantes optaram por responsabilizarem-se por 25.000 pés. Como o café estava sendo cultivado em sistema de meação, optaram por não intercalar nenhum outro tipo de cultura, e por utilizar o esterco produzido pelas aves na adubação dos cafezais, a fim de proporcionar-lhe melhor rendimento. A comercialização da produção da avicultura poedeira, porém, era realizada pela comunidade, e o dinheiro dela proveniente entrava direto em seu caixa comum. Por outro lado, solicitaram à fazenda a concessão de uma outra área, para o cultivo de arroz e feijão.

Face as dificuldades financeiras enfrentadas pela fazenda, em parte devido ao desfalque causado por Issamu Yuba, José Marques solicitou à comunidade que reduzisse o máximo possível a retirada de dinheiro:

*"Como vocês conhecem que a situação econômica da fazenda não vai indo bem, então eu peço a vocês que vocês retirem uma quantidade equivalente à manutenção da vida vossa, e eventualmente sobra que tiver que deixasse na fazenda em depósito para a gente acertar mais para a frente, assim que melhorar a situação econômica, se a gente contornar esses problemas financeiros que nós estamos tendo no momento, então aí a gente gostaria de acertar. Até lá eu pediria a vocês que agüentassem o máximo assim para colaborar em solucionar esse problema financeiro que nós atravessamos no momento"* <sup>115</sup> .

Acatando a solicitação feita pelo proprietário da fazenda, os membros da comunidade solicitaram ao tesoureiro que fizesse o cálculo de quanto deveria ser a retirada semanal, tomando por base os cálculos que a fazenda utilizava para os demais colonos, e que levava em conta o número de pés de café sob responsabilidade dos mesmos. Todo o saldo excedente, porém, era contabilizado pelo tesoureiro da comunidade e registrado em um "caderninho", para ser recebido no momento do acerto final com a fazenda.

*"Então nós fizemos, nós mesmos fizemos o cálculo que se nós fossemos colonos, quanto a gente poderia receber semanalmente, e isto aí acho que deu 15 contos. 'Então olha, vamos receber 15 contos apenas por semana, para colaborar com a situação financeira da fazenda'. Só que 15 contos era muito pouco para a gente, nós tínhamos mais ou menos 92 pessoas. Eu não me lembro, foi dividido sabe, e não tinha mais do que 200 pessoas quando aconteceu a separação e foi dividido. Dos que ficaram acho que deu 92 ou 98 pessoas, uma coisa assim, tanto é que não era possível."* <sup>116</sup>

---

<sup>115</sup> Depoimento do Sr. Walter Yukio Honma, em entrevista gravada em junho de 1992, sobre a solicitação feita por José Marques à comunidade.

<sup>116</sup> Depoimento do Sr. Walter Yukio Honma, em entrevista gravada em junho de 1992.

Diante de tais dificuldades, a comunidade solicitou à fazenda um aumento no montante da retirada semanal, a qual foi negada. Por outro lado, o então administrador, Sr. Manoel Rodrigues Marques, sugeriu que a comunidade iniciasse o cultivo de uma horta, destinando parte da produção ao seu próprio consumo e parte à comercialização, aproveitando a feira livre que estava sendo organizada em Guaraçaí-SP.

A comunidade aceitando a sugestão, deu início à horticultura, decidindo em assembléia quais seriam os responsáveis por esta nova atividade. Resolveram também utilizar parte do esterco produzido pelas aves na adubação da horta a fim de proporcionar-lhe um rendimento melhor. Posteriormente a comunidade passou a dedicar-se à suinocultura, também com a devida orientação/autorização do administrador. Inicialmente plantaram uma área com mandioca (com mudas trazidas das Alianças) para ser usada como ração para os porcos. Com a plantação de mandioca formada, deram início à suinocultura, passando a criar suínos "tipo banha" da raça "New Canaster", de grande aceitação junto ao mercado consumidor da época.

Além dessas atividades, e observando que a fazenda gastava muito dinheiro com a renovação do cafezal, a comunidade iniciou também o cultivo de mudas de café.. Também neste caso ela solicitou à administração da fazenda permissão para iniciar a atividade. A fazenda não só autorizou como também doou as madeiras para a construção dos viveiros para as mudas e encaminhou um dos integrantes da comunidade a Guaimbé-SP, para fazer um curso sobre formação de mudas com um agrônomo recém-formado e especialista em cafeicultura, o qual posteriormente tornou-se Diretor da Escola Superior Agrícola do Paraná. Além do preparo, o integrante trouxe também sementes selecionadas, adquiridas através da Secretaria da Agricultura, e a comunidade pode, então, iniciar a atividade.

A produção destas mudas exigiu da comunidade uma jornada de trabalho extra para a confecção dos balainhos onde as mesmas seriam acondicionadas. Este trabalho ocupava homens, mulheres e crianças, indistintamente: *"durante o dia continuávamos com nossos afazeres normais e à noite, juntos, homens, mulheres e crianças, passávamos horas preparando os balainhos onde seriam acomodadas as mudas"*<sup>117</sup>.

As mudas foram utilizadas pela própria fazenda, por familiares de seus proprietários e/ou comercializadas diretamente por ela. O dinheiro proveniente desta transação entrou no caixa da fazenda e o crédito que caberia à comunidade foi computado como "saldo a haver" nas contas feitas por seu tesoureiro para ser retirado no momento do

---

<sup>117</sup> Depoimento do Sr. Walter Yukio Honma, em entrevista gravada em junho de 1992.

acerto final das contas. Respeitando-se a solicitação feita pelo proprietário José Marques, nenhum dinheiro proveniente desta transação foi adiantado à comunidade.

Como pode ser observado, o que na verdade ocorreu foi o que CHAYANOV denomina de aumento da auto-exploração da força de trabalho camponesa. Ao analisar as medidas de auto-exploração da força de trabalho na família camponesa, CHAYANOV chama atenção para o fato de que, entre os fatores que influenciam a intensidade de sua força de trabalho estão, de um lado - e em maior grau - a estrutura interna da família (principalmente a pressão que exercem sobre os trabalhadores as necessidades de consumo da mesma) e, de outro, as condições de produção que determinam o nível de produtividade da força de trabalho. Segundo ele, "o volume da atividade depende totalmente do número de consumidores e de maneira nenhuma do número de trabalhadores" (CHAYANOV, 1974:81). Dessa forma, o aumento da produção do camponês, motivada por um aumento do número de consumidores, não produz o aumento paralelo do nível de bem-estar. Ao contrário, pode até reduzi-lo.

Foi isto o que aconteceu com a Comunidade Sinsei. O montante que, através do cálculo realizado por seu tesoureiro, caberia semanalmente à comunidade era insuficiente para garantir a satisfação das necessidades básicas de seus integrantes. Uma vez tendo lido sido negado um aumento da retirada em dinheiro - e por orientação da própria administração da fazenda - ela passou a ampliar o número de atividades às quais se dedicava - aumentando assim a auto-exploração de sua força de trabalho e, conseqüentemente, de suas fadigas de trabalho - sem que isto provocasse um aumento da satisfação de suas necessidades.

Da mesma forma, para poder realizar algumas economias que, posteriormente, lhe possibilitassem maior conforto - com intensificação de sua força de trabalho - houve, igualmente, a necessidade de redução do nível de bem-estar durante um certo período. Como expõe CHAYANOV, caso "a família queira aumentar seu bem-estar nos anos futuros acima do nível em que pode se estabilizar naquele ano (corrente), deverá sujeitar-se a uma redução do nível de bem-estar no ano corrente. A este preço aumentará o montante de capital disponível para sua força de trabalho, e preparará o aumento de seu bem-estar no futuro" (CHAYANOV, 1974:258).

No final da década de 50 o administrador da fazenda, Sr. Manoel Rodrigues Marques, não suportando mais as pressões exercidas pelos familiares do proprietário José

Marques, afastou-se da administração da fazenda<sup>118</sup>. Assumiu o cargo Nelson Rocha, sobrinho da esposa de José Marques, que imprimiu uma nova orientação à mesma, o que acarretou o início de uma série de conflitos com a comunidade. Como havia a área plantada com mandioca formada, montou uma fábrica de farinha e passou a colhê-la, alegando que o que estava em terras da fazenda pertencia à fazenda. A comunidade tentou um acordo, autorizando-o a colher a mandioca, mas solicitou-lhe que formasse a sua própria área e que, quando a mesma entrasse em produção, devolvesse o que havia retirado. Entretanto isso não ocorreu, pois em pouco tempo a fábrica de farinha foi desativada sem que a nova área com mandioca da fazenda chegasse a ser formada.

Independente disto a comunidade deu seqüência à suinocultura, comercializando diretamente com os açougues da cidade de Guaraçaí-SP e, nos momentos em que a oferta era maior do que a procura, entregando-os a intermediários. Em ambos os casos o dinheiro entrava diretamente em seu caixa comum, conforme acertado com o ex-administrador, o que permitia-lhe aumentar seu nível de bem-estar e, em alguns casos, fazer algumas economias. É bom ressaltar que, ao diversificar suas atividades através da avicultura poedeira, da horticultura e da suinocultura, a comunidade não só aumentava a possibilidade de rendimentos e melhorava a qualidade de sua alimentação, como também devolvia a parte do solo da fazenda sua fertilidade natural, perdida pelo uso exaustivo do mesmo.

As dificuldades econômicas enfrentadas pela comunidade foram sempre superadas com a intensificação do trabalho (aumento da auto-exploração da força de trabalho). No entusiasmo de começar uma "vida nova", todo sacrifício era aceito sem restrições. Isto não significava, porém, a inexistência de problemas, tanto que algumas famílias acabaram deixando a comunidade. As razões apontadas para estas saídas eram as mais diversas: a influência do discurso feito por Issamu Yuba, na reunião que culminou com a cisão da comunidade, de que eles acabariam tornando-se "*escravos de baiano*"; as constantes negativas feitas pela fazenda às solicitações de aumento das retiradas semanais da comunidade; a dificuldade de relacionamento entre alguns membros ou ainda a dificuldade em aceitar ou se adaptar àquele novo estilo de vida.

## **7.2. A saída da fazenda**

Durante cinco anos os integrantes da nova comunidade permaneceram trabalhando na sede da Fazenda 320, onde construíram algumas benfeitorias para uso da comunidade,

---

<sup>118</sup> Depoimentos colhidos informam que as pressões foram da esposa e dos familiares do proprietário José Marques.

como o refeitório, um poço e o furô<sup>119</sup>, construções estas que atualmente encontram-se praticamente destruídas (**fotos 02 e 03**). Este prazo foi estabelecido pelos próprios integrantes da comunidade, em comum acordo, como uma forma de retribuir à atitude da fazenda em acolhê-los no momento da separação. Quer-nos parecer, após uma análise dos depoimentos colhidos sobre o episódio da separação, e levando-se em consideração o contexto no qual a mesma se deu, que por trás da atitude generosa de José Marques de chamar aqueles camponeses para trabalhar em sua fazenda, sob uma nova organização - já que propunha o fim da liderança de Issamu Yuba, como abordamos no capítulo anterior - havia uma tentativa de ressarcir-se de parte das perdas sofridas, utilizando-se para isto, do trabalho daqueles camponeses. Tratava-se, na verdade, de um exemplo da utilização do pagamento em trabalho como forma de pagar a dívida e "comprar" a liberdade. A renda da terra em trabalho, convertia-se assim em capital nas mãos do fazendeiro, ressarcindo-se da dívida e, por certo, valorizando a propriedade.<sup>120</sup>

Antes mesmo de completar os cinco anos, a comunidade começou a preparar sua saída da fazenda. Reuniram todas as economias que conseguiram juntar ao longo de quase cinco anos com a comercialização das verduras/legumes e dos porcos e, contando ainda com a ajuda de familiares de seus integrantes - que emprestaram o dinheiro que faltava - adquiriram uma gleba de cerca de dez alqueires, no município de Guaraçaí-SP, onde hoje está a sede da comunidade.

Como o intuito era dar continuidade à avicultura poedeira, adquiriram também muita madeira separada como refugio junto a uma serraria da cidade, e deram início à confecção das gaiolas onde as aves seriam acomodadas.

*"Compravamos essa sucata na serraria, montamos uma serrazinha na fazenda e serramos, sarrafiamos e montamos o primeiro galinheiro aqui. Até isso aí mesmo nós falamos aí com o administrador que era o sobrinho do Zé Marques. 'É, vocês têm uma serraria aí, tá pensando que a energia é de graça ?' E eu disse 'Não, eu sei que não é ! Mas é muito fácil acertar, pela capacidade do motor, as horas que a gente trabalha aqui, se você quiser nós temos aqui tudo marcado, no acerto a gente acerta tudo isso !' E foi e ele ficou quieto".*<sup>121</sup>

Com as gaiolas preparadas, duas famílias - os Wakashima e os Komyama - transferiram-se para a gleba recém-adquirida e começaram a montar os galpões da granja. Após, prepararam também as primeiras casas para abrigar as famílias e para os solteiros, o

<sup>119</sup> Local onde tomam banho.

<sup>120</sup> Para maiores detalhes, ver MARTINS (1981) e OLIVEIRA (1987/1991).

<sup>121</sup> Depoimento do Sr. Walter Yukio Honma, em entrevista gravada em junho de 1992.



refeitório e a serraria<sup>122</sup>. Antes de transferirem-se para suas terras, os integrantes da comunidade resolveram procurar a administração da fazenda para o acerto final das contas. Uma surpresa, porém, os aguardava.

A fazenda, que já havia mudado de administrador quatro vezes - José Marques, o proprietário da fazenda; Manoel R. Marques, um funcionário de confiança de José Marques; Nelson Rocha, sobrinho da esposa de José Marques e Aldo Marques, filho primogênito de José Marques - alegava não possuir nenhum registro a respeito da produção da comunidade que havia sido comercializada (seja do café colhido nos cafezais de sua responsabilidade, seja das mudas de café produzidas e comercializadas), quanto ela havia retirado em dinheiro e quanto possuía como saldo.

Várias vezes a comunidade tentou realizar o acerto, convocando os proprietários da fazenda, o então administrador e os antigos. No entanto, nunca conseguiram reunir todas as pessoas envolvidas para que pudessem realizá-lo, e não foram poucas as vezes em que os mesmos foram convocados. Propositadamente ou não, sempre faltava um deles, o que impedia a checagem dos dados de que a comunidade dispunha. A esposa de José Marques chegou até a insinuar que a comunidade estava querendo retirar quantias "indevidas" da fazenda, questionando, inclusive, para que queriam aquele dinheiro e porque é que, ao invés de colocar as moças na escola, a comunidade não as colocava no trato dos cafezais, de forma a aumentar seus ganhos.

***"Põe essas moças para trabalhar. Para que ginásio ? Vocês não estão nessas alturas ! Ginásio é para gente rica e vocês não são ricos, e como é que põe essas meninas para estudar no ginásio ?! Elas não poderiam estar trabalhando no cafezal ?"*** <sup>123</sup>

Como o acerto de contas final não foi realizado, a comunidade resolveu solicitar autorização para retirar os utensílios domésticos e outros objetos que utilizava na fazenda e que, a princípio, não eram mais seus. Para conseguir um novo empréstimo junto a José Marques para ir a São Paulo, pouco antes da falência, Issamu Yuba havia hipotecado todos os objetos de uso da comunidade em garantia e, como não saldou a dívida, oficialmente eles pertenciam à fazenda. Como as tentativas de acordo realizadas pelos homens da comunidade com a fazenda estavam sendo infrutíferas - sobretudo com relação à participação da esposa de José Marques - as mulheres da comunidade resolveram tomar a frente nas negociações e procurá-la diretamente para solicitar autorização para a retirada de

---

<sup>122</sup> Numa organização muito semelhante à da Colônia Cecília, como expusemos anteriormente, e à da Comunidade Palma, como veremos na terceira parte do trabalho.

<sup>123</sup> Depoimento do Sr. Walter Yukio Honma, sobre a fala proferida pela esposa de José Marques, em uma das ocasiões em que os representantes da comunidade dirigiram-se à fazenda "de surpresa", para tentar realizar o acerto de contas.

objetos tais como panelas, pratos, talheres, máquinas de costura, etc. Não encontraram nenhuma objeção e retiraram tudo, deixando apenas um piano de cauda.

A impossibilidade de realização do acerto final das contas com a fazenda criou problemas na comunidade:

*"E agora a parte aqui estava tudo revoltado, caramba. Tinha todos aqueles sonhos, aqueles planos para fazer. Sabia quanto 'em a haver' tinha, podíamos sonhar mil coisas. Se já independente destas contas a gente já conseguiu 5 alqueires aqui, conseguimos até construir dois galinheiros, a primeira remessa de pintainhos no balancete a gente tinha comprado, conseguimos tudo isso. Mas o grosso mesmo estava na fazenda, aquilo era uma animação para a turma. Então nós não ligávamos de trabalhar até as 10h00 da noite toda noite fazendo balainho, sem domingo, sem coisa nenhuma. Agora, se não tem condição de confrontar com o caixa da fazenda, então fica uma situação crítica, e justo para mim que era mediador entre a fazenda e a comunidade"<sup>124</sup>.*

A não realização do acerto final pela fazenda resultou, a nosso juízo, da intenção de cobrar - através do trabalho destes camponeses - o dinheiro que Issamu Yuba devia a José Marques. Como, para poderem trabalhar para si próprios, os integrantes da Comunidade Sinsei precisavam adquirir uma gleba de terras, eles acabaram aceitando a proposta, até porque não tinham para onde ir. Aproveitando-se da situação, José Marques extraiu, ao mesmo tempo, renda em trabalho e em produto, em um sistema muito parecido com o que ocorre na Rússia na transição para o capitalismo<sup>125</sup>.

Ao ter a solicitação de diminuição das retiradas aceita pela comunidade, a fazenda passou a aproveitar-se da situação e a gastar indevidamente todo dinheiro que entrava, prática que vai se tornando cada vez mais constante à medida em que a comunidade aceita, sem questionar, uma sobrecarga de trabalho cada vez maior toda vez que dirige-se ao administrador da fazenda e solicita o aumento do montante de sua retirada semanal, já que o permitido pela fazenda era insuficiente para garantir, a seus integrantes, condições mínimas de sobrevivência. Vale lembrar que das duas vezes que foi solicitado, ao invés de dinheiro, a comunidade recebeu autorização para dedicar-se à horticultura e à suinocultura, ou seja, garantiu a satisfação de suas necessidades básicas às custas de um aumento da auto-exploração da força de trabalho.

As divergências entre os relatos do Sr. Manoel Rodrigues Marques e do Sr. Walter Yukio Honma sobre os fatos que ocorreram durante a permanência da comunidade na

---

<sup>124</sup> Depoimento do Sr. Walter Yukio Honma, em entrevista gravada em junho de 1992.

<sup>125</sup> Para maiores detalhes, ver OLIVEIRA (1987).

fazenda indicam que havia uma diferença entre o que a fazenda acertou com os integrantes da comunidade e o que ela tinha intenção de realizar.

Com relação ao tempo de permanência do ex-administrador na fazenda, enquanto o primeiro alega ter permanecido menos de um ano acompanhando a comunidade, "*Ah! A Sinsei? Não, não ! A Sinsei na fazenda acho que não fiquei um ano acompanhando*"<sup>126</sup>, o segundo afirma que ele passou muito mais tempo: "*Aí, dos cinco anos eu acredito que uns três anos deve ter ficado o Manoel Marques. Não sei precisamente a data assim, mas ...*"

127

Quando indagamos sobre a existência de registro, por parte da fazenda, dos créditos e débitos da comunidade, o ex-administrador respondeu em tom incerto:

*"Ah! Devia ter sim. Eu não me lembro mas devia ter isso"*<sup>128</sup>.

Questionado, logo em seguida, sobre a continuidade do registro, ele caiu em contradição e afirmou- ainda em tom incerto - a existência de uma continuidade no trabalho:

*"Ah ! Deve ter continuado. Acho que eles, não sei como era partilhado as coisas, acho que descontava o que eles pegavam e partilhava o que sobrou né ?"*<sup>129</sup>

Por fim, quando questionado sobre a não realização do acerto de contas final entre a fazenda e a comunidade, embora permanecesse numa atitude defensiva, ele acabou fornecendo uma pista sobre os motivos que geraram a não realização do mesmo:

*"Ah ! Sim. Parece que eles falaram isso para mim. Nunca chegaram a saber quanto tinha produzido, quanta coisa ... Eu acho que em razão desse rastro do Yuba, dessa herança sabe ? Desse prejuízo."*<sup>130</sup>

A atitude adotada pelo ex-administrador da fazenda, de "não recordar-se" de passagens mais polêmicas e, em contrapartida, recordar-se de falas completas de Issamu Yuba bem anteriores, parece ser um indicativo de que a fazenda realmente possuía os registros. O que ela não possuía era intenção/condição de realizar o acerto e, para tal, optou por não viabilizar um encontro efetivo entre ambas as partes, para não ter que declarar isto. Decorrido algum tempo a comunidade acabaria desistindo e o assunto cairia no esquecimento.

---

<sup>126</sup> Depoimento do Sr. Manoel Rodrigues Marques, em entrevista gravada em janeiro de 1995.

<sup>127</sup> Depoimento do Sr. Walter Yukio Honma, em entrevista gravada em junho de 1992.

<sup>128</sup> Depoimento do Sr. Manoel Rodrigues Marques, em entrevista gravada em janeiro de 1995.

<sup>129</sup> Depoimento do Sr. Manoel Rodrigues Marques, em entrevista gravada em janeiro de 1995.

<sup>130</sup> Depoimento do Sr. Manoel Rodrigues Marques, em entrevista gravada em janeiro de 1995.

Acreditamos que toda esta situação era de conhecimento e consentimento do próprio José Marques. Em entrevista realizada com um dos integrantes da Comunidade Sinsei sobre o assunto, ele alegou que o Sr. José Marques desconhecia tal fato:

*"E assim conseguimos construir o galinheiro aqui, tudo sem mexer com o caixa da fazenda. O 'a haver' nosso está lá né ? Vamos acertar, quando eles quiserem acertamos. Convidamos várias vezes, mas não conseguimos reunir. E eu sabia porque, porque eles não tinham como acertar. Porque o Zé Marques não estava sabendo desses fatos. Agora se a gente tem tudo por escrito aqui, tim tim por tim tim, se eles não tiver vai criar problema. Eles estão aí como procurador da fazenda, a direção da fazenda tudo entregue para eles. A reação do Zé Marques ia machucar muito. Já estão machucados, machucar mais ainda era coisa que eu não tinha condição de provocar isso. Nós tínhamos que procurar outro meio."*

131

Em outra ocasião, porém, o mesmo integrante relatou que José Marques ficou durante muito tempo sem visitar a comunidade por sentir-se envergonhado pelo ocorrido:

*"E ele me trazia ali, mas também trazia ali, chegava, eu descia, ele também virava. Estava tão acanhado o José Marques, coitado.*

*- 'Não quer entrar José Marques ?' - eu perguntava. E ele:*

*- 'Não. Eu só vou vir aqui quando vocês tiverem realizados. Só aí que eu venho. Até lá ...'*

*Só veio quando nós comemoramos o 20º aniversário da Comunidade Sinsei, nós mandamos convite ... Nunca visitou. Ele ficou tão encabulado de não conseguir o que ele queria ... Mais por causa da família. (...) Porque ele tinha aquele sonho dele, o que fazer para a comunidade. Mas, para mostrar para o Yuba que não é o que o Yuba comentou coisa nenhuma. A intenção dele era justamente outra. (...) E aquilo ele não conseguiu, por força da circunstância, principalmente com a mulher." <sup>132</sup>*

Pelo exposto, tudo leva a crer que José Marques tinha total conhecimento de que o acerto de contas não seria feito - da mesma forma que o integrante da comunidade o tinha - e sentia-se envergonhado por não ter correspondido à confiança que os membros da comunidade depositavam nele. A atitude de só querer visitá-la quando ela "**estivesse realizada**" era uma maneira de evitar possíveis cobranças. Tanto é que ele só visitou a comunidade após 20 anos de sua existência - 15 anos após o episódio - e para ser homenageado por ela, prova de que o assunto já havia sido dado por encerrado.

---

<sup>131</sup> Depoimento do Sr. Walter Yukio Honma, em entrevista gravada em junho de 1992.

<sup>132</sup> Depoimento do Sr. Walter Yukio Honma, em entrevista gravada em janeiro de 1996.

No fundo, ele não conseguiu impôr sua posição de que deveria haver uma separação entre o seu relacionamento com os integrantes da nova comunidade e os erros de Issamu Yuba. O que houve, na verdade, foi um choque entre as necessidades econômicas de recuperação das perdas - pelo menos de parte delas - pelo que sua família pressionava, de um lado, e o desejo de não responsabilizar aqueles que permaneceram na fazenda e retribuir-lhes a confiança nele depositada, de outro.

O grande equívoco no que diz respeito a toda esta passagem foi que, ao fim e ao cabo, quem pagou pelos erros de Issamu Yuba foram aqueles que com ele não compactuavam, enquanto que seus cúmplices - e ele próprio - saíram impunes de todo este episódio. De qualquer forma, mesmo sem o devido - e merecido - acerto, os membros da comunidade transferiram-se da fazenda para sua própria terra.

### **7.3. O reinício em terra própria**

Na ocasião da transferência para a sede definitiva a comunidade pode contar com o apoio do Professor Seichi Fujisaki, agrônomo japonês que visitava o Brasil pela segunda vez, recebendo suas orientações sobre como organizar uma propriedade e formular um plano para a mesma. Com esse objetivo o professor ministrou um curso de uma semana, onde procurou orientá-los sobre a montagem do plano, valendo-se de suas experiências no Japão e em outros países como a Coréia do Sul e Taiwan.

As experiências vividas anteriormente faziam com que a nova comunidade buscase caminhar em uma direção totalmente oposta à trilhada até então: ao invés de lançar-se a investimentos sem controle prévio, buscava segurança e estabilidade financeira, mesmo que isto lhe custasse o estabelecimento de um padrão de vida mais simples. Seus anseios coincidiam com o estilo do plano defendido pelo Professor Fujisaki:

*"E o estilo assim mais defensivo, porque até então o Japão também, quer dizer, o Japão de hoje, economicamente estava com toda força, mas ele ainda atravessava aquela fase de pós-guerra, com tudo a começar, então, principalmente na zona rural, a crise era bastante forte, influenciada pelas conseqüências da guerra. Então ele tinha aqueles planos de pequenas propriedades, como planejar, o que fazer, que coincidiu muito com a situação no momento da **Sinsei**, defensiva mais. Defender para depois pensar na parte mais, investir no ataque. E ele também logo viu, logo ficou sabendo que a gente pretendia atingir uma segurança, uma estabilidade. Agora como conseguir isso? Então a preocupação dele era de que a estabilidade poderia ser conseguida assim, as propriedades, ou grande ou*

pequena, existe uma coisa em comum que deve ser considerado que é um plano de distribuição de mão-de-obra, mas depois tem uma fase mais ou menos longa, assim por exemplo, na safra de colheita apertada, ou no plantio apertado, mas terminou aquela fase, fica desempregado. Então, cuidar de uma melhor distribuição de mão-de-obra durante o ano. Aproveitamento de mão-de-obra ociosa. Como deveria ser feito ? Então deveria ser feito a introdução de novas culturas, para não coincidir a época que requer mais mão-de-obra, para não concentrar somente em um período, para não ficar ociosa muito tempo. Essa distribuição mais homogênea durante o ano, ou então o apertado temporário, poderia ser solucionado desde que a gente introduza várias culturas, sempre levando em consideração todos esses fatores, o esquema, que é o shikumi que ele falava, a importância do shikumi<sup>133</sup>.

*Segundo o Professor Fujisaki ele dizia sempre, que 'sempre uma cultura principal da propriedade agrícola, deve ser escolhida levando em consideração os seguintes fatores: já que ela é principal, é de preferência que seja uma cultura que possa contar com vários fatores importantes, isto é, ela deve ser uma cultura que possa contar com mercado seguro. Isso é possível alcançar, é mais fácil alcançar, sendo uma produção de gênero de primeira necessidade.'* Então por exemplo o arroz e feijão, seria o caso de ser lembrado, porque isso não pode faltar. Independente de rico ou pobre, ou de nacionalidade, é um gênero que é consumido pela maioria da população. Então isso tem uma segurança já. Agora, artigo de luxo, por exemplo seda, vai depender muito, porque o consumidor de seda é bastante limitado. Como é artigo de luxo, é só quem tem aquele poder aquisitivo à altura é que adquire isso. E também em dependência da época: as condições econômicas no geral melhorou, ela aumenta a procura; se as condições financeiras no total cai, ela também cai, porque não é gênero de primeira necessidade. Então essas coisas devem ser levadas em consideração.

*'Outra coisa, uma cultura mais propícia para o lugar, regional. Não adianta ela dar boa renda, mas se ela depende de um clima adverso, já não vai dar certo. Então é outro fator que deve ser levado em consideração para escolher a cultura principal da propriedade. Já no caso a avicultura, não é o ideal, porque o mercado de ovos é muito instável, é muito oscilante, já foge um pouquinho. Mas no vosso caso talvez justifica porque é uma cultura que pelo menos vocês mais conhecem, já que no tempo do Yuba sempre se dedicou nela. Então pelo menos a tecnologia já é uma cultura mais conhecida*

---

<sup>133</sup> Shikumi indica o planejamento das atividades de forma a aproveitar a mão-de-obra da melhor forma possível. Trata-se do plano propriamente dito, ao qual o Professor Fujisaki se referia.

*para vocês, o que já é também um fator considerável. Outra coisa, se é que vocês pretendem também se dedicar à horticultura, a horticultura precisa de uma matéria-orgânica mais constante e em produção maior do que qualquer outra cultura. Aí nesse caso então, o excremento da avicultura, então uma combinação entre a horticultura e a avicultura justifica também o fator para considerá-la como uma cultura principal.' Essa maneira da gente pensar no **shikumi** é que nós seguimos boa parte a orientação do Professor Fujisaki, que foi bastante útil."*<sup>134</sup>

O plano do Professor Fujisaki estabelecia, pois, a escolha de uma cultura principal, que deveria, ao mesmo tempo, contar com um mercado seguro e ser uma cultura propícia ao local. Outras atividades poderiam ser escolhidas, desde que se levasse em consideração a utilização racional da força de trabalho dos camponeses ao longo do ano. De fato, quanto mais as atividades se relacionassem entre si, melhor seria para os trabalhadores, tanto em termos de aproveitamento da própria atividade, quanto em termos de aproveitamento de sua força de trabalho. Desta forma, além de integrar melhor as culturas e aproveitar ao máximo o trabalho dos camponeses, ao diversificar as atividades buscava-se também a redução da dependência com relação ao mercado externo.

Ainda de acordo com suas orientações, a comunidade não deveria preocupar-se com o lucro, mas sim, em realizar uma agricultura que realmente "crescesse e frutificasse". Ao invés de pensar em termos **quantitativos**, deveria pensar em termos **qualitativos**. Era preciso preocupar-se em praticar uma agricultura que "engrossasse", em seus dizeres, uma agricultura que "**futoru**".

*"É que o professor diz assim: 'A gente levar em consideração todos aqueles fatores que eu citei até agora, tem outro ponto muito importante que deve ser considerado. É que agricultura, não se faz agricultura baseado em termos matemáticos. Tem vários momentos que na agricultura a gente até deve esquecer aquela idéia matemática. Esquecer um pouquinho o número, porque nem sempre o número na agricultura coincide matematicamente. Porque na agricultura,  $2 + 2$ , na matemática teria que ser o 4, mas na agricultura nem sempre acontece isso,  $2 + 2$  pode dar, em vez de 4, pode dar 3 ou 2, ou pode dar 6 ou 8. Então, a soma, desde que dê 4,  $2 + 2$  dê 4 na média, esta conta está certa. Só que para dar esta média, não se esqueça que precisa de ter a consideração do fator tempo. E na agricultura esse fator tempo não tem um tempo fixo. Ela pode fechar a média correta, 4, em dois anos, como também pode ter que esperar até dez anos para dar a média. Mas sendo que se der a média de 4 é uma conta*

---

<sup>134</sup> Depoimento do Sr. Walter Yukio Honma, em entrevista gravada em junho de 1992.

*certa. Tanto é que então, neste caso, a gente vai ter que esquecer um pouquinho de número, momentaneamente.' Esta é uma coisa que ele citou.*

*'Outra coisa, também, que a gente não pode estar correndo muito atrás de lucro.' Todas as empresas têm que apresentar lucro, saldo. Agora, pelo fato de correr muito atrás desse saldo, é que a gente se perde nessa consideração de esquecer do número. Então é que vem 'dedique a uma agricultura não somente que dê lucro, mas que engrosse, como uma árvore'. Ele deu o exemplo de uma árvore. 'Uma árvore quando ela cresce, ela cresce integralmente, para cima, para os lados e para baixo.' É o que ele fala, 'uma agricultura que futuro'". Então olha, às vezes pode haver um desenvolvimento de ordem qualitativa, às vezes nós estamos crescendo em qualidade, e qualidade nem sempre de imediato aparece como número, como um saldo visual. Isto que deve ser bem considerado, principalmente na agricultura. Porque na indústria e comércio funciona muito bem o cálculo matemático, o plano numérico. Mas na agricultura é totalmente diferente. Esta consideração vocês não devem esquecer. Então façam muito bem um plano, o shikumi, sempre levando isso em conta. Então olha, tem muito setor que vocês vão ter que esquecer do número, porque número só representa quantidade, e nem sempre ela representa qualidade, porque o importante é qualidade. Foi então que ele usou esse termo "Não faça uma agricultura que dê lucro; faça uma agricultura que engorde, que engrosse'. Que é o futuro. Que aí só o tempo é que vai mostrar o resultado. A consideração do fator tempo, o quanto é importante." <sup>135</sup>*

Na verdade, a apresentação desta proposta, e sua aceitação pela comunidade, que diversifica o máximo possível suas atividades, evitando assim a dependência com relação ao mercado externo, marcava um retorno (em outras bases, é bom salientar), ao que CHAYANOV denomina de **unidade de exploração não-monetária**, na qual "a atividade do homem que a explorava se dirigia a uma série de necessidades de consumo isoladas e, em muitos sentidos, tinha uma matiz **qualitativa**. Era necessário obter tais e quais produtos para o consumo familiar, precisamente esses e não outros. A **quantidade** somente podia medir-se para cada necessidade separadamente: 'há suficiente' ou 'não há suficiente'" (CHAYANOV, 1974:140)<sup>136</sup>. Isto não significa que não haja circulação de moedas e que a comunidade não produza mercadorias. Ao contrário, ambas as coisas acontecem. Apenas ela passa a privilegiar a **qualidade** de sua produção e da satisfação de suas necessidades o que, na economia camponesa de uma maneira geral, começava a deixar de ser realizado.

---

<sup>135</sup> Depoimento do Sr. Walter Yukio Honma, em entrevista gravada em junho de 1992.

<sup>136</sup> Grifo nosso.



Seguindo as orientações do Professor Fujisaki, a comunidade não tardou a alcançar seu objetivo principal, qual seja, a estabilidade e segurança financeira. Em pouco tempo havia mais benfeitorias, como o barracão da sericicultura - que também funciona como teatro para as apresentações das festividades do Natal, e onde são realizadas as cerimônias religiosas de casamentos de membros da comunidade -, o curral, um anexo para a oficina, junto à antiga serraria<sup>137</sup>, o chiqueiro, a casa dos visitantes, novas instalações para a avicultura poedeira, barracões para uso da avicultura e da suinocultura, etc além de plantações de frutas e verduras. Em 1969 adquiriram uma outra área com cerca de 20 alqueires, distante 2 km da sede, atualmente ocupada pela **hataque**<sup>138</sup>.

Ao completar seu 10º ano de existência, a comunidade achou por bem comemorar tal passagem:

*"Olha, completou dez anos que a gente se separou do Yuba. Será que não estaria no tempo da gente fazer uma comemoração, para deixar um marco, porque ninguém sabe até onde ...' Porque já aqueles mais idosos começaram a adoecer, alguns já começavam a se despedir da vida. Então, mais cedo ou mais tarde, os mais idosos vão desaparecer. Então pelo menos estaria em tempo de fazermos uma festa e convidar os amigos que tanto colaboraram conosco, muitos amigos sempre se preocuparam com a nossa vida, depois que nos separamos. Nós fomos muito prestigiados e encorajados também pelos amigos. Então olha, seria o momento da gente fazer e demonstrar o nosso agradecimento a esses colaboradores, com quem nós sempre pudemos contar"*<sup>139</sup>.

Para a festividade muitos foram convidados, inclusive o Professor Fujisaki, que veio do Japão para a comemoração. A comunidade foi bastante homenageada durante a festividade. *"Inclusive nós recebemos um diploma de homenagem da Câmara, pelo fato do resultado obtido naqueles dez anos. Pelo menos a gente nem esperava, mas a Câmara achou por bem. Se a intenção da Prefeitura era de fazer algo, houve eleição aqui no município, e que a comunidade aqui era sempre um bom exemplo de fixar na terra, semear e não deixar abandonar. Que essa área já passou por vários proprietários aqui que no fim sugou, esgotou toda a fertilidade que o solo aqui permitiu, e como não estava dando mais nada é que nós conseguimos comprar isso aqui mais ou menos em conta. Esses pés de*

---

<sup>137</sup> Atualmente parte ocupada por aquela e parte ocupada pela classificação, embalagem e armazenamento de frutas, verduras e legumes para serem comercializados no CEAGESP, na feira em Guaraçai-SP ou na quitanda/mercearia em Ilha Solteira-SP.

<sup>138</sup> A unidade territorial composta pela roça propriamente dita, distante 2 km da sede e que possui uma área de 30 alqueires. De acordo com o Sr. Walter Yukio Honma, o termo que significa "roça" é empregado indistintamente tanto para referir-se à área toda - de modo a diferenciá-lo da sede - como para identificar cada uma das culturas ali presentes - horticultura, fruticultura e cultura de cereais.

<sup>139</sup> Depoimento do Sr. Walter Yukio Honma, em entrevista gravada em junho de 1992.

*árvore que você vê aqui não tinha, só tinha aqueles pés de manga que tem lá embaixo, e aqueles pés de jaca. Era somente carrapicho e resto de mamona que se via aí. Então, aquela propriedade que era conhecida aqui, ninguém se esperava que iria surgir o que nós fizemos aqui. 'E ela produziu durante dez anos, e tudo indica que ela vai continuar produzindo cada vez mais.' Seria um exemplo para o município. E nós fomos bastante homenageados pela Câmara, pelo Prefeito, a turma se sentiu bastante feliz pelos primeiros dez anos.*"<sup>140</sup>

Como esta festa agradou tanto aos membros da comunidade como aos convidados, os integrantes resolveram repetí-la a cada cinco anos. Tais festas representavam, para os integrantes, um momento de auto-avaliação, de comprovação do benefício do tempo defendido pelo Professor Fujisaki.

Na comemoração dos 15 anos a Associação Brasileira de Heráldica e Medalhística entregou a "Comenda Pedro Álvares Cabral, o Descobridor", ao reverendo Fukashi Mori por seu trabalho, pioneirismo e conduta exemplar<sup>141</sup>. Na comemoração dos 20 anos de existência (**foto 04**) da comunidade, seus integrantes decidiram homenagear aqueles que mais diretamente contribuíram para sua consolidação, presenteando-os com um quadro pintado por Bussaburo Ohashi, membro da comunidade. Os homenageados foram José Marques - que pela primeira vez visitou a comunidade desde que a mesma deixou a fazenda - Manoel R. Marques - o que prova que o mesmo esteve mais tempo à frente da administração da fazenda do que realmente alega - e o Professor Seichi Fujisaki - que mais uma vez esteve presente para receber as homenagens (**fotos 05 a 07**).

Realizaram-se ainda as comemorações dos 25 e dos 30 anos. A partir de então, a situação financeira da comunidade foi ficando cada vez mais difícil, fruto da saída de muitos integrantes e de uma política estatal pouco favorável à agricultura de uma maneira geral, não sendo mais possível a realização de grandes festividades como as praticadas até então. As comemorações continuaram ocorrendo anualmente, apenas para os integrantes, ex-integrantes familiares e amigos mais próximos da comunidade. Trata-se via de regra, de um jantar com pratos típicos, churrasco, doces/bolo, refrigerante e cerveja.

No dia 08 de fevereiro de 1996 a comunidade comemorou seu 40<sup>o</sup> aniversário. Apesar da crise pela qual vem passando - fruto da saída de muitos integrantes, sobretudo jovens, para trabalhar como dekassegui no Japão<sup>142</sup> - ela tem se mostrado um forte

---

<sup>140</sup> Depoimento do Sr. Walter Yukio Honma, em entrevista gravada em junho de 1992.

<sup>141</sup> Na ocasião foi homenageado também o Sr. Kozo Tacheuchi, das Alianças, conforme reportagem publicada no jornal "Folha de Guaraçai" - ano II, No. 62, de 11.07.81, Guaraçai-SP.

<sup>142</sup> Sobre este assunto nos deteremos com mais detalhe posteriormente.

exemplo da pertinência e da viabilidade da vida comunitária, como procuraremos mostrar mais detalhadamente nos próximos capítulos.

#### **7.4. A comunidade frente a ordem jurídica**

Uma outra questão levantada quando do registro da propriedade e da contribuição com a Previdência Social foi a forma de fazê-lo. Os primeiros dez alqueires adquiridos pela comunidade foram registrados, precariamente, em nome do então tesoureiro, Ichiro Shimizu, até que a comunidade providenciasse a legalização de seu registro social. Esta situação foi legalizada em fevereiro de 1969, quando as terras foram transferidas à comunidade já regularmente registradas.

Houve, porém, um grande problema para sua regularização. Entre a aquisição da gleba e sua regularização foram oito anos. A comunidade procurou vários advogados, expondo o quadro e solicitando uma solução. A resposta tardou a aparecer, pois tratava-se de um caso especial. Primeiro porque a terra é de todos os seus integrantes - é um bem comunitário - e segundo porque, como não há um dono, não há um chefe, ficava difícil adaptar o registro jurídico da comunidade à forma de contribuição à Previdência Social.

*"Aí como eu tinha um advogado que a gente conhecia que montou um escritório de contabilidade, estabelecido recentemente em Guaraçaí, pedi a eles que pensasse como fazer, o esquema do que deveria ser o ideal, mas tudo sempre de imediato assim eu também não tinha idéia. Lógico né ? Era diferente do que havia sido. Então ficava na promessa deles verificarem isso e me darem a resposta. E não conseguimos concluir nada, sempre na espera. Aí nesse meio tempo foi que apareceu o fiscal do Ministério do Trabalho, veio aqui, andou apavorando todo mundo, andou aí pela comunidade e chegou à conclusão de que a gente não podia esperar mais. Aí demos a sorte de encontrar casualmente na rua com um advogado recém-formado que estava com escritório em Mirandópolis e que como estava no começo ele se apresentou como advogado e se fosse preciso que ele estava à disposição de atender. Aí me deu na idéia e eu contei o problema para ele. Ele como estava no início se interessou, ficou todo entusiasmado, falou '**Bom, Sr. Walter, será que o senhor não podia dar para mim, olha nesse início de profissão me interessa isso. Para mim é muito interessante !**' E eu dei. E foi através dele que conseguimos seguir mais ou menos o esqueleto de como seria o ideal para a gente*

*conseguir o registro jurídico daqui da comunidade. Só que encontramos muita dificuldade"*

143

Após muito impasse a comunidade foi registrada juridicamente como uma sociedade civil, revestindo a forma de sociedade mercantil por quotas de responsabilidade limitada - **Sinsei - Sociedade Agrícola Guaraçai - Sociedade Civil - Shimizu & Cia. Ltda** - forma que mais se adaptava à sua realidade/especificidade.

O contrato social assinado em 01 de fevereiro de 1969 trazia como sócios fundadores Ichiro Shimizu, Paulo Shigeshi Shimizu, Yukio Honma, Eduardo Honma, Fumiya Karasudani, Raito Honma, Akinori Tsuda, Sunao Miyazaki, Hisao Oyama, Fukashi Mori, Shinobu Mori, Tameharu Miyazaki, Takeo Komiyama, Kichizu Wakashima, Chiutaro Karasudani, Koji Honma, Shizue Tsuda e Waka Honma. Tal contrato estabelecia a denominação da sociedade, seus objetivos - dedicar-se à avicultura, agricultura, sericicultura e culturas afins - definia os sócios responsáveis pela administração/representação da sociedade - Ichiro Shimizu, Paulo Shigeshi Shimizu e Yukio Honma - estipulava o capital da sociedade e quanto caberia a cada um dos sócios e outras obrigações de praxe neste tipo de contrato.

Posteriormente foram realizadas uma série de alterações, ora para alterar a redação, determinando mais claramente os direitos e deveres dos sócios representantes, ora para alterar o capital social e, com isto, estabelecer novas cotas, ora para alteração do quadro de sócios, oportunidade em que aqueles que "saem" da sociedade cedem e transferem suas cotas aos sócios remanescentes e/ou a novos sócios, aproveitando-se da ocasião para atualizar o capital social e a quantidade de cotas de cada sócio.

Através de uma decisão adotada pela comunidade em assembléia, de tempos em tempos há uma atualização do quadro de sócios. Nesta ocasião os mais velhos deixam de configurar como sócios, cedendo e transferindo suas cotas a um novo sócio ou repartindo-as entre os sócios remanescentes.

Em contrato firmado em 20 de abril de 1974 configuraram Toyomi Miyazaki, Keiji Tsuda e Rokuro Honma no lugar de Sunao Miyazaki, Akinori Tsuda e Waka Honma, respectivamente. Em contrato de 29 de setembro de 1979 os sócios Chytaro Karasudani, Shizue Tsuda, Toyomi Miyazaki e Keiji Tsuda cederam e transferiram suas cotas aos sócios remanescentes. Em contrato firmado em 03 de fevereiro de 1988, Ichiro Shimizu, Yukio Honma, Hisao Oyama e Takeo Komiyama cederam e transferiram suas cotas, respectivamente, a Oscar Kiyoshi Shimizu, Joel Satoru Honma, Osmar Shizuo Oyama e

---

<sup>143</sup> Depoimento do Sr. Walter Yukio Honma, em entrevista gravada em junho de 1992.

Cássio Koiti Komyama. Neste mesmo contrato, os sócios Kichizo Wakashima, Tameharu Miyazaki e Fukashi Mori cederam e transferiram suas cotas aos sócios remanescentes e, com a saída de Ichiro Shimizu e Yukio Honma, sócios representantes da comunidade, passaram a desempenhar tal função Fumya Karasudani e Shinobu Mori. Por fim, em contrato firmado em 02 de janeiro de 1990, Koji Honma cedeu e transferiu suas cotas a Júlio Massao Honma<sup>144</sup>. Desde então, a configuração dos sócios ficou sendo a seguinte: Paulo Shigeshi Shimizu, Joel Satoru Honma, Cassio Koiti Komiyama, Fumiya Karasudani, Shinobu Mori, Júlio Massao Honma, Oscar Kiyoshi Shimizu, Osmar Shizuo Oyama, Eduardo Honma, Raito Honma e Rokuro Honma. Uma cópia destes contratos encontra-se na parte de Anexos deste trabalho.

É bom deixar claro, porém, que estes contratos são apenas **pró-forma**, para regularizar o aspecto jurídico da comunidade. A terra, como todos os bens de que dispõem, são propriedade de todos, **da comunidade**, e não das pessoas individualmente, questão que no direito que rege a sociedade brasileira não existe. Os sócios da comunidade têm a única função de garantir sua legalidade jurídica. Nada além disso. Não gozam nenhum benefício e tampouco regalias por este fato. O que prevalece é o direito costumeiro, coletivo.

Outra questão legal que a comunidade enfrentou foi com relação à Previdência Social. Buscando solucionar a parte relativa à contribuição junto a esta instituição, a comunidade procurou um de seus postos para que fosse definido a quem e como contribuir. A forma como ela estava organizada tornava difícil tal decisão, já que, de um lado, o FUNRURAL havia sido criado para atender ao empregado rural e, neste caso, a comunidade estava excluída, por ser autônoma e, de outro, o INPS não destinava-se ao trabalhador da zona rural, mas sim, ao da zona urbana, até porque pressupõe uma renda mensal constante, o que não se configura na agricultura. Após muita discussão o agente do INPS definiu que a comunidade deveria contribuir com base em um salário mínimo, em nome dos sócios menores de 50 anos - que não precisavam ser todos os seus membros - a título de regularização para o INPS. A comunidade registrou, então, como integrantes da sociedade recém-organizada, alguns chefes de família menores de 50 anos e outros maiores. Estes, por sua vez, permanecem como sócios até aproximarem-se dos 70 anos (ou um pouco mais), quando então cedem e transferem suas cotas a outros integrantes da comunidade com menor idade e/ou aos sócios remanescentes, conforme demonstram os

---

<sup>144</sup> Todos os contratos de alteração recebem o nome de "Instrumento de Alteração Contratual de Sociedade por Cotas de Responsabilidade Ltda".

vários instrumentos de alterações contratuais de que tratamos há pouco<sup>145</sup>. Esta prática permanece ainda hoje, porém, em termos de poder de decisão/voto para a condução da comunidade, as diretrizes iniciais permanecem inalteradas: todos continuam com os mesmos direitos diante da Assembléia. Esta foi apenas a melhor forma encontrada para solucionar aquela pendência jurídica.

Uma vez estabelecido o acordo, a comunidade teve sua nota produtora cassada, recebendo uma outra série de notas, que funcionavam no sistema comercial e que isentavam o recolhimento do FUNRURAL. Porém, esta solução não se efetivou, posto que os compradores se negavam a adquirir as mercadorias sem o desconto de 2% para o recolhimento do FUNRURAL, embora a comunidade procurasse explicar o acordo com o INPS. Por outro lado, como não havia nota produtora, não havia como o comprador recolher o FUNRURAL. Desta forma, a comunidade contribuía tanto com o INPS quanto com o FUNRURAL, sendo que, neste último caso, o dinheiro ia parar no bolso do comprador.

Na prática, apesar da dupla contribuição, os integrantes da comunidade permaneciam desassistidos. Quando procuravam os serviços prestados pelo INPS, o mesmo se negava a atendê-los alegando que eles pertenciam à zona rural, mesmo mediante a apresentação dos comprovantes de contribuição. Quando procuravam o FUNRURAL, lhes era negado o atendimento, posto que os mesmos não contribuía com aquela instituição.

Diante desta situação a comunidade procurou novamente o agente do INPS que, finalmente, reconheceu tratar-se de contribuição indevida, autorizando inclusive sua interrupção. A fim de evitar problemas futuros, a comunidade solicitou a restituição de tal contribuição, para configurar como prova de que aquele tipo de obrigação não precisava mais ser cumprida.

Por fim, ao regularizar-se, a comunidade passou a contribuir efetivamente com o FUNRURAL e a beneficiar-se com a assistência médica e a aposentadoria de seus integrantes.

## **7.5. A concepção do caixa único**

Um outro fato que merece ser destacado é a definição com relação ao caixa e à forma de retirada do dinheiro pelos integrantes da comunidade. Logo na primeira reunião

---

<sup>145</sup> Esta prática é adotada para evitar problemas caso algum sócio venha a falecer. Como mencionamos há pouco, não há uma periodicidade para a atualização do quadro de sócios.

ficou decidido que o sistema de caixa único da antiga Comunidade Yuba seria mantido. Porém, como não optaram pela existência de um líder a quem recorrer para solicitar autorização toda vez que precisassem realizar algum gasto, era necessário estabelecer uma outra forma de efetivar esta retirada monetária.

A fim de garantir o fornecimento dos gêneros de primeira necessidade - seja para uso comum, seja para uso individual - a comunidade organizou um almoxarifado onde se encontram os gêneros mais variados, como material de limpeza, material de escritório, material escolar, produtos de higiene pessoal, produtos alimentícios, roupas para o trabalho, botas plásticas, botinas de couro, remédios de uso mais comum, etc. Sempre que alguém necessita de algum desses produtos basta dirigir-se ao almoxarifado e retirá-lo. Normalmente as pessoas comunicam ao tesoureiro para que ele dê baixa e faça o controle do estoque, de forma a evitar a falta do artigo. Nos casos em que este tipo de controle falha, a pessoa solicita-lhe o artigo que é providenciado o mais rápido possível. Em geral as compras para manutenção do estoque são realizadas pelo tesoureiro ou pelo outro membro que o auxilia nesta atividade, toda segunda-feira.

Para os produtos de uso particular - sobretudo vestuário e calçados - ou para outros tipos de gastos individuais, como gastos com saúde, viagens, etc o procedimento é outro. A comunidade possui uma conta-crédito em várias lojas da cidade. Quando algum dos integrantes precisar de algo que for encontrado em alguma destas lojas, basta adquiri-lo e solicitar ao vendedor que emita uma nota fiscal e registre o valor na conta da comunidade. A nota é entregue ao tesoureiro para controle e providências. Toda segunda-feira ele faz o pagamento nas lojas. Caso seja algo não encontrado nas lojas da cidade e/ou algum outro tipo de gasto, basta solicitar-lhe a quantia necessária. Não há um limite pré-estabelecido para o montante que cada um pode retirar. A única preocupação do tesoureiro é a de não estourar o caixa. O depoimento de um dos integrantes da comunidade ilustra bem estas afirmações:

*"Agora, a gente tem um tipo de almoxarifado, as coisas mais ou menos necessárias, o tesoureiro vai toda segunda-feira da semana, e adquire e deixa lá no almoxarifado a quantidade que foi solicitada, a mercadoria necessária. Depois, à medida da necessidade, vai pegar lá (principalmente da cozinha). Mas tem muitos objetos que não podem ser em comum, por exemplo os moços, isso é feito através do crédito que a gente tem nas lojas, cada um faz a compra que quiser, entrega a nota para o tesoureiro e, então, na segunda-feira seguinte, no ato de fazer as compras, então ele passa por todas as lojas seguindo aquelas notas que o comprador entregou, e acerta o saldo. Mas além disso*

*também precisa assim, às vezes você faz viagem, precisa de algum dinheiro. Então existe a retirada, só que não existe o limite. Cada um retira de acordo com a sua necessidade. Porque a retirada ordinária não existe. E também não sobra tanto dinheiro também. O pobre sabe como é, se sobrasse ... Infelizmente nunca teve dinheiro com sobra. Então o limite ali é somente assim, fica a critério do tesoureiro estipular o limite, de acordo com a altura do caixa, porque a obrigação dele é não deixar estourar a caixa. Então existe o limite nesse sentido, mas não existe o limite assim de um tirar mais, outro tirar menos. Não existe porque a retirada é feita assim através da necessidade, a necessidade não é em comum. Essa é a maneira."*<sup>146</sup>

Nos primeiros tempos de existência da comunidade havia também a elaboração de um balancete contábil mensal/anual, preparado pelo tesoureiro. Redigido em japonês, ele circulava entre todos os integrantes da comunidade, para que tomassem ciência da movimentação financeira mensal. Porém, desde que Ichiro Shimizu se afastou do cargo e que seu filho, Paulo Shigeshi Shimizu, assumiu suas funções, tal prática deixou de ser realizada. O controle dos ganhos e gastos continua sendo feito, porém, não se prepara mais o balancete para circulação e apreciação da movimentação do mês. Aqueles que porventura tiverem algum interesse em saber como andam as finanças devem procurar o tesoureiro e solicitar-lhe que apresente suas anotações.

De acordo com depoimento de uma das integrantes, o fim da circulação do balancete foi benéfico à comunidade:

*"Tinha, antes de o meu pai ficar ruim, todo mês as compras que faziam eram anotadas. Era um negócio de Banco, tudo. Era um balancete do mês. Rodava em todas as casas, mas depois acabou. O Shigeshi não faz isso. Não tem tempo, também. Não tem experiência também. Porque o marido da Tsuda san, que faleceu, ele era, desde o tempo, ele trabalhou em Hong Kong também. Desde o tempo do Japão ele trabalhava nisso, em um escritório de contabilidade. Ele que fazia antes, mas no tempo dele não rodava isso. Aí teve uma reunião que era melhor a gente saber o preço das coisas que comprava, e assim resolvemos fazer isso. Mas isso também não foi muito bom. Porque o pessoal vê e fala **'Fulano comprou tal isso por tal preço'**, isso já é uma. Isso foi bom e foi mal também. A Kichi tian até fala: **'Para mim foi melhor acabar com isso'**. É sim, em certo ponto é. É porque fulano comprou uma coisa mais cara que a gente. Sempre a gente é assim. Por isso, em certo ponto, parece que foi melhor acabar."*<sup>147</sup>

---

<sup>146</sup> Depoimento do Sr. Walter Yukio Honma, em entrevista gravada em junho de 1992.

<sup>147</sup> Depoimento colhido na comunidade.



Além do dinheiro obtido através da comercialização de sua produção, a comunidade recebe também o dinheiro proveniente da aposentadoria dos integrantes com mais de 70 anos. A princípio este último era mantido em uma conta separada, e utilizado apenas para atender às necessidades dos aposentados, ou na realização de alguma melhoria que fosse beneficiá-los mais diretamente. Isto era feito quando o próprio caixa da comunidade não era capaz de arcar com tais despesas. Logo que surgiram os primeiros casos de aposentadoria, a comunidade passou a preocupar-se com o destino que seria dado àquele dinheiro:

*"Bom, então agora vai pensar na reunião. 'Então olha, será que não era interessante fazer isso ou aquilo. Olha, isso aí às vezes é uma coisa que beneficia mais os velhos. Então será que não podia ser aproveitado aquele dinheiro?' É uma sugestão que já teve, tem surgido. Ou então se o caixa lembrar de uma coisa, precisar do dinheiro. Por enquanto acho que não aconteceu isso, mas pode até acontecer. Ele pode até levantar o aproveitamento daquele dinheiro, se a turma concordar, tudo bem. Porque no fim, mesmo o dinheiro que veio, um direito destinado para ele, mas aqui já entra como se fosse de todos."*<sup>148</sup>

Atualmente, porém, o dinheiro proveniente das aposentadorias tem entrado diretamente no caixa comum e destina-se aos gastos da comunidade. Tal fato pode ser observado no balancete mensal de fevereiro de 1991, e que encontra-se traduzido nos anexos deste trabalho, juntamente com xerox do original em japonês.

## **7.6. Outros registros na comunidade**

Além do registro das Atas e dos Balancetes Contábeis, a comunidade realizava também o registro dos Casamentos realizados em um "Livro de Casamentos", feito por Hissao Oyama. Nestes registros, constavam os nomes dos noivos, data e horário de sua realização, o nome do reverendo que realizava a cerimônia, o nome do apresentador - aquele que apresentava os noivos aos convidados, oficializando a cerimônia - o nome daqueles que realizavam os discursos: do padrinho e dos representantes dos convidados, de amigos, da Rikko Kai e/ou de outras associações e da Comunidade Sinsei. Em seguida, registravam-se o fato de que foram tiradas fotografias para lembrança, a tomada de assento, a forma de recepção (normalmente churrasco) e o brinde (campai). Por fim, um desenho registrava a disposição da mesa. Os casamentos seguiam sempre o mesmo padrão,

---

<sup>148</sup> Depoimento do Sr. Walter Yukio Honma, em entrevista gravada em junho de 1992.

mudando apenas aqueles que discursavam: às vezes o pai da noiva e do noivo, outras vezes algum outro parente ou amigo.

O primeiro casamento realizado na Comunidade Sinsei foi o de Takeo Komiyama e Hiroko Tamagawa, em 01 de setembro de 1957. Em seguida, vieram os seguintes casamentos: Koji Honma e Rei Shiino, em 07 de setembro de 1958; Kunyo Takagi e Reiko Anzo, em 19 de julho de 1959; Chuzo Nakashima e Kazuyo Shimizu\*, em 19 de setembro de 1959; Shuji Honma e Tiekō Nohara, em 13 de novembro de 1960; Mário Osaki e Kioko Honma\*, em 04 de fevereiro de 1962; Shinobu Mori e Nobuko Sakashita, em 02 de outubro de 1962. Após, este tipo de registro deixou de ser realizado. Com exceção dos dois casos assinalados, em que o noivo não pertencia à comunidade e o casal desmembrou-se, os demais casais encontram-se até hoje na comunidade. Para maiores detalhes, reproduzimos tais registros nos Anexos, junto com xerox do original, em japonês.

A comunidade é proprietária também de um box em Ilha Solteira-SP, onde funciona a Quitanda/Mercearia Sinsei. Esta quitanda/mercearia foi resultado de um convite feito pelo administrador geral, quando da construção do "Complexo Hidroelétrico de Urubupungá". O convite feito na época pelo administrador era para que ela abastecesse com gêneros de primeira necessidade de alimentação de todo o Complexo, para o que ele chegou, inclusive, a oferecer terras, veículos, maquinários e todo o material/recursos de que necessitasse para cumprir o abastecimento. Como o objetivo da comunidade não era o enriquecimento, o acúmulo de dinheiro, mas sim a auto-suficiência, tendo como base a segurança/estabilidade econômica e social, o convite não foi aceito. No entanto, ficaram com o box, *"para não desfazer da boa vontade que eles nos ofereceram"*<sup>149</sup>.

Apesar de preocupada em dar sustentação ao seu funcionamento econômico e legal, a comunidade não deixou de preocupar-se, também, com seu lado espiritual. Para tal, a religião assumiu um papel fundamental. Inicialmente, enquanto o reverendo Fukashi Mori era vivo e gozava de perfeita saúde, era ele o responsável pela realização de cultos semanais - sempre aos domingos - e pela atenção espiritual àqueles que precisavam. Era, inclusive, apontado por vários integrantes como o "líder espiritual" da comunidade, isto sem falar no trabalho diário na horticultura, junto aos demais. Após seu afastamento por motivo de saúde, quem assumiu suas funções foi seu filho, o reverendo Shinobu Mori. Porém, como ele possui uma vida mais atarefada - seja nos compromissos que assume junto à Igreja, seja junto à comunidade - os cultos tornaram-se menos frequentes - apenas duas vezes ao mês.

---

<sup>149</sup> Depoimento do Sr. Walter Yukio Honma.

É através destes conjuntos de princípios apontados que a comunidade tem buscado conduzir-se ao longo de seus 40 anos de existência. Podemos dizer que ela está estruturada sobre o tripé **administração comunitária** - através das assembleias - **caixa comum** e **religião**. Tudo isto assentado em uma sólida base de **liberdade** e **respeito mútuo**. É sobre esta estrutura organizativa propriamente dita que trataremos no próximo capítulo.

## **8. A ORGANIZAÇÃO INTERNA**

A Comunidade Sinsei estruturou-se internamente sobre uma base de extrema liberdade e respeito mútuo, tomando como alicerces a assembléia, a religião e o caixa comum. As atividades econômicas a que se dedicam - sejam elas **de produção, de serviços ou de comercialização** - são decididas conjuntamente nas assembléias, e constituem-se na sustentação econômica e financeira necessária para que a comunidade possa colocar em prática sua utopia de vida comunitária.

Para uma melhor explanação sobre cada uma das bases deste tripé, analisaremos cada um deles separadamente.

### **8.1. A Assembléia**

A assembléia é o órgão máximo de decisão no seio da comunidade e surgiu juntamente com ela. Como abordamos no capítulo anterior, após o desmembramento e a saída de Issamu Yuba e seus seguidores, aqueles que permaneceram na fazenda em que haviam sido acolhidos reuniram-se para, juntos, decidirem como se organizariam dali em diante.

Desde a primeira reunião, ocorrida em 08 de fevereiro de 1956, data de seu desmembramento, e presidida pelo reverendo Fukashi Mori<sup>150</sup>, os integrantes da nova comunidade buscaram conduzi-la da forma mais democrática possível. Garantiram a todos o mesmo direito de participação, opinando e dimensionando cada passo dado no novo caminho que escolhiam trilhar. A partir daquele momento, todos tinham os mesmos direitos e as mesmas responsabilidades sobre o seu futuro. Da experiência vivida ao longo dos anos na antiga Comunidade Yuba, traziam uma única certeza: grande parte de seu fracasso decorreu da concentração de poderes nas mãos de uma única pessoa e, mais do que isto, na conduta autoritária/totalitária assumida por ela.

Dentro deste estilo de conduta seus integrantes decidiram que tudo o que se referisse à comunidade, estudos, diretrizes, escolhas, soluções, enfim, todos os assuntos seriam resolvidos através de reuniões. Por sugestão do presidente da assembléia, tais reuniões deveriam ser mensais e, no caso de uma necessidade mais urgente, convocar-se-ia neste intervalo, reuniões extraordinárias. Como um primeiro exercício dessa nova prática escolheram um nome para a comunidade - **Sinsei**, que quer dizer **Vida Nova** - e, em seguida, decidiram juntos, por unanimidade, que o sistema de caixa único existente na antiga Comunidade Yuba, continuaria em vigor na nova comunidade.

Decidiram ainda que a busca da unanimidade seria uma constante na nova comunidade, e que a decisão por maioria só seria aceita em caso de assuntos que necessitassem de uma decisão mais urgente. Nos demais casos, quando não se chegasse à unanimidade já na primeira assembléia em que o assunto fosse colocado em discussão, a decisão seria prorrogada para uma próxima oportunidade e, no intervalo entre uma assembléia e outra, os membros "a favor" do assunto procurariam convencer aqueles que se colocaram contra o mesmo ou vice-versa<sup>151</sup>.

A comunidade ouviu ainda a palavra ao reverendo Ono<sup>152</sup>, que mostrando-se preocupado com a forma de administração escolhida pela nova comunidade, sugeriu a elaboração de um regimento interno onde fossem traçadas as diretrizes a seguir, a fim de facilitar a conduta de seus integrantes. A sugestão foi aceita, mas decidiram voltar ao assunto em uma outra reunião, na qual todos puderam apresentar propostas para serem discutidas.

---

<sup>150</sup> Eleito através da votação de todos os integrantes Coordenador da reunião. Todos tinham muita admiração e respeito por ele, considerando-o seu "líder" espiritual.

<sup>151</sup> O depoimento do Sr. Walter Yukio Honma, citado no capítulo anterior, ilustra bem esta preocupação com a busca da unanimidade.

<sup>152</sup> Ele estava hospedado na antiga Comunidade Yuba, aguardando sua transferência para a Igreja Episcopal de Pereira Barreto-SP no ato da separação. Para maiores detalhes, ver capítulo anterior.

Visando a melhor condução das assembléias, a comunidade elegeu, democraticamente, através do voto direto de todos os seus membros, um grupo de pessoas que se tornaria responsável por sua realização (principalmente convocação, coordenação e registro das discussões e resultados alcançados). Este grupo, que a comunidade denominou de sua "Diretoria", era/é formado por um presidente, que preside as assembléias; um vice-presidente, para substituí-lo sempre que necessário; um secretário que secretaria as mesmas, sendo também responsável pelo registro dos assuntos discutidos em ata, e pelo arquivo das mesmas; um vice-secretário, para substituí-lo quando preciso; um tesoureiro, responsável pelas finanças e um vice-tesoureiro, para responder por elas em sua ausência. Cada um dos eleitos para os cargos da "Diretoria" tem mandato de um ano.

Decidiram também que as assembléias ordinárias seriam realizadas sempre nas noites do primeiro domingo de cada mês e que, na primeira reunião de cada ano, seria realizada uma eleição para a formação da nova "Diretoria". De acordo com relatos de integrantes da comunidade, a mesma "Diretoria" acabou sendo reeleita por muitos anos consecutivos, só sendo alterada por motivo de doença, falecimento ou por eventual problema surgido com algum dos seus membros ou simplesmente quando o mesmo não aceitava/aceita mais a reeleição.

A formação desta "Diretoria", vale insistir, não alterou em nada os princípios básicos de condução da comunidade: todos continuam com os mesmos direitos de participação, indistintamente. Sua existência tem por única finalidade tornar as assembléias mais funcionais. Estas, por sua vez, representam o momento de traçar as diretrizes de ação; definir os investimentos nos diversos setores da comunidade; decidir sobre a introdução ou não de um outro ramo de atividade, etc sempre em busca da melhor decisão/solução. Para as decisões mais simples, bem como para a realização cotidiana das atividades a que se dedicam, todos os membros têm também total liberdade de ação. A consulta à comunidade, através da assembléia, deve ser feita caso planejem ampliar os negócios, introduzir algum tipo de melhoria, iniciar um outro tipo de cultura, etc, sobretudo quando implicar no investimento de um dinheiro que pode não estar disponível em caixa naquele momento.

Quanto ao regimento interno, depois de muita discussão em inúmeras assembléias<sup>153</sup> os integrantes da comunidade chegaram à conclusão de que por mais que estudassem, propusessem, discutissem, analisassem, sempre haveria um "jeito de driblá-lo". Sendo assim, resolveram abandonar o projeto de elaboração do regimento, fazendo da

---

<sup>153</sup> Os integrantes da comunidade não sabem precisar ao certo quantas foram. As primeiras atas das assembléias, por sua vez, não foram encontradas para que pudéssemos dispôr destes dados e, principalmente, para que pudéssemos analisar melhor os primeiros anos da comunidade.

assembléia o local onde os problemas que viessem a surgir fossem discutidos, analisados e solucionados. Ao invés de pensar no problema antes dele surgir, preferiram pensar na melhor solução para ele, mas somente depois que ele existisse de fato.

A chamada para a realização da assembléia, que ocorre sempre no refeitório, é feita através do toque do berrante, após o término dos trabalhos na cozinha, por volta das 20h00/20h30. Seu início se dá com um canto religioso, seguido de uma oração. Após, o secretário faz uso da palavra e realiza a leitura da ata da assembléia anterior, para que todos tomem ciência do que ficou registrado. Caso ninguém se oponha à redação da mesma, a ata é aprovada e a palavra é passada ao presidente, que lê a pauta da reunião e abre a palavra aos participantes.

Os assuntos tratados são os mais diversos como, por exemplo, a perfuração de um poço artesiano, próximo à serraria, para tentar solucionar o problema de falta d'água, no início da comunidade, já em sua sede própria; a possibilidade de prosseguimento dos estudos de dois jovens que haviam concluído o ginásio e que demonstravam intenção de fazer curso superior (Ata 01/1963); a construção de um barracão para guardar material/refeição/descanso nas terras arrendadas do Sr. Nishimura, onde praticavam horticultura<sup>154</sup> (Ata 02/1963); reforma/reparo da cerca do pasto; aceitação de parentes de uma das famílias da comunidade como hóspedes, para que pudessem cursar o ginásio em Guaraçai-SP (Ata 03/1963); fornecimento de energia elétrica por uma hora durante o dia, atendendo a solicitação feita pelas mulheres, para que pudessem utilizar o ferro elétrico (Ata 04/1963); atendimento da solicitação do Prof. Fujisaki de que a comunidade aceitasse um jovem japonês que iria imigrar para o Brasil, o qual a comunidade designou que trabalharia na granja; decisão de iniciar a produção leiteira para auto consumo, pelo que a comunidade buscava adquirir vaca leiteira e, caso não fosse possível, adquiririam cabra, razão pela qual seria iniciada a plantação de pastagem (Ata 05/1963); doação de 50 contos de réis à Igreja Episcopal para auxiliar nas festividades em comemoração a seu 40º aniversário de evangelização e de 8 contos de réis à Associação de Guaraçai-SP como colaboração para a realização de evento esportivo de sumô e baseball infantil; aceitação de doação de 5 contos de réis mensais como pagamento de despesa de duas crianças que iriam ser recebidas pela comunidade para cursar o ginásio em Guaraçai-SP<sup>155</sup> (Ata 06/1963); doação de 10 contos de réis para construção do hospital em Guaraçai-SP e aceitação de um outro jovem como hóspede para que cursasse o ginásio em Guaraçai-SP (Ata 07/1964);

---

<sup>154</sup> Terras que hoje constituem a hataque.

<sup>155</sup> Feito pela família das respectivas crianças.



aceitação, com unanimidade, de novo membro no quadro de integrantes da comunidade<sup>156</sup>; aquisição de bomba para irrigação da horticultura (Ata 08/1964); a decisão de comprar um fogão à gás com o dinheiro deixado de presente pela filha de um casal da comunidade, que casou e foi para o Japão; a festa comemorativa dos 36 anos de existência da comunidade e do aniversário de dois integrantes que completavam 90 anos, com um jantar apenas para a comunidade e familiares (Ata 09/1992); a realização da festa de Natal (Ata 10/1992); solicitação para que alguém se deslocasse de suas atividades para substituir o filho do responsável pela granja, que estava desmembrando-se da comunidade para trabalhar em Álvares Machado-SP<sup>157</sup> (reunião convocada por solicitação do responsável pela granja) (Ata 11/1993); visita à comunidade de um ex-professor do reverendo Tamaki, da Igreja Episcopal de Pereira Barreto-SP, responsável pelo culto realizado na comunidade todo terceiro domingo de cada mês; situação de saída de muitos jovens da comunidade para trabalhar como dekassegui no Japão e os rumos que a comunidade tomaria dali em diante (Ata 12/1994), etc<sup>158</sup>.

Como podemos observar, os assuntos presentes nas atas que selecionamos entre as que tivemos acesso - que encontram-se traduzidas na íntegra nos Anexos deste trabalho, junto com xerox do original, em japonês - permitem-nos constatar a importância que a assembléia possuía/possui enquanto órgão máximo de decisão no seio da comunidade. Da programação de festas à aceitação de um novo integrante, da doação de dinheiro a alguma instituição à aceitação de dinheiro como pagamento de hospedagem, entre tantos outros assuntos, tudo era/é decidido através das mesmas. Nos primeiros anos da comunidade, a participação nas assembléias - seja em número, seja fornecendo alguma opinião - era muito maior. Com o tempo, porém, ela foi diminuindo e, atualmente, como pudemos observar, são poucos os membros que participam da mesma, e menos ainda os que participam ativamente. Como o princípio da **liberdade** é o que impera, não há como, nem porque, obrigá-los a comparecerem, tampouco a expressar sua opinião, quando presentes.

*"No início, você sabe, economicamente, estava atingindo mais ou menos uma meta. Pelo menos é mais fácil. E outra coisa, os primeiros cinco anos, tinha um objetivo mais ou menos comum: terminar aqueles cinco anos que nós participamos, depois adquirir*

---

<sup>156</sup> O referido integrante - Miyaniishi san - não se encontra mais na comunidade. Ele ingressou na comunidade em 1964 por vontade própria, onde permaneceu por cerca de dois a três anos, trabalhando no setor de horticultura. Após desmembrar-se da comunidade, arrendou terras para dedicar-se à horticultura na periferia de Guaraçaí-SP, casando-se em 1967. Dois anos depois, partiu para São Paulo, também para trabalhar com horticultura, onde veio a falecer anos depois.

<sup>157</sup> Mais tarde ele acabou emigrando para o Japão, para trabalhar como dekassegui.

<sup>158</sup> Os números colocados entre parênteses para identificar as atas referem-se apenas à ordem em que elas serão transcritas a seguir. Serve apenas para facilitar sua localização no texto por parte do leitor. Estas numerações nada têm a ver com os registros realizados pela comunidade.

*uma gleba nossa mesmo, não ficar dependendo aí do Sr. Nelson Rocha. Então isso, esse desejo era em comum. Então foi fácil, se concentraram assim com a maior facilidade. Agora, depois de mudar, o primeiro um ano, dois ano também não tinha problema. Você via. O resultado visual estava aparecendo: mais barracões, mais galinha. Depois compramos mais glebas de terras, um outro ânimo. Então, até aí tudo bem.*

*Agora, depois daí é que começa a ter os problemas. A renda, naturalmente, isso era em total, cada vez mais difícil. A avicultura também não continuou aquilo que era. Começou a aparecer aquelas doenças que até então não existia. Foi superado através da vacina, mas houve queda de produção. Depois o aumento da produção de outros estados também começou a influenciar na cotação também. E aquelas oscilações mais violentas, que até então não existia. E o custo de produção aumentando cada vez mais. Tanto é que quando nós começamos lá na nova comunidade, o rebanho com produção de 60% dava uma boa margem de lucro. 60% é em 100 galinhas uma produção de 60 ovos diários, era uma boa margem de lucro. Logo, 70 era o limite. Se não atingisse 70 já começava ... Tudo isso, então a margem de renda líquida automaticamente cai. Sem contar aquelas oscilações violentas. Isso era uma política da Cooperativa de Cotia. (...) Economicamente cada vez o limite mais limitado. Aí eles viviam pedindo satisfação. O que era fácil no início, começava a se tornar mais difícil. E, aquele estilo defensivo nosso, seguro, principalmente liderado pelo Shimizu, pressionava a juventude. Eles não suportavam." <sup>159</sup>*

Buscando compreender as causas da diminuição da participação entre os integrantes da comunidade nas assembleias - seja em número, seja em efetiva participação quando presentes - realizamos uma série de entrevistas com integrantes e ex-integrantes da comunidade, questionando sempre a pouca participação nas mesmas. As queixas foram recorrentes, e referiam-se, na maioria das vezes, ao fato delas serem sempre polarizadas pelas mesmas pessoas ou ainda ao fato de que, na verdade, poucos eram aqueles que utilizavam-se das assembleias para expôr seus problemas, em busca de uma solução partilhada/discutida por todos. Segundo eles, a maioria das pessoas não falava nada nas assembleias mas continuava queixando-se, em geral para serem ouvidos, sem que pudessem ser questionados. Outras queixas comuns foram de opiniões desacatadas/desautorizadas pela assembleia ou por algum integrante em especial, atritos ou descrédito diante de repetidas situações de aceitação da opinião sempre das mesmas pessoas.

---

<sup>159</sup> Depoimento do Sr. Walter Yukio Honma, em entrevista gravada em janeiro de 1996.

Quando questionamos o atual presidente sobre a opção pelas assembléias e a participação dos integrantes nas mesmas, ele nos declarou que *"foi decidido para fazer reunião todo mês, com todo mundo. E ali, se houver alguma coisa para discutir, discute, e para determinar. Mas geralmente a idéia de Shimizu san, meu pai e mais Miyazaki san, os velhos, a idéia deles que comandava. A voz mais forte era a do Shimizu san, falava 'Vamos fazer assim, assim'. E nós quase não falava nada. Por isso que até hoje na reunião ninguém fala. Então lança um problema lá e ninguém fala. Acho que ainda nós não aprendemos a fazer reunião."*<sup>160</sup>

Ao questionarmos uma das integrantes da comunidade, que atualmente não participa mais das assembléias, sobre sua participação em momentos anteriores, ela nos confessou que no começo participava, mas que não queria mais saber disso. Quando indagamos o motivo de sua desistência, ela foi taxativa:

*"Ah ! não adianta. Não adianta a gente dar palpite. É. Não adiantava a gente dar palpite. Então, todo mundo começou a não ir. Quem vai agora, quem ainda vai é a Reitan, a Hiroko san, né? Mas eu não quero saber disso ... Então, na parte da cozinha, quem que dava palpite era a (...), que era a mais velha 'É, por que não precisa, não é necessário ...' e não sei o que. Ah ! Se não adianta mais nem dar palpite então, nem em reunião a gente vai."*<sup>161</sup>

A participação dos jovens também tornou-se cada vez mais reduzida, seja em número, seja em participação efetiva. A justificativa apresentada por eles para tal ausência coincidia com aquela que tornou-se mais recorrente entre os demais, a polarização da reunião e a aceitação da opinião sempre pelas/das mesmas pessoas. De acordo com os depoimentos colhidos, não foram poucas as vezes em que a opinião de um jovem foi ignorada ou que seus planos - de ampliação das atividades em todos os casos - foram taxativamente negados pelos mais velhos.

*"O (...) mesmo foi uma das vítimas. Eu achei válido, concordei com o plano dele. Ele começou, tomou a iniciativa, pegou umas terras lá, em arrendamento, tinha os planos dele. Só que ele queria simplesmente um aval da comunidade para ele conseguir o financiamento. Tratar lá com os fazendeiros ele conseguiu. Até um fazendeiro me procurou:*

*- "Olha, eu gostei (...), eu acho muito válido. Eu tenho essas terras aí. Por que você não executa esse plano, que eu acho muito bom ..."*

---

<sup>160</sup> Depoimento do Sr. Shinobu Mori, em entrevista gravada em janeiro de 1993.

<sup>161</sup> Depoimento da Sra. Rosa Yoshiko Honma, em entrevista gravada em janeiro de 1993.

*Mas eu não consegui convencer nem o Shimizu e nem o Shigeshi. Também coincidiu que, no estatuto nosso, você deve ter visto, não permite a ninguém da Diretoria conceder aval para ninguém. Mas o Shimizu fez isso sem consultar ninguém. Um amigo dele, pediu para ele e ele deu a assinatura. Dele ou da firma, sei lá. (...) O cara pifou. (...) O Shimizu do jeito que ele é, quando ele soube que a coisa estava piorando, ele foi em cima, insistiu, insistiu e pelo menos tirou. A parte dele ele tirou. Vários amigos entraram nessa. Derrubou muita gente.*

*Nessa circunstância, como é que eu vou convencer o Shimizu a dar um aval para o (...) fazer uma proposta no Banco do Brasil, de financiamento. Não tinha nem condição. Não pude satisfazer o (...). Não por mim. Pelo menos eu pensei em ambas as partes. Ai pelo menos (...) eu (...) não machuco os demais. Senão eu tinha que brigar com eles, forçar eles. (...) Eu tinha que dar um pouco de razão para os velhos também, diante daqueles acontecimentos que teve sucessivamente para eles ali, ele tava, na situação dele também eu tenho que dar razão. Mas como eu vou fazer com que o (...) entendesse, outro jovem entendesse os problemas que surgiam assim constantemente." <sup>162</sup>*

A atitude de constante negação às inovações, ampliações de atividades, financiamentos bancários, etc adotada pelos mais velhos tem um fundamento que os mais jovens não vislumbravam e que os mais velhos não procuravam esclarecer, seja pela própria falta de diálogo - um fato observado ao longo do tempo em que permanecemos na comunidade - seja por acreditarem que o aprendizado decorre da experiência prática de cada um e, portanto, sob este ponto de vista, os jovens acabariam entendendo, por si só, os motivos que faziam com que os mais velhos tomassem tais posturas.

A posição de constante defesa/negação adotada pelos mais velhos era fruto da experiência do fracasso, das dificuldades econômicas e das privações que ela engendra. Tais recordações ainda estavam muito presentes em suas memórias, o que fazia com que eles temessem correr o risco novamente. A busca da auto-suficiência e, mais do que isto, da estabilidade, da segurança econômica, conduta impressa no próprio objetivo principal da comunidade, sempre esteve presente para os mais velhos, aqueles que haviam não só perdido tudo, como também passado fome em decorrência das manobras inconseqüentes de Issamu Yuba.

Esta situação vivenciada pelos mais velhos era um dado estranho aos mais jovens que, ao invés da defesa, buscavam o "ataque". Ao contrário dos mais velhos, os mais jovens tinham vontade de ampliar as atividades, de "lançar-se", de "arriscar-se". Vários

---

<sup>162</sup> Depoimento do Sr. Walter Yukio Honma, em entrevista gravada em janeiro de 1996.

planos de arrendamentos, ampliações das áreas de cultivo, financiamentos bancários etc foram apresentados pelos jovens à comunidade durante as assembleias. Quase sempre encontraram nos mais velhos - que constituíam a maioria dos integrantes da comunidade - uma barreira à sua concretização. Ao presenciarem a repetição destas cenas inúmeras vezes, os mais jovens acabaram inibindo-se, deixando de apresentar idéias à assembleia, de participar efetivamente delas ou mesmo - em grande número de casos - desistiram da própria comunidade e desmembraram-se<sup>163</sup>.

O depoimento de um dos integrantes da comunidade, quando questionado diretamente sobre o assunto, serve para reforçar nossas considerações:

*"Outro grande problema de cada vez menos participação da nova geração também surgiu por um fator que no momento a gente nem lembrava no início. A gente queria uma segurança e uma estabilidade, como eu já disse. Mas a segurança é muito importante, mas não é tudo da vida, a segurança. Defesa não é toda a vida, principalmente para os jovens (...). Nós esquecemos deste fator. Satisfez, eu acho que os mais velhos estão mais ou menos satisfeitos porque eles conseguiram a meta, conseguiram adquirir estabilidade. Mas não os jovens. Eles querem e também estão com a razão, eles procuram arriscar um pouco mais para melhorar o nível de vida. Agora estabilidade cabe muito bem para os mais velhos, e isto acontece em qualquer sociedade: conservador sempre são os velhos. Então isso também deve ser um dos grandes fatores de afastamento da participação dos jovens. E hoje em dia está como você viu, cada vez menos."*<sup>164</sup>

A comunidade, por sua vez, não assistiu à evolução deste quadro sem reagir. A primeira tentativa de solucionar o problema foi a proposta, apresentada em assembleia por Hisao Oyama<sup>165</sup>, em maio de 1972, de substituição da "Diretoria": os membros da "Diretoria" com idade igual ou superior a 50 anos deveriam abandonar seus cargos, para que os mais jovens pudessem assumir.

**- "Não, olha, está em tempo da gente entregar para outra geração. Então não seria interessante no momento ..."**

*A mocidade mesmo ficou até ... Queriam uma justificativa mais clara para essa mudança. Não houve explicação.*

**- "Não, porque é tempo de vocês. Tanta gente nesse mundo aí que assumem as coisas muito mais novo do que vocês. Vocês já estão com a idade até ultrapassada, em**

---

<sup>163</sup> Nossas considerações expostas acima basearam-se em observações e entrevistas onde abordávamos o assunto diretamente, tanto com membros da comunidade quanto com seus ex-integrantes.

<sup>164</sup> Depoimento do Sr. Walter Yukio Honma, em entrevista gravada em junho de 1992.

<sup>165</sup> Integrante da Comunidade Sinsei, falecido em 22.02.88.

*comparação com alguns ... O Kitahara quando pegou a administração das Alianças, ele ainda não tinha 30 anos. E ele não fez um bom trabalho ? Muitos de vocês já têm, já passaram dos 30, perto até dos 40. Por que vocês ainda não assumiram ? Já está em tempo ..."*

*A única explicação foi essa. Mas por que subitamente isto ? A maneira que surgiu essa idéia foi muito súbita para eles."*<sup>166</sup>

Porém, o que foi apresentado como uma preocupação em transferir a responsabilidade para os mais novos - que estranharam a atitude repentina de mudança - na verdade teve uma segunda intenção. O reverendo Fukashi Mori já começava a apresentar problemas de saúde e tornava-se cada vez mais claro que ele não permaneceria na presidência da "Diretoria" por muito tempo. Como temiam que tal cargo viesse a ser assumido por um dos integrantes da então "Diretoria", resolveram apresentar tal proposta, a fim de afastá-lo e, desta forma, não permitir esta possibilidade.<sup>167</sup>

Aceitando ou não tal justificativa, a assembléia acabou acatando a proposta e, dessa forma, destituiu-se a "Diretoria" então vigente e elegeu-se outra, composta pelos seguintes membros:

**Presidente:** Shinobu Mori; **Vice-Presidente:** Fumya Karasudani; **Secretário:** Akinore Tsuda ; **Vice-Secretário:** Kunyo Takagi; **Tesoureiro:** Paulo Shigeshi Shimizu; **Vice-Tesoureiro:** Kunyo Takagi.

A partir de então, as assembléias tiveram seu dia de realização alterado do primeiro domingo para a primeira segunda-feira de cada mês. Tal mudança deveu-se aos compromissos de realização de cultos aos domingos em outros locais, que o presidente possui junto à Igreja Episcopal, onde desempenha suas funções como pastor de visita<sup>168</sup>.

Como a "Diretoria" não tinha nenhum poder para, sozinha, tomar qualquer tipo de decisão, e como o direito de participação de todos os integrantes da comunidade não foi alterado, permaneciam as queixas de que, no final, eram os mais velhos que decidiam tudo. Dessa forma, a diminuição na participação nas assembléias, mesmo com a nova "Diretoria", continuou ocorrendo: *"não vinha ninguém para a reunião. Só os velhos. O restante não comparecia ninguém."*<sup>169</sup>

Diante desta situação a comunidade lançou mão de mais uma tentativa, propondo aos jovens que realizassem sua própria assembléia, em dia e horário definidos previamente,

---

<sup>166</sup> Depoimento do Sr. Walter Yukio Honma, em entrevista gravada em janeiro de 1996.

<sup>167</sup> Estas informações foram obtidas através de depoimentos de integrantes da comunidade. Reservamo-nos o direito de omitir seus nomes.

<sup>168</sup> Maiores detalhes serão fornecidos ao tratarmos do papel da religião no interior da comunidade.

<sup>169</sup> Depoimento do Sr. Walter Yukio Honma, em entrevista gravada em junho de 1992.

e sem a presença dos demais. Nessas assembléias eles poderiam discutir qualquer tipo de assunto sem nenhuma interferência e, após chegarem a um consenso, apresentá-lo-iam à assembléia geral, através de um representante eleito entre eles. O objetivo dessa proposta foi o de tornar os jovens mais integrados e, dessa forma, mais fortes. Assim, poderiam discutir nas assembléias em tom de igualdade com os mais velhos e, quiçá, convencê-los da viabilidade da proposta apresentada. Esta tentativa, por sua vez, não teve a repercussão desejada:

*"Nós achamos que talvez pelo fato de que os mais velhos tomam a frente, então que isso desincentivava. Então demos a sugestão de eles se reunirem em separado, e também sempre com o direito de se eles quiserem participar na assembléia, continuava idêntico. Nem assim não funcionou."*<sup>170</sup>

Além de reunir poucos jovens, estas assembléias foram organizadas pouquíssimas vezes e, mesmo assim, a maior parte das discussões giravam em torno de assuntos paralelos, como a organização para a realização de uma festa surpresa para os aniversariantes do mês de julho, entre os quais a integrante mais velha da comunidade, atualmente com 100 anos, Koshizo Kozuki.

Se a primeira tentativa pode efetivamente ter sido dotada de "segundas intenções" por parte de alguns integrantes da comunidade, a segunda refletiu uma clara preocupação em inserir os jovens nas discussões travadas, de fazer com que participassem/assumissem cada vez mais suas responsabilidades. Sem dúvida, foi uma atitude ousada, que não foi aproveitada por eles. É possível que optaram por perder esta oportunidade e continuar com as mesmas queixas/reclamações, até por ser esta uma atitude muito mais fácil de ser adotada, por estar menos sujeita à críticas e a riscos.

Diante de um quadro de franca evasão das assembléias, a opção do presidente não podia ser outra: a diminuição da frequência de sua convocação.

*"Tanto é que passou um bom período que durante o ano o Shinobu convocou somente uma ou duas reuniões, durante o ano inteiro. (...) O Shinobu andou pensando um pouquinho e deixou de convocar a reunião, até o momento que surgia um problema, um assunto necessário de decisão imediata, e se não era possível resolver com um ou dois, aí ele chamava, tentava chamar. Mas mesmo assim o aparecimento era mínimo. E está sendo pouco, mas ultimamente a participação tem até melhorado."*<sup>171</sup>

---

<sup>170</sup> Depoimento do Sr. Walter Yukio Honma, em entrevista gravada em junho de 1992.

<sup>171</sup> Depoimento do Sr. Walter Yukio Honma, em entrevista gravada em junho de 1992.

Esta prática adotada pelo presidente continua em vigor ainda hoje. Só se convoca uma assembléia quando há um assunto que realmente precisa ser discutido. Nestes casos, a esposa do presidente redige a convocação, com o horário da reunião e sua respectiva pauta, fixando-a no mural de avisos pela manhã. Desde que se optou por convocá-las somente quando os assuntos surgem, não há mais um dia pré-determinado para suas realizações. Em geral, elas ocorrem no dia em que a convocação é fixada no mural de avisos, sempre à noite, por volta das 20h30, após a conclusão do dia de trabalho, quando o berrante é tocado, anunciando que ela irá começar.

Durante o período em que permanecemos na comunidade, presenciamos cerca de cinco assembléias. Notamos que, em todas elas, logo após a leitura da pauta e a abertura da palavra aos presentes, um pesado silêncio pairava no ar. Os participantes demoravam a falar, todos aguardando que alguém se pronunciasse primeiro. No entanto, após alguém iniciar, mais pessoas expressavam sua opinião a respeito do assunto em pauta, estabelecendo-se, pois, uma discussão. Porém, normalmente eram sempre as mesmas pessoas que dela participavam ativamente. Outras, por sua vez, mesmo presentes em todas as reuniões, nunca opinavam, permanecendo sempre na expectativa. Alguns dos mais idosos, principalmente entre as mulheres, também permaneciam quietos, como se não tivessem contribuição a fornecer. Das reuniões que presenciamos, uma delas nos chamou a atenção, quer por envolver mais integrantes, quer por trazer - mesmo que "à força" - integrantes que já não participavam mais das reuniões. Referimo-nos à assembléia realizada em 06.01.93, relativa ao desmembramento do filho do responsável pela granja, inicialmente para trabalhar em uma fábrica de máquinas em Álvares Machado-SP (próximo a Presidente Prudente-SP) e, posteriormente, para trabalhar como dekassegui no Japão.

A pedido do responsável pela granja a reunião foi convocada em caráter de urgência, sob a alegação de que a ração disponível para o consumo das aves não daria até o final daquela semana. Dessa forma, a reunião foi solicitada para que se decidisse quem passaria a realizar as atividades que até então cabiam a seu filho: o preparo da ração destinada ao consumo das aves e dos suínos e sua distribuição entre os galpões da granja<sup>172</sup>, e as atividades que envolvem a manutenção de toda a granja.

A assembléia iniciou-se com cerca de 30 pessoas e sem a presença do responsável pela granja, embora ele próprio a tivesse solicitado, e em caráter de urgência. Após a abertura da palavra aos presentes, feita pelo presidente, um longo e pesado silêncio pairou

---

<sup>172</sup> A distribuição da ração utilizada pela suinocultura é feita por um dos trabalhadores que dedicam-se à atividade.



no ar. Ninguém apresentava nenhuma sugestão, ninguém se dispunha a ajudar, até porque todos estavam devidamente sobrecarregados para assumir mais esta responsabilidade<sup>173</sup>.

Quem mais falou foi o trabalhador da suinocultura. Até o ex-tesoureiro da comunidade, afastado do cargo por problemas de saúde<sup>174</sup>, dispôs-se a auxiliar na tarefa. O tempo passava e não se avançava na solução do problema. Decorrida uma hora de reunião e diante do mesmo quadro do início, a prima do responsável pela granja resolveu ir buscá-lo para que participasse das discussões, por sugestão de um dos presentes que reclamava do fato de que o maior interessado na solução do problema não estava presente.

Quando o mesmo apareceu trouxe novos dados, alegando que a ração daria até o início da semana seguinte. Observando que nenhum jovem se dispunha a assumir as tarefas de seu filho (como esperava), disse que ele próprio poderia realizar o serviço, desde que alguém se dispusesse a ajudá-lo a distribuir a ração. O mesmo silêncio pairou no ar. Cogitou-se, então, o nome do trabalhador assalariado da sede. O presidente da assembléia, responsável pelo referido trabalhador, informou que ele não poderia ser deslocado de seus afazeres cotidianos para este tipo de atividade definitivamente, mas que ambos o auxiliariam a realizá-la. Cogitou-se ainda a contratação de um outro trabalhador assalariado para a sede. Porém, além de ser difícil contratar alguém que atendesse às necessidades da comunidade, esta contratação dependia das disponibilidades do caixa, que andava cada vez mais baixo.

Outro assunto que nos chamou a atenção - embora não tenhamos tido a oportunidade de presenciarmos a assembléia - foi o relativo à saída dos integrantes da comunidade para trabalharem como *dekassegui* no Japão. O assunto veio à tona com a saída do último dos jovens que trabalhavam na fruticultura, após desentendimento com o responsável pelo setor.

---

<sup>173</sup> Um outro fator que também pesou sobre este silêncio foi a própria história que envolvia o responsável pela granja na comunidade. De acordo com depoimentos de seus integrantes, ele havia saído da comunidade - jurando nunca mais voltar - no início da década de 70, para trabalhar em terras de parentes, em Rio Ferro-MT, com cultivo em larga escala de seringueira, em um projeto incentivado pelo governo. O projeto acabou falindo e ele teve que retornar a São Paulo. Passou por muitas dificuldades, adoeceu seriamente e, sem poder trabalhar, levou sua família a passar por muitas dificuldades (na ocasião ele tinha seis filhos, dois dos quais menores de cinco anos). A comunidade, sabendo de suas dificuldades, convidou-os a retornar *até que ele se restabelecesse* e pudesse voltar a trabalhar novamente. Porém, ele nunca mais saiu, tornou-se o responsável pela granja por sua própria conta - "destituindo" o trabalhador que até então dedicava-se àquela atividade - e em nenhum momento se dispôs a ajudar - nem ele nem sua família - a comunidade nas várias dificuldades pelas quais vem passando. Soubemos inclusive que ele propôs encerrar a avicultura, questionando se "*não era para fazer isso mesmo?*" Nenhum de seus filhos permanecem trabalhando na comunidade. Também sua mulher - alegando não gozar de boa saúde - realiza apenas atividades auxiliares na cozinha - limpeza e corte de verduras e legumes para algumas das cozinheiras e preparo de verduras e legumes para serem comercializados na feira em Guaraçai-SP e/ou na quitanda/mercearia em Ilha Solteira-SP. Quer nos parecer que o próprio casal só continua na comunidade porque não foi convidado por nenhum dos seis filhos para sair da comunidade e ir morar com eles.

<sup>174</sup> Falecido em 01.07.93.

De acordo com os registros anotados em ata (Ata 11/1994) e com depoimentos de seus integrantes, muitos apresentaram seu ponto de vista acerca de uma situação de constante diminuição do quadro de integrantes, por desmembramentos e por falecimentos. Embora bastante inquietos/inseguros frente a tal quadro, eles chegaram à conclusão de que, por pior que as coisas possam parecer, mais cedo ou mais tarde a nova geração - integrantes e ex-integrantes - será forçada a tomar uma atitude. Da mesma forma que eles saíram da Comunidade Yuba sem nada e conseguiram atingir seus objetivos, também a nova geração saberá escolher o melhor caminho a trilhar, no momento em que esta escolha se fizer necessária. Caberia a eles aguardar tal desfecho, certos de que, boa parte deles, não o presenciariam.

Mesmo diante de tantos e tão variados impasses, a comunidade continua encontrando na assembléia o melhor caminho para a sua auto-condução, e tendo no respeito à **liberdade** - da participação e da não-participação - o ponto de apoio para a aceitação desta não-participação como um direito de cada um.

É ainda o Sr. Walter Yukio Honma quem fornece uma outra interpretação à diminuição na participação nas assembléias. Sob seu ponto de vista, a comunidade preocupou-se em garantir que todos tivessem o direito de expressar sua opinião livremente, mas esqueceu-se de que este direito pressupunha um dever - o de ouvir. Desta forma, o diálogo não pode ser estabelecido, o que acabou acarretando uma série de conflitos que culminaram na saída de muitos de seus membros, e na prática da abstenção por parte de outros tantos, com relação às decisões para a sua melhor condução.

Aprender a aceitar as diferenças, a perdoar os erros do próximo - mesmo quando estes erros o atingem diretamente - conduta indispensável para uma boa convivência comunitária, pressupõe um ato de grande fundo religioso. É por isso, pois, que a religião constitui-se em um dos três alicerces que sustentam a comunidade. É este papel que procuraremos entender e desvendar.

## **8.2. A religião**

A religião é um alicerce de grande importância para a comunidade. É possível até que seja o mais importante. Enquanto a assembléia constitui o *locus* das decisões administrativas, a religião cristã anglicana, à qual estes imigrantes converteram-se desde sua chegada ao Brasil, constitui-se no fio condutor das decisões e da conduta espiritual. É ela que imprime um sentido todo especial às atitudes de seus integrantes, se não todos, pelo

menos para uma boa parte deles. Este fato pode ser comprovado no depoimento do atual reverendo da comunidade: "*Numa vida íntima, comunitária como é a nossa, é fundamental o sentido religioso*"<sup>175</sup>. Porém, um dado a torna significativamente diferente da assembléia: enquanto na primeira a responsabilidade está dividida igualmente entre todos os integrantes da comunidade, na religião sua condução está a cargo do reverendo e de sua esposa. Nos primeiros anos, esta responsabilidade esteve a cargo de Fukashi e Kikue Mori. Atualmente, ela está sob a responsabilidade de Shinobu e Nobuko Mori.

Sua importância remonta aos tempos da antiga Comunidade Yuba, onde eram realizados cultos sempre que Shigueru Yuba - reverendo e irmão de Issamu Yuba - encontrava-se na comunidade ou, em sua ausência, pelo próprio Issamu Yuba. De acordo com depoimentos de seus integrantes, houve época, na antiga Comunidade Yuba, em que Issamu Yuba reunia todos os integrantes para falar sobre filosofia e ideologia, expondo idéias daqueles que alicerçavam sua conduta. Através da importância dada à religião, transmitia-se aos integrantes da comunidade noções sobre o espírito de comunhão, perseverança, capacidade de perdoar os erros do próximo e de saber conviver com as diferenças. Em parte, era através dos ensinamentos religiosos que muitos perdoavam a conduta - e os erros - de Issamu Yuba, o que fazia com que a comunidade seguisse seu caminho em busca da concretização do ideal de seu líder, o qual muitos já haviam incorporado para si.

Se na Comunidade Yuba a religião já possuía um papel importante, na nova comunidade ela passou a desempenhar um papel ainda maior. Foi o próprio reverendo Fukashi Mori quem organizou e coordenou a primeira reunião realizada por ela, sendo eleito o presidente da assembléia, através do voto de todos os integrantes, cargo que assumiu até seu afastamento, quando da passagem dos cargos da "Diretoria" aos mais novos. Conscientemente ou não, ele assumiu também o papel de **líder espiritual**, tendo sido apontado como o responsável pela organização/sustentação da comunidade, sobretudo nos primeiros anos de sua existência.

*"É, ele era o líder da gente. Sempre através da Bíblia. Ele era, antes do Shinobu tian ser pastor, assim, era ele quem fazia a missa. O Mori san no odissan. Todo domingo à noite tinha missa. Daí o Shinobu tian, ele recebeu a ordem, e daí que ele passou para o filho."*<sup>176</sup>

---

<sup>175</sup> Depoimento do Sr. Shinobu Mori, em entrevista realizada em fevereiro de 1992.

<sup>176</sup> Depoimento de Rosa Yoshiko Honma, em entrevista gravada em janeiro de 1993.

O depoimento acima, e o de seu filho, Shinobu Mori ao analisarmos a assembléia, já transcrito, ilustram bem o papel que ele desempenhava junto a comunidade.

Além de trabalhar na horta diariamente, o reverendo Fukashi Mori realizava o culto todos os domingos à noite, onde através dos sermões, dava sustentação aos problemas vivenciados pela comunidade em sua fase de construção. Para tal, era importante frisar a necessidade do respeito ao próximo e da aceitação de suas diferenças. Assim, aos poucos ele foi consolidando a nova conduta espiritual da comunidade, conduta esta que, por outro lado, trás consigo um problema maior.

O respeito ao próximo e a constante aceitação de seus erros acabou ocasionando a falta de diálogo que, por sua vez, impediram/dificultaram (e continuam impedindo/dificultando ainda hoje) um relacionamento mais aberto entre as pessoas. Durante o tempo em que permanecemos na comunidade, observamos que as pessoas conversavam sobre várias coisas, mas jamais apontavam os problemas que viam ou sequer os discutiam entre si. Ao longo do tempo fui conquistando a confiança da maioria dos integrantes da comunidade e, à medida em que isto ia ocorrendo, eles passavam a confidenciar-me suas angústias e seus sentimentos sobre o comportamento de alguns integrantes.

As queixas variavam de pessoa para pessoa, mas coincidiam entre si: a conduta "autoritária" de integrantes que julgavam-se sempre certos; integrantes que ditavam ordens mas não explicavam como queriam que a atividade fosse realizada e, quando a mesma não saía a contento, ridicularizavam os que a realizaram e mandavam que refizessem, sem nova explicação; pessoas que trabalhavam "muito menos" do que outras; pessoas que se ausentavam demais da comunidade, entre outras. Como tais queixas eram recorrentes e referiam-se sempre às mesmas pessoas, questionamos aos "queixantes" se, em alguma ocasião, eles haviam tentado conversar com estas pessoas e procurar esclarecer o problema, posto que, pelo menos em alguns casos, parecia-nos que uma boa conversa resolveria a questão. A resposta era sempre a mesma: todos, sem exceção, diziam que cada um deveria descobrir, por si só, seus defeitos, seus erros e que, cabia a eles aceitá-los como eram e aguardar que os mesmos tomassem consciência do que estavam fazendo<sup>177</sup>.

---

<sup>177</sup> Em certa ocasião deparei-me com uma situação que me desagradou e, como possuía liberdade com as pessoas envolvidas, achei por bem falar-lhes. A reação foi a pior possível, culminando com o estremecimento no relacionamento. Embora tratassem-se de adolescentes que, via de regra, "sempre têm razão sobre qualquer assunto", a atitude adotada revelou-nos a falta de preparo para ouvir, que o Sr. Walter Yukio Honma já havia salientado.

Se, por um lado, a conduta incentivada através da religião, permite uma vivência comunitária, por outro ela inibe o diálogo entre os integrantes e, de certa forma e a nosso juízo, o que foi pensado para facilitar tal vivência acaba dificultando-a.

Além dos cultos, o reverendo Fukashi Mori introduziu também o teatro sobre passagens bíblicas, encenados nas festividades de Natal e dirigidos por ele próprio e por sua esposa, os quais contavam com a participação de boa parte dos integrantes da comunidade, sobretudo dos mais jovens.

Quando o reverendo Shinobu Mori ordenou-se e assumiu as tarefas até então realizadas por seu pai (que afastou-se ao começar a apresentar problemas de saúde), houve a necessidade de alteração do dia e horário dos cultos, que passaram a ser realizados às quintas-feiras nos finais de tarde. Isto ocorreu porque o reverendo Shinobu Mori passou a assumir algumas responsabilidades junto à Igreja Episcopal, as quais lhe consomem um certo tempo, sobretudo aos domingos, quando vai realizar cultos, como pastor de visita, em Pereira Barreto, Guaimbé, Primeira Aliança<sup>178</sup> e Araçatuba (cidades do interior de São Paulo) e Curitiba-PR, respectivamente, no primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto domingo de cada mês.

À medida que os desmembramentos começaram a tornar-se mais constantes, o reverendo passou a assumir mais atividades na comunidade, o que acabou acarretando a diminuição da frequência dos cultos, que passaram a ser realizados na comunidade apenas três vezes por mês à noite, toda primeira e quarta quinta-feira - sendo que nesta última trata-se de um estudo bíblico - e todo terceiro domingo do mês. Participam da realização destes, dois reverendos não integrantes da comunidade: um do Bairro das Alianças no município de Mirandópolis-SP (reverendo Shimokuwaya<sup>179</sup>) para os cultos realizados às quintas-feiras e outro, do município de Pereira Barreto-SP (reverendo Tamaki), para os cultos realizados aos domingos. Em todos os casos o reverendo Shinobu Mori, da comunidade, apenas os auxilia no que se fizer necessário, sem, no entanto, assumir sua condução. Todos estes cultos são realizados no refeitório da comunidade.

Os cultos realizados na primeira quinta-feira do mês são mais simples. Nestes não há comunhão, mas apenas orações, leitura de uma passagem da Bíblia e sermão feito pelo reverendo. Já o realizado no terceiro domingo do mês é mais completo, havendo inclusive a comunhão. Nas quartas quintas-feiras do mês realiza-se ainda um estudo bíblico, orientado pelo reverendo Shimokuwaya, das Alianças. Estes são realizados à noite e sem a sua

---

<sup>178</sup> Nesta Paróquia realiza pela manhã a Escola Dominical, retornando à comunidade logo em seguida.

<sup>179</sup> Este reverendo encontra-se hospedado na Comunidade Yuba.

presença. Nestas ocasiões os membros presentes realizam a leitura de um trecho previamente indicado e, em seguida, passam a escutar uma fita gravada pelo reverendo, explicando-o.

O atual reverendo da comunidade alega ter dificuldade para pregar para aqueles com quem convive desde criança, razão pela qual optou por convidar dois reverendos de fora para auxiliá-lo em sua tarefa:

*"Todos aqui me conhecem, nós fomos criados juntos, é muito ruim falar, pregar. Por isso que eu estou aproveitando esses reverendos de fora (...) Eu chamo o pastor lá da Aliança para a primeira quinta-feira do mês. E na quarta quinta-feira do mês faço estudo bíblico dirigido por aquele pastor. Em compensação, eu tenho que ir na Igreja dele no terceiro domingo, geralmente. Porque no terceiro domingo o culto vai ser à noite aqui. Então de manhã eu tenho tempo, então eu vou para lá. Quer dizer que tem culto na primeira quinta-feira, terceiro domingo e quarta quinta-feira tem ofícios religiosos."*<sup>180</sup>

Além de ser o responsável pela atividade de serviços gerais <sup>181</sup>, pelo auxílio na realização dos cultos na Comunidade Sinsei e pelas atividades junto à Igreja Episcopal, o reverendo Mori realiza, em sua casa, um estudo bíblico com as jovens nas noites de segunda à sexta-feira, do qual sua esposa também participa. Toda noite é realizada a leitura de um capítulo da Bíblia e, após concluída, o reverendo faz um breve sermão (que tem mais um caráter de reflexão), a fim de explicá-la. A leitura da Bíblia é feita em português, e cada uma das jovens tem a sua própria Bíblia, onde anotam as informações que julgam necessárias, bem como onde a leitura parou. Sua esposa, porém, acompanha a leitura através de um Bíblia em japonês. O sermão é realizado em japonês, língua na qual o reverendo sente-se mais à vontade para pregar. Em seguida, passam para a parte de cânticos - em português e/ou em japonês - acompanhado por fitas que servem para aprender a melodia.

Aos domingos pela manhã, por volta das 8h00, é realizada, no barracão de criação do bicho-da-seda, a Escola Dominical. Trata-se de uma espécie de culto simplificado, composto por alguns cânticos, leitura de um trecho bíblico e sermão explicativo, o qual congrega crianças e jovens da comunidade. Nos domingos em que o reverendo está na

---

<sup>180</sup> Depoimento do Sr. Shinobu Mori.

<sup>181</sup> O reverendo possui como atividade principal o trabalho na oficina, consertando os tratores, o carro e a perua Kombi de usos da comunidade. No entanto, sempre que necessário - e não são poucas as vezes - interrompe seus serviços para realizar os reparos de que a comunidade necessita, tais como sujeira na chama do fogão a gás, problema nos chuveiros dos banheiros, etc. Para realizar suas atividades o reverendo é auxiliado por um trabalhador assalariado ("gaijim"), que muitas vezes igualmente precisa interromper seu trabalho para atender o pedido de algum dos integrantes da comunidade, sobretudo das senhoras que se revezam no trabalho da cozinha.

comunidade, é ele quem a realiza. Nos demais esta tarefa cabe a sua esposa<sup>182</sup>. Em algumas noites de domingo os membros da comunidade reúnem-se no refeitório, escutam um sermão gravado e cantam alguns cânticos religiosos, todos em japonês, acompanhados pela esposa do reverendo.

É responsabilidade do reverendo da comunidade também a realização de cerimônias religiosas - de casamento e/ou de falecimento - e da parte religiosa das festividades de Natal<sup>183</sup>, esta última composta por um culto realizado antes da parte dos quadros de dança, e pelo teatro sobre uma passagem bíblica. Nestas ocasiões ele também conta com a participação dos reverendos que normalmente o auxiliam em suas atividades religiosas junto a comunidade.

Além das atividades religiosas desenvolvidas na própria comunidade, as jovens também participam, no período das férias escolares de julho, de Escolas Bíblicas de Férias (EBFs) realizadas pela Igreja Episcopal. Estas EBFs correspondem a um estudo bíblico concentrado, dividido em três momentos distintos: um destinado à leitura e discussão de um trecho da Bíblia previamente selecionado pelos organizadores; um destinado ao culto e, por fim, um terceiro para as atividades recreativas. O período de duração varia de três a cinco dias, podendo o mesmo ser realizado em período parcial ou integral. No tempo em que permanecemos na comunidade chegamos a acompanhar/participar de duas EBFs, uma realizada em Pereira Barreto-SP<sup>184</sup> e outra na Primeira Aliança, em Mirandópolis-SP. Segundo depoimentos de seus integrantes, durante a década de 70 a Comunidade Sinsei sediou uma destas EBFs.

Da mesma forma que na assembléia, também a estas atividades religiosas não são todos os integrantes que comparecem. Há pessoas que comparecem aos dois eventos<sup>185</sup>, outras que comparecem apenas a um deles e ainda outras que não comparecem a nenhum. No entanto, mesmo não reunindo todos os membros da comunidade durante o culto, a religião, sem dúvida, é um importante fator de coesão do grupo, sobretudo ao ensinar sobre *"a importância de perdoarmos os erros dos próximos, principalmente aqueles que nos atingem diretamente"*.

---

<sup>182</sup> Fomos informados de que este culto não tem sido realizado ultimamente.

<sup>183</sup> Falaremos sobre este assunto ao analisarmos as **atividades de cultura e lazer**.

<sup>184</sup> Nesta ocasião permanecemos no alojamento da Igreja durante a realização do mesmo, retornando à comunidade após seu término.

<sup>185</sup> Às assembléias e aos cultos religiosos.

### 8.3. O caixa comum

Constituindo-se na terceira haste do tripé de sustentação da comunidade, a opção pelo caixa comum surgiu de uma decisão adotada desde a primeira assembléia, como já mencionamos no capítulo anterior. Porém, como não optaram pela centralização em um líder que concentrasse as decisões e o dinheiro da comunidade, a forma de condução/administração do caixa adotada pela antiga Comunidade Yuba foi totalmente modificada.

Além da concentração de poderes exclusivamente nas mãos de Issamu Yuba, e da forma totalitária/autoritária com que ele o exercia, um outro fator de grande importância para a falência da antiga Comunidade Yuba foi a falta de controle financeiro de seu líder. Issamu Yuba, como já ressaltamos, possuía uma excelente capacidade de realizar projetos pioneiros e de colocá-los em prática, mas não possuía bom senso com relação às finanças. Gastava seu dinheiro à revelia e das mais variadas formas, pois sempre contava com a certeza de safar-se da situação, através de um Kami Kazê. Porém, quando o Kami Kazê falhou, a falência não pode ser evitada.

Buscando evitar a repetição deste quadro, a comunidade optou por uma nova forma de administração não só no que diz respeito à escolha e à forma de condução das atividades, mas também ao caixa comum. Na ausência de um líder, não haveria mais ninguém com plenos poderes sobre ele. A igualdade de direitos na participação nas assembléias ampliou-se a partir daquele momento, também ao caixa: todos possuem direitos iguais sobre o mesmo, podendo retirar a quantia que julgarem necessária para atender suas necessidades individuais, já que aquelas básicas/comuns são atendidas comunitariamente.

Como a realização de saques sem o devido controle acabaria ocasionando uma situação de instabilidade, tal qual a da antiga Comunidade Yuba, a comunidade achou por bem designar alguém para controlá-lo e, assim, evitar que ele "entrasse no vermelho". Ao formar a "Diretoria", a assembléia elegeu também um tesoureiro responsável por tal controle.

Todo o dinheiro proveniente da comercialização de sua produção destina-se ao caixa comum. Dali é retirado o dinheiro para a aquisição de mantimentos, vestuário, calçados, medicamentos, gastos com a educação dos jovens e adultos (assinatura de jornais e revistas japonesas), instrumentos de produção, sementes, adubos, pesticidas, etc



comunitariamente. Caso haja alguma necessidade individual não satisfeita, cabe ao integrante adotar as medidas necessárias para providenciar tal satisfação.

O tesoureiro possui a tarefa de administrar o caixa, reservando o dinheiro necessário para os gastos de primeira necessidade da comunidade, através do controle de suas receitas e despesas. Não cabe a ele o direito de julgar a necessidade de nenhum dos integrantes. Estes, por sua vez, só não terão suas solicitações atendidas, caso não haja dinheiro disponível para atendê-la no momento.

Tal prática, por si só, já difere integralmente do sistema adotado pela antiga Comunidade Yuba, onde não havia abertura para satisfação de necessidades individuais, como ressalta uma de suas ex-integrantes:

*"Ah ! No Yuba não tinha disso. No Yuba era assim. Esse negócio de sair para a cidade também não deixava não. Não deixava ninguém sair dali para passeio assim sozinho assim. Por exemplo, que nem a garotada que vai agora sábado de noite assim e domingo, esse negócio não existia naquele tempo. Na cidade também era assim. Não é que nem agora, não. Esses dias que começou a surgir essas lanchonetes e não sei o que. Até uns anos aqui não tinha disso também. Então antigamente, no tempo do Yuba, essas diversões era ó, nada, nada. Zero. Só que tinha uma coisa. O reverendo Yuba tinha aquele projetor de filme 16 mm, de vez em quando ele deixava na comunidade do Yuba, aonde a gente morava lá naquela comunidade. Então em Guaraçai também tinha um cine de 16 mm, então o turco emprestava para a gente, os filmes né ? Aí a gente assistiu bastante filme americano. Isso era a única diversão. E o baseball. Mas o resto ..."*<sup>186</sup>

Os primeiros tempos foram difíceis para a comunidade, face as dificuldades econômicas pelas quais a fazenda passava. Desta forma, o controle por parte do tesoureiro devia ser bem mais rígido, já que o dinheiro que entrava não era suficiente para atender às suas necessidades básicas. Além disso, havia o objetivo de economizar o máximo possível para poder comprar uma gleba de terras para trabalharem em benefício próprio, com o término do prazo de cinco anos que haviam estabelecido para permanecer na fazenda, como abordamos no capítulo anterior. O depoimento de uma das integrantes da comunidade revela bem tal passagem:

*"Ah ! então, a gente economizou de tudo. Por exemplo, não tinha luxo nenhum. Até hoje não tem luxo nenhum, né ? Mas a gente fazia o mais possível para não estar comprando ... Bom, faltar coisa para comer assim, na cozinha assim, não podia né ? Para*

---

<sup>186</sup> Depoimento da Sra. Rosa Yoshiko Honma, em entrevista gravada em janeiro de 1993.

*não comprar, não estar comprando porcaria, essas coisas que não era necessário né ? A gente foi economizando até que conseguimos esses dez alqueires."*<sup>187</sup>

Diante deste quadro o tesoureiro não poderia exercer outra forma de controle sobre o caixa se não com muita rigidez, atitude que desagradava a muitos jovens que, na época, por exemplo, solicitavam dinheiro para a aquisição de material para a realização de trabalhos escolares. Sem saber com detalhes que tipo de trabalho seria feito e que tipo de material seria necessário, o tesoureiro não liberava o dinheiro solicitado. Seu intuito era evitar o gasto desnecessário de dinheiro e, assim, conseguir concretizar o objetivo da comunidade o mais rápido possível.

Em entrevistas realizadas com ex-integrantes da comunidade, foram comuns as queixas relativas a esta postura adotada por ele. Alguns inclusive declararam ter saído da comunidade por não agüentar ter que ficar se "humilhando" ao tesoureiro toda hora, para pedir dinheiro para comprar o material necessário a fim de que pudessem realizar os trabalhos escolares solicitados pelas professoras. Alegavam, ainda, que sua postura se dava de forma diferenciada de integrante para integrante, insinuando a existência de uma atitude discriminatória e/ou protecionista.

O que os jovens não conseguiram compreender foi o fato de que o controle rígido sobre o caixa, exercido pelo tesoureiro, tinha por único objetivo evitar que as necessidades individuais de alguns integrantes prejudicassem as necessidades comuns da nova comunidade, ou ainda, que gastos desnecessários e sem controle viessem a ocasionar uma nova falência. Tanto é que a maioria dos investimentos em melhorias realizados pela comunidade foram feitos com recursos próprios. Foram poucas as vezes em que a comunidade recorreu a um empréstimo bancário para a realização de algum empreendimento e, quando isto ocorreu, ela possuía total controle da situação e uma certa folga no caixa, garantia de que teria como honrar o compromisso assumido junto ao Banco. A experiência da falência da antiga Comunidade Yuba assustava não só ao tesoureiro como a todos aqueles que a vivenciaram. E como os mais jovens não conseguiam compreender tal atitude, os conflitos eram inevitáveis.

Uma prova que encontramos, a qual mostrava que a intenção do tesoureiro nunca foi "proteger e/ou prejudicar" ninguém, foi a confecção dos balancetes contábeis para circulação interna. Desde o início da comunidade os balancetes foram realizados, ficavam à disposição dos integrantes para conhecimento/averiguação, porém eles não circulavam. Todas as receitas e despesas do mês feitas pela comunidade eram registradas neste

---

<sup>187</sup> Depoimento da Sra. Rosa Yoshiko Honma, em entrevista gravada em janeiro de 1993.

balancete. Ao término de cada mês, o tesoureiro fechava-o e, após apresentá-lo em assembléia, passou a entregá-lo para circulação entre as famílias, de forma a que todos tomassem ciência da movimentação financeira do mês. Ao término de cada ano ele preparava também o balancete anual, o qual funcionava como um resumo da movimentação da comunidade. Tal prática havia sido iniciada após uma decisão tomada em assembléia, fruto de inúmeras queixas com relação à postura adotada pelo tesoureiro. Decidira-se, então, iniciar sua elaboração para circulação, a fim de que as pessoas pudessem verificar a forma como o caixa estava sendo administrado, evitando, assim, novas reclamações/insinuações infundadas.

Para que possamos verificar a forma como o mesmo era elaborado, bem como a movimentação financeira da comunidade durante um mês, iremos analisar, a seguir, o balancete contábil referente ao mês de fevereiro/1991, o qual encontra-se traduzido na parte de Anexos deste trabalho, junto com xerox do original, em japonês<sup>188</sup>.

Tal balancete iniciava com a discriminação das receitas da comunidade por setor (horticultura, fruticultura, avicultura, roça - em geral, tanto da hataque quanto da sede - suinocultura, quitanda/mercearia em Ilha Solteira-SP e diversos - aposentadorias, oficina, óleo de gema de ovo (feito na época pela camponesa que trabalhava na suinocultura) e queijo). Em seguida, passava a discriminar as despesas (em total geral), dividindo-as da seguinte forma: despesas com **vivência** (alimentos, vestuário, higiene, medicamentos, educação - escolar, revista, jornal - e diversos); com **administração/produção** (escriturário, óleo e combustível, peças e acessórios, energia elétrica, diversos/pessoal); com **administração/produção por seção** (horticultura, fruticultura, suinocultura e pecuária leiteira), com **ração** (ave adulta e pintainhos) e o **movimento bancário** (saldo anterior, depósitos, saques e saldo atual, nas contas que possuíam junto às agências do Bradesco, Banco do Brasil e Caixa Econômica Estadual, em Guaraçai-SP). Por fim, abria uma outra seção para a discriminação das despesas, setor por setor. Tratava-se de um balancete bem detalhado, que não deixava margem para dúvidas sobre "gastos indevidos", já que tudo - de uma caneta a uma peça de trator - era devidamente anotado e computado.

Da análise deste balancete, pudemos verificar que, do total das receitas da comunidade - para o referido mês/ano - a avicultura e a horticultura representaram as principais fontes de renda, com 44,99% e 41,6%, respectivamente. Em terceiro lugar veio a receita registrada como "diversos" (face a renda obtida com as aposentadorias), com

---

<sup>188</sup> Trata-se, infelizmente, do único exemplar ao qual tivemos acesso.

5,84%. O quarto lugar ficou com a fruticultura, com 5,34% e, o quinto, com quitanda/mercearia em Ilha Solteira-SP, com 2,78%<sup>189</sup>.

Já entre as despesas, verificamos que a **administração da produção por seção** foi a que consumiu a maior parte da renda, 40,56% do total, dos quais 38,81/96,69%<sup>190</sup> apenas pela horticultura. Das seções discriminadas, a pecuária leiteira foi a que proporcionalmente menos consumiu, com apenas 0,29/0,73%, sendo seguida da fruticultura, com 0,30/0,73%. Tais dados revelam que, de fato, a fruticultura é muito mais rentável à comunidade do que a horticultura (nesta, o saldo real foi de 2,79/6,87%).

A segunda maior despesa - em termos gerais - derivou dos gastos com **administração e produção**, com 20% do total, dos quais os dois maiores gastos corresponderam a despesas com óleo e combustível e peças e acessórios, respectivamente, 7,72/38,58% e 6,63/33,17% e, o menor, foi o relativo às despesas com pagamento de trabalhadores diaristas, com 0,06/0,28%, o que prova tratar-se de uma comunidade camponesa por excelência, que remunera poucos trabalhadores, apenas para auxiliá-la na complementação de suas atividades.

A terceira maior despesa decorreu de gastos com **vivência**, com 14,78% do total. Destes, 5,16/34,89% corresponderam a vestuário - o que pode ser compreendido pelo fato de tratar-se de um mês de regresso escolar, havendo a necessidade de aquisição de novas roupas/calçados para uso escolar: dos Cr\$-157.977,00 gastos com vestuário, Cr\$-65.485,00, 2,14/41,45% do total, foram gastos com jovens em idade escolar. O segundo maior gasto foi realizado com a educação, com 2,72/18,42%, sendo que dos Cr\$-83.394,00 gastos, Cr\$-11.635,00, 0,38/13,95%, corresponderam a material escolar. Vale a pena ressaltar que como os jovens estudam todos na mesma escola - e alguns até na mesma classe - boa parte do material escolar é reaproveitado ou utilizado conjuntamente, pelo que devemos relativizar sua pequena participação neste item. Além disto, vale ressaltar que a comunidade ainda computa como gastos com educação, despesas como contribuição com Igreja, gratificação ao serviço prestado pelo reverendo Tamaki (de Pereira Barreto-SP), pagamento de anuidades do Clube de Guaraçá<sup>191</sup> e da Associação de Futebol, taxa paga à

---

<sup>189</sup> Ao analisarmos as somas dos valores constantes nos balancetes notamos que há diferença em quase todos os itens. Tal diferença pode ser fruto de erro na realização da soma - feita com o soroban (espécie de calculadora) - ou uma espécie de "perdas e danos". Como tratam-se de dados antigos, utilizados apenas para demonstrar a movimentação financeira em um mês e para que possamos ter uma idéia da forma como a comunidade gasta suas receitas, utilizamos estes dados da forma como eles aparecem no balancete.

<sup>190</sup> O primeiro valor tem por base para cálculo o valor presente no total geral, indicando sua participação nos gastos realizados como um todo. O segundo, tem por base para cálculo o valor presente no total do setor, indicando sua participação nos gastos efetuados pelo setor do qual faz parte.

<sup>191</sup> A comunidade associou todos os jovens a esse clube, para que eles possam divertir-se. Em geral eles aproveitam bastante os bailes realizados pelo clube, onde os associados não pagam para entrar.

Rikko Kai<sup>192</sup> e até a conta telefônica. O terceiro maior gasto relativo a este item decorreu da aquisição de medicamentos e, a julgar pelo seu montante, 2,44/16,52% do total, tudo indica ter tratado-se de um surto de gripe. Vale a pena ainda ressaltar que, destes, 37,17% foram gastos com reposição dos estoques da "farmácia" da comunidade. A quarta maior despesa foi a realizada com a aquisição de **ração para as aves**, 13,82% do total.

Como já informamos, para garantir os gêneros de primeira necessidade, a comunidade organizou um almoxarifado, formado por diversos itens, tais como material de escritório, escolar, de limpeza, de higiene, remédios de uso comum e roupas/calçados para uso no trabalho, entre os quais botas plásticas, botinas de couro e calças/camisas costuradas pelas próprias camponesas da comunidade.

Para a satisfação das necessidades individuais de seus integrantes, a comunidade possui uma conta nas lojas que compõem o pequeno comércio de Guaraçaí-SP. Os integrantes da comunidade que necessitarem de algo que estas lojas possuam, devem realizar suas compras e solicitar a emissão da nota fiscal. Em seguida entregam-na ao tesoureiro, para que ele efetue o pagamento. É necessário apenas consultá-lo antes sobre a possibilidade de realização de tal gasto, a fim de evitar que o caixa entre no vermelho por imprudência.

Nos casos em que o produto requerido não tenha sido encontrado no comércio em Guaraçaí-SP, ou nos casos de viagens - onde o integrante necessita levar uma certa quantia para suas despesas pessoais e/ou para qualquer tipo de emergência - o integrante deve solicitar o dinheiro ao tesoureiro e, depois - caso tenha adquirido algum produto - apresentar-lhe a nota fiscal, para arquivo e eventual consulta feita por algum integrante da comunidade.

O dinheiro só é negado pelo tesoureiro se a quantia requerida não estiver disponível no caixa no momento. Mesmo assim, é praxe estabelecer uma negociação e adiantar uma pequena quantia ou destinar o primeiro dinheiro disponível em caixa para atender a tal solicitação. De qualquer forma, vale ressaltar, não há um limite de retirada pré-estabelecido. Como relata um dos integrantes da comunidade, os direitos são iguais, mas as necessidades diferem de pessoa para pessoa:

*"Então o limite ali é somente assim, fica a critério do tesoureiro estipular o limite, de acordo com a altura do caixa, porque a obrigação dele é não deixar estourar a caixa, então existe o limite nesse sentido, mas não existe o limite assim de um tirar mais, outro*

---

<sup>192</sup> A Associação Ultramarina japonesa, que preparava os jovens para emigrarem para o Brasil, conforme abordamos no terceiro capítulo deste trabalho.

*tirar menos, não existe porque a retirada é feita assim através da necessidade, a necessidade não é em comum. Essa é a maneira."*<sup>193</sup>

Tal depoimento pode ser materializado na análise do balancete, onde o item que melhor serve de exemplo para comprovar este fato é o de vestuário/calçado. Nele podemos verificar a aquisição de um mesmo item duas ou três vezes, a preços diferentes.

Porém, se por um lado esta prática encanta aqueles que observam a comunidade de fora, de outro ela acaba por reprimir seus integrantes, pelo menos aqueles que com ela se preocupam. Embora a retirada seja livre a todos os integrantes indistintamente, embora não hajam limites para sua realização, na prática esta liberdade acaba servindo de impedimento para a concretização de um determinado gasto. Muitas vezes eles deixam de satisfazer um desejo pessoal por pensar que outros podem estar precisando de algo "mais necessário". O depoimento a seguir ilustra bem este fato:

*"É uma coisa sabe, que a vida comunitária assim, por exemplo, a gente, esse negócio de fazer compra é livre né? Pode comprar o que quiser, é tudo livre, mas eu não sei não. A gente sente uma certa dificuldade né? A gente mesmo às vezes pensa. Esse negócio de dinheiro é muito sujo, viu? Só mesmo as pessoas que tiveram essa vida comunitária desde o Yuba, a gente ainda tolera, mas os de lá para cá, é muito difícil."*<sup>194</sup>

Este sistema de administração do caixa comum adotado pela comunidade é considerado pelo Sr. Manoel Rodrigues Marques - ex-administrador da Fazenda 320 e ex-Prefeito do município de Guaraçai-SP - como uma forma de pressão/prisão, o que, de certo modo, coincide com a visão que acabamos de expôr:

*"A Sinsei, o que eu observei com um pouco de detalhe, não é com detalhe, eu não vi os detalhes, mas com ver a lógica das coisas, o sistema de tesouraria. Não sei se você chegou a esse ponto, mas a tesouraria lá era exercida com gaveta aberta. Você ia na tesouraria ou lá na gaveta e você apanhava o que você queria, se você tivesse desejo de comprar alguma coisa você podia. Eu achei que isso era uma forma de prisão, uma forma de ninguém pegar. Se você não pegou, eu não pego, o outro não pega, ninguém põe a mão naquele tesouro. Então é uma forma não sei se racional, inteligente ou, quem bolou isso, uma forma de pressão, só sei que esse caixa ficava lá liberado mas não era bem liberado, porque não havia assim, repartido."*<sup>195</sup>

Por outro lado, aqueles que praticam a liberdade pregada pela comunidade, de respeito às necessidades individuais, são muitas vezes criticados por integrantes da

<sup>193</sup> Depoimento do Sr. Walter Yukio Honma, em entrevista gravada em junho de 1992.

<sup>194</sup> Depoimento colhido na comunidade.

<sup>195</sup> Depoimento do Sr. Manoel Rodrigues Marques, em entrevista gravada em janeiro de 1995.

comunidade, por estarem realizando gastos desnecessários. Estas críticas, presentes ainda hoje no seio da comunidade, eram mais marcantes no período em que o balancete mensal circulava normalmente, razão pela qual o seu final foi visto com bons olhos por boa parte dos integrantes da comunidade. O depoimento a seguir reforça este fato:

*"É. É porque fulano comprou uma coisa mais cara que a gente. Sempre a gente é assim. Por isso, em certo ponto, parece que foi melhor acabar." <sup>196</sup>*

Além desta prática de satisfação das necessidades individuais de seus integrantes, seja através dos gastos realizados nas lojas do pequeno comércio de Guaraçaí-SP, seja através da retirada de dinheiro no caixa comum, a comunidade fornece a cada um deles como "ordenado", uma quantia simbólica - em dezembro de 1994 era fornecido R\$-5,00 - para que o mesmo, ao sair para a cidade, possa realizar pequenos gastos sem ter que "pendurar na conta" da comunidade.

Mesmo com todos estes problemas, o caixa comum e sua forma de gerenciamento constitui-se em um importante pilar do tripé sob o qual a comunidade está alicerçada. Não concordamos com a interpretação apresentada pelo Sr. Manoel Rodrigues Marques, embora reconheçamos que ela respalda-se na realidade. Porém, a nosso juízo, os problemas que este tipo de administração comporta - e não negamos que eles existam - devem-se ao fato dele ter sido pensado/organizado por um grupo que não se preocupou em repassá-lo - por difusão oral - à geração mais nova, por acreditar que, mais cedo ou mais tarde, eles acabariam entendendo-o. E isto pode ser dito tanto sobre o caixa quanto sobre a própria (u)topia da vida comunitária por eles vivenciada. A falta de diálogo entre as gerações, de modo a transmitir/(re)construir o conhecimento, a experiência, a própria vivência comunitária é que constitui-se, a nosso juízo, em um importante fator gerador da crise pela qual a comunidade vem passando, e sobre a qual nos deteremos ao analisarmos o quadro atual da comunidade.

Nenhum destes pilares podem ser interpretados como "castradores" das atitudes dos integrantes da comunidade. Ao contrário, o problema está na interpretação que se faz deles - tanto da atitude dos mais velhos nas assembléias, quanto do sistema de gerenciamento do caixa comum - e não na assembléia e/ou no caixa. Até porque eles continuam garantindo a sustentação necessária para a realização das atividades **de produção, de serviços e de comercialização** às quais a comunidade dedica-se e às atividades **de cultura/lazer** que pratica. É sobre estas atividades e a articulação dos espaços/territórios que produzem, que procuraremos analisar e interpretar.

---

<sup>196</sup> Depoimento colhido na comunidade.

## **9. A ESTRUTURA TERRITORIAL**



Levando em conta especialmente os ensinamentos do Professor Fujisaki, sobretudo no que diz respeito à importância de um plano organizativo para o bom andamento de uma propriedade agrícola - o shikumi - a comunidade buscou selecionar as atividades às quais passaria a se dedicar da melhor forma possível. Tal escolha teve por objetivo obter o máximo de aproveitamento da força de trabalho de seus camponeses, a maior integração possível entre as atividades escolhidas e, por fim, o máximo de diversificação entre as mesmas, de modo a garantir a maior parte dos alimentos que consomem e, assim, evitar o quanto possível a dependência com relação ao mercado, seja no que diz respeito à venda de um único tipo de produto, seja no que diz respeito à aquisição dos gêneros de que necessita. Desta forma, ela evitaria parte da subordinação aos preços por ele ditados, podendo inclusive aproveitar melhor o dinheiro obtido com a comercialização de sua produção.

As atividades econômicas desenvolvidas pela comunidade podem ser divididas em três grandes blocos: as atividades **de produção, de serviço e de comercialização**. As atividades **de produção** são responsáveis pelo fornecimento de boa parte dos gêneros agrícolas que a comunidade consome e, ainda, mediante a produção de alguns gêneros destinados ao mercado, pelos recursos obtidos para a aquisição daquilo que necessita mas que não produz. Tudo indica que estamos diante de um processo de produção simples de

mercadoria (M->D->M)<sup>150</sup>. As atividades **de comercialização**, por sua vez, garantem a obtenção destes recursos da melhor forma possível, seja através da venda direta ao consumidor, seja vendendo a terceiros ou ainda, em alguns casos, entregando parte da produção a um intermediário. Já as atividades **de serviço**, são responsáveis pelo bom andamento da comunidade e de seus integrantes e ainda, em algumas épocas do ano, garantem alguns recursos extras (através da **comercialização**) ao caixa da comunidade.

Via de regra, ao atingirem a idade escolar, as crianças já começam a ampliar a sua concepção e inserção no universo camponês através das formas de relacionamento com a terra e com os instrumentos de produção. Nos primeiros anos escolares - da 1ª à 4ª série do 1º grau - elas são deixadas mais à vontade, sendo requisitadas esporadicamente para auxiliar em tarefas simples, tais como carpir, ajudar a colher alguma fruta ou verdura, coletar ovos, ajudar na arrumação do refeitório para as refeições, etc. Todas estas atividades são realizadas na própria sede da comunidade, havendo diferenciação entre as atividades realizadas pelas meninas e pelos meninos. Enquanto as meninas concentram-se mais nas atividades da cozinha e da granja, os meninos passam a auxiliar na colheita de frutas e verduras, na carpa, etc. Há casos, porém, em que tais tarefas são realizadas por meninos e meninas conjuntamente, prática que, com o avanço da idade, torna-se cada vez mais rara, concretizando, a partir de então, um processo de divisão do trabalho por sexo, sobretudo a partir da década de 80.

Ao atingirem a idade de 11 anos eles assumem determinadas tarefas, responsabilizando-se por sua realização diariamente, sem, é claro, que tais atividades venham a prejudicar seus desempenhos escolares. Via de regra, a partir desta idade, os meninos passam a trabalhar na roça da hataque e as meninas na granja e nos serviços de apoio à cozinha.

Nos primeiros anos da comunidade, quando ela contava com um maior número de jovens, os rapazes auxiliavam em todas as atividades da hataque, aprendendo a realizar as mais variadas tarefas. Só então fixavam-se em um determinado setor. À medida em que a maioria destes jovens - pelos problemas já apontados nos capítulos anteriores - foram desmembrando-se da comunidade, a geração mais nova passou a iniciar suas atividades na hataque diretamente na fruticultura, sob os cuidados do responsável pelo setor. A partir de então, eles só deslocam-se de suas atividades para auxiliar os outros setores (horticultura e produção de cereais) em casos de necessidade. As meninas, por sua vez, permanecem fixas nos setores da granja e de apoio à cozinha, aprendendo a realizar, aos poucos, todas as

---

<sup>150</sup> Da forma como foi descrita por Karl MARX em O Capital.

diversas atividades que as compõem. Nos primeiros anos de existência da comunidade, muitas jovens deslocavam-se também para a hataque para auxiliar nos períodos de pico (plântio/colheita de alho/cebola, colheita de arroz, etc). Havia, inclusive, naquela época, moças que trabalhavam direto na hataque, principalmente no setor de horticultura.

Para o desenvolvimento de suas atividades econômicas, sejam elas **de produção, de serviço** ou **de comercialização**, os camponeses organizam-se ora **individualmente**, ora **comunitariamente**, sendo esta última a forma mais comum. Para a escolha das equipes de trabalho - nos casos em que há possibilidade desta divisão - eles gozam de total liberdade, dentro das condições que acabamos de expôr. Além disso, uma vez tendo escolhido uma das equipes/atividades e não se adaptando à(s) mesma(s), é possível deixá-la(s) e escolher outra, (equipe/atividade) sem que sofram qualquer tipo de represália.

As atividades comunitárias **de produção** sempre possuem uma pessoa que se torna responsável pelas decisões de ordem administrativa e por sua orientação/supervisão. É comum que o responsável apenas indique/oriente a atividade a ser realizada, interferindo muito pouco no modo como os componentes da equipe desenvolvem o seu trabalho.

Para realização das tarefas cotidianas destas atividades os camponeses possuem total liberdade e autonomia. Seus responsáveis devem consultar a comunidade, através das assembléias, apenas no caso de alguma mudança significativa como, por exemplo, o aumento ou redução da área de cultivo de algum gênero agrícola, aumento ou redução de algum dos rebanhos, aquisição de algum tipo de maquinário, etc, sobretudo se ela for causar grandes gastos/redução de receitas.

As atividades **de produção** realizadas **comunitariamente** pela comunidade são a avicultura poedeira, a roça da hataque (formada pela horticultura, fruticultura e produção de cereais); a pecuária leiteira e a suinocultura. Já as realizadas **individualmente** são o trato do cafezal; a plantação de gengibre, almeirão e cabotchã; a horta de salsinha e cebolinha verde (estas últimas constituindo a roça da sede) e a sericicultura, esta última recebendo o auxílio, nos momentos de pico, de outros membros da comunidade.

Tomando por base o destino de sua produção, tais atividades diferenciam-se ainda em dois grupos. De um lado, um grupo formado pelas atividades às quais a comunidade dedica-se com o objetivo de comercializar a produção e consumir apenas o excedente (já deliberadamente produzido) e que engloba a roça (em 90% de sua produção, tanto na hataque como na sede), a avicultura poedeira e a sericicultura. De outro, um grupo formado pelas atividades às quais a comunidade dedica-se com o objetivo de consumir a produção e

comercializar o excedente (quando ele existir), e que engloba a pecuária leiteira, a suinocultura e uma pequena parte da roça.

Entre as atividades **de serviço** realizadas **comunitariamente**, somente o setor de serviços gerais (oficina mecânica/carpintaria e outras) possui um responsável. Trata-se do reverendo da comunidade, o qual não aceita a idéia do "pastor profissional", que só vive para o culto: *"O pastor deve trabalhar como todos, no cabo da enxada, no volante do trator ... na hora do culto, preside a oração"*<sup>151</sup>. Nas demais atividades, quais sejam, a cozinha e atividades afins (atividades de apoio à cozinha e de preparo para a semana de trabalho) e as atividades gerais (atividades de apoio à comercialização, de limpeza e gerais) as integrantes gozam de total autonomia de ação. Apenas no caso da cozinha é que a equipe - formada atualmente por seis senhoras - divide o serviço por duplas, cabendo a cada uma das quais cozinhar para toda a comunidade, durante uma semana, quando então uma nova dupla assumirá a tarefa. Já as atividades **de serviço** realizadas **individualmente** são os serviços domésticos - tais como a limpeza das casas, a lavagem das roupas de uso diário da família, costuras, o trato dos jardins, etc.

Por fim, para a realização das atividades **de comercialização**, seus responsáveis organizam-se ora **comunitariamente** - para o caso da feira, sendo que, uma vez por semana, recebem o auxílio de outros trabalhadores da comunidade - ora **individualmente**, para o caso da remessa de produtos à quitanda/mercearia em Ilha Solteira-SP, da distribuição de ovos, etc.

Durante a década de 70 a comunidade pode também expandir seu raio de ação para além de seus limites geográficos, através da participação de um de seus integrantes em um programa de desenvolvimento agrícola e fixação do homem no campo. Este programa foi realizado pela Prefeitura Municipal de Guaraçaí-SP, durante os mandatos dos ex-Prefeitos Manoel Rodrigues Marques e José Hamilton, em convênio com a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo e o IPPH - Instituto de Pesquisa e Promoção Humana.

Além das atividades econômicas, a comunidade dedica-se também a atividades **de cultura e lazer**, de forma a proporcionar a seus integrantes totais condições de crescimento e desenvolvimento, não apenas espiritual, mas também intelectual e físico.

Na parte cultural, destina grande atenção à educação - incentivando e fornecendo condições a seus integrantes mais jovens de freqüentarem a escola até o 2º grau<sup>152</sup>,

---

<sup>151</sup> Depoimento do Sr. Shinobu Mori, em reportagem publicada pela Revista Manchete na década de 70.

<sup>152</sup> No início, a comunidade arcou também com as despesas para curso de nível superior de três integrantes. Porém, com o desmembramento dos três jovens, acabou interrompendo esta prática. Maiores detalhes serão fornecidos no item sobre educação, no final deste capítulo.

fornecendo aulas de japonês e/ou assinando uma série de jornais e revistas em língua japonesa (produzidos no Brasil e no Japão) e portuguesa. Na parte relativa ao lazer, dedica-se à realização de festividades - religiosas, de casamento, em comemoração aos aniversários da comunidade ou de alguns de seus membros, principalmente os mais idosos - e à recreação, com espaços para a realização de jogos de futebol e voleibol e com uma série de jogos em sua biblioteca, como quebra-cabeças, dominó, xadrez, baralho, etc. Promove também passeios a açudes/cachoeiras em propriedades próximas à comunidade (feitos pelos jovens), "Pic Nics" e passeios a várias localidades, estes últimos feitos apenas pelas senhoras da comunidade que participam da Fujin Kai - Associação das Senhoras da Colônia Japonesa de Guaraçaí-SP, etc.

Para que possamos ter uma idéia mais exata sobre a forma de organização da comunidade para a realização das atividades mencionadas, passaremos a descrevê-las, uma a uma, levando em conta o significado comunitário da atividade e sua forma de organização (o total de camponeses que agrupa, a rotina e a jornada de trabalho) e o destino da produção<sup>153</sup>. Para uma melhor explanação deste item, as atividades serão agrupadas da seguinte forma: as atividades **de produção, de serviço, de comercialização**, as atividades **externas** à comunidade e as atividades **de cultura e lazer**. Por fim, falaremos sobre a organização da moradia dos integrantes e a hospedagem dos visitantes. Na parte final deste trabalho retomamos estas atividades ao analisarmos a forma como, geograficamente, a comunidade vai organizando, produzindo e (re)produzindo seus espaços e territórios, através da realização destas atividades.

## **9.1. AS ATIVIDADES DE PRODUÇÃO**

### **9.1.1. AVICULTURA POEDEIRA**

#### **9.1.1.1. O significado comunitário da atividade**

Seguindo os ensinamentos do Professor Fujisaki, a comunidade buscou na avicultura poedeira a **atividade combustível** necessária para a integração entre as diferentes

---

<sup>153</sup> Estes três últimos itens para o caso das atividades econômicas.

atividades desenvolvidas. A **atividade combustível** constitui-se na principal atividade desenvolvida em uma propriedade agrícola e, como tal, deve contar com um mercado seguro, o que é mais facilmente alcançado se se trata de um gênero de primeira necessidade. A avicultura, por possuir um mercado instável, de certo modo fogia um pouco a tais orientações, porém, no caso da comunidade, dois fatores contribuíram para que esta viesse a se transformar em sua **atividade combustível**: de um lado, a experiência que já possuíam desde os tempos da Comunidade Yuba e, de outro, o fato de também dedicarem-se à horticultura que, por sua vez, requer uma quantidade de matéria-orgânica maior, a qual passaria a ser fornecida pela avicultura. Sendo assim, dedicam-se à avicultura para a obtenção do esterco, que é utilizado como adubo orgânico na roça - principalmente pela horticultura - para a comercialização dos ovos e para o consumo do descarte de ovos<sup>154</sup> e aves fora da fase de postura<sup>155</sup>. Desta forma, a avicultura é uma atividade que fornece não só as condições para que a comunidade possa dedicar-se a outras atividades, mas também o suprimento de uma parte da alimentação dos camponeses que a compõem. O dinheiro obtido com a comercialização da produção é reinvestido na própria atividade para melhorias nas instalações, aquisição de ração, medicamentos, compra de pintainhos ou ainda investido em outras atividades de produção e/ou na aquisição de gêneros para o consumo da própria comunidade, etc. Trata-se, pois, de uma das atividades que compõe o grupo das quais o destino da produção é a comercialização, com consumo apenas do excedente (deliberadamente produzido), caracterizando-se, pois, pelo processo de produção simples de mercadoria (M->D->M).

A avicultura podeira também caracteriza-se por ser a atividade em que as jovens são iniciadas na economia camponesa propriamente dita. Todas elas, ao atingirem a idade de 11 anos, começam a trabalhar na granja, auxiliando nas mais variadas tarefas que a compõem: coleta de ovos, classificação e embalagem, distribuição da ração, ensacamento do esterco para a roça e a transferência das aves da granja de criação para a granja de postura.

Dentre as atividades de produção da comunidade como um todo, a avicultura é a segunda a ocupar o maior número de trabalhadores, sendo superada apenas pela roça. Entre as atividades de produção desenvolvidas na sede, ela é a que mais trabalhadores ocupa. São oito ao todo, divididos da seguinte forma: um responsável pelo setor; uma responsável pela criação dos pintainhos até próximos do início da postura (aproximadamente 90 dias) e seis

---

<sup>154</sup> Ovos trincados e/ou pequenos demais para serem comercializados.

<sup>155</sup> Estas últimas também são comercializadas na própria comunidade com a vizinhança de baixo poder aquisitivo.

que cuidam das demais atividades (distribuição da ração, coleta, classificação e embalagem dos ovos, coleta do esterco e transferência das aves das granjas de criação para as de postura). Eles também são auxiliados, em determinados momentos, por outros integrantes da comunidade e/ou pelo trabalhador assalariado que trabalha normalmente na oficina<sup>156</sup>. A distribuição da produção é feita por dois outros membros da comunidade que dedicam-se principalmente a este tipo de atividade.

#### 9.1.1.2. A organização da produção: as atividades e a jornada de trabalho

A avicultura poedeira possui três áreas, sendo duas de criação e uma de serviço, todas localizadas na sede: a **granja de criação**, a **granja de postura** e a **fábrica de ração**. A **granja de criação** é composta por sete galpões, distribuídos da seguinte forma: um fechado e com pouca ventilação, onde os pintainhos permanecem por 12 dias; um outro mais aberto, composto por gaiolas com capacidade para 35/40 aves, onde elas permanecem até atingirem 45 dias e onde começam a ficar mais em contato com o meio ambiente externo e cinco totalmente abertos, compostos por gaiolas com capacidade para quatro aves, onde permanecem até completarem 90 dias. A **granja de postura** é composta por 37 galpões, compostos por gaiolas individuais, todos com as mesmas características, onde as aves permanecem produzindo até o momento do descarte. A **fábrica de ração** (onde a ração é preparada) é composta por um galpão com um triturador/misturador e duas amplas caixas de armazenagem para a ração já disponível para o consumo das aves<sup>157</sup>.

As atividades que compõem a avicultura poedeira podem ser agrupadas da seguinte forma: a criação dos pintainhos até os 90 dias, a transferência das aves da **granja de criação** para a **granja de postura**; o preparo e distribuição da ração em depósitos localizados entre os galpões que formam a **granja de postura**; a distribuição da ração dos depósitos nos comedouros das aves; o ensacamento do esterco para uso na hataque; a coleta, classificação e embalagem dos ovos; a distribuição da produção, feita através da venda direta ao consumidor - na feira em Guaraçai-SP e na quitanda/mercearia em Ilha Solteira-SP - da entrega a alguns estabelecimentos comerciais, também em Guaraçai-SP e Ilha Solteira-SP ou ainda da venda à Distribuidora de Frutas e Ovos Guaraçai Ltda (antiga Avícola Pinheiros) e o supervisionamento do setor.

---

<sup>156</sup> Esta era a disposição da equipe até outubro de 1993. Após este período houve a saída de mais três das seis camponesas que dedicavam-se à maior parte das atividades, o que deve ter alterado a rotina de trabalho na mesma.

<sup>157</sup> A ração utilizada pela suinocultura também é preparada neste local.

A jornada de trabalho para estes camponeses varia de acordo com a atividade que desenvolvem. O responsável pela granja bem como a responsável pela criação dos pintainhos dirigem-se ao local várias vezes ao dia para a supervisão, ou seja, verificar se falta ração ou água, ver se há pintainhos/galinhas doentes e/ou mortas, etc. As seis trabalhadoras que dedicam-se à distribuição da ração, coleta, classificação e embalagem dos ovos trabalham na granja quatro jornadas diárias: das 7h00 às 7h30 e das 14h30 às 15h00 para a distribuição da ração nos comedouros; das 10h30 às 12h00/12h30 e das 16h00 às 17h30 para a coleta, classificação e embalagem dos ovos. No total, dedicam-se às atividades cerca de cinco horas diárias. Ressalte-se, todavia, que este horário não é rígido, podendo ampliar-se ou reduzir-se de acordo com a produção e/ou o número de trabalhadoras presentes.

Há ainda atividades que não são realizadas diariamente, como é o caso do ensacamento do esterco (realizado apenas uma vez por semana), do preparo e distribuição da ração nos depósitos localizados entre os galpões da granja de postura, (realizado duas vezes por semana, sendo gastas para tal 4 horas semanais) e ainda a distribuição da produção (realizada quatro vezes por semana<sup>158</sup>).

### **9.1.1.3. A atividade propriamente dita**

#### **9.1.1.3.1. Criação dos pintainhos**

A criação dos pintainhos é realizada na **granja de criação**. O trabalho é realizado por apenas uma pessoa em jornada integral, a qual, nos períodos de menor intensidade de trabalho, faz também a carpa em volta dos galpões, zelando assim por sua limpeza.

Os pintainhos são adquiridos da Agropecuária Noroeste do Brasil Ltda - "Agronorba", empresa de Birigui-SP, que os entrega à comunidade com um dia de vida e já vacinados contra as doenças Marek e Bouda. A periodicidade de aquisição dos pintainhos bem como o lote adquirido tem variado em função do número de pessoas que dedicam-se à atividade. Há alguns anos atrás, época em que havia mais trabalhadoras na granja, eram adquiridos cerca de 2.200 pintainhos a cada vez, de três em três meses. Atualmente, devido ao número cada vez mais reduzido de pessoas para dedicarem-se à atividade, são adquiridos apenas 1.300 pintainhos por vez, de quatro em quatro meses. Em agosto de 1993 a

---

<sup>158</sup> Há uma exceção feita para o caso dos estabelecimentos comerciais em Guaraçai-SP e que, porventura, se encontrem fechados no ato da distribuição. Trataremos disto ao falarmos sobre a distribuição da produção.



comunidade contava com cerca de 6.000 aves em fase de postura e mais 1.300 pintainhos adquiridos no início daquele mês pelo preço unitário de Cr\$-37.714,00 (CR\$-37,71), num total de Cr\$-49.028.200,00 (CR\$-49.028,20), o equivalente a US\$ 592,55<sup>159</sup>.

Inicialmente os pintainhos são colocados em um galpão todo fechado, com pouca ventilação e pouco contato com o ambiente externo, onde permanecem por doze ou treze dias. Durante este período exigem muito cuidado, pois como são mantidos todos juntos, qualquer contaminação poderá ocasionar a morte por doença de todo o lote. Enquanto permanecem neste barracão recebem alimentação continuamente, composta por ração tipo "A", a qual era adquirida da Cooperativa Agrícola de Cotia - CAC em Mirandópolis-SP. À noite as lâmpadas do galpão permanecem acesas para aquecê-los, principalmente nas noites mais frias.

Transcorridos os doze ou treze primeiros dias, as aves são vacinadas contra a doença New Canaster e transferidas para um galpão mais aberto. A partir de então elas passam a entrar mais em contato com o ambiente externo, para que comecem a criar resistência às intempéries, apesar deste galpão ainda contar com uma certa proteção. Permanecem aí até atingirem 45 dias aproximadamente. Nesta fase as aves são mantidas em gaiolas com capacidade para 35/40 unidades (**foto 08**). Nos períodos de maior calor diminui-se a quantidade de aves por gaiola, para evitar mortes. Quando atingem trinta dias elas têm a composição de sua alimentação alterada, passando então para uma mistura de concentrado tipo "B" e milho triturado, na proporção de 40% e 60%, respectivamente.

Decorridos 40/45 dias elas são novamente realocadas para os galpões externos totalmente abertos ("ao tempo"), onde permanecem até atingirem 90 dias aproximadamente, época em que estão próximas a iniciar a fase de postura. Nesta fase as aves são colocadas em gaiolas com capacidade para quatro aves (**foto 09**). O objetivo de deixá-las cada vez mais expostas às intempéries é o de fazer com que, paulatinamente, passem a adquirir resistência e, desta forma, não criem dependências em relação aos medicamentos aconselhados pelos fornecedores dos pintainhos. Neste local elas também irão adaptar-se ao tipo de tratamento que passarão a receber doravante. Ao atingirem 75 dias têm novamente sua alimentação alterada, a qual passa a ser definitivamente composta por uma mistura de concentrado tipo "C" e milho triturado, também na proporção de 40% e 60%, respectivamente.

As aves também recebem medicação anti-verme misturada à ração durante quatro vezes - aos 40, 70, 90 e 120 dias - até iniciarem a fase de postura. Após, não recebem mais

---

<sup>159</sup> Para o cálculo utilizamos o valor médio do dólar para o mês de agosto de 1993 (CR\$ 82,74).

nenhum outro tipo de medicação. O responsável pelo setor relata que utilizar toda a medicação recomendada pelos fornecedores dos pintainhos não altera, em nada, a capacidade produtiva das aves: "*É preciso tratar bem, dar ração direitinho. Só isso*"<sup>160</sup>.

As maiores perdas, quando ocorrem, concentram-se sobretudo nos primeiros dez/doze dias, enquanto os pintainhos ainda estão no primeiro galpão. Em geral decorrem do fato de já virem fracos e/ou doentes do local de origem ("Agronorba"), não resistindo ao ambiente ao qual são expostos. Tratam-se às vezes de perdas de, aproximadamente, vinte pintainhos por lote, o que equivale a 1,5% do total. A responsável pela criação deve ficar atenta ao desenvolvimento dos mesmos pois, ao perceber qualquer sinal de doença e/ou debilidade imunológica, deve retirá-los do ambiente e sacrificá-los antes que contaminem os demais, sobretudo quando trata-se da presença de uma doença transmissível. As mortes após esta primeira fase são ocasionais e ocorrem apenas por acidentes tais como enforcamento (as aves ficam com a cabeça presa entre as grades) e/ou asfíxia (as aves engasgam com a ração e não tomam água).

O esterco produzido nesta granja em geral é utilizado nas hortas existentes na sede, ou ainda como adubo para as plantas dos jardins das casas.

Após decorridos cerca de 90 dias (três meses), as aves estão próximas a iniciarem a fase de postura. São, então, transferidas da granja de criação para a granja de postura, onde recebem os cuidados especiais do responsável pelo setor, até que efetivamente iniciem a postura.

Nos intervalos entre uma criação e outra, a responsável pela **granja de criação** auxilia também em outras atividades: possui uma horta próxima à sua casa, onde cultiva alguns produtos para uso exclusivo da comunidade no preparo de comidas típicas japonesas, tais como o coniacu<sup>161</sup>. Auxilia também nos serviços da cozinha, sobretudo às quintas-feiras no preparo do udom<sup>162</sup>; aos sábados/domingos, no preparo do café das tardes de domingo; no preparo de comidas para as festividades e no preparo semanal do tofu<sup>163</sup> para ser comercializado na feira.

---

<sup>160</sup> Depoimento do Sr. Kunio Takagi, responsável pela avicultura poedeira.

<sup>161</sup> Espécie de batata utilizada no preparo de um prato de mesmo nome.

<sup>162</sup> Macarrão à moda japonesa.

<sup>163</sup> Queijo feito à base de soja.

### 9.1.1.3.2. Transferência das aves da granja de criação para a granja de postura

Esta atividade é realizada por toda a equipe que trabalha na granja (inclusive pelo trabalhador assalariado que trabalha na sede), e leva cerca de quatro horas para ser concluída<sup>164</sup>. Inicia-se por volta das 7h00 e normalmente dura até as 12h00 ou 12h30<sup>165</sup>. O responsável pelo setor, o trabalhador assalariado e a responsável pela **granja de criação** iniciam o trabalho enquanto as demais dirigem-se ao local somente após a distribuição da ração nos comedouros da **granja de postura**.

As aves são retiradas uma a uma das gaiolas da **granja de criação** e colocadas em outras, especiais para o transporte. São, ao todo, dez gaiolas com quatro repartições cada, sendo que em cada uma destas repartições cabem cinco aves. São, pois, transportadas cerca de duzentas aves a cada vez.

Para agilizar o serviço, os trabalhadores dividem as tarefas entre si: quatro deles retiram as aves das gaiolas; dois carregam-nas até o trator, enquanto outros dois acomodam-nas nas gaiolas para o transporte. De tempo em tempo o trator é levado mais próximo ao galpão de onde as aves estão sendo retiradas, para facilitar o serviço dos trabalhadores (**foto 10**).

Uma vez preenchidas todas as gaiolas, as aves são transportadas até a **granja de postura**, onde irão ficar definitivamente. Começa, então, a última fase desta atividade, que constitui-se na retirada das aves das gaiolas de transporte e sua realocação nas gaiolas individuais da granja. Novamente quatro deles ficam responsáveis pela retirada das aves das gaiolas - desta vez as de transporte; dois deles ficam responsáveis por sua acomodação nas gaiolas definitivas e dois responsabilizam-se por apanhar as aves retiradas das gaiolas de transporte e entregá-las aos trabalhadores que as acomodam nas gaiolas definitivas (**foto 11**). Terminado o lote transportado retorna-se à granja de criação e a atividade recomeça.

Até o horário do almoço (9h10) eles alternam as atividades entre si: aqueles que haviam retirado as aves das gaiolas anteriormente, passam a levá-las até o trator e vice-versa. Os demais permanecem executando as mesmas funções.

Após o almoço, as trabalhadoras primeiro dirigem-se à **granja de postura** para a coleta dos ovos. Depois apenas quatro continuam o transporte das aves, pois as outras duas passam a realizar a classificação e embalagem dos ovos.

---

<sup>164</sup> Para a remoção de 1300 aves.

<sup>165</sup> Há, neste intervalo, uma pausa de uma hora para almoço e descanso.

Com duas trabalhadoras a menos, a divisão das tarefas sofre algumas alterações: quatro trabalhadores passam a retirar as aves das gaiolas; um transporta-as até o trator e um outro coloca-as nas gaiolas de transporte. Cada vez que as gaiolas de transporte são preenchidas, removem as aves para a **granja de postura** e realocam-nas nas gaiolas individuais. Nesta última atividade também a divisão das tarefas sofre alterações: três trabalhadores passam a retirar as aves das gaiolas de transporte; dois passam a colocá-las nas gaiolas definitivas e apenas um a pegar as aves retiradas das gaiolas de transporte e entregá-las àqueles que as acomodam nas gaiolas definitivas. As perdas durante a transferência são raras, e quando ocorrem, são por enforcamento.

#### **9.1.1.3.3. O preparo e a distribuição da ração entre os galpões da granja de postura**

O preparo e distribuição da ração é realizado na **fábrica de ração** pelo responsável pelo setor, auxiliado pelo trabalhador assalariado duas vezes por semana. Eles preparam a mistura de concentrado (ou ração), milho triturado e farinha de ostra<sup>166</sup>. Tal atividade consome cerca de uma hora e meia a duas horas de trabalho a cada vez que ela é realizada, ou seja, três a quatro horas semanais.

Para cada etapa de crescimento as aves recebem um tipo de ração diferenciada. Os pintainhos recebem ração tipo "A" e, como nesta fase de crescimento necessitam de muita proteína, a ração não é preparada na comunidade e sim adquirida diretamente da indústria. Ao atingirem trinta dias passam a receber ração tipo "B". A partir desta fase já começa haver a necessidade da mistura do concentrado com milho triturado, na proporção de 40% e 60% respectivamente. Após setenta e cinco dias a ração passa a ser a de tipo "C" com a mesma proporção percentual. Ao atingirem duzentos dias, quando se dá o pico da postura, as aves passam a receber, incorporado à sua ração, mais 3% de farinha de ostra (CP41) com o intuito de auxiliar na calcificação da casca dos ovos.

O serviço de ensacamento e distribuição da ração entre as caixas de armazenagem das granjas é feito pelo trabalhador assalariado, duas vezes por semana, (segunda-feira e quinta-feira pela manhã, das 10h30 às 12h30). Ele ensaca a ração no barracão onde ela é preparada, e distribui entre os depósitos localizados nos galpões das **granjas de postura e de criação**<sup>167</sup>.

---

<sup>166</sup>. As proporções são determinadas pelo responsável pela granja, que normalmente é quem separa os ingredientes.

<sup>167</sup> Até abril/93 esta atividade era realizada integralmente pelo filho do responsável pelo setor. Com a sua saída para trabalhar inicialmente em Álvares Machado-SP e, posteriormente, como dekassegui no Japão, a mesma passou a ser

Os diversos componentes da ração das aves são adquiridos pela comunidade em locais diferenciados. A ração ou concentrado vem da Cooperativa Agrícola de Cotia - CAC, de Mirandópolis-SP. O milho, quando a comunidade não produz nada ou quando produz em quantidade insuficiente para atender às suas necessidades, é comprado de fornecedores da própria região. Às vezes, parte do pagamento é feito em espécie (em geral sacarias), e o restante em dinheiro, caracterizando uma relação de troca mista mas com referência monetária. A farinha de ostra é adquirida na Distribuidora de Frutas e Ovos Guaraçai Ltda, e o seu valor é descontado do total que a comunidade tem a receber pelos ovos que vende a esta empresa. Já os demais medicamentos são adquiridos de um fornecedor autônomo residente em Araçatuba-SP, que os entrega diretamente na comunidade.

#### **9.1.1.3.4. Distribuição da ração nos comedouros**

Esta atividade é desenvolvida duas vezes ao dia, pela manhã às 7h00 e à tarde às 15h00, pela mesma equipe que realiza a coleta, classificação e embalagem dos ovos e pelo responsável pelo setor, sendo cada um responsável pela distribuição em um determinado número de galpões. Ao responsável pelo setor cabe a distribuição da ração nos galpões com aves novas (aquelas com menos de duzentos dias e que, portanto, ainda não atingiram o seu pico de produção). Cuida também daqueles em que as aves estão saindo do "regime"<sup>168</sup>. Os demais galpões são divididos indiscriminadamente<sup>169</sup>.

Durante a semana pela manhã, quando quatro das trabalhadoras estão em período escolar, os outros três encarregam-se de distribuir a ração pelos comedouros. À tarde, nos finais de semana, feriados e períodos de férias escolares, a distribuição da ração fica a cargo de todos. Não há nenhuma relação entre os galpões em que cada um coleta os ovos e aqueles em que distribuem a ração.

A ração é levada das caixas de armazenagem para os comedouros em uma lata de dezoito litros, e totalmente distribuída em cada galpão. Em média, cada ave consome 100g

---

realizada da forma descrita. Algumas vezes o próprio reverendo - que trabalha na oficina - auxilia o trabalhador assalariado a ensacar a ração.

<sup>168</sup> Sempre que as aves começam a botar ovos trincados - o que ocorre quando elas estão muito obesas - elas entram em "regime", período em que têm sua alimentação suspensa e depois reiniciada em pequenas doses, até voltarem a produzir normalmente. Enquanto elas permanecem em "regime", recebem apenas água. O responsável pela granja nos relatou que o tempo ideal para permanência em "regime" é uma semana. Mais do que isto, as aves ficam muito fracas e quando recomeçam a se alimentar adoecem, em geral com desinteria. Decorrida uma semana elas recomeçam a receber a alimentação, em doses progressivas, até que, com o passar de mais uma semana, já estejam recebendo a quantidade normal de ração.

<sup>169</sup> A única preocupação é distribuir um conjunto de galpões contíguos, de modo que as camponesas possam realizar o serviço sem ter que se deslocar muito de um local para outro.

de ração por dia<sup>170</sup>. Há cinco caixas de armazenagem de ração espalhadas entre os trinta e sete galpões, e uma localizada no barracão onde a ração é preparada (a **fábrica de ração**). Cada um recorre à caixa de armazenagem mais próxima para realizar o trabalho.

#### **9.1.1.3.5. Ensacamento do esterco para uso na hataque**

O ensacamento do esterco das granjas é realizado aos sábados pela manhã (das 7h30 às 9h00) por seis pessoas (quatro integrantes da equipe de coleta, classificação e embalagem dos ovos e duas que durante a semana dedicam-se a outras atividades na comunidade).

Em geral esta tarefa é realizada em duplas. Enquanto uma mantém o saco aberto, a outra recolhe o esterco com o auxílio de uma pá e despeja-o em seu interior<sup>171</sup>. Não há, necessariamente, rodízio nas tarefas. À medida que os sacos vão sendo completados eles são deixados no próprio local (nas entradas dos galpões da granja em que foram coletados). Uma vez coletado todo o esterco de um galpão elas passam para o próximo, caminhando sempre em sentido horário. São necessários cerca de cinquenta sacos de esterco por semana, para serem utilizados na horta da hataque, como adubo orgânico. Sendo assim, as trabalhadoras encerram esta atividade assim que completam os 50 sacos. A próxima coleta será iniciada a partir do galpão seguinte ao último em que o esterco foi coletado. Trata-se, pois, de uma maneira de manter todas as granjas limpas e, além disso, de aproveitar melhor o esterco produzido por todas as aves.

Na parte da tarde os camponeses que trabalham na hataque recolhem os sacos com o esterco e transportam-no até a horta para espalharem o adubo.

---

<sup>170</sup> A título de ilustração, conforme dados fornecidos pelo Sr. Kunio Takagi, responsável pela avicultura poedeira, cada 50 kg de ração consumidas pelas aves fornecem 30 dúzias de ovos.

<sup>171</sup> O esterco é armazenado nos sacos que vêm com a ração. Em geral as trabalhadoras realizam esta atividade com os cabelos cobertos com lenços, para evitar que o pó levantado ao jogarem o esterco no interior do saco não se fixe no mesmo, principalmente quando o esterco está seco.

### 9.1.1.3.6. Coleta de ovos

Esta atividade é realizada duas vezes ao dia, de manhã (10h30) e à tarde (16h00)<sup>172</sup>. São, ao todo, seis mil aves em fase de postura, distribuídas em trinta e cinco galpões<sup>173</sup>. Cada uma das seis trabalhadoras é responsável por um número determinado de galpões.

O modo como os ovos são coletados depende da fase de postura em que as aves se encontram. No caso daquelas que estão iniciando a postura, os ovos são coletados um a um, acomodados em uma cesta, e a produção é anotada pelo total geral dos ovos coletados nos galpões com o novo lote de aves que iniciaram a postura ao mesmo tempo. Para facilitar a contagem, as trabalhadoras pegam três ovos e contam um e, no final, multiplicam o total por três. Também a quantidade de ovos por cesta sofre alteração à medida em que os ovos vão aumentando o tamanho. No início da postura, chegam a colocar cento e cinquena ovos por cesta e, depois, colocam apenas cento e vinte ovos. Quando a ocorrência de ovos tipo "D" passa a representar cerca de 20% do total, os ovos passam a ser coletados diretamente nas bandejas, sendo a contagem feita no final (número de bandejas X 30 (número de ovos por bandeja) = produção da galpão). Isto ocorre porque os ovos coletados nas bandejas são classificados pela máquina, ao passo que os coletados nas cestas (menores) são classificados manualmente.

Toda vez que um novo lote de aves é transferido para a granja de postura (**fotos 12 e 13**) ele tem sua produção anotada em separado até atingirem 50% de produção. A partir deste momento ele passa a ser considerado para efeito de cálculo de produtividade. Para o controle as trabalhadoras montam uma tabela, onde cada coluna corresponde a um lote. Assim que os novos lotes começam a ser considerados para efeito de cálculo eles são incluídos à tabela, ocupando a última coluna, sendo os demais (mais antigos) deslocados uma posição à esquerda. À medida que os lotes mais antigos vão deixando de produzir eles deixam de constar na tabela (ver **quadro 01** abaixo).

DATA	Lote Novo	C	A	B	C	A
05.08		300	239	190	98	74
06.08		305	235	192	90	69

**Quadro 01:** Tabela de anotações da produtividade da granja

<sup>172</sup> No horário de verão ela é realizada uma hora mais tarde - às 11h30 e às 17h00 - respeitando-se, assim, o metabolismo natural das aves.

<sup>173</sup> Dois dos trinta e sete galpões da granja estavam sem uso no período de julho a outubro de 1993.

Também são marcados o número de ovos trincados (*ribi*) e o número de ovos que acabam quebrando ao serem coletados ou ao passarem na máquina (*warê*). Estes ovos, no entanto, não são descontados do total da produção final<sup>174</sup>.

Durante o período escolar o serviço realizado pela manhã, de segunda a sexta-feira, fica totalmente a cargo de duas das seis integrantes da equipe, as quais dividem o trabalho entre si. Embora o número de galpões que cada uma cuida não seja exatamente o mesmo, a produção total é praticamente equivalente.

A distribuição dos galpões para a coleta dos ovos entre a equipe é feita pelas duas trabalhadoras mencionadas anteriormente. O objetivo é que cada uma colete ovos em galpões contíguos e no mesmo número de galpões. Para tal elas utilizam um croqui (ver **quadro 2**) de forma a facilitar a distribuição dos galpões entre si (**foto 14**).

Toda vez que as aves sob responsabilidade de alguma delas entram em "regime", elas passam a auxiliar aquelas que estão mais sobrecarregadas, até que as suas voltem a produzir normalmente.

#### **9.1.1.3.7. Classificação e embalagem dos ovos**

Esta atividade é realizada pela mesma equipe responsável pela coleta dos ovos, e ocorre duas vezes ao dia, durando em média duas horas pela manhã e uma hora (ou menos) à tarde. Seu início ocorre após a coleta, no barracão onde classificam e embalam os ovos que serão despachados no mesmo dia e/ou no dia seguinte.

A classificação é feita com o auxílio de uma máquina classificadora e/ou manualmente, dependendo da fase de postura em que as aves se encontram. No caso das aves que estão iniciando a fase de postura, a classificação deve ser feita manualmente para se evitar perdas, posto que os ovos são, em geral, muito pequenos para serem classificados pela máquina.

Inicialmente duas pessoas trabalham na máquina de classificação. Uma delas é responsável por retirar os ovos das bandejas e cestas e colocá-los na esteira da máquina. É preciso muita habilidade e rapidez, pois os ovos devem ser colocados lado a lado, sem intervalos. Além disso, é preciso estar atento para não colocar ovos trincados na esteira pois, ao passarem pela escova, eles fatalmente quebrarão e a classificação deverá ser interrompida até que a máquina seja limpa. Os ovos com a casca suja também são separados em uma lata com água para que a sujeira se solte mais facilmente, sendo colocados na

---

<sup>174</sup> As expressões *ribi* e *warê* são de uso da comunidade.



esteira somente no final. Após passarem pela lavagem, os ovos caminham por trilhos e caem em repartições, de acordo com o seu tamanho. São, então, classificados como "Especial" ("Jumbo"), "A", "B", "C" e "D".

Os ovos já classificados pela máquina são retirados e colocados em suas respectivas bandejas pela outra trabalhadora. Esta atividade requer igualmente habilidade e rapidez, pois não podem deixar acumular muitos ovos em cada repartição, para evitar que trinquem quando caem por cima dos demais. É preciso também atenção para colocar os ovos nas bandejas e na posição correta para que durem mais tempo e, ainda, separar os ovos trincados, bem como limpar aqueles que, porventura, não tenham sido totalmente limpos pela máquina (**foto 15**).

Quando a terceira trabalhadora termina a coleta dos ovos, ela substitui aquela que até então colocava os ovos na esteira que, por sua vez, passa a auxiliar na retirada dos ovos já classificados pela máquina e na acomodação em suas respectivas bandejas para distribuição no mercado.

A quarta trabalhadora limpa e separa os ovos trincados. Os ovos que ainda podem ser comercializados na feira e/ou em dois bares/mercearias da cidade a preços mais baixos, são separados daqueles sem condições de comercialização, os quais são consumidos pela comunidade.

A quinta trabalhadora classifica os ovos manualmente, com o auxílio de uma caixa perfurada por tipo (cada bandeja representa um tipo - "Especial", "A", "B", "C" e "D"). Os ovos vão parando à medida em que se encaixam em uma das repartições. Os ovos passam a ser classificados através da máquina somente quando, através da classificação manual, começar a se tornar raro o número de ovos tipo "D". Isto ocorre porque os ovos muito pequenos pulam na máquina e quebram-se com muita facilidade. Além disso, há diferença entre a classificação feita manualmente e aquela feita pela máquina: os ovos que na classificação manual saem como "D", na máquina saem como "C", daí o fato de só realizarem a classificação à máquina quando, na classificação manual, a ocorrência de ovos tipo "D" for ocasional. Também os ovos muito pequenos - o refugo - são consumidos pela comunidade.

A sexta trabalhadora anota a produção do dia em um caderno e faz o cálculo da porcentagem da produção das aves em postura para controle do responsável. Em seguida, examina as bandejas já classificadas, à procura de ovos trincados para substituí-los. À medida que as demais vão acabando suas tarefas, passam a auxiliá-la nesta fase de última inspeção e embalagem dos ovos. Nos períodos em que não há ovos pequenos a quinta e

sexta trabalhadoras participam do preparo das caixas e supervisão dos ovos para não deixar passar ovos trincados. Esta atividade de supervisão das bandejas começou a ser feita apenas após agosto de 1993, depois de contínuas reclamações dos compradores que começaram a receber um número muito grande de ovos trincados<sup>175</sup>. Após o término da classificação, aquela que colocou os ovos na esteira lava a máquina, garantindo, assim, boas condições de funcionamento pelo maior espaço de tempo possível.

Com exceção da(s) trabalhadora(s) que fica(m) retirando os ovos já classificados pela máquina, não há posto fixo para as demais. Quem chegar primeiro vai para a máquina, a outra para os ovos trincados e assim por diante.

Durante o período escolar esta atividade é feita pela manhã apenas pelas duas trabalhadoras que também realizam a coleta sozinhas. Terminada a classificação, uma delas passa a verificar as bandejas à procura dos ovos trincados para substituí-los e a acondicioná-los nas caixas onde serão transportados, enquanto a outra separa os ovos trincados. Ao término desta tarefa, esta última passa a auxiliar no fechamento das caixas já conferidas e/ou na verificação das demais.

#### **9.1.1.3.8. Distribuição da produção de ovos**

Praticamente toda a produção da granja destina-se ao mercado. Em geral, apenas o refugo é consumido pela comunidade, excetuando-se as vezes em que as cozinheiras solicitam uma quantidade maior para o preparo de algum prato especial.

A produção é toda comercializada em Guaraçai-SP e em Ilha Solteira-SP. Em Guaraçai-SP, além de venderem diretamente ao consumidor, na feira que realizam às quintas-feiras e aos domingos (onde comercializam a produção a preços de varejo), também entregam sua produção (a preços de atacado) a mais oito revendedores entre bares, quitandas, mercearias, e um dos supermercados da cidade (Supermercado Brunelli), além de abastecerem o hotel da cidade e de entregarem parte de sua produção à Distribuidora de Frutas e Ovos Guaraçai Ltda (antiga Avícola Pinheiros), a qual envia a produção aos centros consumidores do Rio de Janeiro.

Em Guaraçai-SP os ovos comercializados são os de tipo "A", "B" e trincado (este último comercializado na feira e em dois bares/mercearias). Quando as aves novas iniciam a fase de postura, a comunidade despacha para a Distribuidora de Frutas e Ovos Guaraçai Ltda

---

<sup>175</sup> O que podia ser um sinal de que as aves não estavam sendo alimentadas corretamente. Desta forma, os ovos com as cascas fracas trincavam ao passar pela máquina.

os ovos tipo "C" e "D" em substituição aos "A" e "B", enviados para este entreposto apenas quando há excedente de produção.

Em todos os locais de venda a atacado a distribuição da produção é feita às quartas-feiras e aos sábados, ocasião em que retiram os ovos não comercializados e/ou repõem a mercadoria vendida. Nos locais fechados aos sábados, a distribuição é feita na segunda-feira seguinte. A quantidade de ovos deixada em cada local varia de acordo com as vendas efetuadas, mas nunca excede uma caixa (que contém 30 dúzias). Dos oito locais de distribuição (excetuando-se a Distribuidora de Frutas e Ovos Guaraçaí Ltda), cinco comercializam apenas ovos tipo "A", um apenas ovos tipo "B" e dois ovos tipo "B" e trincados (este último tipo, seis dúzias para cada um deles por semana). Apenas a título de ilustração, apresentamos os preços a que eram comercializados os ovos no atacado e no varejo para a cidade de Guaraçaí-SP<sup>176</sup>.

	ATACADO				VAREJO			
	Quantidade (dúzia)	Valor dúzia Cr\$	%	Valor Total Cr\$	Quantidade (dúzia)	Valor dúzia Cr\$	%	Valor Total Cr\$
TIPO "A"	42 1/2	35,00	49,1	1487,50	44	44,00	50,9	1936,00
TIPO "B"	10	32	40	320,00	15	40,00	60	600,00

**Quadro 03:** Valor da comercialização dos ovos no atacado e no varejo em agosto/1993

Em Ilha Solteira-SP, a produção vai para a Mercearia Sinsei, de propriedade da comunidade, e também para mais dezesseis estabelecimentos, entre os quais a COTRAU - Cooperativa de Consumo dos Trabalhadores da Urubupungá, alguns bares, mercearias, quitandas, restaurantes, a CESP<sup>177</sup> e ainda a alguns particulares, que vendem os ovos em suas casas (nos bairros periféricos da cidade).

Semanalmente a comunidade comercializa em Ilha Solteira-SP mais de 50 caixas de ovos, entre os tipos "Especial", "A" e "B" (este último entregue somente na Mercearia Sinsei, e quando há excesso de produção), 12 das quais apenas para a referida quitanda/mercearia. A distribuição é feita duas vezes por semana, também às quartas-feiras e aos sábados. Os ovos entregues na quarta-feira são pagos no sábado e os entregues no sábado são pagos na quarta-feira da semana seguinte.

Da mesma forma que em Guaraçaí-SP, não há uma quantidade fixa de ovos para ser entregue em cada estabelecimento. Isto varia de acordo com a venda efetuada, bem como com

<sup>176</sup> Preços válidos em 01.08.93 (preços por dúzia).

<sup>177</sup> Encomenda feita pelos funcionários, que se organizam em grupos, fazem uma compra grande e dividem depois entre si.

a quantidade de ovos disponível para comercialização. Quando não há ovos em quantidade suficiente para atender a todos satisfatoriamente, o responsável pelas entregas realiza uma divisão, de forma a entregar ovos a todos, mesmo que em menor quantidade, para que ninguém fique sem ser atendido.

Os ovos que não são comercializados durante a semana pelos estabelecimentos comerciais são recolhidos e utilizados pela comunidade na cozinha ou no preparo de ração para as galinhas.

Além dos ovos, a comunidade comercializa também as galinhas que não produzem mais - as haikei - diretamente na sede, as quais são vendidas aos moradores da vizinhança<sup>178</sup>. Apenas a título de ilustração fornecemos a quantidade de haikeis comercializadas no referido mês.

SEMANA	VALOR UNITÁRIO Cr\$	QUANTIDADE	SUBTOTAL
01	50.000,00	4	200.000,00
02	50.000,00	7	350.000,00
03	50.000,00	9	450.000,00
04	50.000,00	23	1.150.000,00
05	50.000,00	20	1.000.000,00
<b>TOTAL GERAL</b>		63	3.150.000,00

**Quadro 04:** Comercialização das aves haikeis em julho de 1993

#### 9.1.1.3.9. Supervisionamento do setor

O responsável pela **granja de postura** cuida do bom andamento da granja e da boa qualidade da produção das aves pelo maior tempo possível.

A sua jornada de trabalho inicia-se às 7h00, com a distribuição da ração em dez dos galpões em produção atividade esta que será repetida às 15h00. O restante de seu dia de trabalho passa caminhando pela granja de tempos em tempos, observando as aves que estão em postura e/ou doentes e separando-as. Identifica as aves que não estão em postura pela coloração do bico - que fica com um tom de amarelo mais claro - e as que estão doentes pela consistência do esterco. Estes dois tipos de aves são separados para descarte: aquelas que estão muito doentes são enviadas ao setor de suinocultura da comunidade, a fim de serem acresscidas à alimentação dos porcos; as demais são vendidas a terceiros como já foi mencionado. É grande a procura dessas galinhas de descarte pelas pessoas das vizinhanças, sobretudo nos

<sup>178</sup> Em julho de 1993 elas eram vendidas ao preço unitário de Cr\$ 50.000,00 (CR\$ 50,00)

finais de semana, as quais são adquiridas diretamente com o responsável pelo setor. As aves não comercializadas são consumidas pela própria comunidade (diariamente cinco delas são utilizadas para comporem os pratos da cozinha<sup>179</sup>).

Além disto, deve estar atento à boa e contínua distribuição da água entre os bebedouros, a fim de evitar que as aves morram de sede ou engasgadas com a ração. Por fim, deve observar as que estão pondo ovos trincados, para separá-las e colocá-las em "regime". De acordo com o responsável, após 150 dias de postura as aves caem para 80% de sua produção. A partir de então o declínio é constante, não só na quantidade como também na qualidade da produção: com o passar do tempo as galinhas vão engordando e os ovos vão saindo cada vez mais trincados<sup>180</sup>. É quando ele separa-as e coloca-as em "regime"<sup>181</sup>, para que percam um pouco de peso e recomecem a por ovos com qualidade, ou manda-as para descarte.

Além de supervisionar o setor, preparar e distribuir a ração entre os galpões, o responsável pela granja cuida também da transferência das aves da **granja de criação** para a **de postura**, bem como autoriza o início da coleta dos ovos. A sua jornada de trabalho encerra-se sempre em torno das 17h00/18h00, embora durante a mesma haja períodos de intervalo que algumas vezes estendem-se além das pausas para as refeições diárias.

## 9.1.2. ROÇA

### 9.1.2.1. O Significado comunitário da atividade

Entre as atividades de produção, a roça, assim como a avicultura, merece ser destacada por sua importância para a comunidade. É desta atividade que são retirados cerca de 70% dos produtos e recursos necessários à reprodução da comunidade. A maior parte de sua produção - tais como frutas, verduras, legumes e alguns cereais - é destinada ao mercado, tanto comercializando diretamente com o consumidor (através da feira que realizam em Guaraçai-SP e da quitanda/mercearia que possuem em Ilha Solteira-SP) quanto enviando-a ao CEAGESP (neste último caso entregando a produção a um intermediário). É desta comercialização que obtêm parte dos recursos necessários para a obtenção dos gêneros que não produzem, o que caracteriza um processo de produção simples de mercadoria (M->D->M). Trata-se, pois, de

<sup>179</sup> Atualmente estão sendo abatidas dez galinhas em dias alternados.

<sup>180</sup> Estes ovos, quando são comercializados, o são a preços muito baixos.

<sup>181</sup> Conforme foi explicado no item 8.1.1.4. **Distribuição da ração nos comedouros.**

uma atividade que compõem o grupo daquelas cujo destino da produção é a comercialização, com consumo apenas do excedente (deliberadamente produzido). Os produtos que, por quaisquer motivos, não podem ser enviados ao mercado, e/ou aqueles que são destinados à feira e à quitanda/mercearia mas que não chegam a ser comercializados, são consumidos internamente. Aqueles que não oferecem condições para o consumo humano são utilizados para compôr a alimentação dos porcos ("lavagem"). Há, ainda, entre os produtos cultivados pela roça, aqueles que são destinados exclusivamente ao consumo da comunidade, como é o caso, por exemplo, do café, do arroz, do feijão (este último quando é cultivado), do coniacu, etc. Estes últimos tipos de produtos - destinados ao consumo exclusivo da comunidade - não possuem grande expressão ao levarmos em conta a atividade como um todo, não ultrapassando cerca de 10/15% do total.

Sua característica principal está no fato de ser a atividade através da qual os jovens são iniciados na economia camponesa, na sua forma de relacionamento com a terra, aprendendo a entender e a respeitar o seu significado. Todos eles ao atingirem a idade de onze anos, iniciam o trabalho na roça, auxiliando nas mais variadas tarefas, como tombamento da terra, plantio, colheita, trato das culturas, etc.

A roça possui suas áreas de cultura e de serviços espalhadas tanto na sede (em menor área) como em uma outra área, maior, localizada há 2 km da sede - a hataque<sup>182</sup> - onde se concentra cerca de 95% da produção deste setor.

Entre todas as atividades econômicas desenvolvidas pela comunidade, sejam elas **de produção, de serviço** ou **de comercialização**, a roça é a que mais pessoas ocupa. Ao todo, são quatorze, dez deles na hataque - sete em jornada integral de trabalho<sup>183</sup> e três em jornada parcial<sup>184</sup> - e quatro na sede, estes todos em jornada integral de trabalho. Há também três trabalhadores assalariados, os "camaradas"<sup>185</sup> (um casal e seu filho)<sup>186</sup> que há mais de 20 anos

---

<sup>182</sup> Forma como os camponeses da comunidade a denominam. Trata-se da unidade territorial formada por 30 alqueires de terra, ocupados pela horticultura, pela fruticultura e pelos cereais, conforme já mencionamos anteriormente.

<sup>183</sup> Um deles é uma senhora que auxilia no rodízio da cozinha e que não vai à roça na semana em que participa do mesmo.

<sup>184</sup> Tratam-se de jovens ainda em fase escolar.

<sup>185</sup> Os integrantes da comunidade referem-se a eles como "camaradas", pois estabelecem com eles uma relação diferente daquela estabelecida com o trabalhador assalariado da sede e/ou da estabelecida com uma família que chegou a morar na hataque para evitar roubos (seus integrantes não sabem precisar ao certo quanto tempo eles permaneceram morando na hataque) e que desde 1992 não se encontra mais trabalhando para a comunidade. Os "camaradas" recebem semanalmente, por dia trabalhado. Não têm direito a férias, 13º salário e/ou descanso semanal remunerado. Por outro lado recebem uma pequena parte da produção excedente para auxiliar em sua alimentação. A outra família que trabalhava e morava na hataque tinha a permissão da comunidade para plantar seu próprio roçado, mas acabou sendo despedida quando a comunidade começou a notar a falta de instrumentos de trabalho sem que se tivesse estabelecido uma situação de roubos (portas dos barracões ou porteiras forçadas).

<sup>186</sup> Uma família portanto.

trabalham para a comunidade, auxiliando nas diversas atividades que compõem a hataque<sup>187</sup>. Estes três trabalhadores "camaradas" auxiliam também - sempre que necessário - na sede, seja na colheita do café, seja no trato das amoreiras para uso na sericicultura.

### **9.1.2.2. A organização da produção**

Na hataque a área de cultura está dividida entre a horticultura, a fruticultura e os cereais e o espaço de serviço está dividido entre os dois barracões utilizados para armazenagem dos instrumentos de trabalho, caixas, sementes, adubos, fertilizantes, agrotóxicos e pesticidas. Um destes barracões - o maior - é utilizado também como refeitório e área de descanso apenas pelos trabalhadores da comunidade. Os "camaradas" fazem suas refeições ao ar livre, à sombra de alguma árvores. Quando chove dirigem-se a um dos dois barracões para abrigarem-se.

Entre os trabalhadores membros da comunidade, a horta ocupa três pessoas, os cereais um e a fruticultura cinco, três dos quais jovens que trabalham apenas uma parte do dia. Há ainda um trabalhador que não possui atividade definida: ora trabalha nos cereais, ora na fruticultura, sempre onde for mais necessário. Os jovens que auxiliam na fruticultura também trabalham em outras atividades, como por exemplo no plantio da cebola e no tombamento da terra para plantação, nas épocas do ano de pouca produção de frutas. Os três "camaradas" revezam-se entre as diversas atividades, concentrando-se sempre naquelas que mais necessitam de mão-de-obra.

A jornada de trabalho para os camponeses integrantes da comunidade, embora integral, não é rígida. Cinco deles começam a trabalhar às 6h00 da manhã: três na horta, um nos cereais e o outro que não tem local fixo, passa a realizar a atividade que precisa ser concluída com mais urgência. Retornam à sede às 17h00, levando as caixas com verduras e legumes colhidos durante o dia. O casal que trabalha na fruticultura tem sua jornada das 7h30/8h00 às 18h00/18h30. Por fim, os três jovens em idade escolar que auxiliam na fruticultura trabalham das 15h00 às 17h30/18h00. Para os "camaradas" a jornada de trabalho é das 7h00 às 17h00.

Em períodos de safra de frutas, o serviço ainda continua na sede para a equipe da fruticultura, pois são responsáveis também pela classificação e embalagem das frutas

---

<sup>187</sup> Estes dados referem-se ao quadro de componentes até outubro de 1993. Após este período, mais quatro camponeses saíram (três jovens saíram da comunidade para trabalhar no Japão e/ou trabalhar e estudar fora e um senhor abandonou o trabalho por problemas de saúde), todos eles da hataque, o que alterou a rotina de trabalho na mesma.

comercializadas no CEAGESP (sobretudo a manga<sup>188</sup>). Duas vezes por semana, às quartas-feiras e aos sábados, um destes jovens permanece na sede para embalar e pesar os produtos que serão comercializados na feira no dia seguinte. Há rodízio entre eles para a realização desta tarefa.

Todos os camponeses que trabalham na hataque o fazem de segunda-feira à sábado. Aos sábados, dia em que os jovens em idade escolar trabalham em período integral, iniciando suas atividades por volta das 7h30/8h00, a jornada de trabalho encerra-se um pouco mais cedo, por volta das 16h00/16h30, o que não impede que, caso seja preciso, encerrem-na ainda mais cedo. Domingo é o único dia da semana em que descansam e, mesmo assim, alguns ainda dirigem-se à hataque em alguns momentos do dia para a execução dos serviços que precisam ser concluídos em tempo hábil. O período de "férias" destes camponeses - período em que permanecem na sede para descansar, sem dirigirem-se à hataque - são os dias compreendidos entre 31 de dezembro e 3/4 de janeiro do ano seguinte.

Os "camaradas" trabalham de segunda à sexta-feira em jornada integral. Aos sábados trabalham apenas em caso de muita necessidade, nos casos de uma atividade que precisa ser concluída impreterivelmente naquele dia (como por exemplo, plantio ou colheita de algum produto). Normalmente suas "férias" coincidem com a dos demais trabalhadores da hataque, o que não impede, porém, que folguem outras vezes durante o ano. Estas folgas, entretanto, são ocasionais, pois só recebem pelos dias efetivamente trabalhados.

Na sede, as diferentes áreas de culturas da roça podem ser ainda subdivididas da seguinte forma: duas áreas de plantio de salsa e almeirão e as áreas da cebolinha verde, das frutas, do cafezal, do gengibre, do cabotchã e do abacaxi. Ao todo, nove trabalhadores dedicam-se a estas atividades, distribuídos da seguinte forma: uma cuida de uma horta de salsa, cebolinha verde e almeirão; outro das frutas e do cafezal; uma outra do gengibre, cabotchã e da outra horta de salsa e almeirão e seis trabalhadores cuidam do abacaxi<sup>189</sup>.

O início da jornada de trabalho para estes camponeses varia de acordo com suas atividades. A trabalhadora que dedica-se à horta de salsa, cebolinha verde e almeirão inicia-a às 6h00, e encerra-a entre 17h00/17h30. O trabalhador que dedica-se às frutas e ao cafezal, também inicia-a às 6h00, e encerra-a às 16h00. A trabalhadora que dedica-se ao cultivo do gengibre, cabotchã, salsa e almeirão não possui horário fixo para realizar sua atividade. Seu

---

<sup>188</sup> No caso da manga, quando o período de safra concentra-se em dezembro/janeiro, ocasião em que a comunidade mais recebe visitantes (parentes, ex-integrantes da comunidade e amigos), boa parte deles acabam auxiliando a equipe da fruticultura nesta tarefa.

<sup>189</sup> Tratam-se dos jovens que trabalham em outras atividades durante a semana, e que cuidam do abacaxi somente aos domingos. Cinco deles são da hataque (um da horta, três da fruticultura - os jovens que desmembraram - e o que não possui atividade fixa) e um da pecuária leiteira.



início varia de acordo com o serviço que há para ser feito na cozinha, onde ela também auxilia, da mesma forma que seu término. Os seis trabalhadores que cuidam da plantação de abacaxi e que dedicam-se a outras atividades durante a semana trabalham apenas aos domingos, e sua jornada varia de acordo com as atividades a serem realizadas. Estas, por sua vez, não necessariamente ocupam a todos ao mesmo tempo e, inclusive, há domingos em que não existe trabalho para realizar.

Com exceção da cultura do abacaxi localizada na sede, as demais atividades são realizadas diariamente. Os períodos de descanso concentram-se nos momentos de pousio da terra para nova semeadura e/ou nos períodos de entre-safra (no caso das frutas e do café principalmente). Como as atividades da sede englobam uma área e têm expressão menor que a da hataque, os momentos de intervalo e descanso entre as atividades são maiores, motivo pelo qual os mesmos não possuem "férias" como os trabalhadores da hataque.

### **9.1.2.3. A atividade propriamente dita**

#### **9.1.2.3.1. Hataque**

Para efeito de análise as atividades na hataque foram agrupadas em: fruticultura, horticultura e cultura de cereais.

##### **9.1.2.3.1.1. A Fruticultura**

Esta atividade é realizada por cinco camponeses, três dos quais jovens que, durante a maior parte do ano, apenas dedicam-se a ela em uma pequena parte do dia, após o retorno da escola<sup>190</sup>.

Durante a década de 60 e começo da década de 70 a comunidade possuía duas áreas de roça separadas, uma com 10 alqueires e outra com 20. Uma delas (a maior) situava-se já no mesmo local ocupado atualmente pela hataque, e a outra localizava-se mais próxima da sede. O atual responsável pela fruticultura trabalhava nesta última, onde já dedicava-se a tal

---

<sup>190</sup> Estes três jovens saíram da comunidade no início de 1994. Um deles foi trabalhar como dekassegui no Japão, um foi estudar em Ilha Solteira-SP (e posteriormente acabou igualmente emigrando para o Japão para trabalhar como dekassegui) e o outro foi terminar seus estudos e trabalhar em Pilar do Sul-SP. A saída deste último jovem foi inclusive discutida em assembléia, conforme abordamos no capítulo anterior. Desta forma, a fruticultura ficou à cargo apenas do seu responsável, de sua esposa e dos trabalhadores "camaradas".

atividade, com o auxílio de trabalhadores "camaradas"<sup>191</sup>. Os jovens da comunidade que iniciavam o trabalho na roça dirigiam-se sempre à outra área (que atualmente forma a hataque), auxiliando nas diversas atividades que a compunham.

A hataque só adquiriu sua conformação atual no final da década de 70, através de um acordo entre os proprietários. Na verdade, tratou-se de uma troca de terras: a comunidade cedeu seus 10 alqueires de terras da roça próximas à sede em troca dos 10 alqueires de terras contíguos à hataque<sup>192</sup>, o que facilitou o deslocamento de trabalhadores de uma atividade para outra, sempre que necessário.

Neste período os jovens não possuíam uma atividade fixa, e sempre auxiliavam aqueles que mais precisavam, em tarefas as mais diversas, tais como a limpeza das plantações (carpa) ou o plantio, trato e colheita das culturas. Normalmente não permaneciam muito tempo em uma mesma atividade, pois o intuito era que circulassem o mais que pudessem e, dessa forma, aprendessem a trabalhar em todas elas. Podiam, assim, entender os diferentes modos de trabalhar a terra peculiares a cada uma das culturas, bem como as características de cada um de seus responsáveis. Isto servia para facilitar a escolha da atividade à qual deveriam dedicar-se definitivamente, assim que fosse necessário.

Quando o atual responsável pela fruticultura assumiu a tarefa de iniciação dos jovens ao universo camponês (no início da década de 80), tal conduta modificou-se. Os jovens passaram a dedicar-se apenas às atividades por ele coordenadas: a fruticultura, o plantio de cebola e mais recentemente, de alho. A partir de então não houve mais a circulação entre as demais atividades. No caso de necessidade de deslocamento de algum trabalhador para outra atividade, a decisão é tomada em reunião - seja só de jovens, seja na assembléia. Há casos, porém, como aconteceu com a parte de cereais em janeiro/93, em que um ou mais trabalhadores deslocaram-se por conta própria para dedicarem-se à atividade, sem levar o assunto para decisão em assembléia<sup>193</sup>.

O responsável pela fruticultura procura conduzir sua supervisão dentro de um clima de liberdade, a qual, para ele, é fundamental. Sendo assim, somente nos primeiros meses ele fica mais próximo dos jovens, orientando-lhes. Passado esse tempo, apenas lhes designa o serviço a ser feito, deixando-os em total liberdade, para que o façam da maneira como julgarem correto. Após o término, ele passa conferindo o serviço e, caso não esteja a contento,

---

<sup>191</sup> Estes, de acordo com informações de integrantes da comunidade, eram registrados juridicamente e gozavam de todos os direitos trabalhistas, chegando inclusive a aposentarem-se como trabalhadores da comunidade.

<sup>192</sup> Oficialmente esta transação configurou-se como compra e venda. Para maiores esclarecimentos ver documento nos Anexos deste trabalho.

<sup>193</sup> Estes jovens não abandonaram suas atividades anteriores. Mais detalhes sobre este episódio serão apresentados no item sobre o cultivo de cereais.

solicita-lhes que o mesmo seja feito. Seu principal objetivo é fazer com que criem autonomia e iniciativa próprias, as quais seriam adquiridas dentro do espírito de que somente o erro pode proporcionar o verdadeiro aprendizado. No entanto, esta sua atitude em alguns momentos não é aceita pelos jovens, que reclamam dizendo que ele "só sabe mandar". Há também reclamações no sentido de que, por julgar seu setor prioritário na hataque, muitas vezes acaba interferindo no serviço dos demais, "segurando maquinários" (como é o caso do trator) que poderiam estar sendo utilizados em outros setores.

Além da atividade de supervisão dos rapazes, ele é o responsável pelo controle da boa qualidade da plantação e dos produtos colhidos, para o que deve estar atento ao controle de pragas, à fertilidade do solo, à irrigação das árvores frutíferas, etc, passando boa parte de sua jornada de trabalho caminhando entre os pomares, examinando as árvores e as frutas. Além disso ele é também o responsável pelo plantio de cebola e alho (**foto 17**), bem como por algumas experiências que realiza, seja com novas árvores frutíferas, seja com o plantio de verduras e legumes em uma estufa<sup>194</sup> (**foto 18**), a fim de averiguar seu desempenho, procurando sempre aperfeiçoá-lo.

Em geral as atividades na fruticultura são desenvolvidas comunitariamente. A colheita das frutas, por exemplo, é feita manualmente e/ou com o auxílio de um rastelo (para colherem as frutas que estão mais no alto) e depositadas em caixas plásticas. Na época de safra esta atividade é realizada em jornada integral de trabalho, sendo os jovens auxiliados pelo trabalhador que não possui atividade fixa. Quando terminam a colheita do dia, dirigem-se à sede para a classificação e embalagem das frutas que são posteriormente enviadas ao CEAGESP através de um intermediário.

No caso da manga, a classificação é feita por tipo e peso. Primeiro classificam todas as mangas de uma mesma qualidade - Haden, Tommy Atkins, Keity, Palmer, Sensação, etc - colocando-as na máquina classificadora. A classificação é feita segundo seus pesos (**foto 19**). As mangas muito grandes e as muito pequenas são enviadas ao CEAGESP em caixas maiores e vendidas a granel, pois não atingem preço suficiente para serem embaladas em caixetas. As intermediárias são embaladas em caixetas especiais para 12, 15 e 18 (no caso de manga Haden) ou para 9, 10, 12, 14, 15 e 18 (no caso de manga Tommy Atkins). As frutas maduras demais para serem enviadas ao CEAGESP, mas ainda em boa qualidade são comercializadas tanto na feira quanto na quitanda/mercearia. O refugo que ainda apresenta boa qualidade é consumido pela comunidade, e o restante é utilizado na alimentação dos porcos. Quando a comunidade

---

<sup>194</sup> Da última vez que estivemos em trabalho de campo na comunidade (julho/outubro de 1993) ela estava fora de uso, aguardando manutenção.

dedicava-se ao cultivo da goiaba - atualmente abandonada por falta de trabalhadores para o trato do pomar - a classificação era feita levando-se em conta seu peso, já que todas elas eram da mesma qualidade.

Outra atividade a que os jovens trabalhadores dedicam-se comunitariamente é o plantio de cebola. A semeadura tem início em maio. Já em fins de junho/julho e agosto ocorre o plantio das mudas. Neste caso também são auxiliados pelo trabalhador que não possui atividade fixa, bem como pelos "camaradas" e alguns dos visitantes que dirigem-se à comunidade em época de férias e que, porventura, queiram auxiliar na roça<sup>195</sup>.

A plantação de cebola (após as mudas já formadas) é feita da seguinte forma: depois da terra ter sido devidamente preparada, um trabalhador passa com um carrinho, despejando adubo químico. Em seguida um outro passa com um outro carrinho, despejando adubo orgânico. Logo atrás um outro passa com um mini-tractor "Tobata", revolvendo a terra. Imediatamente atrás dele um quarto marca as covas onde as mudas serão plantadas, com o auxílio de estacas. A seguir começam a plantar, colocando as mudas de cebola nas covas e fechando-as com as mãos. As cebolas são plantadas em ruas (**fotos 20 e 21**). Ao término de um dia de trabalho, ligam a água para irrigação das ruas já plantadas (**foto 22**). Também no caso da colheita, que ocorre em outubro/novembro, a atividade é desenvolvida comunitariamente.

Os jovens também auxiliam no tombamento da terra, sempre designados pelo responsável. Com exceção da plantação de abacaxi que fazem na sede, eles sempre esperam que o responsável atribua-lhes a tarefa, atitude que acaba criando dependência e não a livre iniciativa que o responsável esperava estar estimulando.

As frutas cultivadas pela comunidade e comercializadas através da feira, da quitanda ou do envio ao CEAGESP são as seguintes: manga; goiaba (atualmente abandonada); pinha (atualmente em expansão); ponkã, mixirica, tangerina, laranja de várias qualidades; limão (pomares já formados, apenas em manutenção); uva, acerola, abacaxi, carambola, melancia, côco verde (em geral apenas para consumo, pouquíssimas vezes a fruta foi comercializada em São Paulo através do CEAGESP); romã, jaboticaba, mamão, tamarindo, kinkã, mixiricão, entre outras (**foto 23**). A intenção do responsável na ocasião era ampliar a produção de graviola, incentivando o seu consumo<sup>196</sup>.

As frutas são comercializadas preferencialmente na feira em Guaraçaí-SP e na quitanda/mercearia em Ilha Solteira-SP. Somente nos casos de produção em larga escala há o envio para o CEAGESP, o qual é feito através de uma firma transportadora (intermediário) -

---

<sup>195</sup> Em geral são jovens que dirigem-se à roça motivados pela companhia dos demais.

<sup>196</sup> Os dados são de outubro de 1993.

Transportadora Nomizo Ltda - que comercializa a produção recebendo uma comissão e frete por caixa. A comunidade recebe o pagamento líquido, já descontados frete, descarga e comissão paga às firmas transportadora/compradora. No caso da manga, 80% da produção é enviada ao CEAGESP e o restante é comercializado na feira e na quitanda/mercearia, bem como consumido pela comunidade. Além da manga, a comunidade envia ao CEAGESP uma pequena quantidade de mixiricão, pinha e carambola. O restante é comercializado através da feira e da quitanda/mercearia e/ou consumido pela comunidade.

#### **9.1.2.3.1.2. A Horticultura**

Esta atividade engloba três pessoas que dedicam-se em jornada integral de trabalho, as quais dividem entre si as diversas tarefas que a compõem. Há um responsável pela produção do setor durante o ano, o qual dedica-se ao preparo/controla da adubação orgânica e inorgânica; à pulverização com herbicidas; ao controle de pragas e à irrigação da horta; auxilia na colheita dos gêneros cultivados (exceto as verduras) tais como beringela, quiabo, pimenta, alho, abóbora, etc, bem como na semeadura de mudas de verduras e legumes, como alface, repolho, couve-manteiga, couve-flor, etc (**foto 24**).

Entre os outros dois trabalhadores um realiza os serviços mais "pesados", tais como o preparo da terra com o auxílio do mini-tractor; preparo dos canteiros; limpeza das valetas onde cultiva-se o agrião; colheita de mandioca e batata-doce (atividades que requerem maior esforço físico). Além disso, auxilia também o responsável na adubação orgânica e química, bem como na semeadura e colheita de verduras e legumes, etc.

O outro realiza a colheita de verduras, legumes e das mudas de batata-doce na época do plantio; o transporte das caixas com os produtos já colhidos dos canteiros até o galpão, onde permanecerão até o final da tarde. Dedicam-se também à limpeza dos canteiros de verduras e legumes, bem como ao seu espaçamento, a fim de que cresçam maiores e mais fortes, além de auxiliar na adubação orgânica, realizada aos sábados no final da jornada de trabalho.

O início da jornada de trabalho começa pela colheita dos produtos. Cada um tem seus próprios afazeres: enquanto o responsável colhe beringela, pimenta, etc, aquele que realiza os serviços mais "pesados" colhe mandioca e batata-doce e, o outro, colhe cenoura, quiabo, etc ou então, colhe as mudas que serão replantadas em um outro momento do dia. Em alguns períodos do ano, na época da colheita de algum produto que plantam em larga escala, todos concentram-se na mesma atividade. O mesmo se dá na época do plantio de verduras, legumes e tubérculos.

O serviço de preparo, limpeza e manutenção dos canteiros é feito após a colheita. O responsável pelo setor cuida da irrigação e da aplicação de herbicidas, ou ainda continua a colheita de algum outro produto, o trabalhador que atualmente também responsabiliza-se pelo cultivo de cereais prepara a terra e faz os canteiros e o outro carpe e rareia os canteiros das verduras, após transportar, até o galpão, todas as caixas com os produtos colhidos, distribuídas no meio da roça (**fotos 25 e 26**).

Quando há o plantio de algum tubérculo, como por exemplo a batata-doce, ele é feito mais próximo do final da tarde, e sem a participação do responsável (**foto 27**). Este só irá participar deste tipo de atividade caso a área a ser plantada seja muito grande e haja necessidade de que a tarefa seja concluída em um tempo determinado, sob pena de perderem a plantação. Há casos inclusive em que são deslocados camponeses da sede, que dedicam-se a outras atividades, para que o serviço termine no tempo devido. É o caso, por exemplo, do plantio/colheita de alho, quando feitos em larga escala, culturas que, atualmente, encontram-se sob a responsabilidade do setor de fruticultura.

Em quatro dias da semana (às terças, quartas, sextas e sábados), no final da jornada de trabalho, o trabalhador que dedica-se às verduras colhe aquelas que serão comercializadas no dia seguinte, seja na feira em Guaraçaí-SP (realizada às quintas-feiras e aos domingos) ou na quitanda/mercearia em Ilha Solteira-SP (levadas às quartas-feiras e aos sábados), ou ainda que serão consumidas na própria comunidade. Após o término de seu serviço, o trabalhador que realiza os serviços mais "pesados" auxilia-o, começando pelas verduras plantadas na estufa (caso existam).

Em dois dias da semana o trabalho na horta é feito comunitariamente. Isto ocorre com o plantio das mudas de verduras toda quarta-feira, bem como com a adubação da terra com adubo orgânico (o esterco de galinha coletado na granja) todo sábado no final da tarde. No primeiro caso, o serviço é realizado apenas pelos três trabalhadores da horta, enquanto no segundo participam todos os trabalhadores da hataque (exceto os responsáveis pela fruticultura e pela horticultura).

No caso da adubação, alguns dos trabalhadores dirigem-se à sede em torno das 15h00 com as verduras/legumes colhidos durante o dia, para que sejam limpos e preparados para comercialização na feira de domingo. Em seguida, dirigem-se às granjas onde o esterco foi ensacado, carregam a carreta do trator e retornam à hataque, distribuindo-o pelos canteiros da

horta<sup>197</sup>. Por volta das 16h00/16h30 (aos sábados) quando encerram o trabalho mais cedo, os jovens retornam à sede, finalizando a semana de trabalho.

Na horta são cultivadas verduras em geral, tais como alface, agrião, rúcula, acelga, salsa, cebolinha, repolho, couve-manteiga, couve-flor, erva-doce, mostarda, nirá (verdura utilizada no preparo de pratos japoneses) e legumes tais como beringela, gobô (bardano), nabo, rabanete, cenoura, pimenta vermelha, brócoli, quiabo, batata-doce, mandioca, inhame, cará, abobrinha, pepino, rakio ("cebolinha")\*, gergelim, umê (groselha), alho, ervilha e ervilha torta, aspargo\*, campião toogã\*, cabu (nabo redondo)\* e frutas como morango\*, banana, maracujá e nêspera. Com exceção dos produtos assinalados destinados apenas ao consumo da comunidade, todos os demais são comercializados pela comunidade através da feira e/ou da quitanda/mercearia. Somente o umê (groselha) é enviado ao CEAGESP.

#### **9.1.2.3.1.3. A Cultura de Cereais**

Esta atividade ocupa apenas um trabalhador fixo da comunidade, um senhor de mais de 60 anos<sup>198</sup>, que é auxiliado nas épocas de plantio e colheita, bem como nas tarefas de limpeza da plantação, pelos "camaradas" e/ou pelo trabalhador que não possui atividade fixa na hataque.

Em janeiro de 1993 esta atividade deixou de ter um responsável direto, uma vez que o trabalhador que, até então, assumia esta tarefa, desmembrou-se da comunidade para trabalhar como dekassegui no Japão. Como não havia ninguém que pudesse ser deslocado de suas próprias atividades para dedicar-se definitivamente a ela, dois trabalhadores - um da horticultura e um dos jovens da fruticultura - decidiram, conjuntamente, dedicarem-se à mesma, após concluírem seus próprios afazeres cotidianos. Durante o dia eram auxiliados por um dos "camaradas", sobretudo nos casos de atividades que precisam ser concluídas em tempo hábil (como é o caso, por exemplo, do preparo da terra para o plantio). Quando, ainda assim, o serviço continuava atrasado, eles trabalhavam também aos domingos.

A jornada de trabalho neste setor varia de acordo com seus integrantes. O trabalhador de mais de 60 anos que permaneceu na atividade até meados de 1994 iniciava sua jornada às 6h00 e encerrava-a às 17h00. Os "camaradas" iniciam-na em torno das 7h00 e encerram-na às

---

<sup>197</sup> Nos tempos em que a produção de esterco era maior, outras culturas também eram adubadas (principalmente a cebola). Atualmente, porém, somente os canteiros de verduras recebem este tipo de adubação.

<sup>198</sup> Este trabalhador afastou-se de suas atividades desde meados de 1994 por problemas de saúde.

17h00. Já os dois trabalhadores que passaram a dedicar-se a esta atividade após a saída do seu responsável, iniciavam-na às 17h00 e encerravam-na por volta das 20:00/21:00<sup>199</sup>.

No entanto, com a saída do jovem que dedicava-se à fruticultura, ocorrida em meados de 1994, após desentendimento com o responsável pelo setor, a responsabilidade pelo cultivo de cereais ficou à cargo do trabalhador da horta que realiza os trabalhos mais "pesados". Sendo assim, a decisão sobre que produtos plantar, qual a área a ser plantada e em que época do ano iniciar o plantio passou a ficar sob sua responsabilidade. Tal decisão é tomada após consulta aos trabalhadores da horta, principalmente aos responsáveis pela fruticultura e pela horta, sem que haja necessidade de consulta à assembléia. Também estão sob sua responsabilidade a qualidade do solo e da produção, bem como o controle de pragas e da irrigação.

O trabalho é realizado comunitariamente sobretudo nos períodos de plantio e colheita, bem como quando há necessidade de concluírem um serviço de limpeza e/ou preparo da terra em um prazo pré-determinado. Nestas ocasiões os trabalhadores da horta organizam-se para realizar o serviço. Quando não há um prazo pré-determinado para que o mesmo seja concluído, dividem as tarefas da seguinte forma: o novo responsável pelo setor decide o que plantar, prepara a terra e planta, tanto nos horários que acabamos de expôr, quanto nos períodos de menor intensidade de trabalho no setor de horta, onde trabalha. O trabalhador que não possui atividade fixa e os "camaradas" adubam e carpem. A colheita é realizada comunitariamente<sup>200</sup>.

As atividades deste setor são realizadas durante todo o dia. Sempre que iniciam uma atividade, dedicam-se a ela até concluírem-na. Os produtos cultivados são arroz e moti-gome\* (arroz usado no preparo do moti, comida típica japonesa), soja\*, milho, pipoca, amendoim, feijão\*, azuki\* (feijão utilizado no preparo do ankô - doce de feijão), moyashi (broto de feijão), sobá\* (trigo sarraceno utilizado no preparo de macarrão) e mucuna preta\* (leguminosa utilizada para adubação orgânica) (**foto 28 a 30**). Em geral estes produtos destinam-se apenas ao consumo da comunidade (como é o caso dos produtos assinalados), sendo produzido em pequena escala. Nestes casos a comercialização só ocorre quando há produção excedente, a

---

<sup>199</sup> Para estes últimos não havia muita rigidez no horário, havendo inclusive dias em que não dedicavam-se a ela. Nota-se, claramente, um aumento da auto-exploração da força de trabalho para satisfação das necessidades dos integrantes (consumidores) da comunidade.

<sup>200</sup> Em geral o trabalhador fixo deste setor (o senhor de 60 anos que não trabalha mais na horta) era quem zelava pela limpeza das plantações: era ele quem carpia as plantações de arroz, amendoim, pipoca, milho, etc e, nas épocas de baixa produção, também fazia este serviço nos pomares de goiaba.



qual é feita *in natura* ou processada (no caso da soja, produzem o tofu) e/ou quando a próxima safra já está garantida.

Nos três casos - horticultura, fruticultura e cereais - a jornada de trabalho é interrompida duas vezes para as refeições. Às 9h00 para o almoço e às 13h00 para o café da tarde<sup>201</sup>. Nestas ocasiões os trabalhadores aproveitam para descansar um pouco no próprio galpão onde fazem suas refeições (em geral voltam ao trabalho uma hora após a interrupção para a refeição). Alguns lêem gibis japoneses (mangás), outros lêem a Bíblia, outros apenas descansam, em meio aos sacos de fertilizantes e às suas próprias ferramentas de trabalho. Apenas o responsável pela horticultura, via de regra, não descansa, voltando para os seus afazeres imediatamente após o término das refeições.

### **9.1.2.3.2. Na Sede**

#### **9.1.2.3.2.1. As frutas e o cafezal**

O trabalho nesta atividade é realizado por um trabalhador de mais de 60 anos, individualmente, em jornada integral de trabalho, durante todo o ano.

O início de sua jornada de trabalho se dá por volta das 6h15. Até as 8h45 é realizada a limpeza dos pomares; das 10h30 às 12h30 e das 14h30 às 16h00 são realizadas as podas, colheitas e/ou são preparados os produtos para comercialização - seleção e embalagem dos mesmos.

O trabalhador deste setor é responsável pelos pomares de kinkã, pekã, ponkã, mixirica, maracujá, laranja, caqui e banana existentes na sede e que ocupam uma área de 2500 m<sup>2</sup>, devendo zelar pela qualidade de sua produção. Cuida das plantas carpindo, adubando, realizando o controle de pragas, pulverizando com herbicidas e irrigando quando preciso. Além disso, realiza podas temporárias, para evitar que as árvores cresçam em demasia, dificultando a colheita. Também o trato do cafezal<sup>202</sup>, composto de 468 pés de café compreendidos em 10 hectares é de sua responsabilidade, sendo auxiliado pelos "camaradas" da hataque apenas nos períodos de colheita.

---

<sup>201</sup> Nos períodos em que vigora o horário de verão, estas pausas ocorrem, respectivamente, às 10h00 e às 14h00.

<sup>202</sup> O qual, nos primeiros anos da comunidade, chegou a ganhar prêmio de produtividade, atingindo a cifra de 80 sacas, numa média de 8 sacas por hectare.

Com exceção da laranja, onde quem colhe é o trabalhador responsável pelo transporte das mercadorias da comunidade para a quitanda/mercearia em Ilha Solteira-SP, o que é feito de acordo com a aceitação do mercado - a fim de evitar que muitas frutas acabem estragando, não chegando a ser comercializadas - todas as demais são colhidas e preparadas para comercialização seja na feira, na quitanda e/ou no CEAGESP (no caso da kinkã e caqui, por exemplo) pelo trabalhador do setor.

#### **9.1.2.3.2.2. A plantação do abacaxi**

Esta plantação começou a partir da iniciativa dos jovens trabalhadores da comunidade de ocuparem produtivamente um alqueire de terras que estava sem uso na sede, próximo ao barracão de criação do bicho da seda. Tratou-se de uma atividade extra e, como tal, foi realizada apenas aos domingos, uma vez que nenhum deles abandonou suas atividades cotidianas para dedicar-se apenas à cultura do abacaxi (que também era feita na hataque).

No início, durante as atividades de preparo da terra e plantio das mudas, os seis trabalhadores (cinco trabalhadores da hataque e mais o jovem trabalhador da pecuária leiteira) dedicaram-se à atividade comunitariamente. Durante a fase de adubação e controle de pragas com herbicidas, eles revezaram o serviço entre si, mas sempre realizaram-no apenas aos domingos. A fruta foi colhida também comunitariamente<sup>203</sup>, comercializada e consumida pela comunidade no período de fim de 1994 e janeiro/fevereiro de 1995.

Atualmente, o abacaxi está sendo cultivado em uma área próxima ao curral, até então ocupada pelo pasto, face à necessidade de sua reforma. Dedicam-se a esta atividade os dois trabalhadores da hataque (o trabalhador da horta que assumiu também o cultivo de cereais e aquele que não possui atividade fixa) e os três "camaradas". Segundo o depoimento do trabalhador que atualmente responsabiliza-se também pelos cereais, assim que acabarem as mudas de abacaxi, esta área será também ocupada pelo pasto novamente.

#### **9.1.2.3.2.3. O plantio de salsa, cebolinha verde e almeirão**

Esta atividade ocupa uma área de 600 m<sup>2</sup> e é realizada por uma trabalhadora de mais de 70 anos, que dedica-se a ela em alguns momentos do dia.

---

<sup>203</sup> Além dos trabalhadores que dedicaram-se à atividade desde o início, participaram da colheita os três "camaradas" da hataque, o trabalhador assalariado da sede, um integrante da comunidade que retornou do Japão e um sobrinho de membros da comunidade em visita à mesma.

Inicia sua jornada de trabalho às 6h00, com a colheita da cebolinha verde que será utilizada na cozinha pela comunidade. Por volta das 7h00 dirige-se aos canteiros (**foto 29**) realizando os tratos culturais, quando faz a limpeza, carpindo e retirando as folhas secas. Em seguida, passa a irrigar os canteiros<sup>204</sup> e, caso termine esta atividade antes do almoço (9h10/10h10), recomeça a carpir os canteiros e/ou a área ao redor dos mesmos. Somente após as 14h30 é que ela volta a dedicar-se à atividade, irrigando os canteiros novamente. Nos dias que antecedem os dias de comercialização, ou quando a equipe da cozinha solicita algum produto para o preparo de pratos específicos e/ou saladas, ela realiza também a colheita dos respectivos produtos.

Sua produção destina-se a abastecer a comunidade e à comercialização, na feira e/ou na quitanda/mercearia, não havendo envio desta produção para o CEAGESP.

#### **9.1.2.3.2.4. O plantio do gengibre, cabotchã, salsinha e almeirão**

Esta atividade também é realizada por uma trabalhadora de mais de 60 anos, em jornada parcial de trabalho, durante todo o ano. Trata-se da professora de nihongo (língua japonesa falada/escrita pelos membros da comunidade), uma das responsáveis pela organização da festa de Natal e que também auxilia nas atividades da cozinha, sempre que se faz necessário.

Sua jornada de trabalho nesta atividade inicia-se por volta das 7h00, após concluir seus afazeres na cozinha (limpeza do refeitório e das cebolinhas verdes que serão consumidas pela comunidade).

Ela é responsável pelo plantio, trato e colheita do gengibre, almeirão, salsinha e cabotchã<sup>205</sup>, bem como de algumas bananeiras, as quais ocupam uma área de 3000 m<sup>2</sup> (**foto 30**).

No caso do gengibre a época do plantio vai de agosto à dezembro, sendo que neste último mês, devido à abundância de chuvas, eles adquirem melhor qualidade. Ela nunca realiza todo o plantio de uma só vez. Sempre espaça a plantação e, desta forma, garante a colheita por um intervalo de tempo maior, além de evitar a sobrecarga de tarefas. A colheita deste produto se dá entre os meses de fevereiro a junho, sendo que neste último mês a comercialização atinge

---

<sup>204</sup> Utilizando uma mangueira e/ou um regador.

<sup>205</sup> Estes três últimos parcialmente, posto que há outras plantações dos mesmos produtos, seja na hataque, seja na sede, de responsabilidade de outros trabalhadores.

seu auge devido a sua utilização no preparo de bebidas consumidas durante as festas juninas, como por exemplo o quentão.

No caso do almeirão, o plantio é feito sempre que sobram as mudas. Na sede, além desta horta, há uma outra também com almeirão, de responsabilidade de outra trabalhadora. O almeirão é colhido e os maços são preparados para serem comercializados na feira e na quitanda. Já a salsinha e a cabotchã são semeadas normalmente, sem tempo certo para o plantio.

A produção da horta é comercializada na feira em Guaraçaí-SP e na quitanda em Ilha Solteira-SP, bem como consumida pela comunidade, sobretudo no caso do gengibre, produto presente na maior parte dos pratos japoneses.

Quando não há plantio e/ou colheita a serem feitos, ela dedica-se ao trato das plantações, seja carpindo (e desta forma evitando o alastramento de pragas), seja adubando, sempre com adubação orgânica: utiliza sempre o esterco de galinha e as folhas secas que caem das árvores ao redor de sua casa.

Não há uma separação rígida de tarefas, ou seja, aquelas realizadas apenas pela manhã e/ou aquelas realizadas apenas à tarde. Sempre que há disponibilidade ela dedica-se à horta, alternando-a com o auxílio nas atividades da cozinha, com o preparo dos produtos que chegam da hataque para comercialização e/ou consumo, com alguns momentos em que dedica-se ao estudo da língua japonesa e/ou da Bíblia, ou ainda com seus afazeres domésticos, consertos das roupas de uso diário, etc.

### **9.1.3. SERICICULTURA<sup>206</sup>**

#### **9.1.3.1. O significado comunitário da atividade**

Entre as atividades de produção desenvolvidas pela comunidade, a sericicultura é a terceira atividade a compôr o grupo daquelas às quais a comunidade dedica-se com o objetivo de comercializar a produção e consumir o excedente. Neste caso, porém, não há produção deliberada de excedente. Apenas o refugo - os casulos que não oferecem condições de

---

<sup>206</sup> Esta atividade deixou de ser realizada pela comunidade desde maio de 1994, quando o trabalhador responsável por sua execução desmembrou-se para emigrar ao Japão e trabalhar como dekassegui.

comercialização - são cedidos às senhoras da comunidade que produzem o futon<sup>207</sup>. Desta comercialização provém uma outra parte dos recursos financeiros para a aquisição dos produtos necessários mas não produzidos, caracterizando-se igualmente como produção simples de mercadoria (M->D->M). O bicho da seda é adquirido em Guaraçaí-SP, em um posto de vendas da Fiação de Seda BRATAC S/A, mesma empresa onde os casulos são vendidos e onde são adquiridos os implementos (bosques) para a cultura. Apenas uma pequena parte da renda obtida com a comercialização dos casulos é reinvestida na atividade, na compra de novas sementes. Os maiores volumes dispendidos com esta atividade são aqueles relativos à aquisição de novos bosques. Estes, por sua vez, só são adquiridos quando efetivamente não apresentam mais condições de uso, o que ocorre em intervalos grandes de tempo, já que o trabalhador que dedica-se a esta atividade zela pelas boas condições de seus instrumentos de trabalho.

Das atividades de produção, a sericicultura é a que menos trabalhadores ocupa: há apenas um fixo, enquanto dois outros - uma senhora<sup>208</sup>, que faz parte do rodízio da cozinha e o trabalhador assalariado - o auxiliam nos momentos de maior intensidade de trabalho.

São realizadas em média uma cultura a cada 20/25 dias. Não há cultura entre os meses de julho a setembro/outubro, período em que as amoreiras não crescem devido ao inverno.

### **9.1.3.2. A organização da produção: a atividade e a jornada de trabalho**

A sericicultura possui, ao todo, cinco áreas entre cultura, criação e serviços espalhadas pela sede da comunidade: duas delas ocupadas pelas plantações de amora utilizadas para alimentar os bichos da seda, o barracão de armazenagem das folhas de amora colhidas, o barracão da criação propriamente dito e o barracão onde a criação era realizada anteriormente, o qual passou a ser utilizado como depósito de material fora de uso (principalmente de bosques)<sup>209</sup>.

As atividades desenvolvidas na sericicultura podem ser agrupadas da seguinte forma: o plantio e trato das amoreiras; o corte das amoreiras; o trato dos bichos da seda; a montagem dos bosques; a limpeza das "camas" após a subida dos bichos aos bosques; a separação, limpeza e classificação dos casulos e a distribuição da produção.

---

<sup>207</sup> Endredon feito com o fio da seda.

<sup>208</sup> Trata-se de sua irmã.

<sup>209</sup> Este último barracão só é utilizado para criação ocasionalmente, nos anos em que a comunidade realiza as festas de Natal. Nestes casos, as apresentações são feitas no palco localizado no barracão de criação, sendo as cadeiras espalhadas no local onde ficam as "camas" com os bichos. Para não impedir a apresentação, a cultura de dezembro é realizada no barracão desativado.

O trabalhador fixo desta atividade possui jornada de trabalho integral. Seu início varia entre 3h00/4h00, e seu término entre 20h00/23h00, dependendo do estágio de desenvolvimento dos bichos, diariamente. Seu descanso ocorre apenas entre uma criação e outra, pois nem sempre há bichos disponíveis imediatamente após a entrega dos casulos. Normalmente cultivam de 20 a 30 gramas de bichos a cada vez, o que equivale a cerca de 40 a 60 mil bichos da seda. Enquanto aguarda a chegada dos bichos para a próxima criação, ele adianta a montagem dos bosques e a limpeza e arrumação do barracão de criação. Também durante os meses de julho a setembro/outubro a intensidade de trabalho diminui, posto que nesta fase não há produção de amoras para alimentá-los. Neste período aproveita para arrumar os bosques quebrados, deixar boa parte deles já montados e arrumar o que for preciso. Durante o verão a intensidade de trabalho aumenta, uma vez que o intervalo entre uma criação e outra diminui, já que os casulos se formam em menos tempo do que no inverno. Entre as criações realizadas no verão e as realizadas no inverno há uma diferença de 4 a 5 dias, concentrada no tempo de formação do casulo propriamente dito, já que o tempo de alimentação, nos dois casos, é o mesmo.

### **9.1.3.3. A atividade propriamente dita**

O trabalhador que dedica-se à sericicultura o faz desde que ingressou na comunidade em 1974, por ocasião do casamento de suas duas irmãs com integrantes da comunidade. Até 1990 aproximadamente ele auxiliava um outro casal que, por motivo de saúde, não mais participa desta atividade. Desde então ele passou a dedicar-se a ela individualmente.

Sua jornada de trabalho inicia-se às 4h00 da manhã nas primeiras dormências e às 3h00 na última (quando os bichos estão próximos de subirem ao bosque para fazerem os casulos), com a alimentação dos bichos. Dirige-se então ao barracão de armazenagem das folhas de amora onde estão as folhas colhidas no dia anterior e que irão compôr a primeira alimentação dos bichos. Em seguida, leva-as ao barracão de criação e cobre as "camas" onde eles estão com as folhas.

Os bichos chegam do entreposto da BRATAC no início da manhã, já na segunda dormência. São colocados sobre uma folha de jornal dupla, aberta na "cama", local onde irão ficar até subirem ao bosque. O trabalhador cobre os bichos com folhas de amora e, uma vez concluído o serviço, dirige-se à plantação de amora para cortar uma "rua"<sup>210</sup>, quantidade suficiente para alimentá-los no início. Os galhos das amoras são amarrados em feixes, para

---

<sup>210</sup> Expressão utilizada para referir-se a uma fileira de pés de amora.

facilitar seu transporte e armazenagem. Terminado o corte, eles são levados, com o auxílio de um trator, até o barracão onde são armazenados. Os feixes de amora são empilhados em pé neste barracão e, em seguida, molhados com o auxílio de uma mangueira, para que não ressequem ou murchem.

Uma vez concluída esta atividade o trabalhador dirige-se ao barracão de criação e passa a montar os bosques, para adiantar e facilitar o serviço no momento em que os bichos começam a fazer os casulos. Estes são montados da seguinte forma: com o auxílio de arames, treze quadrados de papel cartão, todos divididos em 156 unidades cada, são presos a uma armação de madeira. É preciso encaixá-los e deixá-los bem presos, para que não caiam com o peso dos bichos. Cada um dos bosques montados é empilhado em um canto para depois ser guardado em local apropriado.

À medida em que os bichos vão alimentando-se das folhas de amora eles vão subindo à superfície. O trabalhador deve, então, ficar atento e, toda vez que as folhas de amora estiverem repletas de bichos, é preciso separá-las. Para tal ele marca com pedaços de corda o local que será ocupado primeiro, forra o chão com folhas duplas de jornal abertas e coloca as folhas de amora repletas de bichos sobre as folhas de jornal. Em seguida, cobre tudo com as folhas de amora retiradas do barracão de armazenagem. Esta atividade repete-se de tempos em tempos, e é alternada com o preparo dos bosques durante todo o resto do dia de trabalho. À medida em que os bichos vão subindo, o trabalhador vai mudando e ampliando a "cama" onde os bichos ficarão até o momento de subirem ao bosque, a qual vai, aos poucos, sendo totalmente ocupada.

Esta primeira fase dura cerca de três a quatro dias. Durante este período os bichos permanecem acordados o tempo inteiro, comendo as folhas de amora, e são alimentados quatro vezes ao dia. Os bichos recebem a última alimentação à noite, por volta das 19h00/19h30. Após, apenas no dia seguinte pela manhã.

À medida em que vão crescendo é preciso aumentar a área de amora a ser cortada para alimentá-los. O trabalhador passa, então, a dispendir mais horas cortando a amora e alimentando os bichos, pelo que a montagem dos bosques deve estar bem adiantada. Decorrido este período eles entram na terceira dormência, quando então permanecem dormindo por um dia e uma noite. Nesta ocasião os bichos ficam em pé, presos às folhas de amora e não se alimentam. Durante este processo, eles também trocam de pele.

Ao acordarem desta dormência os bichos continuam comendo por mais quatro dias e, durante este período, o trabalhador continua realizando a atividade da mesma forma. Inicia sua jornada de trabalho por volta das 4h00 da manhã, dirigindo-se ao barracão para alimentá-los. À

medida que vai realizando essa tarefa, vai mudando os bichos de lugar, até que as três "camas" sejam totalmente ocupadas. Após o nascer do sol o trabalhador dirige-se à plantação de amora para cortá-las em quantidade suficiente para alimentá-los até o dia seguinte.

Decorridos mais quatro dias os bichos entram novamente em fase de dormência (a quarta dormência), a qual dura dois dias e uma noite. Neste período o trabalhador aproveita para adiantar o corte de amora e terminar a montagem dos bosques.

Finalmente os bichos atingem o último estágio de seu desenvolvimento, fase em que irão alimentar-se por uma semana consecutiva, cinco vezes ao dia. Trata-se do período de maior intensidade de trabalho, ocasião em que o trabalhador assalariado da sede desloca-se de suas atividades rotineiras para auxiliar no corte da amora. Nesta fase o trabalhador da sericicultura inicia sua jornada de trabalho às 3h00 da manhã e encerra-a por volta das 22h00/23h00.

Passada uma semana os bichos começam a subir nos bosques para fazer os casulos. Nesta ocasião, mesmo cobertos com as folhas de amora, eles não se alimentam mais. O trabalhador, então, coloca sobre as "camas" os bosques devidamente montados (**fotos 31 e 32**). Aos poucos eles vão subindo e ocupando, cada qual, uma das unidades de cada um dos treze quadrados que compõem um bosque. À medida em que estes vão sendo preenchidos, o trabalhador - nesta fase auxiliado por sua irmã<sup>211</sup> - suspende-os acima das "camas"<sup>212</sup>. Enquanto isto, os bichos que não atingiram ainda a fase de dormência continuam sendo alimentados. O trabalhador e sua auxiliar passam, então, a diminuir o espaço ocupado por eles. Aqueles que ficam localizados nas bordas das "camas" são retirados manualmente e colocados mais ao centro. É preciso muita atenção neste momento para não deixar escapar nenhum. Em seguida, cobrem a área que ainda está ocupada pelos bichos com novas folhas de amora e as áreas laterais com palha de arroz, para impedir que saiam para as laterais novamente, bem como para diminuir a área ocupada por eles e, desta forma, facilitar o serviço. Este processo é repetido até que todos os bichos tenham subido aos bosques, o que consome de um dia e meio a dois dias de trabalho (**fotos 33 e 34**).

De tempos em tempos é preciso observar se não há bichos já em dormência entre aqueles que ainda estão sendo alimentados, os quais são identificados por sua posição: eles ficam em pé, presos às folhas de amora, e movimentam-se de um lado para outro, soltando o fio de seda pela boca. Eles são retirados das "camas" manualmente ou com o auxílio de um par

---

<sup>211</sup> Que trabalha no rodízio da cozinha.

<sup>212</sup> Os bosques ficam suspensos e presos ao teto por ganchos de arame, enquanto os bichos fazem o casulo.



de ohashi<sup>213</sup> e, em seguida, colocados nos bosques já suspensos, para que possam fazer seus casulos. Ao fazerem os casulos, os bichos soltam o fio da seda pela boca, ficando totalmente cobertos por ele.

Os casulos formam-se após seis dias durante o verão e dez ou onze dias durante o inverno (**fotos 35 e 36**). Durante a formação dos mesmos o trabalhador desmancha as "camas", levando as folhas de amora secas até a plantação de amora, com o auxílio de um trator, para que sirvam de adubo orgânico. Com os casulos todos formados, ele passa a desmanchar os bosques e preparar os casulos para comercialização. Como esta etapa não pode demorar muito - sob pena da mariposa furar o casulo, o que comprometeria toda a produção - ele é auxiliado por sua irmã e pelo trabalhador assalariado da sede.

Os bosques são desmanchados um a um. É preciso examinar atentamente cada um dos treze quadrados que o compõem, verificando se não há casulos mal formados ou bichos que não chegaram a formar o casulo e apodreceram, os quais são retirados com o auxílio de um par de ohashi. Os quadrados com os casulos em bom estado são postos sobre a mesa, montada no mesmo local onde ficavam as "camas", e empilhados.

Após desmontar todos os bosques e examinar todos os quadrados, os casulos são retirados dos referidos quadrados. Para tal, o trabalhador prende-os em uma armação de madeira e, com o auxílio de uma estaca de madeira "dentada" com o mesmo número de repartições que o quadrado possui, pressiona os casulos linha por linha, fazendo com que se desprendam das mesmas.

Enquanto o trabalhador realiza esta tarefa, sua auxiliar e o trabalhador assalariado que o ajudam nesta fase encarregam-se de retirá-los definitivamente dos quadrados. Para tal, dobram os quadrados na diagonal e, enquanto seguram-nos com uma das mãos, puxam os casulos com a outra, os quais são postos sobre a mesa (**foto 37**). De tempos em tempos alternam as atividades. Este processo é repetido até que todos os casulos tenham sido retirados dos quadrados.

Os casulos são colocados em grandes cestas de palha. Após todos os quadrados terem sido devidamente limpos, passam a limpar os casulos. Os trabalhadores montam uma máquina composta de um trilho e quatro ou cinco arames que permanecem girando continuamente. Os casulos são passados pelo trilho para que os fios de seda em excesso fiquem presos. É preciso estar atento e separar os casulos duplos<sup>214</sup> bem como aqueles que porventura tenham sido amassados, posto que eles podem rebaixar o preço dos demais (**foto 38**). Novamente eles são

---

<sup>213</sup> "Palitos" japoneses.

<sup>214</sup> Formados quando dois bichos ocupam a mesma unidade dos quadrados para formarem os casulos.

armazenados nos cestos. Uma vez terminada esta operação os casulos devidamente limpos são embalados em sacos plásticos trançados e levados ao entreposto da Fiação de Seda BRATAC S/A em Guaraçai-SP, onde são comercializados.

Os casulos que formam-se na própria cama também são limpos e comercializados, porém a preços mais baixos. Os casulos muito amassados e/ou duplos são separados e entregues às senhoras da comunidade para que façam o futon. Esta atividade dura em média 20/25 dias, quando então inicia-se uma nova criação.

#### **9.1.4. PECUÁRIA LEITEIRA**

##### **9.1.4.1. O significado comunitário da atividade**

A comunidade dedica-se a esta atividade também por orientação do Professor Fujisaki. De acordo com ele, o consumo de leite (*in natura* e/ou sob a forma de derivados) é maior nos países desenvolvidos, com um nível cultural mais elevado. A importância do consumo do leite, que além de seu elevado valor protéico também é uma excelente fonte de cálcio, em estágio mais facilmente assimilável pelo organismo, também foi ressaltada e reforçada pelas passagens bíblicas que faziam menção a rios de leite e mel. Foi com base nestes argumentos que a comunidade passou a dedicar-se à pecuária leiteira, objetivando o seu auto-abastecimento. Também dedicaram-se durante um tempo à apicultura mas, devido ao grande desmatamento e à elevada utilização de agrotóxicos na região, a atividade não alcançou o sucesso desejado e acabou sendo abandonada.

Esta atividade, por sua vez, compõe o segundo grupo dentre as atividades de produção, formado pelas atividades às quais a comunidade dedica-se visando o seu próprio consumo, comercializando apenas o excedente, nos casos em que ele venha a ser produzido. Cerca de 80% da produção do leite é destinada ao consumo da comunidade. O restante é comercializado parte *in natura* - uma pequena parte -, com a venda feita diretamente na comunidade, e parte sob a forma de derivados (queijo) através da feira em Guaraçai-SP e/ou da quitanda/mercearia em Ilha Solteira-SP. Atualmente a produção comercializada sofreu um aumento, fruto da conjugação dos seguintes fatores: a implantação da ordenhadeira mecânica em agosto/93, quando o consumo do leite pelos bezerros começou a ser mais rigidamente controlado; inseminações artificiais que continuaram a ser realizadas, dando origem a um

número maior de fêmeas, as quais permanecem na comunidade, aumentando assim o rebanho e, por fim, a diminuição dos integrantes da comunidade, diminuindo, pois, o seu consumo.

A maior parte da receita proporcionada por esta atividade provém da comercialização quer de bezerros machos, quer de alguma vaca que, para a comunidade, começaria a ficar fora de produção. Para estes casos, porém, não há uma regularidade/periodicidade. Tudo irá depender da disponibilidade dos mesmos.

Das atividades de produção, a pecuária leiteira é uma das que menos trabalhadores ocupa: apenas dois (pai e filho) dedicam-se à atividade, sendo que o filho não o faz com regularidade diária, posto que, não raro deixa suas atividades para realizar atividades fora da comunidade<sup>215</sup>.

#### **9.1.4.2. A organização da produção: a atividade e a jornada de trabalho**

A pecuária leiteira possui, ao todo, cinco áreas entre cultura, criação e serviços espalhadas pela sede da comunidade, a saber: as plantações de cana-de-açúcar e de capim *napiér*, o pasto onde os animais ficam soltos, o barracão onde trituram a cana-de-açúcar e o capim que compõem o "volumoso" para a alimentação do gado e o curral propriamente dito, onde são feitas as ordenhas, a inseminação artificial e a aplicação de medicamentos e vacinas.

As atividades desenvolvidas pela pecuária leiteira podem ser agrupadas da seguinte forma: corte e trituração da cana-de-açúcar e do capim para compôr o "volumoso" da alimentação do gado; a alimentação do gado propriamente dita; ordenha; trato das novilhas; limpeza do curral; inseminação artificial; vacinação e/ou medicação necessária.

A jornada de trabalho desta atividade é integral. Seu início, bem como seu término, no entanto, são variáveis. Para o trabalhador mais velho, o início se dá por volta das 4h30 da manhã e para o trabalhador mais novo, por volta das 6h30/7h00. O término ocorre em torno das 17h00 quando os dois estão trabalhando e por volta das 18h00/19h00, quando apenas um faz o trabalho, dependendo do número de vacas para ordenhar. Esta atividade é realizada diariamente, sem interrupção.

---

<sup>215</sup> Por este trabalho fora recebe pagamento em dinheiro, o qual é destinado totalmente a gastos pessoais, não retornando nada ao caixa da comunidade. Fomos informados de que este jovem esteve afastado da comunidade no período de setembro de 1995 a março de 1996, quando empregou-se em uma fazenda em Guaraçaí-SP, durante o período de inseminação artificial de gado de corte.

### 9.1.4.3. A atividade propriamente dita

A jornada de trabalho desta atividade tem seu início variando de acordo com o trabalhador, como acabamos de mencionar. Logo cedo, antes de iniciar suas atividades, o trabalhador mais velho acende as luzes dos galpões da granja de postura, a fim de forçar uma situação de dia claro para as galinhas e, deste modo, estimular o início da produção mais cedo. Depois, cuida do ensacamento, no barracão, do fubá, quirera ou farelo de arroz que serão utilizados na ração para o gado. Após o café da manhã, entre 5h00/5h30, passa a preparar, no curral, a ordenha da manhã.

A preparação para a ordenha começa com a distribuição da ração, entre os cochos para as oito vacas e quatro novilhas que compõem o rebanho da comunidade<sup>216</sup>. Esta ração é composta por uma combinação de capim e cana-de-açúcar triturados no dia anterior ("volumoso"), concentrado (a ração propriamente dita), sais minerais e fubá. Quando há disponível, também utiliza-se quirera, farelo de arroz, palha de milho verde e milho duro. Cada uma das vacas possui o seu próprio cocho e o trabalhador que realiza esta tarefa sabe exatamente a quantidade de cada um dos componentes da ração em cada um dos cochos. Ele inicia este preparo colocando o "volumoso" em cada cocho. Depois, como o auxílio de um prato - que utiliza como medida - distribui o concentrado, os sais minerais, o fubá e os demais produtos, quando disponíveis (quirera, farelo de arroz, palha de milho verde e milho duro). Em seguida, mistura-os com as mãos, de forma a distribuir os componentes homogeneamente.

A quantidade de ração fornecida para as vacas varia de acordo com sua produção. Para aquelas recém-paridas a quantidade de concentrado aumenta, diminuindo à medida em que diminui a sua produção. Já a quantidade de capim e cana é livre para todas. De acordo com o trabalhador mais velho do setor, a quantidade de concentrado recomendada pelos veterinários é de um quilo para cada três litros de leite produzidos. No entanto, fornecer esta quantidade torna a atividade anti-econômica. Sendo assim, trabalham próximos da quantidade ideal, mas nunca exatamente nela.

Uma vez preenchidos todos os cochos com a ração, abre-se a porteira para que as vacas entrem para alimentar-se (**foto 41**). Uma a uma elas ocupam os seus lugares. Aquelas que estão produzindo leite têm sua repartição fechada com uma corrente, para que não possam sair ao terminarem a ração. As demais não ficam presas pela corrente e, assim que terminam, voltam ao pasto. Há também o "berçário", local onde permanecem os bezerros e novilhas que

---

<sup>216</sup> Dados referentes ao período de julho/outubro de 1993.

ainda não foram desmamados, onde recebem sua alimentação. Neste caso o trabalhador prepara a alimentação - composta por "volumoso", concentrado, sais minerais e fubá em pequena quantidade - separadamente em um balde, mistura todos os ingredientes e distribui entre os dois cochos existentes no "berçário".

A ordenha começa assim que as vacas "fora de produção" saem do curral. Uma a uma as vacas têm suas patas traseiras e rabos amarrados, para que não derrubem o balde de leite, e só então suas "tetãs" são limpas com um pano molhado em uma solução de água e cloro ou iodo para que possa iniciar-se a ordenha. Até agosto de 1993 ela era feita manualmente; a partir de então, passou a ser feita através de uma ordenhadeira mecânica - uma máquina que, a partir da ação do ar comprimido, extrai o leite das vacas sem contato manual<sup>217</sup>.

Enquanto esta atividade era desenvolvida manualmente, o leite era escoado em um balde e, após terminar de tirar o leite de cada vaca, todo o leite contido no balde era depositado em um latão e fechado. A operação era repetida com todas as vacas e, quando os dois trabalhadores realizavam a atividade, os dois ordenhavam a mesma vaca, agilizando assim a tarefa. Atualmente o processo modificou-se. Após a limpeza das "tetãs" das vacas, colocam-se as teteiras da ordenhadeira mecânica (**foto 42**). Com a ação do ar comprimido o leite é extraído das vacas e, passando por mangueiras plásticas, é depositado em um latão hermeticamente fechado, evitando assim qualquer tipo de contaminação. Estes latões não podem ser usados em mais de 2/3 de sua capacidade, posto que, pela ação da pressão exercida pelo ar comprimido, ao invés de puxar o leite da vaca para o latão, acabaria acontecendo o inverso, ou seja, o leite contido no latão é que seria puxado pelas mangueiras. Assim, toda vez que eles têm cerca de 2/3 de suas capacidades preenchidas, são trocados por outros. Esta operação é repetida até que a ordenha termine.

Concluída a ordenha, as teteiras e mangueiras são lavadas. Primeiro deixam escorrer um pouco de água para que o excesso do leite esorra pelas teteiras. Em seguida elas são lavadas, com o auxílio de uma máquina lavadora. A mangueira por onde esorre o leite é encaixada na máquina e as teteiras são depositadas em um balde com água e detergente químico ultra forte, próprio para este fim. Com a ação do ar comprimido a água movimentam-se e a solução circula por entre as teteiras e a mangueira. Esta operação demora 10 minutos. Depois, colocam-se as teteiras em um outro balde somente com água e repete-se a operação por mais 10/15 minutos, até que elas estejam devidamente enxaguadas e limpas.

Enquanto a ordenha era feita manualmente, as vacas que estavam amamentando bezerras eram as últimas a serem ordenhadas. Após ordenhar a maior parte do leite, o bezerro

---

<sup>217</sup> Esta ordenhadeira mecânica foi recebida como presente de um de seus filhos, ex-integrante e residente da comunidade.

era levado até ela para ser amamentado. No entanto, como o excesso de leite causa desintéria nos bezerros, frequentemente tinham que entrar com medicação para estancá-la. Atualmente, como todo o leite é esgotado pela ordenhadeira, após a ordenha e a lavagem da ordenhadeira, os bezerros são alimentados com o auxílio de uma mamadeira (**foto 43**). Desta forma é possível exercer um controle mais eficaz sobre a quantidade de leite ingerida pelo bezerro diariamente (4 litros diários, dois a cada ordenha).

Após o término da ordenha matutina, entre 7h30/8h00, é feita a limpeza do curral e, caso haja necessidade, vacina-se e/ou medica-se o gado. Quando não há este tipo de trabalho para ser feito, a ordenha matutina encerra-se com a limpeza do curral. O leite ordenhado é levado até o refeitório, para que as cozinheiras se encarreguem de fervê-lo para o consumo e de fazer o queijo<sup>218</sup>. O leite vendido *in natura* é retirado pelo comprador ainda no curral, ao preço de R\$ 0,20 o litro<sup>219</sup>.

Durante três dias na semana (quando o serviço acaba mais cedo) o trabalhador mais velho dirige-se à plantação de cana-de-açúcar para cortá-la. A quantidade de cana consumida varia de acordo com a época do ano, aumentando nas épocas de inverno (seca) - quando o capim usado na composição da ração demora mais para crescer - e diminuindo nas épocas de verão (chuva) - períodos de melhor crescimento do capim. Um dia após o término de seu corte é feito o serviço de retirada da palha seca e, no dia seguinte, as canas já limpas são transportadas até o barracão onde serão trituradas<sup>220</sup> (**foto 44**). Nos dias em que o trabalhador mais novo não está ocupado com outras atividades, ele também participa do transporte da cana. Nestes casos, dedica-se a esta atividade sozinho e/ou com o auxílio do trabalhador assalariado da sede.

Após o descanso do almoço, o trabalhador mais velho corta o capim **napier**. Da mesma forma que a cana, a quantidade de capim cortada e consumida pelas vacas varia de acordo com sua disponibilidade. Normalmente este serviço termina por volta das 12h30/13h00. Por volta das 13h30 passa-se à trituração do capim e da cana que irão compôr o "volumoso" da ração da tarde e da manhã seguinte (**foto 45**). Esta consta da passagem pela máquina de quantidades alternadas de capim e cana-de-açúcar. Após tudo triturado, coloca-se o "volumoso" em um carrinho e limpa-se bem a máquina e o chão para evitar que o excesso de cana-de-açúcar deixado possa enferrujar a máquina. Uma vez concluído este serviço, o mesmo

---

<sup>218</sup> Não há necessidade de ferver o leite para fazer o queijo, a menos que ele esteja contaminado. Algumas vezes as cozinheiras aquecem-no para facilitar a fermentação.

<sup>219</sup> Conforme dados fornecidos pelo trabalhador mais velho do setor, em maio de 1996.

<sup>220</sup> Neste dia fica-se na dependência da disponibilidade do trator e, não raro, este serviço é feito durante o horário do almoço (9h10/10h00), período em que, em geral, o trator não está sendo usado.

é transportado até o curral e inicia-se a ordenha do período da tarde, nos mesmos moldes da que é feita pela manhã.

A inseminação artificial também é feita por eles mesmos, sempre após a ordenha da tarde (**foto 46**). Para tal, utilizam sêmem importado de boi de raça holandesa, adquirido da PECPLAN-BRADESCO através do representante em Andradina-SP, ou da empresa Lagoa da Serra<sup>221</sup>, com sede em Minas Gerais. Os sêmens que serão utilizados na inseminação são armazenados em local apropriado e, dependendo da vaca a ser inseminada, utilizam um ou outro tipo. Para a inseminação eles preferem utilizar sêmem importado porque estes trazem todos os dados e informações sobre o reprodutor, necessários para a escolha correta, de acordo com a vaca que será inseminada. Já os produtos nacionais, de acordo com informações dos trabalhadores da pecuária leiteira, não trazem estas informações.

Normalmente compram dez doses de cada reprodutor, as quais, armazenadas em condições adequadas - butijões de gás nitrogênio a -196°C (que devem ser abastecidos a cada oito semanas, não podendo nunca ficar com menos de 15 cm de sua capacidade preenchida) - nunca perdem a validade. Possuem, pois, todo o aparelhamento necessário e realizam um controle da inseminação de forma a não acumular o nascimento de muitos bezerros num mesmo período. Os bezerros são comercializados, ficando a comunidade apenas com as novilhas. Também o controle de doenças, vacinação, complicações de parto (exceto quando há necessidade de ser feita operação cesariana) são resolvidos pelos dois trabalhadores, em geral pelo trabalhador mais jovem, que possui conhecimento prático na área veterinária.

Até atingirem a idade adulta (época da primeira cria), as novilhas recebem vacinas contra *Carbúnculo Sintomático*, popularmente conhecida como *Manqueira*, de seis em seis meses, chegando a receber cerca de três a quatro doses até atingirem aproximadamente os dois anos de idade. Trata-se de uma doença fatal e, portanto, a vacina não deve deixar de ser veiculada. Decorridos esses dois anos, o animal já adquiriu a devida resistência, não havendo mais necessidade de reaplicação periódica. A partir de então, recebem nova dose apenas nos casos de surto na região. Esta doença atinge principalmente o gado com maior teor de gordura no corpo. Ocasionalmente inchaço nas paletas, fazendo com que ele comece a mancar. Provoca febres intensas que acabam levando-o à morte. Trata-se de doença contagiosa.

Outra vacina fornecida antes de atingirem a idade adulta é contra a *Brucelose*, a qual deve ser veiculada dos quatro aos nove meses de idade. Trata-se de doença contagiosa que provoca aborto nas vacas. Algumas vacas espelem as bactérias pelo leite, o que não irá

---

<sup>221</sup> Ao adquirirem o sêmem desta última empresa, foi enviado um veterinário que, após examinar as vacas, indicou o sêmem adequado para ser usado.

ocasionar nenhum tipo de problema no caso do consumo do leite fervido, posto que as bactérias não resistem a altas temperaturas. Já no caso de consumo à temperatura ambiente, como no caso do queijo, elas chegam a resistir cerca de duas a três semanas. Uma vez no corpo humano, estas bactérias podem agir atingindo o aparelho reprodutor, causando a esterilidade; atingindo as glândulas linfáticas, causando tumores, ou ainda agindo como a malária, causando mal-estar sempre no mesmo período do dia. Em todos os casos possuem ação prolongada, posto que são de difícil diagnóstico.

Outra forma de espelirem a bactéria é através da urina, o que irá colocar em risco de contaminação o trabalhador que realizar sua ordenha e/ou outros animais do rebanho. Em geral o animal molha a ponta do rabo com a urina onde a bactéria acaba se instalando. Ao abanar a cauda, esta pode atingir o olho, a boca ou ainda ferimentos expostos da pessoa que trabalha na ordenha, o que pode causar sua contaminação. Outros animais do rebanho podem ser contaminados desta mesma forma.

No caso de vacinarem animais adultos, a vacina causa uma reação semelhante à ação da própria doença, qual seja, o aborto, e tem efeito por um prazo indefinido (há casos em que em um curto período ele desaparece, bem como casos em que prolonga-se indefinidamente). Ao fazerem o exame de sangue para diagnosticar a causa do aborto, o resultado do exame de uma vaca brucélica e o de uma vaca vacinada em fase adulta é o mesmo, impedindo, pois, que se descubra se ela está ou não contaminada.

Com o passar do tempo, as vacas contaminadas acabam adquirindo uma certa resistência à doença. Sendo assim, na primeira cria o aborto acontece logo no início da gestação; na segunda cria, acontece nos últimos meses da gestação; na terceira cria o bezerro chega a nascer, mas morre; da quarta cria em diante, embora fraco, o bezerro consegue sobreviver, porém já nasce contaminado. Nos casos de contaminação de machos, o trabalho de detectar e diagnosticar a doença é mais fácil, posto que os sintomas apresentados são visíveis: seus testículos começam a crescer de forma desigual. Os bezerros contaminados são isolados e as vacas devem ser vacinadas, para que não haja risco de contaminação.

Além destas duas vacinas, o rebanho recebe também, duas vezes ao ano, em março e em setembro, vacina contra *Aftosa*. Trata-se de doença passageira, que provoca febre bastante elevada, ocasionando perda de peso, o qual demora a ser recuperado; provoca frieira partindo o casco e criando "bicheira" e ataca a mucosa bucal criando feridas, fazendo com que o animal pare de se alimentar. É uma doença contagiosa, de fácil propagação, mas não é fatal. O homem pode ser contaminado através do consumo do leite cru, mas este tipo de doença não costuma deixar sequelas (como acontece com a *Brucelose*).



Outras vacinas como contra a *Paratifo*, são ministradas apenas no caso de surto próximos à região. Trata-se de doença que ataca apenas bezerros recém-nascidos, devendo ser vacinados a vaca preta prestes a parir e o bezerro recém-nascido.

Outras medicações também são fornecidas, tais como soros, antibióticos, vitaminas, etc no caso de adoecerem. Os próprios trabalhadores aplicam a medicação, a qual, na maioria das vezes é feita pelo mais jovem. Muito dificilmente recorrem a veterinários. Normalmente são eles próprios quem diagnosticam a doença e decidem pelo medicamento apropriado, servindo-se dos conhecimentos adquiridos na prática cotidiana (experiência e observação).

De acordo com a opinião do trabalhador mais velho deste setor, analisando-se sob a ótica capitalista de produção, o leite sempre foi um mau negócio, pois trata-se de um produto perecível, que deve ser comercializado em um curto período de tempo, impedindo a retenção da mercadoria, à espera de uma possível melhora no preço. Ao contrário, são obrigados a entregar a produção sem questionar o preço, o qual é ditado pelas grandes indústrias de derivados de leite, como a NESTLÉ. No entanto, passa a ser um bom negócio se pensado sob a ótica camponesa de produção: produzir para consumir, garantindo uma alimentação mais saudável, vendendo-se apenas o excedente ou seus derivados.

## 9.1.5. SUINOCULTURA

### 9.1.5.1. O significado comunitário da atividade

Entre as atividades **de produção** desenvolvidas pela comunidade, a suinocultura é também uma das quais a comunidade dedica-se com o objetivo de consumir a produção e comercializar o excedente<sup>222</sup> tendo, pois, importância enquanto fornecedora de parte da alimentação, assim como da matéria-prima para a produção de produtos de limpeza utilizados na cozinha e na lavanderia.

Embora a base da alimentação da comunidade seja de produtos vegetais, dedicam-se à suinocultura para a obtenção da banha para o preparo da alimentação e da carne para o preparo da linguiça (**fotos 47 e 48**). Obtêm daí também as gorduras para o preparo do sabão líquido -

---

<sup>222</sup> Nos primeiros anos de existência da comunidade esta atividade pertencia ao outro grupo, ou seja, era uma atividade à qual dedicava-se objetivando sua comercialização, já que o consumo de carne feito por seus integrantes é ocasional. Esta atividade, inclusive, teve seu início incentivado pela administração da fazenda 320, quando da solicitação de aumento das retiradas semanais. Para maiores detalhes sobre esta passagem, ver capítulo sobre a formação e as formas de organização da comunidade.

para a lavagem das louças - e em barra - para a lavagem das roupas. Os suínos são abatidos normalmente uma vez por mês, ocasião em que a comunidade também consome sua carne ou derivados. Caso a quantidade de banha não seja suficiente e haja necessidade de um novo abate, a quantidade de carne excedente é comercializada com a vizinhança.

Das atividades **de produção**, a suinocultura é uma das que menos trabalhadores ocupa: são dois trabalhadores fixos<sup>223</sup> - ambos com mais de 70 anos - e um que os auxilia na limpeza de uma parte do chiqueiro todas as manhãs.

Atualmente a comunidade conta com 50 cabeças em seu rebanho de suínos<sup>224</sup>, todos da raça "Landrace" e "Large Howait", suínos de grande porte.

#### **9.1.5.2. A organização da produção: a atividade e a jornada de trabalho**

A suinocultura possui, ao todo, três áreas entre criação e serviços espalhadas pela sede da comunidade: o chiqueiro - composto pela maternidade e pelas unidades de crescimento, de reprodução e de engorda - o barracão onde preparam a "lavagem" (localizado atrás do refeitório) e o barracão onde preparam a ração, este último compartilhado com a granja.

O trabalho da suinocultura pode ser agrupado da seguinte forma: a limpeza da maternidade e das unidades de engorda do chiqueiro, a distribuição da ração e da "lavagem" para os porcos, o preparo da ração, o preparo da "lavagem" e o transporte da ração e da "lavagem" até o chiqueiro.

Esta atividade possui jornada integral de trabalho para seus trabalhadores fixos e parcial para aquele que os auxilia em apenas uma parte das atividades. A jornada de trabalho parcial inicia-se às 6h30 e encerra-se às 8h00, enquanto que a integral vai das 6h30/7h00 às 17h00/17h30.

#### **9.1.5.3. A atividade propriamente dita**

O início da jornada de trabalho ocorre às 6h30 e se dá com a limpeza da "maternidade" e das unidades de "engorda" do chiqueiro - as únicas partes cimentadas - atividade que é realizada pelo trabalhador que dedica-se à suinocultura em jornada parcial de trabalho. Tais áreas são varridas e o lixo é colocado em local apropriado. Em geral, o

---

<sup>223</sup> Destes, a trabalhadora que realizava a maior parte das atividades faleceu no início de 1995, ficando a atividade totalmente a cargo do outro trabalhador fixo.

<sup>224</sup> No auge da atividade, a comunidade chegou a contar com 300 cabeças em seu rebanho.

trabalhador que realiza esta atividade quando a encerra auxilia sua esposa a carpir em torno dos galpões da **granja de criação** e/ou ao redor de sua casa, sempre que necessário.

Enquanto o trabalhador que apenas auxilia na atividade termina seu serviço, a trabalhadora do setor inicia suas atividades com a retirada das sobras de ração do dia anterior e a limpeza dos comedouros do chiqueiro, com uma espécie de espanador feito de palha. Em seguida, a ração é colocada em duas latas de 18 litros, colocadas próximas à maternidade - local em que os porcos recém-nascidos permanecem até atingir 30 dias de vida. Depois, espalha-se capim cortado em cada um dos cercados já limpos da unidade de engorda, onde ficam os porcos em idade adulta.

Enquanto isto, o outro trabalhador recolhe os galões com a "lavagem" preparada no dia anterior, as latas com o caldo da "lavagem" e o soro do leite separado pelas cozinheiras quando do preparo dos queijos, junto ao barracão de preparo da "lavagem", colocando-os em uma carreta acoplada ao trator. Recolhe também o refugo dos produtos preparados para comercialização na feira, na quitanda/mercearia ou no CEAGESP junto ao barracão onde esta atividade é realizada, e transporta-os para o chiqueiro para sua distribuição.

A distribuição da alimentação para os suínos inicia-se com a colocação do soro do leite em todos os comedouros. As sobras são despejadas nas latas com o caldo da "lavagem" e distribuídas na maternidade e nas unidades de engorda, para os suínos adultos (neste caso apenas quando há quantidade suficiente). Concluída esta tarefa, passa-se a preparar a última parte da alimentação matinal feita conjuntamente pelos dois trabalhadores fixos da suinocultura. Esta preparação consiste na colocação de porções de ração dentro do galão com a "lavagem", os quais são misturados com o auxílio de uma colher de pau. Em seguida, esta mistura é despejada em latas menores e distribuída aos porcos, inicialmente na maternidade e nas unidades de engorda e, por fim, nas unidades de crescimento e de reprodução. Concluído este serviço, as latas são colocadas na carreta acoplada ao trator e levadas ao barracão de preparo da "lavagem" pelo trabalhador, onde são guardadas.

A partir de então, os demais serviços que compõem esta atividade são divididos entre os dois trabalhadores fixos e realizados individualmente. A trabalhadora passa a dedicar-se à limpeza das áreas ao redor do chiqueiro e, uma vez concluída esta atividade, inicia a separação do refugo dos produtos comercializados na feira e na quitanda/mercearia e/ou CEAGESP, etc. Concluída a separação, passa ao preparo dos ingredientes, cortando aqueles que devem ser cortados e despejando-os no latão onde os mesmos serão cozidos. Estes trabalhos são realizados até o café da tarde.

Após o café, começa o cozimento dos ingredientes que irão compôr a "lavagem" no dia seguinte (verduras, legumes, tubérculos, frutas e as sobras da cozinha, da feira ou da quitanda/mercearia). No final da tarde, por volta das 17h00, dirige-se ao chiqueiro para alimentar os suínos novamente, desta vez apenas com ração.

Enquanto isso, o outro trabalhador após o transporte das latas vazias até o barracão de preparo da "lavagem", dedica-se ao corte de capim para ser distribuído na manhã seguinte, ou então realiza alguma atividade de manutenção no chiqueiro, caso se faça necessário. Uma vez por semana prepara a ração composta de milho triturado e concentrado na proporção de 60% e 40% respectivamente, ensaca-a e transporta-a até o chiqueiro, para distribuição durante a semana.

## **9.2. AS ATIVIDADES DE SERVIÇO**

### **9.2.1. COZINHA E ATIVIDADES AFINS**

#### **9.2.1.1. O significado comunitário da atividade**

Entre as atividades **de serviço** realizadas pela comunidade, a cozinha e suas atividades afins são, sem dúvida, de grande importância. É através destas atividades que todos têm garantido as quatro refeições diárias que compõem sua alimentação, além de outros como o aquecimento da água que vai para o furô e os chuveiros.

Sua principal característica está no fato de ser nesta atividade que as jovens aprendem a preparar alguns pratos, através do auxílio que prestam às cozinheiras. A cozinha também é a atividade de serviço que mais trabalhadoras ocupa. São, no total, seis, divididas em três duplas que se dedicam às atividades da cozinha propriamente dita. Há também o auxílio prestado pelas trabalhadoras da granja em algumas atividades, como o preparo do café da tarde de domingo e/ou o preparo de pratos para festas; e de uma trabalhadora que é a responsável pelo corte de verduras e legumes para uso na cozinha.

Nos primeiros anos de formação da comunidade, eram as trabalhadoras mais velhas que dedicavam-se a esta atividade. À medida que as mais novas iam casando, elas passavam a

auxiliar nas diversas atividades que a compõem sem, no entanto, responsabilizarem-se pelo preparo das refeições durante a semana. Apenas no momento em que as trabalhadoras mais velhas julgavam-nas aptas para assumirem as atividades sozinhas é que elas passavam a responsabilizar-se por elas integralmente, passando a compôr a equipe da cozinha e a fazer parte de seu rodízio. A partir de então, as trabalhadoras mais velhas afastavam-se definitivamente das atividades da cozinha, passando a dedicarem-se a outras atividades.

Atualmente, como as mais jovens têm freqüentemente deixado a comunidade por diferentes motivos, entre os quais casamentos com não-integrantes da comunidade, estudar, trabalhar em outra atividade, etc e como não têm ocorrido novas adesões em seu quadro de componentes, as trabalhadoras que assumiram as atividades da cozinha no início da formação da comunidade permanecem ainda hoje nestas atividades<sup>225</sup>.

Além das atividades realizadas na cozinha, há outras atividades **de serviço**, desenvolvidas pela mesma equipe, durante as semanas em que não estão em *tobã*<sup>226</sup>, as quais são importantes para o bom andamento não só do próprio trabalho realizado na cozinha, como também pelo realizado pela comunidade como um todo.

Para a realização das atividades afins a equipe da cozinha conta ainda com o auxílio de mais quatro integrantes da comunidade - três delas já idosas - e, esporadicamente, com o auxílio das trabalhadoras da granja e/ou de visitantes, estes últimos principalmente nos períodos de férias escolares. Estas atividades possuem um caráter complementar, pois facilitam o dia-a-dia dos demais membros da comunidade, bem como diminuem a sobrecarga de atividades para algumas das trabalhadoras.

Entre estas atividades, as realizadas pela equipe da cozinha são: as atividades de **apoio à cozinha** (lavagem de verduras e legumes consumidos pela comunidade, preparo das galinhas *haikei* para consumo da comunidade, preparo do *shoyu*, *missô*, sabão - líquido e em pedra - e o *furotobã*<sup>227</sup>) e as de **preparo para a semana de trabalho** (torrefação do café, preparo de massa de tomate, doces e geléias), estas últimas realizadas pela dupla que irá entrar em *tobã* na próxima semana. Já as realizadas pelas senhoras mais idosas (com mais de 70 anos) são a secagem e armazenagem das louças do café da manhã e o preparo da *cebolinha verde* e/ou de outros legumes para uso das cozinheiras. A forma de organização do trabalho para a realização destas atividades, por sua vez, se dá de uma maneira diferente. Para tal as

---

<sup>225</sup> Há apenas uma exceção, para o caso de uma delas que, desde maio de 1993, afastou-se de suas atividades na cozinha para poder dedicar-se à granja e, desta forma, cobrir a lacuna deixada pelo desmembramento de uma de suas antigas trabalhadoras, por ocasião de seu casamento com um não-integrante da comunidade. Até então, eram sete os trabalhadores que integravam a equipe da cozinha.

<sup>226</sup> Esta expressão é usada para indicar que a pessoa está em atividade na cozinha durante aquela semana.

<sup>227</sup> O fornecimento de lenha para ser utilizada na cozinha e na caldeira que aquece a água usada no *furô* e nos *chuveiros*.

trabalhadoras organizam-se ora em duplas, ora individualmente, ora em grupos maiores, ocupando até outras que não fazem parte do rodízio da cozinha, dependendo da atividade a ser realizada.

A principal característica das atividades realizadas pelas senhoras mais idosas está no fato de continuar mantendo "na ativa" trabalhadoras que, pelo avanço da idade, não podem mais dedicar-se a atividades que exijam um esforço físico mais acentuado. Tal fato é de grande importância para a vida destas pessoas, pois além de mantê-las ocupadas - e desta forma lúcidas - reflete a preocupação da comunidade com relação aos seus membros mais idosos. Enquanto a maior parte da sociedade trata-os como inúteis e estorvos, a comunidade, ao contrário, procura integrá-los o máximo possível em suas atividades, mostrando que, apesar da idade, aquelas que ajudaram a formá-la podem continuar contribuindo, caso queiram, para o seu andamento. Exemplo vivo disto é uma camponesa de 100 anos que, ainda hoje, mantém-se lúcida e trabalhando. É bom ressaltar, no entanto, que a participação destas trabalhadoras é livre, podendo as mesmas não dedicarem-se a elas, caso não se sintam dispostas a fazê-lo.

### **9.2.1.2. A organização do serviço: as atividades e a jornada de trabalho**

#### **9.2.1.2.1. A cozinha**

A cozinha possui seis espaços de serviços, cinco deles localizados na sede e apenas um na hataque. Os espaços de serviço situados na sede concentram-se no mesmo local e podem ser agrupados da seguinte forma: a **cozinha** propriamente dita, onde as refeições são preparadas; a **dispensa**, onde são armazenados os alimentos e utensílios da cozinha, preparados o shoyu e o missô consumidos pela comunidade, moído o café que será consumido no dia, depositados os alimentos não perecíveis e perecíveis, estes últimos armazenados em uma câmara fria; o **refeitório**, onde são servidas as refeições; o **forno de barro**, localizado do lado de fora da cozinha, onde assam o pão consumido na semana, bem como outros tipos de pratos, como bolachas, ampam<sup>228</sup>, bolos, etc e, por fim, dois "**fogões**" à **lenha**, também localizados do lado de fora da cozinha, onde são preparados doces, geléias, onde cozinham o macarrão para o udom ou preparam o arroz para o moti e também onde preparam o sabão para uso na cozinha ou na lavanderia. Na hataque o espaço de serviço ocupado pela cozinha é composto por uma pequena parte de um dos barracões - o maior deles - que utilizam para armazenar seus instrumentos de trabalho, fertilizantes, adubos, herbicidas, pesticidas,

<sup>228</sup> Espécie de manjou (doce feito à base de feijão). Neste caso, a massa é de pão e o recheio é de doce de feijão (ankô).

sementes, etc. Neste local há apenas uma mesa, dois bancos, um fogão e uma geladeira, que utilizam para preparar algum prato (normalmente fritura de carne seca) ou para guardar alimentos que podem estragar se não forem armazenados corretamente (em geral deixam chá, leite, manteiga, maionese e geléias na geladeira). A comida, porém, é preparada na sede e não é requentada na hora de ser servida.

As atividades desenvolvidas pela cozinha podem ser agrupadas da seguinte forma: preparo das refeições, preparo do café e chá, preparo de saladas e sucos, preparo do udom, preparo do queijo e do tofu (este último quando há soja disponível), preparo de um prato especial para domingo, arrumação das prateleiras da cozinha, preparo das mesas para as refeições, arrumação da cozinha após as refeições, limpeza do refeitório e preparo do shoyu e missô para uso próprio.

As seis trabalhadoras da cozinha dividem-se em três duplas, cada uma delas assumindo as atividades por uma semana - o tobã - e descansando/dedicando-se a outros afazeres por outras duas. A jornada de trabalho na cozinha inicia-se às 3h30 com o preparo do almoço para os trabalhadores da hataque, e encerra-se após o jantar, por volta das 19h00/20h00. Há, durante a jornada, três pausas para descanso, das 5h40 às 7h00; das 9h30 às 12h00 e das 14h30 às 16h00. Nestes intervalos as trabalhadoras aproveitam para descansar e/ou para colocar seus afazeres domésticos em dia, tais como lavar as roupas de uso diário da família, limpar suas casas, cuidar de suas plantas, costurar para a família, etc. Cada uma delas utiliza seu tempo livre da maneira que julgar melhor.

#### **9.2.1.2. Atividades afins**

Estas atividades possuem seus espaços de serviço concentrados na sede da comunidade, mais especificamente no refeitório e em suas áreas contíguas, a saber, a área próxima ao forno de barro e a área externa ao refeitório. Estas atividades são realizadas tanto pela equipe que se reveza na cozinha quanto pelas senhoras mais idosas que ainda hoje mantêm-se na ativa.

Para a realização destas diversas atividades que compõem os outros afazeres, quer da equipe da cozinha, quer das senhoras mais idosas, as trabalhadoras ora trabalham individualmente, ora organizam-se em duplas ou ainda em grupos maiores. Não há uma jornada de trabalho previamente determinada para a realização desta atividade. De acordo com o serviço que há para ser realizado, o tempo necessário para concluí-la ou o horário em que

irão realizá-lo sofre algumas alterações. Em geral espalham-se por todo o dia de trabalho, das 6h00 às 20h00.

### 9.2.1.3. A atividade propriamente dita

#### 9.2.1.3.1. Cozinha

Esta atividade ocupa, atualmente, seis senhoras, divididas em três duplas que se revezam entre si. As duplas em geral são fixas, mesclando-se entre si por motivo de doença ou quando alguma delas, por algum motivo, precisa ausentar-se da comunidade naquela semana. Neste caso o intervalo entre uma semana de trabalho e outra pode diminuir ou mesmo deixar de existir para a trabalhadora que for substituir a ausente. Não há uma "escala" estabelecida determinando quem deverá preencher a lacuna. Este acordo é feito entre elas. Em geral cada uma delas solicita o preenchimento àquela com que tem maior afinidade, a título de "favor". Este revezamento também entre as duplas garante um entrosamento ainda maior entre elas<sup>229</sup>.

A dupla que executa o serviço durante a semana, divide-o entre si, entre **fogão** e **mesa**. A trabalhadora que inicia a semana de trabalho no **fogão**, é responsável pelo preparo das refeições de segunda à quarta-feira, devendo preparar (cortar, lavar, etc) todas as verduras e legumes que serão utilizados no preparo dos pratos. Há também uma outra senhora que costuma ajudar nesta tarefa pela manhã. Para tal, a responsável pelo preparo das refeições deve separar as verduras e legumes que serão utilizados, e orientar como quer que os mesmos sejam cortados. Entretanto, não são todas as trabalhadoras da cozinha que lhe solicitam este tipo de ajuda. Há aquelas que preferem fazê-lo sozinhas.

À medida em que os pratos vão ficando prontos, são colocados em uma mesa central no refeitório. Na hora das refeições - cujo horário é indicado pelo toque do berrante - cada um faz o seu próprio prato e senta-se às mesas (homens em uma mesa e mulheres em outra)<sup>230</sup>. Quando todos - ou a maior parte - já estão com seus pratos prontos sobre as mesas, o reverendo - ou em sua ausência uma outra pessoa<sup>231</sup> - convida a todos a realizarem uma oração agradecendo o alimento recebido. Só então é que eles começam a comer. Este procedimento é

---

<sup>229</sup> Até maio de 1993, antes da saída de uma das trabalhadoras da equipe da cozinha para trabalhar na granja, a equipe era formada por sete integrantes, o que fazia com que as duplas sempre estivessem alterando-se. Além disso, o intervalo entre um tobã e outro também variava, sendo uma vez de duas semanas e outra de três.

<sup>230</sup> Este padrão é quebrado por algumas mulheres que sentam-se na mesma mesa que os homens - a esposa do reverendo, duas trabalhadoras da cozinha e, às vezes, as filhas de uma delas - e por um senhor que senta-se à mesa das mulheres, próximo à sua esposa, por precisar de ajuda para fazer seu prato.

<sup>231</sup> Enquanto o reverendo Fukashi Mori era vivo e realizava suas refeições no refeitório, era ele quem convocava à oração. Em sua ausência, é o reverendo Shinobu Mori que o faz. Na ausência deste último quem o fazia era Miyo Shimizu, esposa do ex-tesoureiro Ichiro Shimizu, falecido em abril de 1996.



repetido a cada refeição. Apenas no café da manhã, onde não há reunião (as pessoas fazem seu desjejum à medida em que chegam ao refeitório), cada um faz sua oração individualmente.

Além disso, a trabalhadora responsável pelo **fogão** é também responsável pelo preparo do café e do leite, do udom, feito na comunidade toda quinta-feira<sup>232</sup> e do lanche que será servido no café da tarde de domingo, dia em que sempre é feito algum lanche especial, tais como bolachas, karintô<sup>233</sup>, pizza, manjou<sup>234</sup>, oshirukô<sup>235</sup>, sanduíches, bolos, etc. Nesta ocasião, é comum contar com a ajuda das jovens que trabalham na granja, numa espécie de "mutirão". Aos domingos também é servido chá preto e doce. De segunda a sábado, o chá servido é feito com erva-mate utilizada para chimarrão e servido sem açúcar. Às quintas-feiras aquela que iniciou a atividade no **fogão** passa a realizar as atividades da **mesa**, e vice-versa.

A trabalhadora que inicia o tobã na **mesa** é responsável pelo preparo do pão a ser consumido durante a semana. Além disso, são atividades da parte relativa à **mesa** o preparo das saladas, a limpeza das prateleiras da cozinha todas as manhãs, a arrumação da mesa durante o almoço e o café da tarde, a lavagem dos panos de prato utilizados durante o dia, o preparo dos chás e sucos servido junto às refeições - este último quando há fruta disponível - e o preparo do queijo que será consumido pela comunidade e/ou comercializado através da feira e da quitanda/mercearia. Para o jantar, a mesa é arrumada pelas jovens da equipe da granja. Esta trabalhadora passa a realizar as atividades da parte relativa ao **fogão** na quinta-feira, onde permanece até o domingo.

A jornada de trabalho inicia-se às 3h30 da madrugada, de segunda à sábado, para preparar o almoço dos trabalhadores da hataque que deve ficar pronto às 6h00, horário em que o primeiro grupo parte ao trabalho, levando consigo as refeições do dia. Devem também preparar o café da manhã para todos os membros da comunidade, que acordam todos os dias ao som do berrante tocado por elas, às 5h40 da manhã. Aos domingos a jornada inicia-se por volta das 4h00. Embora não necessitem preparar o almoço dos trabalhadores da hataque, precisam preparar o café da manhã dos feirantes<sup>236</sup>. Entre 5h40 e 7h00 elas retornam para suas casas, em geral para descansar ou adiantar o serviço de casa. A louça que ficou da noite anterior - utilizada por aqueles que jantaram mais tarde ou que fizeram alguma refeição antes de dormir - bem como aquela utilizada por elas para o preparo do almoço para os trabalhadores

---

<sup>232</sup> Com a saída de muitos integrantes da comunidade e com as conseqüentes dificuldades pelas quais a comunidade vem passando, o udom passou a ser feito quinzenalmente.

<sup>233</sup> Espécie de "tira-gosto", cortado em tiras, que tanto pode ser doce quanto salgado.

<sup>234</sup> Doce feito com ankô (doce de feijão). Pode tanto ser cozido no vapor quanto assado.

<sup>235</sup> Doce feito à base de feijão azuki. Parece uma sopa.

<sup>236</sup> Às quintas-feiras elas também devem preparar o almoço dos feirantes e às quartas-feiras e sábados o almoço do trabalhador que faz as entregas das mercadorias em Ilha Solteira-SP. Aos domingos os feirantes almoçam na comunidade, normalmente no horário em que os demais estão tomando o café da tarde, em torno de 13h30/14h00.

da hataque e a utilizada no café da manhã, são lavadas, secadas e guardadas por três trabalhadoras, duas delas de mais de 90 anos, que ainda hoje auxiliam em algumas atividades.

Às 7h00 retornam à cozinha para preparar o almoço daqueles que permanecem trabalhando na sede. O berrante chama para o almoço entre 9h10 e 9h30. Transcorrido o almoço, alguns levam seus pratos e deixam sobre uma mesa na cozinha, para que sejam lavados, enquanto outros o deixam sobre a própria mesa no refeitório. Nestes casos, a trabalhadora responsável pela **mesa** recolhe-os, juntamente com as chaleiras com o chá servido durante as refeições. A trabalhadora responsável pelo **fogão** acomoda as "sobras" do almoço em vasilhas/panelas menores, à espera daqueles que, por algum motivo, não fizeram sua refeição no horário previsto. Feito isto, retornam novamente para suas casas. É comum aproveitarem este intervalo para colocar o serviço de casa em ordem ou para lavar a roupa de uso diário de sua família.

Para a lavagem das louças usadas no almoço, as trabalhadoras organizam-se em equipe: a lavagem das panelas, tachos, galões de leite e outros utensílios maiores é feita por uma ou duas das trabalhadoras que se revezam na cozinha, mas que não estão no rodízio da semana. A lavagem, enxágüe, secagem e armazenamento das louças menores, tais como pratos, talheres, copos, vasilhas, etc bem como a limpeza das mesas, geralmente é feita por uma trabalhadora mais idosa que também auxilia no preparo dos maços de verduras para a feira e para a quitanda/mercearia. A limpeza do refeitório é feita pela professora de nihongo, que também é responsável pela plantação de gengibre, cabotchã, almeirão e salsinha.

As trabalhadoras da cozinha retornam às 12h00 para o preparo do café da tarde, composto por café, leite, chá, pão, manteiga, maionese e geléias/doces. Também ficam sobre a mesa as "sobras" da comida feita no almoço, para aqueles que quiserem uma refeição mais reforçada, ou ainda para aqueles que não almoçaram. Nesta ocasião preparam também o almoço dos jovens que retornam da escola (normalmente fritam ovo, temperam arroz ou preparam algum outro prato), para que façam uma refeição quente. Estes, por sua vez, almoçam antes que os demais sejam chamados para o café da tarde.

O berrante é novamente tocado por volta das 13h10/13h30, convidando a todos a se sentarem à mesa para partilharem, juntos, o café da tarde. Após o café realizam a limpeza da cozinha. A lavagem de todas as louças é feita por uma das trabalhadoras da equipe da cozinha. O enxágüe, secagem e armazenamento das louças é feito por uma das trabalhadoras da granja e a limpeza da mesa e do refeitório é feita pelas trabalhadoras que o fazem no almoço. A dupla da cozinha novamente retorna para suas casas a fim de concluir as atividades interrompidas durante o dia de trabalho.

No final da tarde, por volta das 16h00, as trabalhadoras retornam à cozinha para preparar o jantar para todos os membros da comunidade. A trabalhadora responsável pela **mesa** prepara as saladas, o chá e também o suco, caso o dia esteja quente e tenha alguma fruta disponível. As refeições, fartas, são geralmente compostas por muitas verduras e legumes. Não há um cardápio previamente estipulado. Excetuando-se os jantares de quinta-feira (agora quinzenais), os pratos de cada refeição são escolhidos pela própria cozinheira na hora de prepará-lo, levando em conta as verduras e legumes disponíveis para o consumo.

Às 18h00 a cozinheira toca o berrante como sinal de que as jovens devem se dirigir ao refeitório para a arrumação das mesas. É também um sinal de que o dia de trabalho já terminou, e que a hora do jantar se aproxima. Nesta ocasião, elas distribuem talheres, tiaoans<sup>237</sup>, chaleiras com chá e vasilhas com um dos pratos - em geral alguma verdura ou legume refogado - pelas mesas. Arrumam também os pratos, deixando-os empilhados sobre a mesa onde serão dispostas as travessas/panelas com as comidas. Por volta das 18h30 o berrante é tocado pela última vez, chamando todos para o jantar<sup>238</sup>. Após o término do jantar, as trabalhadoras da cozinha retornam para suas casas, encerrando sua jornada diária de trabalho. Enquanto isso, aquelas responsáveis pela arrumação do refeitório e da cozinha dividem-se em equipes para a lavagem das louças: três integrantes da equipe da cozinha lavam as panelas e utensílios maiores e duas ou três da equipe da granja encarregam-se da lavagem, enxágüe, secagem e armazenagem das demais louças, bem como pela arrumação das sobras das comidas em vasilhas menores e pela limpeza das mesas e do refeitório.

Além de dedicarem-se às atividades da cozinha propriamente dita, as trabalhadoras que se revezam nesta atividade também responsabilizam-se pela execução de outras, durante as semanas de intervalo entre um tobã e outro. Na segunda-feira seguinte ao término do tobã as trabalhadoras estão dispensadas. Não possuem nenhuma atividade pré-determinada, podendo inclusive descansar o dia inteiro. Normalmente aproveitam esse dia para colocar o serviço da casa em ordem. A partir da terça-feira, as atividades recomeçam.

No próximo tobã as atividades são alternadas: quem iniciou sua semana de trabalho no **fogão** começará esta atividade na **mesa** e vice-versa.

---

<sup>237</sup> Espécie de cumbuca feita de plástico onde se toma missoshiro (espécie de sopa feita à base de missô, tempero japonês à base de milho), chá, etc.

<sup>238</sup> Nos dias em que há reuniões, o berrante também é tocado para avisar que elas irão começar.

## **9.2.1.3.2. Atividades afins**

### **9.2.1.3.2.1. Realizadas pela equipe da cozinha**

#### **9.2.1.3.2.1.1. As Atividades de Apoio à Cozinha**

##### **9.2.1.3.2.1.1.1. Lavagem das verduras e legumes a serem consumidos pela comunidade**

Este serviço é desenvolvido pelas duas trabalhadoras que irão iniciar os trabalhos na cozinha na semana seguinte. Ele é realizado logo no início do dia, no período entre as 6h00 e as 7h00 e consiste em lavar e selecionar as verduras e legumes disponíveis para o consumo. Após lavados e selecionados, as verduras e legumes são acondicionados em "bandejas" de madeira e separados para que as trabalhadoras responsáveis pelo preparo das refeições possam utilizá-los.

Os produtos que não apresentam boa qualidade para consumo humano são separados para compôr a "lavagem" dos porcos.

##### **9.2.1.3.2.1.1.2. Preparo das galinhas para consumo da comunidade**

Diariamente são mortas cinco galinhas haikei para consumo da comunidade, as quais são utilizadas no missoshiro ou preparadas junto com legumes e verduras refogadas, cozidas junto com arroz, etc<sup>239</sup>.

Cada dia da semana é uma das trabalhadoras da cozinha que não se encontra em tobã que as preparam, sempre após o café da tarde (por volta das 14h00). As galinhas são mortas, depenadas, limpas, cortadas e entregues para as cozinheiras já prontas para serem utilizadas no preparo dos pratos. As penas das aves são guardadas para fazerem travesseiros e almofadas, e as partes não aproveitadas para o consumo humano são acrescentadas na comida dos cachorros e/ou dos porcos. Esta atividade consome cerca de uma hora e meia ou duas horas, dependendo da prática da trabalhadora que a realiza.

---

<sup>239</sup> Fomos informados de que atualmente esta atividade está sendo realizada em dias alternados, quando então matam 10 galinhas.

#### **9.2.1.3.2.1.1.3. Preparo do shoyu e do missô**

O shoyu - molho fermentado à base de soja - e o missô - pasta fermentada à base de milho - são preparados por uma das integrantes da equipe da cozinha, sempre que um destes produtos aproxima-se do fim, desde que haja ingredientes disponíveis para prepará-los e que a trabalhadora responsável por sua realização não esteja ocupada com outros afazeres, principalmente em tobã.

#### **9.2.1.3.2.1.1.4. Preparo do sabão**

Os sabões líquido - para ser usado na cozinha - e em pedra - para ser usado na lavagem das roupas - feitos com a banha do porco, são preparados sempre por uma das senhoras que faz parte da equipe da cozinha<sup>240</sup>. Esta atividade é realizada sempre que um destes produtos aproxima-se do fim, desde que ela não esteja em sua semana de trabalho na cozinha ou ocupada com outras atividades.

#### **9.2.1.3.2.1.1.5. Furotobã**

Esta atividade é realizada por todas as trabalhadoras da cozinha, cada uma das quais responsabiliza-se pelo serviço por um dia. Ela consiste em cuidar do fogo da caldeira que aquece a água que vai para o furô e para os chuveiros, bem como em abastecer a cozinha com lenha, posto que boa parte da comida ainda é feita em um fogão à lenha. Trata-se de uma atividade realizada em jornada parcial, a qual acha-se concentrada em dois períodos do dia: de manhã, quando deve-se abastecer os depósitos da cozinha e da caldeira com lenha e do meio para o final da tarde (por volta das 15h30/16h00) quando deve-se cuidar do fogo da caldeira.

Para realizar a atividade pela manhã a trabalhadora utiliza-se de um carrinho de mão, para transportar a lenha até os depósitos da cozinha e da caldeira. A lenha fica armazenada na parte externa da oficina, já cortada e pronta para ser utilizada. Esta atividade só será repetida novamente no mesmo dia se a quantidade de lenha disponível não for suficiente para preparar as refeições até a manhã do dia seguinte. Embora possuam um fogão industrial à gás, a maior parte das refeições são preparadas no fogão à lenha.

---

<sup>240</sup> De acordo com informações de integrantes da comunidade, o sabão em pedra é feito com a "barrigada" do porco e a parte do torresmo extraído da banha. Em caso de faltar material, a comunidade adquire sebo para prepará-lo.

O preparo do fogo da caldeira que irá aquecer a água para o furô e para os chuveiros, por sua vez, é realizado do meio para o final da tarde, por volta das 15h30/16h00. O fogo é preparado com lenha e óleo queimado, e a trabalhadora responsável deve verificar, de tempos em tempos, se ele não apagou ou se é preciso deixá-lo mais forte. No final da noite ele é apagado para não ficar queimando a lenha e óleo desnecessariamente.

A semana de trabalho para esta atividade inicia-se na terça-feira, quando a mesma fica sob a responsabilidade da trabalhadora que terminou sua semana de trabalho na cozinha cuidando da **mesa**. Na quarta-feira, quem dedica-se a ela é a trabalhadora que terminou sua semana de trabalho na cozinha cuidando do **fogão**. Na quinta-feira, quem passa a exercê-la é uma das duas trabalhadoras que durante a semana são responsáveis pela lavagem das roupas de uso na hataque, dos solteiros e das senhoras mais idosas. Sexta-feira e sábado são as duas trabalhadoras que irão para as atividades da cozinha na semana seguinte. No domingo é a vez da trabalhadora que, embora faça parte do rodízio da cozinha, nas duas semanas de intervalo entre um tobã e outro, dedica-se às atividades da fruticultura juntamente com o seu marido, na hataque. Por fim, na segunda-feira, é a vez da outra trabalhadora responsável pela lavagem das roupas. Na terça-feira recomeça o esquema de revezamento novamente.

#### **9.2.1.3.2.1.2. As Atividades de Preparo para a Semana de Trabalho**

##### **9.2.1.3.2.1.2.1. Torrefação do café**

A dupla de trabalhadoras que irá ingressar na cozinha na semana seguinte deve deixar preparado (torrado) o café que será consumido ao longo da semana de trabalho. Para tal, aquela trabalhadora que estiver menos atarefada é que irá torrâ-lo, deixando-o pronto para o consumo. O café é torrado em um torrador - recipiente redondo de ferro - no "fogão" à lenha externo, junto à lavanderia. A trabalhadora preenche o torrador com grãos de café verde, coloca-o no fogo e fica girando, para que torrem uniformemente. Quando os mesmos estiverem torrados ela espalha-os sobre a mesa externa que fica junto à lavanderia e passa um ímã, para certificar-se de que não há nenhum pedacinho de ferro entre os grãos de café - evitando-se que seja moído com o café, podendo quebrar a máquina ou afetar aquele que porventura venha a ingerí-lo. Em seguida, armazena os grãos torrados em local apropriado e reinicia a atividade, até que a quantidade necessária de café tenha sido torrada.

#### **9.2.1.3.2.1.2.2. Preparo da massa de tomate, doces e geléias**

A dupla que irá ingressar na cozinha na semana seguinte deverá também preparar massa de tomate (caso haja tomate disponível para tal), bem como doces (principalmente de leite), geléias (utilizando-se de frutas da época), etc que irão compôr as opções para o café da tarde. Normalmente quem realiza esta atividade é a trabalhadora que não torrou o café. Ela ocorre nos últimos dias da semana que antecede o início do próximo tobã, para que os doces fiquem mais frescos, e é realizada no "fogão" a lenha externo (onde o café também é torrado) para não atrapalhar o preparo das refeições. Os doces e geléias são armazenados em potes e acomodados na câmara fria para serem utilizados. Para serem servidos são acomodados em vasilhas menores.

A manteiga (quando há nata de leite suficiente) e a maionese são preparadas pela trabalhadora responsável pela **mesa** em quantidades menores, e feita sempre que necessário (em geral duas vezes por semana).

#### **9.2.1.3.2.2. Realizadas pelas senhoras mais idosas**

##### **9.2.1.3.2.2.1. Secagem e armazenagem das louças do café da manhã**

Diariamente após o café da manhã (6h00) as louças utilizadas na noite anterior, após a arrumação da cozinha, bem como durante o café da manhã, são lavadas e enxaguadas pela trabalhadora que dedica-se à criação dos pintainhos, enquanto duas trabalhadoras mais idosas secam-nas e guardam-nas em seus respectivos lugares. Ao mesmo tempo, uma terceira trabalhadora idosa, auxiliada pela professora de nihongo, dedica-se à limpeza do refeitório: enquanto a primeira limpa os bancos e mesas com um pano umedecido, esta última varre todo o refeitório e a cozinha, jogando o lixo em local apropriado. O tempo gasto para a realização desta atividade irá depender da quantidade de louças a serem lavadas, secadas e armazenadas mas, em geral, não excede a 40 minutos.

##### **9.2.1.3.2.2.2. Limpeza da cebolinha verde para ser utilizada pelas cozinheiras no preparo das refeições**

Este serviço é realizado pelas três trabalhadoras mais idosas e pela professora de nihongo, após terem concluído suas atividades na cozinha. A trabalhadora da horta leva as

cebolinhas verdes recém-colhidas até o local próximo ao forno de barro para que sejam limpas e preparadas para utilização pelas cozinheiras nas refeições. O tempo de duração desta atividade também depende da quantidade de pessoas dedicando-se à mesma - já que, eventualmente, o quadro pode não estar completo - bem como da quantidade de cebolinha verde colhida, mas em geral não ultrapassa 30 ou 40 minutos.

Outras vezes são as próprias cozinheiras, que solicitam a estas trabalhadoras que descasquem batatinhas, limpem ervilhas, feijão guandu etc. Nestes casos são apenas as trabalhadoras mais idosas que dedicam-se à atividade, a qual é realizada em geral após terem concluído a separação das roupas (**foto 49**).

## **9.2.2. ATIVIDADES GERAIS**

### **9.2.2.1. O significado comunitário da atividade**

Estas atividades são realizadas pelas mesmas pessoas que realizam as atividades afins da cozinha, ou seja, a equipe da cozinha e as senhoras mais idosas da comunidade. Da mesma forma que as atividades afins da cozinha, estas atividades também possuem grande importância pois são serviços prestados que facilitam o dia-a-dia dos demais membros da comunidade, ou ainda complementam alguma outra atividade, como é o caso do preparo dos produtos para comercialização.

### **9.2.2.2. A organização do serviço: as atividades e a jornada de trabalho**

Estas atividades possuem seus espaços de serviços distribuídos na sede, a saber: a cozinha, a lavanderia, os "fogões" à lenha próximos à lavanderia, a caldeira, o furô, a dispensa, o refeitório e a própria casa das trabalhadoras. Os espaços de serviços destas diversas atividades concentram-se todos na sede, sendo que a maior parte deles também localiza-se nas mesmas dependências da cozinha e anexos.

Tais atividades podem ser agrupadas da seguinte forma: a integração com as atividades de produção, desenvolvidas pela comunidade através das **atividades de apoio à comercialização** (preparo dos maços de verduras e legumes produzidos na hataque que serão comercializados através da feira e da quitanda/mercearia); as **atividades de limpeza** (a



lavagem das roupas das trabalhadoras mais idosas, dos solteiros e as usadas pelos trabalhadores da hataque, a faxina geral, a limpeza do furô e dos banheiros) e as **atividades gerais** (o conserto ou costura de roupas para uso no dia-a-dia de trabalho dos trabalhadores da hataque ou para a própria cozinha - como panos de prato, aventais, etc - e o recolhimento e separação das roupas lavadas comunitariamente).

Para a realização destas diversas atividades as trabalhadoras organizam-se ora individualmente, ora em duplas ou em grupos maiores, dependendo da atividade a ser realizada. Não há uma jornada de trabalho pré-determinada para a realização das mesmas. Em geral elas se espalham ao longo do dia de trabalho, das 6h00 às 18h30/19h00.

### **9.2.2.3. A atividade propriamente dita**

#### **9.2.2.3.1. As atividades de apoio à comercialização**

##### **9.2.2.3.1.1. Preparo dos produtos para comercialização**

Esta atividade é realizada todas as terças, quartas, sextas e sábados, quando são trazidas verduras e legumes da horta da hataque para serem preparados para a comercialização que se efetuará no dia seguinte, tanto na quitanda/mercearia em Ilha Solteira-SP (às quartas-feiras e aos sábados) quanto na feira em Guaraçaí-SP (às quintas-feiras e aos domingos). Ela está sob a responsabilidade de toda a equipe - as trabalhadoras que se revezam na cozinha, as três senhoras mais idosas, a trabalhadora que auxilia as cozinheiras no corte das verduras e legumes para o preparo das refeições e a professora de nihongo - exceto aquelas que estão em tobã, e merece um destaque especial por sua integração com uma das atividades **de produção** desenvolvidas pela comunidade - a horticultura.

Seu início se dá por volta das 15h30/16h00, quando um dos trabalhadores da sede (que dedica-se ao corte de lenha para cozinha, beneficiamento de arroz, recolhimento de óleo queimado junto aos postos de gasolina locais para aquecimento da caldeira e transporte dos "camaradas" até a sede (de onde parte para a hataque em um dos tratores) e depois de volta à cidade e/ou dos integrantes da comunidade para a cidade ou proximidades) dirige-se à hataque para buscar uma parte das verduras colhidas pela manhã. Para realizá-la as trabalhadoras acomodam-se na parte externa da cozinha e passam a preparar os maços dos produtos que serão comercializados no dia seguinte, tais como salsinha e cebolinha, agrião, almeirão, couve-manteiga, brócolis, beterraba, etc (**foto 50**). Após concluída esta atividade, as trabalhadoras

mais novas dirigem-se à cozinha, lavam os maços e acomodam-nos em caixas (**foto 51**). Em torno das 17h00 retorna o primeiro grupo de trabalhadores da hataque, trazendo consigo o restante das verduras, legumes e tubérculos colhidos. A partir deste momento, a equipe que até então trabalhou comunitariamente, subdivide-se: uma parte responsabiliza-se pelas verduras, enquanto a outra responsabiliza-se pelos legumes e tubérculos.

A lavagem das verduras é realizada por duas das trabalhadoras, a senhora que auxilia na cozinha cortando as verduras e os legumes e uma das integrantes da equipe da cozinha. Para tal, enchem uma área anexa à pia com água, onde lavam as verduras. Separam as folhas estragadas e acondicionam as verduras boas para comercialização novamente em caixas de madeira. Estas ficam empilhadas na cozinha até que sejam acomodadas no caminhão que irá transportá-las para a feira e/ou quitanda/mercearia.

Enquanto isto, duas das outras trabalhadoras que se revezam na cozinha e a professora de nihongo passam a cuidar dos legumes e tubérculos, tais como cenoura, batata-doce, inhame, mandioca, etc, atividade que será realizada na área próxima ao forno de barro. Para tal, elas despejam estes produtos em grandes bacias de alumínio, enchem de água e, com o auxílio de uma escova de piaçava, retiram o excesso de terra presente nestes produtos. Assim que terminam a limpeza, acondicionam os produtos em caixas de madeira também lavadas. Ao fazerem isto já selecionam os produtos em condição de comercialização, separando o refugo. Após concluída esta atividade elas irão fazer uma nova seleção entre os produtos separados como refugo, separando os produtos que não apresentam condições de consumo humano e que irão integrar a "lavagem" dos porcos ou a comida dos cachorros. Quando as verduras acabam e ainda há legumes/tubérculos para serem preparados, as trabalhadoras que realizaram tal tarefa passam a auxiliá-las, principalmente aquela que não integra a equipe da cozinha. Normalmente esta atividade encerra-se antes do jantar (em torno das 18h00/18h30). As trabalhadoras mais idosas encerram suas atividades em torno das 17h00, após concluída a parte de preparo dos maços dos produtos comercializados desta forma.

#### **9.2.2.3.2. As atividades de limpeza**

##### **9.2.2.3.2.1. Lavagem das roupas das senhoras idosas, dos solteiros e as de uso na hataque**

Através desta atividade - realizada comunitariamente pelas duas trabalhadoras que participaram do revezamento da cozinha na semana anterior e auxiliadas pela trabalhadora que, desde maio de 1993, deixou suas atividades na cozinha passando a dedicar-se à granja - são

lavadas as roupas de uso dos solteiros, das integrantes mais idosas e dos trabalhadores da *hataque*. Como a segunda-feira imediatamente seguinte à semana de tobã é livre para que possam descançar e/ou colocar suas casas em ordem, elas iniciam esta atividade na terça-feira e só encerram-na na segunda-feira da semana seguinte.

A lavanderia, local onde a atividade é realizada, é formada por uma máquina de lavar profissional, dois tanques para lavagem, dois tanques para enxágüe, uma centrífuga e um tanquinho<sup>241</sup> (**foto 52**). Seu início se dá em torno das 5h40<sup>242</sup>, após o toque do berrante anunciar o novo dia de trabalho. As roupas (sobretudo calças) são colocadas primeiro na máquina de lavar profissional para bater e tirar o excesso da sujeira, após o que são esfregadas manualmente com uma escova para terminar a limpeza. Depois são enxaguadas, centrifugadas e postas para secar em uma área com amplos varais, para acomodar as roupas de todos os integrantes da comunidade (**foto 53**). Todas as roupas possuem bordado ou pintado o nome de seu dono, para facilitar a tarefa das trabalhadoras que recolhem-nas e separam-nas.

A atividade de lavagem das roupas encerra-se por volta das 6h30/7h00, quando então elas deixam a lavanderia livre para que outras pessoas possam lavar as roupas de uso de sua família, inclusive as suas próprias. Para esta última tarefa, porém, a organização é individual: cada uma lava a roupa de sua própria família. Não há um horário pré-estabelecido para o uso da lavanderia, mas cada uma das trabalhadoras da comunidade tem seu próprio horário para realizar tal tarefa. Esta "rotina" só é alterada nos períodos de férias, quando a comunidade recebe muitos visitantes - principalmente no final de ano - quando a maioria das mulheres procuram realizar tal tarefa logo pela manhã - para aproveitar mais o sol e também livrar-se logo deste tipo de obrigação.

#### **9.2.2.3.2.2. A limpeza dos furôs e dos banheiros**

Este serviço é feito pela equipe de cozinha que não está em tobã. É alternadaa com o furotobã<sup>243</sup> e consiste na limpeza dos furôs (masculino e feminino), dos chuveiros e dos banheiros com vaso sanitário, espalhados pela sede da comunidade, alternando-a no dia

---

<sup>241</sup> Recentemente doado à comunidade por uma ex-integrante que, em meados de 1994, retornou à comunidade para cuidar de seu avô enquanto sua mãe viajava para o Japão. Segundo informações recentes, ela foi ao Japão realizar um curso com bolsa de estudos, e retornou ao Brasil em abril de 1996. Pretende dedicar-se à cerâmica.

<sup>242</sup> Há entre elas quem prefira acordar mais cedo para acabar logo o serviço e deixar mais tempo livre para dedicar-se a outras atividades, mas isto não é praxe.

<sup>243</sup> Atividade descrita no item sobre **Cozinhas e Atividades Afins**.

seguinte. Esta rotina é repetida até que iniciem uma nova semana de trabalho na cozinha (tobã)<sup>244</sup>.

#### **9.2.2.3.2.3. A faxina geral**

As trabalhadoras que se revezam na cozinha também são responsáveis pela faxina geral realizada no refeitório, cozinha, dispensa, câmara fria, furô e outras dependências de uso comum. Ela é realizada duas ou três vezes ao ano, e engloba todas as trabalhadoras da cozinha, algumas das jovens da granja, bem como outras pessoas que se dispuserem a ajudar, da própria comunidade e/ou visitantes que estejam na comunidade na ocasião em que esta faxina ocorrer. Esta atividade consome um ou dois dias de trabalho, em jornada integral, dependendo da quantidade de trabalhadoras disponíveis para realizá-la.

#### **9.2.2.3.3. Atividades Gerais**

##### **9.2.2.3.3.1. Costura e conserto de roupas de uso na hataque e para os solteiros**

Esta atividade é realizada por duas trabalhadoras - a que dedica-se à horta de salsinha, cebolinha verde e almeirão e uma das que trabalha na cozinha. Não há uma periodicidade pré-determinada para sua realização. Ela ocorre sempre que se faz necessário, sendo realizada entre o horário do almoço e do café da tarde (das 9h30 às 13h30), horário que normalmente é livre para as trabalhadoras da cozinha, exceto para as que estão em tobã.

Das duas trabalhadoras que dedicam-se a esta atividade, a que dedica-se à horta costura as calças e bonés, enquanto a que dedica-se à cozinha costura as camisas, cuecas, lenços e as capas dos futons de uso do trabalhador responsável pela horticultura na hataque. Além disso, esta última costura também os panos de prato, panos de mão e panos de limpeza, bem como os aventais para lavar roupa, louça, verduras etc feitos com sacos plásticos das rações, para uso da cozinha/lavanderia.

As costuras/consertos de roupas, bem como os remendos nas roupas de uso dos trabalhadores da hataque ou de uso diário, são feitos pelas mães/esposas dos respectivos trabalhadores.

---

<sup>244</sup> É bom lembrar que uma das senhoras que integra a equipe da cozinha dirige-se à hataque para auxiliar seu marido nas semanas em que não está em *tobã*.

### **9.2.2.3.3.2. Recolhimento e separação das roupas lavadas comunitariamente**

Esta atividade é realizada por três trabalhadoras idosas<sup>245</sup> - a que dedica-se à horta de salsinha, cebolinha verde e almeirão e duas das que auxiliam nas atividades afins da cozinha. As roupas lavadas, após secarem ao sol, são recolhidas pela trabalhadora da horta e dobradas/separadas pelas outras duas, por dono ou família, para o que observam o nome gravado no interior das peças. Esta atividade é realizada diariamente, após o café da tarde (por volta das 14h00). As roupas são deixadas sobre uma das mesas do refeitório, até que seus respectivos donos venham recolhê-las. Os panos de uso da cozinha são dobrados e guardados no armário, localizado no refeitório (**foto 54**).

As demais roupas que foram lavadas separadamente são recolhidas por quem realizou o serviço.

## **9.2.3. SERVIÇOS GERAIS**

### **9.2.3.1. O significado comunitário da atividade**

Entre as atividades **de serviço** realizadas pela comunidade, o setor de serviços gerais destaca-se por ser aquele a partir do qual a comunidade tem garantido a realização de construções mais simples, pequenas reformas e consertos em geral, proporcionando assim o bom andamento não só da comunidade como também das várias atividades que a compõem, inclusive a si própria.

Sua característica principal está no fato de garantir a auto-suficiência na realização de uma série de serviços, evitando a dependência com relação aos prestadores de serviços externos. O dinheiro que a comunidade economiza através desta atividade pode ser investido em outras e/ou nela própria. Além disto, este setor fornece também, através da oficina, as instruções básicas necessárias para a realização de pequenos/grandes reparos nos maquinários de uso da comunidade, sobretudo nos tratores. Para tal, recomenda-se que o trabalhador que o utiliza permaneça na oficina, acompanhando a realização do conserto. Assim, em caso de reincidência, ele poderá tentar resolvê-lo sozinho. O objetivo desta prática é dotar os camponeses de conhecimentos básicos sobre o funcionamento das máquinas que utilizam em

---

<sup>245</sup> Uma delas faleceu em abril de 1996.

seu dia-a-dia de trabalho, capacitando-os a realizar, pelo menos os serviços mais simples. Desta forma, busca-se evitar o acúmulo de serviços na oficina, pois muitas vezes serviços que poderiam ser resolvidos rapidamente pelo trabalhador que manuseia a máquina leva dias para ficar pronto, face a sobrecarga de trabalho do setor.

Das atividades **de serviços** realizadas pela comunidade, ela é a que menos trabalhadores ocupa: são apenas dois fixos, o responsável pelo setor e também reverendo da comunidade, e o trabalhador assalariado da sede. Em algumas ocasiões, dependendo do tipo de atividade que há para ser feita, contam também com o auxílio de alguns dos integrantes da comunidade, principalmente nos serviços mecânicos mais simples.

### **9.2.3.2. A organização do serviço: as atividades e a jornada de trabalho**

O setor de serviços gerais possui seu espaço de serviço principal localizado próximo à entrada da sede da comunidade - a oficina (**fotos 55 e 56**) - sendo os demais espalhados pela sede e/ou pela hataque, sempre onde houver consertos para serem realizados.

As atividades desenvolvidas por este setor podem ser agrupadas da seguinte forma: consertos mecânicos, realizados nos automóveis, tratores e outros maquinários de uso da comunidade; consertos gerais, realizados em ferramentas/instrumentos de trabalho; serviços gerais, tais como carpintaria, encanamentos, pequenas reformas/construções, instalações elétricas, etc ou ainda o auxílio a alguma das demais atividades às quais a comunidade dedica-se, tais como o auxílio à avicultura poedeira, no preparo e distribuição da ração para as aves, o auxílio à pecuária leiteira<sup>246</sup>, no corte/transporte de cana-de-açúcar para compôr o "volumoso" na alimentação do gado; auxílio à sericicultura através do corte da amora na última fase de alimentação dos bichos e do preparo dos casulos para comercialização; auxílio à cozinha, através do reparo no fogão à gás, do corte/transporte de lenha, quando a quantidade transportada para a semana não foi suficiente e a trabalhadora responsável por esta atividade encontra-se ocupada com outros afazeres, etc.

Os dois trabalhadores fixos desta atividade dedicam-se a ela em jornada integral de trabalho, de segunda a sexta-feira<sup>247</sup>. Aos sábados, o trabalhador assalariado normalmente não trabalha e, quando o faz, dedica-se à atividade em jornada parcial, das 8h00 às 12h00; o responsável pelo setor dedica-se à atividade em jornada integral, exceção feita ao segundo

---

<sup>246</sup> Neste caso quem presta este tipo de auxílio é o trabalhador assalariado, normalmente a pedido do trabalhador mais jovem da pecuária leiteira.

<sup>247</sup> De acordo com informações obtidas, o trabalhador assalariado tem folgado também às segundas-feiras, realizando suas atividades junto à comunidade de terça à sexta-feira.

sábado de cada mês, quando encerra suas atividades em torno das 16h00 para se preparar e partir para Guaimbé-SP, onde irá pernoitar para iniciar suas atividades junto à Igreja Episcopal bem cedo no dia seguinte. Aos domingos não há expediente nesta atividade.

### **9.2.3.3. A atividade propriamente dita**

A comunidade possui alguns maquinários - já bem antigos - que utiliza para agilizar o serviço nas várias atividades que a compõem, entre os quais podemos citar: três tratores (dois utilizados na hataque e um utilizado na sede), um mini-trator "Tobata" e uma trilhadeira (máquina de "bater arroz") também localizados na hataque, um triturador/misturador de milho (utilizado pela avicultura poedeira/suinocultura), um triturador pequeno (utilizado pela pecuária leiteira), uma máquina de "limpar arroz", uma ordenhadeira mecânica, uma máquina de moer café, uma câmara-fria, uma máquina de lavar industrial, uma centrífuga, uma máquina classificadora de frutas<sup>248</sup>, uma "máquina" para limpar os casulos dos bichos da seda, entre outras. Além disso possui um caminhão, uma perua VW/Kombi e um automóvel VW/Parati, este último designado pela Igreja Episcopal para uso do reverendo em seus serviços, mas utilizado por todos os integrantes da comunidade, indiscriminadamente.

Como o índice de mecanização é pequeno, o uso dos maquinários é intenso, sobretudo para o caso dos tratores. Na sede, o único trator existente permanece em uso contínuo durante todo o dia de trabalho, via de regra para o transporte dos mais diversos produtos, tais como capim, cana-de-açúcar, ração para as aves e suínos, "lavagem" para os suínos, etc. Na hataque, os dois tratores, de maior porte, são constantemente utilizados para o tombamento da terra, aragem do solo, colheita, plantio, transporte dos produtos, etc, o que os expõe a riscos bem maiores do que aquele utilizado na sede. Também os dois automóveis e o caminhão são utilizados intensamente, este último mais pelos feirantes. O uso intenso, e de forma diferenciada destes maquinários, aliado ao tempo já avançado dos mesmos, coloca-os, pois, freqüentemente diante da necessidade de reparos/manutenção. Sendo assim, a oficina possui serviços de mecânica para serem realizados em freqüência quase diária - isto sem contar o fato de que nem sempre os reparos são simples, consumindo mais de um dia de trabalho, quer pela complexidade do problema, quer pela dificuldade na aquisição de alguma peça que necessite ser trocada - por problema de falta do produto no mercado e/ou de dinheiro em caixa para adquiri-la de imediato.

---

<sup>248</sup> Feita por integrantes da própria comunidade - supervisionados pelo responsável pelo setor - e utilizada na classificação da goiaba e da manga.

Além dos tratores, automóveis e do caminhão, os outros tipos de maquinários vez por outra apresentam defeitos, isto sem contar as obras de manutenção da própria comunidade, tais como entupimento dos encanamentos, defeitos nos chuveiros, vazamentos de gás, reforma dos banheiros, etc. Some-se ainda a solicitação de auxílio às demais atividades realizadas pela comunidade, como é o caso do preparo e distribuição da ração para a avicultura poedeira, corte e transporte de capim e/ou cana-de-açúcar para a pecuária leiteira, corte e transporte das folhas de amora e auxílio no preparo dos casulos de bicho da seda para comercialização (para a sericicultura), corte e transporte de lenha para a cozinha, entre outras.

A maior parte dos serviços de reparo/manutenção dos maquinários de uso da comunidade e da própria comunidade são realizados por estes dois trabalhadores. Apenas os serviços mais complexos - como algum defeito mecânico não identificado, uma construção de maior porte (como foi o caso da reforma da casa dos visitantes, com instalações para o consultório odontológico) - são realizados por terceiros.

O trabalhador responsável por esta atividade inicia sua jornada de trabalho em torno de 6h30, quando não é necessário que ele vá buscar os "camaradas" da hataque e seu próprio ajudante na cidade, e em torno das 7h00 quando esta tarefa lhe for designada. Não há uma rotina pré-estabelecida para a realização destes serviços. Ele sempre dirige-se à oficina e/ou para algum outro local, no caso de algum conserto e/ou reforma que não possa ser realizada na própria oficina, para a conclusão de algum serviço pendente e/ou para iniciar um novo, à medida em que os mesmos forem aparecendo. Interrompe suas atividades, porém, para as refeições, para realizar a compra de alguma peça na cidade (em Guaraçaí-SP, Andradina-SP, Araçatuba-SP, etc) ou ainda sempre que solicitado a resolver alguma "emergência". A princípio, para os casos mais simples, quem desloca-se para resolvê-la é seu ajudante. Somente quando for necessário uma atenção maior e/ou quando seu ajudante já está deslocado em outra atividade é que ele interrompe seus afazeres para resolvê-la. Além disso, quando precisa que seu ajudante encerre sua atividade junto à avicultura poedeira mais rapidamente para poder auxiliá-lo em outra tarefa mais urgente, ajuda-o também nesta atividade de preparo e distribuição da ração entre as caixas de armazenagem da granja. Caso contrário, ela será realizada apenas por seu ajudante, sempre duas vezes por semana, às segundas e quintas-feiras, das 10h30 às 12h30.

A jornada de trabalho para seu auxiliar encerra-se às 17h00, quando o mesmo retorna à cidade juntamente com os "camaradas" da hataque levado por um dos integrantes da



comunidade. O responsável estende-a até as 18h00/18h30<sup>249</sup>, quando as cozinheiras chamam para o jantar. Após o jantar ele irá realizar um estudo bíblico com as jovens da comunidade em sua casa, conforme mencionamos ao analisarmos a importância da religião para a comunidade, no capítulo 07 deste trabalho.

### **9.3. AS ATIVIDADES DE COMERCIALIZAÇÃO**

#### **9.3.1. O significado comunitário da atividade**

Muito embora o objetivo principal da comunidade tenha sido criar uma situação defensiva, buscando a auto-suficiência na maior parte possível dos gêneros que consome, ela não conseguiu evitar, integralmente, o estabelecimento de um relacionamento com o mercado, tanto no que diz respeito à venda de sua produção (seja ela a excedente ou não) quanto no que diz respeito à aquisição de gêneros de que necessita, quer para consumo, quer para dar continuidade às atividades às quais dedica-se.

Diante desta impossibilidade, ela buscou, então, estabelecer diferentes formas de relacionamento com o mercado, visando abrir as mais variadas opções, a fim de evitar a dependência com relação a um único fornecedor e/ou comprador. Para tal, desde os primeiros tempos de existência da comunidade, ainda na fazenda 320, ela buscou criar uma situação a mais próxima do ideal possível, através da comercialização de sua produção por dois caminhos distintos: o atacado e o varejo.

A primeira forma de relacionamento estabelecida com o mercado foi a venda no atacado, comercializando a produção da avicultura poedeira com a Cooperativa Mista da Zona de Mirandópolis-SP, ainda no período em que permaneceram na fazenda 320. O dinheiro obtido com a comercialização entrava direto no caixa comum da comunidade. A fazenda ficava com o esterco para adubar o cafezal (aquele mantido sob responsabilidade da comunidade). Em seguida, incentivados pela administração da fazenda, iniciaram a horticultura e passaram a comercializar sua produção junto a quitandas e bares também em Guaraçai-SP. O próximo passo foi o início da suinocultura - também incentivados pela

---

<sup>249</sup> Nos períodos em que vigora o horário de verão a atividade é encerrada uma hora mais tarde.

administração da fazenda<sup>250</sup> - comercializando sua produção preferencialmente com os açougues da região e, não sendo possível - nos períodos de superprodução na região - com um intermediário que repassava-os, juntamente com o de outros produtores locais, ao Frigorífico Paulista.

A venda no varejo iniciou-se juntamente com a feira livre criada pela Prefeitura Municipal de Guaraçaí-SP, durante o primeiro mandato do ex-Prefeito Manoel Rodrigues Marques, no início da década de 60 (1961-1965). O passo seguinte foi dado no início das obras de construção da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira. De acordo com depoimentos do Sr. Walter Yukio Honma, na fase inicial a comunidade participou com uma barraca na feira livre, que era realizada à noite (a partir das 18h00) para não atrapalhar o andamento das obras durante o dia. Como o movimento era intenso, participavam desta feira uma equipe formada por sete integrantes ou mais (enquanto que em Guaraçaí-SP participavam apenas três). Assim que as obras foram encerradas a comunidade recebeu o módulo onde, até hoje, funciona uma quitanda/mercearia em Ilha Solteira-SP (Mercearia Sinsei), aceitando o convite feito pelo General Fragoso, superintendente da obra de construção da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, da CESP<sup>251</sup>.

Atualmente, a venda **no atacado** é feita através da comercialização de sua produção a alguns estabelecimentos comerciais e/ou atacadistas em Guaraçaí-SP (a saber, a produção de casulos de bicho da seda, com o entreposto comercial da Fiação de Seda BRATAC<sup>252</sup> e uma parte dos ovos produzidos, com a atual Distribuidora de Frutas e Ovos Guaraçaí Ltda), bem como da venda ao CEAGESP através de um intermediário (em geral manga, caqui, uva, pinha, abacaxi, mixiricão, carambola e umê (groselha), as quais são cultivadas em maior escala). A venda **no varejo**, por sua vez, é feita através da comercialização de sua produção (ou de produtos que não produz), diretamente na sede (pelos feirantes, pela avicultura poedeira e pela pecuária leiteira), na feira que realizam duas vezes por semana em Guaraçaí-SP e na quitanda/mercearia que possuem em Ilha Solteira-SP. Vale salientar que a comercialização realizada na sede, embora no início das atividades da comunidade fosse uma prática esporádica, atualmente ela tem sido realizada de forma mais constante, inclusive por atividades que até então sequer comercializavam sua produção.

---

<sup>250</sup> É bom lembrar que tal incentivo era fruto da impossibilidade da fazenda em fornecer o aumento na retirada de dinheiro solicitada pela comunidade, como expusemos no capítulo 06 deste trabalho, e acabava ocasionando o aumento da auto-exploração da força de trabalho para satisfação das necessidades básicas de consumo dos integrantes da comunidade, a um nível de bem-estar mais baixo.

<sup>251</sup> Como expusemos no capítulo 06 o convite era para que a comunidade se responsabilizasse pelo abastecimento dos gêneros de primeira necessidade para alimentação dos trabalhadores da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, mas acabou se concretizando através deste box.

<sup>252</sup> Este tipo de transação não é realizada desde maio de 1994, quando a atividade deixou de ser praticada pela comunidade pelos motivos já mencionados.

A característica principal desta atividade consiste em fazer o contato entre a comunidade e a sociedade envolvente, sendo inclusive uma forma de ampliar seu raio de ação para além dos 40 alqueires que a compõem. A atividade de distribuição e comercialização da produção é realizada por seis trabalhadores, distribuídos da seguinte forma: dois realizam a maior parte das atividades, um os auxilia uma vez por semana<sup>253</sup> e três trabalhadores responsáveis por duas atividades de produção - a avicultura poedeira, a pecuária leiteira e a sericicultura - e que comercializam diretamente sua produção (os dois primeiros na comunidade e o último na cidade). Além disso, mais dezenove<sup>254</sup> integrantes trabalham no apoio paralelo, auxiliando no preparo dos produtos para comercialização. É o caso da classificação e embalagem dos ovos feita pela equipe que dedica-se à mesma na avicultura poedeira<sup>255</sup> e do preparo dos maços de verduras, legumes<sup>256</sup> e tubérculos realizado pela equipe da cozinha e atividades afins.

### 9.3.2. A Organização da comercialização: a atividade e a jornada de trabalho

A comercialização possui, ao todo, dez unidades entre os *espaços de serviços* e *de comercialização* e as áreas de comercialização propriamente dita. Todos os espaços de serviço - a rigor utilizados para o preparo e armazenamento dos produtos para comercialização - situam-se na sede da comunidade, a saber, o barracão anexo à oficina; as duas áreas externas à cozinha; o barracão de classificação/embalagem dos ovos e o barracão de criação do bicho da seda. Da mesma forma que os espaços de serviço, os espaços de comercialização situam-se todos na sede, quais sejam, o barracão anexo à oficina, onde o feirante e também tesoureiro da comunidade comercializa com alguns clientes mais antigos, os galpões da granja de postura, onde o responsável pela atividade comercializa as galinhas haikeis e o curral, onde os trabalhadores comercializam o leite excedente. As áreas de comercialização, por sua vez, são todas externas à comunidade, fora, portanto, de seus limites geográficos. São elas a feira que

---

<sup>253</sup> Trata-se do trabalhador que dedica-se ao corte da lenha para a cozinha, beneficiamento do arroz, recolhimento de óleo queimado junto aos postos de gasolina locais para aquecimento da caldeira e transporte dos "camaradas" até a sede (de onde partem para a hataque em um dos tratores) e depois de volta à cidade e/ou dos integrantes da comunidade para a cidade ou proximidades) e que os auxilia na feira realizada aos domingos, dia de maior movimento. Quando, por algum motivo, ele não pode auxiliá-los, quem o substitui é um dos trabalhadores da hataque (o jovem que não possui atividade fixa).

<sup>254</sup> Destes, seis desmembraram-se da comunidade - os três jovens que trabalhavam na fruticultura e três integrantes da equipe da granja.

<sup>255</sup> É comum, também, que uma das trabalhadoras da granja dirija-se ao barracão onde é feita a classificação dos ovos quando o caminhão chega para ser carregado, e auxilie o responsável por esta atividade a arrumá-lo. Repete esta atitude também quando ele pára próximo à cozinha para pegar as verduras, legumes e tubérculos preparados para comercialização pela equipe da cozinha e atividades afins. Neste último caso, é auxiliada ainda por uma das trabalhadoras da cozinha.

<sup>256</sup> Para a comercialização na feira há ainda uma nova seleção, conforme abordaremos a seguir.

realizam em Guaraçaí-SP e a quitanda/mercearia que possuem em Ilha Solteira-SP. Vale ressaltar, porém, que a maioria da comercialização de sua produção é realizada nas duas áreas externas à comunidade.<sup>257</sup>

As atividades realizadas pela comercialização podem ser agrupadas da seguinte forma: o preparo dos produtos para comercialização, a venda feita **no atacado** e a venda feita **no varejo**.

A jornada de trabalho para estes camponeses varia de acordo com a atividade que desenvolvem. As atividades de preparo dos produtos para comercialização, realizadas pela equipe da cozinha e atividades afins, ocorrem nos finais de tarde dos dias que antecedem os dias de comercialização, consumindo em torno de três a quatro horas de trabalho diárias; as realizadas por um dos feirantes e/ou um dos jovens que trabalham na fruticultura<sup>258</sup> são realizadas duas vezes por semana, nos dias que antecedem a feira, iniciando-se após o café da tarde (às 14h00) na quarta-feira e em torno das 8h00 aos sábados<sup>259</sup>.

A venda **no atacado**, realizada junto a outros estabelecimentos comerciais, é feita duas vezes por semana, às quartas-feiras e aos sábados, em Guaraçaí-SP em jornada parcial (pelas manhãs) e em Ilha Solteira-SP em jornada integral. Já a realizada junto ao CEAGESP - feita através de um intermediário - ocorre duas vezes por semana, no período de safra de frutas, sempre nos finais de tarde. A venda **no varejo** varia de acordo com o tipo de comercialização. Na sede, ela é realizada diariamente pelas manhãs, por volta das 7h00, diretamente com os trabalhadores da pecuária leiteira; nos finais de semana (principalmente às sextas-feiras, sábados e domingos pela manhã), durante todo o dia, diretamente com o responsável pela avicultura poedeira (venda das aves de descarte) e, excepcionalmente, diretamente com o feirante que permanece na sede preparando os produtos para comercialização nos finais das tardes de sábado (venda de produtos da feira a algum freguês mais antigo). A feira é realizada duas vezes por semana, às quintas-feiras e aos domingos, das 5h00 às 13h30/14h00. Para o caso da quitanda/mercearia em Ilha Solteira-SP, a comercialização propriamente dita feita com o público ocorre todos os dias sem exceção: de segunda-feira à sábado, das 7h00 às 19h00 e, aos domingos e feriados das 7h00 às 12h00, mas não está a cargo de nenhum dos integrantes da comunidade. O que está a cargo da comunidade é a distribuição das mercadorias que serão

---

<sup>257</sup> Levamos em conta apenas as áreas externas em que a comunidade comercializa no varejo. Os demais estabelecimentos com os quais comercializa no atacado não foram levados em consideração por serem apenas pontos de entrega de mercadoria.

<sup>258</sup> De acordo com informações fornecidas pelo Sr. Walter Yukio Honma, com o desmembramento dos jovens que trabalhavam na fruticultura, o feirante e também tesoureiro da comunidade tem realizado esta atividade individualmente, solicitando auxílio a alguém nos casos de acúmulo de serviço.

<sup>259</sup> Nestes dias o volume de produtos a serem embalados/preparados é maior, posto que a feira realizada aos domingos é a de maior movimento. Daí a necessidade de se iniciar a atividade mais cedo.

comercializadas na quitanda/mercearia. Esta, por sua vez, é realizada por um dos feirantes, duas vezes por semana, às quartas-feiras e aos sábados, em jornada integral<sup>260</sup>.

### 9.3.3. A atividade propriamente dita

Para facilitar a explanação desta atividade, dividí-la-emos da seguinte forma: o preparo dos produtos para comercialização, a venda **no atacado** e a venda **no varejo**.

#### 9.3.3.1. O preparo dos produtos para comercialização

Esta atividade é realizada pela equipe da cozinha e atividades afins (em apoio) e por um dos feirantes, auxiliado por um dos jovens trabalhadores da fruticultura<sup>261</sup>.

Os produtos são trazidos da hataque para comercialização quatro vezes por semana, nos dias que antecedem os dias de comercialização, ou seja, às terças, quartas, sextas e sábados. A primeira etapa desta atividade de preparo dos produtos é realizada pela equipe da cozinha e atividades afins<sup>262</sup>, pelas três senhoras mais idosas<sup>263</sup>, pela trabalhadora que auxilia as cozinheiras no corte das verduras e legumes para o preparo das refeições e pela professora de nihongo.

Seu início ocorre em torno das 15h30/16h00, quando um dos trabalhadores da sede dirige-se à hataque para buscar as verduras e legumes colhidos pela manhã. A atividade desta equipe consiste em separar as verduras e legumes estragados, preparar os maços e lavá-los para tirar o excesso de terra. O tempo de duração desta atividade é de cerca de três a quatro horas de trabalho por dia em que ela é realizada<sup>264</sup>.

Uma vez separados os produtos em condição de serem encaminhados para comercialização passa-se à segunda etapa da atividade, a qual é realizada pelo feirante e também tesoureiro da comunidade e um dos trabalhadores da fruticultura.

Esta segunda etapa é realizada em jornada parcial às terças, quartas e sextas-feiras e em jornada integral aos sábados. Ela consiste em separar os produtos para a comercialização propriamente dita, tanto na feira quanto na quitanda/mercearia, e engloba tanto os produtos

---

<sup>260</sup> Esta atividade é realizada nos mesmos dias em que é feita a venda **no atacado** junto aos estabelecimentos comerciais em Ilha Solteira-SP.

<sup>261</sup> Atualmente, como já mencionamos, com o desmembramento dos jovens, o feirante tem realizado esta atividade sozinho, solicitando ajuda nos momentos de acúmulo de serviço, àquele que estiver menos ocupado.

<sup>262</sup> Exceto aquelas que estão em tobã durante a semana.

<sup>263</sup> Uma delas falecida em abril de 1996.

<sup>264</sup> Para maiores detalhes sobre esta atividade, ver atividades de serviços - atividades gerais - preparo dos produtos para comercialização.

cultivados na hataque quanto aqueles que a comunidade não produz mas que deve comercializar/consumir, como por exemplo, tomate, batata inglesa, etc. No caso dos produtos não cultivados, porém, devem também realizar uma seleção dos produtos, retirando os que não estão em condições para comercialização, separando também aqueles que ainda apresentam condições de consumo humano daqueles que devem ser utilizados para a "lavagem" dos porcos. Quando a quantidade dos produtos é suficiente para ser comercializada indiscriminadamente, o feirante e/ou o jovem da fruticultura irão apenas separar a quantidade que deve ser encaminhada ao local e acomodá-los nas caixas, à espera do caminhão para acomodação final. Quando, por outro lado, a quantidade dos produtos disponíveis para comercialização é menor do que sua demanda, eles devem ser separados para serem distribuídos proporcionalmente entre a quitanda/mercearia e a feira, de modo a garantir o fornecimento nos dois locais. Para o caso da feira, estes produtos são pesados e embalados em sacos individuais, em geral pelo jovem da fruticultura. Para o caso da quitanda/mercearia, esta atividade é realizada apenas pelo feirante e também tesoureiro da comunidade, não havendo a necessidade de pesar e separar os produtos, pois neste local a venda é feita a granel, de acordo com as necessidades do consumidor (**fotos 57 e 58**). Normalmente esta atividade de seleção e embalagem dos produtos encerra-se antes do jantar<sup>265</sup>.

No caso da quitanda/mercearia, os produtos são substituídos às quartas-feiras e aos sábados. Os produtos não comercializados retornam à comunidade e a equipe da cozinha irá separar aqueles que ainda apresentam condições de consumo humano, daqueles que devem ser destinados à "lavagem" dos porcos.

No caso da feira, os produtos não comercializados da primeira vez serão novamente selecionados pelo feirante e reapresentados uma segunda vez. Caso não sejam comercializados novamente eles serão encaminhados à cozinha para que a equipe da cozinha faça a seleção da mesma forma que a realizada com os produtos que retornam da quitanda/mercearia.

Os três jovens da fruticultura alternam esta atividade entre si, cada qual realizando-a por um dia<sup>266</sup>. Esta atividade só pode ser considerada definitivamente encerrada quando o caminhão estiver totalmente carregado para o dia seguinte. Participam desta parte final apenas os dois feirantes.

---

<sup>265</sup> Há ocasiões, porém, em que ela estende-se para além deste horário. Nestes casos normalmente é realizada apenas pelo feirante.

<sup>266</sup> Com a saída dos três jovens, como já apontamos, esta atividade ficou sob a responsabilidade do feirante e tesoureiro da comunidade.

## **10. A COMUNIDADE SINSEI E A GEOGRAFIA**

A Comunidade Sinsei foi construindo/organizando sua geografia ao longo de seus 40 anos de existência, numa articulação contraditória entre seus *espaços individuais e comunitários* - estes últimos subdivididos ainda em *espaços de produção, de serviço, de comercialização, religioso* e de *cultura e lazer* - a qual acabou configurando os *territórios da sede e da hataque*.

Antes de tratarmos especificamente destes *espaços* e *territórios*, convém esclarecermos as bases teóricas que nos levam a estabelecer essa diferenciação, de modo a tornar nossa análise mais precisa. De acordo com RAFFESTIN, durante muito tempo os geógrafos usaram como sinônimos as noções/conceitos de espaço e território e, dessa forma, deixaram de realizar as distinções necessárias para uma compreensão mais exata da realidade estudada.

Ao fazer esta diferenciação, RAFFESTIN esclarece que "o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator 'territorializa' o espaço. (...) O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação (...).

Para um marxista, o espaço não tem valor de troca, mas somente valor de uso, uma utilidade. O espaço é portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, 'dado' como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. 'Local' de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto



a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço" (RAFFESTIN, 1993:143/144).

Servimo-nos, pois, da distinção estabelecida por RAFFESTIN para a explicação da distinção que fizemos com relação aos *espaços* e *territórios* na Comunidade Sinsei. Os *espaços* ali existentes, sejam eles *individuais* ou *comunitários*, ou ainda *de produção, de serviço, de comercialização, religioso* ou *de cultura e lazer* são entendidos como os "locais das possibilidades" de ação de seus integrantes que, de acordo com seus interesses/necessidades, produzem/(re)produzem estes diferentes espaços que, ao se articularem contraditoriamente, dão origem aos *territórios da sede e da hataque*.

"Dessa forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um *prius* ou um *a priori* (...).

O processo de construção do território é pois, simultaneamente, construção/destruição/manutenção/transformação. É em síntese a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve. Logo, a construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução" (OLIVEIRA, 1994:23).

Os *espaços individuais* existentes na comunidade compreendem tanto os *espaços de moradia* - formado pelas residências de seus membros (compostas por quartos e salas de visitas) e seus respectivos jardins, espaços que são, ao mesmo tempo, *individuais* e *familiares*, quanto dois *espaços de serviços*, a saber, o gabinete dentário, onde um ex-integrante presta serviços nos finais de semana e a lavanderia. Esta, por sua vez, pode tanto ser utilizada individualmente - quando as mulheres lavam as suas roupas e a de sua família - quanto comunitariamente - quando a equipe da cozinha e atividades afins lava a roupa de uso dos trabalhadores da hataque.

Os poucos *espaços individuais* existentes na comunidade encontram-se concentrados no *território da sede*. Estes espaços (os *espaços de moradia*) em geral são utilizados para descanso após o dia de trabalho, para receberem alguma visita - principalmente quando trata-se de alguém mais próximo da família (parentes, ex-integrantes, amigos, etc) - ou ainda para a realização dos serviços de costura das roupas e capas dos futons dos solteiros e dos aventais e panos de pratos de uso da cozinha/lavanderia e/ou consertos (remendos) nas roupas de uso diário para trabalho de sua família. É comum realizarem este tipo de serviço (remendar as roupas de uso na hataque, passar à ferro as

roupas "de sair"<sup>302a</sup>, etc) à noite, quando aproveitam também para assistir TV (nos casos em que possuem), ouvir música ou simplesmente desfrutar da companhia dos familiares. Em alguns casos, a recreação após o dia de trabalho - ou aquela realizada pelos netos/netas dos integrantes que visitam a comunidade - também é realizada nestes *espaços individuais (de moradia)* e, em geral, consiste na leitura de jornais, revistas ou livros, na realização de algum tipo de trabalho manual (tricot, crochet, bordado, etc), em assistir à TV (no caso da família possuir TV em casa), em colocar a conversa em dia ou ainda em alguma brincadeira de criança (como "casinha", "shows de calouros", etc).

Os *espaços comunitários*, por sua vez, ocupam a maior parte dos *territórios da sede e da hataque*. Enquanto o *território da hataque* caracteriza-se por ser um *espaço de produção* por excelência, o *território da sede* caracteriza-se por comportar todos os *espaços comunitários* existentes (*de produção, de serviços, de comercialização, religioso e de cultura e lazer*) e a residência dos solteiros, composta também por quartos e salas, para receberem visitas. Estes diferentes tipos de *espaços*, articulando-se contraditoriamente, conferem a este *território* uma configuração singular.

Os *espaços comunitários* existentes no *território da sede* são:

- . *de produção*, formado pelas áreas ocupadas pela avicultura poedeira (granjas de criação e de postura), pela pecuária leiteira, pela sericicultura, pela suinocultura, pela plantação de amora (utilizada na alimentação do bicho da seda), pelas hortas de cebolinha verde e almeirão, pela horta de salsa, pela plantação de cabotchã, pela plantação de gengibre, pela plantação de abacaxi, pelo pasto, pela plantação de cana-de-açúcar, pelo cafezal e pelas fruteiras existentes no *território da sede*.
- . *de serviço*, composto pelos barracões de preparo e armazenamento de ração, de classificação/embalagem dos ovos, de preparo do "volumoso" (parte da alimentação do rebanho de gado leiteiro), de armazenamento das folhas de amora para uso da sericicultura; pela oficina, onde são consertadas/construídas as máquinas utilizadas pela comunidade e onde há também uma área destinada à classificação, embalagem e armazenamento de frutas, verduras e legumes para serem comercializados junto ao CEAGESP, na feira em Guaraçaí-SP ou na quitanda/mercearia em Ilha Solteira-SP; pela cozinha e, acoplada a ela, o refeitório, onde são realizadas todas as refeições; pela lavanderia, com tanques, máquina de lavar e de centrifugar, onde as mulheres trabalham individualmente e/ou comunitariamente e pela casa dos visitantes.

---

<sup>302a</sup> Em geral as roupas de uso na comunidade, para o dia-a-dia de trabalho, não são passadas. As senhoras/jovens costumam passar apenas as roupas que utilizam quando precisam sair para resolver algum problema, visitar alguém ou simplesmente passear.

- . **de comercialização**, formado pela área ocupada pela granja de postura (para a venda das galinhas de descarte (haikeis) realizada pela avicultura poedeira), pelo curral (para a venda do leite, realizada pela pecuária leiteira) e pela área na oficina destinada à classificação, embalagem e armazenamento de frutas, verduras e legumes, neste caso tanto formalmente (para a venda realizada com o intermediário que comercializa boa parte da produção de frutas da comunidade nas épocas de safra), quanto informalmente (para a venda dos produtos comercializados na feira a algum freguês antigo que, por algum motivo, não poderá adquiri-lo na feira, conforme já mencionamos neste capítulo, ao tratarmos sobre as atividades de comercialização).
- . **religioso**, o qual ocupa áreas distintas, de acordo com a atividade: a casa do reverendo, para a leitura noturna e cotidiana da Bíblia, com os membros mais jovens da comunidade; o barracão da sericicultura, para a Escola Dominical realizada nas manhãs de domingo (também com os membros mais jovens) e para as cerimônias religiosas de casamento, quando realizadas na comunidade; o refeitório, para os cultos realizados toda primeira quinta-feira e todo terceiro domingo do mês, para o estudo bíblico, realizado toda quarta quinta-feira do mês e para as orações/cantos realizadas nas noites dos demais domingos.
- . **de cultura e lazer**, formado pela área onde montaram uma quadra de futebol e voleibol, próximo à casa onde hospedam os visitantes; o ambiente no refeitório onde ficam a televisão, o vídeo-cassete, o piano, os jogos e a biblioteca (com jornais, revistas e gibis em língua portuguesa e japonesa); o barracão da sericicultura, onde há um palco montado, no qual são realizadas as apresentações do "**Natal**" nos finais de ano<sup>302b</sup>, bem como as próprias casas dos integrantes, (nos casos em que um jovem aluga uma fita de vídeo e reúne os demais em sua casa para assisti-la ou quando combinam para assistirem a um filme da TV juntos) e outras áreas livres que possam ser utilizadas, sobretudo para as brincadeiras das crianças. Em geral, a recreação após o dia de trabalho é realizada comunitariamente no refeitório - um dos principais **espaços comunitários de cultura e lazer** - através de leituras, jogos, conversas ou da TV.
- . **de moradia**, formado pela residência dos solteiros e pela casa dos visitantes (Kiya Kumá)

Como pode ser notado, o refeitório possui várias funções, sendo, pois, um importante **espaço de socialização**. Entre suas mais diferentes funções, porém, uma se destaca, imprimindo-lhe um papel ainda mais significativo. É ele o local onde são realizadas as assembléias e, portanto, onde são decididos os caminhos que a comunidade irá seguir. É ele, pois, o **espaço da decisão**.

---

<sup>302b</sup> Quando ele é realizado.

Outro fato que merece ser destacado é com relação ao *espaço de moradia*, que ora transforma-se em *espaço individual*, ora transforma-se em um *espaço familiar* e às vezes ainda, em um *espaço comunitário*. Os *espaços de moradia* são *espaços individuais* quando garantem a seus integrantes a individualidade/privacidade que nem sempre conseguem assegurar no dia-a-dia de vida/produção comunitária. São *espaços familiares* enquanto garantem a seus integrantes o convívio com seus familiares, uma vez que, para a realização das atividades diárias, nem sempre pais e filhos trabalham juntos. Neste aspecto, o próprio refeitório, que tantas funções desempenha na comunidade, em alguns momentos também assume esta função, durante as refeições - quando pais e filhos sentam-se próximos<sup>302c</sup> - ou após as refeições, quando pais e filhos reúnem-se para assistir TV. Por fim, são *espaços comunitários*, quando partilhados por mais de um enquanto local de descanso/repouso. Como podemos notar, tanto o refeitório quanto o *espaço de moradia* são importantes "locais de possibilidades" de seus integrantes, que, de acordo com seus interesses/necessidades, produzem/(re)produzem estes espaços de diferentes modos.

Os *espaços comunitários* existentes no *território da hataque* são:

- . *de produção* composto pelas áreas ocupadas pela horticultura, pela fruticultura, pelos tubérculos, pelos cereais e por uma estufa, onde já realizaram experiências para o cultivo de alface e de mudas de cebola, cultivo de tomate, mas que encontra-se fora de uso, face o rompimento de alguns plásticos<sup>302d</sup>.
- . *de serviço*, composto por dois barracões, um próximo à área ocupada pela horticultura e outro próximo à área ocupada pela fruticultura, onde são guardados os maquinários, sementes, pesticidas, caixas para embalagem, etc. O barracão próximo à área da fruticultura, funciona também como "refeitório" para os camponeses da comunidade que trabalham na hataque, onde possuem, além da mesa, uma geladeira e um fogão à gás.

Para que possamos ter uma idéia mais exata de como estes espaços se articulam nos *territórios da sede e da hataque*, apresentamos a seguir, duas vistas aéreas dos mesmos.

---

<sup>302c</sup> Tratam-se de casos isolados e, quando ocorrem, via de regra são os filhos com seus pais e as filhas com suas mães, uma vez que há esta separação por sexo para sentarem-se às mesas para as refeições.

<sup>302d</sup> Dados referentes ao período julho/outubro de 1993.

## **11. A COMUNIDADE SINSEI HOJE**

## 11.1. O QUADRO

A Comunidade Sinsei vem passando por uma série de transformações ao longo dos últimos 15/20 anos, fruto do processo de desmembramento de seus integrantes. Este processo, que teve início a partir do final da década de 60 e início dos anos 70, sofreu uma intensificação significativa a partir de 90.

Como já apontamos em capítulo anterior, pouco tempo após sua formação ocorreram alguns desmembramentos - tanto por parte de famílias, quanto por parte de integrantes solteiros - ainda durante o período em que a comunidade permaneceu trabalhando na Fazenda 320. Estes, em geral, foram decorrência da dificuldade de adaptação à nova forma de condução adotada pela comunidade. De certo modo acostumados a acatar ordens pré-estabelecidas por um líder, foi difícil para estas pessoas assumirem as responsabilidades pela condução da nova comunidade - de seus erros e acertos - e, mais ainda, aceitarem/acatarem opiniões divergentes, manifestadas nas assembléias<sup>303</sup>. Trataram-se, porém, de casos isolados e, até o final da década de 60, o processo de redução do número de integrantes por falecimento ou por desmembramentos (por casamento com não integrante, continuidade dos estudos, dificuldade de adaptação e retorno à Comunidade Yuba<sup>304</sup>) foi muito menor do que o processo de ampliação dos

---

<sup>303</sup> Embora a comunidade buscasse a unanimidade para a tomada de decisão, nem sempre isto era possível e, em alguns casos, acabou vigorando a decisão por maioria.

<sup>304</sup> Tratou-se de apenas um caso - o do Sr. Takeo Takeno - ocorrido em 1963. Segundo depoimentos de integrantes da Comunidade Sinsei, tratava-se de um senhor solteiro que, após o desmembramento, permaneceu na comunidade auxiliando/orientando na criação de pintainhos. À medida em que ele foi envelhecendo, seu rendimento físico foi diminuindo cada vez mais e, para não incomodar os membros da comunidade - que já cuidavam de um outro doente, o

mesmos (por casamento de não integrantes com integrantes<sup>305</sup>, familiares que acompanharam suas filhas e ingressaram na comunidade, nascimentos e ingresso de solteiros e/ou de famílias<sup>306</sup> de forma espontânea)<sup>307</sup>.

## 11.2. A SAÍDA

Foi a partir de meados da década de 70 que teve início um processo de desmembramento mais intenso, principalmente de jovens integrantes da comunidade, o qual foi se acentuando cada vez mais, atingindo seu auge no final da década de 80 e início de 90. Entre os motivos apontados para o desmembramento, podemos citar os casamentos com não-integrantes da comunidade<sup>308</sup>, a continuidade dos estudos, a dificuldade de adaptação (seja por parte de novos casais que se formam a partir da união de jovens integrantes<sup>309</sup>, seja por parte de novos integrantes), os choques entre as duas gerações, normalmente concretizado nas assembléias<sup>310</sup>, etc. Como consequência destes choques, muitos jovens acabaram desmembrando-se e tornando-se trabalhadores assalariados em Guaraçai-SP (fato mais raro), nas cidades vizinhas de maior porte (como Andradina, Araçatuba, Birigui, etc), na cidade de São Paulo ou no Japão<sup>311</sup>, alguns em busca de uma "satisfação financeira

---

Sr. Tsunezo Kimura, que desde a separação até o seu falecimento, ocorrido em 1961, permaneceu acamado - Takeno san decidiu retornar à Comunidade Yuba, onde veio a falecer.

<sup>305</sup> Em geral quando trata-se de casamento de uma não-integrante com um integrante. Boa parte desses casamentos ocorreram através de miyai, uma forma de se "arranjar" casamento. Há um "padrinho" que se encarrega de apresentar o provável casal e, havendo interesse de ambas as partes, oficializa-se o casamento. Este expediente utilizado ainda hoje no Japão, foi também largamente utilizado no Brasil, em decorrência de uma vida social precária, fruto das grandes distâncias existentes entre as várias Colônias japonesas que se formavam (e à dificuldade de acesso entre elas), às condições precárias vividas pelos imigrantes - sobretudo nos primeiros anos após a imigração - e à própria timidez de alguns deles, fatores que dificultavam a realização de uma vida social que lhes permitisse conhecer seus futuros cônjuges. Entre os miyais realizados pela comunidade, vale salientar, não havia obrigação de nenhuma das partes em aceitar a pessoa que lhes era apresentada para se tornar seu marido/esposa. A aceitação passava por, no mínimo, uma empatia recíproca. Tanto é que uma jovem (atualmente casada e desmembrada) chegou a recusar três rapazes que lhe foram apresentados para este fim.

<sup>306</sup> Como foi o caso da família TAMAGAWA - o casal e três filhos - que ingressou na comunidade em dezembro de 1981 e desmembrou-se em janeiro de 1983.

<sup>307</sup> De acordo com o livro de registros da comunidade - na parte de Anexos deste trabalho encontra-se uma cópia xerox do original em japonês e sua tradução, feita pelo Sr. Walter Yukio Honma - até o final da década de 60 a comunidade havia ganhado 44 novos integrantes e perdido 16 (7 falecimentos e 9 desmembramentos), o que fazia com que, mesmo assim, ela continuasse crescendo.

<sup>308</sup> Em geral quando trata-se do casamento de uma integrante com um não-integrante, situação em que o ingresso do cônjuge é mais difícil. É comum que ele já possua suas próprias atividades fora da comunidade e, nestes casos, a jovem acaba desmembrando-se para acompanhá-lo, passando, na maioria das vezes, a desempenhar apenas suas funções de esposa (a realização dos serviços domésticos e os cuidados com seu marido e filhos), não trabalhando fora.

<sup>309</sup> De acordo com depoimentos de seus integrantes, após o casamento aumentava a pressão/responsabilidade exercida/"exigida" pela comunidade para com o casal recém-formado que, nem sempre, estava preparado para suportá-la. Os choques tornavam-se cada vez mais inevitáveis e o desmembramento acabava se tornando a alternativa capaz de pôr fim à situação de constante conflito em que viviam.

<sup>310</sup> Já tratamos deste assunto ao analisarmos o papel das assembléias na organização interna da comunidade.

<sup>311</sup> Opção que passou a ser adotada com mais frequência a partir da década de 90. Trata-se de um trabalho temporário, sem garantia trabalhista, utilizado largamente pelas indústrias japonesas por baratear a produção. Estes trabalhadores

peçoal", outros em busca de uma identidade que não encontraram no interior da comunidade.

De fato, por mais variados que sejam os motivos apontados para os desmembramentos, principalmente entre os mais jovens - a grande maioria dos casos - a causa básica destes desmembramentos foi o descompasso entre os ideais da geração mais velha e os anseios da geração mais nova, ou seja, a diferença entre os interesses coletivos e os interesses individuais. Para os mais velhos, as dificuldades e privações vividas durante a crise da antiga Comunidade Yuba e os primeiros anos da comunidade, ainda na Fazenda 320, fizeram com que adotassem uma posição "defensiva", buscando a estabilidade e a segurança financeira, de modo a evitar sua repetição. Por outro lado, para os mais novos, a situação de estabilidade que a comunidade lhes propiciava fazia com que adotassem uma posição "ofensiva", almejando a realização de inovações, a ampliação das atividades (através do arrendamento de terras e de financiamentos bancários) de forma a ampliar ainda mais o nível de bem-estar para seus integrantes. Os choques foram inevitáveis e se concretizaram tanto através das assembléias, pelas dificuldades impostas pelos mais velhos aos planos apresentados pelos mais novos<sup>312</sup>, quanto através da forma rígida com que o caixa comum era administrado pelo tesoureiro<sup>313</sup>.

Este descompasso entre as gerações, por sua vez, é, a nosso juízo, resultante da falta de diálogo existente entre as duas gerações - fato observado ao longo de nosso trabalho de campo<sup>314</sup>, como já foi apontado em capítulo anterior, destacado pelo Sr. Walter Yukio Honma, integrante da Comunidade Sinsei e discutido em assembléia, conforme consta na ata da assembléia realizada em novembro de 1994 (Ata 11/1994) acerca dos motivos que causaram a saída de um dos jovens que trabalhavam na fruticultura<sup>315</sup>. Esta falta de diálogo se fez sentir de forma mais evidente no que diz respeito à passagem da história vivida pelos mais velhos até então, a saber, a vida na antiga Comunidade Yuba, a crise, as privações, a

---

emigrantes são denominados de kasseguis. Tratam-se não apenas de descendentes de japoneses como também não-descendentes que, através do casamento com descendentes de japoneses - de fato ou apenas formalmente (neste caso apenas para conseguir o visto de entrada no país) - passam a ter o direito de ingressar no país a trabalho, em busca do enriquecimento rápido. Os de kasseguis não são apenas os brasileiros, mas todo e qualquer trabalhador, independente de sua nacionalidade (chamado gaijim) que se sujeite a este tipo de relação de trabalho. Compete a estes trabalhadores a realização dos trabalhos que, no Japão, são conhecidos/classificados como "Três Ks": Kitanae (sujo), Kiken (perigoso), Kitsue (duro/apertado).

<sup>312</sup> Como os mais velhos constituíam a maioria da comunidade, e como, por decisão da própria assembléia, na impossibilidade de se alcançar a unanimidade, a decisão da maioria seria aceitável, fica fácil compreender a forma como os mais velhos barravam as iniciativas dos mais novos. Tratamos deste assunto ao analisarmos o papel das assembléias na organização interna da comunidade.

<sup>313</sup> A rigidez na administração do caixa e a exigência de explicações detalhadas para liberação do dinheiro tinham por objetivo evitar gastos desnecessários. Tratamos deste assunto ao analisarmos o papel do caixa comum na organização interna da comunidade.

<sup>314</sup> Por várias vezes fomos abordados pelos jovens, para que explicássemos um pouco da história da comunidade, geralmente diante da alegação de que sabíamos muito mais do que eles sobre a mesma.

<sup>315</sup> O último deles a desmembrar-se da comunidade.



decisão pela separação, os anseios da geração mais velha, o ideal que permeia a forma de condução da Comunidade Sinsei e os atos que ele desencadeia.

Esta ausência de diálogo na comunidade pode ser compreendida, de um lado, como decorrência da conduta impressa pela religião, qual seja, a necessidade de perdoar os erros do próximo, de aceitá-lo como ele é, com todas as diferenças e limitações que ele possa ter e, principalmente, de saber esperar que ele, por si só, saiba ver seus próprios problemas e compreender os motivos que levam as outras pessoas a pensar e a tomar atitudes diferentes daquelas que, a seu juízo, deveriam ser tomadas. Este princípio tornava "desnecessária" a transmissão da experiência, pois aos poucos, cada um a seu modo e de acordo com suas possibilidades, adquiririam-na pela prática. De outro lado, como decorrência da própria tradição japonesa de respeito aos mais velhos pela sabedoria que possuem, o que, de certa forma, consciente ou inconscientemente, conferia-lhes um certo respaldo, um certo grau de "razão" nas posições que assumiam com relação à condução da comunidade. A grande conseqüência disso tudo foi a não identificação dos mais jovens com os ideais dos mais velhos.

O fato é que a articulação de todos os fatores que acabamos de mencionar acabou servindo para intensificar cada vez mais o processo de desmembramento em curso a partir da década de 70, fato que pode ser observado a partir dos dados de entrada e saída da comunidade, presentes no livro de registros das famílias<sup>316</sup>).

Os desmembramentos que ocorreram durante a década de 70 não chegaram a causar o mesmo impacto sobre a comunidade que aqueles que passaram a ocorrer a partir do final da década de 80 e início de 90. Isto porque, durante aquele período, a comunidade possuía cerca de 100 integrantes, boa parte jovens e adultos em plena forma para o trabalho, de modo que a saída de um ou mais integrantes e a conseqüente diminuição do número de trabalhadores que se dedicavam a uma determinada atividade era facilmente contornada, seja através do remanejamento de trabalhadores de uma atividade para outra, seja através da intensificação da jornada de trabalho e, conseqüentemente, do seu grau de auto-exploração, como salienta CHAYANOV<sup>317</sup>. Além disso, a comunidade vivia um processo latente de renovação, seja através de novos nascimentos, seja através da adesão de novos integrantes

---

<sup>316</sup> Vale ressaltar, porém, que estes dados não estão atualizados. Os registros, anteriormente realizados por Hissao Oyama, deixaram de ser feitos a partir de 1988 de forma mais constante (após seu falecimento nenhum outro integrante assumiu esta responsabilidade). Nota-se, após este período, um registro ou outro, em geral sobre casamentos e falecimentos. Também os motivos dos desmembramentos não foram apontados pelo responsável pela realização dos registros. Além disso, nem todos os desmembramentos foram anotados, razão pela qual não dispomos de dados totalmente corretos. A análise foi feita com base nos dados disponíveis e na realidade observada em trabalho de campo.

<sup>317</sup> Maiores detalhes acerca dessa discussão podem ser encontrados no capítulo 07 deste trabalho.

(de forma espontânea - de integrantes solteiros ou de famílias - e/ou de casamentos com integrantes da comunidade)<sup>318</sup>.

A partir do final da década de 80 e início de 90 esse processo se fez sentir de forma mais intensa pela comunidade, em decorrência da ampliação da auto-exploração da força de trabalho, fruto da sobrecarga de atividades a cargo dos que permaneciam, necessárias para poder garantir a todos o mesmo nível de bem-estar anterior à seqüência de desmembramentos. Tal fato foi possível enquanto o número de jovens não havia diminuído tão bruscamente e os mais velhos ainda conseguiam intensificar a auto-exploração de sua força de trabalho. Com a redução do número de jovens e do rendimento dos mais velhos, a produção da comunidade começou a diminuir e, com ela, o dinheiro disponível em caixa, bem como o nível de satisfação das necessidades de seus integrantes. Esta situação fez com que, no final de 1994, o assunto fosse discutido em assembléia<sup>319</sup>.

A partir de meados da década de 80 o processo de renovação, vivido pela comunidade até então com intensidade, diminuiu sensivelmente. Os nascimentos passaram a ser ocasionais, os casos de adesão espontânea deixaram de ocorrer e os casamentos realizados resultaram, em todos os casos, no desmembramento da integrante (no caso de casamento com um não integrante) ou dos integrantes (no caso dos casais formados entre os integrantes da comunidade) e, neste último caso, se não no ato do casamento, pouco tempo depois<sup>320</sup>.

Diante deste quadro de redução progressiva do número de integrantes, o próprio ato de intensificação da auto-exploração da força de trabalho, outrora realizada, começa a fazer sentir seus efeitos. O corpo já cansado do trabalho dos mais velhos não só não lhes permite mais intensificá-la como, em número cada vez maior de casos, obriga-os a reduzi-la consideravelmente ou a interrompê-la. Desta forma, quem acaba assumindo a responsabilidade pela condução das atividades realizadas pela comunidade são os integrantes mais jovens que permanecem na comunidade. Porém, a intensificação da auto-exploração da força de trabalho a que estes jovens são submetidos não tarda a alcançar seu limite, ocasionando então a redução da atividade ou, como tem ocorrido nestes últimos dois anos, a interrupção de sua prática.

É bom salientar, por sua vez, que o limite da auto-exploração da força de trabalho dos mais jovens não é apenas físico, mas também - e principalmente - da consciência que

---

<sup>318</sup> De acordo com o livro de registros, durante a década de 70 o número de saídas e de entradas na comunidade foi o mesmo de modo que o seu quadro - em termos numéricos - acabou mantendo-se constante.

<sup>319</sup> Ver Ata 11/1994, na parte de Anexos deste trabalho.

<sup>320</sup> Os motivos, neste caso, foram apontados em Nota de Rodapé no início deste capítulo.

constroem do/no processo. Quanto mais dedicam-se a comunidade, mais tornam-se exigentes para com ela. Esta exigência se dá indiretamente, através da expectativa que, conscientemente ou não, criam de que seu esforço seja reconhecido e possa ser recompensado de alguma forma, seja através da aceitação de suas idéias nas assembléias, seja através de alguma forma de pressão exercida sobre outros membros mais jovens para que se dediquem à comunidade da mesma forma que eles. Esta expectativa, por sua vez, é criada em decorrência da não compreensão do ideal da comunidade e, como tal, não pode ser atendida por ela, o que acaba frustrando-os<sup>321</sup>.

Para a comunidade, desde os primeiros anos de sua formação - em decorrência de seu ideal - a intensidade com que cada um realizava/realiza seu trabalho era/é consequência direta de suas possibilidades<sup>322</sup> e, sendo assim, não precisava/precisa ser parabenizado, exaltado ou recompensado<sup>323</sup>. Dessa forma, a intensificação da auto-exploração da força de trabalho realizada por algum integrante (a qual se dá sempre de forma espontânea) não era/é vista como um esforço extraordinário, mas sim, como uma capacidade que lhe é inerente. O desmembramento acaba transformando-se na alternativa escolhida por aqueles que julgavam-se "explorados/incompreendidos" pela comunidade.

Se tudo isso já servia de estímulo à saída dos mais jovens, o "sucesso econômico" alcançado por alguns deles só vinha reforçar esta prática. É certo que uma série de dificuldades/privações que se colocavam para aqueles que saíam da comunidade, de uma certa forma, serviam para inibir aqueles que pensavam em sair mas que não estavam muito seguros sobre a tomada de decisão<sup>324</sup>. Porém, as primeiras manifestações de "sucesso" - medida pelas posses materiais, como roupas, carros, etc - voltavam a incentivá-los.

Os destinos, como já apontamos, foram e continuam sendo os mais diversos mas, via de regra, ou o desmembramento se dá pelo casamento, para trabalhar fora ou para estudar (atualmente este último em menor grau)<sup>325</sup>. Entre as várias possibilidades de

---

<sup>321</sup> As queixas relativas à "menor" intensidade de trabalho de alguns integrantes da comunidade foram muito comuns, tanto por parte de seus integrantes quanto por parte de seus ex-integrantes, o que comprova a não compreensão dos ideais da comunidade.

<sup>322</sup> Não é demais recuperarmos o depoimento do Sr. Shinobu Mori, transcrito no capítulo 07 deste trabalho, quando este nos diz que *"cada homem tem a sua capacidade. Uns podem dar dez, outros cinco, outros três ou mesmo nada ... Todos, porém, devem receber com igualdade"*.

<sup>323</sup> Sobre este aspecto, vale a pena retomarmos o depoimento do Sr. Walter Yukio Honma - também transcrito no capítulo 07 deste trabalho - sobre a intensidade de trabalho com que cada integrante da comunidade executa as atividades às quais se dedica: *"Cada pessoa tem seu sistema de trabalho, que deve ser respeitado. Se existem pessoas que trabalham mais, são mais esforçadas, estas não são elogiadas ou protegidas, pois a conduta nossa está baseada no princípio de que se o indivíduo está fazendo é porque pode fazer; então que faça, já que sua capacidade é maior"*.

<sup>324</sup> Alguns dos ex-integrantes que entrevistamos declararam que houve momentos em que chegaram a passar fome após a saída da comunidade mas, mesmo assim, em nenhum momento pensaram em retornar.

<sup>325</sup> É bom lembrar que, desde que a comunidade deixou de arcar com os estudos em nível superior de seus integrantes, todo jovem que sai para estudar deve também trabalhar para arcar com seus estudos. Há uma exceção para o caso de uma família em que uma das irmãs que saiu para trabalhar e estudar anteriormente custeou os estudos de três de seus

destino, a que tem se tornado a grande opção sobretudo a partir do início da década de 90, vale reafirmar, é a emigração para o Japão, para o trabalho como *dekassegui*, processo que se dá não apenas na Comunidade Sinsei (onde das vinte e nove saídas ocorridas no período 1990/1995, treze tiveram como destino o Japão), mas também na Comunidade Yuba (onde os *dekasseguis* partem "camuflados" como turistas<sup>326</sup>) e em toda a sociedade envolvente. A expectativa de "enriquecimento rápido" estimula estes emigrantes a sujeitarem-se a contratos de trabalho temporários e sem garantias trabalhistas, trabalhos pesados, jornadas ampliadas e uma série de privações, única possibilidade de economizarem algum dinheiro<sup>327</sup>. Ao retornarem ao Brasil, gastam logo suas economias adquirindo bens materiais - casa própria, carros, etc - e acabam retornando ao Japão, a fim de realizar novas economias, seja no mesmo emprego, seja em outro, reiniciando o processo.

Ironicamente, o contrato de trabalho a que os *dekasseguis* se sujeitam é muito semelhante àquele que os imigrantes japoneses se sujeitaram ao virem para o Brasil, no início do século XX para trabalhar como colonos nas fazendas de café. O *dekassegui* recruta-se nos Consulados ou em agenciadores (prática mais comum) e só vai ao Japão com o emprego garantido<sup>328</sup>. Sua passagem de ida é custeada pela empresa para a qual irá trabalhar, a qual deverá ser reembolsada, condição exigida para que possa trocar de emprego, nos casos de não adaptação ao serviço realizado. Em geral ele fica hospedado em um alojamento da própria indústria, onde faz uma (ou duas) de suas refeições. As jornadas ampliadas para aumentar seus ganhos (com as horas extras) reduzem sua resistência física. Aos domingos (a maioria trabalha de segunda-feira à sábado), quando não é possível a realização de horas-extras, acabam permanecendo nos alojamentos para descansar, razão pela qual conseguem economizar boas quantias em um relativamente curto período de tempo<sup>329</sup>. Algumas vezes ao ano, aos domingos, algumas empresas promovem passeios para seus funcionários aos principais pontos turísticos - na província em que estão instaladas ou em suas imediações - custeados pelo *dekassegui*. Esta prática acaba

---

irmãos mais novos, sendo que o mais novo deles, por prestar vestibular dois anos sem sucesso, desistiu de estudar e emigrou para o Japão para trabalhar como *dekassegui*.

<sup>326</sup> Para maiores detalhes, ver capítulo 06 deste trabalho, especificamente o item sobre "**a administração da comunidade e o surgimento de outros poderes**".

<sup>327</sup> No caso do trabalho feminino o esforço para se alcançar o mesmo resultado deve ser ainda maior, posto que em geral as mulheres recebem 60% do salário de um trabalhador masculino, na maioria das vezes para realizar o mesmo tipo de trabalho.

<sup>328</sup> Há casos em que ele sai do Brasil sem emprego assegurado. Esta prática - esporádica - deve-se ao fato dele possuir família (ou familiares) no Japão, que lhe fornecem a passagem e hospedam-no até que ele consiga um emprego.

<sup>329</sup> Há entre os *dekasseguis*, aqueles que mesclam diversão/economias, bem como aqueles que optam primeiro por divertir-se para, só então, economizar algum dinheiro, com vistas a retornar a seu país de origem.

estimulando-os a produzirem mais e mais satisfeitos, em agradecimento à oportunidade de diversão que lhes foi concedida.

A redução drástica no número de integrantes da comunidade - consequência dos desmembramentos constantes - por sua vez, tem forçado-a a alterar a dinâmica da rotina de trabalho em algumas atividades. Esta alteração pode se dar de três formas distintas, a saber, reduzindo o número de integrantes que dedicam-se a ela e, conseqüentemente, intensificando a auto-exploração da força de trabalho daqueles que permanecem realizando-a; reduzindo a área cultivada/tamanho do rebanho ou, ainda, interrompendo-a definitivamente.

Entre os casos de intensificação da auto-exploração da força de trabalho podemos citar o cultivo de cereais que, com o desmembramento do jovem que responsabilizava-se por ele para trabalhar como dekassegui e a saída do senhor que o auxiliava, por motivos de saúde, passou a ser realizada por um dos trabalhadores da horticultura; a própria horticultura que, embora não tenha sofrido uma redução absoluta em seu quadro, acabou sofrendo uma redução relativa, posto que um de seus trabalhadores passou a dividir sua jornada de trabalho em outras atividades, tanto da própria horticultura (auxiliando o responsável que, pela idade avançada, não possui mais o mesmo rendimento físico) quanto ao cultivo de cereais; da comercialização da produção, posto que boa parte da atividade de preparo dos produtos para comercialização na feira e na quitanda/mercearia, anteriormente realizadas pelos três jovens que trabalhavam na fruticultura, em esquema de revezamento, passaram a ser realizadas somente pelo feirante e tesoureiro da comunidade; a atividade de seleção e embalagem das frutas (principalmente manga e pinha), que também era realizada pelos jovens da fruticultura, e que passou a ser realizada pelo responsável pelo setor<sup>330</sup>; a pecuária leiteira, apesar/em decorrência da existência da ordenhadeira mecânica e da ampliação de seu rebanho, fruto do aumento do nascimento de fêmeas, já que os machos não são aproveitados pela comunidade; a cozinha que, ao sofrer a redução de uma de suas integrantes - que passou a trabalhar na granja de postura - teve o intervalo entre uma semana de trabalho (o tobã) e outra reduzido<sup>331</sup>.

Entre os casos de redução da área cultivada podemos citar a fruticultura, que em decorrência do desmembramento dos três jovens que dedicavam-se a ela, acabou reduzindo algumas áreas de cultivo, como é o caso da cebola, e abandonando outras, como é o caso do

---

<sup>330</sup> Como já mencionamos ele tem sido auxiliado pelos integrantes menos atarefados sempre que possível. No caso da manga, que por ser uma cultura feita em maior escala, exige mais pessoas na atividade de classificação e embalagem para envio ao CEASA, auxiliam-no os trabalhadores da oficina, cozinha, hataque e até os "camaradas".

<sup>331</sup> Em alguns casos, como já abordamos, quando há a necessidade de substituir uma das cozinheiras, este intervalo chega até a não existir, e uma delas acaba emendando duas semanas de trabalho.

pomar de goiaba; a avicultura poedeira e a suinocultura, as quais sofreram uma redução de 50% do número de trabalhadores que se dedicavam à atividade, a primeira por desmembramentos e a segunda por falecimento. No caso da avicultura poedeira, a redução do número de trabalhadoras se deu na granja de postura e, para tentar amenizar um pouco a situação, o responsável reduziu ainda mais o novo lote adquirido. No caso da suinocultura, o trabalhador, já idoso, que ainda dedica-se à atividade é auxiliado por um trabalhador na parte de limpeza dos chiqueiros e pelo jovem que dedica-se à pecuária leiteira, na parte relativa à aplicação de medicação/vacinas.

Por fim, entre os casos de interrupção da atividade, além da fruticultura (cultura da goiaba), podemos citar a sericicultura, encerrada por ocasião do desmembramento do camponês que a realizava, para trabalhar como dekasegui no Japão. Também as atividades de cultura e lazer, principalmente as de recreação (como o "**Natal**", o "Pic Nic", os jogos de futebol e voleibol que eram realizados anteriormente todo final de tarde<sup>332</sup>, etc) e a própria atividade cultural/educacional, com o cancelamento de algumas assinaturas de revistas, principalmente japonesas<sup>333</sup>.

Todas estas mudanças ocorridas na rotina de realização destas atividades imprimiram uma mudança ainda mais significativa à comunidade, qual seja, a redução de seu poder de compra, em decorrência da diminuição no volume da produção comercializada e, conseqüentemente, na receita da comunidade. Esta diminuição, por sua vez, ocasiona dificuldades de implementação de melhorias nas próprias atividades, o que tende a agravar ainda mais o quadro.

Apesar das conseqüências que os inúmeros desmembramentos causaram à comunidade, e em decorrência de um dos pilares em que está assentado o seu ideal, qual seja, a **liberdade** como seu eixo condutor, esse movimento de saída dos jovens, mais do que uma opção, foi, e ainda hoje continua sendo, entendido pela comunidade como um **direito** que possuíam/possuem, de escolher os rumos que julgassem/julguem melhor para suas próprias vidas. Desta forma, os mais velhos não encaravam - e, a nosso juízo, nem poderiam fazê-lo - o movimento de saída dos jovens como responsabilidade da própria comunidade e, mais especificamente, das posturas freqüentemente assumidas por eles nas assembléias, mas sim, como uma opção, a qual tinham o direito de adotar. A compreensão de que parte da responsabilidade pela saída dos mais jovens pode ser atribuída às atitudes tomadas por eles ao longo do tempo, só foi levantada concretamente quando, na assembléia realizada em

<sup>332</sup> Sobre esta prática contamos apenas com referência. Não chegamos a presenciar a realização de nenhum deles.

<sup>333</sup> De acordo com depoimento do Sr. Walter Yukio Honma, no auge a comunidade chegou a assinar cerca de 16 títulos diferentes, apenas entre as revistas japonesas. Atualmente não chegam a sete títulos.

novembro de 1994 - à qual já nos referimos - tendo como pauta os motivos que geraram a saída de um dos jovens que trabalhava na fruticultura - o último deles - o assunto veio à tona. Porém, este entendimento não pressupõe, sob nosso ponto de vista, o reconhecimento de uma culpa - que não existe - mas sim, de uma falha que, por não ter sido reconhecida anteriormente, acabou ocasionando a atual crise vivida pela comunidade. Como salientamos ao analisarmos as assembléias, houve uma tentativa de integrar mais os jovens à comunidade, concretizada através da proposta de renovação da "Diretoria"<sup>334</sup>, ocorrida em maio de 1972. Porém, como a "Diretoria" não possui poder deliberativo, mas apenas executivo, e como os mais velhos continuavam sendo maioria, esta atitude não alcançou resultados concretos, razão pela qual não conseguiu solucionar, tampouco minimizar, o problema.

### 11.3. O RETORNO

Muito embora a comunidade tenha sido negada - direta ou indiretamente - por todos aqueles que dela desmembraram-se, ela continuou sendo, na vida de todos eles - mesmo que inconscientemente - um importante ponto de referência. O contato/convívio com a sociedade envolvente - no Brasil ou no Japão - só vem referendar esta afirmação.

Em alguns casos, esta referência serve apenas como comparação. Diante das mais variadas situações do dia-a-dia, seus ex-integrantes, consciente ou inconscientemente, acabam comparando a situação vivenciada com algo semelhante que viveram ou que presenciaram alguém viver na comunidade, e a atitude que adotam - seja de repetição ou de negação - acaba tendo na comunidade sua grande referência. Nestes casos, a comunidade estaria exercendo seu papel de "*bússola*", indicando sempre um "Norte", para ser seguido, ou não.

Em outros casos, porém, ela não apenas indica o caminho a seguir como, mais do que isto, transforma-se nele. Nestes casos, a comunidade estaria exercendo seu papel de "*porto seguro*", local para onde se corre e onde se está em segurança, sempre que preciso. O retorno à comunidade, porém, não significa, necessariamente, a retomada de seu lugar como integrante, tampouco o auxílio na execução das atividades às quais ela dedica-se, embora isso possa vir a ocorrer. Na maioria dos casos a comunidade é vista apenas como um local de moradia, onde aqueles que retornam fazem suas refeições, descansam e

---

<sup>334</sup> Efetivada através da substituição de todos os seus membros maiores de 50 anos, por outros, de menor idade.

pernoitam, sem que para isto precisem gastar algum dinheiro e/ou auxiliar em alguma de suas atividades.

O primeiro a retornar à comunidade, utilizando-a apenas como local de moradia, foi o jovem que tinha intenção de ampliar a área de cultivo de tomate e que teve, como tantos outros, seu projeto (que envolvia financiamento bancário e arrendamento de terras) barrado pelos mais velhos na assembléia<sup>335</sup>. Este jovem desmembrou-se em 1980, trabalhou durante sete anos em propriedades na região e, em 1987, retornou à comunidade, onde pretendia ficar, de acordo com seu próprio depoimento, "*por uns tempos*", até iniciar seu próprio negócio e estabilizar-se novamente. Atualmente ele trabalha como intermediário no comércio de abacaxi e manga (em menor escala) junto ao CEAGESP, possuindo um escritório em Guaraçaí-SP. Há cerca de dois anos adquiriu uma casa própria em um conjunto popular construído na periferia da cidade, mas continuou morando na comunidade<sup>336</sup>.

Em nosso primeiro trabalho de campo ele confidenciou-nos que não estava muito à vontade com esta situação mas, mesmo assim, permanecia na comunidade:

*"Sinto que algumas pessoas me olham se perguntando 'até quando?'. Quando voltei, disse aos meus pais que seria apenas por uns tempos, até que eu me restabelecesse, e no entanto, já fazem cinco anos que eu estou por aqui. Ah! mas também, eu só venho aqui para dormir. Faço a maior parte das minhas refeições na rua. Só uso a comunidade para dormir!"*<sup>337</sup>

O segundo a comportar-se desta forma foi seu irmão mais velho<sup>338</sup>. Inicialmente ele trabalhou como motorista em uma transportadora, a título de experiência. Adaptando-se à atividade, passou a transportar as mercadorias em um caminhão adquirido para esta finalidade por seu irmão. No início da década de 90 sofreu um acidente e, a partir de então, passou a responsabilizar-se pela coleta das frutas junto aos produtores e a organizar a carga para ser enviada ao CEAGESP. Apenas em casos excepcionais ele realizava o transporte até o CEAGESP. Os dois trabalharam juntos durante cerca de seis anos, só se separaram quando este último casou-se. Temendo problemas futuros, o intermediário cedeu a seu irmão um caminhão e alguns clientes no CEAGESP, a fim de que ele passasse a trabalhar

---

<sup>335</sup> Tratamos deste assunto ao analisarmos o papel da assembléia na organização interna da comunidade.

<sup>336</sup> Durante um tempo ele alugou a casa para um ex-integrante que havia retornado do Japão em dezembro de 1994 e que também está na comunidade, para que ele pudesse dar andamento ao seu próprio negócio (uma micro-empresa de fraldas descartáveis). Fomos informados de que o negócio não prosperou e não temos conhecimento do que foi feito com a casa.

<sup>337</sup> O depoimento do ex-integrante foi colhido em fevereiro de 1992 e, ainda hoje (1996), ele encontra-se na comunidade nas mesmas condições.

<sup>338</sup> Este, por sua vez, não chegou a sair oficialmente da comunidade. Em 1988 ele deixou de dedicar-se às atividades na comunidade e passou a trabalhar com seu irmão que, a essa época, já havia voltado a morar na comunidade.



por conta própria. Porém, após alguns meses, ele teve seu caminhão roubado e, diante das dificuldades que passou a enfrentar, decidiu emigrar para o Japão para trabalhar como dekassegui<sup>339</sup>.

Outros jovens passaram a comportar-se da mesma forma. Ao decidirem desmembrar-se, passam a permanecer na comunidade sem dedicar-se a qualquer uma de suas atividades. Esta situação era/é muito criticada por outros integrantes e ex-integrantes da comunidade, que reclamavam/reclamam do fato deles permanecerem morando na comunidade, mesmo sem dedicarem-se a ela. Porém, em nenhum momento buscou-se esclarecê-la. Todos eles sabiam que os integrantes da comunidade não aprovavam - alguns ainda não aprovam - este tipo de atitude, mas não faziam nada para alterá-la e/ou justificá-la. Por outro lado, os integrantes e ex-integrantes que eram contra este tipo de atitude, jamais falaram abertamente com eles sobre o assunto.

Porém, esta não é a única postura adotada pelos ex-integrantes da comunidade. Uma prática que começa a ser realizada é uma mescla entre uma atividade própria e externa e, ao mesmo tempo, o auxílio em alguma atividade desenvolvida pela comunidade. É o que vem ocorrendo atualmente com um ex-integrante que, em 1990 emigrou ao Japão para trabalhar como dekassegui e que, desde dezembro de 1994 retornou à comunidade, reintegrando-se novamente nestas condições<sup>340</sup>. Em dezembro de 1994, última vez em que estivemos na comunidade, tivemos a oportunidade de entrevistá-lo. Na ocasião ele disse-nos que não tinha intenção de retornar ao Japão, mas que não sabia se permaneceria na comunidade. Há ainda duas outras jovens que também retornaram do Japão (uma delas havia ido a estudo e a outra como dekassegui). Fomos informados de que a primeira pretende dedicar-se à cerâmica. Sobre a segunda não temos referência. O próprio rapaz que primeiro retornou à comunidade e que, durante um certo tempo permaneceu alheio a seus problemas, passou a comportar-se de outra maneira.

Visando retribuir sua acolhida pela comunidade ele passou a fornecer carne para o churrasco e bebida à vontade nas festas de fim de ano<sup>341</sup>. Além disso, há cerca de três anos vem incentivando os jovens a tomarem iniciativa própria, encorajando-lhes a plantarem abacaxi em uma área próxima ao barracão de sericicultura até então abandonada<sup>342</sup>, fornecendo as mudas, auxiliando no tombamento da terra e no plantio das mudas, atividade

---

<sup>339</sup> O casal e uma filha emigraram em agosto de 1994.

<sup>340</sup> Fomos informados de que o jovem está reformando o caminhão da comunidade com recursos próprios e, enquanto ele não fica pronto, cedeu o seu próprio caminhão para que a comunidade pudesse dar andamento a suas atividades sem prejuízo, postura que é contestada por outros que saíram.

<sup>341</sup> Atitude que é encarada por alguns como uma tentativa de mostrar suas posses.

<sup>342</sup> Falamos sobre esta atividade no capítulo 09 deste trabalho, na parte relativa à ROÇA, uma das atividades de produção desenvolvidas pela comunidade.

que acabou gerando uma fonte de renda adicional, de grande utilidade face às dificuldades que a comunidade enfrentava/enfrenta. Em julho de 1993 presenteou seu pai e conseqüentemente a comunidade com uma ordenhadeira mecânica, mais uma vez proporcionando uma fonte de renda à ela que até então não existia<sup>343</sup>. Em meados de 1995, quando seu irmão mais novo<sup>344</sup> afastou-se temporariamente para trabalhar em uma fazenda da região, contratou também um rapaz para auxiliar seu pai - e, nos casos de menor intensidade de trabalho, a auxiliar em outra atividade que mais precisasse - responsabilizando-se pelo pagamento de seu salário, em um processo característico do campesinato, adotado igualmente por famílias camponesas em outras regiões do Brasil, que têm no auxílio dos "de fora" a estratégia de sua reprodução.

Muito embora, em certa ocasião, ele tenha afirmado que algumas vezes pensava em retornar à comunidade definitivamente<sup>345</sup>, e apesar da mudança de postura que vem assumindo com relação à comunidade nos últimos anos, não resta dúvida que ele incorporou o modo capitalista de pensar e, ao fazê-lo, distanciou-se da *(u)topia* da produção comunitária que a comunidade vem construindo ao longo de seus 40 anos.

Quando do episódio relativo à introdução do jovem para auxiliar seu pai na pecuária leiteira, chegou a consultar-nos, para saber as possíveis reações de alguns integrantes da comunidade que, ainda hoje, mantêm-se absolutamente contra sua postura, mas, entretanto, não hesitam em solicitar-lhe favores, sempre que preciso<sup>346</sup>. Na ocasião ele confidenciou-nos que sua intenção era colocar uma família para trabalhar para a comunidade (porque era mais lucrativo), mas não sabia se isto daria certo pois, sob seu ponto de vista, *"a comunidade não sabe como lidar com seus funcionários"*. Ao perguntarmos quais seus reais interesses na introdução deste auxílio - no caso da família o salário seria pago pela comunidade - ele confidenciou-nos que estava preocupado com a sobrecarga de trabalho a que **seu pai** vinha sendo submetido nos últimos tempos. Questionamos sua posição, perguntando-lhe se era só o **seu pai** que estava sendo sobrecarregado. Apontamos nominalmente todos aqueles que, há tempos, vinham responsabilizando-se cada vez mais pelas atividades e indagamos se sua atitude visava o

---

<sup>343</sup> Falamos sobre esta mudança no capítulo 09 deste trabalho, quer na parte relativa à PECUÁRIA LEITEIRA, uma das atividades de produção desenvolvidas pela comunidade, quer na parte relativa à comercialização da produção realizada diretamente na sede, no item sobre as atividades de COMERCIALIZAÇÃO.

<sup>344</sup> Quem normalmente realiza a atividade junto com seu pai.

<sup>345</sup> Acreditamos ser esta uma mudança por demais drástica para quem, da primeira vez que visitamos a comunidade em trabalho de campo, em uma entrevista informal, queixou-se sobre a *"falta de perspectiva"* que a comunidade oferecia aos jovens.

<sup>346</sup> A título de exemplo, citamos as constantes caronas solicitadas a familiares e amigos até São Paulo, mais freqüentes na época em que ele possuía seu próprio caminhão.

bem-estar de **seu pai** ou **da comunidade**. Ele desconversou e não emitiu uma resposta concreta.

Sobre os reais motivos que o fazem mudar seu comportamento, pode-se supor várias hipóteses. Uma delas seria uma possível tomada de consciência do papel que a comunidade desempenhou, e ainda hoje desempenha, não só em sua vida como também na de todos aqueles que, um dia, puderam compartilhar de sua *(u)topia*, por menor que tenha sido o tempo e por mais que estes tentem negá-la, tanto para aqueles que a ela retornam, quanto para aqueles que apenas a utilizam como *"bússola"*. Nesta perspectiva, sua postura poderia ser entendida como fruto de uma gratidão à comunidade e, principalmente, a seu pai, quem acabou amortecendo as pressões exercidas pela comunidade quando de sua saída<sup>347</sup> e, sobretudo, quando de seu retorno e permanência na comunidade, sem dedicar-se a qualquer uma de suas atividades.

Uma outra hipótese decorre das declarações/posições apresentadas por outros ex-integrantes. É possível que haja também o interesse em uma herança, no caso de sua desintegração. Nesta perspectiva o aumento na participação na comunidade permitiria, mais tarde, a alegação de "retorno", o que lhe permitira exigir direitos. Para que esta hipótese possa ser assumida, alguns pontos devem ser levantados. Primeiro, a suposição da absoluta certeza de que o fim da comunidade é apenas uma questão de tempo. Segundo, a certeza de que, em caso de desintegração, seu patrimônio será dividido apenas entre aqueles que lutaram até o fim por sua existência. Terceiro, e talvez o mais importante, é preciso pressupor a existência de uma herança de fato.

Porém, todos estes pressupostos, a nosso juízo, apesar de terem sido levantados a partir de depoimentos de ex-integrantes, já nasceram sem fundamento, pois pressupõem a questão da existência da herança, e sobre este ponto gostaríamos de ampliar a discussão.

Apesar da cláusula DÉCIMA-SEGUNDA do Contrato Social da "SINSEI SOCIEDADE AGRÍCOLA GUARAÇAÍ", Sociedade Civil, Shimizu & Cia. Ltda, firmado em 01 de fevereiro de 1969 afirmar que *"A sociedade se extinguirá nos casos previstos no artigo 1399 do Código Civil Brasileiro<sup>348</sup>, e, ocorrendo a dissolução, seu patrimônio*

---

<sup>347</sup> Quando o assunto foi levado à assembléia.

<sup>348</sup> De acordo com o artigo 1399 do Código Civil Brasileiro, dissolve-se a sociedade:

**I** - pelo implemento da condição, a que foi subordinada a sua durabilidade, ou pelo vencimento do prazo estabelecido no contrato.

**III** - pela consecução do fim social, ou pela verificação de sua inexequibilidade.

**VI** - pelo consenso unânime dos associados.

**Par. único:** os números II, IV e V não se aplicam às sociedades sem fins lucrativos.

reverterá aos *sócios*<sup>349</sup> e da cláusula DÉCIMA-PRIMEIRA prever que *"Em caso de falecimento de um dos sócios, a sociedade remanescerá entre os sócios sobreviventes, tendo direito à partilha do que houver o herdeiro do falecido que não participará nos lucros e perdas ulteriores, que não foram consequência direta de atos anteriores ao falecimento"*<sup>350</sup>, na prática nenhuma destas situações poderá se consumir. Através de uma decisão adotada em assembléia, de tempos em tempos os sócios mais velhos devem sair da sociedade, cedendo e transferindo suas cotas a um outro sócio mais novo ou aos sócios remanescentes, conforme mencionamos em capítulo anterior.

Desta forma, fica difícil para qualquer ex-integrante da comunidade contar com esta possibilidade, até porque, juridicamente, só teriam direito à partilha os atuais sócios e seus descendentes, quais sejam, Paulo Shigeshi Shimizu, Fumiya Karasudani, Shinobu Mori (representantes da sociedade), Joel Satoru Honma\*, Cassio Koiti Komiyama, Júlio Massao Honma, Oscar Kiyoshi Shimizu, Osmar Shizuo Oyama\*, Eduardo Honma, Raito Honma e Rokuro Honma<sup>351</sup>. Para trabalharmos com esta hipótese deveríamos aceitar não apenas a eminência da desintegração da comunidade, mas também a realização de um acordo extra-contratual de repartição da mesma entre todos os que, um dia, a integraram.

Apesar de "fria e calculista", esta hipótese não deve ser descartada. Ao longo do tempo em que permanecemos em trabalho de campo, realizamos uma série de entrevistas com integrantes e ex-integrantes da comunidade. Em certa ocasião uma ex-integrante revelou-nos que *"não achava justo"* o comportamento de um determinado membro que, segundo ela, *"forçou meu pai a sair da sociedade, enquanto **ele** ainda permanece como sócio. Quero só ver o que vai acontecer quando a comunidade acabar, se serão só os filhos **dele** que terão direito à herança"*. Não sabia a ex-integrante que *"ele"* não configurava mais como sócio da comunidade desde 1988<sup>352</sup>. A nosso juízo, muito mais do que uma questão moral, que não nos cabe julgar, a defesa do princípio de que todos os ex-integrantes da comunidade teriam os mesmos direitos sobre seus bens que aqueles que por ela lutaram até o "fim", revela uma total falta de identidade com os ideais que regem a comunidade. Trata-se de um ponto de vista integrado aos interesses/modo de pensar da sociedade envolvente.

---

<sup>349</sup> Grifo nosso.

<sup>350</sup> Através do CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE UMA SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, firmado em 20 de abril de 1976, esta cláusula, que passou a ser a oitava, foi modificada, passando a ter a seguinte redação: *"8a. - Em caso de falecimento de qualquer dos sócios, se convier a seus herdeiros, a sociedade poderá continuar com estes, ou então os herdeiros receberão seus haveres, calculados pelo Balanço levantado na ocasião em 02 (duas) prestações trimestrais e iguais, sendo a primeira após 90 (noventa) dias da data do falecimento"*.

<sup>351</sup> Conforme Instrumento de Alteração Contratual de Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, de 02 de janeiro de 1990. Os dois sócios que estão com seus nomes assinalados não pertencem mais à comunidade.

<sup>352</sup> O depoimento da ex-integrante foi colhido em 1993.

As posses materiais nunca ocuparam o primeiro plano para a comunidade mas, ao contrário, são apenas os meios de que dispõem para chegar ao fim, qual seja, a segurança/estabilidade financeira e, mais do que isto, a busca da harmonia na vivência comunitária, a busca da construção da vida em Paraíso na Terra, construída diariamente por suas próprias mãos, através da (u)topia da produção comunitária no campo.

#### 11.4. O FUTURO

Por fim, vale a pena ainda salientar que todo esta compreensão foi montada tendo por base a premissa de que a comunidade se desintegraria. Não discordamos do fato de que ela vive hoje uma grande crise, mas não entendemos que o único desfecho possível para esta seja o seu "fim". Ao contrário, concordamos com MARX, para quem quando um problema aparece é por que sua solução já está dada. Dessa forma, o mesmo fato que gerou a crise pela qual a comunidade vem passando, contraditória e concomitantemente, está gerando também as condições para sua solução. O problema é que, por estarem por demais envolvidos por esta crise, por estarem por demais preocupados em amenizar suas conseqüências imediatas - e não lhes tiramos a razão - seus integrantes não conseguem compreender que a solução (que, a nosso juízo, não vem a ser a dissolução da comunidade), está na **causa** de sua crise. Em outras palavras, se o principal motivo apontado pelos entrevistados como o grande responsável pelo desinteresse para com a comunidade e a conseqüente **redução na participação**/desmembramento foi a barreira imposta pelos mais velhos nas assembléias, somente a **ampliação da participação efetiva** dos mais jovens que ainda permanecem na comunidade de um lado, e o **fim da colocação de obstáculos** por parte dos mais velhos, de outro, pode retirá-la da crise em que se encontra. Os primeiros passos nesse sentido foram dados na assembléia realizada em novembro de 1994, quando veio à tona o assunto dos inúmeros desmembramentos ocorridos ao longo dos últimos 15 anos.

A conscientização - pela prática - de que o quadro cada vez mais reduzido de integrantes - a maioria dos quais idosos - causa uma redução, cada vez mais significativa, no próprio padrão de satisfação de suas necessidades básicas, apesar do aumento da intensificação da auto-exploração da força de trabalho daqueles que nela permanecem, fez com que um assunto que, até então, havia estado à margem das discussões, fosse analisado/discutido, com cautela/interesse, por seus integrantes.

Novos passos - de acordo com informações recebidas<sup>353</sup> - estão sendo ensaiados atualmente. Fomos informados que, os jovens estão pensando em ocupar uma área da *hataque* - há anos sem uso - para ampliar a pastagem. Esta idéia, porém, foi reprovada por um integrante da comunidade, que alegou ter planos de realizar uma experiência de cultivo de seringueira no local. Ficamos surpresos com tais planos, pois a área não é tão grande, o que certamente torna tal cultivo anti-econômico. Mas esta questão eles discutirão em assembléia.

A nosso juízo, há *tempo* para tudo e, atualmente, não há mais tempo para *experiências*, restrições, barreiras, mas sim para a prática, conselhos, *decisões*. Decisões que ultrapassam os limites da escolha *do que* e *onde* plantar e que chegam ao *o que* e *como* fazer *para/pela* continuidade da comunidade. Não há mais tempo também para as lamentações, para as queixas realizadas pelos mais jovens de que "*os mais velhos impediram e continuam impedindo a realização dos planos apresentados*". O caminho está na ação. São muitos os caminhos que levam à continuidade da comunidade, mas todos começam com um primeiro passo. É preciso apenas escolher um deles e caminhar. Se um deles apresentar um obstáculo, é preciso tentar outros, criar atalhos, construir pontes ou retirá-los do caminho. O importante, porém, é continuar a caminhada. Afinal, não é de hoje que se sabe que

*"... esperar não é saber.  
Quem sabe faz a hora,  
não espera acontecer .."*

(Geraldo Vandré)

---

<sup>353</sup> Através da correspondência que mantemos com um jovem integrante da comunidade

**“Não é a consciência que determina a vida,  
mas a vida que determina a consciência”**

**Karl Marx**

## **PARTE III**

# **A PRODUÇÃO COMUNITÁRIA NO CAMPO: TEORIA E PRÁTICA**

## **12. AS EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS**



As experiências de vida/produção comunitária, fruto da insatisfação de um conjunto de pessoas frente a ordem estabelecida pela sociedade em que estavam/estão inseridas, são bem antigas. Suas origens devem ser buscadas no momento em que o homem adquiriu/adquire consciência de si próprio, do espaço em que vivia/vive e que podia/pode transformar a partir de sua ação e, quiçá o mais importante, da possibilidade de uma outra ordem, diferente da estabelecida até então, e que ele próprio pode começar a construir.

Por mais diferenças que possam existir entre as inúmeras formas de vida/produção comunitária realizadas ao longo da história - fruto das características individuais daqueles que as colocam em prática - há, em todas elas, um forte traço utópico, entendido não enquanto uma quimera, algo irreal e irrealizável, características que o senso comum imprime à utopia. Tampouco como algo monótono, cansativo, fechado, sem possibilidade de diferença, como apontado por LAPLANTINE, algo que "imita ao inverso a sociedade em questão em seus menores detalhes e que representa algo assim como a imagem negativa que esta sociedade devolve a si mesma" (LAPLANTINE, 1977:151)<sup>354</sup>. Ao contrário, o traço utópico presente nas diferentes experiências sobre as quais iremos tratar neste capítulo está, a nosso juízo, na capacidade de "ruptura com a história, dada pela impossibilidade da espera: não é possível esperar pelo tempo histórico para a mudança, ele seria muito longo. É assim que o desejo do novo pressiona na direção da

---

<sup>354</sup> LAPLANTINE centra suas críticas nas construções utópicas literárias e sociológicas de utopistas famosos, como Platão - a quem atribui a origem deste estilo de construção - Thomas More, Campanella, Francis Bacon, Morelly, Cabet, Aldous Huxley e Georges Orwell, entre outros.

ruptura, se expressando através do imaginário, onde o tempo cronológico é abolido" (MÜELLER, 1989:25). Sendo assim, a utopia é por nós entendida como "uma questão de alteridade em certo olhar sobre o ser, (...) uma questão de felicidade e liberdade. Assim, a utopia apresenta de maneira categórica o reino do direito contra o reino do fato. Ela é vontade do homem e da razão" (LACROIX, 1996:21).

MÜELLER, ao analisar o caráter utópico da Colônia Cecília, chama a atenção para o fato de que, por ser uma construção ideal, a utopia - o não lugar - ao concretizar-se, deixa de existir, transformando-se em topia - o lugar. A nosso juízo, a utopia que origina as diferentes experiências sobre as quais escreveremos a seguir - e tantas outras que nos escapam por ora - continua presente, como uma "*bússola*", indicando o caminho àqueles que buscam realizá-la. É claro que, na prática, estas utopias vão adquirindo feições diferentes daquelas originais, o que nada mais é do que decorrência do convívio e das inter-relações estabelecidas entre pessoas diferentes umas das outras e que, por isto mesmo, pensam de maneira diferente sobre o mesmo assunto. Mas a utopia continua presente, como referência. Daí entendermos estas experiências como *(u)topias* de vida/produção comunitária que, em geral ocorreram/ocorrem no campo: as mais antigas, pela inexistência da cidade, sobretudo da forma como a concebemos hoje; as atuais, pela possibilidade de um convívio harmônico e o mais auto-suficiente possível, fato que dificilmente ocorreria nas cidades, sobretudo nas de maior porte.

Em termos gerais, a base sobre a qual estas diversas experiências foram/são construídas - e a partir da qual se dá a constituição da identidade entre seus integrantes e a organização/manutenção da experiência por um determinado período - está assentada em um ou mais dos seguintes pilares: a prática política (via ação direta do Estado), a religião (a construção de uma vida o mais próxima possível daquela presente nas Escrituras Sagradas, sob a forma das comunidades cristãs) e a ideologia (a possibilidade da realização de uma sociedade melhor, sem os problemas daquela em que estão inseridos).

Neste capítulo estaremos levantando/descrevendo algumas experiências de vida/produção comunitária no campo, realizadas tanto no Brasil quanto no exterior. Nossa preocupação não é realizar uma análise detalhada, como fizemos com a Comunidade Sinsei e, em menor grau, com a Comunidade Yuba. Nosso objetivo, nesta parte do trabalho, é encontrar os pontos em comum existentes entre elas, sobretudo no que diz respeito ao processo de formação/organização/produção/distribuição dos frutos do trabalho entre seus integrantes. A

análise sobre as diferentes práticas da *(u)topia* da produção comunitária será realizada no capítulo seguinte<sup>355</sup>.

## 12.1. A RÚSSIA: O *MIR* RUSSO E AS FORMAS DE PRODUÇÃO NO CAMPO PÓS REVOLUÇÃO BOLCHEVISTA

De acordo com WOLF, o processo de servidão na Rússia deu origem a um sistema especial, a **servidão por dívida**, onde o camponês se via obrigado a trabalhar a terra em troca de um empréstimo ou de uma outra forma de auxílio. Os fidalgos emprestavam aos camponeses a terra, o dinheiro e as sementes necessárias, a prazos fixos que variavam de 3 a 20 anos. Em troca deste empréstimo os camponeses se viam obrigados a trabalhar na propriedade do fidalgo com suas próprias ferramentas e seus próprios animais (*barshchina*), bem como a entregar parte de sua produção em espécie ou em dinheiro, como pagamento (*obrok*). Enquanto a mobilidade não era proibida, os camponeses migravam para outras propriedades ou para áreas de fronteiras em busca de mais trabalho e, não raro, conseguiam saldar suas dívidas. Esta possibilidade, porém, foi ficando cada vez mais restrita, até que, por meio de um código legal (1649), o servo viu-se submetido à servidão total em uma mesma propriedade, sendo a fuga considerada uma contravenção penal prevista em lei (1658).

Enquanto prevaleceu o período de servidão, os dois modos de utilizar o trabalho do servo - a *barshchina* e o *obrok* - eram empregados ora individualmente, ora simultaneamente. Em geral a *barshchina* era comumente praticada nas áreas de solo mais fértil (terra preta - Tchernozion), enquanto o *obrok* o era nas áreas de solo menos fértil. "Em algumas propriedades, os fidalgos chegaram a ter êxito, convertendo o *trabalho endividado* em trabalho declaradamente assalariado, no qual o trabalhador não tinha acesso à terra, mas recebia alimentos e roupas em pagamento de seu trabalho nas propriedades do patrão.

Contrastando com o sistema *do trabalho devido*, predominavam nas províncias de solo não preto, do norte, pagamentos em espécie ou em dinheiro; nessa região, embora a agricultura fosse, ao mesmo tempo, menos lucrativa e menos produtiva, o trabalho camponês, em artesanato caseiro ou nas

---

<sup>355</sup> Além das experiências que trataremos a seguir, inúmeras outras aconteceram/acontecem em diferentes locais, no Brasil e/ou no exterior, porém não tivemos acesso à bibliografia e, tampouco, era nosso objetivo esgotar o tema neste trabalho. A título de exemplo citamos a comunidade Yamaguishi kai formada por japoneses localizada na região de Campinas-SP. Podemos citar ainda a Colônia Cosmos (experiência anarquista localizada em Santa Catarina) e o mir (experiência realizada por imigrantes russos) às quais Afonso SCHMIDT faz referência em sua obra "Colônia Cecília", já desfeitas, e sobre as quais não localizamos nenhuma fonte bibliográfica.

indústrias da cidade, poderia render pagamentos em espécie" (WOLF, 1984:79). Esta prática perdurou até 1861, quando os servos foram libertados, através de uma grande reforma agrária que, na verdade, foi o resultado de "um acordo que, embora não privasse o camponês de terra, fazia-o pagar pela libertação de sua pessoa" (WOLF, 1984:80).

A libertação plena dos camponeses, porém, foi um processo muito lento, uma vez que ele precisava comprar sua liberdade mas não dispunha de dinheiro para fazê-lo. O Estado tentou intervir, oferecendo aos camponeses empréstimos de até 80% da soma necessária, a serem pagos em 49 anos. Porém, as dificuldades enfrentadas no recebimento das dívidas fizeram com que o Estado interrompesse tal prática. Diante desta situação, muitos camponeses transformaram-se em "pessoas 'temporariamente comprometidas', que tinham que continuar a pagar aos fidalgos vencimentos de doze rublos pela concessão plena, ou em terras do sistema *obrok*, dar em troca a cada ano, quarenta dias de trabalho no caso dos homens e trinta, no caso das mulheres. (...) Finalmente, não poucos camponeses aceitaram cotas de terra reduzidas, em troca de sua liberdade total, comprando sua liberdade mesmo à custa do empobrecimento econômico" (WOLF, 1984:81).

Porém, mesmo livres e proprietários legais de cotas de terras, os camponeses não eram livres para trabalharem-nas da forma que julgassem melhor. Ao contrário, o uso dessas terras estava sujeito às exigências da comuna da aldeia em que as mesmas situavam-se, o **mir**<sup>356</sup>.

O **mir** era "geralmente, formado por antigos servos e seus descendentes, radicados numa única aldeia, embora, às vezes, uma aldeia compreendesse mais de uma comuna ou uma comuna, por sua vez, pudesse abranger várias aldeias. Dentro da estrutura da comuna, cada família tinha direito a uma gleba. Antes da emancipação, cada família da comuna tinha direito a uma gleba da terra comunal; além disso, cada família mantinha sua casa e sua horta como posses hereditárias. Não existia cultivo coletivo; cada família cultivava sua própria terra. Os direitos aos pastos e às vezes aos prados e florestas, no entanto, pertenciam coletivamente à comuna" (WOLF, 1984:84).

As terras deveriam ser redistribuídas em intervalos regulares de tempo, o que nem sempre ocorria. Entre as comunas que faziam a repartição em intervalos regulares, havia aquelas que o faziam apenas parcialmente. Muitas delas, porém, interrompiam esta prática por um período, retomando-a posteriormente. Para a redistribuição das terras entre as famílias não eram levadas em conta as florestas e pastagens, que compunham as terras comuns não distribuídas. Os critérios utilizados variavam de uma comuna para outra, mas em geral

---

<sup>356</sup> Este sistema, que existia paralelamente ao período de servidão, foi constituído pelo tzarismo como forma de organização social nas regiões novas (de fronteira) onde não havia a aristocracia. O **mir** ligava-se diretamente ao Estado tzarista, principalmente como arrecadador de impostos e fornecedor de soldados para o exército.

levavam em conta o número de homens na família, o número de trabalhadores adultos ou o número total de trabalhadores.

As regras para o funcionamento do **mir** eram rígidas. O camponês "não podia vender, hipotecar ou herdar terras sem o consentimento unânime da comuna. Não podia, igualmente, recusar-se a aceitar, na ocasião da redistribuição, terras menos produtivas que as anteriores. A comuna limitava igualmente o direito do camponês de plantar o que quisesse, pois vigorava um rígido sistema de safras. Os campos eram retalhados em faixas de terra, a fim de nivelar as oportunidades referentes ao solo, à topografia e à distância da aldeia; um camponês possuía sempre várias faixas de terra, cada qual encravada num campo diferente. Mas, dentro de um determinado campo, todas as faixas deviam conter o mesmo produto, no sistema de revezamento de *três campos*; não havia demarcação por meio de cercas e, terminada a safra, os campos eram abertos ao pasto comum ao mesmo tempo" (WOLF, 1984:85).

A comuna era governada por um conselho formado por todos os chefes de família e presidido pelo ancião da aldeia, a quem cabia formular o consenso da assembléia e representar a aldeia nos negócios com estranhos. Não era atribuído ao ancião nenhum poder específico. Ao contrário, todos os membros do conselho tinham o mesmo grau de igualdade e a busca da unanimidade sempre esteve presente nas assembléias.

A comuna também funcionava com o objetivo de igualar as oportunidades entre seus membros, pelo que fixava um ganho mínimo e nivelava os encargos fiscais, cobrando mais dos mais ricos. Porém, ela não conseguiu eliminar as diferenciações que existiam em seu interior. Ao contrário, este processo foi intensificando-se cada vez mais, dando origem ao que LEROY-BEAULIEU, citado por WOLF, chamou de "comedores de **mir**"<sup>357</sup> os quais, segundo ele, agiam oferecendo aos camponeses empréstimos muito maiores que a capacidade que eles possuíam de saldá-los, já com a expectativa de más colheitas. Impossibilitados de saldarem suas dívidas, os camponeses se viam obrigados a entregarem suas glebas aos "comedores", em geral a preços inferiores a seu valor real. Além do domínio econômico - e como consequência deste - os "comedores de **mir**" passaram, aos poucos, a gozar também de um domínio social e político, tornando-se os "donos das aldeias". Concretizava-se, assim, um processo de diferenciação social no interior do **mir** que, segundo BETTELHEIM, estava alicerçado no fato de que a fachada "comunitária" do **mir** escondia uma realidade em que vigorava "o *trabalho parcelado*, a cultura e criação de animais *individual*, a *propriedade privada* dos instrumentos de trabalho, especialmente dos animais de tração" (BETTELHEIM, 1979:190/191).

---

<sup>357</sup> Termo utilizado para indicar os camponeses mais abastados, os *Kulaks*.

BETTELHEIM (1979) destaca ainda alguns pontos que, a seu juízo, proporcionam uma compreensão mais exata sobre a organização/funcionamento do **mir**. São eles:

1. O **mir** não corresponde a um modo de produção, mas sim, a um aparelho político de redistribuição de terras que assegurava uma cultura **individual**, e não coletiva. As regras por ele impostas têm por finalidade facilitar a sua realização nas diferentes parcelas que o compõem. Os resquícios de um modo comunitário de produção (o auxílio mútuo entre os vizinhos), com o tempo transformaram-se em trocas em pagamento aos serviços prestados.
2. Enquanto aparelho político, o **mir** não é "neutro", mas sim, dominado pelos camponeses mais abastados - os "comedores de **mir**" - que servem-se desta dominação para perpetuar sua situação privilegiada.
3. A existência das assembléias gerais tendem a transformar cada aldeia em um mundo isolado dos demais, com suas próprias autoridades.
4. Reprodução de desigualdades, em escala crescente, através de formas igualitárias (sobretudo no que diz respeito à redistribuição das terras).

Este processo de diferenciação social no interior do **mir**, por sua vez, acabou dando origem a inúmeras revoltas camponesas, entre 1902 e 1905. Com o intuito de amenizá-las, em 1906 "o governo elaborou um plano de reforma agrária destinado a dismantelar a estrutura comunal tradicional. As propriedades das comunas que haviam abandonado o sistema de redistribuição de terras foram convertidas em propriedade privada de unidades familiares. Nas comunas que ainda redistribuíam suas glebas, concedia-se o direito a qualquer proprietário de requerer, a qualquer tempo, que a terra à qual tinha direito através da redistribuição lhe fosse concedida como propriedade privada. Além disso, teria o direito de receber a terra toda numa só gleba e não em faixas espalhadas pelos campos. Para finalizar, a própria comuna adotaria a propriedade privada, mediante o voto de seus integrantes" (WOLF, 1984:94/95). Esta medida não surtiu o mesmo efeito em todo o território russo. Em determinados locais - como na Rússia Central - as comunas acabaram fortalecendo-se ainda mais.

Ao mesmo tempo, na esfera religiosa, a Igreja Ortodoxa russa deixava de manter o controle sobre muitas áreas rurais até então eminentemente ortodoxas. Aproveitando-se da brecha entre a igreja e o crente, que tornou-se ainda mais profunda com o cisma religioso (*raskol*), as "correntes reformistas criaram ainda outra fonte de oposição à estrutura centralizada no czarismo: as instituições rurais chamadas *zemstvos*. Segundo o estatuto de 1864, esses *zemstvos* deveriam ser entidades representativas encarregadas das funções locais que anteriormente cabiam, pelo menos em parte, aos proprietários de terras, tais como a construção e a manutenção de estradas, a criação dos serviços de educação e saúde, inclusive a escolha de seu quadro de funcionários e, além

disso, as funções hoje categorizadas como serviços de extensão agrícola. A concepção formal dos *zemstvos*, estava em plena contradição com seu papel na prática. Deveriam ser organizações representativas funcionando numa autocracia centralizada, sem constituição" (WOLF, 1984:99). Criadas para dar voz ao campesinato, na prática elas acabaram assegurando, através de leis eleitorais, representatividade à nobreza.

O **mir**, enfraquecido com as medidas adotadas pelo Estado em 1906, voltou à cena novamente, e desta vez mais fortalecido, com a Revolução de Outubro de 1917. "Logo após a Revolução de Outubro, e principalmente durante o 'comunismo de guerra', a prática camponesa deu origem a três tipos fundamentais de produção coletiva. Estes três tipos se distinguem por uma socialização mais ou menos intensa do trabalho e dos meios de produção. Por ordem crescente de socialização distinguem-se - na terminologia russa - as três formas seguintes:

a) O *toz*, abreviação da palavra russa que significa 'associação para a cultura em comum'. Essa forma de *Kolkoze* coloca em comum somente o trabalho necessário à cultura (de fato, geralmente, às culturas principais) assim como a terra e o grosso do equipamento necessário a estas. Uma outra parte das terras, do equipamento, assim como certos animais e construções, permanecem na exploração privada (que não desaparece portanto completamente). Em geral a partilha do produto do trabalho em comum se faz levando em conta principalmente o tempo de trabalho efetivamente dispensado por cada um.

b) O *artel* comporta um grau de socialização mais elevado. Apenas subsistem da exploração individual algumas parcelas e uma pequena criação, o resto é coletivizado. A partilha da produção comum se faz exclusivamente na base do trabalho gasto por cada um.

c) A *Kommuna*, ou comuna, conhece uma socialização praticamente completa de todos os meios de produção. A partilha da produção leva em conta não somente a contribuição do trabalho de cada um, mas também o número e a idade dos membros das diferentes famílias camponesas.

O *artel* tem a preferência do poder soviético. Ulteriormente, será principalmente sob esta forma que se desenvolverá a coletivização" (BETTELHEIM, 1983:435).

De acordo com FLAVIEN & LAJOINIE, em 1927 os camponeses possuíam o usufruto de 95% das terras cultiváveis, mas o processo de diferenciação no interior do **mir** continuava se fazendo presente. Dois anos mais tarde, o Estado soviético optou pelo caminho da construção de uma base industrial capaz de valorizar as riquezas naturais que possuía em grande quantidade. Para que pudesse desenvolver seu parque industrial, buscou desencadear um processo de acumulação interna a partir da agricultura. Além de fornecer mão-de-obra, matéria-prima e riqueza para o desenvolvimento da indústria, a agricultura deveria fornecer também uma quantidade de alimentos capaz de garantir a reprodução daqueles que passavam a dedicar-se à atividade industrial e que, por conta disto, deixavam de responsabilizar-se

diretamente - enquanto produtores dos alimentos que consomem - por sua reprodução. Houve, porém, uma forte resistência por parte dos camponeses abastados que, dentro das condições possíveis, jogavam com os preços.

Visando acelerar o desenvolvimento industrial, em 1929 o governo soviético abandonou as orientações da XVI Conferência que recomendavam que o processo de coletivização das terras - originando os **kolkozes**<sup>358</sup> - se desse de forma gradual, de modo que a passagem às formas coletivas fosse fruto da vontade dos camponeses. Optou então pelo processo de coletivização acelerada, "integral" e forçada dos campos, levada a cabo por Stálin a partir de junho de 1929, e que ficou conhecido como "a grande virada". Diversas formas de pressão - sanções administrativas, econômicas e penais - foram colocadas em prática a fim de forçar os camponeses a entrar nos **kolkozes**.

"As duas 'sanções não penais' mais freqüentemente empregadas contra camponeses que não estão prestes a aderir ao *kolkoze* são: a proibição feita aos organismos comerciais de lhes venderem qualquer mercadoria e a privação de terras (sendo estas todas atribuídas ao *kolkoze*); em outros casos, os camponeses que não entram no *kolkoze* se vêem sem as terras que cultivam, e obrigados a alocar terras de má qualidade, situadas distante da aldeia; às vezes, as sementes, o gado e todo ou parte de seus instrumentos de trabalho lhes são confiscados. Um prazo de alguns dias lhes é deixado para se decidirem.

A estas 'sanções' podem se acrescentar outras: fixação de um imposto individual elevado, proibição feita aos filhos dos camponeses não *kolkozianos* de freqüentarem a escola etc. Tais medidas são 'ilegais', e serão condenadas ulteriormente pela direção do partido. Entretanto, entre novembro de 1929 e março de 1930, elas foram aplicadas em uma larga escala pelas autoridades locais" (BETTELHEIM, 1983:439/440).

Este processo, por sua vez, desencadeou uma situação de insegurança e tensão nos campos que, por sua vez, levaram Stálin, em março de 1930, a suspender os métodos da "grande virada" da coletivização acelerada. Da forma como foi implantada, a coletivização deu origem a uma série de problemas de difícil superação. Entre eles, BETTELHEIM destaca a baixa produtividade daqueles que vão para os **kolkozes** contra sua vontade e a diminuição do apoio ao governo diante desta situação; a manutenção de concepções individuais no interior dos **kolkozes** (unidades coletivas); desencadeamento de uma série de roubos de bens coletivos e de um processo de comercialização de uma parte da produção fora dos circuitos legais, em prejuízo do que era considerado "bom andamento dos **kolkozes**", o que forçou o governo a colocá-los sob a direção de não camponeses, garantindo assim a imposição de normas de

---

<sup>358</sup> De acordo com FLAVIEN & LAJOINIE, os **kolkozes** são cooperativas de produção, juridicamente independentes do Estado. Proprietários dos meios de produção, elas recebem do Estado as terras (propriedade nacional) para usufruto perpétuo e gratuito.



trabalho/gestão (medida que assume um caráter punitivo); redução do número de animais de tração de uso dos **kolkozes**, consequência da punição, estabelecida pelo governo, de abate de parte do gado de propriedade dos camponeses que entravam contra sua vontade nos **kolkozes**.

De acordo com BETTELHEIM, uma série de fatores comprometeram a coletivização desde sua origem, gerando uma agricultura que, segundo ele, apresentava resultados insatisfatórios quando comparada à fase anterior. Para BETTELHEIM, isto explica o fato de que, "para acalmar o descontentamento camponês e para ajudar uma certa retomada da produção, o poder soviético tenha decidido, a partir de 1930, autorizar a exploração de parcelas individuais relativamente importantes e a posse de uma criação individual. Mais tarde, foi preciso até mesmo restabelecer um mercado livre 'legal' e permitir aos *kolkozes* e aos *kolkozianos* venderem uma parte de sua produção. Estas medidas, por sua amplitude e pelas condições nas quais tiveram de ser tomadas, prejudicaram por sua vez o bom funcionamento dos *kolkozes*, pois as atividades privadas dos *kolkozianos* limitaram seriamente seus esforços nas terras coletivas" (BETTELHEIM, 1983:447).

Além dos **kolkozes**, uma outra forma de produção presente no campo soviético eram as fazendas estatais - os **sovkozes** - criadas pelo Estado. De acordo com FLAVIEN & LAJOINIE, durante o período 1952/1962 houve um grande movimento no sentido da transformação dos **kolkozes** em **sovkozes**. Porém, a partir de 1965 este movimento deixou de existir, dando origem a um processo de especialização dos **sovkozes** na produção de determinados gêneros que, em alguns momentos, fez com que eles se subdividissem em unidades autônomas. Os trabalhadores destas fazendas recebiam salário e, de acordo com BETTELHEIM, o caráter socialista destas unidades dependia de seu grau de subordinação ao Estado da ditadura do proletariado.

Segundo FLAVIEN & LAJOINIE, tanto nos **kolkozes** quanto nos **sovkozes** as explorações eram divididas em seções - produção animal, vegetal, etc - em regime de autonomia financeira<sup>359</sup>. Cada uma das seções era mantida sob a responsabilidade de equipes de trabalho que, por sua vez, podiam subdividir-se em grupos ou não, mas que sempre possuíam um responsável (em geral um técnico especializado). Para a remuneração do trabalho, estabeleceu-se "uma espécie de padrão de medida do trabalho, a que os soviéticos chamam uma 'norma'. Por exemplo, uma norma será a lavra de 5 hectares em 7 horas (...) corrigida em função do tipo de material utilizado e da natureza do solo.

À unidade padrão do trabalho é atribuído um valor monetário que, no final do exercício, serve para distribuir os resultados em função da quantidade e da qualidade do trabalho realizado por cada cooperante" (FLAVIEN & LAJOINIE, 1976:265).

---

<sup>359</sup> Em caso de um rendimento maior, a remuneração dos camponeses que dedicavam-se à atividade seria maior.

## **12.2. OS PAÍSES DO LESTE EUROPEU PÓS SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

O fim da segunda guerra mundial dividiu o mundo em duas áreas de influência distintas. De um lado, o bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos e, de outro, o socialista, liderado pela ex-URSS. Na luta contra o avanço das tropas nazistas, muitos países do leste europeu aliaram-se à ex-URSS para poder combatê-las e, em consequência, após o término da guerra, passaram a ficar sob o seu domínio. As exceções são feitas à ex-Iugoslávia e Albânia, que conseguiram impedir este avanço com suas próprias forças, estabelecendo ali governos autônomos.

O término da segunda guerra mundial marcou, assim, o avanço do socialismo nestes países (por dominação soviética ou por opção), fato que desencadeou a realização de diferentes formas de produção no campo, mediante a ação direta de um Estado ideologicamente comprometido com a transformação da sociedade estabelecida e a construção de uma outra ordem. É sob este aspecto que nos interessa recuperar as experiências de coletivização ocorridas nos países do leste europeu enquanto vigorou o socialismo.

### **12.2.1. A BULGÁRIA**

De acordo com FLAVIEN & LAJOINIE, as primeiras experiências de cooperação na Bulgária datam de finais do século XIX e início do século XX. Elas surgiram como sociedades agrícolas de crédito mútuo (para lutar contra os usurários), mas logo transformaram-se em cooperativas de venda dos produtos agrícolas (evitando assim a ação dos intermediários) e em cooperativas para o trabalho comum da terra, em um movimento apoiado pelos Partidos Camponês e Social-Democrata (este último transformado em Partido Comunista em 1919).

Esta tradição desenvolveu-se ainda mais a partir de 1944. Naquela época a estrutura fundiária búlgara caracterizava-se por um pequeno número de grandes propriedades e um grande número de pequenas, ambas com um nível de desenvolvimento bastante baixo: pouca utilização de instrumentos de trabalho (em geral rudimentares), fraca utilização de adubos, sem seleção de sementes, etc. Motivados pela necessidade, os camponeses lançavam-se cada vez mais ao movimento cooperativo que, por sua vez, beneficiava aqueles que mais possuíam terras/condições de trabalho.

Em 1946 o país passou por uma nova reforma agrária<sup>360</sup>, ocasião em que o Fundo fundiário recuperou as terras dos maiores proprietários agrícolas. Não houve a nacionalização das terras, mas sim, a desapropriação mediante indenização. As terras assim obtidas tiveram dois destinos distintos: parte foram entregues aos camponeses sem terra ou com pouca terra que tinham um prazo de vinte anos para pagá-la, sem juros. Aqueles que pertenciam a alguma cooperativa recebiam ainda um desconto de 40% sobre o preço. A outra parte destas terras foram utilizadas para a constituição de algumas propriedades do Estado. A organização da produção cooperativa ocorreu de forma bastante lenta, em função dos meios de produção disponíveis às terras aráveis. Iniciada em 1945, só foi concluída em 1958.

O movimento de cooperação agrícola cresceu face o incentivo/importância que o governo socialista passou a dar à agricultura, com financiamentos que cresciam a cada plano quinquenal e dotação de modernos instrumentos de produção, ampla utilização de adubos, realização de obras de irrigação, etc. No que diz respeito à mecanização, o governo chegou a criar, no início, um "sistema das estações de máquinas e tratores (EMT), que concentrou os instrumentos de produção disponíveis, mecânicos e técnicos, os meios de reparação e manutenção. Chegaram a existir 211 EMT. Depois, a partir de 1960, as herdades cooperativas compraram o material às EMT, equiparam-se com os seus próprios meios, após terem em parte acumulado os fundos necessários. Depois do desenvolvimento dos acordos entre cooperativas, as EMT perderam a sua razão de ser. Transformaram-se em oficinas das uniões de cooperativas" (FLAVIEN & LAJOINIE, 1976:18).

Ao aderir à propriedade cooperativa, o camponês colocava à disposição desta a maior parte de suas terras e demais meios de produção, sendo-lhe permitido permanecer com uma pequena gleba, para cultivo individual. Nestas terras eles em geral dedicavam-se à produção de alimentos para o auto-consumo, podendo comercializar o excedente. A remuneração do trabalho dos camponeses nas propriedades cooperativas era função, de um lado, dos rendimentos globais da cooperativa e, de outro, do trabalho realizado e de seu grau de qualificação/eficácia<sup>361</sup>. Apenas 65% a 75% do rendimento disponível - que, por sua vez, dependiam dos custos de produção e da qualidade natural da terra, das condições gerais de produção, da qualidade do trabalho dos cooperantes e da gestão dos próprios dirigentes - era destinado à remuneração dos camponeses. O restante era reservado "a amortizações, aos investimentos para melhorar a produção, ao regime das leis sociais - doença, reforma - às atividades

---

<sup>360</sup> A primeira havia sido iniciada em 1921 pelo Partido Camponês e interrompida em 1923.

<sup>361</sup> Até cerca de 1960 ele recebia uma renda em função da quantidade de terras/instrumentos de produção que havia entregue à cooperativa.

culturais, aos seguros de natureza diversa, incluindo as calamidades agrícolas, e a um fundo de garantia da remuneração dos cooperantes" (FLAVIEN & LAJOINIE, 1976:22/23)<sup>362</sup>.

De acordo com FLAVIEN & LAJOINIE, os camponeses possuíam os mesmos direitos dos trabalhadores da cidade: jornada semanal de 40 horas, descanso semanal remunerado, assistência médica, bem como férias pagas que variavam de 14 a 30 dias úteis, em função de seu tempo de serviço e do tipo de trabalho que realizavam. Não havia desconto individual de segurança social, estando seu financiamento a cargo das empresas. Em caso de doença, recebiam suas remunerações mensais equivalentes à remuneração média dos 12 meses que antecederam a doença.

A produção das propriedades - cooperativas e estatais - era realizada levando em conta as metas de produção fixadas pelo plano nacional e pelos contratos estabelecidos entre as propriedades e os organismos de compra e comercialização. Além dos planos quinzenais havia também os anuais, que estabeleciam um plano para a produção e organização da repartição dos meios de produção/mão-de-obra. Estes planos, transmitidos às cooperativas através dos conselhos gerais, funcionavam como "encomendas" feitas pelos órgãos de gestão econômica, sobre o volume dos produtos agrícolas necessários para o período em questão. Além de informar o volume mínimo para os produtos agrícolas essenciais, o plano informava também o montante de dinheiro disponível nos meios financeiros, para que as explorações agrícolas pudessem realizar o seu programa de produção. As propriedades realizavam a policultura, mas conservavam duas culturas principais.

"Depois de elaborado, o projeto de plano é finalmente submetido ao conselho de administração e depois à assembléia geral da herdade cooperativa para ser aprovado. Em seguida, o plano é definitivamente adotado pelo conselho geral (o conselho popular departamental)" (FLAVIEN & LAJOINIE, 1976:26). O escoamento da produção era garantido pelos contratos, a médio prazo, realizados entre as propriedades cooperativas ou suas uniões, e as centrais de comercialização, armazenagem e transformação dos produtos agrícolas. A produção era entregue a cooperativas ou organismos comerciais que recebiam os produtos em um estado bruto ou já transformado e os entregavam aos circuitos de distribuição, fato que permitia uma certa especialização na atividade de algumas propriedades cooperativas. A produção das parcelas individuais dos cooperados era comercializada nos mercados públicos.

A organização do trabalho em uma propriedade cooperativa se dava de modo a aproveitar o melhor possível tanto a força de trabalho dos camponeses, quanto os instrumentos

---

<sup>362</sup> Este fundo de garantia de remuneração dos cooperados foi criado para garantir-lhes uma remuneração mínima em caso de prejuízo, ocasionado, por exemplo, pela perda da safra.

de produção. A princípio, nas propriedades cooperativas só trabalhavam os seus membros, exceção feita a alguns especialistas ou trabalhadores sazonais.

A mecanização acabou estimulando um processo de especialização - e conseqüentemente de divisão do trabalho no interior das propriedades - que culminou na divisão das mesmas em unidades de produção e na organização das **equipes permanentes de produção**. Cada **equipe** trabalhava uma determinada superfície com os meios de produção necessários, sendo responsável pela produção de sua respectiva unidade e recebendo a parte que lhe cabia no rendimento global. Todas elas tinham independência para estabelecer seus contratos de produção, desde que em acordo com a direção da cooperativa; tinham independência econômica e de gestão, sendo responsáveis pela organização de seu trabalho, de sua produção e pelo produto colhido; possuíam suas próprias glebas de terras, seus maquinários e trabalhadores fixos.

Havia quatro tipos principais de organização das **equipes permanentes de produção**: as **equipes permanentes gerais**, que se ocupavam de todos os ramos de produção, tanto agrícola quanto animal; as **equipes de trabalho mistas**, que se ocupavam em geral de dois tipos de gêneros agrícolas distintos; as **equipes de trabalho especializadas**, que serviam um único tipo de produção e/ou a produção de gêneros agrícolas tecnologicamente semelhantes e as **equipes de trabalho totalmente especializadas**, que só se ocupavam de um tipo de cultura ou de produtos com a mesma origem.

Estando organizados através das cooperativas, os camponeses não necessitavam mais expandir suas propriedades para aumentarem seus ganhos. Ao contrário, como o tamanho da propriedade cooperativa dependia das contribuições dos cooperados, o aumento dos ganhos passou a se dar a partir da melhoria dos meios de produção, o que era feito utilizando-se os capitais anteriormente mobilizados para a compra de novas áreas. Tal prática acabou promovendo o desaquecimento do mercado imobiliário.

"As assembléias gerais dos membros da cooperativa são o órgão supremo de sua administração; são elas que elegem os dirigentes e o presidente. São elas que discutem e resolvem todos os problemas da vida da cooperativa, que votam o plano de produção, o plano financeiro, que decidem a organização do trabalho e a formação das equipas de produção, as modalidades da remuneração dos cooperantes, a distribuição dos resultados pelos diferentes fundos cooperativos" (FLAVIEN & LAJOINIE, 1976:37/38)<sup>363</sup>.

---

<sup>363</sup> Entre os diferentes fundos cooperativos existentes, destacavam-se os fundos de manejo, de financiamento dos investimentos, das amortizações, de remuneração do trabalho dos cooperantes, etc.

Desde 1963/1964, as propriedades cooperativas passaram a desenvolver mecanismos de entre-ajuda. Iniciaram com a produção em escala mais elevada (reunindo várias propriedades cooperativas para a produção de um mesmo gênero agrícola) e, em seguida, passaram à colaboração entre diferentes atividades, entre si ou com organismos que compravam e transformavam seus produtos. A partir destas experiências surgiram os complexos agroindustriais, que proporcionavam a especialização em áreas de produção e uma melhor utilização dos meios de produção.

### **12.2.2. A ANTIGA TCHECOESLOVÁQUIA**

De acordo com FLAVIEN & LAJOINIE, a primeira República Tchecoslovaca, originada após a derrota alemã na Primeira Guerra Mundial, permitiu o reforço do movimento camponês pela posse da terra, reivindicação que foi acompanhada por uma outra, em favor da independência nacional e pelo fim do regime latifundiário. Pressionado, o governo se viu obrigado a realizar a primeira reforma agrária (1918), pulverizando as terras das propriedades acima de 150 hectares entre milhares de camponeses, medida que não resolveu o problema.

Em 1948 o problema da distribuição de terras continuava latente, o que fez com que o governo da Frente Nacional, formado por socialistas, comunistas e liberais, realizasse uma nova reforma agrária com o intuito de promover o desenvolvimento da agricultura.

Esta nova reforma agrária foi realizada em três fases. Na primeira delas, o governo decretou a recuperação das terras apropriadas pelos nazistas e o confisco das terras daqueles que haviam colaborado com os alemães. Desta ação resultaram 1,6 milhões de hectares de terras agrícolas, distribuídas aos camponeses sem terra e trabalhadores agrícolas, à razão de 13 hectares no máximo por beneficiário, a um preço reduzido e pagável em 15 anos, dívida que posteriormente foi anulada. Esta fase beneficiou pessoas até então sem terras, promoveu o povoamento de áreas de fronteiras e iniciou um processo de modificação da estrutura fundiária, reduzindo o número de propriedades com área inferior a 5 hectares.

"A distribuição das terras era planejada por comissões eleitas em cada aldeia pelos agricultores. Pela primeira vez, os camponeses tomavam nas suas mãos a organização do seu futuro. As comissões de aldeia elaboravam o plano de distribuição da terra. Em caso de diferendo intervinha uma comissão arbitral, que atuava em função dos interesses dos menos favorecidos" (FLAVIEN & LAJOINIE, 1976:50). O problema da terra, porém, permanecia sem uma solução satisfatória. Os camponeses beneficiados pela reforma agrária de 1918 passaram a exigir a sua revisão.

Exigiram não apenas a eliminação da propriedade latifundiária, mas também o que chamavam de domínios "residuais", ou seja, o ressurgimento da grande propriedade.

A reforma agrária abrangeu 4,6 milhões dos 7 milhões de hectares de terras agrícolas que o país possuía. Destes, 3 milhões foram distribuídos em unidades individuais e o restante coube às cooperativas de produção existentes, aos municípios e às propriedades estatais. Após a distribuição das terras o governo adotou algumas medidas que garantiam a efetivação da reforma agrária, como o fornecimento da ajuda econômica necessária (sobretudo para o caso das famílias destruídas pela guerra), a regulação dos preços dos produtos agrícolas e dos arrendamentos e, por fim, a ampliação da legislação social que beneficiava os assalariados, sobretudo no que diz respeito ao seguro velhice/invalidez<sup>364</sup>, também aos camponeses.

Atendendo à solicitação dos camponeses, o governo atuou também junto às cooperativas - que, embora já existissem há muitos anos, haviam escapado ao controle dos camponeses - entregando o monopólio da distribuição dos produtos industriais às mesmas, promovendo a exportação de alguns gêneros agrícolas e garantindo a reposição da regra cooperativa - o voto a todos os cooperados - e facilitando a adesão de novos sócios, através de um direito de entrada equivalente a seus meios. O objetivo dos camponeses era combater os preços abusivos cobrados pelo uso de maquinários agrícolas e/ou outros produtos industriais.

"Rapidamente as cooperativas de abastecimento criaram estações de máquinas agrícolas e de tratores, auxiliando o governo o financiamento dos investimentos necessários, o que permitiu aos camponeses utilizar mais amplamente máquinas agrícolas que não poderiam adquirir sozinhos e que, aliás, a indústria não estava ainda em condições de fornecer em quantidade suficiente. Este gênero de cooperativa conheceu uma expansão considerável" (FLAVIEN & LAJOINIE, 1976:54). Além destas, outros tipos de cooperativas também cresceram, como as de eletrificação, de máquinas e tratores, de águas, de lavanderia. Ao mesmo tempo, associações de aldeões passaram a organizar creches, banheiros públicos, cantinas, etc.

De modo a aumentar a produção agrícola, que não acompanhava o crescimento das necessidades, a partir do final de 1948 o governo passou a incentivar a organização das cooperativas de produção, criando as unidades de tratores e colocando-as à disposição das cooperativas, já que nem os camponeses, nem as suas cooperativas, estavam aptos(as), na época, a proceder aos investimentos decorrentes ao início da mecanização. "Surgiram quatro tipos de cooperativas. As mais simples praticavam apenas a entreatajuda, outras já o trabalho em comum, depois a produção englobou a produção vegetal, e outras ainda orientaram-se para a cooperação em todas as atividades agrícolas" (FLAVIEN & LAJOINIE, 1976:56).

---

<sup>364</sup> Esta legislação previa aposentadoria aos 65 anos, após 20 anos de contribuição. A jornada de trabalho era de 42,5 horas semanais e os mesmos direitos gozados pelos camponeses búlgaros eram assegurados aos tchecoslovacos.

A partir de 1960 o governo entregou as unidades de tratores às cooperativas que, na época, eram responsáveis por 56% das terras agrícolas. Em meados da década de 70, 90% das terras agrícolas eram trabalhadas por cooperativas, propriedades estatais e outras empresas agrícolas públicas.

Com o crescimento das cooperativas de produção, cresceu também a mecanização da agricultura, tanto no que diz respeito à utilização de máquinas, quanto no que diz respeito à utilização de adubos químicos e outros, realização de obras de drenagem, etc, o que ocasionou aumento da produção agrícola e dos efetivos dos diversos rebanhos.

As cooperativas agrícolas de produção correspondiam a um dos setores mais importantes da estrutura agrária da antiga Tchecoslováquia. A gestão destas cooperativas baseava-se "no acordo dos camponeses que se mantêm proprietários da sua terra, de que apenas entregam a utilização à cooperativa.

Todos os cooperantes têm os mesmos direitos e obrigações. O órgão supremo da cooperativa é a assembléia geral, que discute tudo o que se refere à gestão da cooperativa e elege a direção entre os cooperantes" (FLAVIEN & LAJOINIE, 1976:57).

Outro setor que merece ser destacado era o das propriedades estatais que, juntamente com outras empresas públicas, cultivavam 2 milhões de hectares. Estes dois setores, juntos, eram responsáveis por 93% da produção agrícola do país.

Os preços de compra da produção eram estabelecidos pelo plano em escala nacional (levando em conta as condições médias de produção, de modo a cobrir os custos de produção e propiciar uma remuneração média dos produtores) e garantidos para toda a produção, inclusive o volume que eventualmente vinha a ultrapassar o compromisso contratual. Os ganhos suplementares eram propiciados pela diminuição dos custos de produção, o que dependia de cada cooperativa. Nos casos em que isto era possível, uma parte era repartida entre os camponeses e a outra ia para o orçamento nacional para auxiliar as cooperativas em dificuldade.

A determinação da produção para o período era feita pelo Estado, através dos planos quinquenais. Para atendê-lo, cada cooperativa organizava o seu próprio plano de produção, fruto das propostas apresentadas pelos camponeses e aprovadas em assembléia, tal qual descrito no ítem anterior sobre a Bulgária.



### 12.2.3. A HUNGRIA

Segundo FLAVIEN & LAJOINIE, até 1945 a estrutura agrária húngara caracterizava-se pela existência da grande propriedade latifundiária, de um lado, e por um grande número de camponeses em luta pela terra, de outro. Enquanto 1,7 milhões de pequenos e médios camponeses cultivavam 50% das terras, os outros 50% concentravam-se nas mãos de 12.000 proprietários. Este fato, aliado a técnicas de trabalho rudimentares, respondiam por uma produção agrícola extremamente precária.

Em 1945, ao assumir o poder, o governo socialista realizou uma nova reforma agrária,<sup>365</sup> limitando a área máxima por propriedade a 57 hectares. O excedente, bem como as terras pertencentes à Igreja, foram atribuídos a um fundo agrário, que ficou com a posse de 3,2 milhões de hectares. Deste fundo, 1,9 milhões de hectares foram entregues a 642 000 pequenos camponeses e trabalhadores agrícolas. O restante (1,3 milhões de hectares) foi destinado à criação de grandes propriedades estatais. "Com efeito, a distribuição da propriedade passou a ser a seguinte: 51% dos proprietários tinham uma superfície média de 4,6 hectares, 34% de 4,6 a 14,3 hectares e 15% tinham mais de 14 hectares" (FLAVIEN & LAJOINIE, 1976:79). Porém, apesar de fornecer a terra, o governo não forneceu as condições para o acesso, por parte dos camponeses, aos meios de produção adequados para a exploração da terra, o que impedia a efetivação do aumento da produção agrícola de modo a atender as necessidades alimentares do país. As propriedades estatais criadas, por sua vez, também não eram capazes de, sozinhas, satisfazer tais necessidades.

Tentando solucionar o problema o governo criou grandes cooperativas de produção, as quais, por falta de recursos, não podiam equipar-se com maquinários, não dispunham de adubos e outros produtos químicos, possuíam instalações velhas e inadaptadas e, por fim, não dispunham de homens com muita experiência na organização/direção de uma empresa.

Para amenizar o quadro, o governo solicitou aos camponeses mais abastados que emprestassem seus instrumentos de trabalho àqueles que não tinham como cultivar suas terras e, ao mesmo tempo, criou unidades de material agrícola, colocando-as à disposição das cooperativas. Os resultados, porém, continuavam aquém do esperado, forçando-o a adotar um sistema de entregas obrigatórias, feitas a um preço artificial, que não refletiam nem os preços de produção, nem os de mercado. Por outro lado, a indústria que, em franco crescimento,

---

<sup>365</sup> A primeira reforma agrária da Hungria havia sido realizada em 1919, mediante algumas desapropriações, com indenização, mas mantendo a grande propriedade.

necessitava de mais trabalhadores e remunerava-os melhor, funcionava como um atrativo a uma boa parcela dos camponeses, que abandonavam suas terras, partindo para a cidade.

Este quadro exigiu do governo novas medidas. Em 1956, pôs fim ao sistema de entregas obrigatórias e criou o mecanismo dos contratos de produção com preços realistas, em vigor nos demais países socialistas. Com esta nova orientação ele, em três anos, conseguiu acabar com as tensões e elevar a produção. Aos poucos os resultados das cooperativas mostraram aos camponeses individuais que as vantagens por ela promovidas não seriam igualadas pela produção individual<sup>366</sup>. Em meados de 1961, a quase totalidade dos proprietários individuais haviam ingressado em alguma cooperativa.

Ao entrar na cooperativa, o camponês conservava 0,57 hectares para a exploração individual, colocando o restante à disposição da cooperativa, que lhe pagava uma renda por sua utilização, em quilos de cereais. "O gado que a exploração individual não podia alimentar, foi comprado pela cooperativa e pago aos aderentes graças a um financiamento do governo. (...) Além disso, o cooperante que entrou para a herdade cooperativa sem lhe fornecer terra porque não a possuía, não deixa de receber a sua parcela para que também ele tenha a sua exploração pessoal auxiliar" (FLAVIEN & LAJOINIE, 1976:83).

A cooperativa era uma organização econômica com autonomia de gestão, cabendo à assembléia demitir/eleger sua direção, inclusive o presidente. O camponês podia sair da cooperativa quando desejasse, doando sua terra ou vendendo-a. Neste caso, a preferência de compra era da cooperativa, o que não significava que um camponês individual não pudesse adquirí-la, dentro dos limites da área de uma exploração familiar.

"São os cooperantes que decidem sobre a organização do trabalho, a repartição dos resultados e o modo de os calcular. O plano de produção é discutido ponto por ponto no âmbito das orientações gerais do plano nacional de desenvolvimento. Numerosas reuniões por ramo de produção preparam as assembléias gerais que se realizam duas vezes por ano.

O governo cria certos estímulos quando uma produção (...) deve ser mais desenvolvida do que as outras. Esses estímulos podem tomar a forma de um certo aumento dos preços para a produção, uma diminuição de certos fatores do custo de produção, assim como subsídios, por vezes importantes, para os investimentos necessários.

As cooperativas de produção têm a sua representação central através do Conselho Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção. (...) Os membros deste Conselho Nacional são eleitos, por quatro anos, pelos delegados das assembléias gerais das cooperativas" (FLAVIEN & LAJOINIE, 1976:88/89).

---

<sup>366</sup> Além das vantagens relativas à produção/comercialização, o governo ampliou os direitos à aposentadoria aos 65 anos para mulheres e 70 anos para homens ligados a uma cooperativa, o que funcionou como um estímulo ainda maior para a adesão por parte dos camponeses individuais.

A jornada de trabalho do camponês húngaro era de 10 horas diárias, em 240 dias ao ano, e um dia de descanso por semana. A idade para aposentadoria era de 55 anos para mulheres e 60 para homens. Os camponeses individuais podiam aposentar-se contribuindo pessoalmente com um caixa de aposentadoria. A maioria das cooperativas pagavam um complemento da aposentadoria equivalente a 30% da aposentadoria da previdência social.

Segundo FLAVIEN & LAJOINIE, a agricultura húngara deu um importante salto, incentivando a criação de unidades de produção, que iam desde a produção de matéria-prima até à entrega do produto pronto para consumo. Esta experiência estava sendo realizada por algumas cooperativas, embora ainda em pequeno número, na avicultura e na suinocultura. Parte da produção era vendida no próprio local e o restante era comercializado através de postos de venda espalhados pelo país ou exportada.

#### **12.2.4. A EX-IUGOSLÁVIA**

De acordo com FLAVIEN & LAJOINIE, em 1939, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, a indústria iugoslava estava em um estado embrionário, cabendo à agricultura a parte principal da atividade econômica. A população agrícola correspondia a 76% da população total. A pequena unidade de produção era a que predominava, porém, era muito pequena para garantir o provimento dos recursos necessários. As técnicas de trabalho eram simples e uma parte significativa da produção destinava-se ao auto-consumo.

Em 1941 a Iugoslávia entrou na guerra ao lado da Tríplice Aliança dos países do Eixo, o que lhe rendeu um amplo movimento de protesto, desencadeado pelo PC iugoslavo e concretizado pela queda do então governo. Logo em seguida as tropas alemãs e italianas atacaram a Iugoslávia, e o PC iugoslavo passou a organizar o movimento de resistência aos agressores. Em novembro de 1945 a Assembléia Constituinte proclamou a República Popular da Iugoslávia, que a partir de então passou a caminhar pela via socialista.

Dessa forma, com o término da Segunda Guerra Mundial o país estava devastado: a indústria incipiente havia sido praticamente destruída e a agricultura havia passado por grandes perdas materiais. Cerca de 70% da população ativa permanecia na área rural, o que significava dizer que a agricultura seguiria sendo a principal fonte de rendimento para a população durante um certo tempo. Restava ao governo oferecer condições para que ela pudesse se desenvolver.

O primeiro passo foi dado em 1945, libertando o campesinato de suas dívidas, tanto por anulação quanto por reembolso sem juros e com facilidade de pagamento. A situação do país forçava a exploração das terras em pequenas unidades familiares, tendo uma lei fixado o

máximo de terra que cada proprietário poderia possuir em 25/35 hectares, de acordo com a região, e 3 hectares aos trabalhadores da cidade, desde que a utilizassem efetivamente.

"O Fundo fundiário recebeu as terras provenientes dos grandes proprietários, as terras dos bancos e sociedades por ações, as dos súditos do Reich alemão, das famílias desaparecidas, as propriedades de agricultores reinstalados noutras explorações e as terras das explorações que ultrapassavam o máximo previsto pela lei" (FLAVIEN & LAJOINIE, 1976:103). Estas terras totalizaram mais de 1,5 milhões de hectares, dos quais mais da metade foram distribuídas aos agricultores individuais. Formaram-se ainda algumas grandes propriedade estatais e cooperativas agrícolas que, tecnicamente pouco equipadas e não raro esparsas, acabaram desempenhando um papel modesto por muitos anos.

A reforma agrária realizada em 1945 buscou satisfazer a necessidade essencial dos camponeses: a terra. Porém a possibilidade de desenvolvimento técnico encontrava-se impedida. Além disso, como 70% da população localizava-se no campo, a parcela de produtos agrícolas enviados aos centros urbanos era insuficiente, o que forçou o governo a adotar medidas como o racionamento do consumo, a requisição de produtos a preços fixos e a cobrança de um imposto progressivo sobre o rendimento agrícola.

O passo seguinte foi o incentivo à formação de cooperativas de produção. "Nessas cooperativas, os cooperantes traziam as suas terras e os seus meios de produção para a sua utilização em comum. Cada um podia conservar uma parcela individual de um hectare. Os meios de produção que se tornavam propriedade da cooperativa eram reembolsados em dinheiro aos cooperantes que os tinham fornecido. A repartição dos rendimentos entre os cooperantes era feita em gêneros ou em dinheiro, com base no trabalho efetuado na cooperativa.

Formaram-se também estações de tratores que, dado o número reduzido de tratores de que o país dispunha, se encarregavam de vigiar se o material era utilizado da maneira mais racional possível" (FLAVIEN & LAJOINIE, 1976:104). O governo, porém, logo concluiu que as cooperativas não dispunham dos meios necessários para ampliar a produção. O que havia ocorrido fora a união de recursos muito semelhantes. Os camponeses individuais, por sua vez, não se viam incentivados a produzir mais sob pena de pagar mais impostos. Era necessário, pois, que a transformação da agricultura fosse feita de forma gradual, em harmonia com o desenvolvimento do conjunto da economia e a formação das condições que permitissem a substituição da produção individual pela produção cooperativa.

A partir de 1953 o governo iugoslavo realizou uma nova reforma agrária, reduzindo o máximo de terras que cada camponês poderia dispôr para 10/15 hectares, de acordo com a região. Ao mesmo tempo, estabeleceu uma política agrícola mais adaptada às condições reais

do campesinato, tais como uma lei de incentivo às cooperativas, a suspensão do sistema de entregas obrigatórias, a substituição do imposto sobre rendimento por um imposto baseado no rendimento cadastral, além de medidas para estimular os não-camponeses a desfazerem-se de suas terras. Nessa época também desenvolveram-se cooperativas de "tipo geral", reunindo produtores individuais e centrando "suas atividades nos empréstimos de material, nos conselhos técnicos, no abastecimento e na venda dos produtos agrícolas" (FLAVIEN & LAJOINIE, 1976:107). Estas cooperativas recebiam apoio do Estado sob a forma de empréstimos e subsídios e desempenharam um importante papel na ampliação da mecanização, utilização de adubos e outros métodos modernos de cultivo.

Além dos diversos tipos de cooperativas, um outro tipo de organização que existia no campo iugoslavo e que merece ser destacado era o **combinado agrícola**, uma empresa autônoma, gerida pela assembléia geral dos trabalhadores, realizadas no mínimo uma vez por mês, responsáveis pela decisão de todos os seus problemas, dos mais aos menos importantes. A terra e as instalações eram propriedade do **combinado** e estavam à disposição dos trabalhadores. "As decisões vitais devem ser aprovadas pela maioria de 2/3 dos membros do combinado. Para os problemas menos importantes é suficiente uma maioria de 51%. A assembléia geral decide a venda ou a compra eventuais das terras ou do material, que se torna propriedade do combinado. Decide sobre as grandes linhas da produção, da transformação dos produtos, do volume de rendimento a dedicar aos investimentos produtivos, das diferentes grandes ações a empreender, etc.

A atividade do combinado não diz apenas respeito à produção agrícola. É uma organização vertical da economia agrária, que vai do abastecimento à transformação dos produtos agrícolas (...) e à venda destes produtos" (FLAVIEN & LAJOINIE, 1976:111/112). Além da assembléia existia ainda um conselho formado por dois delegados de cada organização elementar, responsável pela direção nos intervalos entre uma assembléia e outra. Estes delegados não podiam ser reeleitos, mas podiam ser demitidos a qualquer momento, por decisão da assembléia geral. "O órgão operacional é formado pelo colégio dos diretores dos diferentes setores: é um organismo executivo que leva à prática as decisões. Os diretores são empregados do combinado nomeados para este posto pela assembléia geral. É esta que contrata novos trabalhadores de acordo com as necessidades da empresa. O trabalhador contratado torna-se então membro de pleno direito do combinado.

Cada organização de trabalho tem seus próprios órgãos de direção, o seu conselho e a sua assembléia geral. Esta forma de organização exige a responsabilidade e a solidariedade de todos os membros do combinado. As propostas e os projetos submetidos à assembléia geral são elaborados e aprovados pelos órgãos especializados e os órgãos executivos. Mas todas as idéias emitidas por um trabalhador podem ser apresentadas por ele próprio à assembléia geral de sua organização elementar

que as transmitirá à assembléia geral, que por sua vez decide sobre a sua aceitação" (FLAVIEN & LAJOINIE, 1976:112/113).

A remuneração dos trabalhadores no interior dos **combinados** era feita de acordo com o resultado de seu trabalho, levando em conta a dificuldade do trabalho realizado, o seu grau de responsabilidade e a qualificação que exigia. Para eventuais problemas - como um balanço negativo - havia um fundo de reserva.

Ainda em meados da década de 70, 85% das terras agrícolas eram cultivadas por camponeses individualmente, o que exigiu do Estado uma nova intervenção, a fim de que as condições de produção fossem melhoradas e os camponeses pudessem produzir mais, melhor e mais barato. Foram então propostos diferentes tipos de cooperativas. Uma delas foi a cooperação permanente a longo prazo, com os **combinados agrícolas** e as cooperativas de transformação. Neste sistema o produtor entregava seus meios de produção e assinava um contrato por um período determinado (10/15 anos, por exemplo). Anualmente era decidido "um plano de produção por acordo recíproco entre o agricultor e o organismo cooperativo ou o combinado. Estes fornecem ao agricultor os adubos, sementes, produtos químicos, ajuda e conselhos técnicos, o material ou os serviços de que necessita para realizar as produções decididas em comum. O combinado ou a cooperativa comprometem-se a ficar com a totalidade da colheita a um preço mínimo garantido. No final da campanha estabelece-se um balanço da colheita, tendo em conta o preço de venda real, se este ultrapassa o preço mínimo garantido. Este balanço determina a parte que cabe ao agricultor.

Nesta modalidade o agricultor continua a ser proprietário das suas terras e senhor do seu poder de decisão. Está ligado pelo seu contrato, mas em contrapartida beneficia de todos os meios de produção que o seu interlocutor lhe pode fornecer. Os agricultores que escolheram esta modalidade efetuam o seu trabalho com material moderno, num tempo mais curto, com muito menos fadiga" (FLAVIEN & LAJOINIE, 1976:109/110).

Existiam ainda outras formas de associação, como os contratos firmados entre vários agricultores para a compra de material em comum e/ou para a venda de sua produção, ou ainda a cooperação realizada entre os camponeses individuais e as diversas organizações econômicas, em determinadas produções de interesse dos camponeses.

#### **12.2.5. A POLÔNIA**

De acordo com FLAVIEN & LAJOINIE, a Polônia anterior a 1944 era um país essencialmente agrícola, com uma população camponesa e rural vivendo na dependência do latifúndio, que detinha 50% das terras agrícolas. Não havia um movimento cooperativo como

nos demais países da Europa; em seu lugar estavam os **círculos agrícolas**, uma rede de associações de divulgação das técnicas agrônômicas.

Com a derrota da Alemanha nazista (1944), a Polônia recuperou cerca de 6 milhões de hectares de terras agrícolas nos ex-territórios alemães. De posse destas terras realizou, então, sua reforma agrária, distribuindo 3,7 milhões de hectares entre 500 mil famílias camponesas, a título de propriedade plena, a preços bem abaixo do mercado e condições de pagamento facilitadas. Nas áreas recém-adquiridas, como havia também a necessidade do povoamento, a área explorada por família foi limitada a 100 hectares. "Nos territórios da antiga Polônia a reforma agrária liquidou o latifúndio e fixou em cinquenta hectares a superfície máxima por exploração. Libertaram-se, assim, centenas de milhar de hectares de terra. As maiores propriedades foram transformadas em herdades estatais" (FLAVIEN & LAJOINIE, 1976:128/129).

Da mesma forma que nos casos anteriormente citados, resolvido o problema da terra, restava o problema das condições/estruturas das explorações familiares. Um outro problema existente no campo polaco era a necessidade enfrentada pelos camponeses, de possuírem uma outra atividade, como assalariados, para complementação da renda familiar, face o tamanho reduzido de mais da metade das propriedades camponesas, ficando o trabalho na propriedade sob responsabilidade da mulher. Mesmo assim, as unidades camponesas respondiam por 83% da produção agrícola do país.

"A produção das explorações individuais é recolhida, armazenada, transformada e entregue aos estabelecimentos de distribuição por organismos de tipo cooperativo. É com estes organismos que os produtores agrícolas se ligam por contratos em geral plurianuais, que fixam o volume e os preços da produção.

Deste ponto de vista, o agricultor pode prever a sua produção em bases sólidas" (FLAVIEN & LAJOINIE, 1976:132).

Um dos instrumentos de planificação da economia agrária mais utilizados para exploração agrícola coletiva eram os **círculos agrícolas**. Eles possuíam os principais e mais modernos instrumentos de trabalho, forneciam adubos e outros produtos químicos, realizavam "contratos de produção com os seus membros e, depois, nesta base, com os organismos de armazenagem e transformação dos produtos agrícolas. Repararam as máquinas, constroem habitações, instalações para a criação de gado, equipamentos coletivos. Compram terra e podem recebê-la do Fundo nacional. Cooperam com o setor agrícola do Estado. Criam instalações industriais para o tratamento da produção, em geral sob a forma de cooperativas intercírculos. Reunem-se em união que agrupa 10 a 15 aldeias" (FLAVIEN & LAJOINIE, 1976:134). Administrados por agricultores eleitos pela assembléia geral, eles realizavam os mais diversos tipos de atividades.

As propriedades estatais também se faziam presentes no campo polaco, e surgiram para evitar o retalhamento das grandes propriedades. Orientada para a procura de uma cooperação inter-empresa, a fim de desenvolver a especialização, estas propriedades atraíam muitos proprietários individuais - que solicitavam para que suas terras ficassem à disposição da empresa - sobretudo os mais jovens, "atraídos pela natureza do trabalho nestas grandes empresas: trabalho cada vez mais especializado, mecanizado, limitado quotidiana, semanal e anualmente, com a reforma aos 60 anos para os homens e 55 para as mulheres" (FLAVIEN & LAJOINIE, 1976:136). Além disso, as propriedades estatais estavam entre os organismos autorizados a comprar as terras dos camponeses idosos. Como não existia aposentadoria prevista em lei para os proprietários individuais, a venda das terras para uma propriedade estatal, um círculo agrícola ou uma cooperativa de produção era uma maneira de garantir o recebimento de uma renda vitalícia, cujo montante era função da superfície entregue, a partir de dois hectares.

As cooperativas de produção eram uma outra alternativa existente para o campesinato. Embora em número reduzido, elas dividiam-se em dois tipos distintos, um abrangendo apenas a produção vegetal, e outro - o que predominava - englobando todas as atividades produtivas de seus integrantes. As terras das cooperativas continuavam pertencendo aos cooperados, mas nem todos eram proprietários. Havia, entre eles, especialistas, como por exemplo, veterinários. As cooperativas podiam ainda receber terras tanto do Fundo Agrário Nacional quanto dos proprietários idosos, que as cediam em troca de uma renda. Elas eram dirigidas por um Conselho Administrativo e um presidente, eleitos pela assembléia geral. Os cooperados possuíam os mesmos direitos trabalhistas usufruídos pelos trabalhadores de outros setores da economia. Quase todas as cooperativas procediam à repartição do rendimento "em função da qualidade do trabalho fornecido e do número de dias de trabalho, segundo o princípio da qualificação atribuída a cada operação e segundo as condições em que se efetua e os meios técnicos utilizados" (FLAVIEN & LAJOINIE, 1976:138).

No que diz respeito ao financiamento agrícola, eram quatro os tipos possíveis, cada um dos quais ligados a uma forma de propriedade da terra, a saber, os fundos próprios das empresas coletivas e individuais, os fundos do orçamento do Estado que financiavam as propriedades estatais, os fundos de desenvolvimento da agricultura que financiavam os **círculos agrícolas** e os créditos bancários, que forneciam empréstimos, a juros baixos, a todos os tipos de exploração agrícola. Além destes, os proprietários individuais dispunham de uma cooperativa de "Economia e Empréstimo", que desempenhava o papel de organismo de crédito agrícola.



Segundo FLAVIEN & LAJOINIE, cerca de 85% da produção era destinada à indústria alimentícia. O sistema de contratos dava segurança de escoamento aos produtores e permitia a especialização e a regionalização da produção, tendo em conta as condições locais. Visando viabilizar a realização/execução dos contratos existiam também as cooperativas de abastecimento, que combinavam o fornecimento dos meios de produção às demais atividades complementares à produção agrícola.

Os preços dos produtos eram os mesmos em todo o país e garantidos a todos através dos contratos de produção. Além disso, os preços pagos aos produtores eram praticamente os mesmos cobrados aos consumidores.

#### **12.2.6. A EX-REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ**

De acordo com FLAVIEN & LAJOINIE, em 1939 a estrutura fundiária na Alemanha Oriental era bem concentrada: 29,7% das terras agrícolas estavam distribuídas entre propriedades acima de 100 hectares e eram ocupadas por 1,1% de proprietários, ao passo que 20,8% das terras agrícolas estavam distribuídas entre propriedades de 0,5 a 10 hectares, ocupadas por 72,4% dos proprietários. A guerra causou grandes perdas - sem contar a obrigatoriedade da entrega de toda a produção ao Estado - e, diante da eminência da derrota, o Estado colocou em prática a política da "terra queimada", destruindo muitas aldeias, sobretudo na área próxima à URSS.

Visando reverter o quadro, a partir de 1945 algumas medidas foram tomadas com vistas a assegurar a primeira colheita e impulsionar o desenvolvimento da agricultura. "Organizou-se o auxílio mútuo entre as cidades e o campo, fornecendo mão-de-obra e meios técnicos à agricultura e para o abastecimento das cidades em produtos alimentares. As leis agrárias nazis foram abolidas, nomeadamente as entregas obrigatórias. Nas aldeias criaram-se órgãos democráticos de gestão autônoma.

Introduziu-se um sistema de entregas parciais a preços fixos, que encorajava os camponeses a aumentar a produção. O volume das entregas era fixado de acordo com a qualidade do solo e a situação social do camponês. Se trabalhasse bem ficava-lhe um excedente de que podia dispôr livremente e vender a preço mais elevado.

Os camponeses voltavam a ter o direito de dispôr da sua produção e tinham um interesse material no seu aumento" (FLAVIEN & LAJOINIE, 1976:157). Além disso, em fins de 1945 foi elaborado um programa de reforma agrária que expropriou, sem indenização, não apenas todas as propriedades acima de 100 hectares (com material, equipamento e gado), como também

aquelas menores de 100 hectares que pertenciam a criminosos de guerra e nazistas ativos, terrenos de monopólios industriais e de bancos, e propriedades das organizações fascistas. Algumas terras foram mantidas como propriedade nacional, como por exemplo as da Igreja.

Na redistribuição das terras os camponeses pagaram uma pequena quantia para arcar com as despesas do parcelamento. Eles tornavam-se proprietários a título pleno da exploração, com direito a herança mas sem direito a venda, arrendamento ou hipoteca. Esta medida foi adotada para evitar um novo processo de especulação e concentração de terras. "Em caso de cessação da exploração, a terra devia voltar ao fundo agrário para ser novamente distribuída" (FLAVIEN & LAJOINIE, 1976:160).

O passo seguinte foi a criação das condições necessárias à sua consolidação, através de medidas que fortaleceram as condições de produção. Para tal, os camponeses organizaram mecanismos de entre-ajuda que culminaram com a criação da Associação de Entre-ajuda Camponesa. Esta, por sua vez, criou as cooperativas comerciais camponesas, responsáveis pela reorganização das antigas cooperativas agrícolas. Em 1949 o governo apoiou a constituição de unidades estatais de empréstimo de maquinário - mais tarde substituídas pelas unidades de máquinas e tratores - de modo a auxiliar na mecanização do trabalho. Em 1952 um novo passo foi dado na direção do cooperativismo, através da criação das cooperativas de produção por iniciativa camponesa. Na ocasião o Estado forneceu o apoio àqueles que optaram por organizar-se através destas cooperativas, mas não obrigou sua propagação em larga escala. Ao contrário, o princípio da adesão voluntária foi mantido, de tal forma que este movimento só se generalizou em 1960.

Os estatutos-tipo das cooperativas de produção foram elaborados no final de 1952 por uma assembléia de presidentes das cooperativas, a fim de que pudesse ser organizada a cooperação em função das condições naturais e econômicas e de acordo com suas próprias aspirações.

"Os estatutos-tipo constituem a base jurídica das cooperativas. Enunciam os fins gerais do cooperativismo agrícola de produção, (...) determinam os princípios da utilização da terra, do material da cooperativa, da criação de gado cooperativo, as condições de admissão, as obrigações da cooperativa, da sua direção e dos aderentes, a organização do trabalho, a distribuição dos rendimentos, o modo de direção, assim como as dimensões da exploração individual de cada família.

Foram adotadas três formas de cooperativas correspondentes às condições naturais, sociais, econômicas, bem como ao estado do equipamento local. As diferenças residem no grau de utilização coletiva dos meios de produção, do trabalho e da remuneração" (FLAVIEN & LAJOINIE, 1976:164).

Nas **cooperativas tipo I**, o grau de utilização comum dos meios de produção e de distribuição da produção é o mais baixo. Somente as terras foram entregues à cooperativa para serem trabalhadas em comum. O restante podia ser explorado individualmente ou coletivamente, dependendo do que estipulasse o estatuto. Outros meios de produção (como por exemplo os tratores) permaneciam propriedade individual dos camponeses, os quais eram colocados à disposição da cooperativa mediante o pagamento de uma renda, enquanto ela não era dotada de equipamentos modernos, incluindo os que eram alugados das unidades de máquinas e tratores. "Neste tipo de cooperativa, os rendimentos das culturas, após dedução dos custos de produção e das somas destinadas aos investimentos necessários, são distribuídos à razão de 60% em função da qualidade e da quantidade de trabalho efetuado, e de 40% conforme a qualidade e a quantidade das terras entregues à cooperativa" (FLAVIEN & LAJOINIE, 1976:165).

Nas **cooperativas tipo II**, além das terras, os camponeses entregavam pastagens, matas, animais de tiro, maquinários e galpões para alojar os maquinários. Permaneciam como propriedade individual apenas o gado e o curral. "Os lucros cooperativos são distribuídos na base de 70% para o trabalho fornecido e 30% para a terra" (FLAVIEN & LAJOINIE, 1976:165).

Nas **cooperativas tipo III**, o cooperativismo era completo. Os cooperados entregavam terras, gado, maquinários e construções à cooperativa. "A distribuição dos rendimentos da cooperativa, depois de deduzido o quantitativo a atribuir ao fundo de investimentos, faz-se na base de, pelo menos, 80% para o trabalho fornecido e 20% para as terras postas à disposição da cooperativa. Mensalmente, é pago aos aderentes um adiantamento sobre a remuneração do seu trabalho.

Os estatutos destas cooperativas fixavam a superfície que os camponeses cooperados podiam conservar, em geral meio hectare, podendo ainda ter duas vacas, duas porcas e os seus leitões e os carneiros e aves que quisessem. Os produtos das explorações individuais eram destinados ao consumo familiar e a venda do seu excedente constitui um rendimento complementar para a família" (FLAVIEN & LAJOINIE, 1976:166).

Todos os três tipos de cooperativas possuíam o mesmo tipo de gestão: seu órgão máximo era a assembléia, onde todos tinham direito a voz e voto, e onde eram discutidos os problemas mais importantes da cooperativa. Esta assembléia elegia um comitê diretor e um presidente, responsáveis pela gestão da cooperativa, e uma comissão de controle, responsável por supervisioná-los, de modo a ter garantido a aplicação de todas as decisões e o respeito aos estatutos. Além disso, uma série de comissões eram criadas - como da terra, da mulher, do trabalho, etc - de modo a assegurar a maior participação de seus membros.

O Estado contribuiu para o desenvolvimento das cooperativas, criando uma política de preços, impostos e créditos; investindo na formação qualitativa dos quadros de direção das cooperativas; criando unidades de máquinas e tratores que emprestavam o maquinário aos camponeses e às cooperativas a tarifas baixas, etc.

Desde o início da década de 60 houve um reagrupamento entre as cooperativas, de tal forma que as de **tipo III** passaram a destacar-se. Além das cooperativas havia também as propriedades estatais - as propriedades piloto - que "especializaram-se como centros de seleção ou centros de produção vegetal e de criação de gado" (FLAVIEN & LAJOINIE, 1976:171).

As atividades das cooperativas de produção e das propriedades estatais eram orientadas/coordenadas pelos planos quinquenais e anuais de desenvolvimento agrícola, sendo que nas cooperativas todos participavam da elaboração de um projeto, o qual era votado em assembléia e encaminhado aos órgãos competentes para sua finalização. Os planos das cooperativas dividiam-se por equipe, produção e trabalho, de modo a otimizar sua execução. Outra modificação foi a substituição do sistema de entrega obrigatória por um sistema de preço único por produto de uma determinada qualidade.

Para avançar na criação de grandes unidades de produção passou-se a investir no incentivo à associação entre as cooperativas e/ou propriedades estatais. As associações tinham os mais diversos objetivos, tais como utilização de maquinário em comum; constituição de um caixa comum para uma construção de grande porte; criação de um centro agrônomo para adubação e distribuição de pesticidas, etc. Desta forma, difundiam-se experiências e promovia-se um desenvolvimento mais homogêneo.

Outra forma que desenvolveu-se bastante foi a associação com vistas à especialização das cooperativas por cultura. Através desta forma de associação, várias cooperativas se reuniam para trabalhar a terra em conjunto, sob uma direção técnica única, o conselho de cooperação, composto por representantes eleitos das diferentes cooperativas associadas. Estes conselhos eram responsáveis pela elaboração de seus próprios planos, levando em conta os planos de cada uma das cooperativas associadas. No início o fundo material e financeiro destas associações foi constituído por cada cooperativa mas, com o tempo, eles passaram a dispôr de fundos próprios que lhes permitiram realizar investimentos importantes, tais como compra de material, realização de trabalhos de beneficiamento de terras, etc. Esta prática nada mais era do que a divisão/especialização do trabalho entre as cooperativas.

### 11.2.7. A ROMÊNIA

Conforme FLAVIEN & LAJOINIE, durante boa parte da Segunda Guerra Mundial a Romênia foi governada por uma ditadura facista (1940/1944), passando a lutar do lado soviético contra a Alemanha a fim de obter novamente seu território ocupado pelos nazistas, apenas após a assinatura da Convenção de Armistício. Com a vitória, estabeleceu-se em março de 1945 o primeiro governo democrático, responsável por várias transformações, entre elas a realização da reforma agrária, liquidando os resquícios latifundistas e nacionalizando os meios de produção, base para o desenvolvimento planejado da economia. Apesar da realização da reforma agrária, o governo definiu como prioridade o desenvolvimento da atividade industrial, através da qual se realizariam progressos em direção à modernização da agricultura.

Com a realização da reforma agrária, em 1945, foram "expropriadas, com o equipamento agrícola correspondente, todas as terras pertencentes aos grandes proprietários rurais, as dos que arrendavam mais da metade das terras, assim como as terras dos colaboradores dos nazis. Os grandes proprietários ficaram apenas com a terra que se comprometeram a trabalhar" (FLAVIEN & LAJOINIE, 1976:207). A terra expropriada, juntamente com o material correspondente, foi atribuída aos camponeses sem terra e àqueles cujas explorações tinham menos de 5 hectares, livres de dívidas e gratuitamente.

A entrega das terras aos camponeses foi seguida da proibição de sua venda, a fim de evitar um novo processo de concentração fundiária. A situação de miséria em que o campesinato se encontrava, por sua vez, dificultava a exploração das mesmas. Para solucionar o problema os camponeses criaram as cooperativas agrícolas de produção, de modo a utilizar melhor as máquinas existentes e a organizar o trabalho mais racionalmente. Foram organizados diversos tipos de cooperativas, mas em todos os casos os camponeses podiam reservar uma parte de suas terras para exploração individual, bem como seus utensílios pessoais, animais e a casa onde moravam.

"Era elaborado um programa de cultura de acordo com os serviços do Estado que, por um lado, se comprometia em troca a adquirir a totalidade da produção prevista pelo contrato e, por outro lado, a fornecer ao agricultor tudo o necessário à realização das produções pretendidas" (FLAVIEN & LAJOINIE, 1976:208/209). Além disso, outras medidas foram adotadas pelo governo de modo a incentivar o desenvolvimento das cooperativas, como por exemplo, o fornecimento de crédito sem juros ou empréstimos a curto, médio e longo prazo e juros baixos; a distribuição gratuita de máquinas e produtos para tratamentos fitossanitários, etc.

A cooperativa agrícola de produção era dirigida por um conselho de direção eleito pela assembléia geral, com um número de membros que variava de 13 a 21. As regras de funcionamento estavam presentes no estatuto. No caso de ingresso de novo membro, a decisão deveria ser realizada pela assembléia. No caso de saída, o estatuto estabelecia que o trabalho fornecido seria pago no final do ano, e que os bens entregues quando da adesão à cooperativa seriam reembolsados.

De acordo com FLAVIEN & LAJOINIE, a assembléia geral também era responsável pela aprovação dos planos de desenvolvimento e de produção, pela análise das possibilidades de valorização da produção e pela decisão sobre a venda, em função dos contratos concluídos. Além disso, tinha "poderes sobre as formas de organização do trabalho, as normas específicas de cada tipo de trabalho, as tarifas de pagamento e as formas de retribuição" (FLAVIEN & LAJOINIE, 1976:213).

Da mesma forma que nos outros casos, as cooperativas também realizavam planos para produção e contratos de fornecimento, garantindo-se assim preços e escoamento para a produção contratada. Nos casos de excedentes, os cooperados podiam escolher se os entregariam aos organismos de recepção ou ao setor cooperativo de consumo, formado por uma união de comerciantes que compravam o excesso de produção das cooperativas e dos camponeses individuais. Algumas cooperativas buscavam comercializar o produto acabado, de modo que os camponeses pudessem participar de todo o processo produtivo.

O Estado também estava presente na exploração agrícola através de dois tipos de empresas. Um deles, as propriedades estatais, eram grandes e modernas unidades de produção, responsáveis pela organização das grandes produções vegetais. Nestas propriedades, a terra e os meios de produção pertenciam ao Estado e os trabalhadores eram assalariados. O outro, as empresas para mecanização da agricultura, eram responsáveis pela execução dos trabalhos agrícolas para todas as cooperativas, bem como pela assistência agro-técnica às mesmas (inclusive às propriedades estatais).

### **12.3. CHINA: DA AJUDA MÚTUA ÀS COMUNAS POPULARES RURAIS**

Ao longo de sua história - e sobretudo no século XIX - a China enfrentou uma série de problemas, tais como usurpações estrangeiras, lutas internas, difusão da indústria e comércio em detrimento da agricultura, etc que culminaram em uma série de

descontentamentos entre os três segmentos de sua sociedade: a classe operária em desenvolvimento, os estudantes e os camponeses.

Estes três segmentos, organizados em ligas camponesas, constituíram-se, segundo WOLF, nos elementos mais importantes que, na década de vinte, foram incorporados aos partidos de massa até então desconhecidos na China: o Kuo Min Tang, ou partido nacionalista, e o Kung Ch'an Tang, o partido da "Patrulha da Produção ou Partido Comunista". Buscando apoio externo contra as potências estrangeiras que ocupavam a China, o KMT aliou-se ao PCUS, o resultou na sua transformação em uma organização partidária disciplinada, com o apoio das massas.

Entre as instituições criadas durante esta aliança (que mais tarde contou também com a adesão do também criado PC chinês), a que mais se destacou foi o Instituto de Treinamento Agrícola (1924-1926) que tinha por objetivo treinar líderes rurais que deveriam agir organizando o campesinato nas mais diversas áreas do campo chinês<sup>367</sup>. Um exemplo desta atuação foram as organizações camponesas estabelecidas na Província de Hunan.

Para conseguir "as simpatias do campesinato, a estratégia comunista passou por diversas fases. Durante os primeiros meses da retirada para o interior falava-se muito e agia-se pouco em relação à reforma agrária radical, que iria confiscar toda a terra e a combinaria nas fazendas coletivas recentemente criadas. Esta fase inicial, no entanto, logo cedeu lugar a outra, de estratégia mais ponderada, que visava conquistar as simpatias dos camponeses médios e ricos para a causa revolucionária" (WOLF, 1984:185). Estes últimos não tiveram suas terras confiscadas, desde que nela trabalhassem pessoalmente, mesmo que empregando também trabalhadores agrícolas, mas passaram a ser taxados com impostos progressivos sobre suas terras. O objetivo desta medida era estimular uma maior equidade social e limitar a extração dos excedentes produzidos pelos camponeses pobres, feita através do endividamento.

Apesar dos passos dados desde a década de 20, a Reforma Agrária Oficial na China ocorreu entre 1949 e 1953. Para efeitos de confisco/requisição de terras, gado de tração, aparelhos agrícolas, reservas de cereais e edifícios rurais, estipulou-se os conceitos de latifundiários, sub-latifundiário, camponês rico, camponês médio acomodado, etc que variavam segundo as condições locais. No que diz respeito à redistribuição de terras, a China inovou, distribuindo parcelas iguais de terra para os dois membros do casal.

Para dar andamento ao processo de transformação do modo de propriedade dos meios de produção e das relações de produção no meio rural foram criados os **grupos de ajuda mútua**, as **cooperativas agrícolas de produção** e as **comunas populares rurais**.

---

<sup>367</sup> Para facilitar a relação líder/camponeses, os líderes formados pelo Instituto atuavam em suas regiões de origem.

De acordo com MARTINS (1981), os **grupos de ajuda mútua** eram grupos de dez a doze famílias que se reuniam de forma voluntária, visando obter vantagens recíprocas e trocas equitativas. Cada família continuava "proprietária de sua parcela de terra e demais meios de produção, bem como dos frutos colhidos na respectiva gleba" (MARTINS, 1981:10). Estes grupos dividiam-se ainda em dois tipos, os de **primeiro grau** - sazonais - e os de **segundo grau** ou grupos de cooperação - anuais. Através da coletivização do trabalho a produção passava a se dar em larga escala, de forma intensiva e, não raro, mecanizada.

As **cooperativas agrícolas de produção** reuniam de cinquenta a cem famílias, de acordo com o local em que estavam instaladas. Nas cooperativas semi-socialistas a propriedade dos meios de produção era coletiva e a distribuição da renda se fazia de acordo com os pontos obtidos por cada trabalhador no processo coletivo de trabalho<sup>368</sup>. Os membros das cooperativas também possuíam outras fontes de renda. "Tinham direito a uma parcela de usufruto privado, onde podiam cultivar o que bem entendessem, para autoconsumo ou para comercializar, vendendo ao Estado ou diretamente à população, através de 'feiras livres'" (MARTINS, 1981:11). Também lhes era permitido criar aves e animais de pequeno porte junto a suas casas, ou ainda dedicar-se ao artesanato, sendo a comercialização da produção feita igualmente através da venda ao Estado ou nas feiras livres.

As **comunas populares rurais** abarcaram, territorialmente, as cooperativas existentes no interior de cada unidade administrativa básica do antigo Estado chinês, o *xiang*, assumindo "a administração de toda a produção econômica (agricultura, indústria, comércio e serviços), bem como a administração das obras públicas, da educação e cultura, da saúde e higiene, das finanças, da segurança pública, da justiça, de parte do poder militar (as milícias populares rurais), (...) tornando-se a nova unidade administrativa básica do Estado chinês" (MARTINS, 1981:12). Para efeitos administrativos, a comuna dividia-se em **brigadas de produção** (uma cooperativa) e estas, em **equipes de trabalho** (uma antiga aldeia/grupo de ajuda mútua). Os meios de produção mais complexos são propriedade das comunas e, os mais simples, das brigadas de produção. A terra é propriedade coletiva dos membros da **equipe de trabalho** que mantém, individualmente, a propriedade privada de suas residências. A distribuição da renda é feita pela **equipe de trabalho**, uma ou duas vezes por ano, parte em dinheiro e parte em produto (cereais), segundo a máxima "**a cada um, de acordo com seu trabalho**".

MARTINS (1981) aponta como problemas para a implantação das comunas a abolição das parcelas de usufruto privado, que afetaram a renda do camponês e o suprimento

---

<sup>368</sup> Este fato a diferenciava das cooperativas de caráter capitalista, onde a distribuição da renda leva em conta também a propriedade de cada um (terras, animais, instrumentos agrícolas, etc).



do mercado; a substituição da distribuição de cereais por cupons para a realização de refeições em refeitórios coletivos (sem a devida infra-estrutura) e o estabelecimento de metas gigantescas de aumento da produção sem o devido incremento das forças produtivas.

A partir do final da década de 60 alguns reajustes foram implementados, de modo a adaptar as exigências às possibilidades reais. Entre eles, MARTINS (1981) aponta a determinação da área a ser cultivada por cada **equipe de trabalho**, de acordo com as condições locais; a flexibilização das quotas de produção agrícola para as **equipes**, levando em conta as condições naturais, o nível de vida dos camponeses, o número de famílias por equipe, etc; o restabelecimento das parcelas de usufruto privado; o fim dos limites no cultivo de gêneros agrícolas e o incentivo à integração agricultura/indústria/comércio; a gestão independente das **comunas, brigadas e equipes** e a elevação do preço pago pelo Estado aos produtos agrícolas.

#### 12.4. A COLETIVIZAÇÃO RURAL NO MÉXICO E OS *Ejidros*

De acordo com VILLANUEVA, o processo de reforma agrária ocorrido no México foi o resultado de uma correlação de forças sociais e políticas que colocou, de um lado, os sistemas agrícolas tradicionais e, de outro, a agricultura comercial privada. A Igreja, que defendeu as propriedades indígenas (comunais) na luta colonial pela terra, acabou tornando-se uma das maiores proprietárias de terras.

As leis de reforma agrária do século XIX, que visavam o fim não apenas do poder da Igreja sobre as terras, mas também das terras comunais, na verdade foram o resultado de um projeto que tinha por objetivo promover o desenvolvimento do capitalismo, contando, para isto, com a pequena propriedade individual.

No início do século XX, o México era um país agrário - mais de 70% da população dedicava-se a atividades agropecuárias - com uma estrutura fundiária extremamente concentrada: apenas 1% da população era proprietária de 97% das terras mexicanas. Nestas terras, organizadas sob a forma das **haciendas**, viviam ou trabalhavam mais de 50% da população rural mexicana. Este quadro transformou a Revolução Mexicana (1910) em uma Revolução Agrária que, por sua vez, vinculou o restabelecimento da paz a provas, dadas pelos governos, de que colocariam em prática a repartição das terras.

O governo de Francisco Madero (1911-1913) tentou resolver o problema de três maneiras: "1. fracionando as terras ejidais entre os habitantes dos povoados; 2. comprando terras das haciendas e 3. revendendo-as em pequenos lotes, para estimular o desenvolvimento da propriedade privada em pequenas parcelas" (VILLANUEVA, sdp:02). Zapata, o líder da Revolução Mexicana, em 1911, considerando-o traidor, publicou o "Plano de Ayala", que tinha por objetivos: "1. restituir a terra aos povos; 2. desapropriar (com sua devida indenização) um terço das haciendas e 3. com o desapropriado, prover aos povos com ejidos, colônias e terrenos urbanos e de trabalho" (VILLANUEVA, sdp:02).

Em 1915, Venustiano Carranza (1915-1920) decretou a Lei Agrária, que previa "1. a completa restituição das terras aos povos que tiverem a possibilidade legal de demonstrar seus direitos; e 2. a dotação de ejidos àqueles povoados que não o puderam provar satisfatoriamente, ou que simplesmente tiveram necessidade de terras" (VILLANUEVA, sdp:02). Em 1917 esta lei foi incorporada à Constituição mas, mesmo assim, os governos que se seguiram a Madero continuaram caminhando a passos lentos em direção à reforma agrária.

As exceções a esta lentidão foram feitas pelos governos de Lázaro Cárdenas (1934-1940), que redistribuiu 18 milhões de hectares e de Gustavo Dias Ordaz (1964-1972) quando foi promulgada a Lei Federal de Reforma Agrária em substituição ao Código Agrário, tendo redistribuído cerca de 25 milhões de hectares.

De acordo com SINGELMANN, a agricultura coletiva mexicana teve início na década de 1930 e, desde então, o Código Agrário Mexicano estipulava que "a coletivização deveria ser estabelecida para o cultivo em larga escala de produtos destinados à industrialização e que constituiriam a 'zona tributária' agrícola para uma indústria" (SINGELMANN, 1978:46).

Os **ejidos** foram criados "com o intuito de satisfazer as necessidades dos camponeses sem terra que tinham visto suas terras serem devoradas pela expansão da agricultura baseada em grandes fazendas durante a última parte do século XIX e o início do presente século, ou que tinham sido vinculados a estas fazendas como trabalhadores. As terras dos *ejidos* têm sido distribuídas a comunidades rurais cujos membros satisfazem certos requisitos legais. Um ejido é uma propriedade comunal cujos membros têm direito de usufruto, em geral na forma de uma gleba individual de terras. (...) O termo *ejido* refere-se tanto a terras comunais quanto a uma comunidade de camponeses que são proprietários individuais de suas glebas. O ejido como uma instituição social tem sua própria estrutura: a assembléia geral, um conselho administrativo de três membros, um comitê de vigilância e, em certos momentos, uma sociedade de crédito coletivo.

Os *ejidos* são divididos em terras agrícolas, que podem ser cultivadas individualmente, e não-agrícolas (pastagens, florestas e outros tipos) que devem ser exploradas comunitariamente" (STAVENHAGEN, 1975:146). O autor ressalta ainda que a maior parte dos **ejidos** são, de

fato, cultivados individualmente. Além disto, as propriedades são muito pequenas<sup>369</sup> e incapazes de garantir os recursos necessários para a reprodução da família camponesa. Desta forma, havendo disponibilidade de recursos, os camponeses acabam comprando mais terras ou, quando isto não é possível, acabam trabalhando em uma outra propriedade em jornada parcial ou migrando temporariamente em busca de empregos na cidade ou no campo norte-americano, a fim de complementar seu orçamento.

A história institucional do **ejido** tem sido bastante atribulada. Os autores iniciais da reforma agrária não tinham uma idéia muito clara da natureza da instituição que estavam criando e, desde então, suas regras de funcionamento e suas funções têm sido constantemente modificadas, de acordo com as características dos governos que se seguiram. Na verdade, como ressalta STAVENHAGEN, o objetivo da política de reforma agrária nunca foi abolir a propriedade privada, tampouco a agricultura em fazendas, mas sim, desenvolver uma pequena economia camponesa sob a base da pequena propriedade, individual ou coletiva, como uma válvula de escape para as agitações políticas e um amortecedor às pressões econômicas.

"As glebas nos ejidos não podem ser compradas, vendidas, hipotecadas, arrendadas ou transferidas de nenhum modo, exceto em casos particulares estipulados por lei. Estas restrições foram criadas para evitar a concentração de propriedades em poucas mãos e para proteger os beneficiários da reforma agrária e a comunidade ejido da perda de terra. O *ejidatário* pode perder os direitos sobre sua gleba caso não a cultive ele próprio, podendo os mesmos serem atribuídos a outros pelas autoridades do ejido" (STAVENHAGEN, 1975:148).

Apesar destas disposições legais, as terras dos **ejidos** têm sido arrendadas a pessoas de fora ou do próprio **ejido**, o que permite que um grande número de glebas concentrem-se nas mãos de um único proprietário. Em geral isto se dá por falta de apoio institucional com serviços que tornariam o **ejido** mais dinâmico e competitivo.

As terras agrícolas dos **ejidos** também podem ser cultivadas coletivamente. Na década de 30 foram criados alguns **ejidos coletivos**, a maioria deles desfeitos. A partir da década de 70 este tipo de produção tornou-se novamente uma alternativa para a produção camponesa e as políticas públicas passaram a dedicar mais atenção a elas.

"A comunidade ejido, como uma unidade importante de terras, é uma instituição política e legal. A autoridade máxima no ejido é a assembléia de ejidatários, que elege o conselho do ejido, composto por três membros com um mandato de três anos. O presidente do conselho é a personalidade política chave do ejido: negocia com agências públicas, administra os recursos coletivos, resolve

---

<sup>369</sup> Em geral estas glebas são menores do que o mínimo estabelecido por lei, um dos motivos pelos quais o governo não regulariza a emissão dos títulos, sobretudo nos casos dos **ejidos** individuais. O governo acaba distribuindo glebas em tamanho inferior ao mínimo estabelecido por lei para atender às demandas dos próprios camponeses.

problemas individuais e conflitos, etc. (...) Um presidente de ejido pode desempenhar um papel importante no desenvolvimento de sua comunidade, mas pode também usar sua posição para obtenção de vantagens pessoais. (...) Além das incumbências técnicas, legais e econômicas, o líder do ejido também desempenha um importante papel na estrutura política do país. Eles constituem a unidade básica da estrutura hierárquica piramidal da Confederação Camponesa Nacional (CNC), criada por um decreto presidencial em 1935 e um dos três principais pilares do partido de situação do México, (...) o PRI" (STAVENHAGEN, 1975:149).

Apesar das diferentes modalidades de organização coletiva **ejido**, algumas características podem ser apontadas:

"(1) as organizações coletivas ejidos estão legalmente organizadas na maior parte do tempo sob a forma de sociedades de crédito que funcionam como empresas agrícolas sob a direção de agentes de instituições financeiras e cujos **ejidatários** individuais contribuem com terra, trabalho e capital.

(2) os ganhos da empresa são calculados pela diferença entre o valor total dos produtos colhidos que são remetidos ao banco, de um lado, e a soma de todos os adiantamentos feitos aos camponeses, créditos e custos de amortização, de outro. Esta diferença pode, em parte, ser canalizada para vários fundos (para acumulação ou serviço social), e o resto é distribuído entre os camponeses na proporção do trabalho prestado ou do tamanho da gleba contribuída.

(3) os camponeses recebem adiantamentos regulares sobre seus futuros dividendos como remuneração pelos serviços prestados. (...)

Na teoria, então, os membros das organizações coletivas ejidos recebem ganhos compostos de um misto de (1) uma divisão proporcional sobre o seu trabalho contribuído, (2) uma divisão proporcional sobre a renda da terra, e (3) uma divisão proporcional sobre os lucros obtidos pela empresa. Através da união dos fatores básicos de produção (terra, trabalho e capital) sobre suas próprias mãos e através do aumento da produtividade da empresa através da capitalização, os camponeses devem deste modo receber ganhos acima do nível 'normal' do grupo/unidade de produção camponesa tradicional" (SINGELMANN, 1978:47). Na prática, porém, os **ejidos** estão sujeitos às mesmas limitações de rentabilidade de qualquer empresa rural de um país dependente.

SINGELMANN chama a atenção para o fato de que raramente os ganhos possibilitam aos **ejidatários** acumular capital. Em um número cada vez maior de casos, os adiantamentos sobre os "futuros dividendos" em remuneração aos serviços prestados têm tornado-se a única fonte de renda dos **ejidatários**. Diante desta situação, para ampliar seus ganhos, muitos deles têm ampliado sua jornada de trabalho ou ainda dedicado-se a trabalhos assalariados fora dos **ejidos**, como condição para poderem continuar cultivando suas próprias terras.

SINGELMANN aponta ainda para uma tendência geral de transformação dos **ejidos** em empresas capitalistas, e dos **ejidatários** em trabalhadores assalariados. Chama também

atenção para o fato de que a mecanização intensiva dos **ejidos** origina a especialização ao introduzir habilidades que os camponeses não possuem, obrigando-os a pagar por elas em dinheiro. Se, por um lado, tais aumentos ocasionam um aumento na produtividade da empresa, de outro pouco ou nada contribuem para a elevação do nível de vida dos camponeses<sup>370</sup>.

Entre os problemas encontrados nos **ejidos** coletivos, SINGELMANN ressalta o reflexo do alto custo de produção de capital intensivo em larga escala nos **ejidos**, em grande parte decorrência do modo de produção, e que tem como consequência a redução dos ganhos dos **ejidatários**, que via de regra se vêm obrigados a completar seus rendimentos assalariando-se; o subemprego e o desemprego gerados tanto pela repartição de terras de ex-fazendas entre muitos trabalhadores (desempregando/subempregando aqueles que nelas trabalhavam), quanto pela mecanização intensiva dos **ejidos**.

Há casos, porém, de **ejidos** bem sucedidos, que têm gerado ganhos elevados e melhorado significativamente o nível de vida dos associados. Entre eles, cita o exemplo, do **ejido** Quechhueca no Vale de Yáqui e da Sociedade Ana no distrito de Laguna. Os critérios utilizados para identificar o sucesso de um **ejido** são os ganhos disponíveis, o produto residual, a geração de empregos e a eficiência na utilização do capital. Além dos fatores técnicos e geográficos, são condições para o sucesso de um **ejido** "(1) o tamanho das glebas ocupadas pelos associados, (2) a disponibilidade de indústrias diversificadas para absorver o trabalho rural liberado pela mecanização e (3) as condições dos mercados nacional e internacional" (SINGELMANN, 1978:54).

Ao analisar a eficiência deste tipo de organização, SINGELMANN levanta a questão de que, da forma como vem sendo realizada, a coletivização rural tenderia mais a promover um processo de pauperização do que de melhoria para os camponeses. Isto porque, enquanto o camponês dedica-se à diversificação das culturas e ao cultivo de gêneros para sua alimentação, ele garante sua sobrevivência/reprodução sem necessariamente acumular. Por outro lado, ao se ver forçado a abandonar tais tipos de culturas e dedicar-se exclusivamente à produção de gêneros para o mercado, além de perder os meios de sobrevivência/reprodução, ele tende a passar por um processo de "desacumulação", nos casos de insucesso na safra/comercialização da produção.

---

<sup>370</sup> Conforme SINGELMANN, 1978, ps. 48-51.

## 12.5. OS *קיבוצים* E OUTRAS PRÁTICAS EM ISRAEL

O **Kibutz** é uma comunidade rural organizada com base na propriedade comunal, igualdade e cooperação na produção, no consumo e na educação, destinada ao auxílio mútuo e à justiça social, segundo a máxima "**de cada um, de acordo com as suas possibilidades e a cada um, de acordo com as suas necessidades**".

Os primeiros **Kibutzim** foram fundados por jovens judeus no início do presente século, antes do surgimento do Estado de Israel. Em 1993 existiam cerca de 270 **Kibutzim** espalhados por todo o país, num total de 130.000 habitantes (2,6% da população do país). O número de membros varia entre 40 e 1000, mas, em média, abrigam de 300 a 400 adultos, totalizando de 500 a 600 pessoas. "Todos os kibutzim são filiados a um dos quatro movimentos nacionais kibutzianos, cada um dos quais identificado com sua ideologia política particular" (CII, 1993:05).

Os **Kibutzim** possuem uma área habitacional, onde localizam-se as casas dos membros, as casas das crianças (uma para cada grupo de idade), estabelecimentos culturais, recreacionais e vários prédios de serviço comunitário; currais de gado leiteiro, granja e algumas instalações industriais; campos agrícolas, pomares e tanques de piscicultura.

As decisões são tomadas em assembléia, local onde todos os membros expressam suas idéias e opiniões sobre os assuntos em discussão. É através da assembléia que se formula a política do **Kibutz**, elege-se seus diretores, aprova-se seu orçamento e aceita-se novos membros. "Os assuntos diários do kibutz são conduzidos por comissões eleitas, que cuidam de diferentes aspectos, como educação, habitação, finanças, saúde, produção, planejamento e cultura. Os presidentes de algumas destas comissões, juntamente com o secretário (a posição mais elevada dentro do kibutz) formam o secretariado executivo do kibutz. Os cargos de secretário, tesoureiro e coordenador do trabalho são, via de regra, de expediente integral; os outros membros das diferentes comissões desempenham suas funções além do trabalho regular" (CII, 1993:08)

Os meios de produção são propriedade comunal e as atividades produtivas são organizadas em ramos de produção, a maioria deles agrícolas, embora também dediquem-se a indústrias, turismo e prestação de serviços. Atualmente estes três ramos são responsáveis, de acordo com o Centro de Informação de Israel, por 60% da renda dos **Kibutzim**. No ramo industrial, apesar de uma certa diversificação, três ramos se destacam, a saber, metais, produtos de plástico e alimentos processados. Em alguns casos, os **Kibutzim** se organizam e formam

empresas regionais que se dedicam a diversas atividades. "Alguns kibutzim contam com instalações para férias e recreação, para israelenses e turistas, como hospedarias, piscinas, campos de equitação, quadras de tênis, criação de animais exóticos e parques aquáticos. Uma mais recente fonte de renda é a prestação de serviços ao público, como lavanderias comerciais, serviços de banquetes e armazenamento de produtos industriais" (CII, 1993:11).

"Os membros são designados para suas ocupações por períodos variáveis, e as tarefas de rotina, como o trabalho na cozinha e no refeitório, são executadas rotativamente. Cada ramo econômico é dirigido por um administrador, eleito por um período de 2 a 3 anos. Um coordenador econômico é responsável pela organização do trabalho em seus diversos ramos, pelo implemento da produção e pelos planos de investimento.

Os membros que ocupam posições-chave na indústria, desde supervisores até o diretor de produção, são eleitos pelos trabalhadores da fábrica, de acordo com sua capacidade profissional, bem como suas qualidades pessoais em sentido mais amplo. Os ocupantes das mais altas posições administrativas, entretanto, são determinados por um sistema de rotatividade, de acordo com os valores básicos do kibutz e os princípios de sua estrutura organizacional" (CII, 1993:12). Todos trabalham, à exceção das crianças. As mulheres atualmente empregam-se nos setores da educação, saúde e prestação de serviços e os idosos recebem tarefas de acordo com suas condições físicas e de saúde.

A maior parte dos membros trabalha no próprio **Kibutz**, ou em empresas regionais dos **Kibutzim**, outros são designados a realizar tarefas educacionais ou políticas a nível nacional, de interesse do movimento kibuziano, enquanto outros ainda empregam-se em atividades externas, em função de alguma habilidade específica. Nestes casos, todo o salário é revertido aos **Kibutzim** dos quais eles continuam sendo membros. Não há diferenciação entre os trabalhos realizados: todos têm o mesmo grau de importância para os membros do **Kibutz**. Em determinados momentos, a falta de mão-de-obra obriga-os a empregar pessoas externas ao **Kibutz**, situação que tem sido parcialmente contornada pela prática, exercida por boa parte deles, de hospedarem jovens voluntários de Israel ou do exterior, em troca de trabalho<sup>371</sup>.

As crianças crescem juntas, passando a maior parte do tempo com seus pais, nas casas das crianças. Cada uma destas casas é organizada para um grupo de idade específico, e elas passam de uma à outra à medida em que crescem. Desde o início elas aprendem o valor do trabalho e a importância de que cada um faça a sua parte. "Desde o jardim de infância, o sistema educacional enfatiza o valor da cooperação na vida diária, e desde as primeiras séries da escola primária as crianças recebem tarefas e tomam decisões a respeito de seu grupo. No princípio as crianças desempenham funções dentro do seu grupo de idade; depois elas vão assumindo certas

---

<sup>371</sup> Esta prática é também realizada pela Comunidade Yuba, como mencionamos no capítulo 07 deste trabalho.

responsabilidades dentro do kibutz; e na época da escola secundária, eles dedicam um dia inteiro por semana ao trabalho em um dos ramos da economia kibutziana" (CII, 1993:14).

As escolas primárias funcionam no próprio **Kibutz**. As secundárias são regionais, o que permite uma integração e um desenvolvimento acadêmico melhor. Em geral as crianças passam com seus pais as horas após o trabalho, os fins de semana e feriados. Em alguns **Kibutzim** elas dormem na casa de seus pais e, em outros, na casa das crianças.

O **Kibutz** é uma sociedade comunal que assume as responsabilidades pelas necessidades de seus membros, em todos os aspectos e por toda a vida. "No início a sociedade kibutziana como um todo tinha precedência sobre a unidade familiar. Com o tempo, isso se modificou, à proporção que a sociedade kibutziana se torna mais centrada na família e que os pais vêm cada vez mais assumindo responsabilidade no cuidado dos filhos. (...) Em comparação ao passado, os kibutzim oferecem hoje em dia a seus membros uma maior gama de escolha individual. Os membros têm muito mais liberdade em todos os aspectos de sua vida, desde a escolha do vestuário e mobiliário da casa até a escolha do lugar e da época de gozar suas férias. Há muito mais oportunidades de seguir estudos superiores, e as necessidades especiais dos artistas e escritores são reconhecidas, lhes sendo concedido o tempo necessário para o exercício de seus talentos. Embora no kibutz não se use dinheiro, os membros recebem um crédito anual para gastar como lhes apraz" (CII, 1993:16).

Os **Kibutzim** estão integrados à sociedade global. Inicialmente tiveram um papel fundamental no povoamento do país, função que mais tarde foi assumida pelo Estado de Israel. Atualmente alguns promovem cursos para integração de novos imigrantes, que em geral permanecem no **Kibutz** por cinco meses, enquanto outros responsabilizam-se pela educação de crianças pertencentes a famílias desajustadas. Em ambos os casos, caso optem por ali permanecer, estas pessoas devem solicitar sua aceitação como membro ao **Kibutz**.

Além dos **Kibutzim**, há duas outras formas de produção coletiva em Israel, os **moshav chitufi** e os **moshav ovdim**.

Os **moshav chitufi** assemelham-se aos Kolkhozes soviéticos. "A terra é trabalhada e gerida em comum, sendo propriedade comum todos os bens e instrumentos do trabalho" (DERRUAU, 1977:452).

Os **moshav ovdim** são "aldeias cooperativas que agrupam explorações familiares. Cada família governa a sua exploração agrícola, mantendo a propriedade dos instrumentos do trabalho. A organização cooperativa tem unicamente fins de auxílio, de compra e de venda dos produtos. Nessas aldeias, não se admite o comércio privado" (DERRUAU, 1977:452).



## 12.6. DA COMUNIDADE PRIMITIVA CRISTÃ AOS MOVIMENTOS DE REFORMA E SUAS COMUNIDADES RELIGIOSAS

Ao analisar a obra "A Utopia", de Thomas Morus, com o intuito de indicar sua originalidade, sob a ótica da história da filosofia, LACROIX inicia seu trabalho fazendo uma análise das cidades terrestre e celeste, e do conteúdo utópico de cada uma delas. Apesar de identificá-los nestes dois tipos de construções, o autor alerta para o fato de que as construções religiosas (celeste) acabam impedindo a concretização de uma construção utópica terrestre (uma sociedade imaginária e racionalmente produzida, de conteúdo humanista), ao depositar as esperanças/expectativas de um "Outro Mundo" no Reino de Deus (ou no Reino dos Céus). Partindo destas premissas, o autor levanta a possibilidade de que "Jesus, historicamente, tenha sido de início considerado pelos judeus como um desses messias que anunciavam a iminência do Reino de Deus em mensagens de conteúdo revolucionário e social. (...) As primeiras comunidades cristãs prepararam-se por conseguinte para o seu retorno à glória (*Parusia*), que seria o início do *Eschaton* prometido. E seu comunismo compreende-se por essa percepção do caráter transitório do momento: a comunhão dos bens representa a fraternidade do mundo por vir, segundo o princípio de a cada um 'segundo suas necessidades' (*Atos dos Apóstolos, IV, 34-35*)"<sup>372</sup> (...) Assim, a *Urgemeinde*, comunidade primitiva cristã, manifesta conteúdo utopistas" (LACROIX, 1996:29/30).

Entendido desta forma, porém, a perfeição social só seria atingida por aqueles que fossem guiados por Deus<sup>373</sup>. Contrapondo-se a esta visão de "possibilidade de alcance da perfeição", na segunda metade da Idade Média surgem uma série de movimentos heréticos, a maior parte deles inspirados na pobreza redentora de São Francisco. A partir do século XIV, estes movimentos promoveram uma mudança importante que repercutiu no seu desenvolvimento dali em diante: eles deixaram de constestar a riqueza, para contestar a propriedade privada. "Era uma subversão radical da interpretação ortodoxa cristã do comunismo original. (...)

---

<sup>372</sup> "34 Não havia pois entre eles necessitado algum; porque todos os que possuíam propriedades ou casas, vendendo-as, traziam o preço do que fora vendido, e o depositavam aos pés dos apóstolos.

35 E repartia-se a cada um, segundo a necessidade que cada um tinha." (Citação nossa).

<sup>373</sup> 42 E perseveraram na doutrina dos apóstolos, e na comunhão, no partir do pão, e nas orações.

43 E em toda alma havia temor, e muitas maravilhas e sinais se faziam pelos apóstolos.

44 E todos os que criam estavam juntos, e tinham tudo em comum.

45 E vendiam suas propriedades e fazendas, e repartiam com todos, segundo cada um havia de mister.

46 E, perseverando unânimes todos os dias no templo, e partindo o pão em casa, comiam juntos com alegria e singeleza de coração.

47 Louvando a Deus, e caindo na graça de todo o povo. E todos os dias acrescentava o Senhor à igreja aqueles que se haviam de salvar." (*Atos dos Apóstolos, II, 42-47*).

Em seguida ao movimento de reforma religiosa de Jan Hus e num clima de luta nacional, operários, camponeses, desempregados e marginais se radicalizaram na Boêmia a partir de 1419 e constituíram comunidades à semelhança da comunidade cristã primitiva. A mais importante chamou-se Monte Tabor, do nome da montanha onde Cristo anunciou sua segunda vinda (*Marcos, XIII*). Essas comunidades lutavam por uma sociedade sem classes, contra um inimigo que, mais que o antigo senhor feudal, era antes de tudo o rico cidadão, o mercador. (...) Muitos outros movimentos poderiam ser mencionados<sup>374</sup>. E ainda bem depois de 1516 o milenarismo<sup>375</sup> se afirma como via preferencial do utopismo. Esse é o sentido das revoluções européias induzidas pela difusão do luteranismo, como a 'Guerra dos Camponeses' na Alemanha a partir de 1524, de que T. Müntzer (1489-1525) foi a figura símbolo; as tomadas do poder em Münster, Westfália, pelos anabatistas, como Rothman, Matheys e João de Leyde, que queriam transformar a cidade em Nova Jerusalém. Essa também foi a perspectiva dos Radicais ingleses (Niveladores, Divagadores, Quackers, etc) durante a Revolução Inglesa do século XVII" (LACROIX, 1996:35-37). É, pois, esta busca da realização/construção de uma comunidade semelhante à comunidade primitiva cristã que tem norteado as diferentes experiências que se seguem.

### 12.6.1. OS MENONITAS

De acordo com REDEKOP, o termo **Menonita** tem sido utilizado para descrever a sociedade **Menonita** mas, embora seja um termo geral, é apenas um dos muitos utilizados. No início do movimento de reforma religiosa, as pessoas foram pejorativamente denominadas de Anabatistas, termo que deriva do Latim e que significa "contra o Batismo". Nesta fase ele referia-se apenas àqueles que eram batizados novamente, mas rapidamente passou a identificar todos aqueles que recusavam-se a batizar seus filhos ainda na infância.

"O Batismo na infância, que parecia ser o centro da discórdia, não era apenas o único ponto. Haviam outros, incluindo (1) o protesto contra o uso do poder da magistratura para reforçar a reforma, como proposto por Zwingli o que, na visão Anabatista, significava a continuidade do casamento Igreja e Estado, apesar da separação entre os dois; (2) a demanda de uma Igreja pura, com disciplina, como excomunhão dos transgressores; (3) base apenas nas Escrituras, tanto pela fé quanto pela ação; e (4) a rejeição da violência tanto pela fé quanto pela ação, posição ampliada para a rejeição ao serviço militar" (REDEKOP, 1989:04).

---

<sup>374</sup> LACROIX faz menção a um movimento ocorrido no cantão suíço de Vaud, a partir do século XII, que tinha por objetivo a prática de uma vida de acordo com a pobreza evangélica, numa crítica aos poderes e riquezas da Igreja. Menciona também o catarismo, na Occitânia dos séculos XI e XII, que apresentava de modo utopista o ideal de uma perfeição a realizar na Terra pela superação do pecado original. Todavia, nessa doutrina, se o lugar era terrestre, a perfeição mesma não o era (LACROIX, 1996:35-37).

<sup>375</sup> Vale dizer, a crença no fim do mundo, com a salvação apenas para os eleitos - aqueles escolhidos por Deus. (Observação nossa)

O movimento cresceu e recebeu seguidores, quase que simultaneamente, de muitas partes da Europa Central. O movimento Anabatista emergiu ao mesmo tempo em que a maior crise social se dava na Alemanha, com destaque para as Revoltas Camponesas. Para REDEKOP, a trágica e surpreendente "Rebelião Münster", que ocorreu no norte da Alemanha entre 1533-1535, e que a maioria dos estudiosos **Menonitas** têm recusado como sendo Anabatista, ilustra a variedade de segmentos dentro do movimento.

Baseados no entendimento do Novo Testamento e na experiência que adquiriram durante a Reforma, os Anabatistas seguiram fielmente as palavras de Cristo. "Desde o início, os Anabatistas-Menonitas conceberam-se como o *Gemeinde*, um 'corpo' ou comunidade, um grupo de pessoas que voluntariamente se unem para compartilhar uma vida comum. (...) A congregação foi composta por aqueles que seguiram juntos os ensinamentos de Cristo; assumiram a autoridade do batismo, admitiram membros individuais entre eles, elegeram ministros que pregam o Evangelho e conduzem a congregação" (REDEKOP, 1989:62).

As estruturas institucionais têm sua base no axioma da congregação central. Tudo o que os **Menonitas** realizam, como por exemplo as atividades missionárias, as funções educacionais, as atividades de assistência mútua, etc tudo deriva da dinâmica congregacional, cujas regras baseiam-se diretamente na autorização bíblica do comportamento dos crentes.

De acordo com REDEKOP, um dos fatores que mais fortemente tem influenciado a congregação é o conceito de *Gelassenheit* (submissão a Deus), que se expressa diretamente na vida econômica da comunidade, impondo atividades que estejam em total acordo com os limites de padrões de progresso.

Os **Menonitas** têm buscado fazer com que a congregação ou comunidade sacra seja idêntica à comunidade social, política e econômica, no que reside seu caráter secular. Um exemplo desta prática são os **Hutterites**, um dos segmentos dos **Menonitas**. "Os Hutterites instituíram uma forma de comunismo fruto de uma combinação muito distinta de crenças, experiências e exigências externas. No começo eles foram brutalmente rejeitados e forçados a prover sua própria sobrevivência em um ambiente totalmente hostil. Assim, a forma congregacional que resultou envolveu-se em uma congregação/sociedade religiosa. A comunidade sacra ampliou-se sobre a sociedade envolvente, para a adoração dos membros que também eram membros da sociedade sócio-econômica. (...) Três variáveis cruciais distinguem este modelo de outros para serem discutidos: (1) o grau com que Deus é diretamente reconhecido como soberano; (2) o grau com que a autoridade religiosa determina a vida econômica, política e social; e (3) o grau com que os membros foram segregados por aqueles que não são membros de fé" (REDEKOP, 1989:78).

Em muitas áreas em que os **Menonitas** surgiram, o modelo de vida comunitária foi resultado do que denominou-se "**modelo *commonwealth***". Este modelo pode ser entendido como um estágio de transição entre o modelo teocrático e o individualista. "No modelo teocrático, toda a vida humana foi subordinada à dominação de Deus; suas leis foram desenvolvidas e reforçadas. No sistema **commonwealth**<sup>376</sup>, o reino sagrado e suas instituições - a congregação em seus vários aspectos - começam a ser separados do reino mundano ou secular, tanto que dois reinos de experiência começam a operar simultaneamente e lado a lado, mas *no interior de um grupo de pessoas*" (REDEKOP, 1989:80).

Para REDEKOP, a partir do momento em que a sociedade **Menonita** torna-se uma entidade política, o setor religioso não pode mais ser identificado com ele, razão pela qual surgem duas instituições paralelas - o sistema congregacional (sagrada) e a vida sócio-econômica (secular). A peculiaridade deste fato é que os dois "reinos" foram mantidos juntos, pois as mesmas pessoas eram envolvidas em ambos os casos, sendo impossível negar qualquer uma das duas dimensões no grupo. Este estilo de conduta, por sua vez, não prosperou por várias razões: "(1) dificuldade de encontrar áreas contíguas para os estabelecimentos; (2) membros de fora começaram a infiltrar-se nos estabelecimentos mas não podiam ser excluídos; (3) pessoas que recusavam-se unir-se à Igreja e submeter-se à sua disciplina e autoridade, e que não podiam ser excluídas ou rejeitadas; (4) evasão de religiosos dispostos a sair da colônia em busca de propriedades individuais, o que a disciplina da congregação não aceitava" (REDEKOP, 1989:82).

No **modelo da comunidade Menonita**, a centralidade da autoridade religiosa representada pela congregação continua existindo, mas os membros da congregação vivem dispersos dentro de uma determinada área. A base econômica depende das características da área em que estão localizados. Os **Menonitas** pertencem às congregações e interagem entre si de acordo com fatores congregacionais, étnicos e familiares. A congregação continua exercendo um considerável controle moral sobre a vida secular da comunidade, mas a influência é secundária. Neste modelo existem duas esferas: a religiosa, centrada na vida congregacional, e a secular, baseada na comunidade familiar e social. Este modelo tem criado a possibilidade de surgimento de um vasto sistema de ajuda mútua, tais como ajuda em caso de incêndios, tempestades, chuvas de granizo, seguros contra roubo; organizações de assistência mútua tais como construções de celeiros após um incêndio, trabalhos nos campos de um vizinho doente, assistência às crianças durante a doença da mãe, etc. Este modelo é o mais comumente encontrado na América do Norte.

---

<sup>376</sup> Grifo nosso.

O **modelo individualista**, quando seguido por um **Menonita**, significa que ele desistiu de tudo o que o identifique como tal. Em geral eles assimilam o ideário da sociedade envolvente, passam a morar na cidade e a empregar-se em uma de suas atividades, afastando-se da congregação.

O termo "Comunidade **Menonita**" tem um significado único, e "refere-se à rede de inter-relações entre pessoas que compartilham a mesma história, que têm o mesmo sistema simbólico, que sentem-se emocionalmente Menonitas e que tendem a viver em áreas espacialmente definidas" (REDEKOP, 1989:131/132).

A comunidade Menonita funciona similarmente, embora com diferentes graus de influência, fornecendo condições para pessoas ou famílias viverem e interagirem juntas de acordo com as normas defendidas. Mais ainda, fornece a base para as atividades econômicas, políticas e sociais com o intuito de garantir a emergência e perpetuação da congregação, da mesma forma que sua expansão (por exemplo fornecendo recursos para a criação de novas colônias ou auxiliando na construção de obras básicas nas propriedades já existentes).

REDEKOP ressalta algumas das principais funções desempenhadas pela comunidade **Menonita**. Entre elas destacam-se as seguintes:

1. Nos três tipos de sociedades **Menonitas**, a comunidade funciona como o contexto para a interação social, trabalho e lazer e todas as relações necessárias para uma vida completa.
2. A comunidade proporciona a afirmação para a visão de mundo e finalidades específicas da congregação local. A aceitação de indivíduos na comunidade torna-se uma marca de ortodoxia e legitima as relações religiosas. O melhor exemplo disto é a existência da excomunhão na vida da comunidade, em diferentes tempos e lugares da história **Menonita**.
3. O apoio da comunidade à família. Um dos muitos modos de se fazer isto é providenciando um companheiro para o casamento. Entre os **Amish** e os **Hutterites**, por exemplo, os jovens são sistematicamente auxiliados a encontrar companheiras em outras comunidades, caso não a encontrem na comunidade local. Assistência e recursos para eventuais riscos nos negócios da família também são promovidos e providenciados pela comunidade.

A comunidade **Menonita** pode também ser entendida da seguinte forma:

1. **A comunidade Menonita Total:** Nesta forma os membros vivem juntos em áreas isoladas espacialmente, contendo inclusive atividades religiosas, sociais e econômicas. Neste tipo de comunidade, crenças, valores, normas, estruturas e parentesco são emaranhados, ou seja, há uma íntima relação entre eles.
2. **A comunidade Menonita Social:** Neste tipo de comunidade os membros podem viver em áreas isoladas ou concentrados espacialmente em fazendas. Trata-se da concentração de

famílias e congregações ao redor de certos centros de vivência, sob a forma, quase sempre, de uma congregação. Na comunidade social, a dinâmica religiosa não tem sido separada da unidade familiar e congregacional, e a decisão sobre a separação entre a vida religiosa e a familiar e social não tem sido seriamente discutida. A comunidade de fé é inconscientemente assumida como sendo o grupo social. Pertencer à comunidade significa ser um membro da congregação e um membro da família, que é uma parte da comunidade. Este tipo de comunidade corresponde ao modelo *commonwealth*.

**3. A comunidade Menonita Ideológica:** Muitos **Menonitas** consideram-se como os membros mais cheios de fé entre todos os demais. Estas pessoas podem viver em áreas com concentração de congregações ou famílias **Menonitas** ou em locais isolados. Seu foco central é a crença na exatidão da fé e do caminho indicado, mantendo conexões com outros **Menonitas** e com as causas e atividades que eles promovem.

Desde o início a comunidade tem sido fundamental para a formação e continuidade da sociedade **Menonita**. A fé dos seguidores Anabatistas-**Menonitas** tem formado grupos que, devido a sua congregação teológica e política, interagem mais do que outros grupos não-crentes.

"Os problemas de identificar a natureza da comunidade Menonita são muitos face os aspectos teológico, eclesial e sociológico envolvidos. Os Menonitas são condicionados pela auto-consciência herdada de pensar sua identidade como inteiramente religiosa; a maioria deles resistem arduamente à conclusão de que eles constituem um grupo étnico, uma raça ou um grupo nacional. De outro lado, é perfeitamente claro que os Menonitas aparecem para os observadores externos mais como um grupo de fraternidade religiosa do que qualquer outra denominação" (REDEKOP, 1989:137).

De acordo com REDEKOP, a comunidade **Menonita** inclui as seguintes dimensões, em um sentido particular:

- 1. Geográfica:** ela vai dos **Hutterites**, onde as dimensões religiosas da comunidade são identificadas com a comunidade física, aos **Menonitas** urbanos, onde as fronteiras geográficas não existem.
- 2. Ideológica ou espiritual:** circundada por uma sujeição comum à fé e às suas conseqüências.
- 3. Emocional:** que envolve sentimentos de dignidade e respeito à direção herdada, não através da abstração, mas através de membros da comunidade **Menonita**, expresso na tradição de forma bem perceptível.
- 4. Relacional:** refere-se à estrutura complexa de parentesco humano, que inclui casamentos, amizades, associações de amigos e afiliações que resultam do trabalho em conjunto por

causas comuns, e interdependência econômica que dão a base para a assistência mútua e obrigações.

"Nesta perspectiva a comunidade Menonita pode ser definida como um grupo de pessoas que têm um sistema espacial e coeso de inter-relações, não necessariamente limitado ou identificado com a localidade geográfica, mas baseado em experiências, fé e normas comuns que produzem uma ideologia utópica (...). Este grupo de pessoas Menonitas é reconhecido como uma única forma, (...) uma associação voluntária de pessoas (...). Os *Menonitas* possuem um sentimento de solidariedade uns com os outros que vai além dos limites de sua vizinhança; é, em suma, essencialmente um sentimento de pertencer à comunidade Menonita" (REDEKOP, 1989:140).

Há uma série de sistemas de apoio e assistência que surgiram entre os **Menonitas** desde o início de sua formação e que têm se tornado cada vez mais organizados e institucionalizados.

Um dos melhores exemplos destes sistemas tem sido a prática da ajuda mútua. "Entre os Hutterites, o conceito de ajuda mútua foi originalmente aplicado em um sentido geral; foi ampliado para incluir a propriedade comum de todos os bens, da mesma forma que uma responsabilidade comum com relação às necessidades físicas do indivíduo. Entre os Menonitas descendentes de Anabatistas, este padrão de ajuda mútua fechado é várias vezes encontrado. Embora tenha sido muito compartilhado tanto a ajuda material quanto a não material entre os Menonitas, eles têm interrompido o sistema de propriedade comunal. (...)

Ao mesmo tempo, entre os Menonitas pode ser encontrado uma grande variedade de aplicação do princípio de ajuda mútua. Muitos destes princípios têm sido desenvolvidos formalmente e estão expressos em esforços relevantes para os países do Terceiro Mundo, tais como serviços em tempos de calamidades; formação de associação de saúde, incluindo planos de saúde e auxílio funerário; projetos de serviços comunitários, incluindo agências de seguro contra incêndio e tempestades; socorro em emergências tais como colheitas, união de créditos, cooperativas de produção e venda" (REDEKOP, 1989:247).

A ajuda mútua sempre foi para os Anabatistas-**Menonitas** parte dos ensinamentos do Novo Testamento. Uma aplicação muito difundida do princípio de ajuda mútua é a assistência voluntária e informal dada aos membros **Menonitas** necessitados nos momentos de infortúnio, tais como auxílio com trabalho no caso de doença de um trabalhador camponês, auxílio com gastos em hospitais e medicamentos nos casos de doenças, etc. Há também muitas formas de ajuda mútua que têm sido institucionalizadas para cuidar das necessidades da comunidade, tais como as organizações de assistência contra incêndio e tempestades, garantidas pelos membros que aderem à fé e prática **Menonita**. Normalmente uma junta de diretores é eleita pelos membros de cada sociedade de ajuda mútua que emprega uma equipe e responsabiliza-se pela

supervisão da operação. Estas organizações são controladas indiretamente pelas pessoas que compõem as congregações.

Outra forma de ajuda mútua que tem crescido rapidamente são os programas de saúde e seguro de vida, que pertencem oficialmente aos participantes das conferências dos **Menonitas**, que organizam um conselho de diretores, responsáveis pela administração dos programas de saúde e bem-estar para complementar os planos oferecidos pela sociedade secular. Exemplos desta atuação são os fundos para catástrofes, auxílio funerário, etc.

As sociedades para apoio às calamidades, para os casos de devastação por agentes naturais (tempestades, neves, tornados, etc) também merecem destaque. Esta organização é totalmente voluntária, funcionando com fundos que provêm de outras agências de ajuda, contribuições individuais e voluntárias e da própria organização.

As comunidades **Menonitas** também têm organizado uniões de crédito que, além dos serviços financeiros normais, proporcionam assistência financeira especial aos indigentes. Estas organizações também são alimentadas pelos membros das congregações ou Conferências e compostas por membros de igrejas **Menonitas** que operam com base em seus princípios e práticas.

Outro tipo de ajuda é a de assistência e serviços, um tipo espontâneo de ajuda que surge para socorrer pessoas expostas a situações difíceis alheias à sua vontade, tais como vítimas de guerra, fomes, etc. Entre os programas desenvolvidos nesta linha, REDEKOP cita os programas pela Paz, desenvolvidos após a Segunda Guerra Mundial na Europa e mais tarde na América do Sul e África; programas de desenvolvimento comunitário; reconstrução de comunidades devastadas; apoio e assistência às pessoas em casos de calamidades; educação em países subdesenvolvidos, etc. Este tipo de atividade é realizado através do Comitê Central Menonita, que possui seus próprios escritórios, entre eles um centro de ajuda maternal.

Há também serviços de saúde e bem-estar, como hospitais, casas de repouso, enfermarias, creches e outros programas administrados e apoiados pelos **Menonitas**. Alguns são conduzidos pelas congregações locais, outros pelas Conferências e outros ainda por associações **Menonitas** privadas. A estrutura deste tipo de serviço é tão ampla que foi criada uma Coordenação das Organizações para manter todas elas informadas sobre as atividades que desenvolvem.

Além disso, há numerosas estruturas institucionalizadas que contribuem para a vida e função da sociedade **Menonita**. Entre elas, REDEKOP cita um setor de comunicação, com



jornais e revistas; um setor de *mass media* com rádio e TV; um setor de recreação, com campings próprios onde realizam seus encontros; agências de viagem; escolas elementares, etc.

Ao analisar o conteúdo utópico do movimento Anabatista-**Menonita**, REDEKOP afirma que eles não promoveram um utopismo por si só, mas sim, tinham a expectativa de que a igreja seria renovada e restaurada apenas se as pessoas, principalmente as autoridades, seguissem seriamente os ensinamentos bíblicos. O movimento utópico emerge precisamente no ponto onde a autoridade que está sendo questionada define atrativos para qualquer reforma como "utópicos" - o que, para REDEKOP, equivale a irreal e irrealizável. Mas as idéias utópicas não são irreais nem irrealizáveis, uma vez que são criadas em um contexto cultural, reprimido ou danificado por motivos ideológicos.

Rotulado e rejeitado como "utópico", o protesto Anabatista-**Menonita** caiu em oposição, hostilidade, rejeição, perseguição e aniquilamento. Como a visão utópica de tornar-se o movimento do "Povo de Deus" tornou-se cada vez menos possível e significativa, a necessidade de reforma foi esquecida e a base teológica e eclesial foi modificada internamente para que o movimento pudesse sobreviver. Assim, princípios como batismo adulto, disciplina da igreja e educação do rebanho tornaram-se o centro da utopia. Esta ênfase tendia cada vez mais na direção do "refúgio de fé" que tornou-se o foco da "herança" que seria transmitida de geração para geração da melhor forma possível. Os quatro fatores - batismo adulto e voluntário; congregacionismo; pressão da ética cristã e da ajuda mútua - inicialmente princípios religiosos, emergiram como parte de uma visão utópica que serviu para criar a consciência de um grupo de pessoas, denominado "*Menonitismo étnico*". O que torna este grupo "ímpar" é o fato de que a natureza revolucionária não foi totalmente perdida, mas sim, reformulada internamente e expressa na sua sociedade de uma forma institucionalizada. REDEKOP conclui dizendo que o caráter utópico do movimento **Menonita** consiste em conseguir manter um modo de vida baseado em princípios religiosos apesar da opressão/oposição externas.

Este movimento expandiu-se pelo mundo, alcançando o sul do Brasil, com as diversas colônias que se instalaram em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, entre as quais destaca-se **Witmarsum**, sobre a qual falaremos adiante, bem como o Paraguai, principalmente na região do Chaco. Neste país, "o zelo religioso e apego às tradições dividem os Menonitas paraguaios em três fatias. A maior, as seis colônias ricas formadas pelos refugiados russos, veste-se como todo mundo e se diz 'aberta' à sociedade paraguaia. O segundo grupo em tamanho é do tipo que não quer saber de estranhos. São os 10 000 imigrantes ultra-conservadores vindos do México e do

Canadá. Estão agrupados em sete prósperas colônias, verdadeiros guetos cristãos nos quais é proibido o uso do automóvel. A terceira parcela são os Amish, que deixaram os Estados Unidos para converter os nativos. São rígidos em doutrinas, roupas e costumes tradicionais - mas dão boas vindas às máquinas modernas" (KLINTOWITZ, 1995:43/44). O **mapa 03** indica a localização das colônias **Menonitas** no Paraguai.

### 12.6.2. OS AMISH<sup>377</sup>

De acordo com SMITH, os **Amish** constituem-se em um grupo religioso dissidente dos **Menonitas**, com padrões de comportamento diferentes dos demais. Vestem-se com roupas diferentes (suas roupas possuem colchetes no lugar de botões) e possuem um estilo de corte de cabelo padronizado. Falam um dialeto próprio, não acreditam na escola além do ensino fundamental, proibem o uso de automóvel, da luz elétrica, telefone, rádio, televisão e outros aparelhos. Rejeitam o uso de instrumentos musicais, jóias, condutores de pára-raios, banheiros dentro de casa, cosméticos, filmes e literatura não-bíblica. Somente um homem casado pode usar barba, mas nenhum homem pode usar bigode, comportamento adotado diante da alegação de que "estava na Bíblia"<sup>378</sup>. O fumo também é rejeitado, apesar de cultivarem tabaco. Simplicidade e serenidade são as principais características do modo de vida do grupo.

A área de maior concentração dos **Amish** é a compreendida por Smoketown a oeste, New Holland ao norte, Morgantown a leste e Quarryville ao sul. Esta área está a cerca de cinco milhas (8,045 Km) da cidade de Lancaster e cinquenta milhas (80,45 km) a oeste de Filadélfia. Está também localizada no coração da área agrícola de Lancaster que, por sua vez, ocupa uma das principais posições no país.

"A maioria dos homens Amish são fazendeiros, e o sucesso e prestígio do grupo é garantido pelos mais prósperos, pessoas que trabalham arduamente segundo suas crenças religiosas e a tradição de seus antepassados. Aqueles que quebram os tabus e regras de comportamento têm como punição a expulsão do grupo. (...)

Devido ao seu comportamento religioso ímpar - são os que seguem mais fielmente às prescrições da Bíblia - os Amish acreditam ser as "Singelas Criaturas de Deus", diferenciando-se dos demais, a quem consideram profanos.

A cultura Amish tem deixado um traço de paz, não permitindo o serviço militar; estimulando a cooperação e ajuda mútua ao invés da competição e garantindo uma vida e prática agrícola simples,

<sup>377</sup> As informações sobre os **Amish** foram retiradas de um livro editado em 1958, que trata sobre uma comunidade específica, localizada no sudeste da Pensilvânia-EUA. Não possuímos informações mais recentes sobre a comunidade em questão.

<sup>378</sup> SMITH faz menção ao fato de que a Bíblia prega a paz e o bigode, bem como as roupas com botões, eram relacionados aos militares e à violência por eles praticada, portanto contra os ensinamentos bíblicos.

onde o contato pessoal é íntimo, as relações familiares são mais duradouras e a vida social mais estável" (SMITH, 1958:10/11).

Os **Amish** formaram-se a partir de uma cisão do grupo **Menonita**, por influência de "Jacob Amman, um bispo da Suíça e um reformador religioso, que achava que a prática da 'excomunhão' que prevalecia entre os Menonitas não era severa o suficiente. Àquele tempo a prática Menonita<sup>379</sup> era apenas expulsar o membro da mesa de comunhão; mas Amman insistia que a excomunhão deveria ser estendida às relações sociais e domésticas. Ele determinava que a mulher e filhos de um membro excomungado não poderiam comer à mesma mesa que seu pai pecador e que as relações sexuais não deveriam existir entre marido e mulher até que a penitência tivesse sido cumprida e a completa restauração para a igreja assegurada.

A ênfase de Jacob Amman na 'severidade' da prática da excomunhão resultou na divisão entre os Menonitas e seus seguidores passaram a ser denominados Amish.

A distinção entre os Amish e os Menonitas era principalmente o rigor na interpretação das Escrituras, embora Amman também insistisse para que os membros devessem usar um estilo único de vestuário, com colchetes ao invés de botões, e um tipo especial de corte de cabelo. Os Amish também praticavam o 'lava-pés', que não era considerado necessário pelos Menonitas" (SMITH, 1958:19).

Segundo SMITH, os **Amish** dedicam-se à agricultura devido às passagens/orientações bíblicas, e muitos deles chegam inclusive a reportar-se a tais passagens - e à benção divina - para explicar não apenas tal prática como também o sucesso econômico e social alcançado. Além disso, outro fator que influenciou bastante esta opção foi a experiência vivida por seus antepassados ao deixarem as cidades, marcada por molestamentos, perseguições e mortes. Sendo assim, a vida rural tem um significado especial para os **Amish**, que têm na família sua unidade social primária, atribuindo grande valor ao casamento e a uma família com muitos filhos.

Por não permitirem o uso de tratores, os **Amish** cultivavam seus campos com cavalos ou mulas<sup>380</sup>. Permitem o uso de algumas fontes de energia - como é o caso dos geradores à gasolina - para movimentar máquinas de lavar, serras, etc, mas não para puxar um arado, disco ou outra ferramenta no campo. Os **Amish** não são contra o uso da energia para movimentar um equipamento, mas sim, contra o uso da energia elétrica gerada e transmitida comercialmente e controlada por um grupo.

Merece destaque o fato de que o tamanho das propriedades - que em geral não ultrapassam 50 acres (20,235 ha) - não exigem o uso de maquinários em grande escala e, mais

---

<sup>379</sup> O autor refere-se à punição para aqueles que violavam os tabus/regras de comportamento. (Comentário nosso).

<sup>380</sup> É importante chamar novamente a atenção para o fato de que os dados são relativos a 1958. Atualmente não temos informações sobre esta comunidade. A única referência que temos diz respeito a uma comunidade **Amish** localizada no Paraguai que utiliza tratores em seus campos.

ainda, ao não utilizarem maquinários, os **Amish** empregam o trabalho de seus filhos, que desde cedo aprendem a trabalhar a terra e a resolver os problemas sozinhos, perpetuando-se assim a tradição que herdaram de seus antepassados.

"Todos os membros de uma família Amish auxiliam no trabalho quando necessário e é comum que as crianças aprendam a realizar tarefas desde cedo. As meninas devem cuidar de casa, costurar, cozinhar e assar, além de suas obrigações na produção<sup>381</sup>. Os meninos devem aprender a lidar com os cavalos, cultivar e colher a safra e utilizar ferramentas de carpintaria para que possam construir e arrumar os celeiros e galinheiros. Esta prática de educação das crianças começa muito cedo e a responsabilidade aumenta à medida em que eles vão tornando-se mais funcionais ao andamento da propriedade. Um adolescente Amish é capaz de assumir a maior parte das responsabilidades/tarefas da propriedade, e está pronto para assumir integralmente as funções econômicas como chefe de sua própria família muito mais cedo do que outros jovens da sociedade americana, graças aos anos de treinamento e experiência que possui. Em uma propriedade Amish a mulher deve trabalhar duro tanto como esposa quanto como mãe. As mulheres têm mais filhos para criar e cuidar, e devem proporcionar mais cuidados com educação extra-escolar para seus filhos. As crianças não são matriculadas em atividades escolares extra-curriculares ou outros tipos de organizações (...). Além disso, uma dona de casa tem sua casa menos equipada, o que requer mais trabalho no preparo das refeições, na limpeza da casa e na lavanderia. O tamanho da família significa mais 'ajudantes' que, por sua vez, devem ser supervisionados. Finalmente uma dona de casa Amish contribui mais com ganhos não monetários para a família, realizando a maior parte do trabalho ligado à produção de vegetais, galinha, ovos, leite e manteiga, e preservando/conservando os alimentos que serão consumidos pela família. Muitas mulheres também trabalham duro em alguns períodos nos campos, apesar deste ser um tipo de trabalho mais para os homens. Se a família tem mais meninas do que meninos, as meninas serão recrutadas para muitas tarefas de cultivo, caso contrário, serão os garotos os responsáveis pela maior parte destas tarefas" (SMITH, 1958:147/148).

Os **Amish** também procuram diversificar o quanto podem sua produção, de modo a obter os melhores ganhos. Com os mesmos intuitos participam cada vez mais intensamente de associações que lhes dêem vantagens para comercializar suas produções, fato que não ocorria com intensidade no passado.

Os **Amish** dedicam-se também à prática de grupos de "auto-ajuda", para evitar riscos de grandes perdas, sejam da propriedade, do rebanho ou da safra. Estes grupos, que antes englobavam toda a comunidade **Amish**, com o tempo passaram a limitar-se aos vizinhos mais próximos e mais freqüentemente aos membros da mesma família. Segundo SMITH, ao acreditarem que estão ajudando uns aos outros, na verdade eles estão ajudando a si próprios,

---

<sup>381</sup> Quando a família dedica-se à avicultura poedeira, esta é responsabilidade das mulheres e crianças. (Comentário nosso).

pois passam a reservar uma certa quantia de dinheiro por ano e, de tudo o que conseguem juntar, apenas uma pequena parte é destinada a cobrir os desastres, quando eles ocorrem. Este procedimento é comum entre os **Amish** e ocorre de modo informal, apesar da existência de um contrato escrito. Através desta prática, os **Amish** asseguram uma reserva em caixa, a qual pode ser utilizada quando for preciso realizar um pagamento adiantado ou por outros motivos, sem que seja necessário recorrer a financiamentos/empréstimos externos. Para os **Amish** este tipo de "auto-ajuda" tem um valor moral e social muito grande, pois estabelece entre eles laços de "cumplicidade".

"A maior parte da cooperação que existe atualmente está relacionada à situação de necessidade e emergência, ou para operações que requerem maquinários de grande valor e uma grande quantidade de força de trabalho humana, e a ajuda mútua nestes casos está quase sempre confinada ao 'distrito' da igreja da pessoa em questão ou aos vizinhos mais próximos e membros da família." (SMITH, 1958:178).

SMITH ressalta ainda que, devido à cultura dos **Amish**, qualquer contato ou associação mais duradoura mantido entre eles e pessoas de fora de seu grupo é considerado um desrespeito à manutenção do "velho mundo". A escolha dos seus amigos e sócios, face aos princípios de "trocas desiguais" e "separação do mundo", acaba tornando-se muito restrita. Os **Amish** tendem a separar-se dos que não pertencem a seu grupo e a associar-se mais facilmente àqueles que pertencem a seu próprio grupo, como pessoas da Igreja ou **Menonitas** mais conservadores. Este tipo de comportamento, por sua vez, transforma-os em um grupo social isolado no interior da sociedade, operando-se assim um processo de segregação voluntária, imposto pelo comportamento religioso e pela consciência que possuem com relação ao seu modo de vida específico e à necessidade de permanecerem "puros".

Apesar da busca consciente do isolamento, os **Amish** vêm sofrendo constantemente as influências da sociedade envolvente, através das leis e programas criados pelo governo (como a lei para aposentadoria, programas de ampliação de rodovias, etc), do aumento de participação política (voto) e social (como no caso dos conselhos de escola) etc. Porém, o seu comportamento específico tem permanecido inalterado diante destas influências<sup>382</sup>.

"Apesar dos Amish em geral não participarem nos assuntos da comunidade, alguns homens têm ocupado um lugar cada vez mais ativo em algumas organizações específicas, como o corpo de bombeiro local, sendo inclusive frequentemente eleitos como membros dos 'conselhos de diretores ou como funcionários ativos'. O conselho de escola é uma outra forma de responsabilidade física que tem sido aceita pelos Amish, embora muito desta participação esteja relacionada à 'defesa' (...). Tais fatos,

---

<sup>382</sup> Referimo-nos às tradições, costumes e credos religiosos que o diferenciam dos demais.

porém, não indicam necessariamente uma integração dos Amish com a comunidade local pois, na maioria das vezes, os membros relatam procurar a utilidade da organização, mais do que sua função social. O corpo de bombeiro, por exemplo, é o significado de proteção principal para os Amish" (SMITH, 1958:201).

"Os Amish possuem dois sistemas de comportamento que devem seguir, um legal e outro moral. Um está baseado nas tradições, costumes e credos religiosos de seu modo de vida específico, enquanto o outro está relacionado ao sistema de normas da sociedade envolvente, da qual os *Amish* são um subgrupo. Os *Amish* estão, assim, sujeitos a dois grupos de 'certo' e 'errado' e podem ser punidos ou penalizados pela violação a qualquer um deles" (SMITH, 1958:242).

Há, no interior dos **Amish**, uma série de "crimes" contra as regras estabelecidas, mais do que contra a sociedade como um todo. Um dos exemplos citados por SMITH diz respeito à aceitação das regulações relativas aos automóveis e à eletricidade. Boa parte dos jovens questionam esta proibição e uma parte deles acaba saindo da comunidade. Os mais velhos admitem que muitos jovens desejam ter um carro e, secretamente, acabam fazendo alguma economia e adquirindo um carro de segunda mão, comportamento que, segundo eles, é mais comum entre os jovens que saem da escola e demoram a casar-se. Quando este tipo de violação às proibições do grupo acontece, o jovem é expulso da comunidade, devendo cortar seu cabelo e mudar suas roupas, para que não seja mais identificado como um **Amish**<sup>383</sup> pela sociedade envolvente.

Um outro problema que ocorre no interior do grupo é a crescente necessidade de migração em busca de novas áreas para plantio. Isto ocorre porque, para poder perpetuar sua tradição, há a necessidade de mais terras para fixação dos jovens, o que acaba elevando o preço da terra na área tradicionalmente ocupada por eles. Ao migrarem, estes grupos acabam comprometendo, em decorrência da distância, a organização para ajuda mútua, sobretudo nos casos de doença ou morte.

SMITH destaca também o início de um processo de alistamento de jovens no serviço militar (proibido pelos **Amish**) e mudanças no comportamento interno face as influências da escola sobre os jovens. Para ele todas estas influências têm servido para fortalecer os **Amish** ainda mais, mas acredita que, ao mesmo tempo, elas acabarão gerando modificações, em algum grau, em seus costumes/comportamentos.

"Nos últimos vinte e cinco anos os Amish têm estado sujeitos a pressões que não tinham sido evidenciadas nos primeiros dois séculos de seu estabelecimento na América. O antigo isolamento está se acabando, e hoje eles encontram-se diante não apenas da industrialização, urbanização e formação de

---

<sup>383</sup> Em geral são os jovens quem saem, enquanto as jovens permanecem com sua família.

subúrbios nas proximidades de sua área, mas também da curiosidade de turistas, atraídos aos campos Amish pelas agências de turismo. (...) Os Amish têm sobrevivido vários séculos na Europa e por mais de dois séculos na América, e estão dispostos a sacrificar muito da manutenção de seu sistema de valores e crenças no futuro. As dificuldades diante das quais eles se encontram são muitas, e sua capacidade de sobrevivência está, na maioria dos casos, nas mãos de forças fora de seu controle. A maior força que os trouxe para a América é a mesma que os manterá seguros onde estão - a liberdade religiosa" (SMITH, 1958:258).

Os **Amish** também estão presentes no Paraguai, em comunidades como Flórida no Chaco paraguaio (onde se fala um dialeto alemão, o *plattdeutsch* e onde um terço dos colonos são convertidos paraguaios) e Luz y Esperanza, próxima a Assunção. Ainda mantêm rigidez no que se refere às doutrinas, roupas e costumes tradicionais, mas já não se mantêm tão rígidos no que diz respeito à incorporação de algumas novas tecnologias, servindo-se de tratores e microcomputadores (como já mencionamos), mas não da televisão. Nestas comunidades a educação fornecida pela própria comunidade é de doze anos de ensino fundamental, com aulas em inglês e ênfase no ensino religioso.

### 12.6.3. A COLÔNIA WITMARSUM

Para entendermos o surgimento da Colônia **Witmarsum** é necessário entendermos as origens do processo de imigração dos **Menonitas** para o Brasil. De acordo com BALHANA, os primeiros imigrantes **Menonitas** chegaram ao Brasil em 1930, instalando-se inicialmente em Santa Catarina<sup>384</sup>. Estes imigrantes faziam parte de um grupo maior que havia conseguido sair da Rússia em 1929 com a ajuda do governo alemão<sup>385</sup>, os quais dividiram-se entre o Canadá, o Paraguai e o Brasil<sup>386</sup>.

No Brasil, estes imigrantes foram levados para Santa Catarina, local onde a Companhia Hanseática de Colonização - o órgão promotor desta imigração - possuía terras. O grupo foi fixado a oeste das cidades de Blumenau e Ibirama, "onde constituíram a colônia Krauel, com três núcleos ou aldeias, Waldheim, Gnadental e Witmarsum, tendo esta como centro, e dando posteriormente o nome pelo qual ficou conhecido o movimento menonita. As famílias que chegaram por último, (...) foram conduzidas para uma área (...) distante trinta quilômetros da primeira Colônia, e onde formaram o núcleo Auhagen. No

---

<sup>384</sup> De acordo com a autora, os menonitas que dirigiram-se ao Brasil eram descendentes dos anabatistas-evangélicos, que possuíam uma conduta mais pacifista, procurando organizar-se através de comunidades isoladas no interior da sociedade global. Estes anabatistas diferenciavam-se dos anabatistas-fanáticos, que assumiam uma conduta mais violenta, objetivando introduzir o Reino de Deus à força. Foi o caso da Revolta Münster, ocorrida na Alemanha em 1534, à qual já nos referimos ao tratarmos dos menonitas de um modo geral.

<sup>385</sup> BALHANA aponta como motivo para a emigração menonita a não aceitação da coletivização em amplitude nacional, embora praticassem, em certos graus, o uso da terra comum.

<sup>386</sup> BALHANA chama a atenção para a resistência apresentada pelos menonitas para imigrarem para o Brasil - dos 5000 imigrantes que partiram da Rússia, apenas 1200 vieram para o Brasil - em decorrência da obrigatoriedade do serviço militar, o que é contra um de seus princípios religiosos, conforme destacamos anteriormente. Na verdade, o grande alvo de todos eles era o Canadá e, ao não conseguirem atingir tal objetivo, dividiram-se entre o Paraguai - que oferecia isenção de serviço militar - e o Brasil.

primeiro estabelecimento ficaram cerca de 700 pessoas e no segundo ficaram perto de 500 pessoas" (BALHANA, 1968:56/57). O grupo recebeu ajuda financeira de várias instituições, como a Cruz Vermelha Germânica, as organizações **Menonitas** da Holanda e o governo alemão, mas mesmo assim sofreram inúmeros problemas de adaptação ao local.

Logo no início, algumas famílias e um grupo de jovens mudaram-se para São Paulo, Blumenau ou Curitiba, empregando-se na indústria ou em casas de família. Em Curitiba o grupo concentrou-se em Vila Guaira, na periferia da cidade. Mais tarde, um grupo tomou conhecimento da abertura de um loteamento próximo a Curitiba e comprou quinze propriedades limítrofes, formando o núcleo colonial de Boqueirão I, processo que foi repetido durante a década de 30 por outras famílias, dando origem aos núcleos de Boqueirão II e Xaxim. Nestes novos núcleos os colonos dedicaram-se à produção de leite.

Com o crescimento da cidade de Curitiba, um grupo de trinta e seis famílias decidiu vender seus lotes e adquirir novos, em área mais afastada, originando o núcleo Guarituba. Os colonos que permaneceram na Colônia Krauel, apesar das dificuldades, conseguiram certa prosperidade. "Organizaram também um sistema de instituições, entre as quais a Cooperativa com finalidades econômicas e sociais, Escola de nível elementar e médio, assistência hospitalar, além daquelas de caráter religioso, como a Igreja, todas instaladas em sedes próprias especialmente construídas. Na reorganização do sistema religioso, embora a Colônia fosse constituída por pessoas pertencentes a denominações religiosas menonitas distintas, houve um grande esforço solidário e união das mesmas, celebrando em comum inclusive as suas práticas e culto religioso" (BALHANA, 1968:59).

Isto, porém, não diminuía a insatisfação de grande parte dos colonos, que continuaram em busca de novas áreas para instalarem-se. Em 1949/1950, um novo grupo abandonou Krauel dirigindo-se para o Rio Grande do Sul, em um núcleo próximo a Bagé, denominado Colônia Nova, em terras adquiridas com ajuda financeira da Conferência Menonita de Bethern, instituição norte-americana.

Este movimento de saída maciça deixou o grupo remanescente em profunda crise. As famílias que saíam freqüentemente vendiam suas propriedades a não-**Menonitas**, o que comprometia a continuidade do sistema de organização comunitária estabelecido até então. Os remanescentes da Colônia Krauel tentaram, inicialmente, impedir o ingresso de pessoas estranhas<sup>387</sup>, através da aquisição das terras daqueles que saíam, o que mostrou-se impraticável. A solução encontrada foi a aquisição de uma área no Paraná, no município de

---

<sup>387</sup> Isto porque os menonitas defendem a sua identidade de grupo cultural-religioso diferenciado dentro da estrutura da sociedade global. Segundo BALHANA este isolamento se dá mais pelo aspecto cultural - atribuído ao germanismo e identificado na tendência endogâmica do grupo, objetivando conservar a cultura alemã, e à resistência à utilização da língua local - do que pelo aspecto religioso.



Palmeira<sup>388</sup>, onde organizou-se a Colônia Agropecuária **Witmarsum** (o **mapa 04** indica a localização das Colônias **Menonitas** organizadas no Brasil). As terras (onde funcionava a fazenda Cancela) foram adquiridas em bloco pela Sociedade Anônima Comercial e Industrial Witmarsum<sup>389</sup> e divididas em mais de 150 lotes, estabelecendo-se que cada colono não poderia ter menos de 50 e mais de 100 hectares. Os colonos iniciaram sua transferência para a nova área em 1951, processo que só foi concluído em 1954. Além dos antigos moradores da Colônia Krauel, também integraram **Witmarsum** algumas famílias e/ou imigrantes solteiros de outras comunidades **Menonitas** localizadas no Paraguai<sup>390</sup>, Uruguai, Argentina e Canadá.

**Witmarsum** foi dividida em cinco aldeias, das quais quatro eram habitadas e uma destinada à expansão futura (em geral os camponeses de uma das quatro aldeias adquiriam lotes na quinta aldeia para seus filhos, o que revela uma preocupação em mantê-los na comunidade, evitando assim sua saída). "Na antiga sede da fazenda foi estabelecido o centro da Colônia, *Stadtplatz*, onde foram instaladas as instituições de utilidade comum, exercendo assim funções comerciais e sociais. Encontraram-se ali a sede da Cooperativa, com seus escritórios de administração, seus armazéns e depósitos, o moinho e a loja de vendas, bem como a grande edificação da fábrica de laticínios e usina de pasteurização do leite, bem como, ainda, o salão de reuniões para fins administrativos e sociais. Também estão instalados na área central, a escola da comunidade e o hospital" (BALHANA, 1968:65/66). Nessa área ainda localizam-se a Igreja Menonita, o salão de festividades, a Igreja Irmãos Menonitas, o cemitério e os lotes urbanos dos colonos: para cada lote que o membro da colônia possuísse na aldeia, havia um lote urbano de 0,5 hectare no centro da colônia.

Nas aldeias, as propriedades eram alinhadas ao longo de arruamentos, cuja conservação era realizada pela cooperativa, mediante a cobrança de uma taxa especial. Os "lotes rurais foram distribuídos de maneira a assegurar, em cada aldeia, uma área de pasto comunal. As famílias, pelo contrato de compra, receberam um terreno com 10 hectares para a localização da casa e pequenas culturas, e uma parte ideal de 40 hectares para ser utilizada em regime de compáscuo. Cada família poderia manter, na área de pasto comunal da sua aldeia, até 25 cabeças de gado. Ultrapassado este limite, a Cooperativa realizaria a cobrança de uma taxa, por cabeça, estipulada pela Assembléia" (BALHANA, 1968:67)<sup>391</sup>. Porém, no que diz respeito ao uso da terra comum, uma série de problemas acabaram surgindo, desde dificuldades para obtenção de financiamentos, até

---

<sup>388</sup> No mesmo município onde, no século passado, foi instalada a Colônia Cecília.

<sup>389</sup> Sociedade que substituiu a Cooperativa de Witmarsum, desfeita durante a Segunda Guerra Mundial, em consequência da legislação federal acerca da direção de cooperativas por estrangeiros.

<sup>390</sup> Vale lembrar que no Paraguai existem atualmente importantes comunidades **Menonitas**, conforme já mencionamos.

<sup>391</sup> O sistema de *compáscuo* significa a utilização em comum de uma determinada área para pastagem com gado pertencente a diferentes proprietários. Como exemplo de *compáscuo* podemos citar o **faxinal**, realizado no Paraná, sobre o qual falaremos mais à frente neste capítulo.

interferências de colonos de Bagé junto à cooperativa de **Witmarsum**<sup>392</sup>. Em 1959, procedeu-se ao fim de tal sistema e à divisão completa das terras. Realizou-se, então, uma redivisão das terras e aqueles que não conseguiram obter terras contíguas foram beneficiados com uma área maior.

As comunidades **Menonitas** estabelecidas na América buscaram reconstituir o sistema que havia sido mantido na Rússia, onde "a organização da comunidade era bastante autoritária. Cada aldeia era submetida à direção de um intendente (Schultze) e um grupo de aldeias constituía uma administração regional sob a direção de um intendente superior (Oberschultze).

Todas as questões relativas à administração, ao ensino, à previdência social, à manutenção da ordem, todas as divergências e casos jurídicos eram solucionados, internamente, por estes administradores e, na maioria das vezes, em cooperação com os dirigentes eclesiásticos. (...)

Tanto as autoridades religiosas como as civis eram eleitas pelos membros da comunidade, sistema ainda em vigor em Witmarsum. A aldeia era e continua a ser a menor unidade política nas colônias menonitas. Através da assembléia da aldeia (Schulzenbott), na qual apenas os homens têm participação, sendo adultos e proprietários na referida aldeia, é eleito o seu intendente.

Nas antigas colônias menonitas o mandato do intendente era de um ano e suas atribuições (...) correspondiam às de um prefeito, delegado e mesmo juiz, abarcando a maioria dos assuntos e dos problemas dos moradores da aldeia. Tinha a incumbência de distribuir as tarefas nos trabalhos coletivos, fiscalizar a sua execução e aplicar as sanções aos que não cumpriam suas obrigações, prejudicando os interesses da coletividade" (BALHANA, 1968:85/86). Além disso, devia coordenar as assembléias das aldeias - que também decidiam sobre o ingresso de novos integrantes - e representá-la, junto a conselhos e à Assembléia Geral da Colônia - onde eram discutidos todos os problemas apresentados pela Colônia - sendo esta última representatividade dividida com os representantes dos Dez<sup>393</sup>. BALHANA ressalta que a organização da vida comunal nas colônias **Menonitas** tornou-se bem menos rígida. Em **Witmarsum** o intendente da aldeia ainda era eleito anualmente, mas suas funções reduziram-se às de um "relações públicas", principalmente após o fim das terras comuns. O intendente superior<sup>394</sup>, as associações de ajuda mútua e o serviço de atendimento aos órfãos foram abolidos. Também o serviço contra incêndio - de grande importância para os **Menonitas** - tornou-se compulsório e logo deixou de existir em **Witmarsum**.

---

<sup>392</sup> Estes colonos eram cooperados da antiga Cooperativa de **Witmarsum** e, como apesar de terem abandonado a Colônia Krauel (da qual **Witmarsum** era um núcleo) não haviam saído oficialmente da cooperativa, julgavam-se no direito de interferir na nova cooperativa, por possuírem junto a mesma capital sob a forma de maquinários.

<sup>393</sup> Cada grupo de dez proprietários de uma aldeia elegia um representante para defender seus interesses junto à Assembléia Geral da Colônia. Com a redução do número de integrantes, o representante dos Dez passou a representar, em média, de cinco a sete proprietários. A denominação, porém, foi mantida.

<sup>394</sup> Eleito pela Assembléia Geral da Colônia, entre os candidatos apresentados pelas aldeias, possuía um mandato de três anos e constituía-se na maior autoridade civil da colônia.

A base econômica principal de **Witmarsum** era constituída pelas atividades agrícolas, com destaque para a pecuária leiteira, tendo a colônia, através da cooperativa (criada em 1952), dedicado grande atenção à indústria de laticínios (produção de leite pasteurizado, queijo, manteiga, nata e requeijão). Além disso, dedicava-se também à criação de aves e suínos. Entre as culturas, destacavam-se o milho, trigo e arroz, comercializados pela cooperativa; forrageiras, para o pasto; batata, feijão e outras culturas de subsistência; batata doce para o gado; algumas frutas, etc. Havia também um pequeno comércio, porém de proporções reduzidas, face a proximidade a que a Colônia estava de Curitiba.

A Cooperativa Mista Agro-Pecuária Witmarsum Ltda, que possui sua área de ação limitada à colônia, mantém seções de consumo, vendas e compras em comum, industrialização rural (comercializando seus produtos através da marca **Cancela**) e, por fim, de previdência e assistência social. Os associados podem solicitar sua exclusão dos quadros da cooperativa a qualquer momento, porém o acerto de contas só será realizado após o balanço de cada exercício e conforme rezam as disposições do Estatuto.

A vida religiosa tem uma importância ímpar para **Witmarsum**, pois é ela quem dá sustentação à comunidade. Sua organização religiosa passou por algumas transformações. Segundo BALHANA, nos primeiros anos da colônia ela era formada pela Igreja Menonita e pela Igreja Menonita Evangélica Livre, que cooperavam entre si, realizando seus cultos, a escola dominical, as atividades e organizações femininas em conjunto. Em 1959, em decorrência de fatores religiosos, sociais e econômicos, além de um conflito entre líderes da comunidade, um grupo liderado por um dos pastores afastou-se da Igreja Menonita Evangélica Livre, formando a Congregação Irmãos Menonitas. Em 1967, por fim, a Igreja Menonita e a Igreja Menonita Evangélica Livre uniram-se, sob a denominação da primeira. Entre as entidades e atividades promovidas/realizadas pela Igreja, destacam-se a escola dominical, o coro, a liga feminina, a liga da mocidade, a escola bíblica noturna, as missões, a comissão para assuntos da Igreja e outras relações realizadas fora da colônia (relacionadas à Congregação **Menonita**).

Apesar da importância da vida religiosa, BALHANA chama atenção para o fato de que cerca de 20% dos integrantes da Colônia não eram filiados a nenhuma igreja, fato que, segundo ela, não era um indicativo de descrença. Ao contrário, estas pessoas assistiam aos cultos, mas não se batizavam<sup>395</sup>. Além disso, como os conflitos mais sérios que têm ocorrido

---

<sup>395</sup> Só são considerados filiados a uma igreja menonita aqueles que por ela foram batizados, o que só pode ocorrer após os 15 anos de idade, já que não aceitam o batismo infantil.

entre os **Menonitas** são de ordem religiosa, filiar-se a uma de suas igrejas significa tomar um partido, o que nem todos optam fazer.

BALHANA aponta também para um processo de diferenciação social no interior da colônia que, segundo ela, não impede que todos tenham as mesmas oportunidades para assegurar seu futuro.

#### 12.6.4. Os *MUCKER*

De acordo com AMADO, o movimento **Mucker** ocorreu em São Leopoldo, próximo a Porto Alegre-RS, onde fundou-se, em 1824, uma colônia alemã. Os imigrantes alemães que para lá se dirigiram formavam um todo bastante heterogêneo: eram provenientes de diferentes regiões, falavam dialetos diferentes, possuíam as mais diversas ocupações, tais como camponeses, artesãos, comerciantes, militares e, a partir de 1848, burgueses, intelectuais, desocupados e egressos das prisões. Havia entre eles protestantes e católicos, enfim, seus costumes, valores morais e tradições variavam muito. Estes imigrantes instalaram-se em pequenos lotes, após um confuso processo de demarcação dos mesmos. "Cada família provia integralmente sua subsistência, todos os seus membros trabalhando arduamente o dia inteiro. Comiam o que plantavam, teciam o linho e o algodão, fabricavam farinha e fumo, açúcar e álcool (da cana-de-açúcar), óleo e sabão (da abóbora). As louças foram substituídas por cabaças, as casas não tinham pregos; os colonos andavam descalços. Durante um curto espaço de tempo o artesanato desapareceu da colônia.

Quando as primeiras dificuldades foram vencidas, os imigrantes passaram a plantar também produtos europeus, como centeio, trigo e batatas. Os poucos excedentes iniciais foram trocados entre os próprios colonos, mas à medida em que aumentavam as colheitas e a situação melhorava, fazia-se necessário escoar a produção para mais longe e trocar os produtos por outros, agrícolas ou não, que o colono não produzia (sal, café, vinagre, pólvora, etc)" (AMADO, 1983:09).

Aos poucos, as circunstâncias vivenciadas por eles - o isolamento, a falta de apoio governamental, a marginalização a que foram submetidos - fizeram com que fossem estabelecendo um certo caráter de igualdade entre si, causados principalmente em laços de parentesco e compadrio, fato que gerou o desenvolvimento de diferentes formas de solidariedade e ajuda mútua, tais como ajuda em casos de doença, parto ou colheita ruim, de forma individual, familiar ou ainda comunal. Apesar da existência de muitas coisas sobre as quais não possuíam nenhum controle, os colonos de São Leopoldo conseguiram estabelecer relações sociais, formas de gerir um assunto comum, de educar seus filhos ou praticar religião,

por exemplo, totalmente autônomas em relação à sociedade vigente. Porém, os conflitos e disputas internas que existiam impediram que se estabelecessem laços de cooperação mais eficientes, como por exemplo, cooperativas, associações ou qualquer outra organização capaz de garantir uma eficiência econômica maior, diminuindo gastos de produção/comercialização.

Funcionando como uma grande família e sem sofrer qualquer tipo de interferência estatal, o controle da vida comunitária era realizado por eles próprios, que muitas vezes serviam-se de mutirões e associações para resolver os problemas básicos. A educação também foi deixada sob responsabilidade dos imigrantes que, ao utilizarem como professores pessoas do seu próprio grupo (em geral os mais velhos), imprimiam à educação um caráter de reprodutora da ordem até então vivenciada por eles (valores, costumes e língua).

No aspecto religioso, católicos e protestantes, "inimigos" na Alemanha, tiveram que passar a conviver juntos no Brasil e, mais do que isto, sem assistência religiosa oficialmente instituída através da Igreja, estes colonos tiveram que "assumir, ao nível de sua consciência e realidade concreta de vida, a responsabilidade de levar avante a religião. O resultado foi que, vinte anos depois, as formas de lidar com o sagrado estavam muito modificadas, mal se assemelhando às conhecidas no país de origem" (AMADO, 1983:20).

No caso dos protestantes, a situação era ainda pior, pois as leis brasileiras permitiam apenas os cultos domésticos, não reconhecendo os casamentos e nem os filhos deles decorrentes. De uma situação majoritária em seu país de origem, os protestantes alemães caíram na clandestinidade religiosa ao chegarem ao Brasil.

Algumas comunidades evangélicas chegaram a ser organizadas na colônia, elaborando estatutos e funcionando de acordo com a vontade e decisão de seus membros. Os pastores eram pais de família sobrecarregados de trabalho, voltados para seus problemas de sobrevivência, sem nenhuma formação teológica. A inexistência de uma Igreja (protestante ou católica) e o número mínimo de sacerdotes ordenados "esvaziaram a oposição entre sagrado e profano, passando os dois gêneros a serem vivenciados como um só corpo: as coisas sagradas integraram-se na vida cotidiana, e as profanas, na vida religiosa" (AMADO, 1983:194). Tal fato acabou dando origem a uma religião rústica. O resultado foi um processo de deterioração do poder divino do pastor em um espaço não muito longo de tempo, e a abertura de um espaço para "a comunicação direta do imigrante com Deus, através de fórmulas mágicas e supersticiosas, (...) ambiente propício ao florescimento de curandeiros, benzedeiros e videntes. A crença da comunidade nos poderes sobrenaturais de curandeiros e similares preencheu a ausência de intermediários legitimados entre os fiéis e Deus, completando o ciclo de afastamento das Igrejas oficiais e permitindo a superação da ambigüidade religiosa" (AMADO, 1983:195).

Esta situação, porém, vigorou apenas até 1845. A partir de então, governo brasileiro e as Igrejas Católica e Protestante passaram a responsabilizar-se pela educação, imprimindo-lhe novas características. Além disso, com a chegada de padres e pastores alemães a São Leopoldo, as religiões oficiais começaram a se organizar e a combater aquela rústica, que até então predominava. "Sacerdotes das duas religiões empenharam-se em restituir o poder divino à Igreja e seus legítimos representantes e em reviver a separação sagrado-profano (representada, na prática, pela distinção Igreja-fieis). Tornou-se necessário, para cada uma das religiões, reencontrar sua identidade própria, comprometida pela miscigenação de comportamentos e sentimentos, religiosos ou não, entre católicos e protestantes" (AMADO, 1983:196).

Por outro lado, o desenvolvimento da produção agrícola em São Leopoldo deu início a um processo de diferenciação social. No lugar de uma sociedade igualitária estabelecida até então, surgia uma outra, onde duas classes antagônicas começavam a ser identificadas: uma delas, detentora do capital - os comerciantes - e a outra, desprovida de capital mas dona, mesmo que parcialmente, dos meios e produção - os camponeses colonos. Esta diferenciação foi sacramentada quando os comerciantes organizaram estabelecimentos para produção artesanal que, mesmo sem desenvolvimento técnico, superaram o artesanato doméstico.

Iniciadas como movimentos autônomos, as transformações sócio-econômicas e religiosas logo tornaram-se interdependentes, com a Igreja - Católica e Protestante - desempenhando um importante papel de "sacramentadora" dos interesses da classe dominante, incentivando/legitimando as relações de dependência expressas através do compadrio inter-classes.

As transformações, significativamente rápidas, geraram um movimento de oposição por parte daqueles que a vivenciavam: o isolamento da área, impedindo a existência de mecanismos paliativos (como o abandono da área em massa, por exemplo); o apego ao sistema do início da colonização; a rigidez dos novos padrões e, principalmente, a proibição às formas de religião populares em qualquer de suas manifestações, com a institucionalização da Igreja Oficial, acabaram gerando um movimento de contestação, no qual a revolta **Mucker** está inserida.

O movimento **Mucker** integrou a camada mais pobre de São Leopoldo, ou seja, pequenos camponeses, a maioria analfabetos ou semi-alfabetizados e não-proprietários<sup>396</sup>, que permaneceram à margem das transformações ocorridas após 1845. Tendo vivido um processo de regressão econômica, os **Mucker** reuniam todas as condições necessárias para tornarem-se um "perigo" à classe dominante.

---

<sup>396</sup> De acordo com AMADO, apenas 42,5% deles eram proprietários de pequenas glebas de terra.

O movimento estruturou-se em torno do curandeiro João Jorge Maurer e, posteriormente - quando ganha mais força/repercussão - da líder espiritual Jacobina Mentz, auto-entitulada curandeira, profeta e mensageira divina. Para ingressar ao grupo exigia-se apenas que o pretendente concordasse com as palavras de Maurer e Jacobina<sup>397</sup>, bem como com as bem-aventuranças presentes no Capítulo V do Evangelho de Mateus<sup>398</sup>. Em meados da década de 1850, os **Mucker** iniciaram uma forte campanha em busca de novos adeptos. Não lhes importava quem seriam. Todos seriam aceitos, bastava que aderissem.

Os seguidores dos **Mucker**, ressalta AMADO, alegavam vários motivos para aderir ao grupo: a busca da cura - sua ou de familiares - a curiosidade ou a atração pelas pregações. Enquanto estes últimos ganhavam destaque no grupo, os curiosos dificilmente permaneciam por muito tempo.

Alguns homens destacavam-se acessorando diretamente Jacobina e/ou transmitindo os ensinamentos que ela recebia durante suas crises, ou ainda preparando armas para o grupo. "As mulheres ajudavam a preparar os remédios e a comida, mas não parecem ter tido qualquer função específica. Combateram durante os ataques contra as forças legais. Algumas destacaram-se por alardear uma crença muito arraigada nas pregações" (AMADO, 1983:122).

"Desde que se organizaram em torno de Jacobina e João Jorge Maurer, os 'mucker' negaram na prática, em algum ponto de sua trajetória, todos os aspectos essenciais do modo de produção existente em São Leopoldo após 1845. Embora economicamente vinculados ao sistema, condenaram o dinheiro e o comércio, vaticinando que estes desapareceriam do mundo, e deram o exemplo contra a usura ao doarem bens e perdoarem devedores. Não se apossaram de pertences ou dinheiro dos inimigos, preferindo queimá-los junto com as moradias ou estabelecimentos comerciais.

---

<sup>397</sup> Com o surgimento/fortalecimento de Jacobina, Maurer assume um segundo plano, passando a servir de tradutor às mensagens divinas que ela dizia receber durante algumas crises.

<sup>398</sup> <sup>1</sup>Vendo aquelas multidões, Jesus subiu à montanha. Sentou-se e seus discípulos aproximaram-se dele. <sup>2</sup>Então abriu a boca e lhes ensinava, dizendo:

<sup>3</sup>Bem-aventurados os que têm um coração de pobre, porque deles é o reino dos céus !

<sup>4</sup>Bem-aventurados os que choram, porque serão consolados !

<sup>5</sup>Bem-aventurados os mansos, porque possuirão a terra !

<sup>6</sup>Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados !

<sup>7</sup>Bem-aventurados os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia !

<sup>8</sup>Bem-aventurados os corações puros, porque verão a Deus !

<sup>9</sup>Bem-aventurados os pacíficos, porque serão chamados filhos de Deus !

<sup>10</sup>Bem-aventurados os que são perseguidos por causa da justiça, porque deles é o reino dos céus !

<sup>11</sup>Bem-aventurados sereis quando vos caluniarem, quando vos perseguirem e disserem falsamente todo mal contra vós por causa de mim. <sup>12</sup>Alegrai-vos e exultai, porque será grande a vossa recompensa nos céus, pois assim perseguiram os profetas que vieram antes de vós.

<sup>13</sup>Vós sois o sal da terra. Se o sal perde o sabor, com que lhe será restituído o sabor ? Para nada mais serve senão para ser lançado fora e calcado pelos homens.

<sup>14</sup>Vós sois a luz do mundo. Não se pode esconder uma cidade situada sobre uma montanha, <sup>15</sup>nem se acende uma luz para colocá-la debaixo do alqueire, mas sim para colocá-la sobre o candeeiro, a fim de que brilhe a todos os que estão em casa. <sup>16</sup>Assim, brilhe vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas obras, e glorifiquem vosso Pai que está nos céus" (Mateus 5:1-16).

Os 'mucker' rejeitaram os padrões que justificavam a compartimentação social em classes. Discordaram do rompimento dos laços de parentesco e compadrio como referências sociais básicas, negaram concretamente o compadrio inter-classes (ao criarem vínculos padrinho/afilhado somente dentro do grupo), e duvidaram da validade dos critérios que norteavam a ascensão sócio-econômica e a monopolização do poder por parte da classe dominante. Classificaram ricos e poderosos como 'obscurantistas' e 'incivilizados', invertendo os papéis sociais, e organizaram um grupo à parte onde, à exceção dos líderes, as relações entre os componentes eram de igualdade. Renegaram a existência de contradições no novo modo de produção, opondo aos conceitos de harmonia e paz social a idéia de que os membros da sociedade destruir-se-iam mutuamente; a partir de certa época, promoveram eles próprios a guerra" (AMADO, 1983:197/198).

Além disso, os **Mucker** opuseram-se a todo o arcabouço ideológico que garantia a manutenção/reprodução do sistema: ignoraram a política enquanto mecanismo de poder, abandonaram as escolas e afastaram-se da Igreja Oficial, qualquer que fosse ela. A tudo isto opuseram uma identidade, códigos, valores e comportamentos próprios.

"A rejeição dos 'mucker' à realidade de São Leopoldo não se deu em termos predominantemente políticos, nem respeitou um sistema racional explícito, que a tornasse imediatamente identificável por categorias racionais definidas. Isto porque o movimento 'mucker' foi um movimento messiânico. Os rebeldes construíram um mundo ritualístico e simbólico, com predomínio do aspecto religioso, pleno de significados e relações singulares" (AMADO, 1983:198).

O movimento **Mucker**, que surgiu de forma desprezenciosa, foi crescendo e desenvolvendo-se, atendendo aos estímulos externos e internos. De acordo com AMADO, este movimento apresentou sete fases distintas ao longo de seu desenvolvimento. A primeira fase foi iniciada em 1868, com a afirmação de João Jorge Maurer como um importante curandeiro na região, fato que legitimava intermediários não oficiais entre os fiéis e Deus, reforçando assim a religião rústica. Através da cura, Maurer combatia uma das formas do Mal, a doença.

A segunda fase se deu entre 1868 e 1871, com o surgimento de Jacobina, auto-entitulada curandeira, profeta e mensageira divina. Realizava suas curas através de um "método natural" anunciado por um "Espírito Natural" que se pronunciava através de Jacobina. "Esta 'fé natural' ficava à margem da oficial, pois os adeptos continuavam a freqüentar as igrejas: tudo o que o grupo desejava, com suas pregações pacíficas, era um lugar ao sol. Mas já continha germes de descontentamento: considerava religião oficial e santidade 'coisas supérfluas', com as quais era necessário gastar dinheiro, opostas às 'coisas naturais', ao essencial, que era grátis. O dinheiro estava a serviço do supérfluo" (AMADO, 1983:199).

A terceira fase, que ocorreu entre 1871 e 1872 foi marcada pelo dualismo (entendendo que as pessoas dividiam-se em dois grupos: o povo escolhido por Deus - os **Mucker** - e



aqueles que, sem Deus, se auto-destruiriam) e pelo milenarismo (crença no fim do mundo e salvação para os eleitos) que, por sua vez, acabou instituindo uma dupla noção de tempo: de um lado, um histórico/real e, de outro, um mítico. Ambos se confundiam.

"Adotou-se a explanação de textos bíblicos e cânticos religiosos durante as reuniões. O grupo iniciou uma luta interna, entre os que desejavam ficar à sombra do sistema e os que se propunham a formular conceitos, relações e comportamentos substitutos dele. Jacobina alinhava-se decididamente entre os últimos; os primeiros, liderados pelos velhos, perderam terreno. Estava em jogo também o princípio da autoridade relacionada com a idade avançada, que a própria pessoa de Jacobina contrariava. O primeiro recuo dos velhos abriu caminho para a configuração de Jacobina como pré-messias (Maurer continuou curandeiro e auxiliar)" (AMADO, 1983:199).

A quarta fase se deu entre fim de 1872 e maio de 1873. Os **Mucker** abandonaram as eleições, a escola e a Igreja, passando a organizar seu próprio mundo, onde não haveria um "poder organizado, dinheiro, comércio, justiça, Igreja e ensino oficial - haveria igualdade interna e controle sobre os atos sociais sob direção de Jacobina. Prepararam-se concretamente para a chegada do milênio. Doaram bens e perdoaram os devedores, tentando alcançar a pureza. Tornaram-se sérios, afastando-se do 'prazeres do mundo' (= das impurezas), adotando comportamento contido e rígido: aí houve convergência com os interesses da Igreja" (AMADO, 1983:199). Os laços de parentesco e compadrio foram substituídos pela intensidade da fé. Sagrado e profano mesclavam-se. Apesar da existência de uma luta interna, o grupo manteve-se coeso a seus princípios. Jacobina ganhava cada vez mais força, transformando-se em messias. Maurer passou a ocupar um segundo plano.

A quinta fase durou de maio a dezembro de 1873 e foi marcada pela compreensão do mundo externo, pelo reconhecimento dos "inimigos" - clero, comerciantes, agricultores, artesãos, setor médio e autoridades - que participaram juntos da repressão contra o movimento. Os **Mucker** logo entenderam que, para combater os inimigos, era preciso se armar e encarar, na violência, uma forma de ação.

A sexta fase, foi de dezembro de 1873 a junho de 1874 e determinou a descrença no mundo e a queda de Maurer, a quem Jacobina ajudou a fugir após a luta. Diante da necessidade de manter o grupo unido, eles muniram-se com armas de pólvora e espadas antigas iguais às que traziam estampadas na Bíblia, como se fossem defensores do Senhor. "Amadureceu uma noção surgida no período anterior: os 'mucker' não eram apenas eleitos por Deus, mas seus agentes diretos. Era preciso eliminar os impuros para fundar a nova era, fazer justiça pelas próprias mãos num mundo injusto: a violência era, portanto, legítima e necessária, no pensar dos 'mucker'" (AMADO, 1983:200).

A sétima e última fase foi marcada pelo ataque a São Leopoldo no dia da comemoração dos 50 anos de imigração alemã. Utilizando-se de táticas de guerrilha, queimaram os estabelecimentos comerciais e mataram seus donos. Parentes, compadres, vizinhos e amigos também não foram poupados. No final, concentraram-se na casa de Maurer, como defesa. "Os que morreram julgavam proteger padrões sociais não mais em uso corrente, como a justiça, a honra e a coragem. Diziam-se obrigados a lutar, indicando que o caráter da guerra, de sua parte, era defensivo" (AMADO, 1983:201).

Desde o início, "os adeptos de Jacobina reabilitaram uma série de valores existentes no início da colonização. Retomaram, como critérios básicos, o parentesco e o compadrio e as relações de igualdade e solidariedade. Condenaram o comércio, o dinheiro, as classe sociais. Pregaram o ensino a serviço dos interesses e desejos da comunidade, e tentaram atenuar o agigantamento do aparelho de justiça. Optaram por uma religião sem Igreja, anularam a oposição sagrado/profano, valorizaram a existência de superstições, a comunicação direta com Deus e o aparecimento de intermediários não oficiais entre fiel e divindade" (AMADO, 1983:201).

O movimento dinâmico desligou-se da idéia de criação e centrou-se na idéia do fim do mundo, superando algumas pregações iniciais. Ao recriarem o seu mundo, os **Mucker** davam nova forma/função a tudo. A religião, seu centro, articulava/comandava suas relações internas. O grupo, liderado por Jacobina, voltava-se para o futuro.

De acordo com AMADO, havia uma diferença entre a era em que os **Mucker** viviam e a que pregavam. Era necessário uní-las no tempo mítico, para que uma fosse superada pela outra. O movimento foi construído em ambigüidades: nem sempre Jacobina conseguia se fazer entender e, quando isto ocorria, não era entendida por todos da mesma forma; nem todos possuíam a mesma fé em suas pregações; eles rejeitaram relações de parentesco, mas condenaram seus parentes à morte; rejeitaram o comércio e o dinheiro, mas nem todos conseguiram deles se desligar; pregaram o pacifismo mas agiram por meio de violência; retiraram seus filhos da escola, mas alegavam diferentes motivos para tal, dificilmente assumindo tal ato como uma norma imposta pelo movimento. "Real e ideal confundiram-se (...). Os 'mucker' almejavam a santidade, continuando homens. Se se igualaram perante Deus, permaneceram desiguais uns frente aos outros. Buscaram a paralização do tempo, e o tempo corria. (...) Para superar o mundo dos ímpios, era necessário superar-se a si mesmo" (AMADO, 1983:202).

AMADO ressalta que a ordenação do grupo **Mucker** fundamentou-se na igualdade básica dos adeptos perante Deus e em sua distinção dos demais como o grupo eleito. Isto fazia com que os mais pobres encontrassem uma compensação para a inferioridade vivida até então. Internamente, porém, havia uma estruturação: Jacobina e Maurer no início, e apenas Jacobina

no final, estavam no topo da pirâmide, comandando a vida de todos, já que haviam sido "escolhidos por Deus" para tal. Na base estavam os adeptos, que deviam obediência a Jacobina. A liderança intermediária - distinta do messias e dos fiéis pela fé - tinha como função a articulação do movimento. "O acesso à messianidade - uma escolha superior, não uma distinção baseada em critérios humanos - era vedada a todos; o acesso à liderança intermediária era livre, bastando a força da fé. Havia mobilidade interna: cada um recebia de acordo com sua capacidade" (AMADO, 1983:202). Ao lado da fé, a pureza era também um dos valores centrais do grupo. Consideravam impuros todos os valores e práticas vigentes em São Leopoldo, o "mundo externo" que negavam. Recusaram também todas as ajudas/interferências externas, mesmo as que tinham por objetivo a permanência do grupo.

Na época da revolta, os **Mucker** foram combatidos pelo que eram e pelo que a população julgava que fossem, criando-se em torno deles um mito que perpetuou por muito tempo. Foram perseguidos pelas autoridades, pela classe dominante e até por colonos (entre eles imigrantes alemães), acusados de crimes e de orgias. Acabaram dizimados pelas forças militares do governo. Seus adeptos tiveram que viver escondidos durante muitos anos, muitos sofreram perseguições/humilhações - como a filha de Jacobina - e outros tantos foram mortos, anos depois.

AMADO analisa o movimento **Mucker** sob a ótica dos movimentos messiânicos de cunho milenarista e dualista, critério fundamental para a manutenção/sustentação da crença: do novo mundo apenas participarão alguns, e os critérios para tal precisam ser bem definidos e, mais do que isto, precisam ser definitivos.

"Os movimentos messiânicos são a negação não só do seu tempo, mas do próprio mundo estabelecido. Propõem a inversão, a anti-ordem, a liberação do estruturado e do sistematizado. Não respeitam a racionalidade vigente. São mágicos, e por isso entram no terreno do proibido (...). Escapam de propôr soluções especificamente políticas ou sócio-econômicas. Seu plano é o ideal, a fantasia, a anti-estrutura, o mistério, o inusitado, o vetado" (AMADO, 1983:203).

#### **12.6.5. A EXPERIÊNCIA LETA DE VIDA COMUNITÁRIA NO BRASIL E AS BASES PARA A CONSTRUÇÃO DA VIDA COMUNITÁRIA DAS COMUNIDADES YUBA E SINSEI**

Entre todas as experiências de caráter religioso abordadas até agora, duas delas destacam-se por terem influenciado, mesmo que parcialmente, as duas comunidades em estudo neste trabalho, Yuba e Sinsei. Tratam-se da Colônia VARPA e da Comunidade Palma, ambas situadas no município de Tupã-SP, e fruto da experiência leta de vida comunitária no Brasil.

De acordo com depoimentos de integrantes das comunidades Yuba e Sinsei, Issamu Yuba visitou a Colônia de VARPA, onde permaneceu durante um período para aprender sobre o modo de vida/produção comunitária.

No trabalho de MULATINHO sobre a Comunidade de Palma, encontramos uma referência textual à presença de Issamu Yuba na referida comunidade: "estão no meio da Corporação dois japoneses da Colônia Aliança afim (sic) de durante seis meses aprender o modo de vida em corporação e talvez realizar iniciativa idêntica no meio dos japoneses" <sup>399</sup> (MULATINHO, 1982:162)<sup>400</sup>.

Embora ambas sejam constituídas por imigrantes letos, e a comunidade Palma tenha surgido do grupo que inicialmente constituiu VARPA, elas possuem características distintas, as quais procuraremos esclarecer sucintamente a seguir<sup>401</sup>.

#### **12.6.5.1. A COLÔNIA VARPA**

A história desta experiência comunitária começou com o movimento imigratório de letos para o Brasil, no período 1922/23, movimento de características político-religioso. De acordo com VASSILIEFF, no plano político devem ser levadas em conta as ameaças que pairavam sobre a autonomia e a independência da Letônia, "no final da I Grande Guerra, quando a Rússia, tornando-se um estado socialista, tenderia, através de um progressivo expansionismo, a submeter os povos vizinhos ao mesmo sistema" (VASSILIEFF, 1979:45). No plano religioso, merece destaque o fato de que, "na visão de mundo de alguns crentes e líderes batistas Letos havia amadurecido a idéia de que, por meio das muitas tribulações da guerra, Deus estava despertando o seu povo no mundo inteiro, e, especialmente, na Letônia, para uma vida santificada e consagrada. Em uníssono conclamavam o povo Leto para que buscassem em primeiro lugar o Senhor do Céu e da terra" (VASSILIEFF, 1979:45).

Ainda segundo VASSILIEFF, o Brasil foi escolhido como o lugar onde deveriam aguardar "a vinda do Senhor", face "a fertilidade da terra, o clima, a flora e a fauna; os produtos, a política liberal do governo, as facilidades oficiais dadas aos imigrantes agricultores, inclusive o apoio à formação de aglomerados de imigrantes da mesma nacionalidade para evitar a nostalgia e os problemas culturais" (VASSILIEFF, 1979:48).

---

<sup>399</sup> Ata no. 30 da Corporação Evangélica de Palma, de 27 de junho de 1933.

<sup>400</sup> Tudo leva a crer que Issamu Yuba esteve na Comunidade de Palma e não em VARPA. Isto porque a estrutura interna - sobretudo em termos da organização espacial de seu território - assemelha-se muito mais a Palma do que a VARPA. De acordo com depoimento do Sr. Walter Yukio Honma, vários integrantes da Comunidade Yuba fizeram um estágio de alguns meses em Palma, a fim de aprender sobre seu modo de vida/produção comunitária.

<sup>401</sup> Maiores detalhes devem ser buscados nas obras dos autores VASSILIEFF e MULATINHO.

Fugindo do comunismo ou buscando reativar um movimento religioso, o fato é que os 453 imigrantes letos batistas que, em 22 de outubro de 1922, fundaram VARPA, foram os pioneiros de um total de 2.223 pessoas que para lá se dirigiram no ano seguinte.

Tanto ainda na Letônia, quanto depois à bordo do navio Araguaya, os imigrantes letos organizaram um caixa comum, composto por contribuições dos imigrantes, obtidas através da venda de seus pertences em seu país de origem. Cada um contribuiu com o que pode, e este caixa possibilitou, primeiro, a vinda de um grande contingente de imigrantes de uma só vez e, depois, a sobrevivência dos mesmos nos primeiros meses no Brasil.

Foram adquiridos cerca de 2.100 alqueires de terras do senhor João Gomes Martins, no atual município de Tupã-SP, às margens do Rio do Peixe, onde os imigrantes se instalaram. "Escolheram essas terras porque o preço era favorável e a região isolada dos grandes centros de civilização, de modo que favoreceria a prática de suas crenças, sem influências estranhas. Por outro lado, as transações foram baseadas no decreto federal no. 908 de 31/11/1911, que permitia a venda de terras para serem povoadas e usadas na formação de núcleos coloniais, por parte de imigrantes europeus" (VASSILIEFF, 1979:75).

Inicialmente, como a gleba foi adquirida como um todo, como não havia se concretizado ainda a divisão dos lotes individuais e por absoluta falta de recursos para, de imediato, trabalharem as terras individualmente, constituiu-se em VARPA uma vida comunitária sob orientação dos pastores, sobretudo do Pastor André Klavin, eleito diretor da Colônia<sup>402</sup>. Este, por sua vez, realizava sua função auxiliado por uma diretoria ampliada e sob constante consulta à colônia, feita através das "Assembléias da Colônia VARPA". De acordo com MULATINHO, foi esta assembléia quem elegeu, mediante sufrágio popular, a diretoria da Colônia composta por "Diretor da Colônia; Vice-Diretor; Secretário das Assembléias, Chefe do Escritório da Gerência e Superintendente do Abastecimento; Superintendência da Indústria; Superintendência das Atividades Agrícolas; Relações Públicas; Superintendência da Instrução; Superintendência da Saúde; Superintendência da Medição da Gleba; Setor de Conservação de Roupas e Calçados; Administrador Geral. (...) Esta estrutura permaneceu pelo menos enquanto durou a vida em comum e enquanto as terras, devidamente divididas em lotes individuais, não foram entregues aos seus respectivos proprietários. A partir daí as famílias passaram a ter uma vida mais independente de sua administração centralizada" (MULATINHO, 1982:133/134).

Enquanto a superintendência da medição da gleba não concluía seus trabalhos, os imigrantes letos construíram acomodações comuns e passaram também a trabalhar a terra

---

<sup>402</sup> Não era objetivo dos imigrantes letos que para cá vieram (pelo menos não para a maioria deles, de acordo com MULATINHO e VASSILIEFF) estabelecerem definitivamente uma vida comunitária como a que se estabelecia em VARPA naquele momento. Ao contrário, este estilo de vida foi, como ressaltamos, fruto das circunstâncias impostas.

coletivamente. Decorridos sete meses, como o serviço de medição ainda não havia sido concluído e os recursos da caixa comum começavam a tornar-se cada vez mais escassos, um terço dos colonos, atendendo sugestão da diretoria, passou a empregar-se em algumas fazendas de café e/ou como empregadas domésticas em São Paulo. O período de permanência nas fazendas variou entre um e três anos, prazo em que o trabalho de medição foi concluído e os colonos passaram a receber os lotes. "Foram separados 290 [alqueires] para a futura Fazenda Palma. As terras restantes foram divididas em 'lotes de 5 e 10 alqueires no setor agrícola, lotes de 1 alqueire no setor profissional e lotes de 1 e 0,5 hectare na área urbana'" (MULATINHO, 1982:143). Aqueles que haviam depositado algum dinheiro no caixa comum podiam escolher os lotes. Os demais recebiam seus lotes mediante sorteio. Os pagamentos foram feitos através de prestações a longo prazo.

Aqueles que possuíam recursos suficientes (em dinheiro ou em mão-de-obra), passaram a dedicar-se individualmente a seus lotes. O campo de atividades econômicas em VARPA era bem diversificado: no "setor primário, a agricultura abrangeu tanto a tentativa de organização de espaço cafeeiro, como a citricultura, a cultura de milho, hortas e pomares, bem como a pecuária (criação de gado leiteiro e para corte), apicultura, suinocultura, avicultura<sup>403</sup>. Dentre as formas de organização econômica houve tipos de contratos que vigoraram em VARPA, dos quais pode-se enumerar a parceria agrícola, a empreitada, a contratação de plantação e formação de café, locação e arrendamento de terras por prazos determinados. No setor secundário, embora menos importante, deparou-se com a industrialização da madeira em volume razoável e indústria de montagem de tratores e oficinas mecânicas. No setor terciário cabe assinalar a Cooperativa Agro-Pecuária 'Latvia' Ltda<sup>404</sup>, ainda diversos estabelecimentos comerciais, escritórios e agências de serviços públicos" (VASSILIEFF, 1979:85).

Havia, porém, entre os imigrantes, aqueles que, por algum motivo (por exemplo, viúvas, órfãos de guerra, solteiros sem recursos, etc), não tinham como dedicarem-se a seus lotes individualmente. De acordo com MULATINHO, a primeira proposta de solução para este problema foi apresentada pelo Pastor João Inkis, que sugeriu que fossem criados quatro núcleos, com 50 alqueires cada, localizados nos quatro pontos cardeais da colônia, cada um com 50 habitantes. "Antes que a idéia chegasse a se concretizar, entretanto, chegou-se à conclusão, por iniciativa do então Pastor da Igreja Batista Leta de VARPA, Otto Vebers, de que quatro propriedades pulverizariam os poucos recursos disponíveis e que, para uma maior união de todos os envolvidos, seria vantajoso formar-se uma só grande comunidade. (...) O modelo proposto era o

---

<sup>403</sup> A sericicultura também foi uma atividade econômica de destaque para VARPA, conforme ressaltam os dois autores em questão. (Comentário nosso).

<sup>404</sup> Inicialmente denominada Cooperativa de Laticínios "Latvia" de VARPA. A sericicultura também organizou uma associação de classe, denominada Sociedade Leta de Agricultura "Amoreira". (Comentário nosso)

comunidade cristã primitiva de Jerusalém, conforme descrita no livro bíblico-neotestamentário de Atos" (MULATINHO, 1982:153)<sup>405</sup>.

Após ampla discussão em uma conferência geral de três dias, em 20 de julho de 1929 foram aprovados os estatutos legais que receberam o nome de "Estatutos da Corporação Evangélica de Palma". Fundava-se a comunidade Palma, contando com 350 integrantes alojados em 290 alqueires de terra previamente separados pela superintendência de medição da gleba.

#### 11.6.5.2. A COMUNIDADE PALMA

"A referida comunidade não é uma cooperativa secular e tão pouco é uma nova seita, mas uma união ou corporação fraterna e beneficente que serve a seu tempo e para seus fins específicos"<sup>406</sup> (MULATINHO, 1982:154)

Diante destes propósitos, restava organizar a vida comunitária a ser conduzida pelos 350 imigrantes que se dispuseram a fundar/concretizar a comunidade de Palma.

Para a administração foram eleitos sete homens, cada um com responsabilidades específicas<sup>407</sup>, tendo por seu Presidente o Pastor André Klavin. Estes homens deveriam dirigir a comunidade de acordo com a vontade da maioria. Para tal, realizava-se uma assembléia geral ordinária mensalmente, que discutia os assuntos mais variados possíveis, e onde tudo era decidido mediante maioria simples de voto. Havendo necessidade, estas assembléias poderiam ocorrer, extraordinariamente, quinzenalmente ou em qualquer dia que se fizesse necessário. Tinham direito a voto nestas assembléias todos os membros maiores de 18 anos.

---

<sup>405</sup> Conforme MULATINHO, os textos bíblicos que inspiraram a organização da comunidade foram:

"<sup>41</sup>Os que receberam a sua palavra foram batizados. E naquele dia elevou-se a mais ou menos três mil o número de adeptos.

<sup>42</sup>Perseveraram eles na doutrina dos Apóstolos, nas reuniões em comum, na fração do pão e nas orações" (Atos 2:41-42).

"<sup>32</sup>E era um o coração e a alma da multidão dos que criam, e ninguém dizia que coisa alguma do que possuía era sua própria, mas todas as coisas lhes eram comuns.

<sup>33</sup>Com grande coragem os Apóstolos davam testemunho da ressurreição do Senhor Jesus. Em todos eles era grande a graça.

<sup>34</sup>Não havia pois entre eles necessitado algum; porque todos os que possuíam herdades ou casas, vendendo-as, traziam o preço do que foram vendido, e o depositavam aos pés dos apóstolos.

<sup>35</sup>E repartia-se a cada um, segundo a necessidade que cada um tinha" (Atos 4:32-35)

<sup>406</sup> Texto presente na Ata da Conferência Geral, realizada pela Igreja de VARPA, tendo por objetivo discutir o surgimento da comunidade de Palma.

<sup>407</sup> Semelhante ao presente no texto bíblico dos Atos referente à eleição dos sete diáconos da Igreja da Comunidade Primitiva de Jerusalém:

"<sup>3</sup>Escolhei pois, irmãos, entre vós, sete varões de boa reputação, cheios do Espírito Santo e de sabedoria, aos quais constituamos sobre este importante negócio.

<sup>4</sup>Mas nós perseveraremos na oração e no ministério da palavra.

<sup>5</sup>E este parecer contentou a toda a multidão, e elegeram Estevão, homem cheio de fé e do Espírito Santo, e Filipe, e Prócoro, e Nicanor, e Timão, e Pármenas e Nicolau, prosélito de Antioquia.

<sup>6</sup>E os apresentaram ante os apóstolos, e estes, orando, lhes impuseram as mãos" (Atos 6:3-6)

As residências dispunham-se em um vale, onde distribuíam-se também a serralha, o moinho, a ferraria, a oficina mecânica, o engenho, a tipografia, a enfermaria, o conjunto cozinha-refeitório, a Escola Missionária e o templo religioso. No seu período áureo a comunidade possuía também um tanque para piscicultura, um local para a avicultura, para a sericultura, sauna, casa de forças e fornos para torrefação de mandioca. Para a distribuição das residências o gerente utilizava o critério da distribuição equitativa dos casais. Os solteiros eram acomodados de três em três segundo o sexo e suas casas ficavam entremeadas às dos casais, que funcionavam como "elementos equilibradores".

Conforme relata MULATINHO, de acordo com as aptidões de cada um e com as necessidades de serviço, a comunidade dividia-se para trabalhar na serralha, avicultura, piscicultura, moinho, engenho, agropecuária, etc. Às mulheres reservavam-se os serviços da cozinha, sapataria, lavagem/confecção de roupas, tecelagem, enfermaria, horta, etc. As crianças também auxiliavam, principalmente carregando lenha para a cozinha. Cada um destes "setores" possuía uma pessoa responsável pela sua condução. Mesmo com esta divisão de tarefas, não era difícil que muitos deixassem seus afazeres cotidianos para auxiliar no plantio/colheita de algum produto, quando solicitado pelo responsável pelo setor.

A comunidade também contratava trabalhadores "não crentes" para realizar todos os tipos de serviços. Estes recebiam seus salários de forma diferenciada dos integrantes da comunidade, e também tinham direito de comprar nos armazéns de Palma a preços de custo.

A prestação de contas à comunidade era feita através de um relatório mensal constando as entradas e saídas do mês, o qual era apresentado/aprovado à/pela assembléia geral. Periodicamente elegia-se uma comissão de exame de contas para examinar os livros da tesouraria, elaborar um relatório e apresentá-lo à assembléia.

Com relação à distribuição da renda, até 1930 havia um Caixa Comum, ao qual cada um fazia suas solicitações de acordo com as suas necessidades<sup>408</sup>. No entanto, conforme expõe MULATINHO, muitos membros acabavam prejudicando-se face à modéstia de suas solicitações. Visando acabar com estes "embaraços" a assembléia aprovou, em 1930, uma nova forma destes recursos serem redistribuídos aos membros da corporação.

"A distribuição da renda foi estabelecida de forma diferenciada para os homens e as mulheres. No caso dos homens **'os que dedicassem tempo integral à comunidade receberiam o salário integral, ao passo que aqueles cuja produção fosse menor, passariam a ganhar 4/5 dos primeiros'**. As mulheres, por sua vez, **'foram divididas em quatro categorias: a primeira receberia 30% menos sobre a primeira categoria dos homens, a segunda 10% menos que a primeira, a terceira 10%**

---

<sup>408</sup> Esta prática, como já salientamos, mantém-se ainda hoje na Comunidade Sinsei.



**menos que a segunda e a quarta 10% menos que a terceira'**. O que levaria uma mulher a receber mais ou menos era o maior ou menor tempo que dedicava-se aos afazeres comunitários. As crianças, embora não recebessem ordenado, recebiam leite e '**toda alimentação necessária para o seu sustento'**, além de escola e assistência à saúde. Sempre que havia excedente em dinheiro, em função da alta produtividade, pelo menos uma vez ao ano era feita uma redistribuição destes excedentes, além dos ordenados normalmente estipulados" (MULATINHO, 1982:170/171)<sup>409</sup>.

"Embora se façam referências a 'salários' (sic), 'ordenados', 'hora/trabalho', o que ocorria em Palma era uma redistribuição por todos, do fruto do trabalho de todos. A comunidade não contraía dívidas mas também não acumulava dinheiro, sendo que sempre que havia excedentes este era distribuído ou no aumento da hora/trabalho, ou nas divisões anuais dos 'lucros'<sup>410</sup> (sic). Por outro lado, o grau de funcionamento da comunidade chegou a tal ponto que foi instituída uma espécie de 'moeda' de circulação exclusivamente interna. (...) Estas circulavam internamente para compras no estabelecimento interno da Corporação, onde os produtos eram vendidos a preço de custo. Em caso de necessidade de compras fora as 'Notas' eram trocadas por moeda corrente" (MULATINHO, 1982:173). Com o tempo as "notas" foram substituídas por "vales" que foram se tornando cada vez mais complexos e, por conseqüência, acabaram despertando o interesse do governo pelo assunto, que enviou fiscais para examiná-las e orientou o fim de seu uso e os riscos de falsificação. Em março de 1939 a assembléia aprovou o fim de tal sistema e sua substituição pelo sistema de conta corrente.

Em Palma, ressalta MULATINHO, era difícil separar qualquer aspecto da vida comunitária da vivência religiosa. O dia-a-dia da comunidade transbordava religiosidade. Todos os dias era realizado um culto após o dia de trabalho, para que pudessem estar preparados quando ocorresse a "vinda de Cristo". As crianças eram alfabetizadas por professoras da própria comunidade, que também alfabetizavam brasileiros das fazendas vizinhas, oportunidade em que aproveitavam para fazer um trabalho de proselitismo religioso. Além disto, também promovia cursos organizados por ela própria ou atendendo a pedidos de fora, como por exemplo um curso sobre afazeres domésticos e um curso de música. Pelo menos dois cursos teológicos funcionaram de forma permanente em Palma: a Escola Missionária e um curso de extensão do Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil.

Por fim, a imprensa, uma atividade que manteve-se ativa mesmo após a brusca redução de seu quadro de componentes. Esta atividade iniciou-se durante a fase de trabalho nas fazendas de café e, após a aquisição de uma impressora elétrica em 1931, a tipografia transformou-se na "Casa Publicadora de Palma". Eram publicados vários trabalhos,

---

<sup>409</sup> Grifo nosso.

<sup>410</sup> Houve casos também em que a comunidade, por falta de recursos suficientes, votou através da assembléia a redução de seus ordenados, conforme ressalta MULATINHO.

principalmente periódicos religiosos dos quais o "*Kristigs Draugs*" (Amigo Cristão) era o mais importante.

A comunidade realizou seu ideal religioso comunitário plenamente até o início da década de 60. A partir de então, a saída dos jovens em idade de "fazer a vida", os quais eram, na maior parte das vezes, acompanhados por suas famílias, passou a ser sentida cada vez com mais intensidade. Isto fez com que aos poucos as atividades econômicas fossem sendo abandonadas.

MULATINHO aponta para o fato de que a fé e o ideal em que fora baseada a comunidade de Palma tenha ficado com o grupo de pioneiros e não tenha sido repassada ao grupo mais jovem que a abandonava<sup>411</sup>. Segundo o autor, o primeiro sinal do possível fim da comunidade deu-se em 1963, quando os membros da Corporação de Palma foram convocados para uma assembléia extraordinária que visava reformar os estatutos, de forma que nele constasse a quem seriam destinados os bens materiais na ocasião da dissolução ou liquidação da corporação, esta última já prevista nos estatutos.

Em 1964 foi convocada uma nova assembléia *"para resolver a respeito da doação de toda a propriedade da comunidade à Junta Executiva da Convenção Batista Brasileira para o estabelecimento de um Retiro Espiritual (...)*. Através de um Contrato de Comodato "a Junta Executiva da Convenção Batista Brasileira se compromete a pagar no primeiro dia de cada mês *'a quantia correspondente a um salário mínimo vigente na região para cada sócio remanescente da Corporação Evangélica Palma'*. Tal medida entrou em vigor em 01 de setembro de 1965 e perdura até hoje. Nesta data também a administração da Corporação foi transferida à Junta Executiva da Convenção Batista Brasileira" (MULATINHO, 1982:226).

O golpe final à comunidade veio com a morte do Pastor André Klavin. Ao finalizar seu trabalho, MULATINHO revela a permanência de poucos membros - todos idosos - e somente da imprensa como atividade econômica da comunidade. Em 1993 a antropóloga Nobuko ADACHI, que realizava os trabalhos de campo de seu doutorado sobre a comunidade Yuba (na mesma época em que lá estivemos), revelou-nos ter ido ao local e encontrado apenas três velhinhos que não falavam português. Somos levados a crer que a experiência comunitária que inspirou Issamu Yuba (mesmo que com várias diferenças) e que, de certa forma, acha-se refletida na comunidade Sinsei (que enfrenta atualmente seu momento de crise) tenha chegado ao final. Mas, mesmo assim, deixou gravadas suas marcas na história, as quais retomamos agora buscando uma compreensão mais global sobre o processo de

---

<sup>411</sup> Este comportamento foi observado por nós também na comunidade Sinsei, como apontamos no capítulo sobre seu quadro atual.

concepção/realização/concretização de uma experiência de vida comunitária no seio de uma sociedade capitalista.

## 12.7. AS TERRAS COMUNAIS EM SANTA CATARINA

Ao buscar a origem das terras de uso comum em Santa Catarina, CAMPOS realizou uma retrospectiva histórica, encontrando-as em algumas experiências realizadas em séculos passados na Inglaterra, Alemanha, Irlanda e Portugal. Nestes casos, a propriedade em geral era pública e o uso da terra - para pastagens e/ou extração de madeira e lenha nas florestas - era comum. CAMPOS destaca o caso dos **baldios** portugueses ("terrenos incultos que não pertencem a ninguém"), presentes em várias localidades no território português e principalmente nos Açores, local de origem de muitos dos imigrantes que fixaram-se no sul do Brasil (e em especial em Santa Catarina), local onde a Coroa portuguesa optou pelo povoamento, evitando assim invasões sobre suas terras. Com este intuito, pois, ela promoveu a colonização com base na pequena propriedade, incentivou a emigração açoriana através de uma série de vantagens (de transporte e aquisição de terras) e não colocou nenhuma objeção ao emprego da terra comum, permitindo, pois, a continuidade dos **baldios**<sup>412</sup> em território brasileiro.

As terras de uso comum (o *compásuco*, ao qual nos referimos ao tratarmos da Colônia **Witmarsum**) acabaram ocorrendo, de diferentes modos, em muitas partes do Brasil<sup>413</sup>, ora desenvolvendo-se em áreas onde aparentemente não poderiam desenvolver-se (próximas a latifúndios), ora não generalizando-se em áreas propícias a tal (áreas de colonização através da pequena propriedade).

Apesar da maior parte dessas terras serem utilizadas para criação de gado, houve também casos, em áreas de solo mais fértil, em que ela foi utilizada para a prática da agricultura, em geral culturas de subsistência realizadas por camponeses sem terra. De acordo com CAMPOS, este tipo de utilização da terra comum começou a ocorrer desde a primeira metade do século XIX, mantendo-se até finais da década de 50 do presente século. Neste caso,

---

<sup>412</sup> Segundo CAMPOS, apesar de uma série de leis terem restringido muito a existência dos **baldios** em território português, eles continuam existindo, porém agora com seu uso regulado pelo Estado. O interessado deve solicitar o uso à municipalidade, o qual é concedido mediante o pagamento de uma cota, que varia de região para região ou de requerente para requerente, dependendo do número de hectares obtidos para utilização.

<sup>413</sup> No Paraná, este tipo de uso comum da terra recebeu o nome de **faxinal**. Falaremos sobre esta forma de uso da terra a seguir.

porém, tratava-se do uso particular da terra comum, onde cada camponês cultivava o seu próprio roçado. Outras formas de terras comunais ocorreram em outras regiões do país, a saber:

- "- **Terras de Índios**: domínios pertencentes a remanescentes de grupos indígenas geralmente doados pelo Estado em meados do século passado, por prestação de serviços tais grupos indígenas sofreram um acelerado processo de acamponesamento, isto é, de destribalização e de perda de identidade.
- **Terras de Negro**: (a) os domínios doados ou entregues, com ou sem formalização jurídica, às famílias de ex-escravos, que nelas permanecem sem proceder a partilha e sem deles se apoderar individualmente; (b) os domínios ou extensões correspondentes aos QUILOMBOS, que permanecem em isolamento relativo, mantendo regras de direito consuetudinário de apropriação comum dos recursos.
- **Terras de Santo**: extensos domínios da Igreja ou de antigas Ordens Religiosas que foram abandonadas ou entregues, em fins do século XVIII e início do século XIX, a famílias de pequenos produtores rurais que aí viviam, prevalecendo a forma de ocupação comunal e o usufruto.
- **Fundo de Pasto ou Pastagens Comunais**: (a) extensões não cercadas de grandes propriedades territoriais cujos detedores mantêm seus rebanhos soltos e usufruindo de pastagens e aguadas de uso comum gerando, em muitos casos, direito consuetudinário; (b) extensões de Terras de Marinhas, que circundam áreas de pastos naturais. Não são cercados e todos podem usufruí-los.
- **Babaçual, cocal, Castanhal e Fonte D'água**<sup>414</sup> : domínios de usufruto comum não pertencente individualmente a nenhum grupo familiar, essenciais para sobrevivência dessas populações" (CAMPOS, 1991:62)

Em Santa Catarina, CAMPOS identifica quatro diferentes tipos de uso comum da terra: as **áreas comunais de uso local**, os **campos de descanso e engorda**, os **campos estivais** e os **campos de uso cooperativo**.

As **áreas comunais de uso local** eram aquelas localizadas ao fundo das propriedades. Eram utilizadas por proprietários de uma ou mais comunidades vizinhas, em geral para retirada de lenha e madeira, ou ainda para criação de gado, como em alguns casos no sul de Santa Catarina. Os conflitos entre proprietários e usuários, porém, eram freqüentes e ocorriam, de um lado, em decorrência da utilização comunal da terra ultrapassar os limites das terras do uso comum e, de outro, pelo avanço sobre as áreas de uso comum, com o cercamento das mesmas, por parte daqueles proprietários cujas propriedades limitavam-se com estas áreas. Nestes casos a população usuária derrubava as cercas e soltava o gado no local. Um dos exemplos de **área comunal de uso local** citado por CAMPOS foi o Campo de Pirituba, no município de Tubarão-SC, utilizado por usuários de várias localidades.

---

<sup>414</sup> Grifo nosso.

Os **campos de descanso e engorda** "foram aquelas áreas, cuja utilização principal e/ou dominante deu-se como área de descanso e abastecimento do gado que se dirigia dos centros de produção para os pontos finais de comercialização ou abate, o que não significava que a população local deixasse de usá-los. A população não só se utilizava dos referidos campos como alguns deles nasciam, na verdade, como necessidade ou interesse daquela e só após algum tempo que "se especializavam" como áreas de uso dos tropeiros e comerciantes de gado em seu trajeto, rumo ao mercado" (CAMPOS, 1991:88). Como exemplo, CAMPOS cita os campos localizados em Desterro e Laguna, por onde passava o gado. Também neste caso houve a apropriação particular e, em boa parte das áreas, foi inclusive lavrada a escritura pública definitiva, fato que não tem impedido o uso comum, porém não mais em toda sua extensão.

Os **campos estivais** estão relacionados à necessidade que os camponeses possuem, em algumas épocas do ano, de levarem seu gado para pastar em outras áreas, em decorrência da diminuição da pastagem no local onde possuem suas propriedades individuais<sup>415</sup>. CAMPOS identifica-os nas áreas da Serra do Tabuleiro (em altitudes superiores a 600/700 m), utilizados principalmente nos meses quentes, onde o gado permanece por cerca de 4 a 5 meses. No inverno estes campos não são utilizados, pois apesar da diminuição do pasto, há a presença de "carás", uma "gramínea de porte alto da família das taquaras e bambus, cujo gado se alimenta das folhas e brotos, em qualquer época do ano, mas principalmente no inverno" (CAMPOS, 1986:102). A distância entre os **campos estivais** e as propriedades dos camponeses que os utilizam reduz a periodicidade com que os donos dos gados dirigem-se aos campos para verificar sua criação, o que acaba provocando a perda de algumas cabeças<sup>416</sup>.

Por fim, os **campos de uso cooperativo**, que surgiram da necessidade de garantir o uso de campos comuns, protegendo-os da já mencionada apropriação privada, seja por parte de proprietários com os quais estes campos se limitam, seja por parte de outros, tendo em vista os inúmeros conflitos que vinham enfrentando. A primeira experiência nesse sentido partiu dos usuários do campo da Madre - também conhecido como Campo da Eira - localizado entre os municípios de Tubarão-SC e Laguna-SC, e concretizada com a criação da COOPERCAMPO, em 1976.

A cooperativa, que nasceu com cerca de 100 associados e 2.000 cabeças de gado possuía, em 1991, 482 associados e cerca de 7.000 cabeças. "A prioridade para ser associado é dada àqueles que já foram usuários do campo ou a seus filhos e netos. Para se tornar sócio, é paga uma

---

<sup>415</sup> Este fenômeno, conhecido pelo nome de transumância, é muito comum na Península Ibérica.

<sup>416</sup> Os motivos apontados pelos usuários para as eventuais perdas foram as quedas nas cachoeiras e precipícios; o abate por caçadores ou ainda sua transformação em semi-selvagens por ausência de contato humano por período prolongado, o que dificulta sua captura

taxa geral, que equivale a um piso salarial, e ainda uma mensalidade, referente a uma taxa cobrada por cabeça, que se mantenha no campo e que ajuda na manutenção, limpeza, enterro de animais, banheiro carrapaticida, construção de valas e outros benefícios<sup>417</sup>.

O estatuto da cooperativa prevê que cada associado opte entre um mínimo de 5 e um máximo de 30 cabeças. Abaixo de 5 é possível, mas é cobrado como se fossem 5. Acima de 30 não é possível. (...) Cada sócio tem uma marcação de ferro quente e um brinco para cada bovino, que recebe o número de matrícula da sua inscrição. O acesso ao campo é aberto e livre aos associados, enquanto que para as demais pessoas só com autorização" (CAMPOS, 1991:97/98).

A prioridade da COOPERCAMPO é a criação de gado bovino para corte ou leite. Cada associado responsabiliza-se pela comercialização da sua produção. Há ainda a possibilidade de criação de eqüinos, porém só é permitido um por associado, uma vez que ele consome mais do que o gado e não serve para corte ou leite. Diante do sucesso da COOPERCAMPO foi fundada em Laguna-SC, pouco tempo depois, a COOPERSANTO. Outras tentativas ocorreram, mas não concretizaram-se.

Outra prática comum, além das já citadas, foi a utilização destas áreas para a retirada de lenha e madeira, bem como "o aproveitamento de galhos de árvores dos campos para a construção de 'cercas de tapagem' que impediam que o gado se distanciasse, se perdesse, e principalmente destruísse plantações; o aproveitamento de cipós, taboas e juncos para a produção de balaies e esteiras; da flor da marcela e capim para a confecção de travesseiros e colchões; e ainda, o aproveitamento comunal dos caminhos das fontes d'água e do próprio estrume do gado que nos campos comuns havia" (CAMPOS, 1986:118).

Por fim, CAMPOS ressalta o fato de interesses políticos e econômicos terem avançado sobre muitas áreas comunais, reduzindo-as significativamente. Porém, apesar de ocorrer em menor intensidade, a utilização persiste sob as mais variadas formas. "Privados de utilizarem as áreas comunais, muitos pequenos produtores ainda soltam seu gado em beira de estradas ou caminhos, trevos de rodovias, terrenos abertos ou "baldios" (...). É também comum, junto a rodovias federais, não somente a existência de cavalos e bois à solta, mas a existência de pequenas roças de feijão, milho e mandioca.

A coleta de lenha e gravetos permanece nas matas, morros, áreas de restinga ou capoeirões, porém esporadicamente e sem a importância de épocas anteriores. Destaque-se ainda uma série de outros usos que mostram a utilização comunal de terras ou bens naturais: coleta de frutos, cipós e bambus para a fabricação de balaies, cestas, etc; taquaras ou galhos de garapuvus para a confecção de gaiolas; plantas e raízes utilizadas na medicina doméstica, coleta de plantas ornamentais, entre inúmeras outras coisas" (CAMPOS, 1991:152).

---

<sup>417</sup> De acordo com CAMPOS, a prefeitura também auxilia na manutenção do campo, fornecendo máquinas e trabalhadores.

## 12.8. OS FAXINAIS

De acordo com CHANG, este tipo de exploração da terra ocorre entre camponeses no centro-sul do estado do Paraná, e está assentado no tripé: criação extensiva de animais em área comum; extração de erva-mate e eventualmente da madeira na referida área; policultura nas áreas vizinhas. Neste sistema, apenas o uso de uma parcela da terra - a área para pastagem - é comum. A propriedade, bem como a produção de alimentos e o próprio gado, continuam sendo privada e individual.

As terras no sistema **faxinal**<sup>418</sup> são divididas em dois blocos: as **terras de criação** - os **faxinais** propriamente ditos, formados por uma parte das terras de propriedade privada e contíguas, colocadas em uso comum - e as **terras de planta** - denominadas de **capoeira**, de usufruto privado. As primeiras são separadas das segundas por uma cerca comum bem fechada, ao longo de toda a área do **faxinal**. Os colonos residem no interior dos **faxinais**, de modo a estarem sempre perto do gado, podendo complementar a ração sempre que necessário e, também, para facilitar a colheita da erva-mate, nos tempos de safra<sup>419</sup>. As **terras de planta**, por sua vez, são parceladas e distantes da casa dos camponeses. Vale ressaltar que o gado permanece sendo propriedade individual. Apenas a terra para pastagem é colocada para uso comum, o que permite a criação extensiva do gado.

Os **faxinais** surgiram na passagem do século XIX para o século XX, entre o período de decadência da pecuária e ascensão da erva-mate, entre os ciclos econômicos vividos pelo Paraná, ocasião em que a população - principalmente os agregados das fazendas de gado - se interiorizou para as áreas de mata mista, onde localizavam-se os ervais nativos. A tradição, até então, era a de criação do gado solto (feito por cada proprietário individualmente) e o cercamento das lavouras.

Nas duas primeiras décadas do século XX, à ascensão da exploração da erva-mate seguiu-se a intensificação do fluxo de imigrantes europeus. Estes, além de dedicarem-se à extração da erva, passaram a dedicar-se também à produção agrícola, fato que gerou a necessidade de se inverter a funcionalidade dos cercamentos.

---

<sup>418</sup> De acordo com CHANG, popularmente o termo é utilizado para indicar uma área de mata densa, embora etimologicamente ele seja utilizado para indicar uma área de vegetação mais variada.

<sup>419</sup> Nos tempos em que a extração possuía destaque na economia local

"Em primeiro lugar, havia a necessidade de se preservar extensos ervais nativos contínuos, devido a importância econômica do mate na época. Ao mesmo tempo, a área reservada poderia ser aproveitada também para a criação de animais no sistema extensivo. Entretanto, nesse sistema são necessárias áreas extensas de pasto devido a sua qualidade inferior e de ocorrência de cursos d'água naturais.

Em segundo lugar, cercar o criadouro no seu perímetro significa uma economia de cerca muito grande em comparação com a somatória das cercas individuais.

E em terceiro lugar, a formação dos criadouros comuns era uma forma de cativar a mão-de-obra agregada e mantê-la próxima e disponível para as safras de erva" (CHANG, 1985:89/90).

A safra da erva-mate ocupava os trabalhadores durante cerca de três a quatro meses apenas. Durante o restante do tempo eles ocupavam-se apenas do gado, atividade que consumia-lhes pouco tempo de trabalho, tornando seu custo elevado para os fazendeiros. Diante da necessidade, de um lado, de mantê-los fixos nas fazendas para a exploração da erva-mate durante toda a safra e, de outro, de transferir-lhes a responsabilidade por sua própria subsistência - e como estratégia para rebaixar os gastos com os trabalhadores - os fazendeiros passaram a autorizar a criação doméstica dentro dos **faxinais**. Organizava-se, assim, uma comunidade assentada em uma estrutura fundiária desigual, com laços precários mantidos de acordo com interesses mútuos conjunturais: ao iniciar a criação de seu próprio gado no criadouro comum, o trabalhador passa a ser um integrante do **faxinal**, independente da pouca, ou nenhuma, terra que possua. Nesta perspectiva, os criadouros comuns eram entendidos, de um lado, como uma forma de solucionar o problema de mão-de-obra e, de outro, como interação entre abundância de terra e mão-de-obra e escassez de capital.

"O fator preponderante na geração das normas de organização do sistema faxinal repousa sobre a construção e a manutenção das cercas do criadouro comum. (...) Essas normas têm como origem leis consuetudinárias surgidas a partir do próprio exercício do coletivo. A filosofia central dessas leis se baseia sobre o princípio comunitário de direitos contra obrigações - todos têm o mesmo direito desde que participem de alguma forma das obrigações. No que tange às obrigações vale enfatizar o seu espírito solidário, pois as contribuições são flexíveis e são medidas conforme as possibilidades de cada usuário" (CHANG, 1985:90/91).

Além disso, também são destacadas o caráter democrático das deliberações, que determinam que a opinião da maioria prevaleça sempre que necessário; as convenções rigorosas sobre as cercas, que devem ser capazes de vedar animais de qualquer porte, de modo a impedi-los de chegarem até as áreas de cultura; a concepção de propriedade e responsabilidade da cerca, que estabelece que cada proprietário deve contribuir com o material necessário para a confecção do trecho correspondente à sua parte, sendo a construção realizada



em sistema de mutirão<sup>420</sup> ; critérios de punição, que rezam sobre a invasão da criação nas lavouras: quando esta se dá por falha na cerca, os prejuízos são cobrados do proprietário da cerca e, quando é fruto da invasão da criação, os prejuízos são cobrados do proprietário da criação.

A organização da produção também é um ponto que merece ser destacado no interior de um **faxinal**. De acordo com CHANG, na exploração da erva-mate é possível distinguir três categorias, a saber, os fazendeiros de erva, os pequenos proprietários e também produtores de erva e os simples coletores de erva (a maioria)<sup>421</sup> . Na atividade agrícola predominam as culturas de subsistência - para consumo e abastecimento do mercado local e regional - realizada com técnicas/recursos rudimentares. A atividade pecuária, por sua vez, além de fornecer uma parte da alimentação da família (carne, leite, banha), funciona também como uma fonte de renda alternativa<sup>422</sup> .

A partir da década de 1930 houve uma grande crise na economia ervateira, fruto da queda vertiginosa das exportações de erva-mate no período, conseqüências da crise de 29. O sistema **faxinal**, que tinha na exploração da erva-mate a base de geração da renda até então, sobreviveu à crise, mas alterou sua prioridade, passando a centrar sua atividade na produção agrícola, aproveitando-se do mercado em expansão com a ampliação da exploração madeireira na época.

Este processo perdurou até finais da década de 60 quando, segundo CHANG, começou a configurar-se uma tendência à desagregação dos **faxinais**. Os motivos por ela levantados como indicativos da desagregação foram o aumento da tecnificação agrícola, vivido sobretudo pelos latifundiários; o esgotamento da fronteira agrícola na região; a política de incentivos fiscais para reflorestamento; o esgotamento dos recursos naturais, sobretudo com a exploração predatória de erva-mate, etc.

Este processo culmina com o fim dos criadouros que, segundo CHANG, se dá por etapas: primeiro confinam as criações pequenas, em seguida cercam as propriedades individuais, deixando a criação alta semi-confinada. Por fim, "a desagregação derradeira do criadouro com a retirada das cercas que divide a criação das lavouras" (CHANG, 1985:100). Tal fato acarreta problemas aos agregados que não possuem terras ou que têm parcelas ínfimas de terra, e ao gado, nos casos de confinamento ou semi-confinamento em áreas insuficientes.

---

<sup>420</sup> Os não proprietários contribuem com a mão-de-obra para construção e manutenção das cercas dos proprietários.

<sup>421</sup> As denominações foram mantidas tal qual a autora a utilizou.

<sup>422</sup> O gado é, sobretudo para os trabalhadores sem terra ou para os pequenos camponeses, uma espécie de "poupança". Podem vendê-lo sempre que necessitem de algum dinheiro imediato. Esta prática é comum entre os camponeses de uma maneira geral.

Não temos conhecimento sobre a situação atual dos **faxinais**, mas somos levados a crer que essa desagregação não se efetivou de fato, pelo menos não nas proporções previstas por CHANG, tendo em vista a realização de um bloco no programa Globo Rural, veiculado pela Rede Globo de Televisão, no início da década de 90.

## 12.9. ROÇAS COMUNITÁRIAS

Surgidas da ação da Igreja através da Pastoral Rural, as **roças comunitárias** têm sido apresentadas aos camponeses pobres como uma alternativa para produção/resistência.

"O modelo ideal sobre o qual se constroem as experiências de *roças comunitárias* é composto da seguinte maneira:

- Posse e uso coletivos da terra implicando a eliminação progressiva do conceito de propriedade privada da terra;
- Trabalho coletivo em todas as etapas da produção, desde o preparo da terra até a colheita do produto final;
- Apropriação igualitária ou comunal do produto do trabalho coletivo. No limite a apropriação igualitária implica a divisão do produto entre os participantes do grupo, independente do *quantum* e da intensidade do trabalho de cada um. A apropriação comunal prescreve que, resguardadas as despesas das famílias envolvidas, os recursos obtidos sejam aplicados na aquisição de bens e serviços necessários ao grupo e no suprimento de necessidades face a morte, viuvez e doença de membros do grupo que não tenham meios de enfrentar estas dificuldades;
- A prática da *roça comunitária* deve ter um valor pedagógico no sentido de desenvolver a união, a organização e a consciência do grupo" (ESTERCI in ESTERCI, 1984:34).

Este modelo ideal, porém, nem sempre é posto em prática ou, quando o é, em geral ele sofre algumas alterações. Para ESTERCI, as dificuldades na implantação dos projetos ou os "fracassos", nos casos da prática, são fruto das diferenças entre o modo camponês de organizar a produção e o modelo ideal das **roças comunitárias**.

O camponês organiza sua produção de modo a garantir o sustento de sua família - ela própria a força de trabalho na unidade de produção - colocando à venda apenas o necessário à aquisição de outros gêneros que precisa consumir, mas que não produz. Ele não produz visando o lucro, como faz o capitalista, mas sim, a satisfação das necessidades da família. Nesta ótica, muitos camponeses que participam das **roças comunitárias** acabam saindo por

não adaptarem-se à filosofia do modelo ideal, que pressupõe uma forma de compreensão do trabalho e apropriação de seus frutos muito diferente da que ele possui.

Visando compreender as diferentes formas de organização que se concretizam e a distância que estabelecem do modelo ideal, ESTERCI analisa algumas experiências de **roças comunitárias** levantando as características principais de cada uma delas e ressaltando os fatores responsáveis pela desarticulação/sucesso das mesmas. São elas: Santa Terezinha, realizada pela Prelazia de São Félix do Araguaia-MT; Jussara, realizada pela Diocese de Goiás; Cachorrinho, Coqueirinho e Alagamar, realizadas pela Arquidiocese de João Pessoa-PB; Feira de Santana-BA, realizada pelo Movimento de Organização Comunitária (MOC) e, por fim, a Organização do Divino Pai Eterno, realizada no sul do Pará.

Em Santa Terezinha as terras eram compostas por lotes de propriedade de participantes que as haviam conquistado em 1972, após uma luta intensa, embora houvessem também participantes sem terra. A Igreja decidiu implantar o projeto das **roças comunitárias** com recursos obtidos junto a agências financiadoras internacionais, após ter constatado que muitos camponeses, após receberem as terras, acabavam vendendo-as por não terem condições de fazê-las produzir. Nesta experiência, a terra que havia sido cedida era utilizada comunitariamente, em todas as etapas da produção. O dinheiro obtido com a comercialização era repartido entre todos, de acordo com o trabalho realizado, sendo o mesmo utilizado para cobrir os gastos com a reprodução da família. Não havia prática de roças familiares. A experiência, porém, desfez-se. Entre os fatores que ocasionaram sua desintegração, ESTERCI cita o medo do endividamento, a falta de confiança na proposta, o medo de que o trabalho comum cerceasse as liberdades individuais, a desconfiança - por parte dos não proprietários - de que o trabalho por eles investido no cultivo comum, servia apenas para beneficiar as terras dos proprietários.

Em Jussara, a Igreja Católica adquiriu uma gleba de terras com recursos oriundos das agências financiadoras às quais estava ligada, registrando-as em nome da Promoção Social Jussarense, entidade criada para este fim. O trabalho era coletivo em todas as etapas de produção e o dinheiro obtido com a comercialização era repartido entre todos os participantes, destinando-se a cobrir os gastos com a reprodução da família sem que, igualmente, houvesse a prática da roça familiar. Também neste caso a experiência acabou desintegrando-se. Um dos pontos de estrangulamento apontados por ESTERCI foi o fato dos participantes empregarem-se como assalariados em certos momentos, como forma de obter recursos para suprir as necessidades da família, o que chocava-se com o compromisso previsto no projeto, de dedicação integral à roça coletiva. Muitas vezes também, para atender suas necessidades, os

camponeses contraíam adiantamentos para serem descontados no ato do acerto de contas. Ocorre que, não raro, efetuados os devidos descontos - despesas de produção/adiantamentos - pouco ou nada restava a receber, ficando alguns, inclusive, com saldo negativo. Uma outra questão levantada dizia respeito à repartição da terra, assunto que acabou dividindo o grupo: de um lado, aqueles que reivindicavam o direito a uma parcela individual após um determinado período e, de outro, aqueles que, compartilhando as idéias dos responsáveis pelo projeto, não aceitavam a divisão. Tudo isto, somado às diferenças entre as necessidades/expectativas individuais dos camponeses e as do projeto, a inexperiência do cooperativismo, o paternalismo dos agentes, etc culminaram na desintegração da experiência.

Um outro resultado foi alcançado pelas experiências realizadas em Feira de Santana-BA e em Cachorrinho, Coqueirinho e Alagamar, na Paraíba. Em Feira de Santana-BA, as **roças comunitárias** organizadas por iniciativa do MOC - Movimento de Organização Comunitária, apesar de divergirem da proposta original, têm se desenvolvido em vários locais e com sucesso. Nestas experiências, em geral as terras são cedidas provisoriamente por alguns integrantes, até que o grupo consiga adquirir uma gleba própria. O trabalho é coletivo em todas as etapas da produção e visa "complementar ao trabalho realizado nas roças particulares, podendo inclusive os participantes destinar os dias que julgarem necessários ao trabalho como assalariados, já que a proposta prevê que apenas um dia por semana de um dos membros adultos da família seja investido na roça coletiva" (ESTERCI in ESTERCI, 1984:45). A apropriação/destinação do produto final do trabalho sofreu algumas alterações. A proposta inicial, ainda realizada em algumas comunidades, era de que o dinheiro fosse destinado à aquisição de bens de uso comum - como mais terras, equipamentos, sementes, etc - mas o que ocorre em um grande número de experiências é a divisão dos frutos do trabalho entre os camponeses que dela participam, para suprir eventuais necessidades. Também o número de dias trabalhados na **roça comunitária** é função da capacidade dos camponeses, mas em geral resume-se a um dia. Os demais são divididos entre o trabalho na roça familiar e o trabalho assalariado em outras áreas. Apesar do sucesso, algumas dificuldades se fazem presentes, como por exemplo o controle do dinheiro comunitário; a diferença na intensidade de trabalho com que cada um dedica-se à **roça comunitária**; a mudança no comportamento daqueles que transformam-se em lideranças nas roças - os "cabeceiras", etc.

Em Cachorrinho, Coqueirinho e Alagamar, na Paraíba, as **roças comunitárias** eram realizadas em terras de latifúndios ocupadas pelos camponeses. A experiência se assemelha àquela realizada em Feira de Santana-BA: o trabalho é coletivo em todas as fases da produção e em geral os participantes dedicam-se apenas um dia por semana, mantendo suas próprias

roças familiares. O dinheiro obtido com a comercialização da produção é destinado a despesas comunitárias. Estas roças eram criadas com "a perspectiva de reapropriar-se de parcelas cujos ocupantes por morte ou doença não tinham mais condições de explorá-las, destinando-as à formação de pastagens que representariam uma séria ameaça ao cultivo dos 'foreiros' das parcelas vizinhas, pois o capim se alastraria e o gado invadiria as roças" (ESTERCI in ESTERCI, 1984:48/49)<sup>423</sup>. Em Alagamar, homens, mulheres e crianças trabalhavam em mutirão com o objetivo de garantir o controle sobre a terra e gerar recursos para o encaminhamento da luta. Nestes casos, os camponeses dedicavam-se um dia por semana ao trabalho no roçado. No caso de impossibilidade de ir, por qualquer motivo, ninguém assume seu lugar. Todo o dinheiro é destinado às causas da luta, não havendo, pois, apropriação privada destes recursos.

Por fim, ESTERCI cita a experiência do **trabalho engrupado** dos membros da Organização do Divino Pai Eterno, no sul do Pará, experiência que distingue-se das demais, por não tratar-se propriamente de uma **roça comunitária**, com produção/apropriação coletiva do produto do trabalho. Ao contrário, o **trabalho engrupado** "havia se desenvolvido como forma de defesa de uma gleba de terra pleiteada ao mesmo tempo pelos posseiros e pela empresa agropecuária chegada à área algum tempo depois que os membros da Organização nela haviam se instalado, e baseava-se em que uma parte dos posseiros devia realizar o trabalho de derrubada da mata e demarcação dos lotes, enquanto os outros tinham que se ocupar das tarefas de vigilância, proteção às famílias e defesa militar contra os ataques dos jagunços a soldos da empresa. Fora desta gleba contestada, cada família tinha, no entanto, sua área de serviço particular e, mesmo na gleba contestada e defendida coletivamente, uma vez realizada a demarcação, os encargos de cultivo em cada parcela passavam a ser responsabilidade daquela família à qual se destinava" (ESTERCI in ESTERCI, 1984:50/51).

De todas as experiências, ESTERCI retira alguns pontos que merecem ser destacados. São eles:

1. A posse comum - cuja viabilidade, nos casos de sucesso das experiências, está subordinada à possibilidade de manutenção da roça familiar, local onde se realiza a autonomia camponesa. Ela pode se dar tanto pela compra quanto pela cessão.
2. Trabalho coletivo - é viável desde que não entre em contradição com o trabalho familiar. "Há casos em que apenas os homens realizam o trabalho coletivo, outros em que homens, mulheres e crianças estão envolvidos. Este envolvimento pode ser função da necessidade de execução de determinadas tarefas, outras vezes parece que o trabalho de todos, numa conjuntura de luta, seja muito mais a expressão simbólica do direito do grupo à terra em questão do que uma necessidade da

---

<sup>423</sup> No Nordeste, a expressão "foreiro" é utilizada para indicar o camponês renteiro, ou seja, aquele que paga a renda da terra para poder cultivá-la.

- produção" (ESTERCI in ESTERCI, 1984:57). Em muitos casos, o trabalho de **mutirão** é uma tática de defesa do grupo, em geral de posseiros, para garantir a posse da terra. Em outros, ainda, ele se dá não pelo pagamento do dia, mas por laços de compromisso/obrigação que estabelecem entre si.
3. A apropriação igualitária ou comunal do produto do trabalho - em geral este tipo de distribuição é ocasional. A que normalmente ocorre é a que leva em conta os dias trabalhados, computando-se o trabalho de homens e mulheres da mesma forma. Nos casos de doenças e viagens, as faltas são abonadas, mas o assunto costuma gerar polêmica. Outra possibilidade é a apropriação coletiva para fins comunitários, como aquisição de bens para trabalhar a terra, gastos processuais na Justiça, viagens para mover ações, amparo a algum integrante mais necessitado, etc. Há, porém, nestes casos, como ressalta ESTERCI, um descompasso "entre os critérios de aplicação comunitária dos recursos obtidos através do trabalho coletivo e a expectativa de apropriação individual do produto repartido" (ESTERCI in ESTERCI, 1984:63).

#### 12.10. Algumas experiências do MST em São Paulo

Para que possamos entender algumas experiências de produção comunitária realizadas pelo MST é necessário termos em mente o quadro responsável pelo surgimento/desenvolvimento do movimento como um todo.

"O MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nasceu em um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário implantada durante o regime militar. Esse processo é entendido no seu caráter mais geral, na luta contra a expropriação e contra a exploração do desenvolvimento do capitalismo" (FERNANDES, 1994:49). É, pois, fruto de um processo maior, gestado no interior da sociedade, de organização/luta/resistência dos trabalhadores do campo e da cidade, que se dá de forma mais significativa a partir de meados da década de 70, contra a ditadura militar e seu reflexo na sociedade, que surge o MST.

De acordo com FERNANDES, os primeiros passos para a organização do MST, tal qual ele se encontra hoje, foram dados pela Igreja Católica através da criação das CEBs - Comunidades Eclesiais de Base, que nasceram como um espaço de reflexão, vinculando a pregação bíblica à realidade vivida pelos fiéis<sup>424</sup>, e da CPT - Comissão Pastoral da Terra, que

---

<sup>424</sup> FERNANDES chama a atenção para a utilização do livro do Êxodo - a comparação entre o êxodo vivido pelo povo hebreu e aquele vivido pelos trabalhadores rurais - como referência neste processo de organização da luta pela terra.

também passou a desempenhar um importante papel na organização dos trabalhadores em processo de luta, inicialmente por seus direitos e, em seguida, pela terra.

FERNANDES aponta a gênese do MST nos municípios de Ronda Alta e Sarandi-RS, com o despejo dos colonos que, por intermédio da FUNAI, arrendavam boa parte das terras dos índios Kaingang Nonoai, que passaram a exigir a desocupação integral de suas terras, fazendo aumentar ainda mais o número de conflitos na região.

Parte das famílias despejadas (700) permaneceram acampadas em Ronda Alta e Sarandi. "A maior parte, não tendo para onde ir, foi alojada no Parque de Exposições Internacional de Esteio. Das famílias alojadas no Parque, 550 foram transferidas para o estado do Mato Grosso, no projeto de colonização da Cooperativa Agropecuária Mista Canarana Ltda. Outras 128 famílias foram assentadas em Bagé, sob a responsabilidade da Cooperativa Mista Aceguá Ltda. Os trabalhadores sem terra que permaneceram na região, com o apoio de diversas entidades e da igreja católica, começaram a realizar assembléias para discutir a sua realidade" (FERNANDES, 1994:59). Houve ainda uma tentativa de ocupação da fazenda Sarandi. Seu fracasso, porém, indicou a necessidade de uma organização mais sólida para as próximas ocupações.

Ainda no final da década de 70, a ocupação das glebas Macali e Brilhante, em Ronda Alta-RS, e da fazenda Anoni, em Sarandi-RS - de onde surgiu o acampamento da Encruzilhada do Natalino - serviram como um marco histórico para o surgimento de uma nova fase no processo de luta pela terra, travado pelos trabalhadores rurais sem terra, em vários pontos do país.

A rápida ampliação do número de ocupações isoladas fez crescer a necessidade de integração entre eles, de modo que as experiências pudessem ser trocadas e o movimento fortalecido<sup>425</sup>. A "articulação nacional desses movimentos começou a ser construída na perspectiva de superação do isolamento e em busca da autonomia política. Esta superação se fazia necessária devido as dificuldades enfrentadas no desenvolvimento das lutas localizadas. As lutas acontecem no campo, porém o processo de conquista da terra não acontece só no campo, mas principalmente na cidade. Assim, uma articulação nacional poderia permitir a construção de uma forma de organização social que fortaleceria esse processo de conquista, construindo uma infra-estrutura para a luta" (FERNANDES, 1994:62).

Foi sob esta perspectiva que, em 1982, a CPT organizou um encontro em Goiânia-GO, do qual participaram trabalhadores de dezesseis estados. Este encontro abriu espaço para

---

<sup>425</sup> Alguns desses grupos de trabalhadores possuíam suas próprias denominações. Era o caso, por exemplo, "no estado do Paraná: MASTRO - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste; MASTES - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste. No estado de São Paulo surgia o Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo e o Movimento dos Sem Terra de Sumaré" (FERNANDES, 1994:61).

que outros - mais regionais - continuassem ocorrendo, sobretudo no Centro-Sul do país. Em 1984 um novo encontro nacional foi convocado (realizado em Cascavel-PR), desta vez organizado pelos próprios trabalhadores. Em 1985 foi realizado "o Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem Terra. Concretizava-se assim uma parte desse processo histórico de formação do Movimento" (FERNANDES, 1994:65).

Em São Paulo, ressalta FERNANDES, a gênese do MST pode ser encontrada na luta dos posseiros da fazenda Primavera, localizada nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência, a noroeste do estado de São Paulo, de "propriedade" do grileiro J. J. Abdala, ocorrida no final da década de 70. A partir de então, inúmeras ocupações passaram a ocorrer por todo o estado, as quais não nos cabe analisá-las e, tampouco, elencá-las<sup>426</sup>. Estamos interessados em destacar as experiências de produção comunitária realizadas em alguns assentamentos do MST.

As primeiras experiências de cooperação entre os assentados começaram a ocorrer a partir de 1985, com o surgimento de uma série de associações para as mais diversas finalidades, tais como compra de máquinas, de animais, compra e venda de produtos e uso coletivo da terra. As cooperativas começaram a surgir a partir de 1990, após a mudança da lei cooperativista, com a nova Constituição de 1988. As primeiras cooperativas que surgiram entre os assentados foram aquelas relativas à obtenção de crédito e, em seguida, as de comercialização e de produção, experiências que, mais tarde, originaram o Sistema Cooperativista dos Assentados - SCA.

De acordo com o MST, atualmente existem nos assentamentos mais de 300 associações voltadas à produção, comércio e prestação de serviços. As cooperativas - de produção e de comercialização - também têm crescido consideravelmente. As formas mais comuns de cooperação agrícola nos assentamentos, "espalhadas pelo país inteiro, são as seguintes:

a) Mutirão ou puxirão, que reúne diversos vizinhos para trabalhos coletivos como: capina, plantio, colheita, etc. É uma forma bem simples de Cooperação porque não chega a exigir a divisão social do trabalho;

b) Associações para compras de junta de bois ou vacas de leite;

c) Pequenos grupos coletivos que plantam pedaços de terra em comum e pedaços individuais. Possuem junta de boi ou trator. Ou compram as sementes e o adubo de forma coletiva;

d) Associação para compras de máquinas ou implementos agrícolas em conjunto;

e) Associações que têm em comum um caminhão ou ônibus para transporte coletivo;

f) Associações que fazem a compra de mercadorias e a venda dos produtos em conjunto;

---

<sup>426</sup> Maiores detalhes sobre as lutas realizadas no estado de São Paulo devem ser buscados na obra de FERNANDES (1994).



- g) Criação coletiva de animais: gado, suínos, abelhas, peixes, etc;
- h) Associações que possuem benfeitorias de forma coletiva: armazém, serraria, farinha, etc;
- i) Associações para produção semi-coletiva. Mantém-se os lotes individuais mas uma parte da terra é usada para lavouras coletivas;
- j) Associações que colocam a terra no coletivo, mas as demais atividades são feitas no individual;
- k) Associações e Cooperativas onde a terra é coletiva e todas as atividades produtivas são feitas em coletivo." (MST, 1993:25)

O MST identifica os seguintes estágios de cooperação agrícola: o **grupo de família**, a **associação** ou **grupo de máquinas**, o **grupo semi-coletivo**, o **grupo coletivo**, a **cooperativa - de comercialização e de produção** -, os **condomínios** e a **cooperativa de crédito rural**.

O **grupo de família** é uma espécie de grupo de ajuda mútua. É formado por um grupo de pessoas - em geral familiares, amigos, vizinhos, etc - que se unem em torno de uma finalidade comum, tais como compra de maquinários, insumos agrícolas etc. Esses grupos são informais, não possuem Estatuto nem regimento interno, sendo os acordos feitos verbalmente ou, em alguns casos, anotados em um caderno de registros. Em geral, apenas os homens participam deste tipo de grupo. De acordo com o MST o grande problema desta forma de organização está no fato dele basear-se "mais na amizade e confiança entre as pessoas, do que nos resultados e vantagens econômicas. Quando acontece algum problema, em vez de encontrarem a solução, facilmente o grupo se desfaz. E o bem comprado em conjunto é repartido ou vendido. (...) Outro limite dos grupos é o de geralmente não incluir o trabalho das mulheres e jovens. É uma boa maneira de começar a ter uma experiência de trabalho coletivo." (MST, 1993:27).

A **associação** ou **grupo de máquina** é a forma mais comum de cooperação existente nos assentamentos. É uma sociedade sem fins lucrativos que reúne um número maior de sócios, e das quais as mulheres também participam. Possui um estatuto e, em alguns casos, um regimento interno. Seus membros elegem, através das assembleias - local onde são discutidos os problemas do assentamento - uma diretoria composta por vários membros, com mandato que varia de dois a três anos, bem como um conselho fiscal. Os sócios pagam uma taxa para ingressar na Associação, mas perdem todos os seus direitos ao saírem da mesma. Em geral ela surge de um objetivo específico (como os citados acima) e tem por finalidade prestar serviços aos associados ou, em alguns casos, conseguir crédito rural. Não há, portanto, divisão do trabalho ou do produto. A terra permanece propriedade individual. Apenas em alguns casos os

associados se organizam para trabalhar a terra coletivamente. Neste caso cedem uma parte de suas terras, bem como alguns dias de trabalho por semana (ou mês) para o cultivo<sup>427</sup>

Os **grupos semi-coletivos** são formados por um conjunto de pessoas que trabalham coletivamente apenas uma parcela das terras, sendo o restante trabalhado individualmente. Os investimentos são realizados parte individualmente e parte coletivamente. Há uma divisão entre o trabalho individual e o coletivo<sup>428</sup>. Na parte coletiva o planejamento da produção é realizado por todos os integrantes do grupo, através de uma assembléia. Mesmo que não possua um registro legal, o grupo deve ter um regimento interno, um livro de atas onde são registradas todas as decisões, bem como ter sua contabilidade organizada. Segundo o MST este tipo de organização tem como problema o choque entre os interesses individuais e coletivos, que acabam ocasionando sua desintegração.

Os **grupos coletivos** são formados por um conjunto de pessoas que organizam o processo de produção de forma coletiva. Em geral "o título de propriedade ou concessão de uso permanece em nome do indivíduo membro do grupo. Não se faz o parcelamento da terra que fica sob controle do coletivo, o que fica sob controle do indivíduo é aquela parcela destinada aos produtos de subsistência para a família, a não ser que o grupo resolva destinar toda área para o coletivo" (MST, 1994:17). Todos os investimentos em meios de produção são realizados coletivamente. O trabalho é realizado de acordo com um planejamento feito pelo grupo e decidido em assembléia. Há uma divisão por setores de produção e a distribuição e organização do trabalho nestes setores se dá em função do planejamento. Também não possuem um registro legal, mas devem ter um livro de atas e um regimento interno.

As **cooperativas** existentes nos assentamentos são de dois tipos, as de **comercialização** e as de **produção**. Delas participam apenas os camponeses assentados, os quais são responsáveis por todos os serviços realizados pela cooperativa. São realizadas assembléias mensais (além dos conselhos diretor e do conselho por setor, cujos membros são eleitos pelos trabalhadores), onde todos têm o mesmo poder de voto, sendo as decisões tomadas por maioria, sobretudo no que diz respeito à distribuição das sobras. Cada setor realiza um planejamento próprio, o qual é apresentado à assembléia para ser discutido e aprovado. Todas as inovações tecnológicas introduzidas visam aumentar a produtividade, garantindo o pleno emprego. Os cooperados têm acesso total às informações sobre as atividades da cooperativa e os resultados têm trazido melhorias para a vida do camponês.

---

<sup>427</sup> O Caderno de Formação não deixa claro, mas acreditamos que em caso de divisão do produto, ela seja feita com base no trabalho empregado e na terra cedida.

<sup>428</sup> Alguns grupos estabelecem quantos dias serão trabalhados coletivamente e quantos individualmente.

Cada sócio<sup>429</sup> entra com uma parte em capital (cota-parte) e a cooperativa tem por objetivo, além de facilitar a produção e/ou a comercialização, o lucro (as "sobras"). Estas podem tanto ser divididas entre os sócios quanto acumuladas.

Na **cooperativa de comercialização** os associados se organizam, através de uma empresa comercial, para comprar e vender seus produtos. Diferem-se de uma empresa capitalista porque todos têm o mesmo poder de voto, independente da quantidade de cotas-partes que integralizam. A terra e a produção continuam individuais. Apenas a comercialização (compra e venda) é feita em conjunto. Para o pagamento, a cooperativa pode adiantar um valor pelo produto entregue e depois realizar o acerto ou cobrar mais barato por serviços de armazenagem, frete, etc.

Na **cooperativa de produção** (empresa social), os associados reúnem a terra (toda ou apenas parte) e demais meios de produção, para trabalharem coletivamente. A propriedade da terra, neste caso, pode se dar da seguinte forma:

"1º) As terras podem ser de propriedade da Cooperativa e serem escrituradas no nome da Cooperativa (até hoje foram poucas as experiências deste tipo no Brasil);

2º) O INCRA dá o título em lotes individuais. Mas os associados fazem um acordo, passando em comodato parte ou toda terra para a Cooperativa cultivar;

3º) O INCRA dá um título coletivo, em nome de todos os agricultores. Mas sem que os agricultores saibam qual é o seu pedaço;

4º) Os agricultores têm seu lote, e apenas fazem um acordo simples de empréstimo de parte ou de toda terra para a Cooperativa. Como se fosse arrendamento.

No caso das Cooperativas comprarem caminhões, tratores, armazéns, todos esses bens são registrados em nome da Cooperativa" (MST, 1993:30). Os sócios têm parte apenas do capital em dinheiro. Ao saírem, podem levá-lo, mas sempre em dinheiro, nunca em um bem específico. Para o pagamento, a cooperativa pode adiantar, mensalmente, parte da renda pelo trabalho prestado e, no ato do balanço final, dividir as sobras (em geral levando em conta os dias de serviço entregues à cooperativa)<sup>430</sup>.

As principais diferenças com relação ao sistema tradicional dizem respeito ao poder de gestão e planejamento das atividades (no sistema tradicional uma minoria controla as decisões por possuir mais capital<sup>431</sup>), à participação (no sistema tradicional as assembleias são realizadas apenas uma vez ao ano) e aos resultados sociais (que, no sistema de cooperativa tradicional, reforçam a situação anterior de concentração de renda e propriedade).

---

<sup>429</sup> Podem filiar-se às cooperativas qualquer assentado com idade acima de 16 anos, de ambos os sexos, individualmente.

<sup>430</sup> A decisão sobre quanto será dividido e quanto será reinvestido na cooperativa é feita através da assembleia.

<sup>431</sup> Estas cooperativas são formadas tanto por capitalistas como por camponeses.

Os **condomínios** surgiram no sul do país (Santa Catarina) junto a suinocultores e grupos de armazenagem comunitária. Trata-se de uma sociedade formada por vários camponeses "onde cada um entra com determinado número de quotas (em dinheiro, produto ou animais). As decisões são baseadas no número de quotas que cada sócio detém" (MST, 1994:23). A terra permanece propriedade individual, registrando-se em nome do **condomínio** apenas a área em que será realizada alguma benfeitoria (por exemplo, a construção de um armazém, de uma pocilga, etc). "Todo o capital do condomínio é coletivo, e cada associado tem parte do capital na forma de quotas. Quando ele sai do condomínio tem direito a vender suas quotas para algum outro agricultor que queira comprá-las. Nesse caso, o coletivo pode ou não aceitar o novo sócio. Se não aceitar, o condomínio tem que providenciar outro comprador ou assumir ele mesmo a quota, absorvendo-a em partes iguais para todos" (MST, 1994:23).

O trabalho é, em geral, realizado por trabalhadores contratados, o que permite a especialização e proporciona ganhos de produtividade. Há, também, a possibilidade de um esquema de rodízio entre os sócios para a realização das atividades.

O condomínio é uma sociedade de fato, sendo "firmado entre os sócios um contrato particular de convenção do condomínio, cujo extrato deve ser publicado no Diário Oficial do Estado e depois registrado em cartório.

O contrato e demais documentos (atas) asseguram o funcionamento da sociedade de acordo com as normas estabelecidas pelo grupo, resguardando os direitos de posse, uso e sucessão. Não tem, entretanto, a necessidade de CGC (registro na receita federal), inscrição estadual, registro na Junta Comercial ou livros fiscais e contábeis.

De acordo com a lei, o condomínio exige decisões de consenso para tomada de empréstimos bancários, sendo que os compromissos são assumidos de forma solidária pelo grupo" (MST, 1994:24)

Por fim, o MST tem planos de, no futuro, organizar **cooperativas de crédito rural**, que funcionariam como um banco, porém controladas pelos trabalhadores. Seu objetivo seria financiar a produção dos assentamentos de sua abrangência.

FERNANDES faz menção a algumas experiências realizadas pelo MST, com características e objetivos diversos. A primeira delas foi realizada pelos trabalhadores que deram origem ao Movimento dos Sem Terra de Sumaré<sup>432</sup>. Esta experiência teve seu início no centro comunitário Nossa Senhora de Fátima, no ano de 1982. "Na comunidade, durante as reuniões, os trabalhadores refletiam sobre os diversos problemas vividos no cotidiano, bem como a situação de miséria em que se encontravam. Em busca de soluções, a comunidade desenvolveu algumas experiências de mobilização através de lutas por água, luz, asfalto, etc. Nessas atividades, os trabalhadores aprenderam a se manifestar, reivindicar, se relacionar com autoridades, fazer abaixo-

---

<sup>432</sup> Esta prática foi realizada na região de Campinas-SP, antes de realizarem a primeira ocupação.

assinados, passeatas, etc. Além dessas práticas, existia também uma experiência de horta comunitária juntamente com outras comunidades vizinhas" (FERNANDES, 1994:93/94).

Outra experiência foi realizada pelo grupo IV (originado do MST de Sumaré), que ocupou a fazenda Reunidas em Promissão-SP. Este grupo criou, em 1988, a Associação de Pequenos Produtores Pe. Josimo Tavares, iniciando em abril de 1989 o plantio coletivo do arroz. Em 1992 o mesmo grupo criou a COPAJOTA - Cooperatía de Produção Agropecuária Pe. Josimo.

As experiências vividas pelos quatro primeiros grupos estimularam a formação de mais um - o grupo V - que ocupou a fazenda Pendengo, em Castilho-SP. Este grupo, porém, destaca-se por possuir uma proposta diferente dos demais, razão pela qual eles, mais tarde, passaram a ser denominados de Projeto LIBERDADE.

"Na procura de uma solução, estas famílias se reuniram e se organizaram pela conquista da terra, pois a terra significa trabalho, comida e LIBERDADE. Foram meses de preparação, e com coragem enfrentaram as dificuldades de falta de recursos, distância entre as cidades, etc ... Este grupo de Sem Terra tem um projeto que se chama PROJETO LIBERDADE. Os trabalhadores querem o seguinte:

- Exigir a escritura coletiva da área, para evitar venda de lotes;
- Trabalhar a terra coletivamente;
- Formar cooperativa de produção;
- Desenvolver diversificação de culturas;
- Exigir assistência técnica permanente no local;
- Vender diretamente à população, eliminando os atravessadores;
- Procurar financiamentos alternativos, via PROCERA, LBA e outros;
- O PROJETO LIBERDADE tem como objetivo maior a transformação da sociedade" (A

PASTORAL apud FERNANDES, 1994:122).

Nova experiência de trabalho coletivo foi realizada pelo grupo que ocupou a Área IV - composta pelos lotes 154 e 155 - da fazenda Pirituba<sup>433</sup>, nos municípios de Itapeva e Itaberá-SP. "Devido a área ser insuficiente para a sobrevivência das famílias, elas decidiram trabalhar a área de forma coletiva e fundaram a Associação Olívio Albani" (FERNANDES, 1994:130)<sup>434</sup>.

Por fim, FERNANDES cita o trabalho de mutirão, realizado pelos trabalhadores do acampamento União da Vitória, como uma tática de reocupação da fazenda São Bento no Pontal do Paranapanema.

"Em assembléia, os trabalhadores decidiram manter a tática de continuar plantando na fazenda São Bento e mantendo o acampamento nas margens do ramal desativado da FEPASA. Na

---

<sup>433</sup> Estes lotes somam, juntos, 200 hectares, dos quais 100 pertencem à área de reserva florestal da fazenda.

<sup>434</sup> De acordo com FERNANDES foram assentadas 48 famílias em 100 hectares. Em 1993 elas receberam mais 88 hectares.

realização desse trabalho foram utilizados vários caminhões e tratores de propriedade de alguns arrendatários acampados. Para a compra do óleo diesel, as famílias cotizaram-se para pagar o combustível, o que possibilitou o cultivo de 43 hectares de terra.

Durante a primeira semana de abril de 1993 foi realizado um mutirão que envolveu mais de 1.000 trabalhadores e 12 tratores para o tombamento de 200 hectares e plantio de feijão, milho e mandioca (...). O objetivo era pressionar o Estado para que agilizasse as negociações, propostas no acordo de janeiro, no sentido de desapropriar a fazenda e assentar as famílias" (FERNANDES, 1994:150).

## **13. A ATUALIDADE DA PRODUÇÃO COMUNITÁRIA NO BRASIL E NO MUNDO**

No capítulo anterior descrevemos algumas das inúmeras experiências de vida/produção comunitária e coletiva no campo, que ocorreram não apenas no Brasil, como também em outras partes do mundo. Selecionamos diferentes tipos de experiências - no que diz respeito à sua origem, prática, eficácia, distribuição dos frutos do trabalho, enfim, à sua *(u)topia* - de modo que pudéssemos ter uma visão, a mais ampla possível, do que já foi pensado/realizado em termos de produção comunitária/coletiva no campo.

Como já mencionamos no início deste trabalho, a discussão sobre as formas comunitárias de produção no campo ocupou uma posição de destaque entre as inúmeras polêmicas travadas entre os anarquistas das diferentes escolas, de um lado, e entre anarquistas e socialistas, de outro. Este debate, que ocorreu em meados do século passado, fez parte de uma discussão mais ampla acerca de como viria a ser a sociedade futura com a implantação do socialismo no mundo e sua posterior evolução, pelo avanço da humanidade, para o comunismo. Porém, apesar de sua importância, ela permaneceu "esquecida" pela Geografia por mais de um século. Muitos foram os temas tratados por esta ciência de uma maneira geral, e pela Geografia Agrária mais especificamente, mas este tema em especial permaneceu à margem de toda a discussão realizada entre seus intelectuais.

Preocupando-se em entender a forma como o capitalismo seria superado, a nosso juízo, a Geografia deixou à margem um tema de grande importância, que tem sido retomado pelos movimentos sociais no campo (como o MST) na atualidade. Mais do que isto, deixou à



margem não só estudos realizados sobre o tema em meados do século passado, por dois importantes geógrafos e anarquistas que, igualmente, foram "esquecidos" pela história do pensamento **oficial** da Geografia, Piotr KROPOTKIN e Elisée RECLUS, como também a polêmica travada no seio da escola socialista do anarquismo, entre as correntes coletivista (defendida por BAKUNIN) e comunista (defendida por KROPOTKIN).

Muitos geógrafos se preocuparam, durante muito tempo, com a forma como se daria o avanço do socialismo pelo mundo e a conseqüente superação do capitalismo. Muitos autores e partidos políticos, defenderam teses sobre o inevitável processo de proletarização do campo e a conseqüente submissão do camponês ao capital, como o único caminho para a implantação do socialismo. É freqüente, inclusive, lermos nos trabalhos dos autores que compartilham esta visão (teórica) do campo, referências a posições políticas reacionárias do campesinato. Falam isto porque, na realidade, partem de concepções (teóricas) tomadas *a priori* e, sendo assim, realizam a produção do conhecimento no sentido inverso ao indicado por Marx, ou seja, para estes autores, ao invés da teoria refletir a realidade (entendendo esta última como seu ponto de partida), o que ocorre é o processo inverso, a realidade "adapta-se" à teoria, passando esta última a ser o ponto de partida. Ora, estes autores parecem não entender que "não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência" (MARX, 1989:37).

Vários outros autores, por sua vez, realizaram - e continuam realizando - seus trabalhos com o intuito de desmitificar as teses acima referidas. Para tanto, partem da realidade encontrada no campo e, desta forma, suas teorias apenas refletem-na, o mais fielmente possível. No entanto, mesmo entre aqueles que fazem da realidade - e não da teoria - o seu ponto de partida, o tema sobre as formas comunitárias de produção no campo permaneceu pouco explorado.

No Brasil, a este respeito - entendendo o tema a partir de uma perspectiva mais ampla - encontramos trabalhos relativos a temas específicos, tais como as diferentes formas de cooperativas (Manoel F. G. SEABRA), as terras de uso comum no Paraná e Santa Catarina (Man Y. CHANG e José N. de CAMPOS), algumas colônias de imigrantes estabelecidas em diversos pontos do país, como a Colônia Witmarsum (Altiva P. BALHANA & Brasil P. MACHADO) e as Colônias de Bastos e Pedrinhas (Fernando C. F. SALGADO), apenas para citar alguns exemplos. Tratam-se, via de regra, de estudos de caso - a maior parte deles realizados por pesquisadores em áreas afins, como História, Sociologia, Antropologia - que procuram dar conta da realidade estudada, mas sem a preocupação de relacioná-la com a discussão mais ampla sobre esta forma de produção no campo.

Ao realizarmos nossos estudos sobre a Comunidade Sinsei e sua forma de produção/organização, sentimos a necessidade de, para entendê-la melhor, sair de seus limites. Acreditávamos que só teríamos uma compreensão mais exata da posição que ela ocupa no conjunto destas diferentes práticas, realizadas por camponeses de diversas nacionalidades e em diferentes locais e períodos da história, se tivéssemos uma visão, mesmo que geral, das mesmas. Recuperar a polêmica travada por estes autores - em especial as propostas apresentadas por KROPOTKIN - mostrou-se fundamental para que pudessemos entender a forma de organização do trabalho e de distribuição dos frutos deste trabalho e, mais do que isto, a **(u)topia** da produção comunitária realizada pela Comunidade Sinsei e demais experiências que existiram/existem, algumas das quais abordamos no capítulo anterior.

Como já destacamos, estas diferentes experiências de vida/produção comunitária foram/são fruto da insatisfação de um conjunto de pessoas com relação a ordem estabelecida pela sociedade em que estavam/estão inseridas. Por mais diferenças que possam existir entre elas, conseqüência das bases sobre as quais estão assentadas, todas possuem em comum, de imediato, a necessidade de ruptura, mesmo que parcial, com a ordem estabelecida, e a construção de algo novo, onde buscam resolver os problemas encontrados na sociedade global, mesmo que à custa do surgimento de outros.

Deixando propositalmente à margem uma divisão das diferentes experiências, tomando por ponto de partida as bases sobre as quais estão assentadas, e que serviram-nos de referência para que pudessemos agrupá-las no capítulo anterior (embora não tenhamos deixado esta divisão explícita), interessa-nos agora entender as formas possíveis de organização do trabalho/produção no campo, a saber, a **comunitária**, a **coletiva**, as práticas de **cooperação/ajuda mútua** ou o simples **uso comum da terra, com trabalho individual**.

Vale a pena, pois, retomarmos os pontos principais da discussão realizada no seio da escola socialista do anarquismo, para que possamos entender as origens, propostas, vantagens e problemas das diferentes experiências abordadas.

A escola **socialista**, como já abordamos no início deste trabalho, surge no interior do anarquismo em contraposição às escolas **individualista** (STIRNER) e **mutualista** (PROUDHON). Para esta escola, a vida societária não estava condenada a desenvolver-se em luta permanente entre os indivíduos, cada qual preocupado em defender/garantir sua individualidade em relação ao próximo. Ao contrário, a sociedade era o ambiente onde se desenvolvia a individualidade, e, portanto, não era hostil a ela. O que se fazia necessário, pois, era saber distinguir a singularidade do indivíduo e os conflitos individuais, estes últimos atribuídos a um processo histórico que difunde princípios anti-sociais como a competição,

protegidos, sobretudo, pelo Estado. Era a partir destas premissas que os socialistas defendiam a possibilidade de se conciliar a liberdade e a singularidade individuais às necessidades e interesses coletivos, possibilidade até então negada pelas escolas **individualista** e **mutualista**. A cisão que se estabeleceu no interior desta escola, porém, foi fruto da forma como esta conciliação era entendida e, acima de tudo, proposta como organização para a sociedade futura. É sob esta ótica que nos interessa analisar a polêmica travada entre as correntes **coletivista** e **comunista**.

A corrente **coletivista**, defendida por BAKUNIN, assentava a sociedade libertária futura em dois pilares. De um lado, na teoria federalista de PROUDHON (a organização livre dos produtores independentes) e, de outro, na teoria socialista (propriedade coletiva dos meios de produção/distribuição da riqueza socialmente produzida, de acordo com sua participação na produção, de onde deriva a expressão **a cada um de acordo com o seu trabalho**). Para BAKUNIN, a única igualdade que deveria existir seria a do **acesso aos meios de produção**, para que todos os indivíduos, potencialmente **desiguais**, pudessem desenvolver-se de acordo com sua **capacidade**. Daí defender tão somente a **coletivização dos meios de produção**. No que diz respeito à apropriação do fruto do trabalho, defende que cada um se aproprie da riqueza produzida de acordo com sua própria participação, nem mais, nem menos. Daí a fórmula: **de cada um, de acordo com as suas possibilidades e a cada um, de acordo com o seu trabalho**.

A corrente **comunista**, representada por KROPOTKIN, diferenciava-se da **coletivista** pela introdução do comunismo entre seus pilares. As idéias principais defendidas por esta corrente para a fusão entre os princípios do anarquismo e do comunismo foram desenvolvidas por KROPOTKIN em sua obra "O apoio mútuo", na qual KROPOTKIN contrapõem-se a Darwin, mostrando, ao analisar as condições de sobrevivência no reino animal, que dentro de uma mesma espécie, ao contrário da luta que os darwinistas afirmavam existir, havia a predominância do **apoio** e da **ajuda mútua**. KROPOTKIN vai além e afirma que o próprio estudo das sociedades humanas, em diferentes épocas da história, havia comprovado que as fases de maior desenvolvimento haviam sido aquelas em que as lutas entre os indivíduos deram lugar à **ajuda mútua**. Sendo assim, conclui estar na ampla difusão desses princípios a garantia da evolução da humanidade.

No entanto, a existência da propriedade pessoal da terra, instrumentos de trabalho, etc eram um empecilho para a realização de seu plano de organização da nova sociedade libertária, pelo que previa sua abolição. Mais do que isto, KROPOTKIN propõe que a apropriação dos frutos do trabalho se dê de acordo com as **necessidades individuais**, aplicando-se em todos os

casos, sem evasivas, a fórmula: **de cada um, de acordo com as suas possibilidades e a cada um, de acordo com as suas necessidades.**

Esta discussão acerca da organização da sociedade futura - e por que não dizer da produção comunitária/coletiva - foi realizada não apenas no interior do movimento anarquista, como também entre os socialistas e até entre os religiosos. Ela foi fruto das contradições impostas pelo desenvolvimento do capitalismo, que tornavam latente a necessidade de organização de uma nova sociedade. Este desafio foi aceito tanto por partidos políticos e militantes de esquerda quanto por religiosos das diferentes Igrejas Protestantes, já que a Católica, a esta época, aliava-se aos interesses burgueses de manutenção da ordem estabelecida. O ponto de partida para as diferentes propostas apresentadas por estes grupos será um só, qual seja, o **comunismo primitivo**. As divergências ocorreram/ocorrem na forma como ele será/tem sido entendido e praticado, como demonstram as diferentes experiências ocorridas ao longo da história, parte das quais descritas no capítulo anterior. Do ponto de vista político-ideológico, o **comunismo primitivo** configura-se como uma proposta de mudança **real** da sociedade atual, enquanto que, do ponto de vista religioso, ele apresenta-se como uma construção **ideal** de uma sociedade futura, a ser atingida após a morte, no reino dos céus, construção que alguns grupos religiosos decidem relizar em vida. Neste caso, porém, é bom ressaltar, sem um compromisso com o questionamento e a mudança da sociedade em que vivem.

Das formas de organização da produção propostas - a **comunitária**, a **coletiva**, as práticas de **cooperação/ajuda mútua** e o **uso comum da terra** - a **comunitária**, tal qual defendida por KROPOTKIN, é a mais próxima do **comunismo primitivo** e, em conseqüência, a que mais dificuldades apresenta para sua concretização.

Esta forma de produção, realizada por algumas comunidades descritas/analizadas - como por exemplo, a Colônia Cecília, as Comunidades Sinsei e Yuba e os Kibutzim, de um lado, os Mucker e a Comunidade Palma (em sua fase inicial), de outro - pressupõe um grau de identidade extremamente elevado entre seus integrantes e a **(u)topia** que ela comporta.

Embora possuam origens e motivos diferenciados, estas comunidades têm por objetivo a concretização do **comunismo primitivo**, através da fórmula proposta por KROPOTKIN - e também presente na Bíblia (no Livro dos Atos dos Apóstolos) - **de cada um, de acordo com as suas possibilidades e a cada um, de acordo com as suas necessidades.**

Se, por um lado, a concretização da primeira parte do ideal não apresenta problemas, será na segunda que eles aparecerão. Antes de analisarmos estes problemas, vale a pena pontuarmos as principais diferenças entre estas origens/motivos, para que não se tenha a

impressão de que estamos agrupando, sob o mesmo rótulo, propostas/preocupações bem diferenciadas. Por outro lado, é bom deixar claro que estamos considerando apenas as experiências que realizaram/realizam não apenas a produção, mas também uma **vida comunitária**, entendendo por isso um conjunto de pessoas que, movidas pela concretização de uma **(u)topia** comum, vivem o seu dia-a-dia de forma comunitária, morando na mesma área - mesmo que em casas individuais - realizando suas refeições e, com exceção dos Mucker e da Comunidade Yuba, decidindo juntas os caminhos a trilhar em direção ao futuro, através da realização de assembléias periódicas.

A Colônia Cecília nasceu da necessidade sentida por um grupo de imigrantes italianos anarquistas, liderados por Giovanni Rossi, de provar a viabilidade da vida anárquica. Como já apontamos, o debate entre anarquistas de um lado, e anarquistas e socialistas de outro, tornava-se cada vez mais intenso, mas ainda era um debate essencialmente teórico, como o eram as construções utópicas sobre a nova sociedade. Tal quadro acabou gestando um grupo - os denominados socialistas experimentalistas - que decidiu realizar suas experiências e provar, na prática, a viabilidade da vida anarquista. É neste quadro que a experiência vivida pelo grupo que formou Cecília deve ser entendida, e que lhe confere, declaradamente, um compromisso político-ideológico de mudança da sociedade global.

Esta colônia congregou inicialmente imigrantes italianos anarquistas, que chegaram ao Brasil em 1889, quando a fundaram, no município de Palmeira, na então Província do Paraná. Uma vez instalados, estes imigrantes tiveram que enfrentar uma série de obstáculos para colocarem-na em prática, dos quais o maior deles foi a oposição da classe dirigente e da Igreja, uma vez que eles não aceitavam nenhum tipo de autoridade pré-estabelecida.

Nas terras da Colônia eles, comunitariamente, construíram um galpão que denominaram "Casa do Amor", onde inicialmente todos foram alojados e que, mais tarde, transformou-se em refeitório. Com o tempo construíram também a casa dos solteiros e as casas para os casados. O eixo principal de conduta destes trabalhadores foi a **liberdade**. Nenhum deles era obrigado a realizar nenhuma tarefa, desde que não estivesse pré-disposto a executá-la. Cada um dedicava-se à atividade que lhe dava mais prazer e à qual possuía mais habilidades. Quando necessário, organizavam-se em grandes equipes para trabalhar a terra comunitariamente. Enquanto a terra não dava seus frutos, muitos deles, principalmente os mais jovens, trabalhavam como assalariados na abertura de estradas realizadas pelo governo, para garantir o recurso para obtenção dos alimentos aos integrantes da Colônia.

Muitos imigrantes partiram da Itália em direção à Colônia Cecília sem possuírem nada em comum com a **(u)topia** que a alicerçava e que eles praticavam no Brasil. Para muitos,

inclusive, a Colônia era apenas uma etapa a ser ultrapassada, em direção à propriedade familiar privada. Por outro lado, tendo na **liberdade** seu eixo principal de conduta, todos aqueles que nela desejassem ingressar eram aceitos, sem nenhum tipo de restrição. Um problema, porém, colocou-se desde o início, de acordo com uma análise feita por Giovanni Rossi após o fim da Colônia: a separação entre os que já eram camponeses na Itália e aqueles que não possuíam nenhum tipo de tradição com a terra.

Mesmo com as inúmeras divergências entre muitos dos integrantes, Cecília continuou sendo conduzida dentro do espírito anárquico. Este fato, por sua vez, despertava forte reação entre seus opositores, que contribuíram para a sua desintegração ao infiltrarem inúmeras famílias camponesas sem terra, que nada possuíam em comum com a utopia anarquista<sup>435</sup>. Ao contrário, elas possuíam uma relação com a terra no sentido oposto ao da Cecília, qual seja, o da apropriação familiar privada da terra. Os choques não tardaram a acontecer, e acirraram ainda mais as divergências entre os antigos membros camponeses e aqueles de origem não-camponesa.

A primeira transformação mais visível foi o aumento do número de assembleias que, até então, eram pouco comuns, uma vez que a **liberdade** de seus integrantes era respeitada. Com a introdução destas novas famílias todo passo a ser dado deveria ser devidamente discutido nas assembleias, onde raramente chegavam a um consenso. Entre os principais pontos de discórdia estava a reivindicação da partilha da terra em lotes individuais, feita pelas famílias recém-chegadas. Muitas foram as divergências. O fim foi inevitável. Permaneceram nas terras apenas os antigos camponeses italianos.

A Comunidade Yuba<sup>436</sup> foi construída por seu líder, Issamu Yuba, com o objetivo de concretizar seu ideal de fixação do homem no campo, através da construção de uma nova cultura. Este objetivo, por sua vez, seria concretizado em duas etapas. Na primeira delas, a organização de uma comunidade em torno de suas idéias e, na segunda, a apresentação de uma proposta de uma outra forma de se praticar a agricultura - até então realizada de forma predatória e itinerante - capaz de fixar o camponês à terra, melhorando seu padrão de vida. Não era, a princípio, uma proposta de mudança da sociedade global, mas sim, de alteração do padrão de vida e de melhorias para um setor específico, o campesinato. Esta alteração, por sua vez, acabaria provocando, indiretamente, alterações na sociedade global - como por exemplo

---

<sup>435</sup> Estas famílias (de brasileiros) foram infiltradas na Colônia com o apoio da classe dirigente e da Igreja, com o intuito pré-estabelecido de desarticulá-la.

<sup>436</sup> Da qual a Comunidade Sinsei se originou.

melhoria no padrão/poder de consumo, dinamizando o comércio local e, em rede, o regional, o estadual, etc - mas não sua mudança.

A Comunidade Sinsei nasceu da necessidade de uma outra forma de gestão, capaz de assegurar a seus integrantes uma estabilidade/auto-suficiência que até então não haviam conseguido alcançar. Embora se constitua em um exemplo concreto da possibilidade/viabilidade da mudança proposta pela Colônia Cecília, não tem como finalidade imediata a realização de tal mudança. Como já mencionamos em capítulos anteriores, ela já recebeu vários prêmios de produtividade, constituindo-se em exemplo de uma prática agrícola integrada/equilibrada. Pode também, inclusive, através da participação de um de seus integrantes junto ao programa de fixação do homem no campo, realizado através de um convênio estabelecido entre a Prefeitura do Município de Guaraçaí-SP, a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo e o IPPH, expandir sua forma de se relacionar com a terra entre os pequenos camponeses da região, durante a década de 70 e início da década de 80. Não há, porém, um compromisso previamente assumido com esta mudança.

Os Kibutzim nasceram das aspirações de um grupo de jovens, no início deste século, de aplicação das idéias de vida/produção comunitária de acordo com a fórmula apresentada por KROPOTKIN. Baseados inicialmente na agricultura, atualmente estão bastante diversificados, dedicando-se também à indústria e serviços tais como hotelaria, serviços de banquete, lavanderia, etc. Constituem-se, mesmo assim, em comunidades fechadas, onde todos decidem, através das assembléias, os caminhos que deverão ser trilhados pelo Kibutz em um determinado período, de forma a satisfazer integralmente as mais diversas necessidades de seus integrantes.

O movimento messiânico Mucker, realizado por imigrantes alemães, organizou-se em torno de uma líder espiritual que se dizia a enviada do Senhor para realizar curas e garantir a salvação àqueles que a seguissem, prometendo-lhes o reino dos céus após o Juízo Final. Seus seguidores organizaram-se em comunidade de forma mítica/religiosa, e procuraram realizar uma vida igualitária, com produção comunitária, sob sua orientação. Criaram um mundo próprio, negando todos os valores da sociedade - do qual só participariam os eleitos - e lutaram por sua concretização. Na verdade não se tratava de uma proposta de mudança, mas de substituição da sociedade global por uma outra.

A Comunidade Palma foi formada por um grupo de imigrantes batistas letos que dirigiram-se para o Brasil a fim de, levando uma vida o mais próxima possível daquela apresentada pelas Escrituras Sagradas, aguardar a vinda de Cristo à Terra. Esta comunidade, por sua vez, não possuía compromisso nenhum com a mudança da sociedade global. É bom

não esquecer que, embora Palma se organize em torno da comunidade primitiva cristã, da forma como a mesma aparece no livro dos Atos dos Apóstolos (como já demonstramos), ela surge da impossibilidade de um grupo de cerca de 350 imigrantes trabalharem suas terras individualmente. A proposta do grupo - de mais de dois mil imigrantes - que dirigiu-se ao Brasil na década de 20 e que se organizou na Colônia VARPA, era aguardar a vinda de Cristo trabalhando seus lotes **individualmente**. A Bíblia servia de parâmetro para uma conduta moral e social. Estes imigrantes estavam preocupados com a **sua salvação** e não com a mudança de uma sociedade que, para eles, estava perdida.

Palma nos interessa aqui por ter apresentado, ao concretizar uma experiência com base exclusivamente na religião, os mesmos problemas vividos pela Colônia Cecília - experiência atéia - pela Comunidade Sinsei - que tem na religião um de seus pilares de sustentação, como já analisamos - e pela própria Comunidade Yuba, embora neste caso estes problemas sejam escondidos sob um manto de aparente igualdade.

Independente de suas origens/motivos, a **liberdade** foi, com exceção da Comunidade Yuba, o eixo condutor destas experiências. Cada integrante dedicava-se, entre as atividades realizadas pela comunidade, àquela a que tinha mais aptidão, de acordo com suas próprias possibilidades, com o objetivo de fazer a experiência prosperar<sup>437</sup>. Não havia, pois, - ou melhor dito, não deveria haver - espaço para cobranças e/ou comparação entre o quanto cada um dedicava-se/dedica-se à comunidade, posto que o princípio era/é o de que cada um fizesse/faça aquilo que estava/está dentro de suas possibilidades.

O atendimento das necessidades básicas do grupo, tais como alimentação, vestuário e instrumentos para o dia-a-dia de trabalho, materiais de limpeza, higiene, etc em geral também era/é realizado, em todos os casos, comunitariamente. Para a satisfação das necessidades pessoais, por sua vez, os integrantes destas comunidades - com exceção da Comunidade Yuba - podiam/podem sacar, junto ao caixa comum, através de uma solicitação feita ao tesoureiro, a quantia necessária, a qual era/é fornecida desde que houvesse/haja dinheiro disponível para tal. No caso da Comunidade Yuba, a solicitação deve ser feita ao líder, quem avalia a necessidade real de tal solicitação e decide sobre a liberação do dinheiro para atendê-la, ou não.

É justamente neste ponto - na questão do atendimento às necessidades individuais e, mais do que isto, na realização da segunda parte da fórmula, **a cada um de acordo com suas necessidades** - que encontra-se a maior dificuldade para a concretização desta **(u)topia**, haja visto a franca oposição em que ela se encontra em relação à sociedade global. Enquanto o

---

<sup>437</sup> No caso da Comunidade Yuba, não havia/há muita possibilidade de escolha. No tempo em que Issamu Yuba era vivo, sua atividade principal era a avicultura poedeira e, atualmente, a comunidade vem dedicando-se quase que exclusivamente à fruticultura da goiaba, o que faz com que a maior parte de seus integrantes dediquem-se a estas atividades principais.



capitalismo imprime nos indivíduos aspirações individuais/individualistas e um espírito consumista (em geral de produtos supérfluos), esta prática de vida/produção **comunitária** exige daqueles que a realizam um compromisso com o grupo em que estão inseridos, bem como um grau de consciência que lhes permita identificar o que realmente é indispensável e o que é supérfluo entre suas necessidades. Esta é, a nosso juízo, a principal barreira a ultrapassar para que esta prática possa ser realizada com sucesso.

Porém, se os problemas já se configuram entre aqueles que, conscientemente, optaram por realizá-la, não é difícil avaliar o impacto que estas exigências exercem sobre aqueles que não compartilham da mesma **(u)topia**, seja por parte de integrantes que ingressam à experiência - tanto aqueles que nunca possuíram um vínculo com a mesma e tampouco a entenderam/respeitaram (como foi o caso da Colônia Cecília), quanto aqueles que ingressaram por terem se identificado com a mesma - seja por parte da segunda geração, que nem sempre a entende/aceita. A nosso juízo, esta barreira só teria sido/será rompida se também - e porque não dizer principalmente - a **(u)topia** for realizada comunitariamente. Para tal, é necessário que os novos integrantes - sejam eles espontâneos ou a segunda geração - a conheçam/entendam, o que depende de uma prática mais efetiva de diálogo que, conscientemente ou não, não foi/tem sido realizada por estas comunidades<sup>438</sup>, com vistas à passagem da própria história vivida por elas. Este fato dificultou/tem dificultado, conseqüentemente, a construção de uma identidade entre os novos integrantes e a comunidade. Não se trata de "moldá-los", mas sim, "esclarecê-los", para que eles próprios possam construir sua identidade com o grupo, ou não. Cabe aqui um esclarecimento acerca do que entendemos por construção da identidade entre os integrantes de uma comunidade, importante fator de coesão para o grupo. Não se trata de uma discussão mais aprofundada sobre o tema, mas sim, de uma referência ao mesmo.

De acordo com CAIUBY NOVAES, no final da década de 70, LÉVI-STRAUSS, ao tratar da questão da identidade, afirma que ela pode ser entendida como um "foco virtual, ao qual não corresponde nenhuma realidade" (CAIUBY NOVAES, 1990:08). Tal afirmação é verdadeira, sobretudo se pensarmos no conceito matemático de identidade, qual seja, a "relação de igualdade válida para todos os valores das variáveis envolvidas" (CAIUBY NOVAES, 1990:08).

CAIUBY NOVAES segue afirmando que, referindo-se à identidade como a tematização do **mesmo**, e sendo este um atributo ausente entre homens e mulheres - posto que não há um único homem que seja absolutamente **idêntico** ao outro - verificou-se que a identidade só podia ser evocada no plano do discurso, surgindo como um recurso na formação

---

<sup>438</sup> O mesmo problema que encontramos na Comunidade Sinsei foi identificado por Giovanni Rossi após a dissolução da Colônia Cecília e encontrado por MULATINHO na Comunidade Palma. A este respeito, por motivos que apontaremos a seguir, apenas a Comunidade Yuba configura-se como uma exceção.

de um **nós coletivo**, capaz de gerar uma ação política eficaz, embora muitas vezes momentânea.

Assim, conclui a autora, "a identidade apresenta sempre uma mesma face; é, de certa forma, um conceito que fixa atributos, exatamente por operar a partir de sinais culturais diacríticos. É evocada sempre que um grupo reivindica, para si, o espaço político da diferença. Opera no plano de uma estrutura macro-social, sendo um fenômeno que envolve, necessariamente, considerações a nível sócio-político, histórico e semiótico" (CAIUBY NOVAES, 1990:12).

É este o quadro teórico que temos como referência para entendermos o processo de constituição da identidade entre os integrantes das diferentes experiências em questão. Servimo-nos dele para reforçarmos a questão da necessidade da transmissão da *(u)topia* vivida por estas comunidades como uma forma de construir/reforçar a identidade entre os mesmos.

No caso da Comunidade Sinsei, como já apontamos ao analisarmos sua situação atual, esta constituição ocorreu entre seus fundadores, mas ainda não entre os mais jovens. A possibilidade de construção de um **nós coletivo** também entre os mais jovens foi sendo minada a cada choque ocorrido entre as duas gerações, fruto das constantes negações feitas pelos mais velhos, nas assembléias, às propostas de ampliação/inação apresentadas pelos mais jovens, e consolidada pela necessidade cristã do perdão, esta última pregada através dos cultos realizados pela comunidade. Nem os mais jovens buscaram entender os "por quês" de tanta negação, nem os mais velhos procuraram explicá-los, isto porque, para eles, tal compreensão seria propiciada pela *(u)topia* da vivência comunitária que realizavam.

O resultado foi o início de um movimento de saída, que aos poucos foi se intensificando, comprometendo ainda mais a construção da identidade entre aqueles que permaneciam na comunidade. O retorno, para visita ou hospedagens - que se apresentaram como provisórias mas que tornaram-se definitivas - em uma situação aparentemente "melhor" - medida através da ostentação de bens materiais cuja possibilidade de aquisição não era propiciada pela comunidade - só servia para dificultar ainda mais esta construção e intensificar ainda mais o número de desmembramentos de jovens que, para alcançar seus interesses individuais, sacrificavam os coletivos. É bom lembrar a necessidade de distinção, realizada pelos integrantes da comunidade, entre o realmente necessário e o supérfluo. Muitos destes bens - como roupa da moda, carro do ano, etc - eram considerados supérfluos pela comunidade, mas não necessariamente pelos mais jovens, que dividiam-se entre os padrões de consumo que o capitalismo lhes impunha, através do contato com a sociedade envolvente, e a conduta que a vivência comunitária indiretamente lhes exigia. O que estava em jogo, e que muitos não conseguiram vislumbrar, era a diferença entre os conjuntos de valores em questão.

Enquanto para o capitalismo o valor das pessoas se dá em função do que elas **têm**, para a comunidade, que preocupa-se com o pleno desenvolvimento de seus integrantes, ele se dá em função do que elas **são**. É como é mais fácil **ter** do que **ser**, é compreensível que a ostentação desses bens servissem como mais um incentivo à saída daqueles que não conseguiram construir seus laços com a comunidade.

No interior da comunidade, por sua vez, uma outra questão se colocava. Na prática concretizava-se entre aqueles que ficavam uma cobrança cada vez maior, seja no que diz respeito à intensidade de trabalho, seja no que diz respeito às somas retiradas do caixa comum para a satisfação das necessidades individuais. Enquanto realizamos nosso trabalho de campo na Comunidade Sinsei, foram comuns as queixas relativas a alguns membros que "trabalhavam de menos" ou que "compravam uma coisa mais cara do que o outro" e que, portanto, de acordo com aqueles que os criticavam, não pensavam na comunidade. Estes problemas, porém, não são exclusividade da Comunidade Sinsei.

A Colônia Cecília, experiência de vida curta, apresentou os mesmos problemas e outros, até piores. De acordo com SCHMIDT, quando as dificuldades tornaram-se mais agudas, enquanto um grupo dedicava-se ao trabalho assalariado na abertura de estradas a fim de garantir a alimentação para toda a Colônia, algumas famílias que não partilhavam sua *(u)topia*, saqueavam o refeitório durante a madrugada para garantir a sua própria alimentação. Foram, inclusive, roubados por um integrante, que vendeu toda a safra de milho produzida comunitariamente (que daria para saldar as dívidas dos impostos devidos e ainda garantiria um saldo) e fugiu. Este fato desencadeou uma série de desmembramentos que acabaram desarticulando a Colônia, num processo que culminou no fim da experiência.

Também a Comunidade Palma, que tinha bases estritamente religiosas, não foi poupada deste tipo de problema. Segundo MULATINHO, diante da constatação de que o sistema de caixa comum, com retirada de acordo com as necessidades de cada um, acabava prejudicando aqueles que faziam suas retiradas modestamente. Em assembléia, seus integrantes decidiram trocá-lo por um outro, de "salários", diferenciado por sexo e tempo de dedicação à atividade. O pagamento era realizado através de vales-compra que, posteriormente, foram substituídos por um outro, de conta-corrente.

A Comunidade Yuba, por sua vez, apresenta características diferenciadas, como procuramos salientar ao analisarmos seu processo de formação e a forma como foi/vem sendo conduzida, desde seu surgimento até os dias atuais. Ela surge, como já afirmamos, das idéias de seu líder, Issamu Yuba, baseado em TOLSTOI e MUSHANOKOJI de um lado e, a nosso juízo, na história da organização da comunidade primitiva cristã, de outro. Vale a pena

esclarecer, porém, que esta última é utilizada como referência apenas para Issamu Yuba (é ele quem serve-se das passagens bíblicas para construir-se enquanto líder - e **mito** - de sua comunidade).

Dotado de grande carisma, não lhe foi difícil convencer as pessoas sobre a viabilidade/pertinência de seu ideal. Aos poucos mais e mais pessoas o seguiam e, não raro, vendiam o que tinham entregando-lhe o dinheiro, ou simplesmente colocavam seus bens - móveis e imóveis - à sua disposição, para que seu ideal pudesse ser concretizado. Estas pessoas acreditavam que tais bens não seriam mais necessários pois, a partir de então, tudo lhes seria comum - seja o trabalho, seja a satisfação de suas necessidades. Ao conseguir das pessoas tal desprendimento<sup>439</sup>, Issamu Yuba tornou **real** o que muita comunidade religiosa continuou tratando no plano do **ideal**.

Esta sua auto-construção enquanto líder/mito precisava ser aceita sem questionamentos pelos seus seguidores, o que só se efetivaria se, além de aceitarem, passassem a defender suas idéias, dele Yuba, como se fossem deles próprios. Era preciso construir uma identidade entre as idéias de Issamu Yuba e seus seguidores, o que só se concretizaria a partir do momento em que eles se julgassem - todos, sem exceção - fundamentais para a concretização de seu ideal. Era preciso, pois, construir uma situação de **igualdade** - que ele sabia não existir, uma vez que assumia a função de líder - entre as pessoas.

Foi diante desta necessidade que Issamu Yuba introduziu os esportes e depois as artes em sua comunidade. Importante jogador de baseball, ele introduziu tal prática e criou o time da comunidade, que disputava - com destaque - competições a nível local, regional e nacional. Através deste time consolidava um espírito de equipe, base para a consolidação de sua posição na comunidade.

O próximo passo foi dado com a introdução das artes e a criação do Ballet Yuba, a partir da chegada à comunidade do casal Ohara, ele escultor e ganhador de muitos prêmios em nome da comunidade e ela, bailarina e responsável pela organização do Ballet Yuba e por sua projeção a nível nacional e internacional. A partir destes dois pilares - atualmente apenas deste último - responsáveis pela projeção de sua comunidade a nível nacional e internacional, Issamu Yuba deu coesão a seu grupo, conferindo a cada um deles uma importância/responsabilidade pela manutenção/concretização de seu ideal, que mesmo sua morte não conseguiu abalar. Ao garantir a base necessária para a manutenção de seu poder, ele construiu a identidade de sua

---

<sup>439</sup> Situação que ocorre à imagem e semelhança da cena descrita no livro dos Atos dos Apóstolos, sobre a qual já nos referimos textualmente, relativa à entrega dos bens aos Apóstolos para início da vida em comum.

comunidade, a qual tem sido capaz de esconder, ao longo destes anos, sob o manto do "**nós, Yuba**", as inúmeras diferenças/contradições que comporta em seu interior.

Embora se pretenda como um lugar ideal/harmônico para se viver, embora se proclame como o lugar onde o trabalho e a arte andam juntas, a comunidade Yuba comporta uma série de contradições em seu interior, as quais não pretende, em hipótese alguma, resolver. Muitos de seus integrantes, aliás, fingem não vê-las, como uma saída para não questioná-las.

Uma das contradições que mais nos chamaram a atenção foi a diferença de tratamento entre os integrantes da comunidade. Aqueles que pertencem às famílias Yuba e Ohara gozam uma série de vantagens em relação aos demais, sobretudo no que diz respeito à aquisição de algo que solicitam. Nem mesmo as crianças são poupadas desta diferenciação. Tentando reverter um pouco esta situação é que, a nosso juízo, aqueles que podem acabam inaugurando um "caixa extra" para garantir, a si próprio e a seus filhos, algumas regalias a que, de outra forma, seriam privados.

Outro fato que nos chama a atenção é o discurso acerca da harmonia entre o trabalho e a arte, panfletado sob o slogan de Issamu Yuba: "*A arte nasce da terra e deve viver da terra*", bem como da alegação de que o Ballet Yuba é uma atividade secundária, sendo a principal o trabalho no campo. A este respeito merece destaque também um dos depoimentos de Issamu Yuba: "*Não bailamos para nos exibirmos. Bailamos, cantamos e fazemos teatro para darmos plenitude à nossa vida diária*"<sup>440</sup>.

A importância que o Ballet Yuba desempenha na comunidade é fato incontestável, e pode ser comprovada quando das apresentações do grupo, quer na própria comunidade, quer em outros locais, dotados sempre de grande profissionalismo. As roupas de saco de ração tingidas, como já salientamos, cederam lugar a grandes figurinos projetados/encomendados para cada coreografia e/ou peça teatral. Todas as apresentações têm grandes efeitos de luz e de cenário, o que vem a comprovar a seriedade com a qual os espetáculos são encarados. É através deles que a comunidade tem se tornado conhecida pelo país, ganhando destaque em reportagens em jornais e revistas de circulação nacional e internacional, tais como a Revista Veja e o jornal O Estado de São Paulo, de circulação nacional, e os jornais Diário NIPPAK e São Paulo Shimbum, de circulação entre a colônia japonesa e outros jornais no Japão. É o Ballet Yuba que torna a comunidade conhecida, e não o inverso.

Por outro lado, a arte não é praticada exatamente como se proclama. A esse respeito conversamos com uma ex-integrante da comunidade, que colocou em xeque tal "filosofia". Segundo ela, trabalhar como na arte significa garantir a todos o desenvolvimento de sua

---

<sup>440</sup> In: BAGNOLI, Helena. Yuba: onde a arte brota da terra. *Classe*, São Paulo, Ano III, (6):58-66, 1988.

capacidade criativa. Uma obra de arte é fruto, sempre, da capacidade criativa de um único autor, portanto única. Na comunidade há apenas alguns artistas. Somente algumas pessoas criam. A maioria segue as normas que lhes foram impostas, o que está de acordo com as reais intenções da comunidade. Conforme pudemos observar e de acordo com o depoimento da ex-integrante, "*para a comunidade não interessa um indivíduo criativo, mas sim, um indivíduo produtivo. Desenvolver sua capacidade criativa implica em transformá-lo em um ser questionador. Isso não é interessante para a comunidade*"<sup>441</sup>.

Tal prática pode ser comprovada pelo fato da educação ainda hoje ser negada aos jovens, sobretudo às jovens. Da mesma forma, as atividades verdadeiramente artísticas que tentaram ser desenvolvidas na comunidade acabaram sendo boicotadas. Houve um grupo de jovens que chegaram a participar de algumas oficinas de pintura e, à medida que abriam suas mentes, começaram a observar mais atentamente a comunidade e a questioná-la. As represálias familiares tornaram-se cada vez mais fortes, em função dos germes de destruição que estes questionamentos traziam em seu interior. Tais jovens acabaram abandonando as oficinas, encerradas por falta de participantes.

Também merece destaque a quase ausência de uma vida familiar/individual. As atividades da comunidade ocupam seus integrantes das 6h00 às 23h00. Encerrando-se as atividades produtivas têm início as atividades culturais. Somente a partir das 23h00 é que estão "liberados" para o convívio familiar. No entanto, este convívio acaba sendo prejudicado pelo cansaço que o dia de trabalho intenso imprime a seus integrantes. Desta forma, sobra pouco tempo para questionar as desigualdades ou mesmo para conviver em família, até porque o significado que atribuem à família é muito diferente daquele que concebemos. Para eles, "*a comunidade é uma grande família*", razão pela qual o tempo destinado à vida familiar da forma como a entendemos tem o intuito de garantir a reprodução (através da procriação) da comunidade. O restante é feito comunitariamente. Ao analisar esta questão, ADACHI cita o exemplo de uma jovem que havia viajado ao Rio de Janeiro para visitar seu irmão por uma semana, deixando seus três filhos - um de 8, um de 5 e outro de 4 anos - sob responsabilidade de seu marido. Ao notar a ausência do pai das crianças durante uma das refeições<sup>442</sup>, dirigiu-se a uma das crianças perguntando-lhe sobre o seu pai. Esta, por sua vez, respondeu-lhe que não o via há dois dias. ADACHI ressalta que isto é possível por que todos sabem que, mesmo sem os pais, as crianças irão fazer suas refeições e tomar banho diariamente. Há sempre alguém olhando por elas.

---

<sup>441</sup> Depoimento obtido em entrevista realizada em dezembro de 1992. Reservamo-nos o direito de omitir seu nome.

<sup>442</sup> Na Comunidade Yuba a maior parte das famílias sentam-se juntas durante as refeições.

Ainda com relação à vida em família e seus problemas cotidianos, merece destaque o episódio do divórcio ocorrido na comunidade, ao qual nos referimos no capítulo sobre o quadro atual da Comunidade Yuba. Segundo ADACHI, a crise foi vivida pelo casal e acompanhada pela comunidade. A moça havia decidido desmembrar-se com seus filhos ao término do ano letivo. O rapaz havia partido para o Japão para trabalhar como dekassegui, a fim de conseguir recursos que seriam entregues à sua ex-esposa para auxiliar na educação dos dois filhos, já que a comunidade não se responsabilizaria por estes gastos. Embora o assunto não tivesse sido comunicado oficialmente, todos sabiam do ocorrido. Mesmo assim, no ato da partida, ADACHI relatou-nos que muitos integrantes lhe perguntaram por que ela estava deixando a comunidade.

Outro fato que vem a reforçar a prática autoritária sob o discurso "comunitário" é a proibição do ensino da língua portuguesa às crianças antes que elas atinjam a idade escolar, bem como a proibição de se falar em português no interior da comunidade, sob pena de "*vir a acontecer o que já aconteceu na Comunidade Sinsei*"<sup>443</sup>. No entanto, mesmo optando por uma política de isolamento em relação à sociedade envolvente - e mesmo de sua negação - a comunidade não tem dado conta de impedir que algumas pessoas continuem saindo. Os poucos jovens que saíram para prosseguir seus estudos e os dekasseguis "disfarçados de turistas" são bons exemplos disto. Mesmo que estes últimos venham a retornar à comunidade, já não será mais da mesma forma. O tempo que passaram fora da comunidade, tudo indica, se engarregará de propor-lhes outras formas de ver o mundo.

Merece destaque ainda a falta de reuniões para decisão dos caminhos a serem trilhados em comum acordo o que, a nosso juízo, é a única coisa coerente com a filosofia da comunidade. Quando questionado sobre a existência destas reuniões, um dos integrantes disse-nos que elas nunca existiram e não existirão, porque sempre alguém se destaca por falar mais<sup>444</sup>. Recordando a história da comunidade, o mesmo informou-nos que houve um tempo em que os jovens recém-casados se reuniam para discutir o futuro de seus filhos na comunidade. Logo chegaram à conclusão de que não precisavam dar atenção demais a seus filhos, mas sim, que deveriam trabalhar bastante, com dedicação e afinco, para que os filhos entendessem aquilo como certo e seguissem seus exemplos. Denominou a isto de "*Viver com natureza*"<sup>445</sup>.

---

<sup>443</sup> Este discurso está presente na maioria dos integrantes da Comunidade Yuba e refere-se à constante saída de jovens daquela comunidade. Falaremos sobre este assunto mais à frente neste trabalho.

<sup>444</sup> O que fica claro é que, nem sempre, esta pessoa é o líder Tetsuhiko Yuba.

<sup>445</sup> Depoimento de Tsunoe Yuba, em entrevista realizada em março de 1993. Fica clara a pré-disposição ao não questionamento.

Desde seu início, a Comunidade Yuba foi constituída em torno da figura de Issamu Yuba, que concentrou em torno de si próprio todo o poder e todas as atenções relativas à comunidade, tanto por parte de seus integrantes, quanto por parte daqueles que ouviam falar e buscavam conhecer a Comunidade Yuba, vale dizer, a comunidade **do** Yuba.

Issamu Yuba construiu em torno de si próprio - e a nosso juízo conscientemente - um **mito**, entendido como "linguagem coletiva do homem criador, do homem que busca, com seu trabalho, dotar de significação o mundo e as relações sociais" (LAPLANTINE, 1977:63). Homem dotado de um carisma ímpar e de um sentido de modernidade muito além de sua época, Issamu Yuba foi capaz de convencer a todos com quem se relacionava da viabilidade/pertinência de seu ideal. Todos aqueles que o seguiram - seja ingressando na comunidade, seja financiando seus projetos - o fizeram porque acreditaram em suas palavras.

Apesar de lançar as bases de sua comunidade nas idéias de TOLSTOI e MUSHANOKOJI, e a despeito do autoritarismo com que a conduzia - o que acabou resultando em inúmeras manobras financeiras mal sucedidas, culminando em sua falência em 1956 e no surgimento da Comunidade Sinsei - Issamu Yuba conseguiu concretizar o que muitas comunidades religiosas não conseguiram. Mais do que isto, ele construiu sua comunidade em torno de si próprio, nos moldes da comunidade primitiva cristã. Aquilo que Varpa, Palma, Mucker, Amish e tantas outras experiências tiveram como **ideal**, Issamu Yuba conseguiu tornar **real**.

Através de seus discursos, onde pregava seu ideal de vida comunitária, Issamu Yuba conseguiu convencer/reunir cada vez mais integrantes em sua comunidade e, mais do que isto, conseguiu deles tamanha convicção na validade do estilo de vida ao qual passavam a dedicar-se, que não foram poucos aqueles que entregaram suas propriedades a Issamu Yuba, para que ele a utilizasse como julgasse melhor, uma vez que não necessitavam mais delas. Os integrantes da Comunidade Yuba viviam em torno dos ideais que ele pregava e reforçava periodicamente em reuniões, onde buscava ressaltar a importância/viabilidade da prática que realizavam. Os trechos extraídos do Livro Bíblico dos Atos dos Apóstolos servem para reforçar nossa análise:

<sup>34</sup>Não havia pois entre eles necessitado algum; porque todos os que possuíam herdades ou casas, vendendo-as, traziam o preço do que fora vendido, e o depositavam aos pés dos apóstolos. (Atos dos Apóstolos, 4:34)

<sup>42</sup>E perseveraram na doutrina dos apóstolos, e na comunhão, no partir do pão e nas orações.

<sup>43</sup>E em toda alma havia temor, e muitas maravilhas e sinais se faziam pelos apóstolos.

<sup>44</sup>E todos os que criam estavam juntos, e tinham tudo em comum." (Atos dos Apóstolos, 2:42-44).



Sendo o centro em torno do qual girava a comunidade, sua morte acabou deixando lacunas que seu filho não soube preencher. As expectativas não atendidas em torno do atual líder, como mencionamos, acabaram desencadeando um processo de falta de identidade entre ele e os demais integrantes da comunidade. O papel que, ainda hoje, Issamu Yuba representa para a comunidade é um exemplo disto. É como se, para eles, só existissem dois tempos: o passado, onde puderam desfrutar de sua presença e aprender sobre seu ideal de vida comunitária, e o presente, em que buscam concretizar tal ideal, como uma tentativa de mantê-lo vivo. Issamu Yuba permanecerá sendo um **mito** e, como tal, continuará conduzindo a comunidade. Tetsuhiko Yuba, tudo leva a crer, permanecerá sendo **seu filho**. Resta saber por quanto tempo Issamu Yuba permanecerá "vivo" no seio da comunidade. Mais ainda, até quando, e de que forma, os jovens - o verdadeiro futuro da comunidade - garantirão sua existência.

A Comunidade Yuba - da mesma forma que os Mucker e os Kibutzim, que igualmente conseguiram construí-las - servem como exemplo da necessidade de construção de uma identidade para coesão do grupo e continuidade da experiência, construção que a Colônia Cecília e a Comunidade Palma não conseguiram realizar, e que a Comunidade Sinsei tem apresentado dificuldades para solidificar. Esta construção, porém, a nosso juízo, deve ser feita pela comunidade como um todo, e não criada por um, como o ocorrido na referida comunidade. Só ela dará o respaldo necessário à aplicação, sem evasivas, à segunda parte da fórmula, **a cada um, de acordo com as suas necessidades**, provando que, mais do que viável, esta forma de produção no campo é **possível**.

Outra forma de produção que merece destaque pela difusão/alcance atingido é a **coletiva**, a qual tem sido realizada de acordo com a idéia central proposta pela corrente coletivista defendida por BAKUNIN, qual seja, a coletivização limitada aos meios de produção - terra e demais meios de produção - com a divisão dos resultados obtidos com a comercialização - em produto ou em dinheiro - de acordo com a participação de cada um no processo de trabalho, de onde a fórmula **de cada um de acordo com as suas possibilidades e a cada um de acordo com o seu trabalho**. Não estamos querendo dizer, vale esclarecer, que todas as práticas de produção coletiva no campo foram/são anarco-coletivistas e têm em BAKUNIN o seu referencial teórico, tampouco que todas as experiências de produção comunitária foram/são anarco-comunistas e tiveram em KROPOTKIN tal referencial. Utilizamos estes autores como referência para que possamos entender qual a posição que estas experiências ocuparam/ocupam no seio de uma discussão mais geral acerca da reorganização

da sociedade. A proposta das formas coletivas de produção foi trabalhada de diferentes formas e por diferentes teóricos, mas a idéia central - a forma como seria organizada a produção e a divisão de seus resultados - permanece a mesma. Daí utilizarmos BAKUNIN, um dos muitos a terem defendido esta proposta, como referência à mesma.

Esta forma de produção foi/é a que teve/tem o maior raio de alcance. Entre elas incluem-se, de certo modo, o mir russo e, posteriormente, com a coletivização do campo, os kolkozos e os sovkozos, as diferentes experiências de cooperativas de produção realizadas pelos países do leste europeu que adotaram o socialismo até o final da década de 80, as cooperativas de produção e as comunas populares na China, alguns dos ejidos mexicanos, algumas das experiências bem sucedidas de roças comunitárias que acabaram se afastando do modelo ideal (este comunitário), bem como, embora de forma diferenciada e, ainda, algumas das práticas realizadas pelo MST, como os grupos coletivos, as cooperativas de produção dos assentados e, em menor grau, os grupos semi-coletivos.

As diferentes experiências citadas, por sua vez, apresentam diferenças que devem ser esclarecidas. Há entre elas três tipos: aquelas em que a terra e o trabalho são coletivos; aquelas em que a terra permanece como propriedade individual e o trabalho é realizado coletivamente e aquelas em que, embora a terra e o trabalho sejam individuais, não há autonomia de decisão, por parte dos camponeses.

No primeiro caso, a terra tanto pode ser propriedade do Estado (como no caso dos sovkozos), como pode ser propriedade coletiva de seus integrantes (como no caso das comunas populares chinesas) ou ainda tornar-se coletiva a partir da entrega feita pelos camponeses a uma cooperativa, para seu ingresso (como no caso dos kolkozos e das cooperativas de produção dos antigos países socialistas do leste europeu), estas últimas criadas à semelhança do **artel** russo<sup>446</sup> e de alguns casos - poucos - de cooperativas de produção dos assentados.

No segundo caso, a terra permanece propriedade individual, porém os camponeses organizam-se coletivamente para produzi-la. Como exemplo podemos citar as roças comunitárias<sup>447</sup> e das experiências realizadas pelo MST através dos grupos coletivos e das cooperativas de produção dos assentados<sup>448</sup> e, em menor grau, dos grupos semi-coletivos.

No terceiro caso, as propriedades são organizadas sob a forma de uma aldeia e, embora reservem uma parcela de terra para o cultivo de uma horta e criação de animais de pequeno porte para o auto-consumo e comercialização do excedente, a decisão sobre o que

---

<sup>446</sup> Para maiores detalhes, ver item sobre o **mir** no capítulo anterior.

<sup>447</sup> Há também duas outras situações possíveis: em uma delas, um grupo de posseiros produz coletivamente a terra ocupada para protegê-la. Na outra, o grupo adquire uma parcela de terra para este fim. Para maiores detalhes, ver item sobre **roças comunitárias** no capítulo anterior.

<sup>448</sup> Há, entre estas práticas, casos, porém, em que a terra é coletiva e registrada em nome da cooperativa.

cultivar na maior parte de suas terras compete às assembléias, levando em consideração as necessidades do mercado, via de regra, apresentadas pelo Estado. É o caso, por exemplo, do mir e dos ejidos mexicanos. Entre estes últimos, há casos em que o trabalho é realizado coletivamente. São os chamados ejidos coletivos, que constituem-se na exceção, e não na regra.

As experiências citadas no primeiro e no segundo caso, ou seja, onde a terra e o trabalho são coletivos ou onde a terra permanece propriedade individual, porém é colocada para ser produzida coletivamente são, a nosso juízo, os melhores exemplos deste tipo de prática. A decisão sobre o que será cultivado e a forma como o trabalho será realizado é tomada pelo grupo em assembléia. Na maioria dos casos, mesmo com o trabalho sendo realizado coletivamente, cada camponês também possui individualmente uma pequena área na qual dedica-se a uma horta e à criação de animais de pequeno porte para seu auto-consumo, mantida para garantir a identidade camponesa do grupo. Quando, por outro lado, apenas uma parte das terras (em geral uma pequena parte) é destinada ao cultivo coletivo (como nos grupos semi-coletivos e nas roças comunitárias), a decisão, também tomada através de uma assembléia, refere-se tanto ao produto a ser cultivado quanto a quantidade de dias que devem ser destinados, por cada membro do grupo, ao trabalho coletivo.

A divisão dos frutos do trabalho se dá com base na quantidade/qualidade do trabalho realizado, colocando-se, pois, em prática, a fórmula **a cada um, de acordo com o seu trabalho**. Em alguns casos, coloca-se como peso também a quantidade/qualidade das terras que cada camponês cedeu à cooperativa para o trabalho coletivo, enquanto em outros não se realiza nenhum tipo de divisão, sendo o dinheiro arrecadado com a comercialização da produção destinado à aquisição de um bem coletivo - como por exemplo algum maquinário<sup>449</sup> - ou para financiar os custos da luta pela terra (gastos com advogados, passagens, etc).

Porém, a solução do problema da apropriação do fruto do trabalho é apenas aparente. A distribuição da produção com base no trabalho realizado faz emergir um problema já levantado por KROPOTKIN, qual seja, a necessidade da existência de alguém responsável por "medir" o trabalho realizado por cada um dos integrantes do grupo - e que não trabalha da mesma forma e com a mesma intensidade que aqueles que ele "vigia" - para a posterior distribuição dos resultados. Esta necessidade, por sua vez, coloca em xeque a liberdade proposta pelo anarquismo de um lado, e revigora a figura do **chefe**, responsável pelo controle do trabalho, tal qual em um empreendimento capitalista, do outro.

---

<sup>449</sup> Esta prática também é comum entre alguns seringueiros nas Reservas Extrativistas no Acre.

Outra questão levantada diz respeito à questão da qualidade do trabalho realizado, que pressupõe/reforça a divisão do trabalho e a diferenciação do trabalhador, consolidando a valorização do trabalho intelectual em relação ao trabalho manual/braçal.

Vale salientar que o questionamento sobre a "medição/avaliação" do trabalho também parte dos próprios trabalhadores. Quando esta função não é oficialmente assumida por nenhum deles, todos se julgam no direito de avaliar o trabalho do outro o que, fatalmente, coloca em risco o sucesso da experiência.

Uma terceira forma de produção abordada no capítulo anterior diz respeito à **cooperação/ajuda mútua**, presente entre as comunidades religiosas - os menonitas propriamente ditos, os Amish, e as Colônias Witmarsum e Varpa - e em algumas práticas realizadas pelo MST, como os grupos de família, as associações e os condomínios.

Em todos estes casos mantém-se a propriedade individual e os camponeses cooperam entre si, provisoriamente ou não, para atingir um objetivo imediato - como por exemplo compra de maquinários, insumos, animais, etc ou a venda coletiva da produção - ou ainda auxiliam-se mutuamente sempre que necessário, como por exemplo a realização dos serviços no roçado em caso de doença do camponês, o cuidado das crianças em caso de doença da mãe, etc.

Em alguns casos, esta cooperação se dá por laços de solidariedade - fato mais comum entre os grupos religiosos - enquanto em outros ela se dá por um compromisso - formal ou não - assumido por um grupo de pessoas, como nos casos dos grupos de família, das associações e dos condomínios.

No primeiro caso, a discussão dos problemas se dá a partir da Igreja, sendo a palavra comunidade entendida em seu sentido amplo, ou seja, a comunidade religiosa. No segundo caso, ela ocorre através de reuniões informais (no caso dos grupos de família) ou de assembléias (no caso das associações). Trata-se de uma forma de auxílio para casos específicos, onde o compromisso é com o indivíduo, e não com o grupo. As famílias mantêm sua autonomia para decidir o que, quando e quanto plantar e, via de regra, comercializam sua produção individualmente.

Por fim, uma quarta forma de produção abordada, realizada através do **uso comum da terra**, como as terras comunais de Santa Catarina e os faxinais no Paraná. São duas as possibilidades de realização desta forma. Em uma delas, um grupo de pequenos camponeses une-se e coloca parte de suas terras (mantidas sob propriedade individual) para uso comum.

Em outro, um grupo de pequenos camponeses usa, de forma comum, uma área de domínio público. Em ambos os casos, a finalidade é tornar possível a realização de uma atividade que, de outra forma, não se concretizaria. Em geral estas terras são utilizadas para a realização da pecuária extensiva, ou para extração de algum recurso, em pequena escala, como por exemplo a extração de lenha e/ou madeira em uma área de floresta<sup>450</sup>. No caso do uso para pecuária, esta forma de uso da terra abre ao camponês a possibilidade de criar mais gado do que lhe seria permitido em sua propriedade ou ainda cria a possibilidade para o camponês sem terra de fazê-lo, desde que ele tenha recursos para adquirí-lo. Trata-se, porém, de um uso que visa solucionar uma necessidade imediata, sem maiores preocupações com uma situação futura.

Apesar dos problemas apresentados por estas diferentes formas de produção que, mesmo em menor grau, exigem uma prática que extrapola os limites do individual - seja de produção/apropriação/vida comum, em um extremo, seja de decisão de colocar uma parcela de suas terras, por menor que ela seja, para uso comum, no outro - elas constituem-se, acreditamos, em importantes alternativas para o campesinato brasileiro, sobretudo para os pequenos camponeses que, com poucos recursos ou sem nenhum, têm enfrentado sérias dificuldades para garantir a continuidade de sua existência enquanto tal.

Tem sido prática, entre as lideranças dos movimentos sociais no campo, a imposição aos camponeses de padrões de produção que não lhes dizem respeito de imediato, sobretudo entre aqueles que lutam pela terra. Embora realizada coletivamente<sup>451</sup>, esta luta é pela propriedade **individual** da terra.

Ao imporem práticas coletivas, estas lideranças vão contra os anseios destes camponeses e minam toda e qualquer possibilidade de uma realização, posterior e com sucesso, deste tipo de prática. Partir para estágios mais avançados da proposta, como as formas coletivas e comunitárias de produção, sem que o terreno tenha sido devidamente preparado é, a nosso juízo, andar na contra-mão da construção da sociedade futura. É minar as possibilidades de sucesso, divulgação, ampliação e realização destas propostas.

A **(u)topia** praticada pela Comunidade Sinsei, que nestes seus 40 anos de existência tem, apesar das dificuldades, conseguido permanecer fiel a seus princípios de **liberdade**<sup>452</sup>, tanto no que diz respeito à sua forma de gestão - as assembléias onde todos têm direito a voz e

---

<sup>450</sup> Segundo CAMPOS houve a utilização da terra comum - em caso de domínio público - também para a prática da agricultura. Além de ser uma prática pouco comum, da forma como foi apresentada pelo autor, foi uma forma de uso individual da terra comum.

<sup>451</sup> Há inclusive referências a práticas espontâneas de trabalho coletivo nos assentamentos do MST ou em áreas ocupadas por posseiros fora de seus limites, enquanto forma de resistência e fortalecimento do movimento.

<sup>452</sup> É bom não esquecer que as demais experiências tratadas, em algum momento, deixaram este princípio de lado.

voto - quanto no que diz respeito à distribuição dos frutos do trabalho comunitário - segundo o princípio de **a cada um, de acordo com as suas necessidades** - faz com que ela ocupe, no conjunto das experiências abordadas, uma posição de "**farol**". Ao longo destes anos ela tem indicado, ao mesmo tempo, o caminho a seguir - ou do qual se desviar - e o lugar a chegar. É isto o que faz com que ela seja, a nosso juízo, a meta a ser alcançada, o referencial a partir do qual as propostas futuras de organização do campesinato - e com a participação efetiva destes - poderão ser construídas.

Os diferentes exemplos abordados, sobretudo nos casos das formas coletivas/comunitárias de produção, servem para comprovar que a utopia deve ser construída em conjunto e por cada um deles. Deve-se respeitar as etapas de aceitação desta proposta, concretizada através da realização paulatina de práticas de auxílio/cooperação, das mais simples às mais complexas. O desejo de organização para produção coletiva/comunitária por parte dos camponeses deve ser uma **aspiração** e não uma **imposição**. Do contrário, ela não se concretizará. Afinal, não é de mais lembrar,

*"não é a consciência que determina a vida,  
mas a vida que determina a consciência"*

(Karl Marx)

## **BIBLIOGRAFIA**

- ABREU, A. A. de. A colonização agrícola holandesa no estado de São Paulo: Holambra I. São Paulo : FFLCH/USP,1970. 115 p. Dissertação (Mestrado). Departamento. de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- AFANASSIEV, V. G. Introdução e Materialismo Dialético. In: \_\_\_\_\_. Filosofia marxista: compêndio popular. Rio de Janeiro : Vitória, 1963. p. 11-203
- ALVIM, Z. M. F. Emigração, família e luta: os italianos em São Paulo - 1870-1920. São Paulo : FFLCH/USP, 1983. 295 p. Dissertação (Mestrado). Departamento de História Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- AMADO, J. P. Conflito social no Brasil: a revolta "Muncker" no Rio Grande do Sul (1868-1898). São Paulo : FFLCH/USP,1976. 219 p. Tese (Doutorado). Departamento de História, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- ANDRADE, M. C. de. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, GB, n.54, p.5-28, jun/1977.
- ANDRADE, M. C. de. (org). Elisee Reclus: geografia. São Paulo : Ática, 1985, 200 p. il.
- ANDRADE, M. C. de. Geografia: ciência da sociedade (uma introdução à análise do pensamento geográfico). São Paulo : Atlas, 1987, 143 p.
- ANDRADE, M. P. Terra de índio: terras de uso comum e resistência camponesa. São Paulo : FFLCH/USP,1990, 2 vol. 378 p. Tese (Doutorado). Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- BACUNIN, M. A. Antologia do socialismo libertário. Rio de Janeiro : Mundo Livre, 1979. 52 p.
- BAKUNIN, M. A. Federalismo, socialismo e antiteologismo. São Paulo : Cortez, 1988. 138 p. (Pensamento e Ação, 2).



- BALHANA, A. & MACHADO, B. P. (org). Campos Gerais: estruturas agrárias. Curitiba : UFPR, 1968. 268 p. il.
- BARBOSA, F. D. Os fanáticos de jacobina (os muckers). 2ª. ed. Porto Alegre : ESTSLB, 1984. 51 p. il.
- BETTELHEIM, C. A luta de classes na União Soviética (1º. período: 1917-1923) vol. I. 2ª. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979. 480 p. (Pensamento Crítico, 6).
- \_\_\_\_\_. A luta de classes na União Soviética (2º. período: 1923-1930). Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1983. 529 p. (Pensamento Crítico, 51).
- BIX, H. P. Peasant protest in Japan, 1590-1884. New York : Yale Univ. Press, 1986.
- BRANDÃO, C. R. (org). Pesquisa participante. 7ª. ed. São Paulo : Brasiliense, 1988. 211 p.
- \_\_\_\_\_. Repensando a pesquisa participante. 3ª. ed. São Paulo : Brasiliense, 1987. 252 p.
- CAIUBY NOVAES, S. Jogo de espelhos: imagens da representação de si através dos outros. São Paulo : FFLCH/USP, 1990. Tese (Doutorado). Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- CALLAI, H. C. Trajatória de expropriação: o colono e a formação da região de Colônias Novas. São Paulo : FFLCH/USP, 1983. 226 p. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- CAMPOS, J. N. de. Terras comunais na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis : FCC/EDUFSC, 1991. 168 p.
- CAPEL, H. & URTEAGA, L. Las nuevas geografías. 3ª. ed. Barcelona : Salvat, 1984. 65 p. il, (Salvat Temas Clave, 70).
- CASTRO, M. M. P. de. "Chi non lavora non mangia": as unidades familiares de produção em São Paulo. São Paulo : FFLCH/USP, 1985. 117 p. Dissertação (Mestrado). Departamento e Antropologia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- CENNI, F. Italianos no Brasil. 2ª. ed. São Paulo : Livraria Martins : EDUSP, 1975.
- CENTRO DE INFORMAÇÃO DE ISRAEL. Kibutz. 3ª. ed. Jerusalém : Ahva, 1993. 23 p. il.
- CHANG, M. Y. Faxinais no Paraná. Geografia, Londrina : V. 3, p. 84-103, 1985/1986.
- CLARK, G. & LANGFORD, M. Japan: landscape, tradition, season. Cambridge : Harvard Univ. Press, 1987.
- COELHO, T. O que é utopia. 4ª. ed. São Paulo : Brasiliense, 1984. 98 p. il (Col. Primeiros Passos, 12).
- CROPOTQUIN, P. A. La conquete du pain. 9ª. ed. Paris : Stock, 1906. 297 p.
- \_\_\_\_\_. Champs, usines et ateliers. Paris : Stock, 1910. 486 p.
- \_\_\_\_\_. O anarquismo, suas bases científicas, sua filosofia, seu ideal, seus princípios econômicos. São Paulo : Unitas, 1933. 241 p.

- DERRUAU, M. As agriculturas colectivistas. In: \_\_\_\_\_. Geografia Humana I. 2ª. ed., Portugal : Presença, Brasil : Martins Fontes, 1977. p. 443-453 (Biblioteca de Textos Universitários, 7).
- DORE, R. P. La reforma agraria y el Japon. México : Fondo de Cultura Economica, 1964.
- ESTERCI, N. (org). Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da Igreja popular no Brasil. Rio de Janeiro : Marco Zero, 1984. 159 p. (Cadernos do ISER, 16).
- FLAVIEN, J. & LAJOINIE, A. (org). A agricultura nos países socialistas da Europa. Lisboa : Avanté, 1977. 273 p. (Col. Reforma Agrária, 3)
- FERNANDES, B. M. Espacialização e territorialidade da luta pela terra: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo. São Paulo : FFLCH/USP, 1994, 218 p. il. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- FORMAN, S. Camponeses: sua participação no Brasil. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979. 340 p.
- GARCIA Jr., A. R. Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1983. 236 p.
- GRAZIANO da SILVA, J. Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. São Paulo : Hucitec, 1980.
- GUIMARÃES FILHO, L. Samurais e mandarins. São Paulo : Francisco Alves, 1935.
- HANDA, T. O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil. São Paulo : T. A. Queiroz/Centro de Estudos Nipo Brasileiros, 1987. 828 p. il.
- HEREDIA, B. M. A. de. A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979. 164 p.
- HOBSBAWN, E. J. Capitão Swing: a expansão capitalista e as revoluções rurais na Inglaterra no início do século XIX. Rio de Janeiro : Alves, 1982. 369 p.
- HUTTER, L. M. Imigração italiana em São Paulo (1880-1889): os primeiros contatos do imigrante com o Brasil. São Paulo : FFLCH/USP, 1971, 153 p. Tese (Doutorado). Departamento de História, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. Imigração italiana em São Paulo de 1902 a 1914: o processo imigratório. São Paulo : IEB, 1986. 248 p.
- IZUMI, S. A estrutura psicológica da colônia japonesa no Brasil. In: SAITO, H. & MAEYAMA, T. Assimilação e integração dos japoneses no Brasil. Petrópolis : Vozes, São Paulo : EDUSP, 1973, p. 361-385.
- KARIYA, U. F. Mizuho: uma colônia de imigrantes japoneses em processo de urbanização. São Paulo : FFLCH/USP, 1987, 217 p. il. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- KAWAI, M. Lendas do Japão. São Paulo : Ed. do Escritor/Luz e Silva, 1989.

- KIYOTANI, M. & YAMASHIRO, J. Do Kasato-Maru até a década de 1920. In: COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. Uma epopéia moderna: 80 anos de imigração japonesa ao Brasil. São Paulo : Hucitec/SBCJ, 1992. p. 63-135.
- KLIEMANN, L. H. S. RS: terra & poder - história da questão agrária. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1986.
- KLINTOWITZ, J. O gueto cristão. Veja. São Paulo : V. 28, n. 9, p.42-44, mar/1995.
- KONDER, L. O que é dialética. 12a. ed., São Paulo : Brasiliense, 1985, 87 p. il (Primeiros Passos, 23).
- KONDO, T. Sítiantes japoneses em Lageado e Renópolis. São Paulo : FFLCH/USP, 1980, 167 p. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- KROPOTKIN, P. A. Folhetos revolucionários. Barcelona : Tusquets, 1977. 2 vol.
- \_\_\_\_\_. O que a geografia deve ser. In: VESENTINI, J. W. (org) Seleção de Textos. São Paulo : (13):1-9, mar/96.
- LACROIX, J-Y. A utopia: um convite à filosofia. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1996. 179 p.
- LEÃO, V. C. A crise da imigração japonesa no Brasil (1930-1934). Contornos diplomáticos. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 1989, 360 p. (Relações Internacionais, 10).
- LINHARES, M. I. História da agricultura brasileira: combates e controvérsias. São Paulo : Brasiliense, 1981.
- LOBO, B. A. da S. Esquecendo os antepassados, combatendo os estrangeiros. Rio de Janeiro : Alba, 1935. 192 p.
- LÖWY, M. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo : Busca Vida, 1987. 210 p.
- LUIZETTO, F. V. Utopias anarquistas. São Paulo : Brasiliense, 1987. 98 p.
- MAGNANI, S. J. L. O movimento anarquista em São Paulo: 1906-1917. São Paulo : Brasiliense, 1982, 189 p.
- MARAN, S. L. Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro 1890-1920. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979. 179 p.
- MARTINS, J. Problema agrário na China. Reforma Agrária. ABRA, Campinas, V. 7, n. 5, p.8-17, set/out de 1981.
- MARTINS, J. de S. O cativo da terra. 3a. ed., São Paulo : Hucitec, 1986. 157 p.
- MARX, K. Posfácio da segunda edição. In: \_\_\_\_\_. O Capital: crítica da economia política. Vol. I, Livro Primeiro, Tomo I, 3a. ed., São Paulo : Nova Cultural, 1988. p. 21-27 (Col. Os Economistas)
- \_\_\_\_\_. Prefácio (para a crítica a economia política). In: GIANNOTTI, J. A. (org). Karl Marx: manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. 5a. ed., São Paulo : Nova Cultural, 1991. p. 27-32 (Col. Os Pensadores, 12).

- \_\_\_\_\_. Introdução [à crítica da economia política]. In: GIANNOTTI, J. A. (org). Karl Marx: manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. 5a. ed., São Paulo : Nova Cultural, 1991. p. 3-25 (Col. Os Pensadores, 12).
- MARX, K. & ENGELS, F. A ideologia alemã (I - Feuerbach). 7a. ed., São Paulo : Hucitec, 1989. 138 p.
- MENDES, S. Socialismo libertário ou anarquismo: história e doutrina. slp, scp, 1896.
- MERTZIG, L. R. L. As dificuldades de adaptação do imigrante japonês no estado de São Paulo. Repatriação e reemigração - 1889/1920. São Paulo : FFLCH/USP, 1978, 182 p. Dissertação (Mestrado). Departamento de História, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- MEYER, D. R. A terra do santo e o mundo dos engenhos: estudo de uma comunidade rural nordestina. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1980. 186 p.
- MITA, C. Bastos: uma comunidade étnica japonesa no Brasil. São Paulo : FFLCH/USP, 1986, 191 p. Tese (Doutorado). Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- MONTEIRO, C. A. F. Uma tentativa de periodização na evolução da pesquisa geográfica no Brasil a partir de 1934. In: \_\_\_\_\_. A geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências. São Paulo : FFLCH/USP, IGEOG-USP, 1980, p. 9-33 (Teses e monografias, 37)
- MORAES, A. C. R. Geografia: pequena história crítica. 3a. ed., São Paulo : Hucitec, 1984. 138 p.
- MOURA, M. M. Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no Vale do Jequitinhonha-MG. São Paulo : FFLCH/USP, 1983, 333 p. Tese (Doutorado). Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- MST. A cooperação agrícola nos assentamentos. Cadernos de Formação, 20. São Paulo : 1993. 55 p. il.
- \_\_\_\_\_. Questões políticas sobre cooperativas de produção. Caderno de Formação, 21. São Paulo : 1994, 90 p. il
- MÜELLER, H. J. Flores aos rebeldes que falharam - Giovanni Rossi e a utopia anarquista: Colônia Cecília. São Paulo : FFLCH/USP, 1989, 341 p. Tese (Doutorado). Departamento de História Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- MULATINHO, H. V. Palma: a construção de uma comunidade utópica (1924-1970). São Paulo : FFLCH/USP, 1982, 290 p. Tese (Doutorado). Departamento de Antropologia Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- MURAMATSU, L. N. A revolta do Capim (movimentos sociais agrários do oeste paulista - 1959/1970). São Paulo : FFLCH/USP, 1985, 296 p. Dissertação (Mestrado). Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- NOGUEIRA, A. R. A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista, 1908-1922. São Paulo : IEB, 1973. 247 p. il.
- \_\_\_\_\_. Companhias interessadas na introdução de asiáticos em São Paulo nos primeiros anos da República. São Paulo : CENB, 1979.

- \_\_\_\_\_. A imigração japonesa na história contemporânea do Brasil. São Paulo : CENB/Massao Ono, 1984.
- OLIVA, A. M. (coord). Italianos e movimento operário no Brasil. São Paulo : CUT Estadual, São Paulo : sdp, 56 p. il.
- OLIVEIRA, A. U. de. Contribuição para o estudo de Geografia Agrária: crítica ao estado isolado de Von Thünen. São Paulo : FFLCH/USP, 1978, 489 p. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. Modo capitalista de produção e agricultura. 2ª. ed., São Paulo : Ática, 1987, 88 p. (Col. Princípios, 68)
- \_\_\_\_\_. A geografia das lutas no campo. São Paulo : Contexto, 1988, 101 p. il.
- \_\_\_\_\_. Situação e tendências da geografia. In: \_\_\_\_\_ (org). Para onde vai o ensino de geografia ? São Paulo : Contexto, 1989, p. 24-29 (Col. Repensando o ensino)
- \_\_\_\_\_. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo : Contexto, 1991, 164 p. il.
- \_\_\_\_\_. A agricultura brasileira: desenvolvimento e contradições. São Paulo : mar/92, mimeo, 52 p. il. (ed. do autor).
- \_\_\_\_\_. Ensino de Geografia: horizontes no final do século. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo. AGB, n.72, p.3-27, 1994.
- \_\_\_\_\_. Agricultura brasileira: as transformações no final do século XX. São Paulo : jan/fev/1994, mimeo. 22 p. (ed. do autor).
- \_\_\_\_\_. Trajatória e compromissos da geografia brasileira. Palestra apresentada na mesa redonda de abertura do 5o. Congresso Brasileiro de Geógrafos da AGB, realizado em Curitiba-PR, em jul/94, mimeo, 26 p. (ed. do autor).
- OLIVEN, R. G. O nacional e o regional na construção da identidade brasileira. Revista Ciências Sociais - ANPOCS. V.1, n.2, p.68-74, out. 1986.
- PADILHA, D. L. CAC - Cooperativismo que deu certo. São Paulo : CAC, 1989.
- PARK, C. H. SABMAUL: Korea's new community movements. Seoul, Korea Textbook, 1979, 266 p.
- PRADO Jr., C. História Econômica do Brasil. 4ª. ed., São Paulo : Brasiliense, 1956, 342 p.
- PRITCHARD, E. E. E. Os nuer. São Paulo : Perspectiva, 1978, 278 p. il
- RAFFESTIN, C. O que é o território ? In: \_\_\_\_\_. Por uma geografia do poder. São Paulo : Ática, 1993, p. 143-163.
- RAVAGNANI, A. S. Estudo de uma comunidade japonesa, vivendo numa pequena propriedade agrícola, no município de Guaraçai-SP. Guaraçai, 1987, 98 p. Trabalho de conclusão de curso. Centro Universitário de Três Lagoas - UFMS.
- RECLUS, J. J. E. Patriotisme, colonisation, avec une preface de Elisee RECLUS. Paris : Temps nouveau, 1903, 442 p.

- \_\_\_\_\_. Evolução, revolução e ideal anarquista. São Paulo : La tribuna espanhola, 1904, 143 p.
- \_\_\_\_\_. L'homme et la terre. Paris : Librairie Unio, 1905/8, t vol.
- REDEKOP, C. Mennonite society. USA : The Johns Hopkins Univ. Press, 1989, 397 p. il.
- RODRIGUES, A. A. B. O bairro de Tanguê - Atibaia-SP: uma contribuição japonesa para a evolução do meio rural paulista. São Paulo : FFLCH/USP, 1973, 126 p. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- RODRIGUES, E. Os anarquistas: trabalhadores italianos no Brasil. São Paulo : Global, 1984, 187 p.
- SADER, M. R. T. Espaço e luta no bico do Papagaio. São Paulo : 1987, 422 p. il. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- SAITO, H. Habitação rural dos japoneses nos estados de São Paulo e Paraná. São Paulo : Escola de Sociologia e Política de São Paulo : 1957.
- \_\_\_\_\_. O japonês no Brasil - estudo de mobilidade e fixação. São Paulo : "Sociologia e Política", 1961, 238 p.il.
- \_\_\_\_\_. A integração e participação de japoneses e descendentes na sociedade brasileira. São Paulo : CENB, 1977.
- SALGADO, F. C. F. As colônias Bastos e Pedrinhas (estudo comparativo de Geografia Agrária). São Paulo : 1971, Ed. UNESP, 235 p. il.
- SCHMIDT, A. Colônia Cecília: uma aventura anarquista na América 1889-1893. São Paulo : Anchieta, 1942.
- \_\_\_\_\_. Colônia Cecília: romance de uma experiência anarquista. 3ª. ed., São Paulo : Brasiliense, 1980, 116 p.
- SANTOS, J. V. T. dos. Colonos do vinho. São Paulo : Hucitec, 1978.
- SEABRA, M. F. G. As cooperativas mistas do estado de São Paulo: estudo de geografia econômica. São Paulo : FFLCH/USP, 1972, 333 p. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- SENOI, L. E. Sho Mura: aspectos agrários de uma área do Japão. São Paulo : scp, 1969.
- SINGELMANN, P. Rural collectivization and dependent capitalism: the mexican ejido. Latin American Perspectives. V. 5, n.3, p.38-51, Summer, 1978.
- SMITH, E. L. The Amish people. New York : Exposition Press, 1958, 258 p. il.
- SMITH, T. The agrarian origins of modern Japan. Stanford : Stanford Univ. Press, 1958.
- STAVENHAGEN, R. Capitalism and the peasantry in Mexico. Latin American Perspectives. V. 5, n. 3, p.27-37, Summer, 1978.
- \_\_\_\_\_. Collective agriculture and capitalism in Mexico: a way out or a dead end ? Latin American Perspectives. V. 2, n. 2, p.146-163, Summer, 1975.

- STOLCKE, V. Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo : Brasiliense, 1986, 410 p.
- SUKAMOTO, R. Y. A experiência japonesa na cultura e industrialização do chá em Tapiraí-SP. São Paulo : FFLCH/USP, 1981, 90 p. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- TANAKA, M. Movimentos campestres en la formación de Japon moderno. México : El Colegio de Mexico, 1976.
- TARELHO, L. C. Da consciência dos direitos à identidade social: os sem terra de Sumaré. São Paulo : FFLCH/USP, 1988. Dissertação (Mestrado). Psicologia Social. PUC-SP.
- USHIOMI, T. La communauté rurale au Japon. Paris : Presses Univ. de France. 1962 (Maison Franco-Japonaise, 7).
- \_\_\_\_\_. Forestry and mountain village communities in Japan: a study of human relations. Tokyo : Kokusai Bunka Shinkokai, 1964.
- VASSILIEFF, I. Imigração letã no Brasil: a experiência da Colônia VARPA na Alta Paulista - 1922/1964. São Paulo : FFLCH/USP, 1979, 249 p. Dissertação (Mestrado). Departamento de História, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- VIEIRA, F. J. S. Absorção do japonês em Marília. São Paulo : FFLCH/USP, 1967, Tese (Doutorado). Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. O japonês na frente de expansão paulista. São Paulo : Pioneira/EDUSP, 1973, 272 p. il.
- VILLANUEVA, R. G. Desarrollo de la reforma agraria en Mexico. mimeo, sdp, 9 p. il.
- YAMASHIRO, J. História dos samurais. São Paulo : Masso Ono/Roswitha Kempf, 1982.
- YAMASHITA, K. T. Brazil-Marú. Minneapolis : Coffee House Press. 1992, 248 p.
- YAMASHITA, Y. Colônia Esperança - Araponga-PR: aspectos da organização do espaço agrário. São Paulo : FFLCH/USP, 1976, 119 p. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- YAMOCHI, Y. Imigração japonesa: ontem e hoje. O exemplo dos japoneses da comunidade Nikei de Urai-PR. São Paulo : FFLCH/USP, 1991, 240 p. il. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- YOSHIOKA, R. Por que migramos do e para o Japão. São Paulo : Massao Ono, 1995, 180 p. il.
- WILLEMS, E. Companhia de desenvolvimento internacional: introdução dos imigrantes japoneses no Brasil e seu órgão institutivo - atividades da Kaigai Kogyo Kabushiki-Kaisha em São Paulo. São Paulo : Nippak, 1932.
- WOLF, E. R. Guerras camponesas do século XX. São Paulo : Global, 1984, 363 p. (Col. Temas, 3).

## **ANEXOS**



# **ORGANOGRAMA COMUNIDADE SINSEI**

# ATAS DAS ASSEMBLÉIAS COMUNIDADE SINSEI

## ATAS DAS ASSEMBLÉIAS REALIZADAS PELA COMUNIDADE SINSEI<sup>3</sup>

### ATA 01/1963 - REUNIÃO ORDINÁRIA

Realizada às 19h00 do dia 06 de janeiro de 1963.

**Presidente** Fukashi Mori. **Vice-Presidente** Yukio Honma.

**Secretário** Hissao Oyama. **Vice-Secretário** Yukio Honma.

1. Eleição da nova diretoria da Assembléia - os mesmos integrantes foram reeleitos.
2. Houve a apresentação dos acontecimentos do ano anterior (1962) pelo Secretário.
3. Em seguida, tratou-se do assunto de perfuração de poço ao lado da serraria.
4. Outro assunto importante - prosseguimento de estudos dos que formaram o ginásio. Entre eles Hiroshi Shimizu que pretendia fazer odontologia e Rioko Tsuda que pretendia fazer enfermagem. Decidiu-se que Shimizu san irá a Araçatuba a fim de verificar local e condições de alojamento (primeiro deveriam fazer científico).

#### 5. Problema na horticultura:

---

<sup>3</sup>. Estas Atas foram traduzidas por Walter Yukio Honma. Uma cópia do original - em japonês - encontra-se na parte de ANEXOS deste trabalho.

1. Para que fiquem atentos em atender a solicitação da seção de horticultura na caso de necessidade de colaboração para transplante de muda.
2. Necessidade de providenciar estacas de bambu para o tomate com ajuda de outras pessoas.
6. Seção de Avicultura - Ficou acertado para providenciar a iluminação noturna da granja. Foi aprovado um plano de manter constantemente 5.000 aves em plena postura. Para atender esse plano, entre abril, junho e agosto iriam adquirir 4.000 pintainhos em três etapas. Para atender essa execução iriam providenciar a construção de local para criação de pintainhos.

### **ATA 02/1963 - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Realizada em 07 de janeiro de 1963.

**Presidente** Fukashi Mori. **Vice-Presidente** Yukio Honma.

**Secretário** Hissao Oyama. **Vice-Secretário** Yukio Honma.

1. Tratar de maiores detalhes sobre plano de ampliação para 5.000 aves. Fazer os pedidos de pintainhos em três etapas - abril, junho e agosto - de 1.300 pintainhos em cada remessa. Efetuar imediatamente a construção de um barracão de 5 x 21 m para criação dos pintainhos. Posteriormente providenciar a construção de 11 barracões para galinhas adultas (2 x 24 m).
2. Providenciar, o quanto antes possível, o corte das madeiras na Fazenda Furquim para transportar.
3. Acertado a construção de um barracão de 5 x 12 m para guardar material/refeição/descanso, em terras arrendadas do Sr. Nishimura (horticultura).

### **ATA 03/1963 - REUNIÃO ORDINÁRIA**

Realizada em 04 de fevereiro de 1963.

**Presidente** Fukashi Mori. **Vice-Presidente** Yukio Honma.

**Secretário** Hissao Oyama. **Vice-Secretário** Yukio Honma.

1. Leitura das duas atas das reuniões anteriores (ordinária e extraordinária).
2. Apresentação do balancete do mês de janeiro.
3. Discussão do problema da eletrificação juntamente com vizinho (Sr. Nishimura). Decidiu-se, após discussão, adiar a oportunidade para uma próxima vez.
4. Reforma/reparo da cerca do pasto. Fazer um curral simples para cercar animais.

5. Apresentada a possibilidade de atender à solicitação dos cunhados de Miyazaki san, a fim de que pudessem cursar o ginásio em Guaraçá, com permissão de se alojar na Sinsei.

#### **ATA 04/1963 - REUNIÃO ORDINÁRIA**

Realizada em 03 de março de 1963.

**Presidente** Fukashi Mori. **Vice-Presidente** Yukio Honma.

**Secretário** Hissao Oyama. **Vice-Secretário** Yukio Honma.

1. Leitura da ata da assembléia anterior.
2. Sobre votação - depois da leitura da ata, houve um debate sobre resumo da ata e depois tivemos uma concordância (sobre refeição).
3. Sobre o transporte de toras - esta semana, pelo fato de ter a colheita de arroz, será impossível fazer esse transporte. Por essa razão o transporte será feito na próxima semana e Shimizu san deverá conseguir um caminhão na praça para realização do transporte (feito por Honma san).
4. Sobre a lenha da cozinha - que no momento fosse aproveitando os paus secos, os pés de mandiocas secos, etc.
5. Sobre a mandioca - que o excesso de mandioca colhida nas terras do Sr. Kuratomi fosse reservado para criação dos porcos e o restante que procurasse vender (sugestão).
6. Sobre a caixa das abelhas - foi decidido adquirir as madeiras de pinho suficiente para construção de mais quinze caixas.
7. Sobre a caixa de tomate - para que se fizesse uma caixa nova ficaria em torno de Cr\$ 250,00 por caixa. Que se procurasse umas caixas mais usadas ou procurar encontrar uma maneira mais prática para solução do problema já que Cr\$ 250,00 ficaria caro. Caso encontrasse sugestão, que fosse apresentada para Shimizu san.
8. Sobre o problema do ferro elétrico - por solicitação das mulheres fixou-se uma hora durante o dia para que se efetuasse o fornecimento de energia, mesmo durante o dia, para que fosse usado o ferro elétrico.

#### **ATA 05/1963 - REUNIÃO ORDINÁRIA**

Realizada em 03 de junho de 1963.

**Presidente** Fukashi Mori. **Vice-Presidente** Yukio Honma.

**Secretário** Hissao Oyama. **Vice-Secretário** Yukio Honma.

1. Leitura da ata da Assembléia anterior.

2. Apresentação do balancete sobre cultura de tomate, pepino e da atualidade da avicultura.
3. Houve solicitação do Prof. Fujisaki de que a comunidade recebesse um moço que iria imigrar do Japão para o Brasil. Foi aceita a solicitação e a comunidade receberia-o para dedicar na avicultura. Prof. Fujisaki acertou sua próxima visita em maio do ano vindouro.
4. Sobre vaca leiteira - ficou decidido de adquirirmos vaca leiteira ou então, na impossibilidade, adquirir cabra. De qualquer modo, deveria ser iniciada a plantação de pastagem.
5. Sobre o poço da serraria - decidiu-se o início da perfuração do poço ao lado da serraria.
6. Sobre o baseball - os moços da comunidade que foram convocados para compor o time de baseball da cidade, para aceitar a convocação.
7. Sobre a seção de horticultura - no caso da necessidade de colaboração de mão-de-obra na seção de horticultura, ficar atento à sua solicitação.

#### **ATA 06/1963 - REUNIÃO ORDINÁRIA**

Realizada em 30 de junho de 1963 (antecipada pelo fato da exposição agrícola)

**Presidente** Fukashi Mori. **Vice-Presidente** Yukio Honma.

**Secretário** Hissao Oyama. **Vice-Secretário** Yukio Honma.

1. Leitura da ata da Assembléia anterior.
2. Sobre a terra do Chico Lucas - ficou decidido que em 10 de agosto, assim que receber a escritura, efetuar todo o pagamento do montante restante de uma só vez.
3. Sobre o novo moço a ser recebido do Japão - ficou decidido solicitar ao Sr. Miyaô providenciar a documentação necessária para recebimento desse moço do Japão (parte burocrática)
4. Decidido receber 5 contos mensais como despesa deles (as duas crianças que iriam cursar o curso ginásial em Guaraçaí)
5. Sobre a avicultura - para poder acomodar a remessa dos pintainhos de abril foi decidido construir mais seis barracões, o mais rápido possível.
6. Apresentou-se a existência de oferta dos Caldato de arrendar uma área próxima à comunidade por dois anos, para depois entregar com pasto formado. Ficou estipulado prazo para decidir.
7. Sobre doação para Igreja - em comemoração do 40o. aniversário de Evangelização da Igreja Episcopal, ficou decidida a participação da Sinsei com a oferta de 50 contos de réis para a Igreja, e também foi decidido fazer oferta em participação de 8 contos de réis para a Associação de Guaraçaí, a fim de realização de sumô e baseball infantil.

## ATA 07/1964 - REUNIÃO ORDINÁRIA

Realizada em 06 de janeiro de 1964.

**Presidente** Fukashi Mori. **Vice-Presidente** Yukio Honma.

**Secretário** Hissao Oyama. **Vice-Secretário** Yukio Honma.

1. Eleição da nova diretoria da Assembléia:

**Presidente:** Fukashi Mori

**Vice-Presidente:** Kichizo Wakashima

**Secretário:** Hissao Oyama

**Vice-Secretário:** Yukio Honma

2. Leitura da ata da Assembléia anterior.

3. Leitura do balancete do ano anterior.

4. Na área de plantação de arroz, tentar cultivar sorgo (substitui o milho) e sobá (trigo sarraceno) e o plantio de batatinha.

5. Decidido a aceitação do filho do Sr. Terashima para alojamento na comunidade a fim de freqüentar o curso ginásial em Guaraçai.

6. Doação de 10 contos de réis para construção do hospital em Guaraçai.

## ATA 08/1964 - REUNIÃO ORDINÁRIA

Realizada em 05 de maio de 1964.

**Presidente** Fukashi Mori. **Vice-Presidente** Kichizo Wakashima

**Secretário** Hissao Oyama. **Vice-Secretário** - Yukio Honma

1. Leitura da ata da Assembléia anterior.

2. Sobre a aquisição de milho - Shimizu san ficou encarregado da compra de milho para ração de galinhas e porcos.

3. Sobre a aquisição de uma bomba para irrigação - foi decidido adquirir uma bomba de irrigação para a horticultura.

4. Partindo da vontade do Miyanishi san de se tornar membro da comunidade, foi aprovado a aceitação de recebê-lo como membro da comunidade (unanimidade).

5. Sobre uma oferta de oportunidade pela Cooperativa Central - serviço oferecido pela Cooperativa Central: a Cooperativa nos avisou que pretendia promover uma excursão para São Paulo/Capital para as donas de casa. No caso de existência de interessado em participar, que tomasse as providências de se inscrever até a data de 25.04.

## **ATA 09/1992 - REUNIÃO ORDINÁRIA**

Realizada em 02 de fevereiro de 1992.

**Presidente** Shinobu Mori

**Secretário** Yukio Honma.

Seguido a congratulações do Sr. Presidente sobre a forma como transcorreu o banquete comemorativo do octogésimo oitavo aniversário de Ichiro Shimizu, com o enlace matrimonial de Megumi Mori, houve a comunicação de que Megumi havia deixado como lembrança à comunidade a quantia equivalente a US\$ 800,00 e com este imediatamente havia sido comprado um fogão tipo comercial a gás, a ser instalado na cozinha tão logo fosse possível.

Nosso pessoal de dekassegui no Japão ao tomar conhecimento da decisão por dificuldade financeira a comunidade resolveu adquirir aos poucos o material para ser usado na construção do novo gabinete odontológico, sempre de acordo com o limite disponível em caixa decidiram, em colaboração, juntar um fundo através da participação de todos eles. Para tal, em nome de todos, Shizuo Oyama escreveu para que comunicássemos o orçamento do gabinete e a maneira mais eficaz de remessa do dinheiro. Estamos verificando a melhor maneira para o envio do dinheiro.

Nos dias 22 e 23 o Shinobu tian irá ausentar-se da comunidade para participar de assembléia dos representantes de todas as igrejas diocesanas a ser realizada em São Paulo. O culto do corrente mês será celebrado por Shimokuwaya sensei e antecipado para o dia 06.

Dia 08 do corrente será o 36º aniversário da Comunidade e, portanto, juntando também os 90 anos que completam esse ano Fukashi Mori e Waka Honma foi decidido ser preparado um jantar especial na data 16 do corrente mês.

A estudante Valéria pós-graduanda em Geografia da USP qual foi aprovada na reunião anterior a sua estadia em nossa comunidade a fim de pesquisa de trabalho, esteve presente na reunião. Aproveitando oportunidade foi feita apresentação da mesma a todos.

## **ATA 10/1992 - REUNIÃO ORDINÁRIA**

Realizada em 21 de novembro de 1992.

**Presidente** Shinobu Mori

**Secretário** Yukio Honma.

Assunto tratado sobre festividade natalina. A festividade que nos últimos anos passaram a não ser realizadas, neste ano convencido por insistente desejo de Valéria da USP em realizar o evento e também ela participando a fim de tornar o acontecimento mais uma boa lembrança nos estágios de pesquisa na comunidade, a reunião decidiu aprovar a realização.

Após verificar eventuais conseqüências que possa haver foi fixada a data de 27 de dezembro.

Por falta de tempo para os ensaios terá que ser limitado a apresentação em bailados de criança e coral dos hinos sacros por todos e por este motivo houve a solicitação de maior comparecimento por todos no ensaio do coral a ser realizado no domingo a noite.

Foi anunciado que a família da Valéria estará presente na ocasião na nossa comunidade e haverá uma festa após o término da apresentação artística oferecida pela família da Valéria.

Por necessidade de efetuar limpeza total do palco pelo fato dele passar tanto tempo inativado foi solicitado colaboração da mocidade a fim de efetuar a limpeza.

O estudo da Bíblia por Shimokuwaya sensei da próxima quinta-feira será sobre Apóstolo, parágrafo 13 e 14. Houve o aviso que compareçam lendo bem os parágrafos citados.

Houve indagação sobre casamento de Matiko e Sussumu. Como a chegada de ambos está prevista para os próximos dias foi pedido o aguardo para maiores explicações.

## **ATA 11/1994 - REUNIÃO ORDINÁRIA**

Realizada em 07 de julho de 1994.

**Presidente** Shinobu Mori.

**Secretário** Yukio Honma.

Leitura da ata da Assembléia anterior.

Veio ex-professor de Tamaki Sensei, Uno Sensei (do Seminário) que há tempo tinha vontade de visitar o Brasil. Com a correria não poderia ficar muito tempo, mas fez questão de conhecer Igreja em que Tamaki Sensei atua. Ficou marcado para 17 de julho à noite ele pernoitar na Sinsei. Para que a comunidade se preparasse.

Levantado preocupação com a diminuição de jovens para trabalhar como dekasseguis, e o que poderia acontecer daqui para frente. Opinião da maioria. Foram apresentadas várias opiniões por participantes da reunião.

Por diminuição de mão-de-obra, logicamente a produção virá a cair. Daí cabe controlar nível de vida de acordo com os rendimentos. Há que se entender a dificuldade do Tesoureiro: elevar o nível de vida é fácil, o inverso é bem mais difícil. É preciso reconhecer a dificuldade para controle da caixa. Já tivemos momentos de pensar em aumentar a mecanização a fim de suprir deficiência de mão-de-obra, mas sempre teve outro problema: a conservação de maquinário, como se a máquina fosse de si próprio. Como é da comunidade, de onde vem o desgaste com a conservação da máquina nunca se consegue o ideal.

Juventude antes de se preocupar com problema da comunidade pensa apenas em si própria, deixando de pensar no problema geral da comunidade. Isto tem sua origem no estilo de formação da comunidade. O ideal seria dar mais prioridade no geral, o que não acontece. O motivo desse fato, considera-se que como na comunidade anterior (Yuba) o estilo sem órbita consequentemente vem dar instabilidade, para fugir desta instabilidade adotamos um estilo mais defensivo, seguro, mas com este estilo é que acabamos de pressionar o espírito ambicioso dos jovens, o que acabou tornando-se um entrave para o desejo da juventude.



Houve tentativa de mediar opiniões de ambas as partes (jovens e velhos) mas chegou-se a conclusão que a atitude de satisfazer os dois lados ao mesmo tempo era impossível. Mas com todos os problemas levantados, ou bom ou ruim, teremos que entender que se saímos de uma comunidade praticamente sem nada, mas mesmo assim conseguimos razoavelmente alcançar o objetivo que mais foi desejado no momento, que era o de conseguir estabilidade e segurança, se isto foi possível, à futura geração que nos seguem, dependendo deles, não será difícil eles conseguirem um destino melhor que eles acham que deveria ser. Preocupação sempre terá, mas vai depender da nova geração. E assim sendo, diante da situação que seus pais estão envelhecendo cada dia mais e perdendo a capacidade de produtividade, e se eles não vão ligar para isso, se eles foram criados de tal forma que nem diante desta situação se incomodam, então a culpa seria da comunidade. Não deixando de ter a preocupação, temos que acreditar que eles acabarão encontrando a melhor solução para os problemas. Quando isto acontecerá, ninguém sabe e também temos que ver que há pessoas com idade mais avançada que não verão essa mudança.

Emi tian levantou problema da saída de Fumio, que teve atrito na hataque. Emi tian não sabia como solucionar o problema e Toyomi ofereceu-se para ficar com Fumio. Emi tian tentou justificar a razão do porque aconteceu o problema e o Raito não aceitou.

Raito queria que os jovens entendessem a importância da responsabilidade na sua atividade e para que isto fosse entendido é que ele se dirigiu ao Fumio de sua maneira e lamenta que isto não tenha ocorrido. Para o futuro, pode até ser útil para o Fumio, é o que ele espera. Deu a entender que com a saída do Bô e do Hideo ele também atravessou momentos difíceis e reconheceu sua parte nesta história.

No ato de passar a limpo esta ata o Secretário notificou suas impressões de que o maior motivo de tudo isto é o defeito da raça japonesa, que não tem por bem resolver as coisas com bom diálogo.

**BALANCETE CONTÁBIL  
COMUNIDADE SINSEI**

**REGISTRO DE CASAMENTOS  
COMUNIDADE SINSEI**

## LIVRO DE REGISTRO DE CASAMENTOS

Sinsei no jo

1956-02-08 (data de formação)

---

**Sinsei no jo - Casamento No. 01**

**KOMIYAMA Takeo  
TAMAGAWA Hiroko**

### **Programação do Casamento**

1. Acontecido em 1957-09-01  
    Início às 14h30  
    Apresentador: OYAMA, Hissao
  
  2. Recepção 

1. Palavra do Padrinho	NOBORO, Seshimo
2. Palavra de Repres. Convidados	HIROKAWA, Rev.
Palavra de Repres. Amigo	ABE san
Palavra de Repres. Riko Kai	NAGATA, Hisashi
3. Palavra da Comunidade Sinsei	MORI, Fukashi
  
  3. Fotografias de lembrança
  
  4. Tomada de Acento
  
  5. Recepção com Churrasco Campai
- Disposição da Mesa

## LIVRO DE REGISTRO DE CASAMENTOS

Sinsei no jo

1956-02-08 (data de formação)

---

**Sinsei no jo - Casamento No. 02**

**HONMA Koji  
SHIINO Rei**

### **Programação do Casamento**

**1. Acontecido em 1958-09-07**

Início às 14h30

Apresentador: OYAMA, Hisao

Realizador: Reverendo Ono

**2. Recepção**

**1. Palavra do Padrinho**

**2. Palavra de Repres. Convidados**

Palavra de Repres. Amigo

**3. Palavra da Comunidade Sinsei**

HIRATA san

NOBORO, Seshimo

HIAGI, Shurei

OHAZE, Matsuiti

MORI, Fukashi

**3. Fotografias de lembrança**

**4. Tomada de Acento**

**5. Recepção com Churrasco**

Campai (NOBORO)

Disposição da Mesa

## LIVRO DE REGISTRO DE CASAMENTOS

Sinsei no jo

1956-02-08 (data de formação)

---

**Sinsei no jo - Casamento No. 03**

**TAKAGI Kunyo  
ANZO Reiko**

### **Programação do Casamento**

**1. Acontecido em 1959-07-19**

Início às 14h30

Apresentador: OYAMA, Hisao

Realizador: Reverendo Ono

**2. Recepção**

**1. Palavra do Padrinho**

**2. Palavra de Repres. Convidados**

**3. Palavra do Pai do Noivo**

**4. Palavra da Comunidade Sinsei**

KIMURA, Eiti

NOBORO, Seshimo

KATI, Tetsugi

TAGUCHI san

TAKAGI, Tatsuo

MORI, Fukashi

**3. Fotografias de lembrança**

**4. Tomada de Acento**

**5. Recepção com Churrasco**

Campai

Disposição da Mesa

## LIVRO DE REGISTRO DE CASAMENTOS

Sinsei no jo

1956-02-08 (data de formação)

---

**Sinsei no jo - Casamento No. 04**

**NAKASHIMA Chuzo  
SHIMIZU Kazuyo**

### Programação do Casamento

1. Acontecido em 1959-09-19

Igreja de Guaraçai - Padrinho: TAKEUSHI, Kozo

2. Recepção

1. Palavra do Padrinho

TAKEUSHI, Kozo

2. Palavra de Repres. Convidados

KITAHARA, Chikazo

NOBORO, Seshimo

3. Palavra de Repres. II Aliança

OMORI san

4. Palavra do Pai da Noiva

SHIMIZU, Ichiro

5. Palavra do Cunhado do Noivo

IGUCHI, Tsutomu

3. Fotografias de lembrança

4. Tomada de Acento

5. Recepção com Churrasco

Campai (TAKAGI, Tatsuo)

Disposição da Mesa

## LIVRO DE REGISTRO DE CASAMENTOS

Sinsei no jo

1956-02-08 (data de formação)

---

**Sinsei no jo - Casamento No. 05**

**HONMA Shuji  
NOHARA Tieko**

### **Programação do Casamento**

**1. Acontecido em 1960-11-13**

Início às 14h30

Apresentador: OYAMA, Hisao

Realizador: Reverendo Fukashi Mori

**2. Recepção**

**1. Palavra do Padrinho**

**2. Palavra de Repres. Convidados**

**3. Palavra de Repres. Sei Nen Kai**

**4. Palavra de Parente da Noiva**

**5. Palavra do Pai da Noiva**

**6. Palavra da Comunidade Sinsei**

Cel. TAGUCHI

NOBORO, Seshimo

OHAZE, Matsuiti

Reverendo ONO

FUNATSO, Yoneo

IZUKA san

NOHARA san

MORI, Fukashi

**3. Fotografias de lembrança**

**4. Tomada de Acento**

**5. Recepção com Churrasco**

Campai (TAKEUCHI)

Disposição da Mesa

LIVRO DE REGISTRO DE CASAMENTOS



Sinsei no jo

1956-02-08 (data de formação)

---

**Sinsei no jo - Casamento No. 06**

**OSAKI Mario  
HONMA Kioko**

### **Programação do Casamento**

**1. Acontecido em 1962-02-04**

**2. Padrinhos KIDO  
HASSEGAWA**

**3. Cerimônia e festa realizadas na residência do Sr. OSAKI**

## LIVRO DE REGISTRO DE CASAMENTOS

Sinsei no jo

1956-02-08 (data de formação)

---

**Sinsei no jo - Casamento No. 07**

**MORI Shinobu  
SAKASHITA Nobuko**

### Programação do Casamento

1. Acontecido em 1962-02-10  
    Início às 14h00
  
2. Fotografias
  
3. Início da Recepção - saudação e brinde por Sr. Tatsuo TAKAGI
  1. Explicação/Apresentação biográfica dos noivos feita pelo Sr. TAGUCHI.
  2. Apresentação do outro casal, Mário e Kioko, feita pelo Padrinho, Sr. KIDO, e apresentação dos parentes do casal.
  3. Uso da palavra: cunhado da noiva, Sr. MOTUMORA.
  4. Palavra de Mitsue FUNATSU, Presidente da Associação das Moças de Guaraçaí-SP, felicitando o casamento em nome da Associação.
  
4. Recepção
  1. Palavra de Repres. Convidados  
    NOBORO, Seshimo  
    SHIOZAKI san  
    ABE san  
    YAGUI, Shiorei  
    SATO san
  2. Palavra da Comunidade Sinsei  
    MORI, Fukashi
  3. Corte do Bolo pelos Noivos
  
6.
  1. Coral das Crianças da Pré-Escola
  2. Apresentação de Piano por Sumiko e Tamiko
  3. Apresentação de Piano por Missuzo (Solo: Prelúdio de Haydon)
  4. Apresentação de Piano por Satsuki (Solo: Prelúdio de Chopin)
  5. Apresentação de Coral

**ESTATUTOS  
COMUNIDADE SINSEI**

**ESCRITURAS PÚBLICAS DAS PROPRIEDADES  
COMUNIDADE SINSEI**

**QUADRO DE INTEGRANTES  
COMUNIDADE YUBA**

**COMUNIDADE YUBA**  
**RELAÇÃO DE INTEGRANTES**

<b>FAMILIA</b>	<b>ATIVIDADE</b>
Tetsuhiko Yuba Yoko Yuba	Líder Aux. Cozinha
Tatsukichi Naganawa Yuko Naganawa	Goiaba Granja
Tami Mochiziki	Aux. Cozinha
Hana Yuba Jorge Katsuya Naeko Yuba	Aux. Cozinha Japão
Kinsuke Teruko Minowa Hatasuke Minowa Alice Masami Minowa	
Takeshi Imamoto Michiko Imamoto Célia Komako Imamoto Lilia Chidori Imamoto Ernesto Seiji Imamoto Jacira Natari Imamoto	São Paulo líder goiaba Japão Rio de Janeiro São Paulo
Motoi Yuba Aya Yuba Flávio Kó Yuba	Goiaba Aux. Cozinha
Tadahiro Kumamoto Clara Yumiko Kumamoto Douglas Sanshiro Kumamoto Camila May Kumamoto Leila Saki Kumamoto Klaus Kojiro Kumamoto	Goiaba Goiaba Goiaba Goiaba

FAMÍLIA	ATIVIDADE
Yoshiki Tsuji Ivone Junko Tsuji Mauricio Umi Tsuji Everly Yoshika Tsuji Mearly Yurika Tsuji Patrícia Sumaka Tsuji	Shitake Cozinha
Chikatsu Yazaki Haruko Yazaki Stanley Tetsuji Kobayashi Sueli Nozomi Kobayashi Eric Leime Kobayashi	Educação Araçatuba Goiaba
Paulo Kensaku Yuba Janet Yuba Leonardo Taniy K. Yuba	Maringá EUA EUA
Katsuo Takimoto	
Fuziko Yuba Katsue Yuba	Granja Cozinha
Tetsuo Ueda Ana Nobuko Yuba Ueda Lilia Masako Ueda Alan Gó Ueda	Granja Goiaba
Antonio Yuzo Mochizuki Missao Mochizuki Clarice Yumi Mochizuki Simone Terumi Mochizuki Harumi Mochizuki	Japão Cozinha Goiaba Goiaba Japão
Sérgio Kiyoshichi Yuba Satiko Yuba Victor Yugo Yuba Lincoln Yuji Yuba	Vendas Administração

FAMÍLIA	ATIVIDADE
Cláudio Yusuke Yuba Mitsue Yuba Abel Kantaro Yuba Apolone Satie Yuba	Goiaba Cerâmica
Paulo Yassuku Yuba Sílvia Sassaoka Yuba Pablo Kadji Yuba Thomas Len Yuba	Japão desmembrado desmembrado desmembrado
Luis Tsuneo Yuba Glória Laori Yuba Agnes Kanna Yuba Ranil Daigo Yuba Helen Lan Yuba Olivia Mie Yuba	Oficina/roça Cozinha Goiaba Goiaba
Akiko Ohara Aya Ohara Ballet/Educação/Goiaba Ryuta Ohara	Ballet  Goiaba
Sinue Hiyo Yuba Yarani Assako Yuba Adonis Lintaro Yuba Cássio Kenzô Yuba	Administra Granja Goiaba
Masakatsu Yazaki Merina Keiko Yazaki Catherine Yô Yazaki Samuel Eijiro Yazaki Issamu Yazaki Sharly Natsu Yazaki	Artes/Educação Cozinha Goiaba Goiaba Goiaba
Teruo Takayama Julia Yassuko Takayama Alex Jumpei Takayama	Horta Horta/Ballet Goiaba
Takako Kobayashi Kazuyo Kobayashi	Primeira Aliança Aux. Cozinha



FAMÍLIA	ATIVIDADE
Kazumi Oda	
Isamu Araki	
Hiroshi Shimokuwaya	Reverendo
Toshio Muramatsu	